



**POLÍTICA DE EXTENSÃO NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: sentidos, práticas e dialogicidade**

Gisela de Barros Alves Mendonça

**São Paulo - SP
2021**



**POLÍTICA DE EXTENSÃO NOS INSTITUTOS
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: sentidos, práticas e dialogicidade**

Gisela de Barros Alves Mendonça

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Manuel Tavares Gomes.

**São Paulo - SP
2021**

Mendonça, Gisela de Barros Alves.

Política de extensão nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: sentidos, práticas e dialogicidade. / Gisela de Barros Alves Mendonça. 2021.

556 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2021.

Orientador (a): Prof. Dr. Manuel Tavares Gomes.

1. Dialogicidade. 2. Extensão. 3. Instituto federal de educação. 4. Ciência e tecnologia. 5. Flexibilização curricular.

I. Gomes, Manuel Tavares. II. Título.

CDU 37

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

GISELA DE BARROS ALVES MENDONÇA

POLÍTICA DE EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: sentidos, práticas e dialogicidade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como obtenção do grau
de Doutor em Educação, pela banca examinadora formada por:

São Paulo, 16 de março de 2021.

Presidente Prof. Dr. Manuel Tavares Gomes – Orientador
Universidade Nove de Julho - Uninove

Prof. Dr. Daniel Pansarelli
Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof. Dra. Andrezza Tavares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Profa. Dra. Rosemary Roggero
Universidade Nove de Julho - Uninove

Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho
Universidade Nove de Julho - Uninove

SÃO PAULO

2021

Dedico este trabalho aos agentes extensionistas dos Institutos Federais de todo Território Nacional, bem como àqueles que pensam a extensão como princípio indissociável da educação.

Há esperança em uma educação pública de qualidade que preze pela qualificação de seus profissionais e contribua eficazmente para uma sociedade melhor, onde o conhecimento seja levado para além dos muros das escolas e que a comunidade seja verdadeiramente inserida em seu ambiente educacional. Afinal isso é a extensão!

AGRADECIMENTOS

*Tu és o meu Deus; graças te darei!
Ó meu Deus, eu te exaltarei! Deem graças ao Senhor, porque ele é bom;
o seu amor dura para sempre.
Salmos 118:28-29*

A Deus, autor e consumidor da minha fé, por ter me dado forças e me guiar para chegar até esse momento especial de minha vida.

Aos meus familiares, amigos e professores que me apoiaram em todos os momentos desta pesquisa e, juntos, me levaram a conquista de um sonho.

À Universidade Nove de Julho e ao Programa de Política Educacionais, que aceitaram a ideia de elaborar esta tese e me ofertaram uma bolsa integral durante todo esse período.

Ao professor Dr. José Eduardo de Oliveira Santos, meu total carinho e agradecimento, pois foi quem me direcionou durante todo processo de titulação, me fazendo acreditar cada vez mais nos objetivos planejados e na construção de algo que considerava, a princípio ser inalcançável. Minha total admiração a sua pessoa e ao profissional exemplar, de conhecimento ímpar para o ambiente educacional brasileiro.

Ao professor Dr. Manuel Tavares Gomes, acredito que me faltam palavras para expressar minha gratidão, pois através de seu acolhimento e me recebendo como orientanda no fim do processo de doutoramento, foi um agente incentivador e acolhedor, em um momento em que o pensamento de desistência era constante.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, que, por meio de afastamento para qualificação, permitiu minha total dedicação aos estudos e a conquista de novos conhecimentos para agregar a instituição e demais colegas extensionistas.

Aos meus colegas de trabalho do IFSP – *Campus* Cubatão, por demonstrarem total carinho e companheirismo mesmo a distância. Ao Diretor do Campus Robson Nunes, pela autorização de meu afastamento e, em especial, ao meu Diretor Eduardo Henriques Gomes pela compreensão da minha ausência no setor de Extensão e pelos estímulos constantes para meu êxito no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos agentes extensionistas dos Institutos Federais que gentilmente colaboraram respondendo ao questionário enviado, um gesto de carinho e de colaboração com a temática dentro do ambiente educacional.

À Cristiane de Marco Soares, secretária do programa, que por meio de seu trabalho, acompanha com eficiência a vida acadêmica de todos os estudantes.

Ao Prof. Dr. Daniel Pansarelli, à Profa. Dra. Andrezza Tavares, à Profa. Dra. Rosemary Roggero e ao Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho por terem aceitado participar da Banca Examinadora desta tese.

Aos meus amados e queridos pais Valmira e Gerson Alves por sempre terem me incentivado a estudar e buscar os sonhos tão almeçados através dos estudos e trabalhos, por serem meu porto seguro no momento mais difícil da minha vida, que foi a perda de meu esposo no decorrer desse processo de doutoramento. Grata por toda paciência demonstrada nos momentos de dificuldade, de cansaço físico e emocional, bem como a compreensão dos momentos de minha ausência no ambiente familiar durante esse processo.

A meu amado marido Luiz Carlos (*in memoriam*), pois mesmo com sua perda, momento mais difícil de minha vida, decidi seguir por nós porque você sonhou comigo esse sonho e hoje posso afirmar que por você eu consegui também.

A minha mais que amada irmã Caroline Soler, que sempre será meu exemplo na vida acadêmica, pela compreensão, companheirismo e acompanhamento neste momento tão especial para minha vida.

Aos meus queridos, cunhado Adriano Soler e sobrinho Ásafe Soler, pelo carinho e compreensão demonstrados no decorrer deste processo.

Aos meus demais familiares, por sempre me darem palavras de conforto para perseverar e almejar meus objetivos.

Aos amigos que me estimularam nas diversas situações e compreenderam meus momentos de ausência.

Ao Wagner Moura, meu amigo e companheiro, que nestes últimos meses me fez acreditar novamente no amor e me fez viver novamente. Grata por seu companheirismo e compreensão em todos os meus momentos de ausência.

Ao meu colega de doutoramento Alcir Ferreira, gratidão por me ajudar a superar meus medos e incertezas, principalmente, obrigada por me acolher no meu luto. Sua companhia no decorrer desse processo foi acolhedora.

A todos o meu muitíssimo obrigada!!!

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (FREIRE)

Resumo

Política de extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: sentidos, práticas e dialogicidade.

Este trabalho tem por objetivo compreender os sentidos que orientam a estruturação e a prática extensionistas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, organização acadêmica criada em 2008, em substituição aos anteriores Centros Federais, para dar continuidade aos desafios de prover educação profissional de nível médio e superior. A relevância do trabalho deve-se às recentes mudanças na legislação que estabeleceram, para os Institutos, os mesmos princípios que, até então, eram atribuídos pela Constituição Federal de 1988 (art. 207) apenas às universidades, a saber: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, que propõe coleta e descrição de dados: i. pesquisa bibliográfica, com revisão da produção acadêmica em torno dos termos ‘extensão universitária’ e ‘extensão nos Institutos Federais’; ii. por pesquisa documental, que levantou e analisou a produção legislativa e ministerial acerca da extensão universitária e os relatórios das reuniões de trabalho da Rede Nacional de Extensão (Renex) e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex); iii. por questionário, com coordenadores, diretores e pró-reitores que atuam ou atuaram na gestão institucional da área extensionista dos Institutos Federais; O trabalho analítico dos dados coletados foi realizado por meio da técnica de análise estatística e descritiva e o quadro teórico de referência que roteirizou o questionário de pesquisa e orientou a análise quantitativa derivou tanto dos relatórios técnicos da Renex e do Forproex quanto da produção teórica resultante da revisão de literatura, destacando-se as teorizações lastreadas no pensamento pedagógico de base freiriana, o qual reinterpretou a atividade de extensão no universo acadêmico, especialmente por meio da categoria dialogicidade; Pedro Demo (2001a) e sua interpelação sobre o lugar da extensão no cenário acadêmico e a ‘má consciência’ da universidade sobre ela; Malvina Tuttmann (2001), presença teórica significativa no trato institucional com a temática da extensão nas universidades brasileiras, que enfatiza a necessidade de flexibilização curricular para melhor qualificar as ações extensionistas. Os sujeitos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa proposta totalizaram: 21 pró-reitores extensionistas, 54 diretores de extensão, 168 coordenadores de extensão e, por fim, 62 Coordenadores de Estágio ou representantes dos setores dos IF. Concluimos, então, que os Institutos Federais de todo território nacional praticam ações voltadas à extensão, princípio indissociável da Educação, e que, cada um têm suas ações pautadas na legislação, mas também, por conta de serem instituições autônomas, não possuem estrutura única, já que cada uma articula suas ações extensionistas individualmente. Durante o processo de construção do conhecimento acerca da temática nesta tese analisada percebemos que a extensão, no referido contexto, é considerada elemento fundamental para o fortalecimento da educação e que a sua prática vai além de aplicações, sentidos e concepções legais, pois o objetivo central das ações extensionistas nessas instituições é pensado de modo a conduzir à prática os conhecimentos acadêmicos adquiridos a fim de levá-los à comunidade interna e externa aos muros das instituições de ensino.

Palavras-chave: Dialogicidade. Extensão. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Flexibilização Curricular.

Abstract

Extension policy in the Federal Institutes of Education, Science and Technology: meanings, practices and dialogicity.

This work aims at the understanding of the meanings which guide the structuring of the extension program and its practices at the Federal Institutes of Education, Science and Technology, academic organization, founded in 2008, in replacement of the previous Federal Centers, in order to keep on dealing with the challenges of fostering professional education in high school and graduation levels. The relevance of this work is due to the recent changes in the legislation that determined, to the Federal Institutes, the same principles which were, so far, assigned by the Brazilian Federal Constitution of 1988 (art. 207) only to the universities, i.e.: didactic, scientific, administrative, financial and property management autonomy; non-dissociation of teaching, research and extension. The method in this work consists of quantitative-qualitative research, proposing the collect of data, by using: i. a questionnaire, applied to coordinators, directors and pro-directors that work or have already worked in the institutional management of the extension area of the Federal Institutes; ii. Documentary research, through which it was possible to analyze the legislative and ministerial production related to the university extension programs and the reports of the work meetings of the Extension National Network (Renex) and the Pro-Rectors National Forum of Extension (Forproex); iii. Bibliographic research, with a review of the academic production on the terms “university extension” and “extension at the Federal institutes”. The analytical work of the collected data was carried out by using the technique of statistical and descriptive analysis and the theoretical reference framework that scripted the research questionnaire and guided the quantitative analysis derived both from the technical reports of Renex (Extension National Network) and Forproex (Pro-Rectors National Forum of Extension) and from the theoretical production resulting from the bibliographic review, highlighting theories based on the Freire’s pedagogical thinking, who reinterpreted the extension activity in the academic universe, especially through the category of the dialogism. Pedro Demo (2001a) and his interpellation about the place of extension in the academic scenario and the “bad conscience” of the university about it; Malvina Tuttman (2001), significant theoretical figure in the institutional approach of the theme of extension at the Brazilian universities, who emphasizes the need for curriculum flexibility for better qualify extension actions. The research subjects who collaborated with the development of the proposed research totaled: 21 extension deans, 54 extension directors, 168 extension coordinators and, finally, 62 Internship Coordinators or representatives of the IF sectors. The conclusion was, then, that the Federal Institutes across the national territory have put in practice actions aimed at extension, an inseparable principle of Education, and that, each one has its actions guided by the legislation, but also, because they are autonomous institutions, they do not have the same structure, since each one articulates their own extension actions individually. During the process of building knowledge about the theme analyzed in this thesis, it was realized that the extension, in the referred context, is considered a fundamental element for the strengthening of Education and that the practices of extension go beyond meanings, legal conceptions and implementation, for the main objective of the extension actions in those institutions is designed to put into practice the academic knowledge acquired in order to be delivered to the internal and external community of the teaching institutions.

Keywords: Dialogism. Extension. Federal Institute of Education, Science and Technology. Curricular Flexibility

Resumen

Política de extensión en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología: direcciones, prácticas y dialogicidad.

Este trabajo tiene por finalidad comprender las direcciones que orientan la estructura y la práctica extensionistas de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología, organización académica creada en 2008, con el objeto de substituir a los Centros Federales, para dar continuidad a los desafíos de proveer educación profesional de nivel medio y superior. La importancia de este estudio se debe a los recientes cambios en las leyes que establecieron, a los Institutos, los mismos principios que, hasta entonces, eran atribuidos por la Constitución Federal de 1988 (art. 207) solamente a las universidades, es decir: autonomía didáctico-científica, administrativa y de gestión financiera y patrimonial; indisociabilidad entre enseñanza, pesquisa y extensión. Metodologicamente, se trata de una investigación de naturaleza cualicuantitativa que propone la recogida y la descripción de datos: i. por cuestionario, con coordinadores, directores y prorectores que actúan o actuaron en la gestión institucional del área extensionista de los Institutos Federales; ii. por pesquisa documental, que buscó y analizó la producción legislativa y ministerial sobre la extensión universitaria y los informes de las reuniones de trabajo de la Red Nacional de Extensión (Renex) y del Foro de Prorectores de Extensión (Forproex); iii. pesquisa bibliográfica, con revisión de la producción académica en torno a los términos ‘extensión universitaria’ y ‘extensión en los Institutos Federales’. El trabajo analítico de los datos coleccionados fue realizado por medio de la técnica de análisis estadístico y descriptivo y el cuadro teórico de referencia que condujo a la elaboración del cuestionario de pesquisa y orientó el análisis cuantitativo derivó tanto de los informes técnicos de la Renex y del Forproex como de la producción teórica resultante de la revisión de literatura, destacándose las teorizaciones fundamentadas en el pensamiento pedagógico freiriano, el que reinterpretó la actividad de extensión en el universo académico, especialmente por medio de la categoría dialogicidad; Pedro Demo (2001a) y su interpelación sobre el lugar de la extensión en el escenario académico y la ‘mala conciencia’ de la universidad acerca de ella; Malvina Tuttmann (2001), presencia teórica significativa en el ámbito institucional con la temática de la extensión en las universidades brasileñas, que enfatiza la necesidad de flexibilización curricular para mejor cualificar las acciones extensionistas. Los sujetos de investigación que colaboraron con el desarrollo de la investigación propuesta sumaron: 21 decanos de extensión, 54 directores de extensión, 168 coordinadores de extensión y, finalmente, 62 Coordinadores de Pasantías o representantes de los sectores de IF. Concluimos, entonces, que los Institutos Federales de todo territorio nacional practican acciones volcadas a la extensión, principio indisociable de la educación, y que, cada uno tiene sus acciones basadas en la legislación, mas, debido a que son instituciones autónomas, no poseen estructura única, puesto que cada una articula sus acciones extensionistas individualmente. Durante el proceso de construcción del conocimiento acerca de la temática analizada en esta tesis, nos dimos cuenta de que la extensión es considerada elemento fundamental al fortalecimiento de la educación y que su práctica está más allá de aplicaciones, direcciones y concepciones legales, pues el objetivo central de las acciones extensionistas en esas instituciones es pensado para conducir la práctica de los conocimientos académicos adquiridos con el objeto de llevarlos a la comunidad interna y externa a las paredes de las instituciones de enseñanza.

Palabras clave: Dialogicidad. Extensión. Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología. Flexibilización Curricular.

FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de palavras Forproex	137
Figura 2 -	Mapa do Brasil por Região	198
Figura 3 -	Mapa do Estado do Amapá	201
Figura 4 -	Organograma do <i>Campus</i> Cubatão	251

TABELAS

Tabela 1 -	Resultado Revisão da Literatura por título	47
Tabela 2 -	Resultado Revisão da Literatura por resumo	48
Tabela 3 -	Análise das palavras mais encontradas nos Encontros do FORPROEX	139
Tabela 4 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão	161
Tabela 5 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão	167
Tabela 6 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão	172
Tabela 7 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio.....	183
Tabela 8 -	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Norte ...	199
Tabela 9 -	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Nordeste	209
Tabela 10 -	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro- Oeste	223
Tabela 11 -	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sul	228
Tabela 12 -	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste.	235
Tabela 13 -	Total de Institutos Federais	254
Tabela 14 -	Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Pró- reitores de Extensão	293
Tabela 15 -	Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Pró-Reitoria	302
Tabela 16 -	Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Diretores de Extensão	306
Tabela 17 -	Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Extensão dos Diretores de Extensão	317
Tabela 18 -	Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Coordenadores de Extensão	323

Tabela 19 -	Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Coordenação de Extensão	336
Tabela 20 -	Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Coordenadores de Estágio	343
Tabela 21 -	Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Coordenação de Estágio	351

GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de gênero	162
Gráfico 2 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de Idade	163
Gráfico 3 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de Formação Acadêmica	164
Gráfico 4 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Tipo de servidor	164
Gráfico 5 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no Instituto Federal	165
Gráfico 6 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de tempo como servidor na pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal.	166
Gráfico 7 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de gênero	168
Gráfico 8 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de Idade	169
Gráfico 9 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de Formação Acadêmica	169
Gráfico 10 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Tipo de Servidor	170
Gráfico 11 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no Instituto Federal	171
Gráfico 12 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no setor de Extensão do Instituto Federal	172

Gráfico 13 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de gênero	178
Gráfico 14 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de Idade	179
Gráfico 15 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem da Formação Acadêmica	180
Gráfico 16 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Tipo de Servidor	180
Gráfico 17 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de tempo como servidor do Instituto Federal	181
Gráfico 18 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no setor de Extensão do Instituto Federal	182
Gráfico 19 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de gênero	186
Gráfico 20 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de Idade	186
Gráfico 21 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem da Formação Acadêmica	187
Gráfico 22 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Tipo de Servidor	188
Gráfico 23 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de tempo como servidor do Instituto Federal	188
Gráfico 24 -	Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de tempo como servidor no setor de Estágio do Instituto Federal	189
Gráfico 25 -	Docentes Efetivos IFSP-CBT	250
Gráfico 26 -	Docentes Substitutos IFSP-CBT	250
Gráfico 27 -	Estrutura da Rede de Institutos Federais	253
Gráfico 28 -	Estrutura dos IF	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise da palavra Extensão por Paulo Freire	53
Quadro 2 - Cartas e Memórias Forproex	99
Quadro 3 - Vantagens e Desvantagens da técnica coleta de dados “questionário”	152
Quadro 4 - Respostas do pré-teste aplicado aos agentes extensionistas	155
Quadro 5 - Lista da criação dos Institutos Federais	192
Quadro 6 - Organograma Ideal para os Institutos Federais	287

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS E SÍMBOLOS

ABRUEM	Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AC	Acre
AGIF	Agência de Inovação do IFPR
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AP	Amapá
ARINTER	Assessoria de Relações Internacionais
Art.	Artigo
AYTY	Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAC	Coordenação de Ações Comunitárias
CAC	Coordenação de Arte e Cultura
CACAI	Coordenação de Assistência Comunitária e Ações Inclusivas
CAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CAEAE	Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos
CAEDE	Coordenação de Atividades Externas de Extensão
CAES	Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor
CAEST	Coordenadoria de Apoio a Estágios
CAG	Coordenadoria de Apoio à Gestão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Coordenadoria de Ações Socioculturais
CCAC	Coordenação de Convênios
CCE	Coordenadoria de Cursos de Extensão
CCEX	Coordenação de Cursos de Extensão
CCL	Coordenação de Cultura e Lazer

CCOM	Coordenação de Comunicação e Eventos
CCQP	Coordenação de Cursos de Qualificação Profissional
CDEE	Coordenação de Estágio e Extensão
CDES	Coordenação de Estágio e Extensão
CDTC	Coordenação Geral de Difusão Técnico-Científica Cultural
CE	Coordenação de Extensão
CE	Coordenadoria de Estágios e Empregos
CE	Coordenação de Estágio
CE	Ceará
CEAEG	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos
CEE	Coordenação de Cursos e Eventos
CEE	Coordenação de Estágios e Egressos
CEE	Coordenação de Estágio e Empregos
CEE	Coordenadoria de Estágios
CEE	Coordenação de Extensão e Estágio
CEEG	Coordenação de Estágios e Egressos
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-SP	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFOR	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância
CEL	Coordenação de Esporte e Lazer
CEL	Centro de Línguas
Celin	Centro de Línguas
CENI	Centro de Idiomas
CEP	Coordenadoria de Projetos de Extensão
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPICQ	Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação
CERC	Coordenação de Extensão e Relações Comunitárias
CERE	Coordenação de Extensão e Relações Externas
CERE	Coordenadoria de Extensão e Relações Empresariais
CERTEC	Centro de Referência Tecnológica
CES	Coordenação de Estágio
CES	Coordenação de Esportes
CEUA	Comissão de Ética no Uso de Animais

CEX	Coordenação Geral de Extensão
CEX	Coordenação de Extensão
CEXT	Coordenação de Extensão
CFIC	Coordenação Geral de Qualificação Profissional
CFIC	Coordenação de Formação e Qualificação
CFIC	Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada
CFO	Coordenadoria de Fomentos
CFP	Coordenadoria de Formação Profissional
CGAE	Coordenação Geral de Ações de Extensão
CGAE	Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão
CGCAI	Coordenação Geral de Cursos e Ações Inclusivas
CGCE	Coordenação Geral de Cursos e Eventos
CGEI	Coordenação Geral de Empreendedorismo e Incubadoras
CGEX	Coordenação Geral de Extensão
CGEXT	Coordenação Geral de Extensão
CGIEE	Coordenação-Geral de Integração Escola Empresa
CGIPE	Comitê Gestor Interno de Acompanhamento aos Egressos
CGPE	Coordenadoria Geral de Pesquisa e Extensão
CGPEX	Coordenação Geral de Produção e Extensão
CGPP	Coordenação-Geral de Programas e Projetos
CGPPE	Coordenação de Projetos e Eventos
CGRIC	Coordenação Geral de Relações Institucionais e Cooperações
CICC	Coordenação de Integração <i>Campus</i> Comunidade
CIEC	Coordenação de Integração Escola-Comunidade
CIEC	Coordenação de Extensão e o Setor de Estágio
CIEC	Coordenação de Estágios e Convênios
CIEE	Coordenação de Integração Escola – Empresa
CIEEC	Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
CIES	Coordenação de Integração Ensino e Sociedade
CIIFAM	Coordenação do Centro de Idiomas
CI-IFAM	Centro de Idiomas
CISPRO	Coordenação de Inclusão Social e Produtiva
CNE	Conselho Nacional de Educação

COACC	Coordenação de Arte, Cultura e Cidadania
COAEMP	Coordenação de Ações Empreendedoras
COAP	Coordenação de Apoio à Pesquisa
COART	Coordenação de Articulação e Integração
COCEC	Coordenação de Cultura, Esporte e Cidadania
CODEX	Coordenação de Extensão
COE	Coordenação de Estágios
COEEG	Coordenação de Estágios e Egressos
COEL	Coordenação de Esporte e Lazer
COEM	Coordenação de Empreendedorismo
COERI	Coordenação de Extensão e Relações Institucionais
COES	Coordenadoria de Estágios
COEST	Coordenação de Estágio
COEST	Coordenação de Estágios e Egressos
COEX	Coordenação de Extensão
COEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
COEX	Coordenação de Extensão
COEX	Coordenadoria de Extensão e Cultura
COEXPEIN	Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação
COEXT	Coordenação de Extensão
COIDI	Coordenação de Inclusão e Diversidade
COIEE	Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos
COIEE	Coordenação de Integração Escola – Empresa
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COORDEX	Coordenação de Extensão
COPE	Coordenação de Pesquisa e Extensão
COPE	Comitê de Pesquisa e Extensão
COPESQ	Coordenação de Pesquisa e Extensão
COPEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
COPEX	Coordenação de Extensão
COPEX	Coordenação de Pesquisa, Extensão e Inovação
COPEX	Coordenadoria de Pesquisa e Extensão

COPEX	Coordenadoria de Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação
COPIE	Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão
COPRE	Coordenação de Programas e Registro de Extensão
CORE	Coordenação de Relações Empresariais
CORI	Coordenação de Relações Interinstitucionais
CORIEC	Coordenação de Integração Escola e Comunidade
COSIE	Coordenadoria de Serviço de Integração <i>Campus</i> – Empresa
COSIE-E	Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa
COTEX	Coordenação de Atividades de Extensão
CP2	Colégio Pedro II
CPC	Coordenação de Projetos e Convênios
CPE	Coordenação de Pesquisa e Extensão
CPE	Coordenadoria de Projetos de Extensão
CPEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
CPPA	Coordenação de Projetos, Programas e Ações
CPPE	Coordenação de Programas e Projetos de Extensão
CPPEX	Coordenação Geral de Programas e Projetos de Extensão
CPPI	Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Extensão
CPRC	Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias
CRAE	Coordenadoria de Registro de Ações de Extensão
CREE	Coordenação de Relação de Estágio e Egresso
CREE	Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos
CREE	Coordenação de Relações Empresariais e Egressos
CRES 2018	Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe
CRI	Coordenação de Relações Institucionais
CRIC	Coordenação de Relações Interinstitucionais e Comunitárias
CRIEE	Coordenação de Relações Institucionais Estágio e Egressos
CRP	Coordenadoria de Registros Escolares – Pós-Graduação
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DACEL	Departamento de Ações de Cultura, Esporte e Lazer
DADC	Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Comunitário

DAE	Direção Adjunta de Extensão
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
DAE	Departamento de Ações Estudantis
DAGP	Diretoria Adjunta de Gerenciamento de Projetos
DDE	Diretoria de Desenvolvimento e Ensino
DDE	Diretoria de Desenvolvimento Educacional
DDE	Diretoria de Ensino
DDE	Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação
DE	Diretoria de Ensino
DE	Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão
DEN	Direção de Ensino
DEPE	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEPE	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEPE	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEPEP	Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
DEPEP	Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
DEPEPI	Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação
DEPEX	Departamento de Pesquisa e Extensão
DEPEX	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEPEX	Departamento de Extensão
DEPEX	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
DEPEX	Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão
DEPI	Direção de Extensão, Pesquisa e Inovação
DEPIT	Departamento de Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica
DEPPG	Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação
DEPPI	Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
DEPPI	Diretoria de Extensão e Pesquisa
DERC	Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias
DEREC	Departamento de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias

DERI	Departamento de Extensão e Relações Institucionais
DET	Diretoria de Extensão Tecnológica
DEX	Diretoria de Extensão
DEX	Departamento de Extensão
DEX	Diretoria de Extensão
DEXPR	Diretoria de Extensão Popular e Rural
DEXT	Diretoria de Extensão Tecnológica
DEXT	Direção de Extensão
DF	Distrito Federal
DIAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DICAE	Divisão de Integração <i>Campus</i> - Empresa
DiDAA	Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas
DIEAS	Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade
DIEER	Divisão de Estágio, Egressos e Relações Institucionais
DIEPE	Departamento de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão
DIEPEX	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DIEPXP	Diretoria de Extensão e Produção
DIEX	Divisão de Extensão
DIEXT	Diretoria de Extensão Tecnológica
DIPEAP	Diretoria de Políticas de Extensão, Articulação e Parcerias
DIPEXT	Departamento de Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Inovação
DIPPED	Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Desafios Acadêmicos
DIPROEXT	Diretoria de Extensão Comunitária e Tecnológica
DIRCOM	Diretoria de Comunicação Institucional
DIREC	Diretoria de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias
DIREC	Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias
DIREC	Diretoria Executiva de Extensão
DIREC	Diretoria de Extensão, Esporte e Cultura
DIREL	Diretoria de Relações Institucionais
DIREN	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DIREX	Diretoria Executiva
DIREX	Diretoria de Extensão

DIREX	Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais
DIREX	Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade
DIREXT	Direção de Extensão
DIRPEX	Diretoria de Pesquisa e Extensão
DPA	Departamento de Projetos Acadêmicos
DPCE	Divisão de Projetos e Cursos de Extensão
DPE	Diretoria de Pesquisa Inovação e Extensão
DPE	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
DPEAECQ	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Apoio ao Estudante
DPEI	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação
DPEP	Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
DPEP	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção
DPEX	Divisão de Programas de Extensão
DPEX	Departamento de Pesquisa e Extensão
DPEX	Divisão de Pesquisa e Extensão
DPEX	Divisão de Extensão
DPEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
DPIEX	Diretoria de Pesquisa, Inovação e Extensão
DPP	Departamento de Programas e Projetos
DPP	Diretoria de Programas e Projetos
DPP	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DPPE	Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
DPPGIEX	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão
DRAPS	Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social
DRC	Departamento de Relações Comunitárias
DRCI	Diretoria de Relações Comunitárias e Institucionais
DRE	Departamento de Relações Empresariais
DREEC	Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária
DREI	Diretoria de Relações Institucionais
DREP	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DRI	Departamento de Relações Institucionais
DRIIT	Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
EAD	Educação a Distância

EIDE	Encontro Iberoamericano de Educação
ELE	Espanhol como Língua Estrangeira
EMARC	Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac
EVENTOS	Coordenação de Eventos
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Financiamento Estudantil.
FORGRAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação
GE	Gerência de Ensino
GEPE	Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão
GEPEX	Gerência de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
GO	Goiás
GRUPEFREI	Grupo de Pesquisas Freiriananas em Educação
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFETs	Institutos Federais de Educação
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFFarroupilha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFGOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambucano
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão do Piauí
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência de Santa Catarina
IFSERTÃO-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSP – CBT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – <i>Campus</i> Cubatão
IFSUDESTEMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
IncluiEduc	Educação Inclusiva
INCUTES - IFPB	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPB
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIPED	Políticas Educacionais
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
MEC/SESU	Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Superior
MEC/SETEC	Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Mato Grosso do Sul

MT	Mato Grosso
NAC	Núcleo de Arte e Cultura
NADPE	Núcleo de Atividades Sociais, Artísticas, Desportivas e Projetos Especiais
NAE	Núcleo de Apoio ao Estágio
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NAPNEE	Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NCelins	Núcleo de Centro de Línguas
NE	Núcleo de Estágio
NEAB	Núcleo e estudos Afrobrasileiros
NEABI	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígena
NEAM	Núcleo de Educação Ambiental
NEC	Núcleo da Educação do Campo
NEL	Núcleo de Esporte e Lazer
NELAC	Núcleo de Esporte, Lazer, Arte e Cultura
NEX	Núcleo de Extensão
NIPE	Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão
NIT	Núcleo de Inovação e Tecnologia
NIT	Agente de Inovação Tecnológica
NPPR	Núcleo de Programas, Projetos e Registros
NRE	Núcleo de Relações com o Mundo do Trabalho e Educação Profissional, Técnica e Tecnológica
OFA	Ocupante de Função Atividade
PA	Pará
PB	Paraíba
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Planos de Desenvolvimento Institucionais
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Programa de Educação Digital

PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PICD	Plano Nacional de Capacitação Docente
PIEC	Programa Integrador Escola Comunidade
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PNDE	Planos Nacionais de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Cursos
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Projetos Políticos Institucionais
PR	Paraná (PR)
PREX	Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROEJA	Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEPI	Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROEVEXC	Programa Institucional de Apoio aos Eventos de Extensão e Cultura
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão Tecnológica
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXTENSÃO	Programa Institucional de Auxílio às Atividades de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPEX	Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós Graduação
PROPGPEC	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUBLIC	Coordenação de Publicações
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REC	Coordenação de Relações Institucionais e Extensão Comunitária
RENEX	Rede Nacional de Extensão
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REX	Representante de Extensão
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCD	Secretaria de Cultura e Difusão
SCEST	Seção de Estágio
SDEX	Secretaria de Extensão
SDEX	Secretaria de Extensão
SE	Sergipe
SEAEXT	Seção de Gerenciamento de Atividades de Extensão
SEEG	Seção de Gerenciamento de Estágio e Egresso
SEOT	Setor de Egresso e Observatório do Trabalho
SEPPG	Secretaria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação
SEPS	Setor de Extensão e Projetos Sociais
SERC	Seção de Estágios e Relações Comunitárias
SERI	Setor de Estágio e Relações Institucionais
SERPEX	Secretaria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
SES	Setor de Estágio
SEST	Setor de Estágio Curricular
SEST	Setor de Estágio
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEEG	Setor de Estágio e Egressos
SIEC	Setor de Integração Escola Comunidade
SIE-C	Setor de Integração Escola-Comunidade
SIEE	Coordenação do Serviço de Integração, Estágios, Egressos e Emprego
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação

SND	Secretaria Nacional de Desporto
SPEX	Secretaria da Pró - Reitoria de Extensão
TO	Tocantins
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNB	Universidade de Brasília
UNED-Cubatão	Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão da Escola Técnica Federal de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	35
INTRODUÇÃO	39
CAPÍTULO I - OS PESQUISADORES E A EXTENSÃO	47
1.1 Revisão da literatura	47
1.2 Bases conceituais da extensão	51
1.2.1 A dialogicidade	51
1.2.2 Os “is” da extensão universitária: dialogicidade e as demais bases extensionistas	69
1.2.3 O lugar da extensão	74
1.2.4 A flexibilização curricular	78
1.3 Ultimando ideias	83
CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ORIGEM, CONCEPÇÕES E POLÍTICAS ..	85
2.1 Extensão e constituições ao longo do tempo	85
2.2 Extensão no Plano Nacional de Educação.....	91
2.3 Análise das cartas e memórias do Forproex e da Renex	97
2.3.1 Explorando as palavras	137
2.4 Resolução da Extensão Universitária	142
CAPÍTULO III - PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	148
3.1 Metodologia da Pesquisa	148
3.2 Procedimentos para coleta de dados	152
3.2.1 Pré-Teste	155
3.3 Sujeitos de Pesquisa	161
3.4 Descrição dos Institutos Federais brasileiros com foco na Extensão	190
3.4.1 Região Norte	199
3.4.2 Região Nordeste	208

3.4.3 Região Centro-Oeste	222
3.4.4 Região Sul	228
3.4.5 Região Sudeste	235
3.5 Técnicas de análise de dados: análise estatística descritiva e correlacional...	252

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS 253

4.1 Região Norte	255
4.2 Região Nordeste	260
4.3 Região Centro-Oeste	268
4.4 Região Sul	271
4.5 Região Sudeste	275
4.6 Ultimando ideias	283

CAPÍTULO V - A VOZ DA EXTENSÃO E DE SEUS AGENTES NA REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS 290

5.1 Métodos	290
5.1.1 Categorização de variáveis	290
5.1.2 Análise descritiva	291
5.1.3 Análise de regressão logística simples	291
5.2 Resultados	292
5.2.1 Questionário aplicado aos Pró-reitores de Extensão	292
5.2.1.1 Regressão Logística Univariada dos Pró-reitores de Extensão	301
5.2.2 Questionário aplicado aos Diretores de Extensão	305
5.2.2.1 Regressão Logística Univariada dos Diretores de Extensão	316
5.2.3 Questionário aplicado aos Coordenadores de Extensão	322
5.2.3.1 Regressão Logística Univariada dos Coordenadores de Extensão	335
5.2.4 Questionário aplicado aos Coordenadores de Estágio	342
5.2.4.1 Regressão Logística Univariada dos Coordenadores de Estágio	350

5.3 Arrematando os dados	355
CONSIDERAÇÕES FINAIS	359
REFERÊNCIAS	365
APÊNDICE A - Pró-reitores de Extensão	375
APÊNDICE B - Diretores de Extensão	382
APÊNDICE C - Coordenadores de Extensão	390
APÊNDICE D - Coordenadores de Estágio	398
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	404
ANEXOS	406

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de apresentar o caminho percorrido até chegar ao objeto de pesquisa que nos ocupou – a extensão nos Institutos Federais – descrevo a minha trajetória profissional onde encontrei principal motivação para desenvolver este trabalho.

Já na infância, desejava atuar na área educacional. Sempre utilizava falas como “Eu vou ser professora quando crescer”, motivo pelo qual, por muitas vezes, minha brincadeira preferida era a de ‘escolinha’, onde eu era professora de minhas bonecas e de meus amigos. Com o passar do tempo, pautada nessa realidade, ao ingressar no Ensino Médio, minha única escolha foi fazer matrícula no curso de Magistério, em 1996, quando comecei a fazer o curso de meus sonhos para dar início à minha carreira profissional.

Em 1999, cursando o último ano, comecei a dar aula em uma escola de educação infantil, alfabetizando crianças, uma das minhas melhores realizações profissionais alcançadas. Momento único, de total cumplicidade! No ano seguinte, ingressei na Rede Estadual de São Paulo, dando início às atividades em instituições públicas de ensino. Nessa Rede atuei, inicialmente, como professora eventual, isto é, sem aulas fixas, apenas substituindo a ausência de outros professores. De eventual passei a ser professora vinculada à categoria Ocupante de Função Atividade (OFA), o que me conferia vínculo temporário, renovado anualmente e, também, comecei a ministrar aulas de Espanhol no Centro de Línguas (CEL) da região. Academicamente, em 2000, dei início à minha primeira graduação em Letras – Português/Espanhol, dando sequência aos estudos em 2004, com o ingresso no curso de Pedagogia.

Em 2006, ainda dentro da Rede Estadual de São Paulo, fui convidada a me afastar das atividades docentes para trabalhar na função de coordenadora pedagógica. Considero essa experiência primordial, pois a partir desse momento, passei a ter muito interesse e satisfação em atuar na área administrativa de uma unidade de ensino. Paralelamente, lecionei em instituições educacionais particulares, da educação infantil ao ensino superior, ampliando meus conhecimentos e minhas práticas pedagógicas e metodológicas.

Em 2006, iniciei uma especialização em Gestão Educacional, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde apresentei o trabalho de conclusão de curso intitulado: *O papel da Equipe Gestora das unidades escolares frente às aplicabilidades dos recursos financeiros da Educação*. Em 2008, matriculei-me em mais um curso de Especialização, dessa vez com enfoque na área de Organização, Planejamento e Implantação de EAD, ofertado pela

Universidade Federal Fluminense (UFF). Ao finalizá-lo, apresentei o trabalho: *A afetividade nas relações interpessoais nos fóruns de discussão a distância*.

Como tive muito apreço por atuar na administração escolar, comecei a prestar concursos na área, sendo chamada a assumir, em 2009, o cargo de Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no *Campus* Cubatão. A partir do meu ingresso, passei a aprender sobre a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e sobre a especificidade pedagógica dessa instituição. A Rede Federal possui especificidades bem diferentes das experiências trilhadas anteriormente, na Rede Estadual, o que acrescentou um novo processo de aprendizagem profissional à minha carreira na educação pública, agora, sobre concepções da educação profissional.

Para continuar o meu processo de aprendizagem, em 2013 ingressei no Mestrado da Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Ao final desse processo, apresentei a dissertação intitulada: *O princípio da gratuidade ativa no Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão – IFSP-CBT*. Obtida a titulação de Mestre em Educação, em 2015, fui convidada pela Direção do *Campus* a atuar, no ano de 2016, como Coordenadora de Extensão, mais uma nova experiência e um novo foco para minhas atividades profissionais.

Arelado à essa experiência, nasce um projeto de pesquisa, agora para o Doutorado, sobre a maneira como os institutos federais lidam com a extensão em suas unidades de ensino, partindo do princípio garantido pela Constituição Federal de 1988: da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com esse questionamento, em 2018 iniciei o Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-UNINOVE), sob a orientação do Professor Doutor José Eduardo de Oliveira Santos, vinculado à Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

No decorrer dos semestres, as diversas reuniões de orientação para pesquisa e elaboração da tese foram provendo as bases teóricas para os estudos sobre o tema pretendido, a extensão, e sobre o universo pesquisado, o Instituto Federal. As disciplinas cursadas foram de suma importância para o gradativo aprofundamento dos conhecimentos teóricos e metodológicos da área de educação, a saber: Culturas, Políticas e Teorias em Educação; Políticas Educacionais; Políticas de Educação Superior; e História da Educação Brasileira, além dos seminários temáticos: *Education and Sustainable Development*; Fundamentos Epistemológicos das Políticas Educacionais, e da participação, ao longo de quatro semestres consecutivos, nos seminários de pesquisa da Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais (LIPED).

Várias atividades acadêmicas foram imprescindíveis para complementar a formação disciplinar e ganhar experiência no debate acadêmico. Em julho de 2018, tive a oportunidade de participar do curso *Noções Básicas do Comportamento Suicida*, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Cubatão. No mesmo ano, em outubro, participei como ouvinte da banca de defesa de tese *O aspecto verbal e o ensino de verbos nas aulas de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE): questões semânticas e pragmáticas*, de Caroline Alves Soler, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Araraquara. Também em outubro de 2018, participei como ouvinte da XIII Mostra de Pesquisa em Educação, no VI Seminário Parfor, VI Encontro do PIBID: *O Direito à Educação: políticas, pesquisas e práticas*, realizado pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Em 2019, recebi aprovação para comunicação do texto: *Direito à Educação e Assistência Estudantil na Educação Superior - o princípio da Gratuidade Ativa*, no XXXII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, na cidade de Lima, Perú, cujo tema era: *Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida*. No mesmo ano, participei como ouvinte da banca de defesa da tese: *Ensino de pronúncia do Espanhol como língua estrangeira: reflexões e propostas didáticas*, de Julia Batista Alves, na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Araraquara). Em novembro, ainda em 2019, participei do *IV Seminário de Educação Inclusiva (IncluiEduc)* e *II Seminário de Políticas e Gestão Educacional*, realizados em data única pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), respectivamente, como ouvinte e apresentando o trabalho *O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma política pública eficaz para minimizar o quadro de vulnerabilidade social dos educandos*. No mesmo mês, participei do *XIV Encontro Iberoamericano de Educação (EIDE)*, também na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de Araraquara, na condição de ouvinte e na apresentação do trabalho *Direito à Educação e Assistência Estudantil na Educação Superior – o Princípio da Gratuidade Ativa*. Ainda em novembro, participei como ouvinte e coordenadora de atividades acadêmicas e culturais do *XI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares – desafios das instituições escolares na contemporaneidade: ensino, financiamento, conhecimento aplicado e formação de professores*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove), de São Paulo. Por fim, no mesmo semestre e ano, obtive aprovação de capítulo de livro da área de educação: *A extensão como princípio indissociável da educação*.

Em maio de 2020, o meu trabalho foi aprovado pela banca examinadora de qualificação a qual encaminhou algumas observações e sugestões para a elaboração da versão final. Cabe salientar que no mês de julho do mesmo ano, por razões que me são alheias, precisou haver a alteração de orientador. A partir de então, o Prof. Dr. Manuel Tavares Gomes assumiu a condução da finalização desta tese.

Com base nas experiências em docência e gestão nas áreas pública e privada, particularmente as mais recentes na área de extensão em instituição federal de educação, e com o aprimoramento teórico e metodológico conquistado ao longo dos últimos quase três anos de estudos de doutoramento, no curso de Doutorado do PPGE-UNINOVE, que me recebeu como aluna e bolsista integral, espero, em agradecimento, poder corresponder com esta pesquisa que busca refletir sobre a área de extensão na educação brasileira, com o intuito de propagá-la e aprimorá-la.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira organiza o Sistema Federal de Ensino de acordo com o disposto no artigo 16 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro 1996, pelo qual se compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação. Nessa Lei também se define que o credenciamento das instituições obedecerá à classificação das IES em organizações acadêmicas: faculdades, centros universitários, universidades e Institutos Federais.

As instituições que são mantidas pela União, sob supervisão, credenciamento e avaliação do Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo oferecer ensino público e gratuito à população, além de fomentar a realização de pesquisas e projetos de extensão. A peculiaridade dos Institutos Federais (IF) se dá pela oferta, existente em suas diferentes unidades, de outros níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, enquanto as universidades propiciam tão somente o ensino superior, os Institutos Federais viabilizam cursos voltados ao nível básico – ensino médio e médio técnico – e superior - tecnológico, licenciatura, bacharel e pós-graduação -, e à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tendo a Constituição Federal de 1988 determinado a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da educação superior, e dada a diversidade institucional que os IF apresentam, seja em termos de níveis e modalidades de ensino, seja em termos da composição de seu público estudantil, nosso problema de pesquisa destaca a diferenciação que há na aplicabilidade da extensão dentro da rede de Institutos Federais e sua especificidade com relação aos sentidos e práticas extensionistas tradicionalmente desenvolvidas nas universidades da mesma rede.

Essa configuração institucional denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criada em 2008, como parte de um projeto de ampliação da rede federal de educação em todo o território nacional, democratizando e conferindo um caráter mais popular à educação no país, tendo a interiorização como fator relevante da criação e expansão pelo território nacional. O objetivo central foi a criação de uma rede de educação profissional de base tecnológica que visava, além da ampliação do número de matrículas na educação superior, o investimento na formação de corte técnico e tecnológico, com base na produção de conhecimento e na formação acadêmicas, alinhando, posteriormente, as funções de ensino, pesquisa e extensão aos esforços de desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras. Por meio dessas ações, os Institutos Federais intentavam inserir o país no contexto

competitivo da economia e levar a formação acadêmica de segmentos mais amplos da população a patamares mais altos.

Fator importante no desenvolvimento dos IF foi a sua equiparação às universidades, contemplando o “desejo de ser universidade” e o prestígio acadêmico similar entre as instituições, como percebemos no texto de Fernandes (2018, p. 73):

Como resposta ao desejo latente dos CEFETs de se transformarem em universidades tecnológicas, o Ministério da Educação abriu a possibilidade de uma nova institucionalidade que se aproximava do padrão da universidade em termos de organização institucional, porém sem as exigências de abrangência das universidades clássicas e com autonomia relativa no que diz respeito à abertura de vagas e cursos, tendo como uma das determinações a impossibilidade de abandonar a formação de técnicos de nível médio. Essa nova instituição recebeu a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, passando a ser, numericamente, a principal instituição componente da REPT.

Essa equiparação garantiu aos Institutos a mesma autonomia para o desenvolvimento de suas ações educativas, constituindo-se, então, uma rede de educação profissional de base tecnológica formada por um conjunto amplo de instituições devotadas à formação profissional que comportava os níveis médio, médio técnico e superior tecnológico. Elas sucederam aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que por sua vez, foram criados em 1978 para substituir as escolas técnicas federais e as escolas agrotécnicas federais preexistentes. Alcançado o mesmo estatuto da organização acadêmica ‘universidade’, passaram a vigorar, para os IF, os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão¹ e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme o artigo 207 da Constituição de 1988; mantendo, no entanto, a atuação nos dois níveis de ensino – o médio e o superior –, os Institutos Federais foram desafiados a estruturar suas áreas próprias de extensão. Assim, aliada às atividades e órgãos de ensino e de pesquisa, a extensão passou a compor esse tripé inseparável de atividades acadêmicas de instituições universitárias de educação superior, conforme disposto em seus documentos de implantação como o Plano de Gestão e o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).

¹ Utilizamos como fonte no desenvolvimento da tese o tripé indissociável da educação, ensino-pesquisa-extensão, que é garantido pela Constituição Federal de 1988. Porém, ressaltamos que, atualmente, existe uma vertente muito forte de estudo que nos leva a pensar a educação partindo de uma gama maior de referências para a completude do êxito acadêmico. Nesse sentido, compreendemos que a indissociabilidade da educação também está atrelada à internacionalização e à inovação. Consideramos, então, a composição dessa indissociabilidade com os segmentos: ensino-pesquisa-extensão-internacionalização-inovação. Como sabemos, os dois últimos mencionados ainda não estão regulamentados pela legislação, porém já são colocados em prática por grande parte das instituições de ensino superior.

A estrutura multicampi dos Institutos foi iniciada após a aprovação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, equiparando-os às universidades federais, o que lhes garantiu, portanto, a isonomia em sua organização acadêmica, levando-os a vínculos obrigatórios com o tripé ensino-pesquisa-extensão. Com isso, surge a necessidade de se trabalhar de forma mais eficaz com os princípios básicos da educação, em particular com a área de extensão, que passou a se tornar mais visível e relevante dentro dos *campi*. Vale salientar que os IF não atendem apenas ao nível superior de ensino, realidade encontrada nas universidades, pois é notório e sabido por todos que a criação desse novo formato institucional de organização acadêmica se deu com o objetivo de implantar uma rede de educação profissional de nível médio técnico e de nível superior tecnológico e de ampliar a oferta de vagas públicas no sistema federal de educação superior em todo o território nacional, para, dessa forma, prover a inclusão de mais estudantes à formação de base técnica e tecnológica.

Tendo como base a legislação vigente, que tem a extensão como um dos tripés indissociáveis da educação superior e percebendo que a criação dos Institutos Federais ampliou a oferta de vagas e diversificou níveis e modalidades de ensino e cursos, surge o questionamento de como os IF lidam com a temática da extensão dentro de sua estrutura.

No que diz respeito à extensão universitária nas instituições de ensino, podemos afirmar que ela é uma das funções que compõem os pilares da educação superior universitária. De acordo com a legislação, o tripé indissociável formado por ensino-pesquisa-extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira, tendo por base o artigo 207 da Constituição, citado anteriormente.

A extensão deve ser vista como parte do currículo de formação de profissionais e educadores, pois é a partir dela que se dá a produção de relações interdisciplinares entre as práticas de ensino e a pesquisa, na integração do pensar e fazer, na relação teoria-prática na produção do conhecimento. Temos consciência de que tratar a extensão universitária de igual modo ao ensino e à pesquisa é um dos compromissos que a educação superior deve ter para que seja garantido aos estudantes a sua formação completa. Validar e dar voz às ações de extensão fortalece ainda mais a capacitação dos envolvidos nesse processo, pois viabiliza a troca de conhecimentos, experiências e vivências entre eles.

A constatação dessa nova condição institucional associada à nossa prática diária de trabalho na Coordenadoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Cubatão -, motivaram o interesse por pesquisar, aprofundar e analisar o conhecimento sobre os desafios específicos que se põem a essas instituições para conceber e

praticar atividades extensionistas, tomando documentos oficiais e gestores responsáveis pela extensão nos Institutos Federais, em seus 613 *campi* espalhados por todo o território nacional, como fontes de dados.

Dessa forma, tratando-se da ampliação de funções atribuídas a essa nova organização acadêmica, isto é, com a incorporação de áreas e práticas extensionistas à rotina acadêmica dos IF, e tendo em vista que tais práticas só poderiam ter como modelo conceitual as universidades preexistentes, a questão que orienta esta investigação fica assim formulada: Quais os sentidos de extensão que orientam as práticas dos órgãos internos aos Institutos Federais brasileiros responsáveis por sua gestão?

Elaborada a questão de pesquisa, fica claro o objetivo deste trabalho, que consiste em compreender os sentidos de extensão que orientam as práticas dos órgãos internos dos Institutos Federais. Decorrem desse objetivo geral os seguintes objetivos específicos a serem perseguidos nesta investigação:

- a) Identificar as práticas extensionistas desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pela extensão nos institutos, por meio dos programas, projetos e ações encaminhados a esses órgãos (pelo governo federal) e por esses órgãos;
- b) Analisar os mecanismos de regulação administrativa das atividades de extensão no interior dos *campi*, identificando suas relações com o ensino e a pesquisa.

A pesquisa aqui apresentada se orienta por uma abordagem metodológica quali-quantitativa compreensiva. Para a coleta de dados, realizamos pesquisa documental que levantou e analisou:

- i. A legislação vigente sobre a política nacional de extensão universitária contida nas constituições brasileiras, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), nos planos nacionais de educação (PNE 2004/2010 e 2014/2024); demos atenção especial à análise do cumprimento da Estratégia 7 da Meta 12 do para 2024, que trata da obrigatoriedade de implementar a extensão em no mínimo dez por cento dos cursos.
- ii. Os relatórios específicos produzidos pelos organismos de formulação de política universitária de extensão: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Instituições de Educação Superior Brasileiras (Forproex)² e Rede Nacional de Extensão (Renex)³;

- iii. Documentos dos IFs, como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP), que estabelecem as diretrizes institucionais das atividades de extensão.

A pesquisa bibliográfica cuidou de organizar a revisão de literatura sobre a produção acadêmica em torno do termo extensão, o que nos permitiu uma visão geral do debate conceitual acerca da extensão universitária no país e, especificamente, sobre a extensão nos Institutos Federais. As pesquisas foram realizadas nos seguintes repositórios acadêmicos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP), Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a plataforma Scielo. Como descritores, utilizamos “extensão universitária” e “extensão nos institutos federais”.

Na elaboração de nossa tese, partimos do princípio de que extensão é uma política pública nacional e, por isso, tratamos de buscar na literatura acadêmica e nos diversos relatórios produzidos pelos fóruns universitários oficiais Renex e Forproex concepções, sentidos e respectivas fontes teóricas que tivessem consonância com nossa perspectiva teórico-política e, assim, pudessem constituir nosso referencial teórico para análise dos dados coletados.

Ressaltamos que temos a ciência da existência do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação (Forproext) que está atrelado ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), tais segmentos os quais são direcionados, especificamente, às Universidades Federais e Institutos Federais. Nosso anseio inicial foi o de agregar à elaboração desta tese informações e concepções produzida por esse fórum. Mas, no decorrer de nossa busca por essas informações, não conseguimos localizar o material referente a elas que garantissem o aprofundamento maior e

² O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

³ A Rede Nacional de Extensão (Renex), iniciativa do Forproex, mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados sobre as práticas de extensão no País.

necessário ao nosso estudo. Em nossas pesquisas, no site oficial do CONIF, localizamos um espaço reservado ao Forproext, porém que se encontra vazio. Tal situação nos levou à não produção de estudo referente ao fórum mencionado, conduzindo-nos à análise exclusiva do Forproex, o que enriqueceu o nosso conhecimento e nos mostrou a trajetória histórica extensionista ao longo dos anos.

A análise da revisão de literatura indicou que a produção de Paulo Freire (2017) constituiria um de nossos eixos teóricos, motivo pelo qual utilizamos a crítica que o autor faz ao escrever seu livro *Extensão ou Comunicação?* tomando os termos “comunicação”, “diálogo” e “dialogicidade” como categorias significativas de análise. A análise dos documentos da Renex e do Forproex foi fundamental, pois permitiu uma visão histórica dos esforços de gestores e responsáveis por atividades de extensão das universidades brasileiras no debate de concepções e práticas extensionistas e sobre sua valorização como política pública aplicável às instituições de ensino.

Por fim, propomos coleta de dados por meio de questionário contendo perguntas fechadas, aplicado a coordenadores, diretores e pró-reitores que atuam ou atuaram na gestão institucional da área de extensão dos Institutos Federais, o que permitiu a análise dos sentidos e concepções que orientam a organização e a prática extensionistas dos destacados estabelecimentos por meio dos diversos sujeitos envolvidos nessas atividades.

Com base no que anteriormente foi exposto, nosso trabalho seguiu a seguinte estrutura:

No Capítulo I, elaboramos uma revisão da literatura, que nos permitiu reconhecer o percurso acadêmico da extensão. Utilizamos por base as plataformas academicamente reconhecidas, que nos auxiliaram na construção desta revisão e nos levaram a compreensão de sua relevância acadêmica. Tal abordagem e estudo nos levou à reflexão sobre a importância da temática, inclusive, nos remeteu para a constatação da falta de estudos sobre a temática extensionista no ambiente acadêmico, visto que ela é um dos tripés indissociáveis da educação – ensino-pesquisa-extensão –, que por vezes é preterida em relação às demais bases dessa indissociabilidade. Dando sequência ao capítulo introdutório de nossa tese, estudamos as bases conceituais da extensão, elementos norteadores de nossos estudos. Nesse momento, construímos uma análise com base nos teóricos que nos serviram de referência para o debate acerca da temática extensionista. Escolhemos esses autores por conta da sua importância para a educação em geral, pelo reconhecimento do seu trabalho na esfera educacional e por corroborarmos com seus pensamentos no tocante ao significado e importância das ações extensionistas na formação acadêmica, bem como, o seu aparecimento, em nossa revisão de literatura, que nos faz confirmar a importância e seu reconhecimento no meio acadêmico.

Dentro do proposto, para a construção desse capítulo, construímos um pensamento crítico sobre o conceito da dialogicidade, um dos princípios fundamentais para a prática de ações extensionistas nas instituições educacionais, sendo considerado um dos “is” da extensão universitária – a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social.

No Capítulo II, elaboramos por meio da análise de documentos e legislação sugerida ao longo do tempo as diretrizes sobre extensão universitária. Iniciamos esse processo com base no estudo da Constituição Federal através do tempo, o que nos levou a reconhecer como a extensão foi tratada com o passar do tempo, chegando ao patamar de princípio indissociável da educação a partir da Constituição Federal de 1988. Finalizamos esse capítulo com a análise da Resolução da Extensão Universitária, de 2018. Tal documento, nos levou a refletir sobre o hiato legal existente nesse período, pois constatamos que, para a construção de um documento legal para regulamentar a extensão nas instituições de ensino, foi necessário um período de 30 anos, tempo que, consideramos excessivo, dada a importância da extensão para a educação. Neste capítulo, demos destaque, também, à análise das cartas e memórias do Forproex (Fórum de Pró-reitores de Extensão), criado em 1981, que é considerado o fórum articulador das ações extensionistas nas instituições de ensino, e desde sua criação passou a ser a grande voz de engajamento e militância a favor da extensão.

No Capítulo III, descrevemos os percursos metodológicos utilizados para a construção de nossa tese. Iniciamos abordando toda a metodologia utilizada para concretizar nossa análise, explicitamos os sujeitos de pesquisa e a forma que utilizamos para os inquirir. Descrevemos nosso universo de pesquisa, os Institutos Federais, com foco na estrutura extensionista existente na rede de IF em território nacional. Optamos por fazer uma análise qualiquantitativa no decorrer de nossa tese, e, por meio dessa análise compreendemos como a extensão é praticada nos IF, o que nos permitiu compreender melhor seus sentidos e aplicabilidades, foco central de nosso estudo. Abordamos teóricos que nos serviram de referência para o debate teórico acerca do tipo de análise de escolhido. Analisamos também, os agentes extensionistas, sujeitos que nos serviram como referência para elaboração do trabalho. Para validar nosso questionário, fizemos um pré-teste como instrumento de validação, aplicado a alguns dos participantes. O feedback foi positivo e, com isso, nosso instrumento de pesquisa foi considerado adequado para aplicação aos demais agentes extensionistas.

Na sequência, no Capítulo IV elaboramos uma análise da aplicabilidade da extensão nos Institutos Federais. Nesse capítulo descrevemos o tratamento dado à extensão em cada um dos

Campi localizado em todo território nacional. Com isso, conseguimos descrever a particularidade de cada um deles e fazer possíveis equiparações entre as unidades existentes. Para finalizar nossa tese, em nosso Capítulo V construímos uma análise descritiva e estatística dos agentes extensionistas encontrados nos Institutos. Optamos pela elaboração de um questionário com perguntas fechadas que foi enviado aos Pró-Reitores de Extensão, aos Diretores de Extensão, aos Coordenadores de Extensão e aos Coordenadores de Estágio, com o objetivo de compreender os sentidos e aplicabilidades da extensão dentro dos Institutos Federais brasileiros. Os sujeitos de pesquisa que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa proposta totalizou: 21 pró-reitores extensionistas, 54 diretores de extensão, 168 coordenadores de extensão e, por fim, 62 Coordenadores de Estágio ou representantes dos setores dos IF.

Sendo assim, esta tese foi construída com base nos percursos da extensão através do tempo, com o enfoque na compreensão de como os Institutos Federais lidam com a temática, considerada princípio indissociável da educação. Pensamos, também, em dar voz aos agentes extensionistas, que vêm a ser a base de toda estrutura, pois são os sujeitos realizadores da extensão que buscam tal indissociabilidade, em seus lugares de atuação. Essas ações visaram garantir um olhar mais completo à temática aqui analisada.

CAPÍTULO I - OS PESQUISADORES E A EXTENSÃO

Neste capítulo, apresentamos e analisamos os fundamentos teóricos, fontes de pesquisa consultadas e utilizadas no decorrer do nosso processo formativo e de aquisição de conhecimento, desde o ingresso no doutorado. Partimos, então, de uma revisão de literatura, construída com base nas análises feitas nas plataformas que nos serviram de fonte de informação acadêmica. Logo, demos ênfase aos teóricos em que se respalda a investigação, com o objetivo de compreender, tendo em vista a resposta à questão de pesquisa enunciada, os sentidos sobre o assunto em pauta e cumprir os objetivos formulados.

1.1 Revisão da literatura

Para dar início à análise da extensão universitária, realizamos, neste estudo, um levantamento do tema nas plataformas reconhecidas e renomadas de dissertações e teses do universo acadêmico. Para tanto, efetuamos uma investigação em quatro plataformas de pesquisa *online*, sendo elas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP), o Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Scielo. Como descritores utilizamos “extensão universitária”, “extensão” e “extensão nos institutos federais”. Apresentamos, na Tabela seguinte, o resultado dessa pesquisa.

Tabela 1 – Resultado Revisão da Literatura por título

Plataformas pesquisadas	Palavras-chave Utilizadas		
	Extensão	Extensão Universitária	Extensão nos Institutos Federais
BDTD	13.085	548	03
Biblioteca Digital - USP	108	7	0
Catálogo de Teses – CAPES	21.523	807	03
Scielo	239	34	0

Fonte: Dados extraídos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP)⁵, o Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶, Scielo⁷.

⁴ Disponível em: <<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁵ Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁶ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁷ Disponível em: <<https://scielo.org/>>. Acesso: 18 fev. 2020.

Dando início à análise, a partir das palavras-chave utilizadas nas pesquisas, pudemos perceber que no campo geral da palavra extensão surgiu um mundo mais amplo de estudos realizados no decorrer dos anos. Se fizermos um recorte maior e pegarmos a extensão universitária, notamos que o estudo é bem mais reduzido, o que torna a temática, que é um dos princípios indissociáveis da educação, até o momento, não analisada profundamente ou, até mesmo, pouco analisada. Pensamos, inclusive, que, por ser uma temática tão importante para a estruturação da educação como um todo, o número de trabalhos deveria ser bem maior.

Quando inserimos a extensão nos institutos federais, o número de produções e estudos despenca. O número de três produções encontradas na BDTD e três na CAPES é ínfimo demais, especialmente se levarmos em conta a importância da extensão no cenário educacional das instituições de ensino como um todo. Ressaltamos que nas pesquisas realizadas na Biblioteca Digital da USP e na plataforma Scielo, os resultados apontados na tabela anterior se referem à pesquisa avançada tendo por base a aparição das palavras nos títulos.

Com base nos resumos, chegamos ao seguinte resultado:

Tabela 2 – Resultado Revisão de Literatura por resumo

Plataformas pesquisadas	Palavras-chave Utilizadas	
	Extensão	Extensão Universitária
BDTD	13.075	544
Biblioteca Digital – USP	2042	49
Scielo	3864	151

Fonte: Dados extraídos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁸, a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP)⁹, Scielo¹⁰.

Verificamos que há um considerável crescimento do número de pesquisas realizadas com essa temática, mas constatamos, de igual modo, que mesmo com esse aumento a extensão universitária ainda é resultado de poucas pesquisas e estudos. Salientamos que, nesse contexto, não utilizamos o descritor “extensão nos institutos federais” como fonte de pesquisa, dado o fato de, na pesquisa anterior, não termos localizado muitos trabalhos. Essa pesquisa, portanto, torna-se inviável, pois não tivemos resultados para analisar.

⁸ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁹ Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://scielo.org/>>. Acesso: 18 fev. 2020.

Destacamos, ainda, que a pesquisa realizada no Catálogo de Teses da CAPES também foi retirada dessa segunda análise, pois nela não existe uma forma de procura por resumo. Assim, o resultado segue sendo o mesmo da pesquisa encontrada na tabela anterior.

Com base na completude da revisão literária, constatamos que a temática extensionista é, de fato, pouco explorada. Dessa forma, intencionamos que o presente estudo possa melhor evidenciar o tema, com vistas a contribuir efetivamente para a educação como um todo.

A estrutura extensionista na rede dos institutos federais em âmbito nacional, foi analisada posteriormente no decurso desta tese. No entanto, cabe aqui mencionar que, apesar de estarmos denominando o nosso foco de pesquisa como “extensão universitária”, as referidas instituições não estão voltadas apenas à educação superior, já que a rede é formada por vários níveis e modalidades de ensino, desde o ensino médio à pós-graduação, sendo, portanto, as questões ligadas à extensão tratadas de modo equivalente. Nesse sentido, verificamos que a rede de institutos federais demonstra que a extensão é um dos princípios fundamentais da educação e, por isso, ela é aplicada em toda a estrutura multicampi existente sem preterir um ou outro nível e modalidade de ensino.

Dando continuidade à análise do material coletado nessas pesquisas, chegamos à conclusão de que nenhum dos estudos responde às questões específicas relativas à temática que estamos propondo na elaboração desta tese:

- Como a extensão é desempenhada na rede dos institutos federais?
- Quais são os fundamentos conceituais que orientam e estruturam as práticas de extensão nos institutos federais?

Assim, tomamos por base alguns dos textos encontrados nas bibliotecas virtuais para fazer uma análise mais pontual sobre o assunto da extensão, o que foi de total importância para a ampliação e aquisição do nosso conhecimento acerca do tema. Destacamos, na sequência, alguns apontamentos relevantes para a nossa análise.

No texto *Universidade e a Extensão Universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas*, Marcelo Costa Fernandes et al. (2012) declaram o seguinte:

A universidade é um espaço que possibilita a agregação de inúmeros saberes heterogêneos. É a base para a formação dos estudantes, para uma carreira profissional e também para estender os limites do conhecimento, intensificar a criatividade e moldar a identidade de uma nação. (FERNANDES et al., 2012, p. 170)

Sendo a universidade considerada verdadeiramente esse espaço de agregação, de formação pessoal e profissional, compreendemos que a extensão vem a ser o elo para levar tudo isso à comunidade e à sociedade em geral. De acordo com o texto, percebemos que:

O ensino deve ser estimulado e trabalhado simultaneamente com a pesquisa e a extensão nas universidades, pois o ensino meramente transmissivo quebra o elo da indissociabilidade, comprometendo a qualidade do processo de aprendizagem. (FERNANDES et al., 2012, p. 172)

A partir desse texto, notamos claramente que a indissociabilidade que deve ser garantida, pois está na legislação vigente, é fator essencial para o bom andamento da educação, visto que não é possível trabalhá-la separadamente do ensino e da pesquisa.

No que tange ao elo entre a extensão e o estágio, ligação que, a nosso ver, é de extrema importância para o desenvolvimento da extensão nos institutos federais, bem como em toda instituição que atua na área de extensão, a autora Terezinha Maria Cardoso, em seu texto *Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão no setor da Pedagogia do HJG*, nos traz a seguinte reflexão:

A perspectiva da pesquisa e da extensão na organização dos estágios relação entre a universidade e os campos de estágio, principalmente no que se refere ao campo de conhecimento das licenciaturas, entre elas a Pedagogia, pode ser definida com as expressões: tênue, complexa, delicada. (CARDOSO, 2007, p. 306)

Percebemos que as ideias da autora corroboram com o nosso entendimento, uma vez que ela nos traz em seu texto a importância da observação do estágio como uma estratégia extensionista, e, ainda, que o assunto é complexo e deve ser tratado de forma séria e focada, pois é por meio do estágio que os estudantes adentram nas empresas, tornando-se profissionais. Essa ação é extensionista, visto que leva a instituição para fora de seus muros e deve ser tratada com muito zelo e dedicação pela equipe que desenvolve esse trabalho.

Notamos também, com base nos textos analisados que a extensão passou por uma grande mudança ao longo dos tempos, transpassando de simples cargas horárias na estrutura organizacional dos cursos a um papel de princípio indissociável da educação. Abordamos esse processo mais detalhadamente no próximo capítulo onde tratamos da trajetória extensionista da extensão na legislação ao longo do tempo. Com isso, podemos afirmar que houve um grande avanço, fruto de engajamento por parte das instituições e compreensão do verdadeiro papel da extensão, bem como do entendimento de que ela não pode ser considerada o “patinho feio” da

universidade ou do tripé indissociável da educação, por mais que reconheçamos que, a princípio, a extensão seja pouco valorizada em termos de investimentos e até de conhecimento por parte dos indivíduos que estão alocados nas instituições de ensino.

Percebemos, então, que, na prática, a extensão vai na contramão da universidade tradicional, onde tudo gira em torno do ensino e que trazer notoriedade a esse conhecimento é papel das equipes que atuam com as suas ações, as quais devem ser relevantes, que levem a instituição para fora dos muros, bem como que facilite o acesso da comunidade para dentro desses muros, enriquecendo o processo de ensino/aprendizagem em todos os níveis.

Consideramos que a literatura pesquisada é de suma importância para o conhecimento e análise do que tem sido discutido academicamente sobre a extensão universitária e nos permitiu enunciar melhor o nosso objeto de pesquisa, enriquecendo nosso conhecimento e trazendo luz à nossa busca por autores e metodologias para o desenvolvimento deste trabalho.

A seguir, analisamos os conceitos dos autores que nos levam a uma compreensão mais eficaz acerca do tema desta tese.

1.2 Bases conceituais de extensão

A partir deste momento, priorizamos apresentar as ideias dos autores que tomamos por referência em nossa trajetória de leitura, estudo e análise, com vistas, principalmente, à definição de dialogicidade proposta por Paulo Freire (2017; 2018), um dos maiores norteadores da temática extensionista.

No decorrer de nossa análise e levantamento de dados, alguns teóricos apareceram de forma constante e recorrente, o que nos levou a acreditar que esses são referenciais importantes no tocante ao assunto. Com isso, demos ênfase a esses autores nesse momento e abordaremos seus textos e análises para dar suporte e enriquecer nossa pesquisa.

1.2.1 A dialogicidade

Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 e faleceu em 02 de maio de 1997, aos 75 anos. Brasileiro, nascido em Recife foi um dos maiores pensadores da pedagogia crítica e educador brasileiro de renome universal. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular voltada para escolarização e formação da consciência política. Escreveu vários livros, dentre os quais evidenciamos *Extensão ou Comunicação?* aporte teórico central deste estudo, uma vez que se trata de um texto fundamental para aqueles que têm o intuito de trabalhar e

entender o destacado tema. Dirigido mais especificamente às ciências agrárias, porém, por meio de uma escrita de fácil entendimento, todos podem compreender independente da área de atuação.

O mencionado livro foi escrito por Paulo Freire em 1968, quando estava no Chile, e lançado em 1969. Como se sabe, o investigador é, em geral, referencial para a educação do país e, na área extensionista, ganhou grande destaque nas discussões estabelecidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão que o consideram o agente norteador da temática em pauta.

Freire (2017), com base na análise do trabalho do camponês e do agrônomo, as suas relações e a reforma agrária, traçando um paralelo entre extensão e comunicação, evidencia que “de um ponto de vista semântico, sabemos que as palavras têm um “sentido de base” e um “sentido contextual”, sendo que, para os estudiosos, as palavras têm o objetivo de “submeter a palavra extensão a uma análise crítica”. Ele explica a lógica de conceitos e do problema de comunicação entre o técnico e o homem do campo, sendo a referida obra dividida em três capítulos.

No decorrer do livro, o autor trata da origem da palavra extensão, definindo-a como a passagem de conhecimento de uma pessoa para a outra. Ele se utiliza do conhecimento do agrônomo para o camponês, mostrando que os termos que envolvem a extensão são ações que transformam o agricultor. Freire (2017) descreve criticamente, também, que o termo extensão não é um fazer educativo libertador, pois o papel do homem é ser sujeito de transformação do mundo.

Logo no início da obra, encontramos uma sequência semântica por meio da qual o autor expõe a análise da palavra extensão em todos os seus sentidos, levando-nos a uma melhor compreensão da semântica do termo.

Partindo da semântica do termo “extensão”, passando pela crítica a seu equívoco gnosiológico, detendo-se em considerações a propósito da invasão cultural, discutindo a reforma agrária e a mudança, opondo à extensão a comunicação, o autor discute, finalmente, a educação como uma situação gnosiológica, em cuja prática a “assistência técnica” teria outras dimensões. (FREIRE, 2017, p. 13)

Destacamos o Quadro a seguir apresentado por Paulo Freire no referido texto:

Quadro 1 – Análise da palavra Extensão por Paulo Freire

PALAVRA	SIGNIFICADO
Extensão	Transmissão
Extensão	Sujeito ativo (o que estende)
Extensão	Conteúdo (escolhido por quem estende)
Extensão	Recipiente (do conteúdo)
Extensão	Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do Muro”. Daí que se fale em atividades extramuros.
Extensão	Messianismo (por parte de quem estende)
Extensão	Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
Extensão	Inferioridade (dos que recebem)
Extensão	Mecanicismo (na ação de quem estende)
Extensão	Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)

Fonte: *Extensão ou Comunicação?* (FREIRE, 2017, p. 19).

Percebemos claramente que, para Freire (2017), a palavra extensão remete a diversos campos associativos ou significados que, em sua maioria, estão ligados à transformação de algo ou alguém. Para o teórico, a extensão deve ter o intuito de ampliar o conhecimento dos indivíduos através de novas perspectivas de aprendizagem que os levem à uma transformação cultural através das relações homem-mundo. O estudioso defende um aprendizado questionador, aquele em que o sujeito não apenas repete as informações, dados e técnicas transmitidos, mas, sim, que viabilize a sua reflexão acerca de tudo o que lhe é ensinado, podendo passar a adotá-lo em seu cotidiano, ou seja, inserindo o novo conhecimento em seu contexto de mundo para alcançar as transformações necessárias.

O referido teórico destaca que o foco de estudo e análise de seu texto é a palavra extensão no sentido de estender algo a algo ou alguém. Nas palavras de Freire (2017, p. 16), “nesta acepção, quem estende, estende alguma coisa (objeto direto da ação verbal) a ou até alguém – (objeto indireto da ação verbal) – aquele que recebe o conteúdo do objeto da ação verbal”.

Ressaltamos, também, que o autor faz dura crítica à visão da extensão como invasão cultural, último item de nosso Quadro 1, pois, segundo o seu pensamento, com o qual estamos de acordo, a extensão contraria tal concepção. A extensão deve ser tratada e usada como forma de levar o conhecimento e troca de experiências entre os agentes envolvidos.

Freire (2017) faz uma análise crítica da existência, ou não, de relação entre o camponês e o agrônomo, sendo, o objetivo central, o de transformação do mundo:

Mas, precisamente porque sua ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão, o conceito de extensão também não tem sentido do ponto de vista humanista. E não de um humanismo abstrato, mas concreto, científico. (FREIRE, 2017, p. 17)

Observamos a desaprovação da postura do agrônomo sobre o camponês, devido à sensação de superioridade daquele que detêm a formação. O contraponto dessa questão está no olhar para o camponês, pois apesar da ausência do conhecimento formal, ele tem a prática, tem o conhecimento através do lidar diário com o campo.

Partindo desse princípio, advém-nos o questionamento da existência de uma ação extensionista nesse ambiente. Assim, fazendo uma análise inicial dessa relação, percebemos que a essência da extensão não está presente, pois, se a base da extensão tem a ver com o estender algo a alguém, a ação de se achar superior por ter formação é incoerente. Cabe ressaltar que, não estamos, aqui, desmerecendo a formação do agrônomo, mas acreditamos que, com a possibilidade do diálogo e da conseqüente troca de experiências e conhecimento, certamente a ação se torna extensionista.

Para Freire, a extensão deve ser educativa. Trata-se de uma relação educador/educando, ensino-aprendizagem na qual se realiza a ação de educar e de educar-se.

Trazendo essa abordagem para nossas instituições de ensino atuais, consideramos que, por meio de ações da equipe que atua na área a extensão, conhecimento acadêmico – formação – pode, sim, ser transcendido para além dos muros da instituição. Nesse sentido, a extensão existe para garantir esse acesso por parte daqueles que estão de fora, levando-os para dentro e, por conseguinte, em sentido inverso, conduzindo o conhecimento e a formação internos (de professores, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais) para o lado externo (comunidade). Essa ação, que denominamos como ação extensionista, nada mais é do que a troca de conhecimento acadêmico com vivências populares, viabilizando a estudantes e docentes a vivência a partir das práticas diferenciadas que ultrapassam as trincheiras do conhecimento, o que pode fazer com que ambos sejam mais sensíveis no que tange ao seu olhar para ou sobre o outro.

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (FREIRE, 2017, p. 20)

Em sua crítica aos agrônomos ou técnicos que apenas pensam suas ações para persuadir os demais, Freire (2017, p. 22) destaca que:

É esta força operacional dos conceitos que pode explicar que alguns extensionistas, ainda quando definam a extensão como um quefazer educativo, não se encontrem em contradição ao afirmar: “persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda e aplicar estas possibilidades - refere-se às possibilidades técnicas e econômicas – é uma tarefa das mais difíceis e esta tarefa é justamente a do extensionista que deve manter contato permanente com as populações rurais. (FREIRE, 2017, p. 22)

Com isso, o autor ressalta que a extensão se torna um quefazer educativo apenas a partir do ato de persuadir as populações rurais a desenvolverem as suas práticas da mesma forma como os técnicos ensinam. Segundo o estudioso, não devemos domesticar os camponeses a partir de nossos pensamentos e atitudes de caráter ideológico ou técnico. Assim, o ato de levar a teoria à prática através da educação popular- quefazer educativo - não significa apenas doutrinar aqueles que não têm técnicas. A extensão vai além disso. A extensão é manter esse contato com a sociedade através de ações que englobem conhecimentos, técnicas, práticas e vivências.

A nós, não nos é possível persuadir a aceitarmos a persuasão para a aceitação da propaganda como uma ação educativa. Não vemos como se possa conciliar a persuasão para a aceitação da propaganda com a educação, que só é verdadeira quando encarna a busca permanente que fazem os homens, uns com os outros, no mundo em que e com que estão, de seu Ser Mais. (FREIRE, 2017, p. 22)

Para o autor, não é possível persuadir ninguém quando se pensa através de uma educação libertadora. Segundo ele, o trabalho do agrônomo educador, que é um especialista, um técnico, deve ser o de mediador da realidade encontrada, ensinando a sua técnica e estratégias aos camponeses, sem considerá-los como uma folha de papel em branco para o desenvolvimento de suas ações.

Pensando na relação homem-mundo Freire (2017, p. 24) esclarece que:

o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aqueles substituam seus “conhecimentos”, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista. (FREIRE, 2017, p. 24)

Devemos ter por objetivos extensionistas o pensamento que o autor tem sobre o ato de educar e educar-se. Para ele

é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2017, p.25)

Nesse sentido, percebemos, mais claramente, que a extensão deve ser pautada no diálogo, na troca de conhecimentos e experiências que levem os dois lados a saber mais igualmente, juntos, fazendo jus ao ato de levar, transferir, entregar e depositar esses conhecimentos em benefícios de todos.

Fator de grande importância em seu livro, Freire (2017, p. 27) destaca o erro gnosiológico¹¹ da Extensão que está em afirmar que

Se há algo dinâmico na prática sugerida por tal conceito, este algo se reduz à pura ação de estender (o estender em si mesmo) em que, porém, o conteúdo estendido se torna estático. Desta forma, o sujeito que estende é, enquanto ator, ativo, em face de “espectadores” em quem deposita o conteúdo que estende.

Não é possível pensar a extensão apenas como forma de substituição de conhecimento. Precisamos pensar que o conhecimento do mundo parte de um instrumento para adaptação do homem a ele através da reflexão, aceitação e transformação da realidade que o cerca. Não devemos pensar que depositar conhecimento nos outros é educativo ou parte de ações extensionistas. O conhecimento não é estático ou verbalizado onde um transfere o conhecimento ao outro. A extensão e o conhecimento vão além disso. Esse processo ocorre em outros níveis e de formas diferenciadas, possibilitando à sociedade que nos cerca trazer conhecimentos e práticas educativas diversas através de sua vivência.

Freire (2017, p. 28) reafirma que:

¹¹ Gnosiologia é um substantivo feminino relativo à teoria do conhecimento humano; teoria que se volta para uma análise reflexiva acerca da origem, natureza e essência da ação cognitiva, do ato de conhecer, do conhecimento humano. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/gnosiologia/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

A reflexão existente nesse texto é a reconstrução do pensamento sobre o processo de aprendizagem, pois não existe uma forma única de aprendizagem. Precisamos ter em mente que esse processo é cíclico, transformador e deve ser reinventado constantemente. De acordo com Freire (2017, p. 29), “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido”.

Não há extensão quando o pensamento foge a esse princípio básico, quando não há dialogicidade entre os envolvidos e quando o pensamento base é o de condicionar a forma de atuar dos sujeitos. Dessa forma, o autor destaca que:

o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 2017, p. 43)

No tocante à questão da dialogicidade, vale mencionar o livro *Pedagogia do Oprimido*, também da autoria de Paulo Freire, texto essencial para a educação, mundialmente conhecido e reconhecido por muitos que atuam na área. Acerca do assunto, o autor destaca que: “a antidialogicidade e a dialogicidade como matrizes de teorias de ação cultural antagônicas: a primeira, que serve à opressão; a segunda, à libertação” (FREIRE, 2018, p. 293). Assim, o diálogo existente entre os agentes, fruto de uma comunicação, é fundamental para que ambos sejam ouvidos, representados, ou seja, para que juntos façam parte dessa construção de conhecimento, dessa troca de experiência. A partir de tais práticas, com base no conceito apresentado, compreendemos esse processo de libertação.

Na contramão da liberdade, a antidialogicidade, nem precisa de tanta explicação, pois é anti, ou seja, é contrária à libertação. O que é contrário à libertação, oprime, prende e não gera conhecimento para ambos. No máximo, essa antidialogicidade gera uma manipulação, pois só um lado fala ou articula ações sobre o outro. Nesse sentido, Freire reforça a necessidade do diálogo, considerando-o uma exigência existencial:

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua. (FREIRE, 2018, p. 187)

Não podemos compreender a construção de conhecimento, partindo da ideia não humanizada de que um sujeito apenas deposita o seu conhecimento no outro. Isso não pode ocorrer, principalmente quando temos por referência a educação, pois ela deve ser usada como base para a troca de experiências entre os agentes que estão inseridos em dada situação.

No que diz respeito à extensão, devemos pensar da mesma forma. As ações extensionistas não ocorrem com a ausência da dialogicidade ou mesmo a ação de impor uma realidade a determinado grupo. Não devemos pensar a educação, sem o diálogo, assim como é impossível pensar a extensão sem ele.

Ações extensionistas devem ser pautadas na troca de experiência entre os sujeitos envolvidos e, por consequência, a voz de todos devem estar presentes nesse processo. Elaborar um projeto de extensão no qual só o ‘autor’ é essa voz, que serve apenas para transmitir esse conhecimento pré-estabelecido, não é extensão. Quando se pensa em um projeto ou ação extensionista, devemos pensar em algo construtivo, em que a troca de experiência, conhecimento e vivência dos participantes seja possível.

Voltando ao livro *Comunicação ou Extensão?* Freire faz uma dura crítica de sua percepção sobre o trabalho do agrônomo que trazemos para nossa realidade na área extensionista educacional. Para ele:

Por tudo isto, o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfizer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos. Desta forma o conceito de extensão, analisado do ponto de vista semântico e do ponto de vista de seu equívoco gnosiológico, não corresponde ao trabalho indispensável, cada vez mais indispensável, de ordem técnica e humanista, que cabe ao agrônomo desenvolver. (FREIRE, 2017, p. 44)

Nossas ações extensionistas não devem ser pautadas em treinamento dos sujeitos que nos chegam em busca de conhecimento. O conceito de extensão deve ir além dessa prática educativa. Freire (2017) relata suas observações no decorrer desse processo investigativo e nós,

como instituição educacional, devemos estar atentos a que tipo de extensão estamos levando à sociedade. A extensão domesticadora, aquela que apenas molda os que chegam a nós, ou a que constrói um diálogo entre os agentes.

Freire (2017) aborda a extensão e a invasão cultural e o papel do agrônomo educador, fazendo, também, uma crítica ao termo extensão. Ele destaca que a extensão pode ser como uma invasão cultural, pois através de sua ação há um invasor e um invadido através da relação homem-mundo, pois, em sua concepção, há sempre uma relação ocorrendo com o mundo que nos cerca e, conseqüentemente, entre os homens.

Desprendendo-se do contorno, contudo, não poderia afirmar-se como tal, senão em relação com ele. É homem porque está sendo no mundo e com o mundo. Este estar sendo, que envolve sua relação permanente com o mundo, envolve também sua ação sobre ele. Esta ação sobre o mundo, que, sendo mundo do homem, não é apenas natureza, porque é cultura e história, se acha submetida aos condicionamentos de seus próprios resultados. (FREIRE, 2017, p. 46)

Nesse livro, o estudioso também destaca a questão da antidialogicidade e da teoria implícita na ação (denominada teoria antidialógica), ressaltando a sua incompatibilidade com a educação. Para Freire (2017, p. 48) “a antidialogicidade e a dialogicidade se encarnam em maneiras de atuar contraditórias, que, por sua vez, implicam em teorias igualmente inconciliáveis”.

Freire (2017) destaca que “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar”, com isso compreendemos que o diálogo faz parte de ações que visam a troca de conhecimento e o olhar para o outro. É transformar a realidade que nos cerca através de ações que levem em consideração o outro.

Com isso, compreendemos que a crítica feita por Freire sobre a extensão vem nesse sentido de que o ato de estender algo a alguém pode se tornar algo manipulável e opressivo. Consideramos essas características antidialógicas inconcebíveis, pelo que compreendemos por extensão. As ações extensionistas vão na contramão dessa teoria antidialógica, pois o objetivo delas precisa estar baseado justamente em ações que busquem agregar conhecimento, a troca de experiências sem invadir o espaço ou o ambiente do outro, mas sim para aprender com o outro.

Podemos afirmar que essa crítica feita por Freire por meio de sua observação é o ponto central do livro, pois ele faz uma análise que nos leva à compreensão do que vem a ser extensão

e de sua aplicabilidade na prática, passando, inclusive, pela observação crítica da própria palavra utilizada para classificar essa ação.

Ainda no que diz respeito à invasão cultural, Freire destaca que:

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. (FREIRE, 2017, p. 48)

Com isso, o foco de uma invasão cultural não deve ser o objetivo de uma ação extensionista, pois as relações existentes entre invasor e invadido sempre partem de relações autoritárias, onde um sobrepõe o conhecimento do outro: a um sempre é dada a fala ou um lugar de destaque e a outro sempre é imposto o papel de seguir aquilo que está sendo falado. Dessa forma, compreendemos que essa invasão cultural não pode ser considerada extensão, já que precisamos levar em conta que as ações extensionistas visam a agregar conhecimentos e práticas existentes dentro e fora do conteúdo acadêmico dos cursos. A extensão é articuladora de demandas da comunidade, leva o grupo acadêmico ao encontro da sociedade e a dialogar com essa comunidade que nos cerca.

Em sua observação, Freire (2017) destaca algumas posturas que os agrônomos têm para justificar suas atitudes perante os camponeses, ou seja, ações que estão a favor da invasão cultural. São elas: que a dialogicidade é inviável, que é perda de tempo dialogar com os camponeses, que eles enxergam os camponeses como depósitos de conhecimento, que os camponeses não conhecem as técnicas e que eles presam a sua dita “ignorância”. Julgamos triste essa realidade, principalmente por acreditarmos que tais concepções ainda podem estar vigentes na sociedade até aos dias atuais. Pensar de forma diferente, tendo em vista que as pessoas não são apenas depositárias do saber é fundamental para quem atua na área extensionista de determinada instituição.

Freire (2017, p. 57) destaca que “para que os homens simples sejam tidos como absolutamente ignorantes, é necessário que haja quem os considere assim”.

De acordo com o autor:

O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). Pois sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria. O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isto que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo. (FREIRE, 2017, p. 58)

Tais pensamentos e atitudes eliminam as distâncias sociais, características fundamentais para o desenvolvimento pleno de qualquer sociedade. Por meio do diálogo é possível problematizar o próprio conhecimento diante da realidade, podendo assim compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

O papel do educador não é o de encher o educando de conhecimento, mas sim o de proporcionar uma relação dialógica educador-educando, educando-educador, buscando sempre o enriquecimento de ambos, o que torna a constituição do saber um desafio, pois visa à formação de uma postura crítica.

Freire (2017) aborda, também, que o agrônomo educador é aquele que compreende que “não são as técnicas, mas sim a conjugação de homens e instrumentos o que transforma uma sociedade”. Para o autor, o homem é um ser cultural e ele não é apenas o que é, mas também o que foi. Compreendemos, então, que esse pensamento é característica fundamental de quem trabalha ou pensa em extensão.

O teórico salienta que o agrônomo deve se preocupar com questões que estejam além da parte técnica, como os camponeses também precisam se inserir e se conscientizar de que o processo de transformação está ali, disponível para eles. Ele ressalta que não é um processo de adestramento, mas sim um processo de conscientização das partes envolvidas.

Freire (2017) ressalta a importância de um olhar menos técnico, frio e distante por parte dos agrônomos. Para ele, um educador comprometido e que se insere na transformação dos camponeses pensa sempre na formação dos sujeitos feita com outros sujeitos. Com isso, reforçamos a importância do olhar de forma horizontal para os agentes inseridos nessa realidade, buscando a transformação cultural e social do todo, através de ações extensionistas que visem, verdadeiramente, à inserção, ao diálogo e ao comprometimento de todos.

O autor nos traz, também, uma reflexão sobre o título do livro, lembrando a origem das palavras e o papel do agrônomo como educador. Ele demonstra como o conhecimento é adquirido nos meios sociais e que, o diálogo não é uma transferência de saber, mas sim uma troca de conhecimentos. Ele descreve o mundo humano como um mundo de comunicação.

Na sua perspectiva, não é possível pensar sozinho, sempre que pensamos existe a participação do outro e esse ato estabelece o que eu “penso”. É esse processo de pensar que ele denomina como comunicação. Para ele a comunicação implica na reciprocidade que não pode ser rompida. Comunicar é comunicar-se em torno da busca pelo significado: “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 2017, p. 90).

Freire (2017) nos traz um pensamento sobre o fazer extensionista observado por ele durante esse processo, ressaltando que é fácil os envolvidos caírem nas técnicas de meios de comunicação em massa onde há manipulação e persuasão dos envolvidos a tomar certas decisões ou ações. Nesse ponto, o autor articula a extensão e a comunicação por intermédio de uma crítica, indagando sobre se estamos fazendo extensão ou apenas nos utilizando de técnicas de comunicação para encucar o conhecimento que queremos nos outros. De acordo com o estudioso, o agrônomo educador deve, sim, pautar as suas estratégias na ação comunicativa, entretanto, visando a uma ação humanista científica.

É através das relações dialéticas com a realidade é que Freire discute a educação como um processo de constante libertação do homem, pois não é possível pensar no homem isolado do mundo e nem o mundo sem o homem. A educação é libertadora e não pode ser neutra.

O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação. (FREIRE, 2017, p. 101)

Freire (2017) refere que:

Educação como prática da liberdade”, não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a “perpetuação dos valores de uma cultura dada”; não é o “esforço de adaptação do educando a seu meio. (FREIRE, 2017, p. 104)

Com isso, ele concebe a educação como um processo libertador que envolve educador-educando e educando-educador. Trazendo para a realidade extensionista, julgamos que a extensão deve acontecer de acordo com essa visão, pois, dessa maneira, o conhecimento pode ser compartilhado e absorvido pelo todo.

Compreender que nem sempre o educador é o educador e nem sempre o educando é o educando nos leva a uma reflexão sobre a possibilidade de inversão de papéis e, infelizmente,

alguns não aceitam que, por vezes, o educador deva dar voz ao educando. Esse processo é de sua importância para que, verdadeiramente a educação dialógica seja parte fundamental e ocorra de forma produtiva, não sendo vista como uma ameaça ou transmissão de um falso saber. A educação, na qual se insere a extensão, deve partir do ponto de que o conhecimento não é recepcionado apenas por educandos passivos e receptores, meros depósitos de informações repassadas pelos educadores.

Assim, como abordado anteriormente, através de uma crítica sobre a extensão como um ato de estender algo a alguém, na educação, o educador pensa na transferência de conhecimento de sua parte para o educando, agindo, portanto, como se ele fosse estender o conhecimento ao educando. Quando existe esse pensamento, percebemos que não há um diálogo comunicativo e participativo entre os agentes dessa ação. Para Freire (2017, p. 125), “a educação que não tente fazer esforço, e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista”.

Freire finaliza sua análise nos levando à reflexão sobre o agrônomo que, se não compreender e crer no camponês, será meramente um técnico frio, nunca, porém, um educador. Com isso, pensamos que se os agentes extensionistas pensarem da mesma maneira que o agrônomo técnico, nunca será um educador, pois não enxergará o seu educando pensando no conhecimento como base na troca de experiências e conceitos entre os agentes interlocutores de dada ação. Nessa concepção, para Freire (2017), a educação deve ser libertadora, não podendo ser neutra.

Trazendo essa reflexão para nosso foco principal de estudo – a extensão –, corroboramos com a crítica feita por Freire sobre o conceito da palavra em si, pois para nós, os agentes envolvidos nas práticas extensionistas das instituições devem pensá-las para além do fato de estender ou levar conhecimento às pessoas envolvidas nas ações planejadas. A extensão deve ser pensada por meio de ações que reflitam a troca de conhecimento entre os envolvidos e a busca pela liberdade de expressão e opinião de todos, não devendo existir o sentimento de superioridade ou falta de diálogo entre os envolvidos, ou um embate entre a técnica e a prática. Caso isso não ocorra, questionamo-nos: haverá de fato a extensão?

Nessa mesma linha de raciocínio acerca da temática extensionista, durante o nosso processo de análise e revisão bibliográfica deparamo-nos com o artigo *Paulo Freire e a Extensão Universitária: Desterritorialização Cultural?*, escrito por José Eustáquio Romão (Mimeo), em que faz uma análise do conceito de extensão:

O conceito de Extensão, criado na década de 1930, mas que ganhou maior expressão durante os governos militares (1964-1985) como uma das três missões institucionais da universidade brasileira. Desde então, o termo e o conceito a que ele se refere se tornaram polissêmicos, gerando muita discussão, embora houvesse mudanças qualitativas nas relações entre a universidade e a sociedade. (ROMÃO, mimeo)

O autor ressalta que a extensão, “na visão freiriana é uma verdadeira proposta de desterritorialização dos membros da comunidade alvo das ações universitárias extensionistas” e lamenta o fato de, mesmo com os esforços e trabalho do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (Forproex), organizado para pensar e articular ações extensionistas desde 1987, não haver muito resultado, pois mediante todos os esforços:

Parece não ter sido recompensado por resultados proporcionais aos esforços despendidos, uma vez que ainda se registra uma relativa dificuldade quanto ao conceito de “Extensão” Universitária e a Instituição de Educação Superior (IES) ainda vem considerando-a e tratando-a como a menos importante de suas três missões institucionais (Ensino, Pesquisa e Extensão). (ROMÃO, mimeo)

Temos uma concepção parecida com a do autor, pois, em nossas atividades diárias de trabalho, na área extensionista, percebemos que muitas pessoas não compreendem a extensão como, de fato, parte do tripé indissociável, sendo que a área é a mais rejeitada ou perdida dentro da instituição, havendo um interesse maior por parte dos agentes em focar as suas ações em pesquisa ou ensino, deixando um dos tripés (a extensão) fora dessa articulação.

Romão nos mostra que foram estabelecidas fases para dar ênfase ao ensino e à pesquisa. Na sua concepção, a extensão seria a terceira fase. A primeira foi desde a implantação dos cursos superiores no Brasil, 1808, até a segunda metade do século XX, em 1968 – dando ênfase ao ensino. A segunda, durou de 1968 a 2000, quando o governo implantou a reforma do ensino superior e criou o Plano Nacional de Capacitação Docente (PICD), - dando ênfase à pesquisa, onde mestres e doutores são prestigiados. Já a terceira fase, ele denomina como a da composição de um perfil de professores que vai, aos poucos, se tornando maioria nas IES brasileiras: os professores-professores.

O olhar desses professores-professores é mais voltado à articulação entre o que se faz na universidade e as demandas da sociedade, seja porque vieram da educação básica, seja porque pertencem às camadas mais desprovidas de recursos, potencializando, portanto, a sua eventual conquista da hegemonia no interior das IES. Talvez, a partir daí, de acordo com

Romão, exista a possibilidade de o que chamamos “extensão” venha a ser a missão institucional mais importante no futuro da universidade.

Não dá para afirmar que essa situação abarcará a verdadeira importância da extensão para as instituições de ensino. O autor reafirma que a literatura brasileira, em geral, considera o termo “extensão” como expressão ambígua e polissêmica por conta também de seu caráter genérico que não ajuda na construção de uma concepção mais bem definida. A extensão é utilizada para designar as ações que não se encaixam no ensino ou na pesquisa, ressaltando, inclusive, que em documentos oficiais de avaliação institucional, o nome dado a essas ações é “inserção social”.

Por muito tempo, a extensão ocorre como a organização da vida social universitária e, por décadas, funcionou como um assistencialismo dentro de muitas instituições, passando desse patamar a uma modalidade de curso e em sequência a um processo geral de desenvolvimento para melhoria das condições de vida da comunidade. Com isso, a extensão ganha um patamar maior e é, de certa forma, inserida nos programas e estruturas curriculares, mas tendo como base, geralmente, o assistencialismo ou a doutrinação ideológica.

Romão detecta em seu texto que:

Os responsáveis institucionais pela “Extensão” Universitária chegam a dizer que a discussão das palavras é matéria do formalismo estruturalista e o que interessa discutir não é a sintaxe, mas a semântica, os significados e a “práxis”... É fato que Freire parte dos conceitos do Estruturalismo Linguístico (formalista), porque melhor do que ninguém, foram os estruturalistas linguísticos que desvendaram as questões do código linguístico e, conseqüentemente, os problemas sintático-semânticos da palavras..., Freire não parou por aí e aplicou a análise “ pragmática” no exame do termo “extensão” e do conceito a que ele se refere. (ROMÃO, mimeo)

O autor descreve, ainda, algumas dificuldades que podem ser encontradas pelos responsáveis pela extensão em território nacional. Afirma que um dos problemas está na reflexão, que se faz necessária, acerca da concepção da missão institucional, pois se uns abarcam o pensamento de Paulo Freire sobre assunto, por ser ele o patrono da Educação Brasileira e, portanto, considerarem-no uma referência para a Educação Superior, o próprio Freire contesta o conceito e terminologia “extensão universitária”, como explicitamos neste capítulo anteriormente, sendo, para ele, um erro tal denominação.

Em primeiro lugar, talvez, o mais complexo deles diz respeito à própria concepção de sua missão institucional que abraçam. Se, de um lado, a maioria deles defende que o *ethos* do Patrono da Educação Brasileira seja referência para todos os graus de ensino; por outro, Paulo Freire contestou o conceito, bem como a própria palavra que o denomina. Ora, se a intenção é estabelecer uma espécie de lei orgânica da missão institucional voltada para as relações, também orgânicas, entre a Universidade e a sociedade, é necessário dar um nome adequado a essa relação. Denomina-la “Extensão Universitária” é um equívoco, porque, como vimos em Paulo Freire, o que vai se consolidar são os campos linguísticos associados à palavra “extensão”, conotando o assistencialismo do qual se quer distância. (ROMÃO, mimeo)

Segundo Freire, o termo extensão deveria ser substituído por algo mais adequado, mas essa ação necessita de um trabalho árduo que modificaria todo corpo regulatório desde a ditadura militar, até aos dias atuais. Romão finaliza seu texto expressando que a extensão pode ser vista como uma estratégia das instituições para elaborar ações com foco no desenvolvimento sustentável, sendo, então, um instrumento de expansão, de Carroll Quiguel, visando à construção de uma sociedade em que todos possam participar do banquete científico-cultural e civilizatório.

Sendo assim, compreendemos que esse artigo nos trouxe esclarecimentos, além de corroborar com o pensamento de Paulo Freire (2017), que faz uma crítica ao termo extensão e nos leva a pensar na essência dessa palavra. Ações extensionistas devem ir além do caráter assistencialista. Compreendemos que a extensão deve ser base de um projeto maior, um projeto integrador de conhecimento e prática, de vida acadêmica com a vida da comunidade. Levar a instituição para além de seus muros, mas não no sentido apenas de estender essa vida acadêmica para a comunidade, mas sim de troca de experiências e de conhecimentos, a fim de que seja gerado e conquistado pelos agentes envolvidos nessas ações algo muito maior.

Ainda nessa mesma visão, de acordo com o pensamento freiriano, cabe mencionar o texto *Extensão Universitária: Pra quê?*, por meio do qual Moacir Gadotti (2017) faz uma crítica reflexiva sobre a semântica da palavra extensão, bem como acerca de sua aplicabilidade dentro das instituições.

No início do texto, o autor reforça os avanços conquistados pela extensão através do tempo e sua atual característica dentro das universidades, pois de acordo com a estratégia 7 da meta 12 do PNE os cursos devem ser articulados com base na aplicação de dez por cento de seus créditos em ações extensionistas. Ele realiza a seguinte citação da autora Ana Luiza Lima Sousa:

Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira. (SOUSA, 2000, p. 1, apud GADOTTI, 2017)

Nesse sentido, corroboramos com a afirmação e pensamentos expostos nessa citação, pois compreendemos que a extensão, desde sempre, procurou manter vínculos com a sociedade, mesmo mediante ao elitismo existente nas universidades.

Gadotti (2017) segue seu texto fazendo uma construção histórica e cronológica da extensão. Ele resalta as duas vertentes de extensão – a assistencialista ou prática extensionista, que trata a extensão como uma transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular; e a que entende a extensão como comunicação de saberes, indo na contramão da anterior, interpretada como inexistente, não levando em conta o que vem da sociedade para a universidade. Gadotti (2017) reforça a proposta de Paulo Freire (2017), no que diz respeito à substituição do conceito de extensão pelo de comunicação, como abordamos no início desta investigação. Ele completa o pensamento de Freire da seguinte forma:

Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo. (GADOTTI, 2017, p.2)

Compreendemos que nessas vertentes, a extensão deve ser considerada algo além de uma prática extensionista, mas que, também, não deve ser praticada apenas para isso. Como, de igual modo, não devemos ignorar o fato de que, para a existência da extensão, faz-se necessária a compreensão e participação da sociedade. A comunidade precisa ser inserida na universidade para que as ações extensionistas sejam colocadas em prática.

O termo “mão dupla” é utilizado pelo autor a fim de reforçar que esse princípio tem por significado a existência da troca de saberes acadêmicos e populares, democratizando o conhecimento e as produções científicas. De acordo com Gadotti (2017), a extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa, com o propósito de levar os conhecimentos para fora das universidades.

Nessa concepção, com o passar do tempo, a extensão passou a um patamar cada vez mais importante e, se bem aplicada, auxiliará no processo de transformação da universidade,

que, está centrada mais no ensino e na pesquisa. Assim, ao mudar o olhar, o autor considera que ela poderá, através da extensão ganhar um novo sentido.

É como se a Extensão Universitária pudesse iniciar um processo de transformação da universidade como um todo. A universidade que temos está muito centrada no ensino e na pesquisa e, por meio de um novo paradigma da Extensão Universitária, a própria universidade pudesse ganhar um novo sentido. (GADOTTI, 2017, p. 3)

Ele ressalta que um dos desafios para o cumprimento do PNE é superar essa visão academicista da universidade, levando-a para fora de seus muros, traçando ações de integração, de forma interdisciplinar e buscando levar em conta os saberes das comunidades.

Faz-se necessário compreender que a extensão, é sim, parte indissociável da educação e que, não deve ser entendida como mero apêndice do ensino e da pesquisa, pois as três funções da educação devem estar articuladas para que a educação seja integral. Ela deve ser inserida nas práticas pedagógicas e nos currículos de todos os cursos, tornando a integralidade fundamental para a Extensão.

Para Gadotti (2017):

O perfil dessas universidades pode ser reconhecido pelo caráter das atividades de extensão que realizam na interação com as comunidades locais. O caráter comunitário da extensão resulta da sua identidade e missão, alicerçadas no compromisso com a justiça social. Daí essas atividades vincularem-se prioritariamente às necessidades regionais com ênfase em projetos direcionados para os segmentos mais excluídos. (GADOTTI, 2017, p. 10)

Notamos que o viés extensionista pode ser percebido por intermédio de ações que busquem a interação com as comunidades locais. A extensão pode tornar-se articuladora das políticas territoriais e auxiliar no processo de compreensão dos saberes e experiências acadêmicos ou não, vindo das comunidades, que, muitas vezes, são desconsiderados pelas instituições.

O autor finaliza o seu texto expressando a sua opinião de que esse processo de transformação não será fácil, porém necessário para o desenvolvimento da extensão e da universidade como um todo: “Não será nada fácil. Reconstruir historicamente um projeto de sociedade de iguais, de baixo para cima, nunca foi fácil. E nunca será. Mas, não vejo outro caminho. Não vejo outra saída.” (GADOTTI, 2017, p. 15)

Consideramos, então, que ultrapassar o pensamento e o agir elitistas da universidade e, praticar efetivamente os princípios indissociáveis da educação, faz-se necessário para que ações

democráticas estejam presentes nessas instituições e, conseqüentemente, passe a dar voz a todos os agentes que nela estão inseridos e a comunidade/sociedade que a cerca.

Dessa forma, notamos que o pensamento dos autores apresentados (GADOTTI, 2017; ROMÃO, mimeo) corroboram com o pensamento freiriano, acerca do significado do termo extensão, e também, no que tange a dialogicidade necessária para a sua aplicabilidade nas instituições, a qual, como sabemos, deve estar pautada na troca de experiência entre os sujeitos. Nesse sentido, entendemos que, para a efetividade das ações extensionistas, faz-se necessária a construção de um processo de aprendizagem equilibrado, isso é, em que os agentes entendam seus papéis diante das ações, não se sobrepondo, portanto, um sobre o outro.

1.2.2 Os “is” da extensão universitária: dialogicidade e as demais bases extensionistas

O foco central de nossa tese é a dialogicidade, princípio que julgamos ser de suma importância para o desenvolvimento das ações extensionistas dentro das instituições e, sem dúvida, a base para que a extensão seja colocada em prática no ambiente educacional.

Calcados em nossos estudos, por meio de um processo de construção de conhecimento e reflexão sobre o conceito de extensão, deparamo-nos com um conceito primordial para a extensão: os “is” da extensão, considerados princípios fundamentais que norteiam as ações extensionistas brasileiras e nos levam à reflexão da importância dessas ações dentro das instituições escolares, demonstrando-nos as características que as ações devem exercer para que, verdadeiramente, sejam consideradas ações de cunho extensionista.

Os intitulados cinco “is” da extensão, é um conceito construído e pactuado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproex). Esse fórum será mais bem analisado no capítulo II da nossa tese, mas, já cabe a nós, desde aqui, ressaltar a sua importância dentro do ambiente extensionista, pois se trata de um fórum composto por pró-reitores extensionistas que atuam na elaboração de diretrizes e políticas nacionais que visam ao desenvolvimento de ações mais expressivas e levam a extensão ao patamar indissociável, garantido por lei, dentro das instituições. O grupo pensou a extensão com base em seus princípios constitucionais e, buscou a criação de um conceito centralizador que garantisse a atuação extensionista dentro das instituições.

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 42).

Também tomamos por base, para a construção desta análise, o texto *A extensão das políticas à produção de conhecimentos* escrito por Daniel Pansarelli e Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, nomes significativos no que diz respeito ao debate sobre a extensão na atualidade. Ao iniciar o texto, eles descrevem que o seu objetivo não é tecer uma crítica às teorias antropológicas e nem à sociologia das organizações brasileiras, mas destacam que:

Nosso esforço será por demonstrar, ao contrário do que o mesmo senso comum de protagonismo e de inovação da comunidade extensionista brasileira, reunida especialmente no segmento público do ensino superior. (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 21).

Elucidamos, neste momento, a crítica construtiva tecida pelos autores sobre o protagonismo existente no tocante à extensão das instituições públicas de ensino, pois nossa análise da extensão tem por objetivo verificar o seu funcionamento nos Institutos Federais em todo território nacional. Esse protagonismo é precedido de uma organização que visa articular as ações e políticas da extensão nas instituições, para que, com base nelas, a temática extensionista seja elaborada com êxito. Nesse momento, há um destaque à crítica do desfuncionalismo das instituições públicas que, no geral, é característica da imagem construída pela sociedade como um todo. Assim, percebemos um contraponto dessa visão, e, com base nas ações de protagonismo dos agentes extensionistas, verificamos a existência do que podemos chamar de funcionalismo das instituições públicas brasileiras.

Os autores constroem uma crítica, com a qual também estamos de acordo, sobre a destacada importância que é dada à extensão, visto que encontramos esse princípio em nossa Constituição Federal de 1988, tema que abordamos mais adiante no decorrer desta tese, como um dos princípios indissociáveis, fator que consideramos fundamental para o desenvolvimento do sistema educacional, bem como temos a compreensão de que torna um marco de reconhecimento das práticas extensionistas. Mas, como é ressaltado no texto, há um vácuo, um hiato pós validação da lei que, por conta da ausência de diretrizes para efetivação dessa indissociabilidade, falta de financiamento, criação de políticas públicas efetivas ou até efetivação das ações por meio de um olhar mais apurado, a extensão passa por um período de limitação de suas ações no tocante à aplicabilidade de sua indissociabilidade.

Mesmo diante de todas essas ações contraditórias citadas anteriormente, o texto valoriza e ressalta a importância dos agentes extensionistas que, por sua vez, se organizaram e criaram

seus próprios grupos de trabalho e práticas para que a extensão fosse validada pelo ambiente educacional.

Mas, diante desse vácuo, a desorganização imaginada pelo senso comum não se confirmou, pelo contrário: o que a história tem registrado é a uma surpreendente capacidade de auto-organização, de forma ousada e inovadora, da própria comunidade extensionista [...] Face a considerável ausência de políticas públicas, as universidades e outras instituições de educação superior públicas brasileiras construíram forma autônoma diretrizes, políticas e meios de organização em rede; ainda mais: fizeram isso incorporando certa originalidade à compreensão do conceito de extensão universitária, oferecendo assim a comunidade internacional, cravada na realidade brasileira, uma compreensão inédita, inovadora, ousada, procurando aliar aspectos do pensamento educacional mais inovador já produzido pela intelectualidade brasileira, com Paulo Freire, aos princípios extensionistas firmados na Constituição Federal de 1988. (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 23)

Diante do exposto, verificamos que a comunidade extensionista teve papel fundamental para a construção da extensão no decorrer dos anos, pois foram capazes de criar, articular, formular ações com reconhecimento, mesmo não tendo suporte do Estado. Dessa maneira, verificamos que a omissão posta, não paralisou esses agentes extensionistas e, com base em um trabalho inovador, inédito e ousado, tendo como referência o pensamento de Paulo Freire, já apresentado neste capítulo, os princípios extensionistas contidos na CF, marco da institucionalização da extensão, foram colocados em prática. Essas ações, em sua maioria, foram estabelecidas e criadas, pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), sobre o qual abordamos posteriormente.

Dando continuidade à construção crítica do texto, os autores destacam a importância do Forproex ao elaborar as ações e práticas extensionistas, servindo, muitas vezes, de base de consulta de órgãos superiores. O Fórum, cuja articulação se deu desde 1987, passa a ser um agente diretivo das ações extensionistas, sendo que, a partir dele, surgem as diretrizes para tais as ações que servem de temas norteadores da extensão na atualidade. São eles:

- Interação dialógica
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade
- Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão
- Impacto na formação do estudante
- Impacto na transformação social (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 44)

As ações extensionistas devem ser elaboradas com o objetivo de contemplar esses princípios base da extensão. Com isso, devemos pensá-la como ação que vise à melhoria da

articulação entre a instituição e a comunidade, bem como a formação do indivíduo como um cidadão participante da sociedade em que estiver inserido.

Reforçando o que tratamos aqui anteriormente, o princípio da Interação Dialógica vem validar o que estamos tratando neste trabalho, pois trata-se da dialogicidade colocada em prática através das ações extensionistas. A base dessas ações, vem justamente do teórico Paulo Freire, cujo pensamento está pautado na elaboração de ações que deem voz aos dois lados e não tenha, portanto, uma visão unilateral. A interação dialógica parte do princípio da busca de interação entre os agentes, objetivando que o êxito seja percebido por ambos e que troca de saberes lhes traga um novo conhecimento.

Nesse ponto efetivamos a construção da relação homem-mundo. Pansarelli e Azevedo (2017) reforçam que ao aplicar o conceito freiriano “a comunidade extensionista brasileira acaba por oferecer um novo qualificador da ação de extensão universitária, apresentando, assim, uma inovação no cenário mundial” (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 48).

Podemos afirmar que a extensão é um dos princípios chave da educação, pois é ela que gera um vínculo com a sociedade e deve garantir o diálogo entre os envolvidos no processo educacional. É ela quem dá relevância ao saber popular da comunidade e busca agregar o conhecimento acadêmico, a teoria, ao conhecimento popular e a prática. Levar em conta essas experiências garante a interação dialógica ou dialogicidade entre todos.

Tendo por base a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, acerca especificamente da extensão, os autores alegam que partir do pensamento de que a pesquisa produz conhecimento, este gera o ensino e a extensão leva esse conhecimento à comunidade. Trata-se de é uma visão bem simplista que não compreende todo o significado da interação dialógica. Segundo os estudiosos, o conhecimento:

Sem pesquisa, ou sem extensão, ele não se realiza. É apenas por meio de sua realização, integral conjunta que tais novos saberes podem ser gerados a interação dialógica, dimensão freireana assumida como fundamento diferencial da prática extensionista brasileira, ocasiona assim o desvelamento de um sentido muito mais profundo da indissociabilidade. Ocasiona também uma pequena revolução epistemológica, para trazer à luz um novo tipo de conhecimento, entre os dois grandes blocos consolidados ao menos desde o início da universidade moderna. Estamos diante de uma inovação que vem ganhando cada vez mais corpo em nosso tempo histórico, que ainda precisa ser mais bem apropriada, conhecida e assimilada pelas universidades e pelas comunidades, num processo que só pode ser dialógico. (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 50)

Com isso, verificamos que a interação dialógica ou dialogicidade se refere a um dos princípios extensionistas mais expressivos e que deve ser aplicado, considerando-se a indissociabilidade e a interlocução entre os agentes envolvidos. Trata-se de um elemento inovador do entendimento do que vem a ser a extensão e suas atividades.

No que diz respeito aos quatro demais “is” extensionistas – interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; impacto na formação do estudante; impacto na formação social - os autores reafirmam que:

Não há dúvidas de que os quatro últimos princípios refletem os diversos modos do fazer extensionista do mundo, seja em sua forma mais comumente encontrada na Europa, seja no modelo usual estadunidense de prestação de serviços às comunidades, a oferta de cursos especializados, por exemplo, contemplam uma dimensão interprofissional (muito comumente também interdisciplinar); associam, na prática extensionista, pesquisa e o ensino; impactam a vida do estudante que está a ministrar o curso ou atendimento; e impactam a sociedade que é atendida ou que se forma, como cursinhos. (PANSARELLI; AZEVEDO, 2017, p. 44)

Percebemos, então, que esses quatro princípios extensionistas refletem o que é levado em conta pela comunidade extensionista mundial. Podemos afirmar que o princípio da interdisciplinaridade e a interprofissionalidade se dá por conta da oferta de cursos especializados aos educandos, que visam a ampliar sua formação acadêmica para além de sua graduação específica. No tocante ao impacto na formação do estudante e impacto na transformação social, compreendemos que elas se dão por conta da inserção dos alunos na ministração de cursos ou atividades acadêmicas extraclasse ou atendimento à comunidade. Essas ações podem impactar tanto aos alunos envolvidos no processo quanto à comunidade receptora desse tipo de atendimento. É com base nessa troca de experiências que o conhecimento é adquirido e vivenciado pelo todo.

Sendo assim, consideramos que os pilares da extensão aqui mencionados devem ser considerados fundamentais para reconhecer a efetividade das ações extensionistas no ambiente educacional e que as instituições de ensino devem pensar em ações que levem o seu saber para além de seus muros, vivenciando na prática seus conceitos teóricos e buscando sempre a interação dialógica entre os integrantes da construção desse processo fundamental que garante a formação cidadã de todos.

1.2.3 O lugar da extensão

Iniciamos os nossos apontamentos sobre a perspectiva extensionista de Demo (1996) que descreve a extensão como:

A má consciência da universidade, em duplo sentido: de uma parte, porque, incomodada pela pecha da “torre de marfim”, inventa vinculações sociais compensatórias, e de outra, porque não consegue trazer o desafio social e sobretudo da cidadania para dentro da proposta curricular. (DEMO, 1996, p. 22)

Demo (1996) nos traz uma crítica à extensão em seu posicionamento diante da educação como um todo. Por um lado, ele ressalta sua falta consciência perante sua postura de busca de vínculos sociais compensatórios e suas imperfeições e falhas perante esse processo, por outro, ele destaca que a universidade através de suas ações de extensão não consegue inserir em suas propostas acadêmicas e curriculares o desafio social que deve ser encarado pela universidade como um todo e, principalmente, pelas ações extensionistas.

Corroboramos com o pensamento de Pedro Demo (1996), pois vemos, por vezes, que equipes extensionistas se perdem na compreensão de como agir através de suas ações extensionistas e estratégias praticadas dentro de suas instituições. É um desafio para as universidades exercer o seu papel extensionista diante da sociedade, o qual é fundamental para o bom desenvolvimento e capacitação daqueles que nela estão inseridos.

Demo também reforça, em um dos seus textos, a mesma crítica feita por Paulo Freire (2017) sobre a nomenclatura extensão. Ele afirma que, “em seu lugar, não poderia ser chamada de “extensão”, porque não é algo acessório, de modo algum (BOTOMÉ, 1996; DEMO, 2000).

Demo (2001a) parte do princípio de que considera a indissociabilidade da educação arcaica, pois, para ele, as funções centrais da universidade seriam reconstruir conhecimento e educar novas gerações, tendo por base duas políticas centrais: a científica e a educacional.

Há um costume de inserir o desafio da cidadania para a Extensão, mantendo apenas um caráter voluntário e intermitente. Ações como essas são enviadas para a Extensão, contribuindo para que se perca a essência extensionista que não deve ser apenas assistencialista, mas sim mais completa, participando, verdadeiramente, da organização curricular.

Pedro Demo destaca o lugar que a Extensão ocupa no cenário educacional. Para ele: “No fundo, a extensão quer responder ao desafio da qualidade política na formação universitária” (DEMO, 2001a).

O mesmo autor (2001a) faz uma crítica à contradição existente no tocante ao papel da extensão, pois, de acordo com o autor, não pode ser formação universitária se tem caráter eventual ou voluntário, com isso, não podendo ser extensão. Uma outra crítica feita pelo autor é o fato de a extensão não fazer parte da estrutura curricular. Se é considerada um princípio indissociável da educação, por que não é parte de sua estrutura básica?

Nisto surge a primeira contradição frontal: se qualidade política for compreendida como razão de ser da formação universitária, não pode ser “extensão”, mas referência essencial. Não poderia ser apenas eventual, acessória, voluntária. Portanto, esta crítica não relega a idéia. Ao contrário, busca colocá-la em seu devido lugar: no centro do sistema universitário. O termo é em si banal: extensão aponta para uma função acrescentada e que facilmente leva a impressão de excrecência ou resíduo. Por isso mesmo, nunca apareceu na trilogia em pé de igualdade. De longe, ensino e pesquisa posicionam-se à frente. A segunda contradição comparece no fato de que extensão não faz parte curricular, não sendo, pois, toque central da formação do aluno. (DEMO, 2001a, s/p.)

Corroboramos com a fala de Pedro Demo:

É flagrante o assistencialismo em grande parte dos programas sociais de extensão, pois ao nosso olhar um dos princípios base, tripé indissociável da Educação deveria constar na estrutura de todos os cursos. A Extensão não pode ser trabalhada apenas como um programa oficial de “comunidade solidária. (DEMO, 2001a, s/p.)

Nesse sentido, pensar a extensão precisa ir além de questões meramente voluntárias e inclusivas da comunidade ao redor das instituições de ensino. As ações extensionistas precisam ter esse caráter agregador, transcender os muros, mas também precisa do viés formador.

Não afirmamos aqui, como Demo (2001a) também não afirma no decorrer de seu texto, que as instituições de ensino não devam fazer ações atreladas às questões de caráter social. Isso também é papel delas. Mas, reforçamos que as ações extensionistas não podem ser pautadas apenas nesse tipo de prática, pois não se trata de uma “instância social”.

Outro fator que Demo (2001a) destaca é a questão prática dos cursos, o estágio. Para ele, essas condições são mal colocadas tendo por base o caráter extensionista, pois ocorre de forma desconectada de sua formação acadêmica. Demo ressalta que a prática se faz tão necessária quanto a teoria. Entendemos que ambas precisam caminhar juntas, de forma atrelada e não desassociada da formação.

Obviamente, ressurgem o desafio da “prática”, ou dos estágios, geralmente muito mal postos, porque, de certa forma, como a própria extensão, colados de fora. Na verdade, todo curso precisaria conectar-se com a prática todos os semestres, à medida que traz para dentro de si problemas que a prática sugere e exige, sem prejuízo da teoria. A prática é apenas outra forma – necessária – de fazer teoria, assim como teoria é parte integrante de qualquer prática, se quiser manter-se crítica e criativa. (DEMO, 2001a, s/p.)

Demo (2001a) finaliza seu texto alertando que a extensão perpassa por um momento ocioso, que os agentes com ela envolvidos precisam colocá-la em seu verdadeiro lugar e reforça que não se trata apenas de uma crítica, mas sim de um agir em defesa da extensão.

O questionamento da extensão, se bem feito, não escapa de aceitar sua importância como compromisso científico e educacional, mas, ao mesmo tempo, não escapa de constatar sua posição ociosa atual. É preciso, pois, colocar a extensão no seu devido lugar, e com isso despedir-se dela. A quem aprecia extensão, sobretudo as estruturas gerenciais pertinentes, será custoso ouvir esta crítica. Entretanto, gostaria de dizer que não fiz aqui apenas a crítica, mas a defesa ardorosa de outra “extensão”. (DEMO, 2001a, s/p.)

Levando em conta o texto analisado, corroboramos com o pensamento do autor quando ele coloca o fato de que a extensão não deve ser desenvolvida por meio de ações sociais inclusivas ou até prática de estágio deslocados da formação acadêmica dos educandos e da instituição. Faz-se necessário, vivenciar a extensão de forma “inclusiva” em toda formação desses educandos. Um dos princípios base da educação não pode ser tratado como item de perfumaria que está em uma prateleira pronto a ser utilizado quando ou onde quisermos mostrar. Temos que ir além desses pensamentos básicos.

A Extensão exerce sim papel integrador e inclusivo nas instituições, mas não deve ser tratada e realizada apenas com esse objetivo. Ela deve ser parte integradora dos currículos e estruturas de formação acadêmica de todos os cursos.

Em outro texto, Demo (2005) ressalta que a trilogia ensino, pesquisa e extensão é caricatura, já que as universidades ainda têm o foco na pesquisa e, de forma obsoleta, garante o ensino aos seus educandos. Com isso, a extensão se torna a má consciência da universidade, como abordado anteriormente, mesmo quando há uma boa intenção em se trabalhar com ela.

O autor destaca algumas improbabilidades, as quais elencamos a seguir:

- a) revela que a formação está muito distanciada da prática e sobretudo que a universidade vive muito longe da sociedade;
- b) a questão da prática não pode ser reduzida à “extensão”, já que é parte intrínseca de toda formação integral; como está posta hoje, continua sendo algo paracurricular e eventual;
- c) a extensão como sucedâneo da cidadania é disparate ainda maior, porque representa apenas apêndice da formação universitária, revelando que ainda não está incluída no próprio currículo, ou no trajeto formativo como tal;
- d) o manejo do conhecimento pós-moderno inclui naturalmente a prática, alojando-se esta virtude na própria dinâmica do conhecimento; não vem depois, nem de fora;
- e) a função social da universidade necessita ser apanhada dentro de seu mandato principal, ou seja, na política social do conhecimento, não em adereços eventuais;
- f) cuidar da favela, por exemplo, cabe, se fizer parte do projeto pedagógico da universidade e conste da pesquisa como princípio científico e educativo. (DEMO, 2005, p. 202)

Analisar esse posicionamento do autor nos traz, a princípio, estranheza e distanciamento. Contudo, refletir sobre esses apontamentos faz com que queiramos cada vez mais compreender o caráter extensionista das instituições. Aqui há uma crítica, primeiro ao fato de a indissociabilidade não ser tão indissociável nas instituições. Depois, o autor ressalta que a formação que a universidade oferta está distanciada do que é vivenciado pela sociedade.

Fator importante de ser aqui abordado é o de que a extensão não deve ser considerada como única fonte de conhecimento prático, como muitos a enxergam atualmente. Assim como, compreender a extensão como um agente substituidor da cidadania é fator irresponsável.

Assim, percebemos que o autor nos leva a refletir sobre o que vem a ser a extensão dentro das instituições de ensino a qual, a princípio, deve se utilizar da indissociabilidade como base em sua formação. Como a extensão se encaixa na construção desse conceito? A extensão tem apenas o caráter social diante do exposto ou vai além dessas questões?

Pensamos que a extensão, é sim, papel fundamental na construção de conhecimento, mas compreendemos, por outro lado, que ela precisa ser mais bem aplicada pelos seus agentes os quais devem vinculá-la ao real significado à da temática aqui abordada. Não precisamos aplicar a extensão como fonte de atendimento dos excluídos. Isso seria fazer apenas “ações de caridade”. Mas, precisamos, sim, fazer com que os projetos e ações extensionistas tenham como objetivo o alcance daqueles que estão fora das instituições e a produção de conhecimentos a partir da vivência e da experiência daqueles que não possuem formação técnica.

Compreendemos que há uma linha tênue entre ações de caridade e ações extensionistas. Assim, os agentes que atuam nessa área precisam pensar e elaborar estratégias que atendam a esse requisito básico da extensão, que é a troca de conhecimento entre os envolvidos.

1.2.4 A flexibilização curricular

No texto *Extensão Universitária: A construção de novos caminhos*, Malvina Tania Tuttmann (2001), faz uma análise cronológica a respeito de como a extensão foi traçada pela educação superior. Ela ressalta, então, algumas contradições que geraram crises, dentro da universidade, no tocante ao assunto. São elas:

- Crise da hegemonia – contradição entre a produção de alta cultura e de conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais (formação de força de trabalho qualificada).
- Crise de legitimidade – contradição entre hierarquização dos saberes e as exigências sociopolíticas da democratização e da igualdade de oportunidades
- Crise institucional – contradição entre autonomia institucional e produtividade social. (TUTTMAN, 2001, p. 127)

Nesse sentido, com base em cada uma dessas crises, a estudiosa aponta que as instituições procuram alternativas para atrelar ações que visam ao entrosamento da universidade com o mundo do trabalho. Tal situação apresenta, portanto, uma dualidade entre a entidade produtora de conhecimento e o mercado laboral.

A partir desse pensamento, acreditamos que a extensão vem para corroborar e minimizar o quadro de contradições e as crises existentes. Pensar em ações efetivas, que levem as instituições para além da produção de conhecimento é característica fundamental das ações extensionistas. Essas ações fazem parte da representatividade das instituições inerentes à responsabilidade social, que permeia a educação como um todo e, principalmente, que é papel da extensão. Ressaltamos, também, a importância de que, através de tais ações, deve-se buscar a construção de relação entre o ensino e a pesquisa, reforçando a indissociabilidade desses princípios, a fim de aprimorar e elevar as instituições a um patamar eficaz perante a sociedade.

Infelizmente, concordamos com a autora quanto à sua reflexão sobre a extensão no que diz respeito a essa indissociabilidade:

Dessa forma, apesar do discurso de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esta terceira função da Universidade vem se desenvolvendo de forma marginalizada, percebida tanto pela falta de recursos financeiros a ela destinada, quanto pela forma ainda tênue de institucionalização no que se refere à participação de docentes, discentes e técnicos-administrativos em suas atividades. (TUTTMAN, 2001, p.128)

De acordo com o que notamos, trata-se de uma realidade difícil de ser contornada, principalmente, por aqueles que atuam com a temática extensionista, o que torna tais tipos de afirmações em pesquisas acadêmicas extremamente necessárias, pois nos levam a refletir sobre a situação, podendo estimular-nos a encontrar caminhos que permitam galgar outro patamar à extensão. Em nossa vida de trabalho diário, dentro de uma instituição de ensino que atua com ensino, pesquisa e extensão, percebemos, claramente, a verdade nas palavras da autora. Os agentes educacionais (docentes, discentes, técnicos-administrativos, equipe gestora), em geral, quando pensam na indissociabilidade, são remetidos, muitas vezes, ao ensino por conta de sua prática diária, ou à pesquisa, devido, principalmente, às cobranças que ocorrem academicamente, as quais incidem na avaliação pela produtividade, tais como a elaboração de artigos científicos, capítulos de livros e participação em seminários, congressos, entre outros. Dessa forma, a pesquisa parece ser mais bem avaliada, além de conferir aos envolvidos um certo status. Diante desse cenário, a extensão é deixada de lado, não sendo bem recepcionada, visto que, não há investimento e nem incentivo ao seu desenvolvimento, o que a leva a ser marginalizada dentro das instituições.

Julgamos que isso se dá, primeiramente pela falta de recursos, de objetivos mais bem traçados especialmente pelo MEC, mas, também, porque, para fazer extensão é preciso comprometimento. Faz-se necessário traçar estratégias efetivas, contar com a participação da comunidade, levar a instituição para além dos muros e, ações desse tipo são um pouco mais trabalhosas. A construção desse coletivo é fundamental para que os envolvidos tenham êxito em suas ações e, que a extensão ocorra verdadeiramente.

Não queremos dizer, aqui, que, quem atua com o ensino ou com a pesquisa não são comprometidos com a educação, ao contrário. Estamos apenas afirmando que o tripé extensão, muitas vezes é deixado de lado, pois há uma cobrança excessiva sobre o ensino, pois se trata da rotina diária dos docentes, dando-se destaque aos que produzem e obtêm titulação. Talvez, um olhar mais específico do MEC à extensão seja necessário-para que tanto quanto ao ensino e à pesquisa seja dada voz e importância à extensão.

Tendo em vista a efetividade e a construção das ações extensionistas, as quais são de suma importância para o desenvolvimento e o reconhecimento da sociedade, podemos afirmar que se forem verdadeiramente validadas pelas instituições e-integrarem seus currículos e estruturas a extensão fará parte efetiva no tripé indissociável. Segundo Tuttman (2001):

Nessa perspectiva a extensão universitária se apresenta como uma alternativa de mudança de rumo, como construção de uma nova política educacional que possibilitará a redefinição, pelas comunidades acadêmicas, de novas teorias e práticas baseadas num novo entendimento de produção de conhecimento. (TUTTMAN, 2001, p. 128)

Compreendemos que mudar o mundo acadêmico e dar voz às ações extensionistas é parte fundamental para o enriquecimento da universidade. Colocar em prática os conhecimentos pesquisados, reconhecer a visão prática da extensão é elevar o patamar educativo e integrar, verdadeiramente, a estrutura de cursos à comunidade que a cerca. Isso é papel básico da extensão.

No mesmo texto, a autora nos traz as propostas que fundamentam o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelos pró-reitores de extensão das universidades públicas no decorrer de treze anos. São elas:

- A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- A Instituição deve estar sensível a problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- Universidade deve participar em todos os movimentos sociais, priorizando a superação de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos;
- A prestação de serviços deve ser elencada como um trabalho social;
- A atuação junto ao sistema de Ensino Público deve se construir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da Educação Básica e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania. (TUTTMAN, 2001, p. 129)

Esses princípios básicos nos levam à reflexão de como a extensão pode e deve exercer papel fundamental nas universidades. Prestar serviço à comunidade e difundir a cidadania é papel fundamental da educação, devendo ser o foco da instituição. A extensão existe para isso, para colocar em prática os conhecimentos acadêmicos adquiridos e, humanizar a universidade através de suas ações.

O texto é finalizado com a seguinte frase:

A Extensão Universitária hoje pressupõe um caminhar coletivo, numa constante interlocução/interação entre profissionais, alunos e parceiros externos à universidade. Acreditamos nessa forma de construir conhecimento, nesse movimento de ideias e práticas, no respeito aos diferentes saberes e fazeres. É preciso que a Universidade propicie o espaço para o confronto de diferentes conhecimentos, diferentes leituras da prática vivenciada, dos avanços, dos retrocessos, dos conflitos surgidos, ao mesmo tempo em que se procuram caminhos para a construção de novos conhecimentos e novas práticas. (TUTTMAN, 2001, p. 130)

Corroboramos com a autora quando ela demonstra que a extensão é a interlocução entre os agentes envolvidos nessa ação. Assim, reconhecer que o conhecimento existente pode ser ampliado através de uma troca constante entre os participantes, bem como perceber que o mundo acadêmico pode ser fonte de conhecimento, mas que pode, também, recebê-lo através das experiências vivenciadas fora de seus muros constituem os princípios básicos da extensão.

Finalizamos essa análise com um pensamento conhecido e reconhecido de Paulo Freire, extraído de seu livro *A Pedagogia do Oprimido*. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2018, p. 53). Esse pensamento se torna eficaz ao reconhecimento da prática extensionista e confirma que ações extensionistas são fundamentais para a extensão.

Tomamos por referência outros textos da autora escritos por ela em conjunto com outros autores sobre a extensão e a flexibilização curricular. Nesse sentido, partindo do princípio de que existe uma discussão sobre a necessidade de flexibilização dos currículos com base no pensamento de que o aprendizado se dá não apenas no interior das salas de aulas, portanto, não somente pautado no princípio indissociável do ensino, entendemos que se faz necessário repensar as práticas dentro das instituições. Essas ações não devem ser pensadas unicamente com base em alteração dos currículos, mas considerando o processo educacional como um todo.

Os autores destacam que:

Na verdade, é preciso que Ensino, Pesquisa e Extensão valorizem também o saber não científico, analisando-o criticamente em uma ação conjunta professor, aluno e sociedade, a fim de confrontá-lo com o saber científico, construindo um novo saber, em um processo de ação/reflexão/nova ação, na busca de formas de compreender melhor os saberes existentes em sociedade e de modos de transformar a atual realidade vivida pela mesma. Requer, pois, um trabalho conjunto Universidade/Sociedade, tanto no Ensino, na Pesquisa, como na Extensão. (BRANCO et al, 2002, s/p.)

Não podemos deixar de lado o saber científico e acadêmico, mas também não podemos considerá-lo como a única forma de adquirir conhecimento. Nesse sentido, a tríade ensino-

pesquisa-extensão deve ser valorizada. No tocante à compreensão do mundo que está ao redor das instituições educacionais, deve-se ter em consideração a necessidade de promoção de ações conjuntas que possibilitem as relações entre todos os agentes inseridos. Compreender os saberes empíricos existentes na sociedade é fator de suma importância para que o processo educativo seja realizado com êxito. Dessa forma, para que isso ocorra, precisa haver uma flexibilização do currículo, que integre os três pilares do tripé de modo concomitante.

Incluir nos projetos institucionais uma estrutura que contemple tal indissociabilidade é, sem dúvida nenhuma, ter por objetivo formar um cidadão que os autores do texto chamam de “profissional-cidadão”. Essa nomenclatura nos faz refletir sobre o papel e os objetivos das instituições educacionais, pois sabemos que os cursos precisam ser elaborados, tendo por base a formação profissional em todos os cursos, sejam técnicos, bacharéis ou de licenciaturas. Mas, trazer a concepção indissociável nos leva a pensar para além dessa formação. Conduz-nos, de igual modo, à reflexão acerca do tema da cidadania em nossos cursos, fator necessário para que pensemos a sociedade como um todo.

Nesse sentido, compreendemos que a extensão reflete, justamente, o auxílio a essa necessidade, pois, atrelada ao ensino e à pesquisa, apresenta essa função agregadora das instituições. É ela que faz com que haja um pensar diferenciado e integrador entre conhecimentos. A extensão viabiliza levar o conhecimento acadêmico ao lugar da prática e trazer essa prática para entender o conhecimento acadêmico.

A extensão nos faz repensar sobre as instituições, suas funcionalidades e seus processos acadêmicos. Ela oportuniza a construção de um novo saber entre os agentes envolvidos.

No que diz respeito à Extensão, ela vem, em muitas Universidades Públicas Brasileiras, contribuindo para o repensar do processo acadêmico, ao consolidar práticas que demonstram uma formação do estudante não limitada às atividades de Ensino desenvolvidas no interior da sala de aula. Ao criar metodologias que ampliam o entendimento e a prática de um Currículo, proporcionam aos alunos a análise das necessidades da população brasileira e o confronto do saber por ela construído, com os saberes científicos debatidos no interior da Universidade. (BRANCO, et al, 2002, s/p)

Branco et al, (2002, n. p.) finalizam o texto afirmando que: “ao Flexibilizar o Currículo, por meio da Extensão, as Universidades vêm desenvolvendo experiências que contribuem para o exercício de práticas produtoras de saberes, proporcionando relações democráticas e cidadãs”. Com isso, percebemos que, para vivenciar um currículo diferenciado, que vai além do ensino, as instituições devem se utilizar de ações extensionistas para garantir a sua flexibilização e, conseqüentemente, permitir que o conhecimento seja agregado de várias formas, sendo

acadêmico ou não. Conhecimento é conhecimento, assim, criar metodologias que ampliem a forma de adquiri-lo e ampliá-lo é papel da educação em geral.

De acordo com os textos de Tuttmann (2001), além de Branco et al (2002), e o reconhecimento de que ela representa papel fundamental na área extensionista, compreendemos que a extensão é o agente agregador dentro da indissociabilidade que deve existir na prática educativa. Ter o olhar apurado quanto ao entendimento dessa realidade é não marginalizar a temática e assimilar seus objetivos e função nas instituições de ensino.

Garantir que as instituições ultrapassem seus muros é papel de todo agente extensionista e compreender a necessidade dessa ação é papel de todos os agentes que atuam nessas instituições.

1.3 Ultimando as ideias

No decorrer deste capítulo construímos uma análise das fontes de pesquisas consultadas, leituras acadêmicas realizadas desde o nosso ingresso no doutorado até então. Partimos da revisão da literatura realizada a partir das principais plataformas acadêmicas, que nos nortearam e nos serviram de referência para desenvolver este trabalho, tendo a extensão como objeto de nossa reflexão.

De início, fizemos uma abordagem crítica ao termo extensão, pois, através de nossa concepção percebemos que ela deve ir além do ato de “estender” conhecimentos. Compreendemos que se faz necessário uma troca, isto é, levar o conhecimento acadêmico à sociedade e reconhecer o papel das instituições em suas práticas diárias.

Entendemos, também, que, através dos agentes extensionistas, a extensão percorreu até os dias atuais, um grande avanço e reconhecemos que, mesmo com esses avanços, ainda há muito a ser feito para que a extensão seja reconhecida, de fato, como um princípio indissociável da educação superior, conforme consta em nossa lei maior, a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nesse sentido, constatamos que muitos não compreendem o valor das ações extensionistas e que, na maioria das vezes, o ensino e a pesquisa são considerados os pilares mais importantes da educação superior, tornando a extensão marginalizada por conta de ter esse viés mais atrelado à sociedade.

Freire (2017) nos traz o princípio norteador de nossa tese, pois ele nos faz refletir sobre o diálogo em nossas ações, traz-nos uma crítica à nomenclatura extensão, pois, na concepção do autor, com a qual concordamos, a palavra “extensão” nos remete apenas ao ato de “estender algo” a alguém. Tal ato, em nosso cenário educativo, seria o de estender nosso conhecimento

aos envolvidos em algum projeto extensionista, o que até parece ser apenas a atitude de depositar o conhecimento acadêmico nos envolvidos, não havendo a troca de experiência e conhecimento, culminando na ausência de diálogo, isto é, nas palavras de Freire (2017), quando não ocorre a dialogicidade, sem a qual não é possível existir o processo extensionista.

Dando sequência à análise da dialogicidade – princípio central de nosso estudo – fizemos também a análise das bases conceituais extensionistas que nos levam a uma melhor compreensão do que vem a ser a extensão dentro do ambiente educacional. Ressaltamos que as ações extensionistas devem ser traçadas com o objetivo de atuar diante dessas bases e, com isso, levar sempre a comunidade e a sociedade inserida nesse contexto a atender esses princípios, que são: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante, o Impacto na transformação social e os cinco “is” extensionistas, que em conjunto, devem balizar as ações extensionistas dentro das instituições educacionais.

Neste capítulo, também elucidamos que, de acordo com a lei, a extensão deve fazer parte da estrutura dos cursos e que, para tanto, torna-se necessária a compreensão de que ela não deve ser utilizada apenas como base para que haja uma curricularização das ações extensionistas ou mesmo a flexibilização dessas ações.

Sendo assim, compreendemos que, através do tempo, a extensão alcançou patamar importante e necessário no ambiente educacional. Ter a extensão como referência nos leva a ter uma concepção mais humana nas universidades e reconhecer que, o mundo acadêmico pode ser visto de outra forma.

Os autores citados no decorrer desta análise nos fizeram refletir sobre a temática extensionista e seus benefícios para as instituições de ensino e compreender que o acadêmico deve ser levado para fora de seus muros, assim como a vivência da sociedade que o cerca deve ser trazida para dentro das instituições, visto que também são fontes de conhecimento e podem, verdadeiramente, fazer parte da formação dos educandos na construção do processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ORIGEM, CONCEPÇÕES E POLÍTICAS

No capítulo anterior, tratamos da apresentação e da análise da fundamentação teórica acerca do assunto proposto: a extensão universitária. Assim, partindo do princípio de que a extensão é uma política pública nacional, visamos à compreensão das concepções de alguns estudiosos, com ênfase no conceito da dialogicidade proposta por Freire (2017; 2018).

No presente capítulo, explicitamos as diretrizes encontradas nas legislações vigentes relativas à extensão no processo educacional, bem como as legislações anteriores, a fim de obter melhor entendimento da trajetória histórica e dos avanços da extensão universitária no nosso país.

2.1 Extensão e as Constituições ao longo do tempo

Para fins de conhecimento, analisamos as Constituições de 1967 e 1969 e, com vistas ao cenário hodierno, a de 1988, a qual, recentemente, completou mais de trinta anos de existência. Tomamos como base, também, as leis de diretrizes e bases da educação nacional de 1961 e 1996, sendo esta última vigente até os dias atuais. Ressaltamos que a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para a educação, não foi utilizada por se tratar apenas de referências para o 1º e 2º graus, os quais atualmente compreendem o Ensino Fundamental e Médio, motivo pelo qual tal legislação não trouxe nenhuma referência à extensão. Inversamente, temos um olhar especial sobre a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, para entender como a extensão universitária era vista na época e como o tema foi abordado no texto legal. Assim, com o propósito de obter uma melhor percepção do avanço da extensão universitária no tempo, fazemos uma abordagem cronológica, partindo, então, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

No título IX da LDB de 1961 encontramos as referências sobre a educação superior. No artigo 66, podemos localizar os objetivos da Educação Superior: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, LDB, 1961). Percebemos, então, que o objetivo da educação superior, de acordo com a LDB de 1961, apontou para a pesquisa, ao desenvolvimento das ciências e à formação de profissionais com nível universitário.

Especificamente sobre a extensão, encontramos, no artigo 69, o seguinte:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, LDB, 1961)

Com isso, a extensão poderia ser ofertada pelos estabelecimentos de ensino superior apenas na forma de cursos de especialização e aperfeiçoamento, com o objetivo de melhorar a formação dos estudantes. Já nas Constituições Federais de 1967 e 1969 não encontramos referências específicas à extensão, nem mesmo à educação superior. Tais Constituições abrangem a educação em seu Título IV, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a família, a educação e a cultura. Segundo o artigo 168 da CF de 1967: “A Educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada e igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.” E, na CF de 1969, no seu Artigo 176, dispõe-se: “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.”

Percebemos que nas duas Constituições Federais a educação é vista como direito de todos, tendo sempre como referência a presença da família. Na CF de 1969, a educação já passa a ser dever do Estado, uma compreensão mais ampla do que se tornou a educação nos dias atuais. No tocante à extensão, as duas CF não citam, em nenhum momento, o termo ao tratar da área da educação.

No ano de 1968, instituiu-se uma legislação mais específica sobre a educação superior por meio da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro, que fixou normas de organização e funcionamento do referido grau de ensino em suas articulações com a escola de nível médio. Nessa Lei, a educação, como nas Constituições anteriores, é apresentada em seu Artigo 1 da seguinte forma: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior.” Em seu Artigo 2, observamos que: “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.”

Conseguimos compreender, então, que a educação superior continua tendo como objetivo principal a pesquisa, o desenvolvimento da ciência e a formação de profissionais de

nível superior. Notamos ainda que, de acordo com a Lei 5.540, a pesquisa passa a ser princípio indissociável da educação que a leva a um patamar de fundamental valor para a educação superior. No que se refere à extensão, especificamente, vemos que o termo aparece nos artigos 17 e 25, destacados a seguir:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

- a) De graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;
- b) De pós graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em casa curso;
- c) De especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
- d) De extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos [...]

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados. (BRASIL, CF, 1968)

Observamos que a extensão aparece nessa Lei da mesma forma como é apresentada nas Constituições citadas anteriormente. Ela surge como uma modalidade de oferta de cursos pelos estabelecimentos de educação superior, sendo que tais instituições devem estabelecer os pré-requisitos para os candidatos às vagas destinadas a eles, os quais deverão estar atrelados aos planos institucionais.

Isso posto, chegamos à Constituição Federal de 1988, vigente nos dias atuais. Nela, a educação é explicitada no Capítulo III, que tem por título “Da Educação, da Cultura e do Desporto”. O objetivo norteador da educação está localizado no artigo 205, a seguir: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, CF, 1988). Notamos que a educação continua sendo direito de todos e dever do Estado e da família, sendo ambos considerados a base da educação. Atrelado a isso, também conseguimos perceber que a sociedade passa a ser considerada como colaboradora na construção do processo educacional.

Quanto ao termo extensão, encontramos-lo presente no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Na forma da lei, a extensão passa a ser considerada princípio indissociável da educação, atrelada ao ensino e à pesquisa. A novidade, então, é a atribuição do patamar de princípio à extensão e de um dos

pilares fundamentais da educação superior, antes considerada apenas uma “modalidade” de ensino nas instituições.

A partir dessa nova concepção, a LDB de 1961 passa a não dar respaldo a todas as questões educacionais do país, ocasionando a necessidade de uma nova legislação. Assim, em 20 de dezembro 1996 foi decretada a nova LDB (Lei 9.394/96), que estabelece, em seu artigo 1, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” A partir dessa lei, a educação é percebida de forma mais ampla e abrangente, uma vez que passa a ser apresentada de maneira vinculada a todas as instâncias da sociedade, incluindo-se a família, as escolas e demais organizações. Em seu artigo 2, a LDB de 1996 destaca que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Observamos, então, que a educação continua sendo dever da família e do Estado, como nas legislações anteriores, com a diferença de que a formação dos indivíduos também deve estar voltada ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho e não somente à formação de profissionais de nível superior.

No que se refere à extensão, pelo fato de ela ter se tornado um princípio indissociável da educação, a nova LDB (BRASIL, 1996) trata mais especificamente do termo e traz alguns artigos para sistematizar sua aplicabilidade nas instituições em seu Capítulo IV, que trata da Educação Superior como um todo. No artigo 43, vemos o seguinte:

A educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição. (BRASIL, LDB, 1996)

Notamos que a extensão não é vista mais como uma modalidade de ensino, como nas legislações anteriores. Ela passa a ser considerada de forma mais específica, adaptando-se ao que rege a nova CF (BRASIL, 1988). A extensão, princípio indissociável da educação, é promovida com vistas à participação da população, buscando-se, assim, uma integração maior com as comunidades. Esse novo formato busca proporcionar a troca de experiências e interesses com o objetivo de difundir as conquistas e benefícios da educação superior, no sentido de levar as instituições de ensino para fora dos muros de seus estabelecimentos. Entendemos que tal atitude traz a educação superior a um lugar mais digno na educação, não formando apenas profissionais, mas trazendo à existência a formação de um cidadão mais completo. Esse é o objetivo da educação atualmente: formar, além de um profissional, um sujeito que pense a sociedade como um todo.

No artigo 44, a LDB de 1996 destaca:

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. (BRASIL, LDB, 1996)

Vemos, por meio desse artigo, que as instituições de educação superior devem estabelecer os requisitos necessários para participação da extensão em seus cursos e programas, liberdade que já era dada nas legislações anteriores. No artigo 52, a LDB de 1996 dispõe que:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo Único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (BRASIL, LDB, 1996)

A partir de então, as instituições de educação superior devem buscar, no âmbito de suas funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, formar profissionais de nível superior de forma pluridisciplinar. No artigo 53, estabelece:

No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo Único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente. (BRASIL, LDB, 1996)

Tendo em vista esse artigo, percebemos que a LDB de 1996 dá total autonomia às instituições de educação superior para a elaboração de pautas e programas de pesquisa e de atividades de extensão. Salientamos que esse fato é de grande importância para a educação, pois cada região tem a sua especificidade para ser trabalhada e desenvolvida em sua comunidade local e ter essa autonomia ressalta a importância das atividades de extensão.

Por essa análise cronológica da legislação existente no tocante à educação, à educação superior e à extensão, podemos concluir que a implantação da extensão nas instituições de

ensino superior já tem um bom caminho percorrido. Aos poucos ela passou de uma opção de curso complementar e modalidade de ensino ao patamar de princípio indissociável da educação superior, o que nos remete à importância que deve ser conferida à temática e nos traz a confirmação da sua legitimidade. A aplicabilidade dessas leis, bem como a compreensão de que um princípio indissociável deve ter crédito em todo ambiente escolar, é de suma relevância, pois desafia a criação de estratégias que culminem em sua prática. A implementação desse princípio deve ser constantemente considerada por todos os envolvidos na área, visto que, além do conhecimento técnico, a extensão tem a ver com a formação profissional e cidadã de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na formação superior.

2.2 Extensão no Plano Nacional de Educação

Após termos abordado, no item anterior, a Constituição através do tempo, voltamo-nos, neste item, ao estudo da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), documento fundamental para a compreensão dos desdobramentos da educação no país. Para tanto, tomamos por base os textos: *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*, de Fernando Haddad (2008), e *PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*, de Demerval Saviani (2009). Também inserimos uma breve análise das edições 2001 a 2010 e de 2014 a 2024 dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, PNDE), bem como fundamentamo-nos no Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 2007.

No texto de Saviani (2009), percebemos que o autor não utiliza o termo “extensão universitária” diretamente. Mas, traça um panorama geral de programas adotados para esse nível de ensino e descreve:

No que se refere à educação superior, o Plano inscreve cinco ações: “FIES-PROUNI”, que pretende facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao PROUNI; “Pós-doutorado”, destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a chamada “fuga de cérebros”; “Professor Equivalente”, que visa facilitar a contratação de professores para as universidades federais; “Educação Superior”, cuja meta é duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais; e o “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior. (SAVIANI, 2009, p. 1236)

Percebemos que, com a implementação dessas ações na Educação Superior – FIES, PROUNI, Educação Superior, Programa Incluir –, o interesse maior é o de ampliar tanto o acesso e a permanência dos educandos nesse nível de ensino, quanto a capacitação de professores e a garantia de sua permanência no país para que seus conhecimentos sejam aplicados à nossa realidade e em nossa estrutura de educação superior. Assim, Saviani (2009) destaca que avalia de forma positiva a iniciativa do Ministério da Educação da busca pela qualidade de ensino em todos os níveis de formação, bem como salienta a importância de trazer notoriedade à educação e à construção de ações efetivas para a melhoria da educação como um todo. Contudo, pautados na concepção do autor, percebemos que não há, nas metas para a educação superior, nenhuma ação que envolva a extensão especificamente, fato que nos causa estranheza, partindo do entendimento de que a extensão é papel fundamental, ao lado dos demais pilares, e princípio indissociável da educação.

Podemos depreender, então, que para Saviani, as ações extensionistas podem ser elaboradas para garantir a permanência dos educandos nas instituições ou mesmo para garantir a acessibilidade, o que caracteriza a extensão, mas isso não fica claro.

Ele destaca, também, a relação entre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) que estava vigente desde 2001. Para o estudioso, o PDE, lançado em 2007, relacionou as ações previstas com as do PNE, formulado de forma paralela, sem levar em conta o documento anteriormente elaborado e que estava em vigor, deixando, então, o PNE à margem e ignorado pelos idealizadores do PDE.

Passando dos níveis para as modalidades de ensino, verifica-se situação semelhante, isto é, as ações previstas pelo PDE se relacionam com uma ou outra meta do PNE, deixando à margem a maioria delas. A conclusão que se patenteia é que o PDE foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. E, como adotou o nome de Plano, projeta a percepção de que se trata de um novo Plano Nacional de Educação, que estaria sendo colocado no lugar do PNE aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2001. Para isso, porém, seria necessário que fosse aprovada uma nova lei que revogasse o atual PNE, substituindo-o por um novo plano que absorvesse as características do PDE. Mas não é disso que se trata. O PDE é lançado num momento em que se encontra formalmente em plena vigência o PNE, ainda que, de fato, este permaneça, de modo geral, solenemente ignorado. (SAVIANI, 2009, p. 1241)

Acerca do PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, podemos afirmar que, além de ser um plano de Estado envolvendo os três poderes no desenvolvimento de ações para a Educação, com duração de dez anos, tinha como objetivos e prioridades: a elevação do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade da educação; a democratização

educacional, em termos sociais e regionais; e a democratização da gestão do ensino público, que devem ser colocados em prática por todos os níveis, modalidades e instâncias (municipais, estaduais ou federais) educacionais.

Observando, especificamente, o que é proposto para a educação superior no referido documento, percebemos que o Plano foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer políticas que promovessem a renovação e o desenvolvimento desse nível de ensino na tentativa de solucionar os problemas existentes, partindo do princípio de que a ampliação da oferta do Ensino Médio, por conseguinte, acarretaria o aumento da busca pelo ensino superior, podendo gerar, então, uma explosão na demanda desse nível de ensino. Em suma, temos que a visão do ensino superior no PNE (BRASIL, 2007, p. 78) foi pensada com vistas à “manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País.”

Reafirmamos, ainda, que as funções atribuídas à educação superior previstas na Constituição Federal (BRASIL, 1998) são: Ensino, Pesquisa e Extensão; e o PNE relata que um dos grandes desafios desse nível de ensino é reunir essas três atividades numa direção criativa, para além de meramente depositária de conhecimentos.

No tocante à extensão, notamos que, das trinta e cinco metas e objetivos traçados no Plano, apenas quatro abordam diretamente a temática:

6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.
7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa. (PNE, p. 89) [...]
- 21 . Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de interligar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional. [...]
23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001 – 2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para atuação dos alunos em ações extensionistas. (BRASIL, PNE, p. 92)

Entendemos que o Plano Nacional da Educação de 2001 teve um caráter mais implementador da extensão universitária nas Universidades como um todo, o que já estava garantido na Constituição Federal. As metas incluem a necessidade de implementação de cursos

de extensão voltados ao resgate da dívida social e educacional e também destinam uma porcentagem de créditos para a graduação.

Com o fim da duração do PNE (2001 a 2010), em 2014, foi lançado um novo Plano Nacional de Educação pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos e as seguintes diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, PNE, 2014)

O PNE passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Com isso, tornou-se a base para elaboração dos planos em todo o território nacional, sendo aprovado por leis que deveriam prever recursos orçamentários para a sua execução, representando, a nosso ver, sua maior validação para a melhoria da Educação.

Com relação às metas, verificamos que estas totalizam vinte e foram elaboradas com o compromisso de esforço contínuo que visa a: eliminar as desigualdades existentes no país; enfrentar as barreiras de acesso e de permanência a fim de minimizar as desigualdades educacionais de cada território; buscar a formação para o trabalho e ao exercício da cidadania; e ao respeito dos direitos humanos.

No que tange ao ensino superior e à extensão universitária, percebemos que, apenas em quatro das vinte metas encontramos alguma referência ao tema.

No item 9.11, percebemos a seguinte indicação:

9.11) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. (BRASIL, PNE, 2014)

Já no item 12. 7, verificamos o seguinte:

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, PNE, 2014)

Tal estratégia gera grandes conflitos entre os agentes extensionistas das redes de ensino, pois, garantir a efetividade do seu cumprimento é muito difícil. A efetivação dos créditos curriculares para proporcionar uma melhor formação ou mesmo viabilizar alguma experiência naquilo em que os educandos estão se profissionalizando através da extensão é fonte de grandes conflitos. O atendimento das especificidades da extensão e suas demandas, como em qualquer setor da educação, necessita fomento, investimento e comprometimento, além da “vontade” de atuar na área. Nesse sentido, muitas vezes, essa estratégia é deixada de lado, deixando de ser verdadeiramente aplicada.

A destacada meta requer uma reformulação de diversos cursos por meio de um trabalho árduo que colocasse a extensão em seu lugar de direito, visto que, com base na legislação apresentada, ela não é tratada com menor visibilidade diante dos demais princípios: ensino e pesquisa. As ações extensionistas devem ser, então, elaboradas e colocadas em prática por todos os agentes que estão inseridos nas Instituições de Ensino Superior (IES).

13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, PNE, 2014)

Por fim, encontramos no item 14.10: “promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, PNE, 2014)

Sabemos que a qualidade da educação superior está associada a vários aspectos, como, por exemplo, a titulação dos docentes, a gestão das instituições de ensino, o interesse e desempenho dos estudantes e ensino, pesquisa e extensão. A análise das metas acima, trazem-nos a noção do que se faz necessário para que, em 2024, ano final da vigência do atual PNE, possamos ter a extensão sendo aplicadas nas instituições de ensino superior de forma mais objetiva, clara e eficaz.

No texto *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*, percebemos que Fernando Haddad (2008) discorre sobre a missão fundamental dos IFET, como educação profissional, científica e técnica:

A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. (HADDAD, 2008, p. 19)

Diante dessa missão, percebemos que o modelo dos institutos federais tem por objetivo consolidar o estudante para a vida profissional, acadêmica e cultural. Para o autor, o IFET vem a ser um centro de excelência na oferta de ensino gratuito, visando sempre à qualidade do que é ofertado. Ele destaca, também, que um dos objetivos do IFET é a oferta de programas e cursos de extensão, de acordo com as demandas locais.

Pensamos que a rede de institutos federais e universidades em todo território nacional deve articular suas ações para o benefício de sua comunidade e, isso, a nosso ver, é fazer extensão. Pensar na oferta de cursos para a comunidade, atendendo as suas demandas específicas caracteriza a extensão. Integrar a comunidade às instituições de ensino e vice-versa é fundamental, pois ações como essas garantem a atividade extensionista.

A análise da extensão universitária no PDE e no PNE, demonstrou-nos a legitimidade desse princípio. A reflexão sobre a extensão nos traz a certeza de que temos algum caminho percorrido, mas também nos acende um alerta de que ainda estamos muito aquém do ideal, pois percebemos que os avanços são mínimos.

Sendo assim, afirmamos que tratar a extensão universitária com igualdade perante os demais princípios é um dos compromissos que a educação superior deve ter para que seja garantido aos estudantes a sua formação completa. Validar e dar voz às ações de extensão

fortalece ainda mais a capacitação dos envolvidos nesse processo, visto que garante a troca de conhecimentos, experiências e vivências entre eles.

2.3 Análise das cartas e memórias Forproex e da Renex

Após tratar dos avanços das leis no decorrer do tempo, iniciamos, neste item, uma análise das cartas e memórias dos Encontros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) e da Rede Nacional de Extensão (Renex) que dão origem e estruturação às ações extensionistas. Entretanto, antes, faz-se necessário compreender o que são e o que representam tais instituições.

O Forproex é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Tal instituto se reúne semestral ou anualmente para discutir assuntos pertinentes à temática e, também, criar diretrizes para o melhor andamento da extensão nos ambientes educacionais. Os seus membros são natos, com direito à voz e voto, sendo, os pró-reitores de extensão e titulares de órgãos, congêneres das instituições de ensino superior públicas brasileiras.

O Forproex tem por objetivo:

- a) Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-reitoria de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- b) Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando ao encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- c) Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
- d) Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- e) Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

O fórum é dirigido por uma coordenação nacional eleita anualmente em seus encontros nacionais. Essa coordenação é composta por presidente, vice-presidente, coordenadores regionais (de cada região do país) e coordenadores temáticos (cultura, comunicação, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho, saúde).

A Renex, por sua vez, diz respeito a uma iniciativa do Forproex, que mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/Brasil), banco de dados sobre as práticas de extensão no país. A Renex é, portanto, a rede que organiza as ações extensionistas, dando visibilidade e catalogando as ações nas instituições educacionais.

Com base nessas informações, damos continuidade ao nosso estudo, apresentando a análise das cartas e memórias dos encontros nacionais do Forproex, a fim de realizarmos um levantamento cronológico dos fatos, bem como de compreendermos como se deu a construção das ações extensionistas dentro das instituições educacionais, os princípios e os objetivos norteadores e as metas já alcançadas.

Analisando as *Cartas e Memórias* dos encontros nacionais do Forproex podemos perceber que, até o ano de 2019, foram realizados 46 encontros, sendo que o último ocorreu no mês de setembro, em São Luís do Maranhão, sob o tema *Extensão Universitária para a transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade*. Já o primeiro encontro se deu em Brasília, no ano de 1987, tendo sido de suma importância para a estruturação da extensão que temos nos dias atuais, já que, nessa ocasião, iniciou-se a discussão em torno da extensão, viabilizando, então, uma melhor abordagem e maior debate sobre o assunto dentro das instituições de ensino.

Para um melhor entendimento do contexto extensionista no Forproex, elaboramos um Quadro com os encontros realizados durante todo o período de sua existência, a fim de que possamos facilitar a observação e a análise de sua estrutura. Destacamos, também, os temas de cada um deles, que, a nosso ver, revelam muito sobre o processo da extensão através do tempo.

Quadro 2 - Cartas e Memórias Forproex

EN	ANO	CIDADE	TEMA CENTRAL DO ENCONTRO
1°	1987	Brasília	<i>Conceito de extensão, institucionalização e Financiamento</i>
2°	1988	Belo Horizonte	<i>Extensão, pesquisa e compromisso social</i>
3°	1989	Belém	<i>A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços. A Interdisciplinaridade</i>
4°	1990	Florianópolis	<i>As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária</i>
5°	1991	São Luís	<i>A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática</i>
6°	1992	Santa Maria	<i>Universidade e cultura</i>
7°	1993	Cuiabá	<i>Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária</i>
8°	1994	Vitória	<i>Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional</i>
9°	1995	Fortaleza	<i>Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais</i>
10°	1996	Belém	Tema e Carta não localizados.
11°	1997	Curitiba	Tema e Carta não localizados.
12°	1997	Brasília	Tema e Carta não localizados. (Encontro Extraordinário)
13°	1998	Brasília	Tema e Carta não localizados. (Encontro Extraordinário)
14°	1998	Natal	Tema e Carta não localizados.
15°	1999	Campo Grande	Tema e Carta não localizados.
16°	2000	João Pessoa	Tema e Carta não localizados.
17°	2001	Vitória	Tema e Carta não localizados.
18°	2002	Florianópolis	Tema e Carta não localizados.
19°	2003	Manaus	Tema e Carta não localizados.
20°	2004	Recife	Tema e Carta não localizados.
21°	2005	São Luís do Maranhão	Tema e Carta não localizados.
22°	2006	Porto Seguro	Tema e Carta não localizados.
23°	2007	Brasília	Tema e Carta não localizados.
24°	2008	Curitiba	Tema e Carta não localizados.
25°	2009	João Pessoa	Tema e Carta não localizados.
26°	2009	Rio de Janeiro	Tema e Carta não localizados.
27°	2010	Fortaleza	Tema e Carta não localizados.
28°	2010	Santo André	Tema e Carta não localizados.
29°	2011	Maceió	Nesse encontro não houve um tema específico, mas os presentes reafirmam que a Extensão Universitária contribuí decisivamente para o fortalecimento do vínculo entre a Universidade Brasileira e a Sociedade na qual está inserida
30°	2011	Porto Alegre	Nesse encontro não houve um tema específico, mas os presentes elencaram as principais ações de extensão.
31°	2012	Manaus	Nesse encontro não houve um tema específico. Os presentes reafirmam a defesa dos princípios e valores que norteiam o debate atual sobre a educação brasileira e a efetiva e decisiva contribuição da extensão universitária para o processo de mudança em curso.
32°	2012	Brasília	25 anos Forproex comemorando as Bodas de Prata, no marco dos 50 anos da Universidade de Brasília.

33°	2013	Rio de Janeiro	Nesse encontro não houve um tema específico. Os presentes consideraram que a consolidação da extensão universitária passa pelo estabelecimento de marcos legais que dão perenidade às políticas de extensão universitária. E, dessa forma, destacaram alguns pontos de agenda de compromissos institucionais.
34°	2013	Palmas	Tema e Carta não localizados.
35°	2014	Belém	<i>A Extensão Universitária e os Processos de Formação</i>
36°	2014	Goiânia	<i>Extensão em Territórios</i>
37°	2015	Gramado	<i>Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira</i>
38°	2015	João Pessoa	<i>Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira</i>
39°	2016	São Bernardo do Campo	Nesse encontro não houve um tema específico, mas os presentes debateram alguns desafios e perspectivas para a Extensão Universitária brasileira, com atenção especial para as Políticas Públicas para a Extensão Universitária no Contexto da Diversidade; Extensão e Desenvolvimento territorial; Grupo de trabalho sobre Indicadores da Extensão; Agenda sobre Revistas da Extensão e Proposta de uma Política Cultural para as Universidades Brasileiras, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública.
40°	2016	Ouro Preto	<i>Extensão e conjuntura</i>
41°	2017	Porto Seguro	Nesse encontro não houve um tema específico, mas os presentes debateram modos de fortalecimento e ampliação da integração social das instituições públicas de ensino superior (IPES) com a sociedade, considerados enquanto táticas de resistência, de defesa e compromisso com o modelo de IPES no país diante da atual crise econômica, política, institucional e da democracia
42°	2017	Florianópolis	Nesse encontro não houve um tema específico, mas os presentes discutiram os rumos da Extensão Universitária brasileira, diante do avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública.
43°	2018	Natal	No Marco dos 100 anos da Reforma de Córdoba e da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRES 2018), reuniram-se as(os) Pró-Reitoras(es) das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (Forproex) para discutir os principais focos de ação coletiva no ano de 2018 e estratégias de atuação para enraizamento das atividades acadêmicas de extensão no ensino superior brasileiro, diante da tentativa política de desmonte da educação superior no Brasil.
44°	2018	Vitória	Nesse encontro não houve um tema específico, mas foi discutido as diretrizes da Extensão, na defesa da Educação Superior pública brasileira, autônoma, gratuita, crítica e com liberdade na construção e socialização de conhecimento científico, saberes e práticas alinhados com as demandas sociais.
45°	2019	Brasília	<i>Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação</i>
46°	2019	São Luís do Maranhão	<i>Extensão Universitária para a Transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade</i>

Fonte: Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 06 ago. 2019. Elaboração própria.

Observando o Quadro 2, percebemos que alguns encontros não resultaram na elaboração de uma carta final, o que nos faz perder a totalidade das informações, mas não nos impede de realizar uma análise das cartas. Como se vê, os encontros relativos às cartas que não localizamos vão do décimo ao vigésimo oitavo e o trigésimo quarto. Assim, a análise do período de 1999 a 2010, bem como a do ano de 2013 ficam prejudicadas.

Percebemos que o primeiro encontro de pró-reitores de extensão, realizado em Brasília, no ano de 1987, sob o tema *Conceito de extensão, institucionalização e Financiamento*, contou com a presença de 33 universidades públicas as quais foram representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargos similares nas instituições. No documento, foram apresentadas as conclusões aprovadas no evento.

De acordo com a primeira carta, a extensão diz respeito ao processo educativo, cultural e científico, cuja finalidade é a de articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, tornando-se um elo entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, dando oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico através das ações extensionistas propostas.

O intuito desse encontro foi o de que, no retorno às universidades, os docentes e demais membros de extensão buscassem a produção do conhecimento resultante do confronto entre a realidade brasileira regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Nesse sentido, a extensão se refere a um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

No que tange à institucionalização da extensão, como se trata de um processo que permeia ensino e pesquisa com o objetivo de integração entre essas atividades, a extensão deve ser indispensável na rotina universitária. A institucionalização vem com o objetivo de reduzir a distância que existe entre a atividade acadêmica e os interesses concretos da população.

A institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social. Essas medidas e procedimentos podem ser classificados em três grandes grupos:

- medidas e procedimentos de ordem metodológica;
- medidas referentes à estrutura universitária;
- medidas para valorização da extensão regional e nacional.

A carta aborda, também, o tema financiamento da extensão, trazendo uma referência de como se dá essa abordagem que é imprescindível para o bom andamento das ações extensionistas nas instituições.

Esse encontro é importante, pois, nele, foi criado o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão que estabeleceu algumas recomendações para o andamento da extensão a partir daquele momento.

Um fato interessante a ser destacado é que, através da leitura, percebemos que, desde aquela época, a educação pública não era vista com bons olhos. Eles finalizam a carta informando que os pró-reitores encaminharam uma moção de repúdio à recente campanha de difamação das universidades públicas, veiculada pela grande imprensa, que reflete interesses espúrios privatistas, colocando em risco o ensino público e gratuito.

Nesse encontro, foi elaborado, também, o Regimento do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, o qual foi criado e implantado em 06 de novembro de 1987.

I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - São membros natos do Fórum, com direito a voz e voto, todos os Pró-Reitores de Extensão ou responsáveis por órgãos congêneres às Pró-reitoria de Extensão das IESPs do país.

II Dos OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos do Fórum:

- I - Formulação de diretrizes básicas que permitam a articulação das ações comuns das Pró-reitoria das IESP da área, a nível regional e nacional;
- II - Estabelecimento de políticas de ações que visem a orientação e fortalecimento de atuação das Pró-reitoria;
- III - Articulação permanente com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileira (CRUB), visando a análise e encaminhamento das questões referentes à área de atuação das Pró-reitoria;
- IV - Articulação permanente com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e com o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da extensão, ensino e pesquisa;
- V - Contato com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação das Pró-reitoria.

III DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º - O Fórum reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que a Coordenação entender necessário ou o próprio Fórum através de 1/3 de seus membros.

Art. 4º - O Fórum terá uma Coordenação Nacional e cinco coordenadores regionais, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Parágrafo 1º - Os coordenadores regionais serão eleitos durante a reunião anual ordinária, dentre os membros da região, para o mandato de um ano, permitida uma recondução.

Parágrafo 2º- O coordenador Nacional será eleito pelos coordenadores regionais, dentre seus pares, para o mandato de um ano permitida uma recondução.

Art. 5º - Compete à Coordenação Nacional coordenar os trabalhos do Fórum, bem como encaminhar as decisões do mesmo juntamente com as Coordenadorias Regionais.

Art. 6º- A Coordenação Nacional do Fórum juntamente com as Coordenadorias Regionais deverão dar conhecimento aos membros do Fórum dos resultados de suas ações.

Art. 7º- Compete à Coordenação Nacional e às Coordenações regionais do Fórum manter registro de suas atividades.

Art. 8º- Os casos omissos serão decididos pela plenária do Fórum. (FORPROEX, 1987)

O segundo encontro ocorreu em Belo Horizonte, no ano 1988, e teve como tema central *Extensão, Pesquisa e Compromisso Social*. Em sua carta, há um reforço do compromisso da extensão e da universidade com a garantia de valores democráticos de igualdade e desenvolvimento social e a busca do resgate da cidadania, priorizando as atividades que estejam direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política, com interesse nas questões sociais e buscando interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da comunidade. Nela, observamos, também, o início da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para a transformação educacional da sociedade. Além disso, notamos a propositura de uma mudança estrutural do comportamento acadêmico entre docentes, discentes, técnicos-administrativo.

Vemos, então, a criação de um conceito de sala de aula que vai além da dimensão tradicional e abstrata. As ações da extensão devem estar sempre articuladas com o ensino e com a pesquisa para produzir conhecimento em resposta aos desafios reais enfrentados pela sociedade.

A partir desse encontro percebemos a articulação da extensão com o estágio e o que foi denominado como “crédito curricular”. A princípio, foi construída uma crítica sobre a ineficiência de como o estágio estaria sendo elaborado nas instituições, não atingindo suficientemente os objetivos da universidade e, conseqüentemente, não contribuindo para o desenvolvimento social. Em alguns cursos, o estágio, nem sequer existia no currículo, mesmo sendo essa etapa fundamental para a preparação acadêmica dos discentes. Assim, considerando que o estágio curricular é um momento de prática profissional, um dos mais adequados instrumentos para a característica extensionista, nesse encontro, foram elaboradas as seguintes propostas:

1. A obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, respondendo às questões sociais, dimensionadas em debates universidade/comunidade, fortalecendo o trabalho da universidade com a comunidade. O estágio deveria ser desenvolvido, sempre que possível, desde os primeiros semestres.
2. O estágio curricular deve integrar projetos decorrentes dos Departamentos, priorizando sobretudo, a contribuição à solução de problemas sociais.
3. A participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular.
Os mecanismos de operacionalização deste processo deverão ser definidos por cada universidade.
4. As universidades, a médio prazo, devem reformular seus currículos, de modo a garantir que a prática vivenciada no estágio integre a temática curricular, objetivando uma formação mais crítica e mais comprometida, capaz de propor alternativas de soluções para os problemas sociais. (FORPROEX, 1988)

Notamos, então, que, a partir do segundo encontro, passou-se a entender como extensão as seguintes dimensões: a articulação com o ensino, especialmente na graduação; a previsão, de alguma forma, de ações de pesquisa; a colaboração na transformação da sociedade, através de formas diretas de atuação; e a consideração do conhecimento socialmente adquirido e o desenvolvimento dos movimentos e organizações populares.

Já o terceiro encontro ocorreu em Belém, no ano de 1989, com o tema: *A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços*, a partir do qual foram realizadas discussões que identificaram a maneira como o serviço das universidades eram prestados para a sociedade, mesmo não tendo um ponto de vista único e específico para esse fim. A grande maioria das universidades entendia que os atendimentos das demandas sociais de dada sociedade caracterizavam essa prestação de serviço. Havia, em alguns casos, a concepção de que ela se referia, também, ao processo acadêmico global existente nas universidades que envolviam o ensino e a pesquisa. Com isso, esse encontro determinou a reafirmação das políticas extensionistas assumidas nos eventos anteriores, deliberando a concepção e implementação da prestação de serviços, com base na dimensão emancipatória e não assistencialista, bem como estabelecendo que esta fosse parte do plano institucional das universidades e estivesse inserida como proposta pedagógica que integrasse o processo educativo comprometido com a realidade social.

De igual modo, discutiu-se a questão da interdisciplinaridade, considerada, ao mesmo tempo, problema e um desafio intrínseco ao processo de produção e transmissão do conhecimento. Destacou-se que a extensão era um dos espaços estratégicos para promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, que integrava grupos de áreas distintas do conhecimento, contribuía para a modificação progressiva da forma de fazer ciência e da

transmissão desse tipo de saber e revertia a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade. Foi recomentado, no encontro, sobre a continuidade dos estudos acerca da temática da interdisciplinaridade e uma maior institucionalização do tema, com o objetivo de criar condições mais favoráveis à prática extensionista.

O quarto encontro, por sua vez, ocorreu em Florianópolis, no ano de 1990 sob o tema: *As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária*. Ali, foram apontados os avanços das ações extensionistas no sentido da afirmação de um novo conceito de extensão, que passou a ser entendido como um processo educativo, cultural e científico em busca de uma articulação com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a maior institucionalização das atividades de extensão e a criação de novos espaços de colaboração acadêmica via projetos e ações interdisciplinares.

Visando à garantia da inserção da universidade na sociedade, um dos grandes desafios a serem vencidos na década seguinte, foram registradas as ações necessárias para que houvesse a continuidade dos avanços alcançados até aquele momento. Assim, apontaram-se as seguintes questões:

- a) maior articulação entre as atividades fins universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal;
- b) progressiva socialização do conhecimento, entendida como democratização da informação e apropriação do saber gerado e sistematizado pela universidade;
- c) maior compromisso da universidade com a produção de um conhecimento científico para a busca de soluções dos problemas sociais do país em relação às demandas populares. (FORPROEX, 1990)

Isto posto, percebemos, a partir das discussões realizadas no quarto encontro do Forproex, a ocorrência de alguns progressos. Contudo, notamos, de igual modo, que ainda havia a necessidade de uma maior articulação e ação dos envolvidos com a extensão nas universidades para que todas as demandas extensionistas fossem atendidas de maneira eficaz.

Nesse encontro, foi reivindicado que o Ministério da Educação (MEC) passasse a considerar as deliberações feitas em todos os Forproex e que reconhecesse o valor e o papel da extensão universitária, institucionalizando, na estrutura do Ministério, setor e recursos de apoio específicos.

Com o início da discussão da universidade no tocante à educação e à alfabetização, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas passou a entender que a

alfabetização de crianças, jovens e adultos se inseria nas contradições estruturais da sociedade brasileira e que não podia ser objeto de campanhas de curto prazo. Assim, foram estabelecidos mecanismos de atuação das Universidades para colaborar com tal necessidade no país:

- 1 - estabelecer uma direção de trabalho comprometida para erradicar as causas do analfabetismo;
- 2 - insistir que os programas de fomento para erradicar as causas do analfabetismo sejam feitos nas Universidades Públicas através de programas institucionais;
- 3- garantir que os projetos componentes dos programas de erradicação do analfabetismo, gerenciados pela Universidade Pública, sejam feitos com o envolvimento das instituições comunitárias responsáveis pela alfabetização;
- 4- articular, nos programas de erradicação das causas do analfabetismo, a pesquisa e o ensino universitários;
- 5 - valorizar os cursos de licenciatura como requisito básico para a recuperação da qualidade e condições do trabalho docente, restaurando o prestígio e o crédito do magistério. (FORPROEX, 1990)

Discutiu-se a questão da metodologia na extensão e, conseqüentemente, nas ações extensionistas, pois existia a necessidade de compreender a sua relação com a sociedade em que estivesse inserida. Dessa forma, firmou-se que a extensão nas universidades deveria ter como princípios metodológicos:

- a) explicação da Teoria que fundamente a prática;
- b) afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de Universidade, claramente explicitada;
- c) inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população e das perspectivas de mudança. (FORPROEX, 1990)

Além de dever estar pautada nos seguintes fundamentos:

- a) adoção de uma atitude dialógica da universidade em sua relação com a sociedade;
- b) planejamento participativo, envolvendo os vários segmentos da sociedade;
- c) organização na forma de programas institucionais, articulando a pesquisa e o ensino e oportunizando espaço para o exercício interdisciplinar;
- d) capacitação para o trabalho acadêmico, envolvendo o aprendizado de processos básicos para tornar o conhecimento existente acessível a todos (FORPROEX, 1990).

A carta do quarto encontro foi finalizada com um manifesto dos pró-reitores de extensão, que, diante da conjuntura política nacional, questionava o destino das universidades públicas. No evento, foi colocada a necessidade de formular uma política para a educação pública superior do país; o respeito aos princípios constitucionais de manutenção e consolidação

do ensino público, gratuito e de qualidade, com garantia de orçamento real e adequado ao desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão; e a afirmação da autonomia das universidades, que não pode estar atrelado ao esvaziamento de investimentos pelo Estado na educação pública. Para que tal política fosse implementada, era preciso haver a participação da comunidade acadêmica através de seus setores representativos, os quais eram responsáveis por discutir as temáticas necessárias e já possuíam ideias amadurecidas.

Por fim, o manifesto apontou que o analfabetismo no país devia ser tratado através do fortalecimento do sistema regular de educação básica pública e gratuita para crianças, jovens e adultos, e indicou, também, a necessidade de elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pelo processo de participação ativa dos setores organizados da sociedade brasileira interessados na defesa da educação no referido molde.

O quinto encontro, intitulado *A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática*, ocorreu em São Luís do Maranhão, no ano de 1991. As conclusões localizadas na carta estão elencadas de acordo com a necessidade de integração da universidade com a realidade social e a necessidade de que ela fosse autônoma e democrática.

Nesse contexto, entende-se por ação autônoma a universidade que exercia a liberdade acadêmica, que tornava a universidade democrática o elemento fundador e social. Por último, foram criadas algumas diretrizes políticas, institucionalização, estratégias de ação e abordagem financeira da extensão nas universidades.

O sexto encontro ocorreu em Santa Maria, no ano de 1992, sob o tema: *Universidade e cultura*. Esse encontro foi realizado com base em nove grupos temáticos de atuação, sendo eles: Patrimônio Cultural (Museus/Memória), Música, Artes Plásticas, Editoração - Difusão Cultural, Artes Cênicas, Práticas Esportivas, Recreativas e Lazer, Cinema, Vídeo, TV, Criação Literária e Questões institucionais, políticas e administrativas atinentes à gestão do setor artístico-cultural. Cada grupo efetuou a sua discussão individualmente, culminando nas considerações descritas a seguir.

O grupo que discutiu o Patrimônio Cultural destacou a conceituação do patrimônio natural, memorial e cultural e o uso dos conceitos e a priorização da hipótese de trabalho das universidades em pesquisas institucionais com museus. Discutiram, de igual modo, questões das diretrizes das universidades com o patrimônio cultural criado e recebido por elas. Ressaltaram a importância da guarda e preservação dos museus como geradores de cultura e como referência para a comunidade e a universidade. Fator importante também, foi a questão da interdisciplinaridade existente no museu e a valorização do seu acervo como meio de

reinterpretação cultural. Um outro ponto relevante girou em torno do museu e a vontade política, pois havia a necessidade de vinculação com a política cultural da universidade e a atenção à política nacional e internacional de museus.

No grupo Música, recomendou-se que o fórum de extensão incentivasse a formação de corredores culturais regionais para que a produção fosse circulada e houvesse intercâmbio entre as instituições, tornando possível a interlocução entre ensino, pesquisa e extensão. Sugeriram, igualmente, a criação de um banco de dados com a produção cultural das universidades e das comunidades nelas inseridas. Outra recomendação importante foi a solicitação de reformulação dos cursos de licenciatura, para que, através da formação profissional, fosse possível a atuação de profissionais capacitados em música no 1º e 2º graus, atualmente denominados ensino fundamental e médio. Solicitaram o incentivo da criação de bolsas de arte com a finalidade de garantir a manutenção de orquestras, corais e conjuntos instrumentais.

O grupo Artes Plásticas deixou registrado algumas considerações. Para ele, as artes plásticas e visuais, de modo amplo, são consideradas preponderantes da estética e da visualidade na estruturação da cultura. O grupo recomendou: que as expressões artísticas fossem consideradas atividades sociabilizadoras de grande importância para a complementação cultural do alunado; que as artes plásticas fossem consideradas instrumentos de ideias e expressões culturais e objeto patrimonial na formação de memória museológica; que houvesse o estímulo, com suporte de outras práticas técnico-científicas e culturais; que o seu ensino fosse difundido de forma constante, seguindo tendências e contemporaneidade; que os objetivos de arte e educação fossem atendidos nos diferentes níveis sociais e econômicos; que a arte-cultural fosse considerada como elemento de formação cidadã; e que se enfatizasse a pesquisa teórica e prática das artes plásticas. Propuseram, também, a criação, nas universidades, de sistemas de crédito obrigatório para as artes, sendo optativa nas suas várias expressões, a serem cumpridos pelo estudante ao longo de sua formação profissional, visando a uma complementação humanística. Por fim, o grupo propôs que, através da arte, as universidades deveriam criar a expressão interdisciplinar e, extrapolar os muros para construir junto com a sociedade experiências e troca de conhecimento.

O grupo Editoração/ Difusão Cultural propôs que fosse viabilizado um programa de aperfeiçoamento de recursos humanos para editoras universitárias brasileiras, que o Fórum promovesse convênio com a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e que as coordenações regionais organizassem mostras itinerantes de capas de livro de editoras universitárias de universidades públicas.

Destacando algumas recomendações do grupo Artes Cênicas, verificamos que foram registradas a necessidade de definição da política cultural para cada Instituição de Educação Superior (IES), apoio às iniciativas culturais já existentes, alocação de recursos para a área cultural e criação de mecanismos para captação de recursos nas universidades. Eles propuseram a criação de um calendário cultural nacional, a criação de espaços culturais nas universidades e de um Banco de Textos Teatrais para que, com isso, pudesse haver intercâmbio entre as IES. Recomendaram, também, que as universidades disponibilizassem suas instalações à comunidade em geral como forma de democratização de espaços; que democratizassem o produto de suas pesquisas e produções na área cultural; e que as universidades pudessem criar e ter garantidas unidades acadêmicas específicas na área artística e cultural para trabalhos com ensino, pesquisa e extensão.

O grupo Práticas Esportivas, Recreativas e de Lazer, por sua vez, sob o prisma de que as atividades deveriam desencadear um processo permanente de investigação socialização do conhecimento e feedback para o ensino da graduação e pós-graduação e atender às necessidades e interesses da comunidade previamente estudada como base populacional, recomendou que fosse analisado e discutido o papel das práticas esportivas, recreativas e de lazer dentro e fora das universidades, com a finalidade de fazer parte do dia a dia das pessoas para melhora da qualidade de vida. Para o grupo, essas atividades deveriam ser incorporadas à educação escolar e, as IES deveriam elaborar projetos voltados a essa área. Eles finalizaram propondo que, para quebrar a rotina acadêmica, existe a necessidade de transformar a universidade em um espaço cultural através de experimento tecnológicos, embates filosóficos e sociológicos, produções e apresentações artísticas, espetáculos, seminários e conferências, oportunidades de lazer diversificadas e vivência com a natureza. Ressaltaram que a obrigatoriedade do cumprimento de créditos em educação física poderia ser substituída por opções de lazer, interesse pessoal e coletivo dos estudantes. Para o grupo existia a necessidade de uma organização multidisciplinar, no sentido de desenvolver atividades ou projetos ligados à: saúde individual, saúde coletiva, educação para a saúde e preservação e recuperação do meio ambiente.

O grupo Cinema, Vídeo e TV apontou algumas considerações, tendo como objetivos gerais o estabelecimento de um Sistema Nacional de Comunicação de prioridade das universidades públicas, com emissoras de rádio e tevê em todos os estados. Sobre os objetivos específicos, o grupo apontou que é necessário divulgar os produtos universitários, evidenciar o trabalho tecno-científico e cultural, dentro e fora da universidade, intercambiar conhecimento entre as comunidades; criar banco de dados dos produtores e de acervos culturais das instituições; intensificar a articulação das universidades com o meio social; e estabelecer

mecanismos de integração entre as universidades. Como meta, o grupo propôs estabelecer um Sistema Nacional de Comunicação de propriedade das universidades públicas, com pelo menos uma emissora de rádio e tevê por estado.

O grupo Criação Literária, entendendo o processo de criação como atividade extensionista no âmbito da universidade, indicou que as pró-reitorias de extensão deveriam organizar esforços institucionais próprios em todos os cenários da sociedade, até que esse processo se tornasse permanente. Para tanto, o grupo propôs a criação de um programa nacional de incentivo à formação e manutenção de oficinas e, a fim de que a eficiência do projeto fosse alcançada, elencou algumas necessidades: a publicação, a independência, o intercâmbio com as escolas de 1º e 2º Graus, a reciclagem, a convivência de áreas de expressão e o escritor visitante.

Finalmente, o grupo Questões Institucionais, Políticas e Administrativas Atinentes à Gestão do Setor Artístico-Cultural desenvolveu o seu trabalho com base em três pontos que favoreciam o desenvolvimento das práticas artístico-culturais nas universidades públicas. O grupo buscou contextualizar a universidade, a extensão e a cultura através de atividades de pesquisa, de ensino (de graduação e pós-graduação) e de extensão. Eles propuseram algumas medidas institucionais integradas, a elaboração de cadastro atualizado de agências financiadoras, a divulgação, a integração interuniversitária na área artístico-cultural e o papel político do Fórum Nacional junto ao Ministério da Educação (MEC), à Secretaria Nacional de Desporto (SND), ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). O grupo sugeriu, também, a promoção de articulação entre os demais Fóruns Nacionais de Pró-reitores.

Na ocasião, houve, de igual modo, mudanças no regimento do Fórum que foram aprovadas pela plenária do encontro:

Parágrafo 1 - A Coordenação Nacional e as cinco Coordenadorias Regionais terão seus respectivos subcoordenadores.

Parágrafo 2 - A Coordenação Nacional terá uma Secretaria Executiva

Art. 5 - O Coordenador Nacional e seu respectivo subcoordenador serão eleitos durante a reunião anual ordinária dentre os membros natos do Fórum.

Parágrafo 1 - São considerados eleitores todos os Pró-Reitores das Universidades Públicas ou seus representantes credenciados presentes à reunião anual.

Parágrafo 2 - Em caso de coincidir a eleição de um Coordenador Regional, o Subcoordenador respectivo assumirá a Coordenação da Região.

Parágrafo 3 - Os Coordenadores Regionais e seus respectivos subcoordenadores serão eleitos dentre seus pares, durante os Encontros Regionais e serão empossados na reunião anual ordinária do Fórum Nacional. (FORPROEX, 1992)

O sétimo encontro aconteceu em Cuiabá, no ano de 1993, intitulado *Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária*. A carta destaca que a extensão deveria ocupar lugar próprio, definida como atividade-fim articulada como o ensino e a pesquisa, dos quais se diferencia pelo modo de fazer e por suas relações estreitas com a sociedade, seu campo de atuação e objetivo. A especificidade da extensão se define pelo fato de que sua abrangência ultrapassa os currículos em suas práticas de ensino e os limites metodológicos dos projetos de pesquisa.

Com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, instalou-se um espaço de discussão, reflexão e formulação de políticas institucionais que produziram uma concepção plural dessa modalidade acadêmica, construída a partir das diversidades próprias de cada região, na perspectiva de efetivar princípios para uma política nacional de extensão universitária. A universidade, passa a ser tida, então, como uma instituição com características eminentemente sociais, resultantes do exercício indissociável da extensão, ensino e pesquisa.

Para o grupo, a avaliação deveria contemplar dois fatores: de natureza endógena - relacionados com a função acadêmica e de natureza exógena - relacionados com a função social da universidade. Para eles, a avaliação deveria ser vista como um projeto pedagógico institucional atrelado às questões de extensão, pois a avaliação extensionista se tratava da avaliação da própria universidade. Cabe destacar o entendimento de que a interdisciplinaridade era um fator importante para esse processo avaliativo.

O grupo elencou os princípios para avaliação da extensão universitária que vemos da seguinte forma:

- a) Extensão universitária é processo educativo, cultural e científico.
- b) A Extensão universitária deve caminhar articulada com o Ensino e a Pesquisa.
- c) A Extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social.
- d) A Extensão universitária, como prática acadêmica, deve dirigir seus interesses para as questões sociais importantes e aquelas demandadas pela comunidade. (FORPROEX, 1993)

O grupo dividiu a avaliação em níveis, a saber: Ministerial (MEC) e outros e de Instituições de Ensino Superior, e os separou, no nível do MEC, da seguinte maneira:

- a) Institucionalização do órgão Ministerial que trata do interesse da Extensão Universitária no País.
- b) Formulação de políticas desse órgão para área de Extensão com a participação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.
- c) Formalização e operacionalização de programas de fomento para a área de Extensão, com a participação do Fórum.
- d) Destinação orçamentaria sistemática para a extensão universitária, considerando proposições do Fórum. (FORPROEX, 1993)

No nível de outros ministérios, órgãos e agências, seria a participação do Forproex como articulador de programas e projetos de extensão nas universidades públicas junto aos referidos setores nacionais e internacionais. Já no nível das Instituições de Ensino Superior (IES), o grupo sugeriu a formalização da extensão na estrutura da universidade, colocando como indicadores de avaliação da extensão os seguintes pontos:

- O compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão.
- O impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades.
- Os processos, métodos e instrumentos de avaliação. (FORPROEX, 1993)

O grupo elencou, também, questões que dizem respeito ao compromisso institucional os quais devem ser considerados:

- a) Grau de formalização da Extensão na estrutura universitária.
- b) Definição clara das políticas institucionais de Extensão com explicitação de metas e prioridades.
- c) Conceituação e tipologia das atividades de extensão.
- d) Existência de sistemas de informações, especialmente banco de dados, sobre as atividades de extensão desenvolvidas.
- e) Grau de participação da Extensão no orçamento da instituição.
- f) Grau de valorização da Extensão nas carreiras docente e técnico-administrativa.
- g) Existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão, especialmente programas de bolsas.
- h) Grau de envolvimento dos docentes/discentes e técnicos da Instituição nas atividades de extensão.
- i) Grau de interação das atividades de extensão com o ensino (graduação pós-graduação) e com a pesquisa.
- j) Grau de interação entre as instituições públicas de ensino superior na realização das atividades de extensão.
- l) Grau de inserção das atividades de extensão nos programas departamentais, de unidades acadêmicas e da instituição,
- m) Grau de abrangência disciplinar das atividades de extensão,
- n) Grau de participação das atividades de extensão na produção acadêmica instituição. (FORPROEX, 1993)

Quanto aos impactos sociais das atividades de extensão, o grupo sugeriu que fossem levadas em conta os seguintes pontos:

- a) Relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas atividades de extensão.
- b) Quais e quantos são segmentos sociais envolvidos nas atividades de extensão.
- c) Grau de interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados da sociedade civil.
- d) Objetivos e resultados alcançados e repercussão das atividades de extensão.
- e) Apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido na atividade de extensão, pelos parceiros.
- f) Efeito nas atividades acadêmicas da interação social resultante da atividade de extensão.
- g) Níveis de transformação dos indicadores sociais resultantes da atividade de extensão. (FORPROEX, 1993)

E, por fim, o grupo recomendou ações referentes aos métodos, processos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão, abrangendo os seguintes indicadores:

- a) Formalização das atividades de extensão através de instrumentos específicos (propostas de projetos) onde se indiquem objetivo, metas, público, cronograma executor, custos, resultados esperados.
- b) Envolvimento das instâncias acadêmicas na análise e avaliação dos projetos, utilizando, consultores ad hoc internos e externos à universidade.
- c) Participação dos parceiros na avaliação dos projetos.
- d) Definição da abrangência institucional, as instâncias e pessoas que coordenam o processo. (FORPROEX, 1993)

O oitavo encontro ocorreu em Vitória, no ano de 1994, sob o tema *Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional*. Em sua carta, o grupo relatou que a universidade deveria ser um espaço aberto às discussões que viabilizassem o pleno exercício da cidadania para a todas as questões de exclusão da sociedade, a qual estava alheia ao conhecimento do exercício de seus direitos sociais, políticos e econômicos. Assim, através das ações efetivas da universidade, essa exclusão e ausência de conhecimento poderiam ser superadas, havendo, então a universalização dos direitos dos cidadãos.

Na carta, o grupo ressalta, também, que a universidade não pode imaginar-se como proprietária de um saber pronto e acabado a ser oferecido à sociedade, mas sim que faz parte dessa sociedade e, sendo sensível às suas questões específicas, deve procurar interagir com ela através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Há, da mesma maneira, uma crítica sobre as práticas corporativistas e burocráticas, que segmentam e “departamentizam” a extensão como um todo, o que compromete o bom andamento das ações extensionistas e cidadãs em

geral. Com isso, sugeriu-se que fossem propostas algumas diretrizes que orientassem tais ações, contribuindo, então, para uma ação crítica e criativa do fazer acadêmico, voltando-se, prioritariamente, para os setores da população que vinham sendo sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania.

A carta é finaliza com algumas recomendações, como: a criação de uma rede de comunicação entre as pró-reitorias de extensão, a ampliação das práticas de parceria institucional e a prestação de serviços, o qual deve ser produto do interesse acadêmico, científico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.

O nono encontro ocorreu em Fortaleza, no ano de 1995, tendo como tema a *Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais*.

A carta desse encontro é elaborada com base nas seguintes considerações e recomendações:

- a necessidade e o potencial da Universidade envolver-se crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas que deem conta das demandas das pessoas e da coletividade, colaborando assim para a definição do papel do estado brasileiro;
- a diversidade da realidade brasileira que impõe desafios a serem superados através de práticas articuladoras de caráter coletivo;
- o caráter público e gratuito a ser preservado pelo ensino universitário;
- a qualidade como meta a ser alcançada pelo processo de ensino-aprendizagem e pela produção do conhecimento através da extensão enquanto mecanismo de revitalização;
- a extensão como prática acadêmica capaz de articular a universidade e a sociedade, aproximando sujeitos/atores na busca e proposição de soluções para os problemas emergentes;
- a impossibilidade de a extensão substituir o poder em sua responsabilidade com a universidade, seja pela captação de recursos, seja pela implementação de ações que não emanem de uma clara articulação com o ensino e a pesquisa. (FORPROEX, 1995)

Para isso, o grupo recomendou que o Forproex se articulasse com outros Fóruns e Instâncias para garantir espaços e assegurar a participação da universidade nas ações de políticas públicas. De igual modo, sugeriu que o fórum estimulasse a criação de comissões temáticas que aprofundassem a extensão; que as universidades aprimorassem mecanismos de avaliação capazes de dar conta do impacto interno e externo de suas ações, tendo como diretriz a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e que promovesse condições de revitalização do ensino através da extensão capazes de formar profissionais críticos, competentes, transformadores e que saibam intervir sobre a realidade.

Infelizmente, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, ficou um bom período sem elaborar as cartas dos encontros realizados, de 1996 a 2010, deixando-nos quatorze anos sem registros, o que prejudica, um pouco, a sua análise histórica. Mesmo assim, julgamos que os registros aos quais tivemos acesso já nos auxilia, e muito, na construção do processo das ações extensionistas até os dias atuais.

O vigésimo nono encontro ocorreu em Maceió, no ano de 2011, momento em que os presentes reafirmaram que a extensão universitária contribuía decisivamente para o fortalecimento do vínculo entre a universidade brasileira e a sociedade na qual estivesse inserida, proporcionando o debate sobre os rumos da educação brasileira, onde a discussão acerca da necessidade de reestruturação da educação superior ganha destaque. Essa reestruturação parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a implantação de novas IFES se apresenta como desafio. Assim, a extensão universitária pôde contribuir com o processo de mudança, sendo articulada com o ensino e com a pesquisa, o que corroborou com a questão da indissociabilidade e fortaleceu o compromisso social da universidade.

Acerca dos fatos apontados, a extensão universitária como prática acadêmica, nesse encontro foram discutidas e definidas algumas questões:

1. A incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos;
2. A adequada inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior;
3. A regulamentação da Extensão como prática acadêmica, mediante Lei Ordinária, que normalize suas ações e o seu financiamento, e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nas mesmas;
4. O reconhecimento das ações de Extensão Universitária e do esforço Docente e técnico, em termos equânimes em concursos, nas normas e nas carreiras acadêmicas;
5. Criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão, realizadas em qualquer tipo de IES (independentemente de serem Federais, Estaduais ou Municipais), seja através da inserção na matriz orçamentária das IFES, do aumento dos aportes do MEC, ou via a inclusão na agenda das agências governamentais, de programas e linhas de financiamento para a Extensão Universitária;
6. A instituição pelo MEC do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira;
7. A incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias,

instrumentos, e apoio a implantação de sistemas de informação e gestão informatizados, no conjunto das instituições;

8. Estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da Universidade na superação da iniquidade social e para a promoção do desenvolvimento sociocultural com destaque para o Programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das IES com a superação da miséria no país;

9. A criação de um Departamento de Políticas Acadêmicas Integradas, na Secretaria de Educação Superior - SESU, como instância de coordenação acadêmica que estimule e induza a integração da extensão, ensino e pesquisa no cotidiano das IES e das Políticas da Educação Superior, Ciência e Tecnologia e demais políticas públicas. (FORPROEX, 2011)

Com base nesses apontamentos, recomendou-se a ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzissem mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que os uniam às organizações sociais, aumentando a contribuição da universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Já o trigésimo encontro ocorreu em Porto Alegre, também no ano de 2011. A carta foi elaborada com uma série de ações principais no tocante à extensão:

1. A inserção adequada da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior foi o fulcro da sensibilização no Congresso Nacional e internamente na universidade para tornar pública a expressão da Extensão Universitária como parte constituinte do cotidiano das IES;

2. Mesmo com os avanços para a inserção da dimensão extensão na matriz orçamentária das IFES e do aumento dos aportes financeiros do MEC, inclusive com a redução do percentual de contrapartidas de 20 % para 1% no âmbito das universidades estaduais nos convênios com o governo federal, enfatizamos ainda o estado de financiamento insatisfatório contínuo e irregular, pois a dependência do regime de editais não permite fluxo permanente das ações de extensão de modo a tornar perene esta dimensão;

3. Quanto ao fortalecimento à contribuição inovadora da Universidade na superação da iniquidade social e na promoção do desenvolvimento sociocultural temos a expectativa de lançamento da política pública do Programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das IES com a superação da miséria no país;

4. A finalização e formalização do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira requer urgência na sua efetivação;

5. A necessidade de ampla discussão sobre EXTENSÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação Institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender a expansão dessa modalidade no presente;

6. A Internacionalização das ações de extensão está dispersa no interior das IES, acreditamos ser preciso fazer um diagnóstico desse corpo para promover

um seminário sobre a estruturação e as possibilidades de trabalho a serem incrementadas a partir das diretrizes do Plano Nacional de Extensão.

7. A relevância da mobilidade estudantil deve considerar a dimensão extensionista no corpo do projeto pedagógico no contato com a realidade local. (FORPROEX, 2011)

Tal carta foi finalizada, sob a concordância de todos os que ali estavam, de que havia a necessidade de diálogo e negociação, cujos desafios eram enormes, e que deveria ser dado o devido destaque à importância das demandas por maior investimento em extensão universitária da sociedade brasileira.

O trigésimo primeiro encontro, por sua vez, ocorreu em Manaus, no ano 2012. Nele, foi reafirmada a defesa dos princípios e valores que norteiam o debate atual sobre a educação brasileira e a efetiva e decisiva contribuição da extensão universitária para o processo de mudança em curso. Nesse evento, compreendeu-se que a extensão universitária pode contribuir com a formulação e desenvolvimento de políticas espaços sociais e, particularmente, em âmbito acadêmico, articulando-se com o ensino e a pesquisa, coerentemente com o princípio da indissociabilidade, facilitando a interação e o diálogo entre as organizações da sociedade civil, com vistas ao fortalecimento do compromisso universitário e social.

Ainda no trigésimo primeiro encontro, foi apresentada uma espécie de agenda que, para eles, deveria ser sempre atualizada e revista para o bom andamento da extensão.

1. Incorporação curricular definitiva das ações de extensão, reconhecendo seu potencial formativo inserindo-as de modo qualificado no projeto pedagógico dos cursos;
2. Adequada inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no PNE, no sentido de valorizar sua contribuição à qualificação da Educação Superior;
3. Regulamentação da Extensão como prática acadêmica, mediante Lei ordinária, que normalize suas ações e o seu financiamento, e autorize o pagamento de bolsas a docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nas mesmas;
4. Reconhecimento das ações de Extensão Universitária e do esforço docente e técnico, em termos equânimes em concursos, nas normas e nas carreiras acadêmicas;
5. Criação de mecanismos legais de financiamento satisfatório, regular e permanente das ações de extensão, realizadas em qualquer tipo de IES (independentemente de serem Federais, Estaduais ou Municipais), seja através da inserção na matriz orçamentária das IFES, dos repasses por convênios no caso das estaduais e municipais, do aumento dos aportes do MEC, ou via a inclusão na agenda das agências governamentais, de programas e linhas de financiamento para a Extensão Universitária;
6. Definição dos valores alocados para atender as demandas do Edital PROEXT 2012, assegurando um percentual compatível com aquele garantido no Edital anterior quando os recursos foram reajustados em 100 por cento;

7. Instituição pelo MEC, no mais curto espaço de tempo, do Plano Nacional de Extensão como instrumento regulador e de suporte ao conjunto das ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da Educação Superior brasileira;
8. Incorporação da Extensão Universitária no processo de avaliação da Educação Superior, com definição de indicadores, metodologias, instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados, no conjunto das instituições;
9. Estabelecimento e fortalecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da Universidade, na superação da iniquidade social e para a promoção do desenvolvimento sociocultural com destaque para o Programa Josué de Castro, que visa comprometer o conjunto das IPES com a superação da miséria no país;
- 10 Criação de um Departamento de Políticas Acadêmicas Integradas, na SESU, como instância de coordenação acadêmica que estimule e induza a integração da extensão, ensino e pesquisa no cotidiano das IES e das Políticas da Educação Superior, Ciência e Tecnologia e demais políticas públicas.
11. Apoio e financiamento para criação de plataforma de comunicação da extensão, favorecendo a divulgação de suas políticas, atividades e produtos, bem como uma gestão da informação eficiente.
12. Fomentar e apoiar rádios e TVs educativas vinculadas às IPES, federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento de programas em áreas e temas estratégicos para o desenvolvimento nacional, tais como saúde, educação, cultura, entre outros. (FORPROEX, 2012)

Com isso, verificamos que o encontro propôs a possibilidade de ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzissem mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que uniam as organizações sociais, aumentando, então, a contribuição da universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

O trigésimo segundo encontro ocorreu em Brasília, no ano de 2012, e comemorou as Bodas de Prata, ou seja, os 25 anos de existência do Fórum, marcando, também, os 50 anos da Universidade de Brasília. Em sua carta, ressaltou-se a importância de continuidade do trabalho para garantir a qualidade e eficiência que a universidade almejava e o fortalecimento da extensão como prática acadêmica. Nesse sentido, o Forproex continuou exigindo redefinições nas políticas e práticas institucionais.

Tal encontro destacou os seguintes pontos:

1. A importância da manutenção do FORPROEX como Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Superiores PÚBLICAS Brasileiras;
2. A adequada inserção da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, tendo em vista as metas da Educação Superior no Plano Nacional de Educação;
3. A necessidade de uniformidade do financiamento interno entre as federais, estaduais e municipais que, no momento, demonstra a disparidade da prática extensionista em cada universidade;
4. A efetiva presença das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa estaduais no apoio à extensão, como já ocorre em alguns estados;
5. A incorporação do Plano Nacional de Extensão como estratégia de intervenção do governo, quicá do Estado, que sinaliza para o reconhecimento do estado da arte e das medidas necessárias para a universidade cumprir sua missão de formar quadros profissionais e produzir tecnologias inseridas na realidade do país;
6. A finalização da minuta da Lei de Extensão para regulamentar esta prática acadêmica como uma demanda urgente para a universidade;
7. A necessidade de ampla discussão sobre extensão e educação à distância com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender a expansão dessa modalidade;
8. O estabelecimento de critérios para que a extensão também possa ser contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas pelos órgãos governamentais. (FORPROEX, 2012)

O grupo ressaltou alguns pontos importantes sobre a extensão, destacando que o Forproex, ao lado do futuro Colégio de Extensão da ANDIFES e da Câmara de Extensão da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) eram os representantes da extensão universitária pública no país que deveriam juntar forças com a sociedade civil para a efetivação do Plano Nacional de Educação, a fim de garantir a institucionalização da extensão, promover maior enraizamento e solidariedade para a superação da pobreza e das relações desiguais entre os brasileiros, bem como viabilizar alternativas de inclusão. O texto é finalizado com uma homenagem dos atuais representantes do Forproex aos ex-presidentes e participantes, ressaltando a inspiração que estes proporcionavam a todos que se preparavam para os próximos desafios, a partir do diálogo, do convencimento e da contribuição para uma universidade comprometida com a promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira.

O trigésimo terceiro encontro ocorrido no Rio de Janeiro, no ano de 2013, tratou de alguns pontos relativos à consolidação da extensão universitária, dentre os quais destacamos: a importância do reconhecimento do Forproex como instituição de representatividade das universidades públicas; a urgência na aprovação do Plano Nacional de Educação e a efetivação do Plano Nacional de Extensão Universitária, construindo junto ao MEC. Salientou-se,

também, que, para o aprofundamento da extensão, era necessária a criação de fontes de recursos financeiros permanentes, finalizando-se a carta com a reafirmação da necessidade de que a extensão universitária fosse compreendida em seu caráter acadêmico, assumindo o compromisso de contribuir com as políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. Nesse evento, a extensão universitária pública foi reconhecida como estratégia para transformação da sociedade brasileira e da educação superior no Brasil.

O trigésimo quinto encontro ocorreu em Belém, no ano de 2014, com o tema *A Extensão Universitária e os Processos de Formação*. Nele, houve o debate, entre os pró-reitores, sobre alguns desafios e perspectivas para a extensão universitária brasileira, tendo como base as políticas governamentais de fomento e parcerias com o terceiro setor, respeitados os princípios éticos e legais que norteavam a ação no âmbito da educação e da extensão universitária pública.

Foram realizadas algumas reflexões acerca da representatividade do Forproex junto à sociedade e os avanços até então conquistados. Foram citadas, também, questões orçamentárias necessárias para o andamento da extensão nas universidades, bem como mencionaram a necessidade de se garantir, através dos pró-reitores, a indissociabilidade, atestada por lei, entre ensino, pesquisa e extensão. A partir dessas considerações, o Forproex reafirmou a necessidade da criação de marcos legais e aperfeiçoamento de políticas e instrumentos de fomento e apoio à extensão universitária para o incentivo das ações extensionistas nas IES.

A carta conta com o destaque dos principais pontos de compromisso institucionais, a seguir:

1. A importância da manutenção do reconhecimento do Forproex como ente de interlocução, formulação e acompanhamento das políticas de Extensão Nacionais;
2. A urgência da aprovação e efetivação do Plano Nacional de Educação;
3. A necessidade que o MEC reconheça e efetive o Plano Nacional de Extensão Universitária construído em parceria com o FORPROEX;
4. A urgência na aprovação e implementação da política de internacionalização Universitária conforme documento “Programa de Extensão sem Fronteiras” já enviado às instâncias competentes.
5. A urgência da criação de setor específico junto ao MEC para a Extensão Universitária.
6. A necessidade de fomento das ações de extensão universitária, seja por agência específica para esse fim, seja pelas mudanças dos regimentos, concepção e escopo das FAPs, através de editais para o estímulo e a indução de ações de extensão universitária, assegurando sua avaliação por câmaras técnicas com conhecimento e experiência em extensão universitária. É consenso entre os pró-reitores que se deve buscar uma aproximação mais intensa com a Confederação das FAPs com o papel de viabilizar uma agenda propositiva para efetivar tais objetivos. (FORPROEX, 2014)

A carta foi finalizada com uma solicitação do Forproex de esforços por parte MEC, ANDIFES e ABRUEM para apoiar às considerações e solicitações observadas no encontro, as quais deveriam ser encaminhadas às instâncias competentes, com vistas ao alcance de uma solução.

O trigésimo sexto encontro ocorreu em Goiânia, em 2014, intitulado *Extensão em Territórios*, com destaque das agendas de compromissos institucionais do Forproex. Na ocasião, o grupo ressaltou a importância do diálogo entre as instituições governamentais, a fim de que fossem geradas políticas públicas eficazes para o bom andamento das universidades, pois elas deveriam assumir o seu papel articulador e de responsabilidade com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social. Como nos demais encontros, enfatizou-se a questão de repasse de recursos e dotação orçamentária, salientando-se a consequente morosidade na realização de processo de compras. Assim, o Forproex sugeriu como solução a possibilidade de repasse desses recursos via fundações universitárias ou através de coordenadores dos programas e projetos por meio de outorga.

Sobre o Plano Nacional de Educação, respaldados na compreensão de que a extensão deveria ser vista como imprescindível à formação acadêmica, o grupo sugeriu uma reformulação nos modelos de formação para que fosse adotada uma proposta flexível, focada no alunado, com diálogo social, propondo, também, que ações fossem, efetivamente, interface de ensino, pesquisa e extensão. Já no tocante à expansão dos cursos de graduação constantes no PNE, o grupo recomendou ao MEC que fosse realizada a oferta de tais cursos nas regiões onde ainda não existam. Ressaltou-se, de igual modo, que as ações de assistência estudantil e de desenvolvimento social deveriam buscar a educação colaborativa, num gesto de solidariedade entre as universidades federais, estaduais e municipais. Finalmente, reiterou-se a necessidade da criação de setor específico no MEC para gestão da extensão universitária, solicitação efetuada em vários dos encontros anteriores.

O trigésimo sétimo encontro ocorreu em Gramado, no ano de 2015, sob o tema *Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira*, momento em que se destacou ser, diante dos desafios e efetiva implementação da extensão nos projetos pedagógicos institucionais e a necessidade de ampliação dos programas de desenvolvimento de políticas de extensão e de seu financiamento, de suma importância a constituição e aperfeiçoamento de políticas e instrumentos de fomento e apoio à extensão universitária para impulsionar a integração da extensão no âmbito das IES, com base na compreensão de que tais temáticas são articuladas e indissociáveis.

Com isso, o grupo salientou que as instituições públicas de ensino superior devem implementar a estratégia 7, da meta 12, do PNE, considerando a inserção de 10% de créditos curriculares advindos da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) da graduação que já estava previsto desde o PNE anterior. Assim, o Forproex considerou que essa inserção deveria ser feita a partir dos acúmulos produzidos no âmbito do Fórum, e materializada nas cartas que sistematizaram as discussões realizadas em encontros anteriores, tendo por base experiências já vividas nas instituições de educação superior.

A carta desse encontro evidencia a inserção dos 10% da extensão nos PPC das instituições, o que acarreta a necessidade de um imenso diálogo entre os órgãos reguladores, bem como do encaminhamento de ações indissociáveis de fortalecimento e valorização da extensão, com base nos seis eixos estruturantes definidos pelo Forproex, a saber:

O Eixo 01 visa buscar a legitimidade e reconhecimento da extensão na gestão da universidade;

O Eixo 2, busca-se a inserção da extensão, a partir do mapeamento das ações já existentes nas Unidades Acadêmicas;

O Eixo 3, busca se a validação da extensão, por meio da criação de grupos de extensão e pesquisa junto ao CNPq;

O eixo 4, entende-se a necessidade da internacionalização da extensão universitária;

O Eixo 5, a ênfase é na produção de avaliação de indicadores quantitativos e qualitativos que contemplem a natureza da extensão e que sejam mensuráveis e auditáveis, que permitam avaliar, acompanhar o impacto das ações de extensão.

O Eixo 6 é a busca do fortalecimento das publicações sobre reflexões teórico-metodológicas acerca das práticas e saberes advindos da extensão. (FORPROEX, 2015)

Sobre o financiamento da extensão, o grupo ressaltou, novamente, a importância da elaboração urgente de uma normatização da política nacional voltada ao assunto, em que o fomento se configurava essencial ao cumprimento do papel formativo da extensão para o discente e toda a comunidade universitária; bem como a relevância do papel da universidade na transformação social por meio de uma educação pública, de qualidade e cidadã. Destacou-se, também, a imprescindibilidade do estabelecimento de diálogo com agências de fomento em âmbito federal, estadual e municipal para a ampliação das possibilidades de financiamento das atividades de extensão. A carta é finalizada como muitas das cartas anteriores onde o Forproex evidencia a importância da criação de setor específico no MEC para Gestão da Extensão Universitária.

O trigésimo oitavo encontro ocorreu em João Pessoa, também no ano de 2015, sob o mesmo tema do encontro anterior: *Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira*. Nele, os pró-reitores de extensão debateram alguns desafios e perspectivas, com atenção especial para os novos desafios da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação; os modelos de financiamento da extensão; a criação de indicadores de avaliação da extensão no contexto da avaliação geral da universidade; a educação popular e os desafios da construção de uma política cultural, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da educação e da extensão universitária pública.

O grupo acrescentou alguns apontamentos que, na visão dele, poderiam agregar aos textos das cartas decorrentes dos encontros anteriores, como a reafirmação de que cada instituição deveria ter autonomia na implantação dos 10% dos currículos de graduação que deveriam ser destinados à extensão, de acordo com a estratégia 7, da meta 12 do PNE; e o reforço da necessidade de liberação dos recursos financeiros destinados à extensão através de editais aprovados anteriormente para que houvesse, efetivamente, a indissociabilidade dentro das universidades. Acerca da questão de indissociabilidade, o grupo ressaltou que o MEC deveria viabilizar os novos editais temáticos que poderiam potencializar a integração interinstitucional.

O Forproex alertou sobre uma alteração no texto constitucional em tramitação, naquela ocasião, no Congresso Nacional por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 395B¹², a qual, caso fosse aprovada, enquanto não estivessem amadurecidas as discussões sobre as formas de financiamento nas universidades públicas, poderia representar risco à manutenção do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis. Por fim, o Forproex solicitou os esforços institucionais do MEC/SESU, ANDIFES, ABRUEM e CONIF, no sentido de apoiarem os pontos acima mencionados e encaminhar às instâncias pertinentes as questões apresentadas naquilo que lhes coubesse.

O trigésimo nono encontro ocorreu em São Bernardo do Campo, no ano de 2016, onde foram debatidos alguns desafios e perspectivas para a extensão universitária brasileira, com atenção especial às políticas públicas para a extensão universitária no contexto da diversidade, bem como à extensão e ao desenvolvimento territorial. Um grupo de trabalho foi montado para realizar um estudo sobre os indicadores da extensão. Nesse encontro, foram abordadas, também,

¹² Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966>>. Acesso em: 19 mar. 2020

a agenda sobre revistas da extensão e a proposta de uma política cultural para as universidades brasileiras, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da educação e da extensão universitária pública.

No início da carta, o Forproex demonstrou, através de seu manifesto, o descontentamento com os desdobramentos da crise política e econômica no país e suas consequências para os direitos civis, políticos e sociais da maioria da população, como a extinção de importantes Ministérios e Secretarias responsáveis pelas políticas públicas de inclusão social e a fragilização das liberdades democráticas no desenvolvimento das ações acadêmicas e administrativas das instituições públicas de ensino superior. Com isso, o grupo destacou sua agenda com os pontos principais dos compromissos institucionais:

- Aprimorar as formas de interlocução com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas para a extensão universitária no contexto da diversidade, diante da reestruturação que resultou na extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Cultura que reduz espaços de discussão sobre políticas de cultura, educação popular e de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas, ameaçando direitos garantidos pela Constituição Federal. O Fórum defende de forma intransigente a necessidade de manutenção e ampliação das ações de extensão que valorizam e apoiam as afirmações das identidades raciais, sociais, de gênero e de território das populações vulneráveis.
- Fomentar e ampliar as discussões com o CNPq e os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento agrário e a agricultura familiar para que as políticas de institucionalização dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento de Territorial sejam consolidadas nas IES, com a garantia de recursos adequados à sua efetivação.
- Aprofundar as discussões junto ao FORPLAD, à ANDIFES e ao MEC visando a inserção de indicadores de extensão no cálculo da matriz orçamentária das IFES, garantindo um aporte de recursos percentual adequado ao desenvolvimento da extensão no ensino superior, tendo em vista a implementação da estratégia 12.7 do PNE que prevê “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.
- Mobilizar os extensionistas das IES na divulgação da produção acadêmica da extensão dispensando especial atenção à qualidade das Revistas de Extensão, sendo necessária a capacitação de pessoas para a melhoria do processo editorial e avaliativo de tais periódicos.
- Ressaltar a importância das discussões e ações que se consolidaram nos últimos anos no âmbito das políticas culturais para as universidades brasileiras, estabelecendo uma intensa articulação entre o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano Nacional de Cultura - PNC e o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, garantindo o aporte de recursos adequados para a implementação da Política Nacional de Formação Artística e Cultural.
- Assegurar, junto aos órgãos responsáveis, o imediato repasse e a manutenção dos recursos necessários ao cumprimento dos projetos já aprovados em editais para o desenvolvimento da extensão, bem como a manutenção dos editais e

programas estratégicos, dentre os quais PROEXT, PRONERA, Mais Cultura, PET, PNAIC, Mais Educação e PIBID e em programas de fomento nas áreas de formação, extensão e cultura como Corredor Cultural. (FORPROEX, 2016)

Por fim, o grupo reforçou o seu manifesto em apoio da observação da legalidade e dos princípios constitucionais, posicionando-se a favor da democracia como bem fundamental e pelos princípios que norteiam a democracia representativa vigente em nosso país. Da mesma forma, posicionou-se contrário a todos os atos que relativizavam os direitos fundamentais e conquistas sociais, que se pautavam na adoção de práticas autoritárias, verdadeiros atos antidemocráticos de força, justificadas em nome da “ordem pública” e das práticas de exceção a serviço de interesses políticos particularistas. Defendeu, de igual modo, a apuração dos fatos que ameaçavam a sociedade em seus avanços em busca de uma sociedade democrática, plural e diversa.

O quadragésimo encontro ocorreu em Ouro Preto, também no ano de 2016, sob o tema *Extensão e conjuntura*. Nele, os participantes discutiram, em um primeiro momento, a função social da extensão como estimuladora na melhoria das condições de vida e de trabalho de segmentos da população brasileira, dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais. Foi ressaltado que o momento de crise vivido pela democracia exigia ação conjunta e de resistência às posições do governo que feriam as questões de gênero, raça e classe.

O grupo destacou a necessidade de as IES e os movimentos negros e indígenas serem consultados para a reformulação da orientação normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 3 de 01/08/2016, que “dispõe sobre regras de aferição da veracidade da auto declaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990/2014”, por infringir o artigo 3º da Lei 7.716 de 05/01/1989 e colocar em questão o princípio da auto declaração racial e de forma a garantir o acesso destas populações ao ensino e serviços públicos.

O grupo solicitou, também, que fosse feito um questionamento sobre as reduções dos financiamentos que fomentavam as políticas públicas na extensão. Na carta, o grupo destaca a importância de uma articulação para que fossem pensadas estratégias de resistência, de propostas e de enfrentamento às várias medidas que estavam sendo adotadas pelo governo naquela ocasião. Sobre questões de políticas públicas, o grupo defendeu a soberania nacional e a defesa dos recursos públicos do pré-sal na educação e na saúde, como previsto.

Mais uma vez, foi discutida a PEC 395 e o fórum reiterou sua posição em defesa da gratuidade do ensino superior público, em especial das ações de extensão, cuja ameaça de

cobrança inviabiliza que as universidades cumprissem a sua função social de formação plena do estudante, bem como do acesso da população ao que era gerado por elas. Já acerca da avaliação e indicadores da extensão, debateu-se sobre a necessidade da aplicação, em todas as universidades, institutos e Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs), dos indicadores próprios da extensão produzidos pela comissão do Forproex. O grupo apontou a necessidade de apresentar dados e resultados para evidenciar os bons frutos das ações de extensão.

Em relação à arte e à cultura, assegurou-se a todas as Universidades, Institutos e CEFETs fomento específico, ressaltando a necessidade de articulação com os movimentos sociais, reafirmando assim, o compromisso com o patrimônio material e imaterial e a diversidade cultural.

O quadragésimo primeiro encontro ocorreu em Porto Seguro, no ano de 2017. No evento, o grupo debateu modos de fortalecimento e ampliação da integração social das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) com a sociedade, considerados táticas de resistência, de defesa e compromisso com o modelo de IPES no país diante da atual crise econômica, política, institucional e da democracia.

O encontro iniciou com a explanação e discussão da experiência da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) que trabalha sob a perspectiva da integração social e atua na gestão pedagógica na educação básica, ação que costuma ser realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Educação da Bahia. Dessa forma, o Fórum considerou que a extensão deveria ser estimulada a desenvolver ações para além de projetos e programas específicos, atuando, também, como diretriz transversal em todas as instâncias das IPES do país, a fim de, assim, ampliar e fortalecer modelos de democracia participativa no interior dessas instituições e reafirmar o compromisso social do ensino superior.

Nesse encontro, o Forproex debateu as políticas de financiamento para a extensão e para as IPES, salientando a relevância de iniciativas, como a estruturação de linhas de incentivo para ações extensionistas em fundações de apoio à pesquisa, e outras agências de fomento, assim como a revisão das formas atuais de subsídios por meio de editais. Propôs, também, a revisão da noção de competição individual de proponentes de projetos e programas extensionistas para estabelecer mecanismos que privilegiassem a capacidade de se associar coletivamente, incentivando o desenvolvimento social e a sustentabilidade em meio ao cenário de insuficiência e precariedade na distribuição de recursos.

O Fórum advertiu que a principal fonte de financiamento da Extensão, o PROEXT, estava há dois anos sem edição, prejudicando o desenvolvimento de projetos e programas em

andamento. Com isso, sugeriu a criação de um fundo de apoio à extensão, distribuído por meio de matriz de recurso orçamentário para cada instituição pública.

O Fórum reforça as cinco diretrizes da extensão descritas na *Política Nacional de Extensão Universitária*, buscando trabalhar a reflexão conceitual destas e a práxis da indissociabilidade na formação acadêmica. Assim, o grupo encaminhou as seguintes ações:

1. Fortalecer a atuação de redes de ações extensionistas para balizar a construção de um projeto nacional em prol da inserção da extensão nos currículos de graduação e democratização de acesso e apoio às IPES, tendo em vista a inclusão social, sustentabilidade e valorização de diversidades;
2. Organizar estratégias de mobilização social, a partir do aprofundamento da interlocução com as comunidades e do desenvolvimento de metodologias participativas desencadeadoras de maior protagonismo dos movimentos sociais organizados e segmentos sociais na construção das políticas de extensão e defesa das IPES, estimulando a realização de Fóruns Sociais simultâneos em todos os territórios;
3. Resistir às pautas desarticuladoras da concepção de ensino público superior no país por meio da reafirmação do seu papel e compromisso social, de modo que a extensão estabeleça-se como diretriz transversal e inerente a todas as instâncias das IPES, consolidando a democracia participativa no interior das IPES;
4. Articular as IPES para exigir a publicação do edital PROEXT no primeiro semestre 2017 e discutir o modo de funcionamento desse edital, buscando mudança na forma de avaliação de propostas para fomentar ações em rede. Ao mesmo tempo, exigir o cumprimento das obrigações anteriormente assumidas e reforçar a importância da publicação dos editais “Mais Cultura nas Universidades”, abrangendo todas as universidades públicas, o “Programa Nacional de Incubadoras” (PRONINC), o PNAEST e os NEDET’s;
5. Tramitar estratégias conjuntas e articuladas para o fomento da extensão por meio da revisão do orçamento das IPES, intensificando a interlocução com a Andifes, o CONIF e a ABRUEM e da proposição para criação de um Fundo Nacional de Extensão a ser apresentado em 2018 como projeto de lei, resgatando os trabalhos realizados pelo Fórum em 2013;
6. Estruturar sistemas de coleta de dados auditáveis para aprovação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos de extensão, de forma a subsidiar a consolidação dos indicadores necessários para o cálculo da matriz orçamentária, estabelecendo contato com o INEP com vistas à reinserção da extensão universitária no Censo da Educação Superior.
7. Manter e avançar a autonomia universitária e as táticas de negociação para resolver as questões financeiras das Universidades Estaduais, bem como a elaboração de mecanismos para o fomento público dessas instituições em conjunto com as federais;
8. Estabelecer diretrizes para atuação extensionista no contexto da pós-graduação e da internacionalização para que a extensão esteja presente nas propostas das instituições no âmbito das relações internacionais;
9. Reafirmar o compromisso com uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada nas IPES do país. (FORPROEX, 2017)

O quadragésimo segundo encontro ocorreu em Florianópolis, também no ano de 2017. Na ocasião, foram discutidos os rumos da extensão universitária brasileira, diante do avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública.

Foram ressaltados os 30 anos do fórum e da constituição histórica do fazer extensionista, através da atuação do coletivo na organização e gestão do campo, com base na elaboração do Plano Nacional de Extensão e da Política Nacional de Extensão. Ressaltou-se uma reflexão sobre o percurso do Forproex e da Extensão Universitária brasileira e a contraposição do atual desmonte da educação pública, a tentativa de mercantilização da educação e a transformação desse direito público.

O Forproex, ao completar 30 anos de existência, vive situações adversas junto com o país. Mudanças que ameaçam a democracia e destroem os direitos sociais. Além de tudo isso, existe a aprovação da terceirização nas atividades-fim, o congelamento do teto de gastos públicos pelos próximos 20 anos com a Emenda Constitucional 95, o que ameaça tanto o crescimento e a consolidação das atividades nas universidades, quanto o avanço das carreiras dos docentes e técnicos administrativos, fatores que visam a fragilizar profundamente a relação da universidade com a sociedade.

A existência de cortes orçamentários, a não realização de editais do PROEXT/MEC/SESu, a extinção de Ministérios e Secretarias ameaçam a autonomia da gestão de programas como o Programa de Assistência Estudantil (PAE) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAES). Os cortes feitos em diversos ministérios ocasionaram a extinção de editais nas áreas de cultura, tecnologia e educação. Vivenciamos, também, o ataque a direitos de comunidades tradicionais como os indígenas e quilombolas e grupos minoritários, com quem o Forproex tem desenvolvido importantes ações; e a recente ameaça ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tem papel preponderante na conservação e preservação do patrimônio artístico e cultural brasileiro.

Com base nessas questões, o encontro encaminhou algumas necessidades de enfrentamento, a partir de um fortalecimento da articulação entre os setores sociais e da contribuição para a defesa da autonomia universitária. Calcado nas reuniões setoriais, o encontro permitiu o aprofundamento de algumas temáticas importantes para as ações extensionistas, como a internacionalização, a inserção da extensão nos currículos de graduação e os indicadores de avaliação da extensão.

Apresentamos as demandas encaminhadas a seguir:

1. Ampliar e fortalecer a política de internacionalização da extensão, concebida na interlocução com a inserção curricular, sendo subsidiada por linhas de fomento específicas.
 2. Validar e aplicar indicadores de avaliação da extensão nas IES públicas, por meio da discussão e adoção de 12 indicadores nas regionais do Fórum.
 3. Organizar, em âmbito nacional, uma campanha sobre atuais experiências de integração da extensão nos currículos dos cursos de graduação, por meio da estruturação de canais de divulgação e banco de conhecimentos.
- No escopo geral, o Forproex incentiva a ação coordenada e conjunta com a finalidade de:
4. Estabelecer e estruturar táticas de resistência frente ao avanço de agendas desestabilizadoras do campo e da missão universitária, de modo a defender a autonomia universitária e auxiliar na construção da cidadania plena;
 5. Articular elementos formadores da superestrutura com a infraestrutura, em prol de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de permitir a participação popular;
 6. Desenvolver coletivamente Planos Regionais de Extensão Universitária;
 7. Propor o diálogo intenso em encontro unificado com os demais Fóruns de Pró-reitoras(es), em defesa da educação pública;
 8. Realizar encontros deliberativos antes do Fórum Social Mundial, que ocorrerá na Bahia em março de 2018, de modo a fortalecer o alinhamento com as demandas e causas sociais;
 9. Estruturar um centro de memória virtual permanente para documentação histórica do Fórum. (FORPROEX, 2017)

O quadragésimo terceiro encontro ocorreu em Natal, no ano de 2018. No Marco dos 100 anos da Reforma de Córdoba e da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRES 2018), reuniram-se as(os) pró-reitoras(es) das instituições de educação superior públicas brasileiras (Forproex) para discutir os principais focos de ação coletiva no ano de 2018 e estratégias de atuação para enraizamento das atividades acadêmicas de extensão no ensino superior brasileiro, diante da tentativa política de desmonte da educação superior no Brasil.

Tendo por base o fortalecimento das ações extensionistas articuladas com os movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e de culturas historicamente marginalizadas, o Fórum estabeleceu o pacto de, por meio da extensão, contribuir para o combate aos processos de subalternidade e racismo estrutural, de modo a incorporar, no meio acadêmico, outros modos de pensar e agir no mundo.

Nas discussões efetuadas, o grupo defendeu a necessidade da instauração de condições orçamentárias, financeiras, institucionais e acadêmicas como prerrogativas para o processo de alinhamento da extensão aos interesses, demandas, causas e problemas sociais e da classe trabalhadora. Exigindo, inclusive, o pagamento dos recursos comprometidos nos últimos Editais Proext para os projetos e programas selecionados, ainda não transferidos para as IES.

Foram apresentados os primeiros resultados das IES diante da temática de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Como resultados preliminares, percebemos que a extensão permitiu o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, gerando aumento de adesão dos estudantes aos cursos de graduação, com redução de taxas de evasão e ampliação de índices de rendimento acadêmico.

Em seus 30 anos de existência, o Fórum reafirma o seu papel de ator político em defesa da extensão e da educação superior pública brasileira, estabelecendo agenda efetiva de práticas articuladas no campo político. Com isso, o grupo descreve algumas ações que precisam ser tomadas para dar segmento a essa atuação extensionista nas instituições. Por fim, o Forproex reafirmou a declaração final do CRES 2018 na luta pela educação superior pública e gratuita como um bem público social, universal e dever do Estado.

O quadragésimo quarto encontro ocorreu em Vitória, também no ano de 2018, com o objetivo de discutir as diretrizes da extensão na defesa da educação superior pública brasileira, autônoma, gratuita, crítica e com liberdade na construção e socialização de conhecimento científico, saberes e práticas alinhados com as demandas sociais. O encontro coincidiu com o marco histórico de 50 anos de promulgação do AI-5 em contraponto com os 70 anos de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Fórum comemorou a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE), das diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira, documento cujos princípios e definições expressam a maturidade alcançada ao longo do processo, de ampla discussão sobre cada conteúdo, nas diversas instâncias representativas e participativas do Forproex. Ao reconhecer que as IES estão imersas em um sistema capitalista, com tradição patriarcal e colonialista, o Forproex reiterou que deve haver uma transformação profunda desses espaços em termos epistemológicos e acadêmicos, a fim de proporcionar a produção de conhecimentos relevantes para e com as populações atacadas pelo sistema.

No atual contexto, o Forproex entende que a aprovação das diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) representa um passo relevante, que expressa uma conquista social ao normatizar a extensão para todos os segmentos da educação superior brasileira.

O Fórum indicou a necessidade de criação e fortalecimento de redes de cooperação internacionais para promover a integração latino-americana, exercendo a internacionalização efetivamente pelo viés da indissociabilidade extensão – ensino – pesquisa e, calcado na responsabilidade e no compromisso para as esferas sociais, deliberou os seguintes pontos ao final desse evento:

1. Ampliar o escopo do repositório RENEX para disponibilizar informações sobre os resultados das articulações e deliberações junto às instâncias MEC/CNE/Andifes/ABRUEM/CONIF, como também dados de diretrizes das IES.
2. Criar grupo de trabalho para apoiar e acompanhar as IES públicas no processo de implantação das diretrizes de Extensão a partir da homologação por parte do Ministério da Educação.
3. Elaborar Projeto de Lei de Fomento à Extensão a fim de subsidiar as ações transformadoras que demandam o reforço e intensificação do compromisso social da Educação Superior pública brasileira.
4. Promover interlocução com o Ministério da Educação para retomar o sistema de gestão de dados da Extensão (SIGPROJ) a fim de que a manutenção e operação ocorram de forma autônoma por parte dos integrantes do FORPROEX.
5. Criar grupo de trabalho para elaboração de estratégias junto ao MEC, visando assegurar recursos orçamentários destinados especificamente para as despesas com a manutenção, segurança e conservação dos museus, acervos e coleções, bem como os espaços culturais atrelados às IES, em parceria com a Rede de Acervos, Museus e Coleções Universitárias.
6. Realizar eventos em comemoração aos 50 anos da publicação do livro “Extensão ou Comunicação”, de Paulo Freire, com comunicação à Renex para informar a agenda nacional. (FORPROEX, 2018)

O quadragésimo quinto encontro ocorreu em Brasília, no ano de 2019, com o objetivo de discutir os assuntos fundamentais para a consolidação da extensão universitária no Brasil, a partir do tema: *Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação*. Este Fórum é realizado no momento em que há uma grave fragilização da democracia no Brasil, o aprofundamento das desigualdades sociais, produto do congelamento dos investimentos nas políticas sociais, possibilitado pela Emenda Constitucional 95; o grave ataque à autonomia universitária, a ameaça concreta da desconstitucionalização da Previdência; além dos cortes no orçamento das IPES, implementado pelo MEC, na ordem de R\$ 5,8 bilhões, o que vem ameaçando a continuidade das atividades da educação pública brasileira, tanto na esfera estadual quanto na federal. Ademais, este Fórum acontece no momento em que a política ambiental do país vem sendo desestruturada, a exemplo dos últimos desastres ambientais que ocorreram no Estado de Minas Gerais, a partir do rompimento de barragens, e demais estados, que estão sendo atingidos pela problemática da extração mineral.

No encontro discutiram-se as relações entre a educação popular, os movimentos sociais e a universidade, sob a perspectiva freireana, pensando em outras formas de educação, pautada em uma concepção democrática de país. Com isso, a extensão através de ações de cunho ético, político e pedagógico, constituem elementos fundamentais para a formação acadêmica.

As pró-reitoras e pró-reitores reafirmam o lugar das IPES no estabelecimento e na consolidação da construção e troca de conhecimentos e saberes que dialoguem com as

demandas dos movimentos sociais e com toda a sociedade. Reforçaram a necessidade e importância em propor projetos e ações extensionistas em articulação com a pesquisa, de forma interdisciplinar, que visem ao entendimento da complexidade dos processos sociais para a construção de alternativas voltadas à melhoria das condições de vida da população, além de gerar e sistematizar novos conhecimentos a partir dessas experiências.

Com relação às recentes medidas e decretos governamentais, foi reforçado que eles atacam a autonomia universitária em todos os sentidos, ameaçando, também, as liberdades individuais dos docentes, discentes e gestores quanto às suas atividades dentro das instituições. Sobre os cortes orçamentários das IPES, o grupo reconheceu a gravidade das ameaças à extensão universitária que têm grande alcance nas camadas mais populares.

Foi feito um destaque durante o encontro sobre a necessidade de coesão entre as universidades federais, estaduais e institutos federais e CEFETs integrantes do Forproex, em torno de um plano de ação em defesa de todas as IPES e do ensino superior público e gratuito.

A carta é finalizada com o apontamento de alguns desafios para os próximos períodos, colocados a seguir:

- Atuação na contradição entre a estrutura organizacional da instituição universitária (o que inclui a extensão), em relação às necessidades dos movimentos sociais, como por exemplo, dos trabalhadores do campo, e dos atingidos pela mineração.
- Fortalecimento de vínculos entre os segmentos das instituições (estudantes, servidores técnicos e docentes) com as comunidades e os movimentos sociais, como uma possibilidade de construir ações de extensão que dialoguem com as estratégias desses sujeitos, entendendo-os como tais, não apenas como beneficiários;
- Produção de conhecimentos e visibilidade do que se faz, articulando os grupos de pesquisa e extensão com os movimentos sociais e comunidades, de forma interdisciplinar; - Busca da valorização da extensão nos critérios para ascensão na carreira docente, dando respostas às exigências institucionais, por um lado, mas, por outro, e fundamentalmente, produzindo um novo conhecimento teórico que surge a partir do trabalho integrado entre esses sujeitos e por intermédio da extensão em articulação com a pesquisa.
- Participação nos atos em defesa da educação, dos direitos e dos serviços públicos, a exemplo da recomposição dos recursos das IPES, defesa da autonomia universitária e contra a Reforma da Previdência (pautas imediatas);
- Impulso às ações das comissões: Comissão de Acompanhamento de Assuntos de Extensão no Congresso Nacional e outras esferas do Poder Público; Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE); e da Comissão de Creditação da Extensão.
- Atuação nos ministérios com objetivo de provocar a publicação de editais temáticos para financiamento da Extensão;
- Organização das ações simultâneas em todas as IPES, como a exposição e discussão com a sociedade, objetivando dar visibilidade aos impactos das atividades de extensão para o desenvolvimento social, fixação de faixas, circulação de vídeos etc.

- Aproximação com os fóruns que representam pró-reitores/as ou decanos/as de graduação, ou ensino, para efetivar ações em torno das diretrizes para creditação da extensão, de forma que documentos institucionais como PDI, PPIs e PPCs contemplem o disposto na Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018.
- Aproximação com outros fóruns de pró-reitores/as para articulação de ações em defesa das IPES.
- Proposição, junto à Andifes e à ABRUEM, sobre a discussão em torno da creditação e do financiamento da Extensão Universitária, na perspectiva de realização de um seminário sobre as temáticas. (FORPROEX, 2019)

O quadragésimo sexto, e último encontro analisado até o momento, foi realizado em São Luís do Maranhão, também no ano de 2019, sob o tema *Extensão Universitária para a transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade*.

O grupo reafirmou a importância da consolidação da extensão no Brasil. Reforçaram, também, a relevância de Paulo Freire¹³ para a educação e na referência teórica para a construção do pensamento extensionista, bem como para a continuidade da defesa de uma sociedade com equidade social, cujos princípios democráticos devem sustentá-la. O Forproex reforçou a importância das relações entre a educação popular, os movimentos sociais e a universidade, na perspectiva freireana.

No que se refere à creditação da extensão, o Forproex reconheceu que as diretrizes nacionais da extensão universitária, trazidas pela Resolução CNE Nº 07, de 18 de dezembro de 2018, significam um avanço para a consolidação da extensão nas IPES, integrando o processo formativo dos estudantes em nível superior. A creditação da extensão leva ao fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O grupo discutiu, de igual modo, a questão da extensão no programa Future-se, apresentado pelo MEC às IFES. Verificaram que o anteprojeto não contempla a extensão em sua dimensão formativa, colocando-a a serviço da captação de recursos e desconfigurando sua função social. A proposta é omissa quanto à manutenção do fomento das instituições federais de ensino superior e afronta a autonomia universitária garantida pela Constituição Federal, pois atribui forte protagonismo da gestão das instituições em organizações sociais, qualificadas para atuarem no interior das IFES. Com base nessa situação, o Forproex não recomenda às IFES a adesão ao projeto do MEC e manifesta profunda preocupação com o modo como a extensão foi

¹³ Destacamos, neste momento de análise das cartas do Forproex, que Paulo Freire foi um escritor que muito se comunicou por cartas. Percebemos, com isso, que essa cultura de construção de carta e memórias do fórum extensionista não se deu por acaso, visto que reforça a importância e a busca de se comunicar por meio de textos escritos que nos garantem que, em algum momento, o material ali encontrado será fonte de conhecimento para alguém.

apresentada pela proposta, comprometendo décadas da construção da relação das instituições de ensino com a sociedade.

Visto que a proposta descaracteriza a essência da extensão universitária e, considerando o pilar da autonomia universitária, o Forproex propôs a reativação dos trabalhos de organização dos eixos temáticos constantes em sua política nacional. Foram elencados pelo grupo alguns objetivos para efetivação do trabalho extensionista: os indicadores nacionalmente previstos e auditáveis, bem como o avanço no processo de creditação das instituições. Para que isso ocorra foi recomendada a articulação e parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), ressaltando a necessidade de estratégias para uma comunicação eficiente dos resultados acadêmicos oriundos da extensão, junto à sociedade brasileira.

Por fim, na defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e para todos/as, o Forproex declara que continuará firme em seu propósito de manter-se entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (Regimento FORPROEX, 2010), primando por uma extensão universitária potente, que, de fato, interfira na formação das pessoas, no âmbito profissional, com vistas à sua emancipação e atuação mais humanizada.

Ao finalizar a análise das Cartas e Memórias do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) e Rede Nacional de Extensão (Renex) percebemos que, desde sua criação, houve um grande avanço das ações extensionistas nas instituições públicas de ensino superior. Ressaltamos que o Fórum é formado por todos os pró-reitores das instituições públicas de ensino superior do país e que, através dele, percebemos a existência da garantia de participação e tomadas de decisão de todos os envolvidos com extensão, sendo, conseqüentemente, possível lidar com suas especificidades diante de todo território nacional além de dar visibilidade a todos.

Com o passar dos anos, percebemos uma grande estruturação da extensão universitária através das discussões realizadas pelo Forproex. Existem também, alguns retrocessos com lutas, engajamentos e críticas que estão sendo construídas através dos debates nos encontros.

O Forproex foi fundado no ano de 1987 promovendo encontros anuais ou semestrais entre os pró-reitores de extensão para que o grupo possa discutir a extensão dentro das instituições públicas de ensino superior, com vistas ao fortalecimento das ações extensionistas articuladas com os movimentos sociais, povos originários, comunidades tradicionais e de

culturas historicamente marginalizadas. O Fórum estabelece o pacto de, por meio da extensão, contribuir para o combate dos processos de subalternidade e racismo estrutural, de modo a incorporar, no meio acadêmico, outros modos de pensar e agir no mundo. O Forproex, através de todos seus encontros reafirma sua luta pela educação superior pública e gratuita como um bem público social, universal e dever do Estado.

O primeiro encontro serviu para criar o Regulamento do Fórum, dar direção às ações de extensão do grupo e iniciar a construção de uma rede extensionistas das IES. Através da aprovação, no ano seguinte, da Constituição Federal de 1988, assunto já tratado anteriormente neste capítulo, a extensão foi elevada a um patamar de princípio da educação superior, tornando-se indissociável ao ensino e à pesquisa. Com isso, o Forproex passou a adotar as ações extensionistas como práticas acadêmicas de interligação com o ensino e a pesquisa voltadas à sociedade, buscando sempre representá-la através do compromisso social das instituições de educação superior.

O Fórum tem por objetivo definir as diretrizes políticas da universidade e levar em conta a relação entre a realidade institucional e o processo histórico. Assim, tendo esse compromisso com a sociedade, os projetos extensionistas devem fugir do ensino tradicional, devendo ser pensados sempre com base nos anseios e transformação da comunidade em que a instituição de ensino está inserida. Para tanto, faz necessária uma mudança estrutural do comportamento acadêmico de docentes, discentes e técnicos-administrativos, pautada, também, na integração das pró-reitorias, colegiados e demais membros de administração das IES.

Notamos que um dos pontos discutidos nos encontros foi a questão do estágio, motivo pelo qual, atualmente, vemos muitas instituições que alocam o estágio para os seus setores de extensão. Percebemos que a articulação da extensão com o estágio se deu com base a questões de concessão aos alunos de créditos curriculares, sendo que esse tema de discussão se deu por conta dessa prática ocorrer nas IES de forma ineficiente, sem objetivos e não contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Com base nesse pensamento de agregar à sociedade, o estágio passou a ser considerado um momento de prática profissional, um dos mais adequados instrumentos para a característica extensionista ser colocada em prática, fazendo jus as questões participativas na sociedade por parte dos educandos, um momento de inserção profissionalizante.

Observamos que algumas políticas públicas existentes atualmente são frutos de discussões realizadas nos encontros. Dar ouvido e voz aos que trabalham diretamente com a extensão nas instituições é fator de suma importância para a construção de uma política extensionista cada vez mais eficaz para a sociedade como um todo. O Fórum comemorou a

aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE), das diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira, documento cujos princípios e definições expressam a maturidade alcançada por longo processo de ampla discussão sobre cada conteúdo, nas diversas instâncias representativas e participativas do Forproex.

Percebemos que, com o passar do tempo os encontros foram tomados por manifestos, críticas e questionamentos sobre o futuro da educação como um todo, bem como acerca do papel da extensão dentro das instituições de ensino superior. Em muitos encontros, as discussões foram tomadas por base na necessidade de alocação orçamentária para que a extensão fosse verdadeiramente colocada em prática. Críticas nesse sentido, de falta de orçamento nas IES, sempre foram pauta e, com isso, é possível notar que o trabalho das equipes de extensão sempre teve que lidar com a burocracia orçamentária, com a falta de recursos empenhados na área e também com o cercear das ações por parte de alguns governos.

Fator importante, que deve ser apontado também, é que nos destacados eventos sempre percebemos a existência de discussões em torno da responsabilidade da extensão a respeito da democratização dos espaços. As equipes que atuam devem pensar em ações extensionistas que visem e tenham por objetivo esse pensamento, pois democratizar os espaços das IES, disponibilizar as IES para a comunidade e levar essas instituições para fora de seus muros é fazer extensão.

O Forproex reforçou, também, a necessidade de consolidar a extensão no Brasil e a importância de Paulo Freire, sobre quem já abordamos no capítulo anterior, para a educação e para a construção do pensamento extensionista, bem como para a continuidade da defesa de uma sociedade com equidade social, cujos princípios democráticos devem sustentá-la.

Por fim, percebemos que, desde a sua criação, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) surgiu com o objetivo de estruturar a extensão dentro das instituições públicas de educação superior, bem como notamos que em todos os encontros as discussões foram realizadas para trazer mais conhecimento e integração entre as instituições. O Fórum sempre teve como compromisso o preparo para o futuro e a busca por bons e novos caminhos para a extensão. Alguns objetivos não foram ainda alcançados, mas percebemos, claramente, a existência de um grupo que tem o objetivo maior de dar notoriedade devida à extensão dentro do quadro educacional do país.

2.3.1 Explorando as palavras

Partindo para um olhar mais específico e quantitativo de dados, apresentamos, nas próximas linhas, a análise de algumas palavras, bem como do índice de frequência de sua aparição no desenvolvimento de todas as cartas encontradas e explicitadas até aqui para que possamos compreender o que elas demonstram aos leitores no sentido de relatos de experiências e vivências no decorrer dos encontros.

Elaboramos, inicialmente, um mapa de palavras por meio do qual destacamos as mais utilizadas nos documentos resultantes dos encontros do Forproex, o que nos leva a uma melhor compreensão do processo construtivo e, também, da relevância da extensão no contexto da construção do Fórum.

Figura 1 - Mapa de palavras Forproex



Fonte: Elaboração própria.

Analisando a imagem contida na Figura 1, percebemos que as palavras em maior destaque refletem a repetição do uso de alguns termos durante a realização dos encontros do

Fórum, o que nos dá uma melhor compreensão do que vem a ser o Forproex. Destacamos, neste momento, a utilização das palavras “fórum”, “universidade”, “educação” e “extensão”, as quais nos remetem aos princípios básicos dos encontros e que dizem respeito a uma reunião de agentes e gestores extensionistas que têm o objetivo central de discutir e elaborar estratégias com a finalidade de que a extensão ocorra de fato dentro de seus ambientes educacionais.

Ao observar de forma mais atenta, percebemos que a aparição de palavras como: “sociedade”, “recursos”, “ações”, “formação”, “social” e “desenvolvimento” que também são termos que aparecem com frequência nas cartas, tanto que conseguimos notá-las na imagem. Essas palavras nos conduzem mais às especificidades e objetivos do Fórum com relação à extensão e às práticas que devem ser executadas nas instituições. O viés de desenvolvimento social que pense e articule ações que presem pelo desenvolvimento da sociedade como um todo é papel fundamental da extensão em toda instituição educacional. Destacamos que encontramos com frequência a aparição dessas palavras que nos levam ao conhecimento do que é a extensão dentro dos estabelecimentos educacionais: um compromisso social que todos devem ofertar através das práticas extensionistas. Todas as ações devem ser pensadas e articuladas com a finalidade de construir ações para benefício da sociedade. Consideramos que essa ação vem corroborar com a dialogicidade abordada no contexto desta tese, pois só com o diálogo entre os agentes que praticam dadas ações é que ela existe em sua práxis.

Na tabela seguinte, destacamos algumas das palavras mais encontradas no decorrer das cartas do encontro que nos auxiliam, para além do mapa de palavras abordado anteriormente, a compreender a visão extensionista do Forproex.

Tabela 3 - Análise das palavras mais encontradas nos Encontros do FORPROEX

PALAVRAS	OCORRÊNCIAS
Extensão	561
Extensão universitária	80
Social	86
Sociedade	81
Comunidade	46
Sociais	35
Atividades	85
Práticas	24
Atividades extensionistas	2
Políticas	71
Política	38
Políticas públicas	20
Política pública	1
Sentido	32
Indissociabilidade	14
Indissociável	4
Diálogo	17
Dialético	2
Dialoguem	2
Dialógica	1
Currículo	14
Curricular	23
Curriculares	7
Extracurriculares	1
Concepção	12
Concepções	1

Fonte: Elaboração própria com base nas Cartas dos encontros do FORPROEX.

Para uma melhor compreensão da tabela, agrupamos seu conteúdo com base na similaridade de significado que nos facilita no entendimento do contexto do qual as cartas foram retiradas.

Por se tratar de um Fórum de extensionistas, a maior ocorrência de aparição das palavras está voltada aos termos “extensão” e “extensão universitária” que aparecem 641 vezes no decorrer dos referidos documentos. Na sequência, encontramos a alta frequência das palavras “social”, “sociedade”, “comunidade” e “sociais”, totalizando 328 aparições que nos demonstram o viés social da extensão, a qual sempre deve buscar ações que promovam a integração com as comunidades em que as instituições estão inseridas. Logo, notamos os termos “atividades”, “práticas” e “atividades extensionistas”, que aparecem 11 vezes, remetendo-nos à finalidade do que deve ser a extensão dentro dos ambientes educacionais: elaboração de ações e práticas que sejam implementadas de maneira eficaz.

Aparecendo 130 vezes, estão as palavras “políticas”, “política”, “políticas públicas” e “política pública” o que nos direcionam aos objetivos do Forproex: a luta pela concretização de ações governamentais que viabilizem dar atenção às atividades extensionistas, tendo em vista que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado, o qual deve articular práxis que promovam o bem-estar da sociedade, traçando metas e planos eficientes ao bem-estar da sociedade e ao interesse público.

Encontramos e damos destaque, neste momento à palavra “sentido”, que aparece nesta análise 32 vezes. Consideramos que tal termo decorre de sua paridade com as palavras concepção e concepções, que também aparecem no quadro anterior, levando-nos à compreensão da importância de seus significados no tocante à temática extensionista descrita nas cartas, bem como traz luz às orientações e tendências sobre ela.

Destacamos, também, as 18 vezes que as palavras “indissociabilidade” e “indissociável” são colocadas. Consideramos essa aparição bem reduzida, por se tratar de um princípio fundamental da educação superior de nossa Constituição Federal (Brasil, 1988). Mesmo assim, destacamos que a ocorrência desses conceitos nos leva à compreensão do que deve ser a extensão dentro das instituições educacionais, pois quem pensa em realizar ações extensionistas, deve pensar e articular, também, ações indissociáveis com o ensino e com a pesquisa.

Tema central de nossa tese, as palavras que envolvem o diálogo ou dialogicidade aparecem 22 vezes, sendo elas “diálogo”, “dialético”, “dialoguem” e “dialógica”. Essa aparição nos mostra que esse princípio de dialogicidade ou interação dialógica deve ser uma constante nas ações extensionistas, pois a extensão transita justamente nesse sentido. A realização de tais atividades devem visar sempre à troca de conhecimento, experiências e conceitos entre os agentes nela inseridos.

Já as 45 vezes que as palavras “currículo”, “curricular”, “curriculares” e “extracurriculares” aparecem, fazem-nos refletir sobre outra questão já abordada no decorrer de nossa tese: a curricularização da extensão. Trata-se do resultado da implantação da Resolução 7 do Conselho Nacional de Educação do ano de 2018, explicitada de maneira mais bem detalhada no próximo item deste capítulo, cuja efetivação faz com que as instituições insiram a extensão nas estruturas organizacionais de seus cursos de graduação. Acreditamos que a pouca aparição das palavras que envolvem a curricularização da extensão nos cursos de graduação se dá devido a ser esta uma discussão recente entre os agentes extensionistas. Mas, cabe ressaltar que a construção dessa Resolução se deu com a grande participação dos membros do Forproex junto ao Conselho Nacional e com base em debates profundos sobre a temática que visaram sempre a elevar a importância da extensão nos ambientes educacionais, bem como a validar suas práticas de trabalho por meio da criação de um documento legal, legitimando, assim, a extensão dentro das instituições. Por fim, temos as 13 vezes que as palavras “concepções” e “concepção” aparecem no decorrer das cartas, remetendo-nos à questão de ideias, significados, pontos de vista e conceitos da extensão para o Fórum e para o ambiente educacional extensionista.

Destacamos que, no decorrer de nosso estudo, percebemos que um dos maiores intuitos do Fórum, que percorreu todas as cartas desde a sua primeira edição, é a visão de luta, militância e comprometimento com a educação e, principalmente, com a educação voltada às práticas extensionistas. O grupo sempre lutou para dar voz à extensão dentro das instituições e esse reflexo nos leva a perceber que as ações efetivas nesse sentido começaram a tomar corpo após muitos anos de sua existência. A Constituição Federal de 1988, vigente desde então, garantiu à extensão o princípio de indissociabilidade. No entanto, só depois de trinta anos é que foi implementada uma Resolução para legitima verdadeiramente o lugar da extensão dentro dos referidos estabelecimentos.

Esse “lugar da extensão” sempre foi o objetivo norteador do Forproex e, por meio da leitura e análise realizadas do material resultante dos encontros, percebemos que sempre houve uma grande e incansável luta dos agentes extensionistas nas instituições que compõem esse Fórum.

2.4 A Resolução da Extensão Universitária

Para finalizar este capítulo, com base na legislação vigente que regem toda estrutura extensionista existente no país até os dias atuais, analisamos a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista. Essa resolução estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e estabelece que no mínimo 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação devem ser destinados a ações extensionistas, tendo por base questões de pertinência social.

Como também verificamos anteriormente, há uma grande discussão sobre a aplicabilidade desse item nos programas de formação das instituições como um todo. Para que essa meta seja cumprida, faz-se necessário o comprometimento e, além disso, o entendimento do que é a extensão diante do pilar indissociável da educação. Tal item é fonte de discussão em praticamente todas as reuniões do Forproex que, como sabemos, é considerado a maior instituição representativa dos agentes extensionistas.

Após grande repercussão e discussão sobre a temática, surge, no ano de 2018, a Resolução de Extensão Universitária que tem por objetivo, realmente, dispor sobre a efetivação dessa meta nos cursos e instituições. Essa Resolução surgiu tendo em vista o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 608/2018. Nele, notamos o reforço dado à necessidade de integração à matriz curricular e à organização da pesquisa para que seja construído um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico. De acordo com esse Parecer, para que tal processo seja realizado, a extensão deve seguir as seguintes diretrizes:

- a) A interação da comunidade acadêmica com a sociedade por meio do diálogo, da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- b) A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- c) A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- d) A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada no processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (BRASIL, PARECER CNE/CES, 2018)

O Parecer retrata que, com o objetivo de promover a interação transformadora entre as instituições de ensino e as comunidades, a extensão deve ter como princípios:

- a) A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- b) O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- c) A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- d) A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- e) O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica e sua contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- f) O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- g) A atuação na produção e construção de conhecimentos, atualizados e coerentes com a realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável. (BRASIL, PARECER CNE/CES, 2018)

Assim, com base nesse Parecer, que dispõe sobre as diretrizes e princípios que devem ser levados em conta e aplicados no que diz respeito à extensão, a Resolução nº7 foi aprovada, passando a entrar em vigor. Essa Resolução define os princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser seguidos pelas instituições de ensino superior e, regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos, na forma de componentes curriculares para os cursos que precisam estar inseridos em seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs), Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos norteadores e normativos das instituições.

O documento ressalta o fato de a extensão ser atividade que deve integrar e fazer parte da matriz curricular, a partir de um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, cujo objetivo maior é a interação dentro e fora das instituições, devendo buscar a constante articulação com o ensino e a pesquisa, tornando-se, assim, parte do tripé indissociável da educação.

O artigo 4º reafirma a meta 7.12 do PNE ao descrever que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária curricular dos cursos de graduação. Já no artigo 5º, assim como no 6º, encontramos a concepção e as práticas das diretrizes extensionistas:

Art. 5 - Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6 - Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CES, 2018)

As atividades de extensão devem ser pensadas e articuladas com o enfoque na participação das comunidades externas das instituições. Essas atividades devem ser pautadas na formação dos estudantes. Pensamos que elas devem ter por interesse maior a busca pelo aperfeiçoamento na formação dos estudantes, bem como a garantia do acesso da comunidade às ações desenvolvida pelos estabelecimentos, ponto fundamental para que aconteça, verdadeiramente, a integração instituição-comunidade e comunidade-instituição. Tais ações visam à busca por um diálogo entre as partes envolvidas nesse processo, dando voz a todos os seus interlocutores.

As atividades extensionistas devem estar pautadas nas seguintes modalidades:

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - programas;

II - projetos;

III - cursos e oficinas;

IV - eventos;

V - prestação de serviços

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CES, 2018)

Com relação aos cursos, na modalidade a distância, a Resolução destaca que as ações e atividades extensionistas devem ocorrer de forma presencial, na região mais próxima, em seus polos presenciais. Sobre a avaliação das ações de extensão, a Resolução deixa claro que deve ocorrer de forma contínua, contando com a participação de todos. A autoavaliação deve estar pautada na busca pelo melhoramento e aperfeiçoamento das ações dentro das IES. Deve-se verificar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão junto à formação dos estudantes, à qualificação dos docentes e à relação das IES com a sociedade/comunidade. No que diz respeito à autoavaliação, de acordo com a Resolução, a extensão deve incluir:

Art. 11 A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na auto avaliação continuada da extensão. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CES, 2018)

De acordo com a Resolução, a avaliação da extensão é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que, considera a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, credenciamento e credenciamento das IES, com base no Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Essa avaliação deve ocorrer de forma a observar o cumprimento de, no mínimo, 10% do total da carga horária dos cursos voltadas para atividades de extensão, considerando-se, também, se há articulação entre elas e as atividades ensino e pesquisa e, se os docentes são os responsáveis pela orientação destas. A resolução destaca que os estudantes

podem participar de qualquer atividade ofertada pela instituição, devendo-se respeitar apenas, quando houver, os pré-requisitos apresentados.

No tocante ao registro das ações extensionistas, a Resolução reforça que, em cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), tais documentos e demais ações devem constar nos documentos norteadores das instituições. Com isso, a Resolução destaca que, os registros devem compreender:

- I - a concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
 - II - o planejamento e as atividades institucionais de extensão;
 - III - a forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
 - IV - as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
 - V - a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;
 - VI - a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão.
- (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CES, 2018)

Consoante com a Resolução, as ações extensionistas devem ter as suas propostas e desenvolvimento acompanhados e registrados através de documentos oficiais. Deve-se organizar e acompanhar também as metodologias, instrumentos de aplicação e conhecimento gerado, garantindo, assim, o caráter extensionista das ações e seu reconhecimento formativo.

De acordo com o documento em análise, é objetivo da extensão o estímulo de ações interinstitucionais, docentes e estudantis, sendo que as instituições devem estabelecer a valorização e a participação do corpo técnico-administrativo nas atividades extensionistas. Com relação às questões burocráticas e de efetivação da Resolução nas instituições de ensino, estas terão o prazo de três anos para implantação das diretrizes nela regulamentadas.

Embora nosso foco de estudo seja a extensão e a dialogicidade, abrimos um parêntese para destacar um posicionamento, com o qual corroboramos, de Moacir Gadotti (2017), que associa o termo “curricularização da extensão” com a necessidade de conexão da universidade com a sociedade.

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. (GADOTTI, 2017, p. 4)

Tendo por base as metas do PNE, bem como os princípios da Resolução da extensão universitária, precisamos atentar ao fato de que essa curricularização precisa ser levada de forma construtiva, com o objetivo de equiparar a extensão ao ensino e à pesquisa, prezando pelo tripé indissociável da educação. Mas, quem traça as ações extensionistas dentro das instituições, precisa estar atento ao fato de, por meio das ações necessárias para a adequação à Resolução, não engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, inserindo os dez por cento de créditos sem o objetivo de realçar o seu papel social diante da comunidade.

Percebemos que Gadotti (2017) salienta que a universidade sempre foi entendida como elitista, lugar onde poucos conseguem chegar. Pensamos que as ações extensionistas são aquelas que podem modificar essa visão, pois podem viabilizar que aqueles que a ela nunca tiveram acesso possam adentrá-la, conhecê-la e, por conseguinte, transformar a sua realidade. Através dessas ações, a universidade perderá a sua função elitista e autoritária, adaptando-se a uma nova realidade que pensa e considera o seu novo público.

Compreendemos que a Resolução n. 7 veio regulamentar as ações extensionistas, dando mais voz àqueles que trabalham diretamente com ela dentro das instituições e zelando pelo princípio indissociável garantido pela lei maior do país, a Constituição Federal. Contudo, precisamos ter um olhar atento para que essa mesma Resolução não seja apenas utilizada de forma aleatória, cumprida apenas “no papel”, inserida apenas nos documentos institucionais, pois a extensão está muito além da mera documentação formal, posto que é garantida por meio de um pensamento social. Dessa forma, curricularizar a extensão por meio de ações técnicas incluídas nas estruturas dos cursos, com o objetivo, apenas, de cumprir uma meta implementada pela lei não garante às instituições o êxito de sua aplicação.

CAPÍTULO III - PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nos capítulos anteriores, dedicamo-nos a apresentar a revisão da literatura, as bases conceituais e a trajetória histórica da extensão ao longo do tempo. Ressaltamos, também, os aspectos legais por que a extensão passou até chegar a ser considerada um dos tripés indissociáveis da educação nos dias atuais. Tais aspectos e características nortearam nosso estudo para que pudéssemos validar a extensão, seus sentidos e aplicabilidades dentro dos Institutos Federais existentes em todo território nacional, objetivo central de nossa tese. Neste capítulo, detalhamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa e o percurso realizado para chegarmos aos resultados obtidos. Primeiro, destacamos o tipo de investigação e teoria que orientaram e fundamentaram todo o texto. Depois, apresentamos um breve relatório do pré-teste realizado, por meio de amostras probabilísticas, junto aos sujeitos de pesquisa sobre o questionário final aplicado a todos os agentes extensionistas dos Institutos Federais brasileiros. Esse pré-teste foi considerado, por nós, o recurso de validação para que pudéssemos dar sequência à aplicação do questionário aos demais agentes. Damos sequência à tese, elaborando uma análise descritiva dos IF e de como a extensão é organizada em cada uma das 613 unidades de ensino dos Institutos Federais do país.

3.1 Metodologia da Pesquisa

Partindo do princípio de que para elaboração de um estudo que tem por objetivo central a compreensão de como os Institutos Federais organizam a temática extensionista e suas práticas dentro de suas unidades, e que, com isso, faz-se necessário optar por uma abordagem metodológica de pesquisa, direcionamos a construção de nossa tese à abordagem qualiquantitativa devido a considerá-la a mais adequada ao nosso foco de estudo. Nesta tese, a abordagem qualitativa se dá por meio da pesquisa e análises documentais que foram realizadas no decorrer do processo de estudo. Tivemos por referência toda a produção legislativa e ministerial acerca da extensão universitária, bem como os relatórios das reuniões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) e da Rede Nacional de Extensão (Renex). Nessa abordagem, consideramos, também, toda a pesquisa bibliográfica analisada no decorrer desse processo, baseada na revisão da produção teórica resultante da revisão de literatura, com destaque para as teorizações lastreadas no pensamento pedagógico de base freiriana, o qual reinterpretou a atividade de extensão no universo acadêmico, especialmente por meio da categoria dialogicidade. Tomamos como referência Pedro Demo (1996) e seu pensamento sobre

a má consciência da universidade sobre a extensão, o que nos levou a questionar qual é o seu lugar no tripé indissociável da educação, e Malvina Tuttman (2001) que enfatiza a necessidade de flexibilização curricular para melhor qualificar as ações extensionistas.

Respaldados nos conceitos de Lakatos e Marconi (2003), que utilizaram como referência Tripodi et al. (1975, p. 42-71), nossa pesquisa de campo foi realizada com base no conceito quantitativo-descritivo:

A) Quantitativo-Descritivos - consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários etc. e empregam procedimentos de amostragem.

Subdividem-se em:

a) estudos de verificação de hipótese - são aqueles estudos quantitativo descritivos que contêm, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas. Essas hipóteses são derivadas da teoria e, por esse motivo, podem consistir em declarações de associações entre duas ou mais variáveis, sem referência a uma relação causal entre elas;

b) estudos de avaliação de programa consistem nos estudos quantitativo descritivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio, que podem dizer respeito à grande variedade de objetivos, relativos à educação, saúde e outros. As hipóteses podem ou não estar explicitamente declaradas e com frequência derivam dos objetivos do programa ou método que está sendo avaliado e não da teoria. Empregam larga gama de procedimentos que podem aproximar-se do projeto experimental;

c) estudos de descrição de população - são os estudos quantitativo-descritivos que possuem, como função primordial, a exata descrição de certas características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas. Geralmente contêm um grande número de variáveis e utilizam técnicas de amostragem para que apresentem caráter representativo. Quando pesquisam aspectos qualitativos como atitudes e opiniões, empregam escalas que permitem a quantificação;

d) estudos de relações de variáveis - são uma forma de estudos quantitativo-descritivos que se referem à descoberta de variáveis pertinentes a determinada questão ou situação, da mesma forma que à descoberta de relações relevantes entre variáveis. Geralmente, nem hipóteses preditivas (*ante factum*) nem perguntas específicas são *a priori* formuladas de modo que se inclui no estudo grande número de variáveis potencialmente relevantes e o interesse se centraliza em encontrar as de valor preditivo. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 187-188)

Com isso, observamos que o cunho de nossa pesquisa foi de natureza descritiva e estatística, por analisar os dados numa perspectiva quantitativa, qualificando-os para uma melhor compreensão da temática em pauta.

Na abordagem quantitativa, optamos por utilizar como instrumento de pesquisa um questionário, o qual foi aplicado aos agentes extensionistas (coordenadores, diretores e pró-reitores de extensão e coordenadores de estágio) dos Institutos Federais de todo território Nacional. Esse instrumento foi escolhido devido à amplitude desses agentes espalhados pelo país. O trabalho analítico dos dados coletados foi realizado por meio da técnica de análise estatística e descritiva. O quadro teórico de referência roteirizou o questionário de pesquisa e orientou a análise quantitativa.

Devido ao pensamento que norteou o desenvolvimento da tese, consideramos a abordagem qualiquantitativa a mais adequada e abrangente para a concepção e compreensão de como se dá o desenvolvimento da temática extensionista nos Institutos Federais. Se a perspectiva quantitativa nos permitiu ampliar os sujeitos de pesquisa, a qualitativa, por sua vez, permitiu-nos uma análise interpretativa-compreensiva dos discursos documentais, teóricos e jurídicos-legais. Esta dupla análise permitiu-nos, por um lado, maior profundidade analítica (dimensão qualitativa) e, por outro, maior amplitude no que diz respeito aos intervenientes como sujeitos de pesquisa (dimensão quantitativa).

No que diz respeito a essa abordagem, tomamos como referência o pensamento de Tavares e Richardson (2005) os quais consideram que:

As abordagens qualitativas ocupam um lugar de relevo na construção do conhecimento, não porque se contraponham às abordagens quantitativas, mas porque a utilização de ambas contribui para a construção de um conhecimento de maior amplitude mais rigoroso e de maior profundidade. Se tivermos em consideração a construção do conhecimento na área das ciências sociais e humanas e, especificamente, na área da educação, a ideia de pesquisa e a respectiva prática tornaram-se absolutamente essenciais em qualquer nível de educação e de ensino, de modo que a função docente se converte, cada vez mais, numa atividade de pesquisa, única forma de o professor deixar de ser o reprodutor de ideias feitas e se transforme num estimulador exemplar da construção do conhecimento científico em situações dialéticas de aprendizagem. (TAVARES; RICHARDSON, 2005, p. 05)

Nesse sentido, compreendemos que as pesquisas qualitativas buscam a construção de um conhecimento com base em situações de diálogo entre os sujeitos envolvidos na análise ou a partir de discursos documentais, e, com isso, por meio desse processo analítico-descritivo dos dados e formulação de conceitos acerca do que estamos estudando, nasce um novo olhar sobre

o conhecimento até então investigado. Assim, passamos a ter novas perspectivas sobre a temática, culminado no fornecimento de um novo viés investigativo sobre o assunto à comunidade acadêmica, o que viabiliza, portanto, que seja mais explorado e mais bem analisado em ocasiões futuras.

Acerca da abordagem quantitativa, também utilizamos como referência Lakatos e Marconi (2010). Elas expõem que na pesquisa de campo podemos encontrar vantagens e desvantagens, características mais bem detalhadas no próximo item deste texto.

Tendo por base as ideias das mesmas autoras, compreendemos, também, que nossa pesquisa teve caráter exploratório:

Exploratórios - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para o estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem. Muitas vezes ocorre a manipulação de uma variável independente com a finalidade de descobrir seus efeitos potenciais. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 188)

Entendemos que o caráter exploratório de nossa pesquisa se deu pelo fato de termos o objetivo de coletar dados para clarificar nosso conceito extensionista e realizar uma análise dos dados coletados por meio dos textos, bem como pela aplicação dos questionários, o que nos permitiu uma descrição qualitativa e quantitativa da extensão nos Institutos Federais de todo território nacional. Exploratória, também, porque consideramos que a temática da extensão universitária não tem sido objeto de prioridade nas pesquisas acadêmicas.

3.2 Procedimento para coleta de dados

Como já tratado anteriormente, optamos por utilizar o questionário como instrumento de pesquisa. Reforçamos que essa escolha se deu por conta da quantidade de agentes extensionistas existentes em toda a rede de Institutos Federais (IF). Acreditamos que outro tipo de instrumento não abrangeria todos os estabelecimentos e, por conseguinte, inviabilizaria uma análise mais completa de como os IF lidam com a extensão em seus *Campi*.

Reforçamos, também, que o fato de o ano de 2020 ter sido um ano atípico, devido ao enfrentamento da pandemia COVID-19 existente no país e no mundo, o questionário se torna o instrumento mais eficaz, dado que é acessível a todos em seu período de trabalho. Tal escolha corroborou com a necessidade de isolamento, pois o deslocamento para possíveis entrevistas, encontros e conversas com os agentes de estudo aqui citados se mostrou inviável. Temos a noção de que o questionário, bem como nosso estudo como um todo não esgota a análise da extensão nos Institutos e da sua aplicabilidade nos *Campi*. Contudo, com base na aplicação do questionário, tivemos o cuidado de reforçar as vantagens e minimizar as desvantagens desse instrumento para uma pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2010) descrevem em seu texto, as vantagens e desvantagens da coleta de dados por questionário são:

Quadro 3 – Vantagens e Desvantagens da técnica coleta de dados “questionário”

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente c) Abrange uma área geográfica mais ampla d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas h) Há menos riscos de distorção, pela não presença do pesquisador i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento k) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> a) Percentagem pequena dos questionários que voltam b) Grande número de perguntas sem respostas c) Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas d) Impossibilidade de ajudar o informante em questão mal compreendida e) A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente f) Na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las pode uma questão influenciar a outra g) A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização h) O desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação i) Nem sempre é o escolhido que responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões j) Exige um universo mais homogêneo

Fonte: SOLER, Caroline Alves (2018, p. 97)

Apesar de não concordarmos integralmente com as vantagens e desvantagens da pesquisa por meio de questionário apresentadas pelas autoras, dado que o pré-teste inviabiliza algumas das desvantagens apresentadas, consideramos a melhor opção para a elaboração de nossos estudos, pois tal estratégia nos deu uma resposta eficaz sobre a aplicabilidade da extensão dentro dos Institutos Federais. Levamos em consideração também, a quantidade de agentes extensionistas existentes nas 613 unidades da rede, o que tornaria inviável o uso de outro instrumento de coleta de dados sobre o assunto.

Para minimizar as desvantagens na aplicação desse instrumento, disparamos os questionários para todos, reforçando a importância de sua devolutiva e colocando-nos à disposição para esclarecimentos das possíveis dúvidas no decorrer do processo. Optamos, de igual modo, por enviar questionário com perguntas fechadas e respostas baseadas na escala Likert que recebe esse nome por conta de seu criador Rensis Likert e pela construção de um questionário para medir as atitudes. Essa escala é uma das mais usadas na elaboração de pesquisa de opinião e tem por base a resposta a um questionário que quer saber o grau de concordância com uma afirmação. Com isso, optamos por utilizar a sequência: concordo totalmente, concordo parcialmente, discordo totalmente, discordo parcialmente e recuso-me a responder. A opção de recusa de resposta também foi dada aos participantes devido a considerarmos importante propiciar liberdade de escolha a todos.

Para Lakatos e Marconi (2010), da totalidade dos questionários enviados, apenas 25% são devolvidos e, no universo extensionista dos IF, julgamos, da mesma forma, esse número adequado, pois constitui uma amostra significativa em relação ao universo (859 sujeitos) e nos garante uma boa análise da temática dentro das unidades. No decorrer de nossa pesquisa, obtivemos um percentual adequado para a realização de nossa análise, com mais de vinte e cinco por cento de respostas de todos os segmentos pesquisados, o que significa que dos 859 sujeitos que constituíram o universo de pesquisa, 305 enviaram suas respostas.

O questionário foi aplicado a todos os agentes extensionistas dos Institutos Federais, sendo eles: pró-reitores de extensão (Apêndice A), diretores de extensão (Apêndice B), coordenadores de extensão (Apêndice C) e coordenadores de estágio (Apêndice D). Todos os questionários foram aplicados com os seguintes princípios:

- **DADOS PESSOAIS GERAIS:** nesse item, solicitamos a informação do nome e do e-mail (informações opcionais), do gênero, da idade, da formação acadêmica, do Instituto Federal em que atua como agente extensionista, do segmento a que o servidor pertence (administrativo ou docente) e há quantos anos atua na rede;

- **SOBRE A EXTENSÃO:** já nesse item, os questionamentos foram voltados ao tempo de atuação desses servidores na área de extensão e à quantidade de agentes extensionistas de seus *Campi*. A partir desse momento, foram colocadas afirmações sobre a extensão para que os servidores pudessem inserir seus graus de concordância. As perguntas foram elaboradas de acordo com os estudos realizados no decorrer de nosso processo de doutoramento a respeito: da existência de articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tripé indissociável da educação superior; da “marginalização” da extensão em relação ao ensino e à pesquisa; do uso do termo “extensão” e do pensamento norteador de Paulo Freire de que a extensão vai além do ato de “estender algo a alguém”; de se as ações extensionistas dos *Campi* são de viés apenas assistencialistas ou se são pensadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos; de se seus cursos estão adequados à estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que assegura que 10% dos créditos dos cursos de graduação devem ser voltados a programas e projetos de extensão universitária; e se os cursos estão de acordo com a Resolução 7 de 18 de dezembro de 2018, que dá um prazo de três anos para que as ações impostas pelo PNE sejam cumpridas e se no Instituto em que o agente atua há distinção na aplicabilidade da extensão entre os níveis e modalidades existentes, visto que a extensão é tida como princípio indissociável apenas na educação superior.

O questionário é finalizado solicitando aos participantes a opinião sobre as diretrizes extensionistas – os ‘is’ da extensão: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e a Interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social e se essas diretrizes são aplicadas nas atividades extensionistas de seus *Campi*.

Todos os participantes validaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E).

3.2.1 Pré-teste

Para validar nossos instrumentos de pesquisa (questionários), aplicamos, por amostra, um questionário para alguns participantes, com os seguintes questionamentos:

- O tempo de resolução do questionário, a seu ver, foi adequado ou excessivo? Quanto tempo em média você levou para responder?
- Quanto ao número de questões?
- Para você as questões foram abordadas com clareza? Sim ou não?
- Você acredita que poderia ser acrescentado algo a mais ao questionário que abordaria a questão da extensão nos Institutos Federais? Se sim, o quê?

Para tais questionamentos obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 4 - Respostas do pré-teste aplicado aos agentes extensionistas

Perguntas	O tempo de resolução do questionário, a seu ver, foi adequado ou excessivo? Quanto tempo em média você levou para responder?	Quanto ao número de questões?	Para você as questões foram abordadas com clareza? Sim ou não?	Você acredita que poderia ser acrescentado algo a mais ao questionário que abordariam à questão da Extensão nos Institutos Federais? Se sim, o quê?
P.1	O tempo foi adequado, pois as questões eram pertinentes. Levei pouco mais de 5 minutos.	Foram muitas, mas as julguei pertinentes.	Sim, todas bem claras, o que facilitou para respondê-las.	No momento, não lembro de nada. Parabéns pela pesquisa.
P.2	Adequado. De 6 a 7 minutos.	Adequado.	Com clareza.	Acredito que foi adequado.
P.3	Foi tranquilo. Creio que gastei uns 10 minutos.	Foi razoável. Só acho que este não deve ser o único instrumento utilizado na sua pesquisa. Esse tipo de instrumento traz um perfil	Sim.	Talvez um espaço para comentários, mas não sei se isso resolveria o problema pontuado na questão 2.

		quantitativo dos dados (prioritariamente). Para proceder com a cristalização desses dados, seriam necessários outros instrumentos.		
P. 4	Não sei informar o tempo de preenchimento, mas julgo que foi adequado. Não tomou muito tempo, fiz entre uma tarefa e outra do dia.	Adequado.	Sim, questões claras e a forma de resposta não deixa margem para dúvida.	Os docentes da instituição estão cientes das necessidades de atualização dos PPCs quanto à curricularização da Extensão? Existem ações institucionais para debate e melhor compreensão/delineamento dos impactos da curricularização da Extensão?
P. 5	Adequado. Cerca de 5 minutos.	Adequado.	Sim, com clareza, desde que você considere que os estágios estão vinculados à extensão. No IFSC estão vinculados ao ensino.	Sim. Acho que poderia questionar: no seu <i>Campus</i> o estágio está vinculado à extensão? Se não, justifique.
P. 6	Adequado 5 minutos	Adequado	sim	Não
P. 7	O tempo foi adequado. Levei menos de 10 min, acredito.	Achei adequado.	Na maioria sim.	Sim, acho que poderia ter questões sobre a valorização das ações de extensão, por meio de critérios junto as avaliações de desempenho de Docentes e Técnicos Administrativos. Senti falta de questões relacionadas à capacitação/formação sobre extensão e, também, sobre a presença da extensão nos documentos de planejamento da instituição como o PDI e se na instituição possui Regulamentos e Política clara de Extensão.
P. 8	Adequado.	Adequado	A maioria, sim.	Sim, considerando que aqui na Proext do IFPE,

				responedemos por várias pastas: Políticas inclusivas (NEGED, NEABI, NAPNE, NTA e em construção a minuta do Núcleo de Estudo da Pessoa Idosa - NEPI), Coordenação de Cultura e Artes, Coordenação de extensão rural, Estágio, Emprego e Egressos, Empreendedorismo, Empresa Jr. e Incubadoras e coordenação de programas e projetos)
P. 9	Adequado. Levei uns 6 minutos para responder.	Considero o número de perguntas adequado para uma pesquisa.	Sim. Foram perguntas claras	Acredito que o questionário está bem completo, não tenho nada para acrescentar.
P. 10	Adequado. Não contei o tempo ao certo, mas creio que levou por volta de uns 6 minutos para responder todo questionário.	Achei adequado.	Sim	O questionário está bem completo, talvez uma pergunta a mais sobre a questão da curricularização, mas entendo que o tema já está inserido no questionário.
P. 11	Adequado. 5 minutos	Foram muitas perguntas, mas todas dentro da temática abordada, fazendo sentido.	Sim.	Não tenho nada a acrescentar.
P. 12	Respondi em menos de 5 minutos. Considero um tempo adequado.	Adequado	Todas claras.	Acredito que discutir a Extensão nos Institutos Federais é um assunto muito importante e encontrar uma pesquisa sobre ela já é bem satisfatório.
P. 13	O tempo ao certo não lembro, mas considero que foi adequado.	O número de questões do questionário foi adequado.	Sim, achei todas as perguntas claras e objetivas para a Extensão.	Não.
P. 14	Adequado. Cerca de 6 minutos.	Acredito que o número de questões do questionário está adequado.	Sim.	Não.
P.15	Acredito que tenha sido adequado. Não levei mais de	Adequado.	Sim.	Não.

	cinco minutos para responder.			
P.16	Foi adequado. Respondi em cinco minutos.	Achei o número de perguntas adequado.	Achei as perguntas claras.	Não.
P.17	Considere adequado. Acredito que levei uns cinco minutos para responder todo questionário.	Também considere um número adequado.	Sim, perguntas de fácil compreensão.	Não.
P. 18	Adequado. 7 minutos	Adequado.	Sim.	Não, achei o questionário interessante para abordar a Extensão nos Institutos.
P. 19	Tempo adequado. Por volta de 5 minutos	Número adequado.	Sim.	Não.
P. 20	Adequado. Levei uns 6 minutos.	Adequado	Considere todas as perguntas claras.	Nada mais a ser acrescentado.
P. 21	Tempo adequado. Respondi em seis minutos mais ou menos.	Número de perguntas adequado.	Sim	Não
P. 22	Adequado. Respondi em 7 minutos.	Adequado	Sim, encontrei clareza em todas as questões.	Não tenho para acrescentar no questionário.
P. 23	Adequado. Respondi em 6 minutos.	Acredito que foi um bom número de perguntas para um questionário	Sim.	Não.
P. 24	Adequado. 7 minutos.	Adequado;	Sim	Não penso em nada no momento que possa agregar.
P. 25	Achei adequado. Respondi em mais ou menos seis minutos.	Achei o número de perguntas adequado.	Sim	Não tenho nada para acrescentar.
P. 26	Considero o tempo adequado. Respondi em menos de 7 minutos.	Acredito que foi um número adequado de perguntas.	Sim	Não
P. 27	Adequado. Cerca de 5 minutos	Ao meu ver, o número de questões foram adequadas.	Sim	Não
P. 28	Adequado. Uns seis minutos	Acredito que para a pesquisa, dentro da	Sim. Todas as questões estavam claras.	Nada a acrescentar, acredito que o questionário está completo para a realização da pesquisa.

		temática de Extensão, o questionário foi bem elaborado e com a quantidade ideal de perguntas.		
P. 29	Achei adequado. Levei cerca de 5 minutos para responder todo questionário	Achei o número de questões suficiente.	Sim	Não.
p. 30	5 minutos	Adequado	Sim	No momento não tenho sugestões a acrescentar.

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, compreendemos que nossos questionários foram elaborados de forma adequada, pois de acordo com as respostas obtidas, no que diz respeito ao tempo para respondê-los, todos o consideraram apropriado, já que não ultrapassaram mais de dez minutos para que fossem concluídos. Quanto ao número de questões, todos as julgaram pertinentes, embora uma minoria tenha indicado que o número de questões era excessivo. Sobre a clareza das perguntas, classificaram-nas claras e objetivas de serem respondidas. Por fim, foi deixado um espaço para que sugerissem algo e, em geral, todos colocaram que não tinham nada a acrescentar.

Tivemos alguns apontamentos, cabendo, aqui, algumas ressalvas. Iniciamos pela observação sobre a necessidade de um espaço para comentários no decorrer do questionário, a fim de tornar a pesquisa menos quantitativa e permitir que ele (o questionário) não fosse a única fonte de pesquisa. Ressaltamos que o tal instrumento não foi a nossa única fonte de pesquisa, pois no decorrer da pesquisa utilizamos outras abordagens de análise sobre as ações extensionistas nos IF, e, dado o enorme número de participantes nesse processo, o espaço para comentários para posterior investigação seria um trabalho exaustivo demais que fugiria de nosso alcance, no momento, para além da dificuldade de análise de uma quantidade enorme de respostas, eventualmente diversificadas, com o risco de não se poderem enquadrar em nenhuma das categorias sugeridas.

Outro apontamento sugeriu que fosse questionada a ciência dos docentes sobre a necessidade de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e se havia ações que compreendiam os impactos da curricularização da extensão nos cursos. Tais perguntas não foram acrescentadas porque acreditamos que nas respostas sobre as diretrizes extensionistas, se há uma articulação e ações que visam à elaboração de atividades que contemplem essas

diretrizes, o *Campus* já está atuando nesse sentido. Sobre a curricularização, não inserimos mais sobre a temática por acreditarmos que se trata de um assunto mais específico e que deve ser mais bem analisado e estudado em outro momento. Como a curricularização não é foco central de nossos estudos, não nos aprofundamos mais nesse item.

Acerca da sugestão que expressa a necessidade de questionar se no *Campus* o estágio está atrelado à extensão, partimos do ponto, nesta pesquisa, de que o estágio faz parte da extensão, mas, também percebemos que em alguns IF, isso não ocorre pelo fato de os IF serem autônomos, não havendo, portanto, uma estrutura única entre eles. Dessa forma, com o intuito de não gerar um número excessivo de perguntas, realizamos a explicação de como se dá a organização desses setores nessas unidades e inserimos tal indagação em um questionário específico voltado apenas aos coordenadores de estágio.

Nesse sentido de autonomia de formulação de setores, salientamos o posicionamento da p. 8 que alega ter algo a acrescentar no questionário, mas não indica o quê e expõe certa especificidade de seu Instituto:

- “Sim, considerando que aqui na Proext do IFPE, respondemos por várias pastas: Políticas inclusivas (NEGED, NEABI, NAPNE, NTA e em construção a minuta do Núcleo de Estudo da Pessoa Idosa - NEPI), Coordenação de Cultura e Artes, Coordenação de extensão rural, Estágio, Emprego e Egressos, Empreendedorismo, Empresa Jr. e Incubadoras e coordenação de programas e projetos)”.

Por fim, a p. 7 sugere questões relacionadas à formação e capacitação sobre a extensão:

- “Sim, acho que poderia ter questões sobre a valorização das ações de extensão, por meio de critérios junto as avaliações de desempenho de Docentes e Técnicos Administrativos. Senti falta de questões relacionadas à capacitação/formação sobre extensão e, também, sobre a presença da extensão nos documentos de planejamento da instituição como o PDI e se na instituição possui Regulamentos e Política clara de Extensão”.

No entanto, como esse assunto não é foco de nossa pesquisa, optamos por não acrescentar questões acerca do tema para não ampliar e extrapolar a delimitação em que o trabalho se insere.

Compreendemos que os questionários elaborados como instrumentos de coleta de dados estavam adequados para aplicação e procedemos ao envio para os agentes extensionistas espalhados em todo território nacional. Ressaltamos, ainda, que o envio do material se deu

seguinte forma: 39 e-mails aos pró-reitores de extensão, 200 e-mails aos diretores de extensão, 420 e-mails aos coordenadores de extensão e 200 e-mails aos coordenadores de estágio.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

A partir desse momento, elaboramos a caracterização dos sujeitos que participaram da pesquisa, nossos colaboradores na construção de novos conhecimentos sobre a temática extensionista.

Iniciamos a análise com base nos dados coletados dos pró-reitores extensionistas. Ressaltamos que dos 39 e-mails enviados, recebemos a resposta de 21 deles. Com isso, obtivemos 53,8% de respostas desse segmento. Destacamos as respostas desses sujeitos a seguir:

Tabela 4 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão

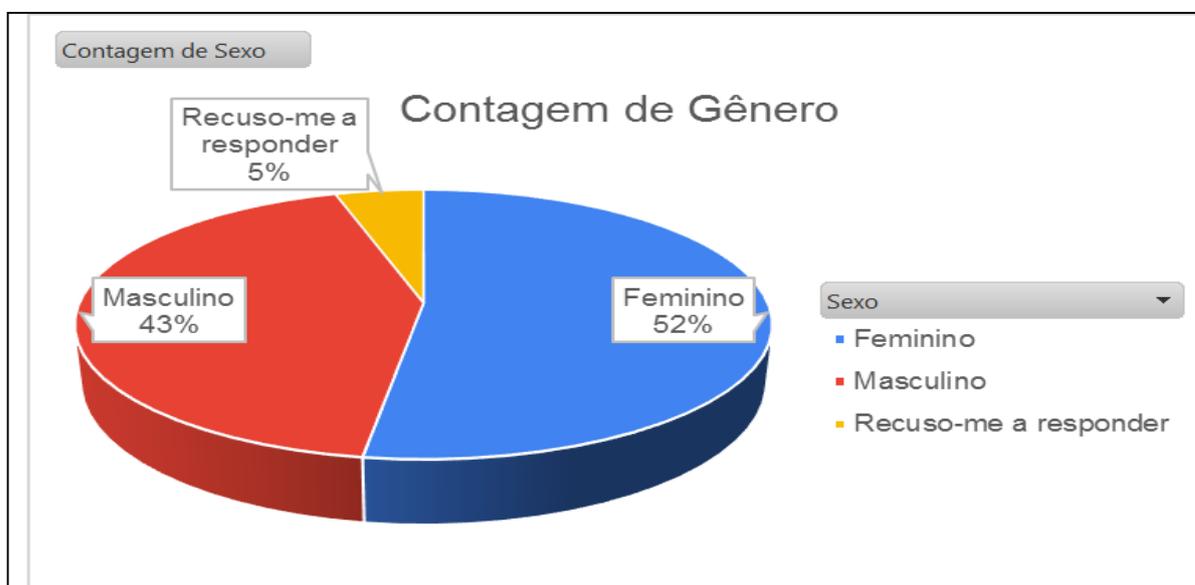
Gênero	Idade	Formação Acadêmica	Você é servidor?	Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?	Há quanto tempo você atua na pró-reitoria de extensão do seu Instituto Federal?
Recuso-me a responder	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 16 a 20 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos

Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Docente	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 7 a 10 anos

Fonte: Elaboração própria

Com relação à variável gênero dos pró-reitores extensionistas, podemos afirmar que a porcentagem é equilibrada, sendo que a porcentagem de mulheres atuando nessa área totaliza 52%, seguida de 43% de homens. Recusaram-se a responder 5% dos colaboradores desta pesquisa. Podemos verificar esses dados no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de gênero

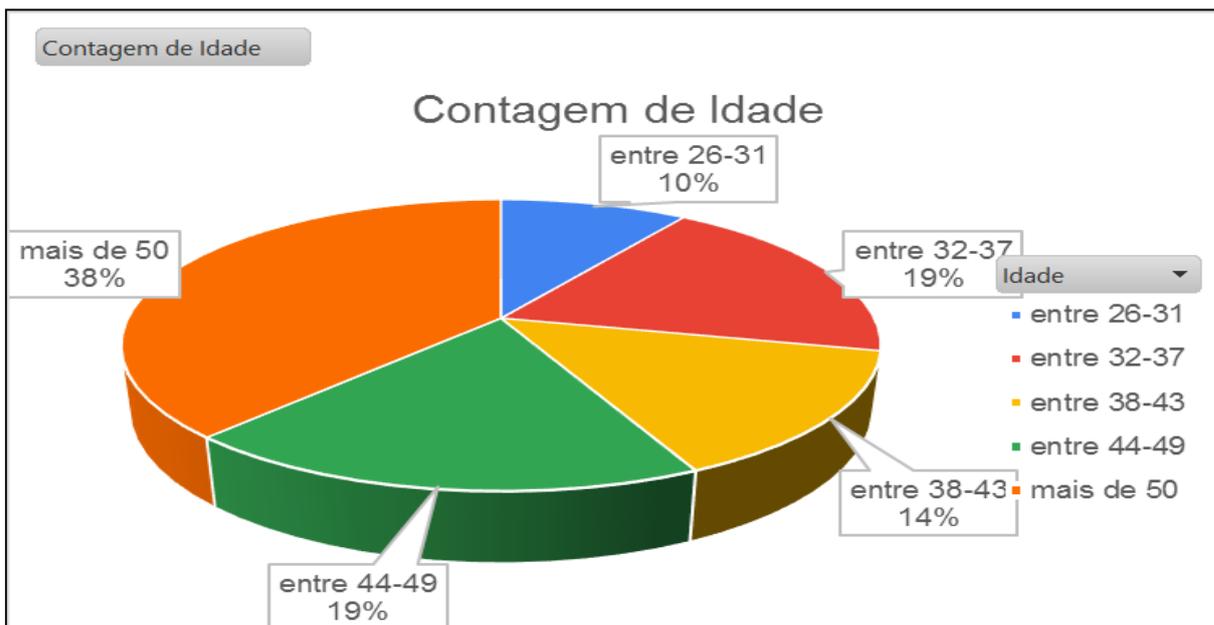


Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à idade dos pró-reitores de extensão dos Institutos Federais, podemos afirmar, conforme observamos no quadro a seguir, que, em sua maioria, ou seja, 38% deles têm mais de 50 anos. Na sequência, com 19%, respectivamente, os pró-reitores com idades entre 44 a 49 e 32 a 37 anos. Com a porcentagem de 14% encontramos os pró-reitores entre 38 a 43 anos e, por fim, com apenas 10% encontramos aqueles que têm entre 26 a 31 anos

de idade. O gráfico de idade nos leva à percepção do percentual elevado de servidores de mais idade em um cargo que é considerado o mais elevado no que se refere à perspectiva extensionista dos Institutos. Assim, compreendemos que a experiência de vida é, também, levada em conta no ato da atribuição desse tipo de cargo aos servidores.

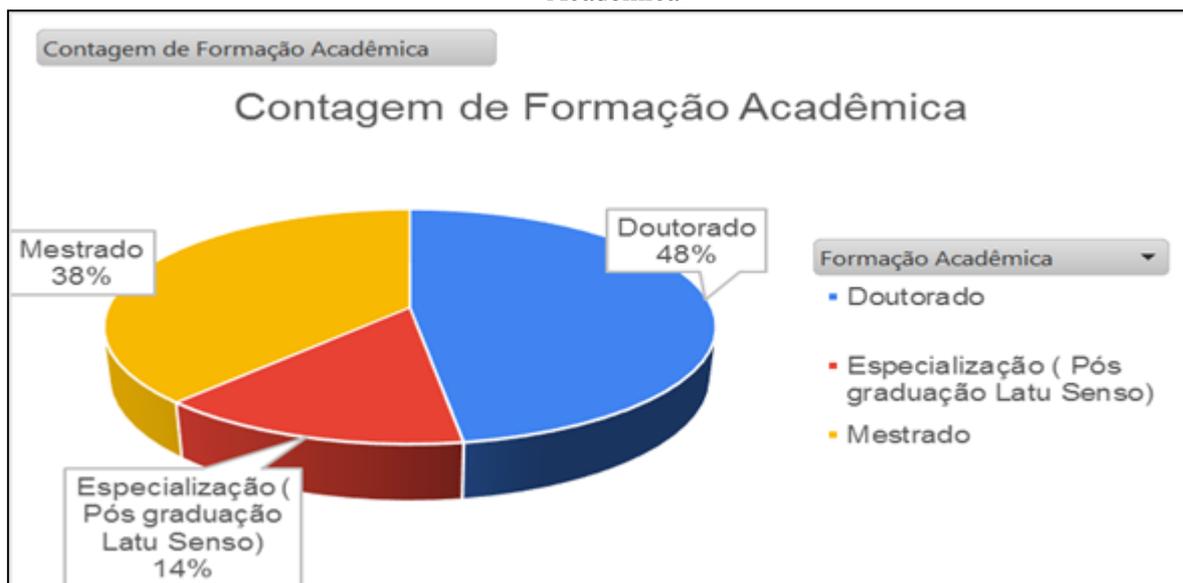
Gráfico 2 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de Idade



Fonte: Elaboração própria.

No tocante à formação acadêmica desses pró-reitores de extensão, notamos que a maior parte deles tem doutorado, totalizando um percentual de 48%. Em seguida, percebemos que 38% possuem Mestrado e 14% deles são Especialistas. Podemos afirmar, então, que os Institutos prezam pelo conhecimento acadêmico para que seus pró-reitores atuem frente à área extensionista.

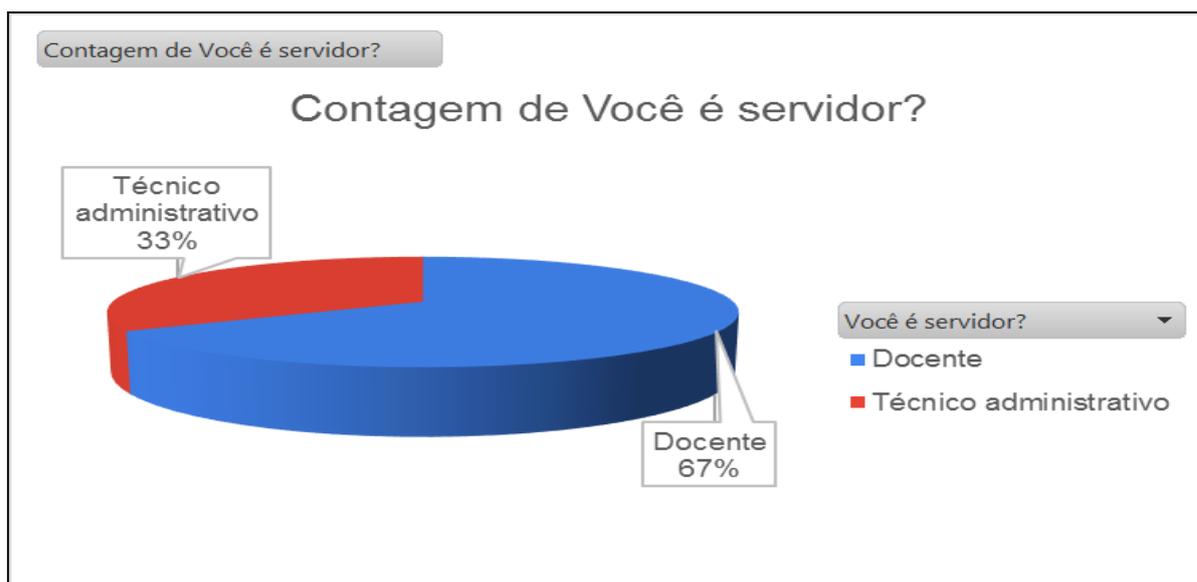
Gráfico 3 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de Formação Acadêmica



Fonte: Elaboração própria.

No que tange à função que esses pró-reitores desempenham, verificamos que a maioria deles é docente, com 67% de representatividade nesse segmento, ocupando os cargos de pró-reitores nas reitorias dos Institutos Federais. Apenas 33% dos pró-reitores são servidores técnicos-administrativos.

Gráfico 4 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Tipo de servidor

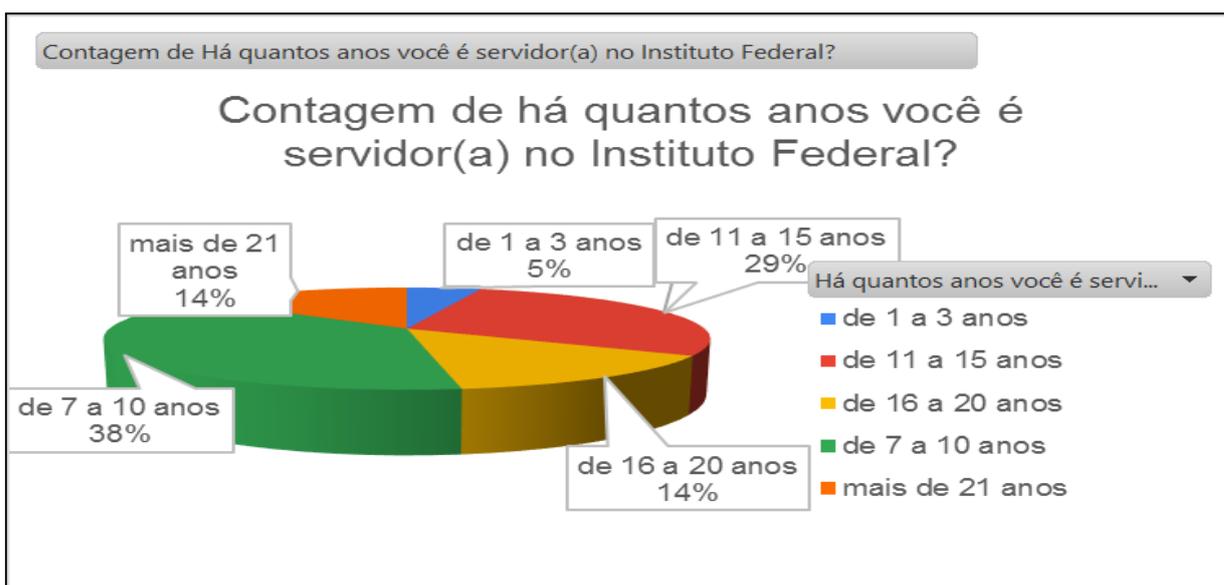


Fonte: Elaboração própria.

No tocante ao tempo de trabalho como servidores no Instituto Federal, percebemos, com base no quadro a seguir, que a maior parte dos pró-reitores é servidor da instituição por um

período de 7 a 10 anos; na sequência, temos o percentual de 29% dos servidores que atuam no IF pelo período de 11 a 15 anos. Totalizando 14%, estão os servidores que atuam entre 16 a 20 anos e os que atuam há mais de 21 anos. Consideramos esse percentual de grande importância, pois nos remete aos critérios da experiência e do conhecimento daqueles que atuam frente às questões de educação e, por consequência, com as ações de extensão dos IF.

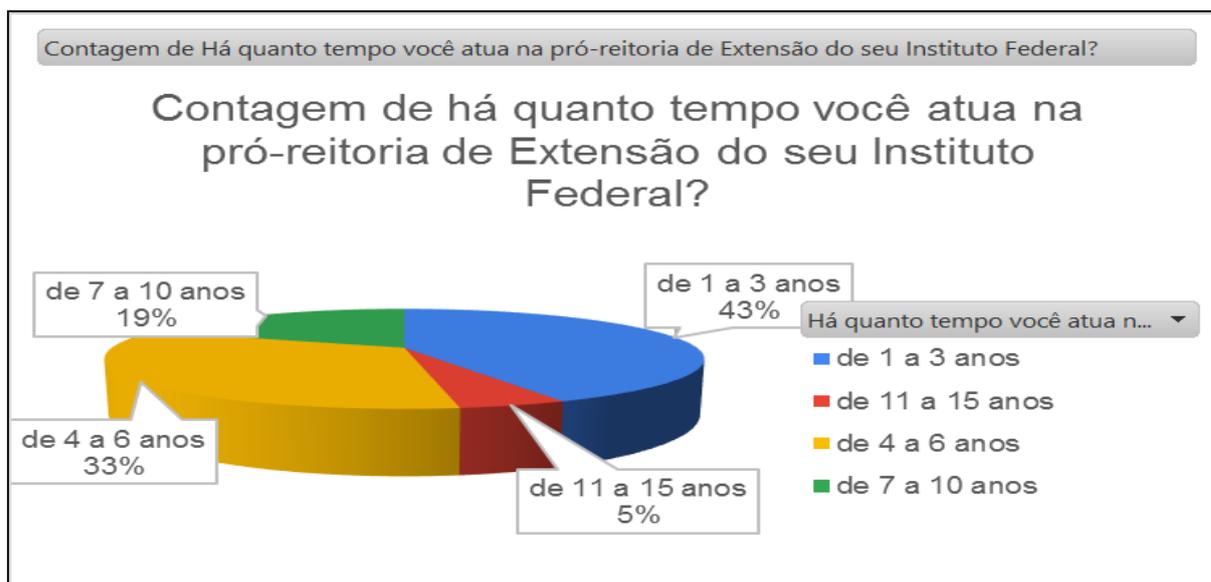
Gráfico 5 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar a análise dos sujeitos de pesquisa sobre os pró-reitores de extensão dos Institutos Federais do país, apresentamos, a seguir, o gráfico que define o tempo de atuação desses servidores na área de extensão, especificamente, o que nos leva a ter uma percepção de como se dá a atuação frente às questões da temática aqui analisada. Percebemos que, na contramão do requisito da experiência verificada nos gráficos anteriores, onde nota-se a prevalência de mais idade e maior tempo de atuação no Instituto, quando a pergunta é voltada à atuação na prática extensionista, essa experiência não é levada em conta, pois, com uma porcentagem de 43%, quem atua como pró-reitor de extensão nos IF, tem apenas de 1 a 3 anos de experiência com a temática extensionista. Na sequência, com 33% os que atuam entre 4 a 6 anos, depois, com 19% aqueles que atuam de 7 a 10 anos e, por fim, com somente 5% os que atuam com a extensão por cerca de 11 a 15 anos, ou seja, aqueles que trabalham há mais tempo com a extensão.

Gráfico 6 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Pró-reitores de Extensão – Contagem de tempo como servidor na pró-reitoria de Extensão do Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Fazendo uma reflexão sobre o fato aqui destacado, verificamos que o trabalho com a extensão daqueles que atuam como pró-reitores da área é muito cíclico. Compreendemos que o cargo é mais um dos postos de confiança dos reitores que são eleitos por seus pares, motivo pelo qual, normalmente, ocorre troca de servidores sempre que há uma nova eleição. Dessa forma, nosso questionamento paira na validade dessa troca constante, pois, conseqüentemente, o trabalho com a extensão pode, também, ser fragmentado, não havendo uma sequência das ações desenvolvidas, prejudicando, assim, o bom andamento do setor nos *Campi* dos Institutos espalhados por todo o território nacional. Acreditamos que a reflexão acerca dessa modificação frequente, bem como a realização de um trabalho eficaz entre as transições são de suma importância para o êxito das ações extensionistas dentro dos IF.

Dando sequência à análise, partimos agora para a verificação dos percentuais de respostas dos diretores de extensão, aqueles que atuam dentro dos *Campi* dos IF. Ressaltamos aqui, que nem todas as unidades possuem um diretor que atue na área extensionista e que, da mesma forma, o diretor de extensão, conforme explicamos no próximo capítulo, pode ser um diretor que atue em várias áreas ao mesmo tempo. Com isso, ele pode ser, de igual modo, um diretor da área de ensino, pesquisa, pós-graduação, entre outros. Sobre a demanda de e-mails e questionários enviados, destacamos que efetuamos o envio de 200 e-mails aos diretores de extensão e obtivemos o retorno de 54 respostas, o que nos garante um percentual de 27%. Esse percentual é considerado adequado, mas dentro de nossa pesquisa, foi o segmento em que tivemos o menor número de retorno.

Analisando os sujeitos de pesquisa, no que diz respeito ao quadro de diretores extensionistas, apresentamos os seguintes dados observados, na tabela a seguir:

Tabela 5 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão

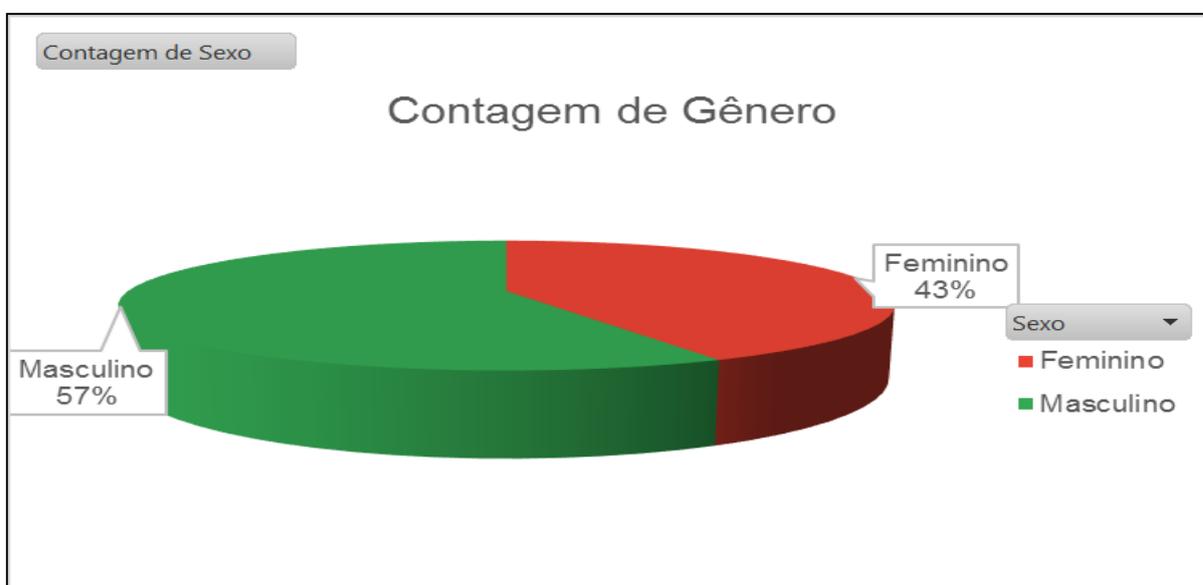
Gênero	Idade	Formação Acadêmica	Você é servidor?	Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?	Há quanto tempo você atua na pró-reitoria de Extensão do seu Instituto Federal?
Recusa-me a responder	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 16 a 20 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Docente	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos

Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 7 a 10 anos

Fonte: Elaboração própria.

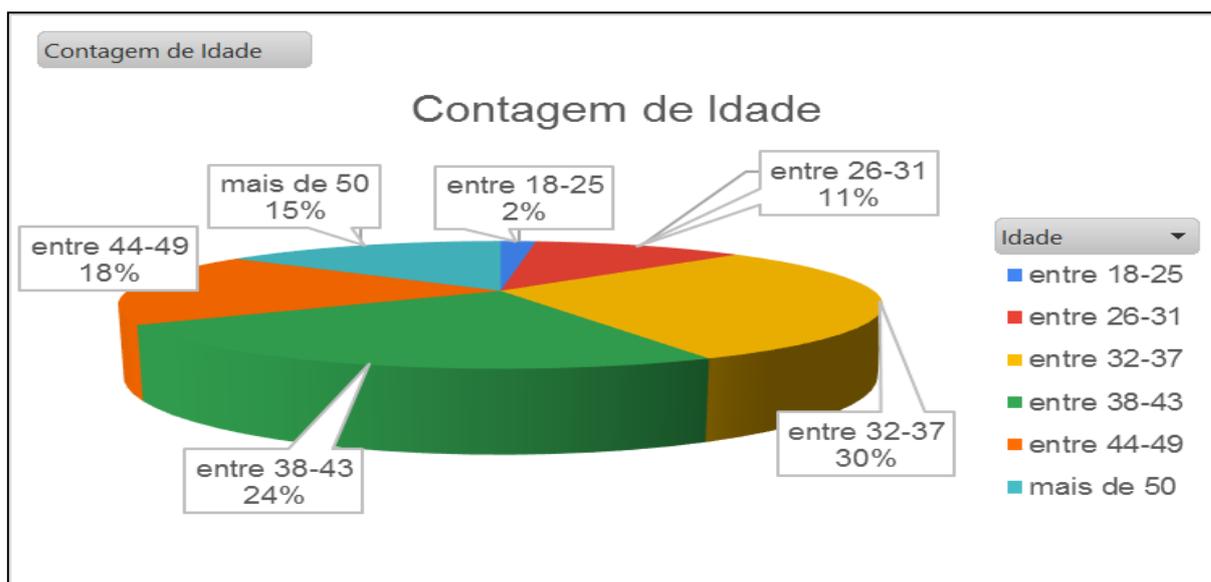
Analisando os resultados apresentados na tabela anterior, temos como conclusão os resultados que são apresentados nos próximos gráficos. No tocante ao gênero dos diretores que atuam na área da extensão dos IF, verificamos que 57% dos servidores, portanto maioria, são homens e 43% são de mulheres.

Gráfico 7 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de gênero



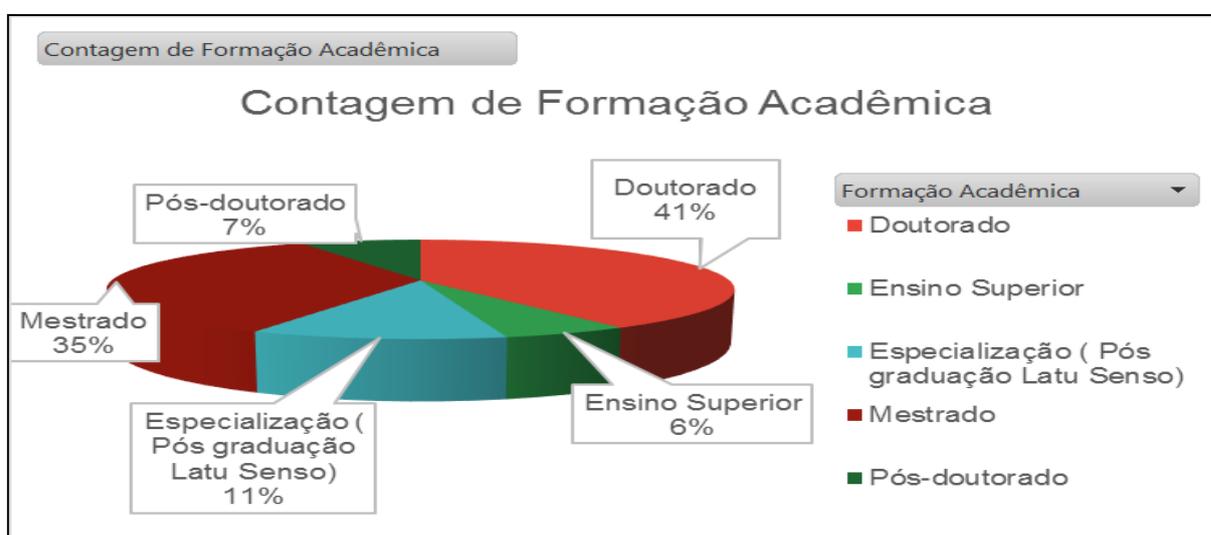
Fonte: Elaboração própria.

Sobre a idade desses agentes extensionistas, podemos verificar que, em sua maioria, têm de 32 a 37 anos, totalizando um percentual de 30%. Na sequência, com idade aproximada, localizamos os diretores com idade entre 38 e 43 anos, sendo eles 24% dos diretores dos Institutos. Na sequência, surgem os diretores com idade de 44 a 49 anos, totalizando um percentual de 18%. Os diretores com mais de 50 anos totalizam um percentual de 15% e as menores taxas de diretores que atuam na extensão ficou também com os servidores mais novos, os que têm idade de 18 a 25 e 26 a 31, totalizando 2% e 11% respectivamente.

Gráfico 8 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de Idade

Fonte: Elaboração própria.

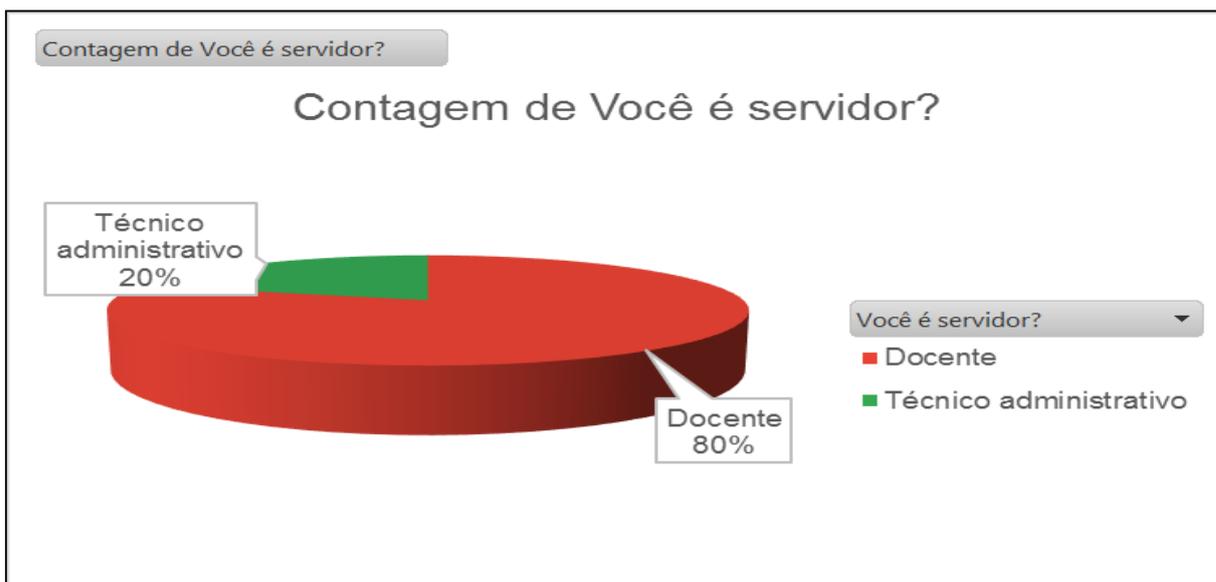
Sobre a formação acadêmica desses diretores, percebemos que, em sua maioria, são portadores de titulação, visto que 41% são Doutores e 35% são Mestres. Destacamos entre os sujeitos desta pesquisa que cerca de 7% desses diretores são Pós-Doutores. Nesse sentido, notamos que os servidores que atuam em cargos de direção dos Institutos Federais têm, em sua maioria, formação e conhecimento acadêmicos. Verificamos que 11% dos diretores têm Pós-Graduação e apenas 6% deles têm apenas o Ensino Superior.

Gráfico 9 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de Formação Acadêmica

Fonte: Elaboração própria.

Da mesma forma como observamos no tocante aos pró-reitores de extensão, notamos a ocupação dos cargos de diretores de extensão por uma grande maioria de servidores docentes, totalizando 80%. Apenas 20% dos sujeitos são servidores técnico-administrativos ocupantes do referido posto.

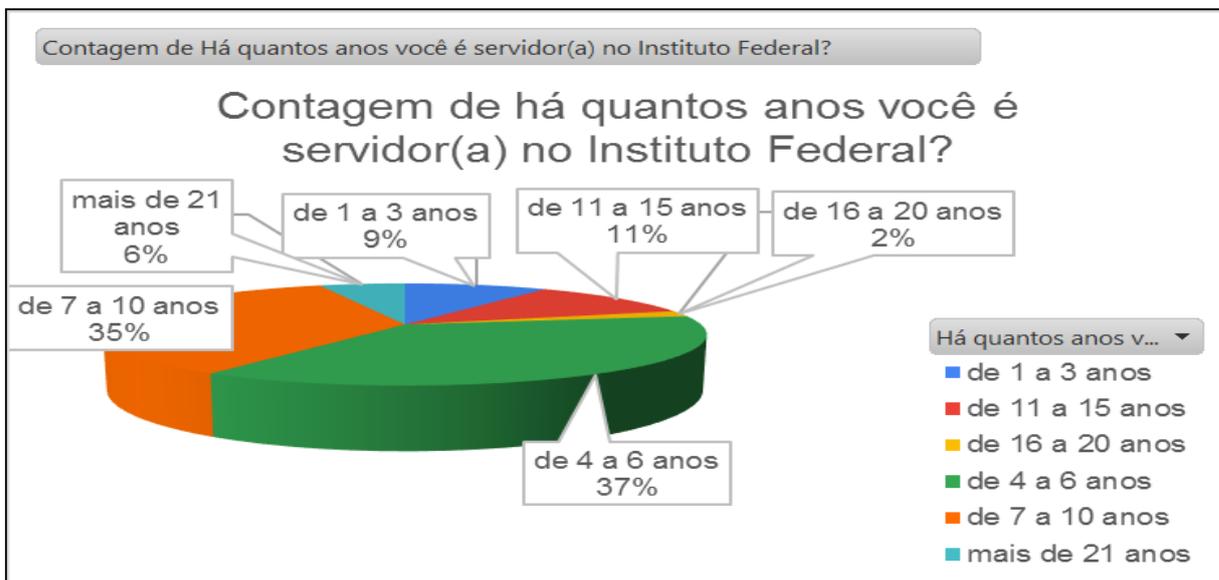
Gráfico 10 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Tipo de Servidor



Fonte: Elaboração própria.

Acerca da pergunta sobre o tempo de atuação no Instituto Federal, percebemos que a grande maioria dos diretores de extensão é servidora pelo período de 4 a 6 anos e de 7 a 10 anos, com a porcentagem de 37% e 35%, respectivamente. Na sequência, verificamos que 11% dos diretores são servidores pelo período de 11 a 15 anos, e 9% de 1 a 3 anos. Com mais tempo de dedicação ao Instituto Federal surge o percentual de 6% de servidores que atuam por mais de 21 anos. Somente 2% dos sujeitos são servidores por cerca de 16 a 20 anos.

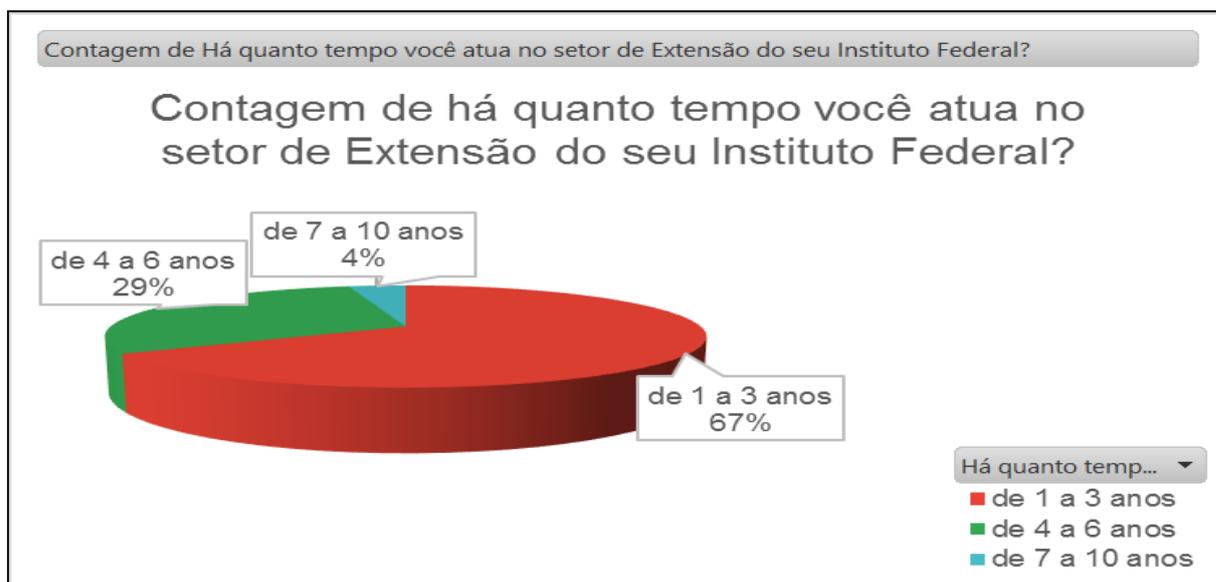
Gráfico 11 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Assim como observamos no que tange ao cargo de pró-reitor de extensão, em que o período de atuação no setor é curto, os ocupantes dos cargos de diretor de extensão atuam nessa área por um período de 1 a 3 anos e totalizam 63% dos sujeitos. Esse fenômeno pode ocorrer, tanto pelo que já destacamos anteriormente, por ser um cargo de confiança oferecido pela Direção Geral do *Campus*, quanto devido à grande maioria ser servidor docente, isto é, prioritariamente atuantes em sala de aula. Quando há um servidor técnico administrativo, por ser um servidor que é fixo em setores dos *Campi*, essa rotatividade é minimizada. E seguida, os diretores que atuam na área extensionista pelo período de 4 a 6 anos representam 29% e, por fim, 4% atuam com a extensão por um período de 7 a 10 anos.

Gráfico 12 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Diretores de Extensão – Contagem de há quantos anos atua no setor de Extensão



Fonte: Elaboração própria.

Finalizada a análise dos diretores de extensão, partimos para a análise de outros sujeitos de pesquisa: os coordenadores de extensão. Esses são os cargos mais encontrados nos IF. Enviamos cerca de 420 e-mails com os questionários e obtivemos um total de 168 respostas, o que representa 39,62% de participação. As respostas estão inseridas na tabela a seguir. Logo, tais informações são analisadas por meio de gráficos.

Tabela 6 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão

Gênero	Idade	Formação Acadêmica	Você é servidor?	Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?	Há quanto tempo você atua no setor de Extensão do seu Instituto Federal?
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos

Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Pós-doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Pós-doutorado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 44-49	Ensino Superior	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	mais de 21 anos	mais de 21 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos

Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Recuso-me a responder	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Recuso-me a responder	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos

Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 26-31	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 16 a 20 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	mais de 21 anos	de 11 a 15 anos
Feminino	entre 26-31	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos

Masculino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	recuso-me responder
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	mais de 21 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos

Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Pós-doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Pós-doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 26-31	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Pós-doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	recuso-me a responder
Masculino	entre 38-43	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Pós-doutorado	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos

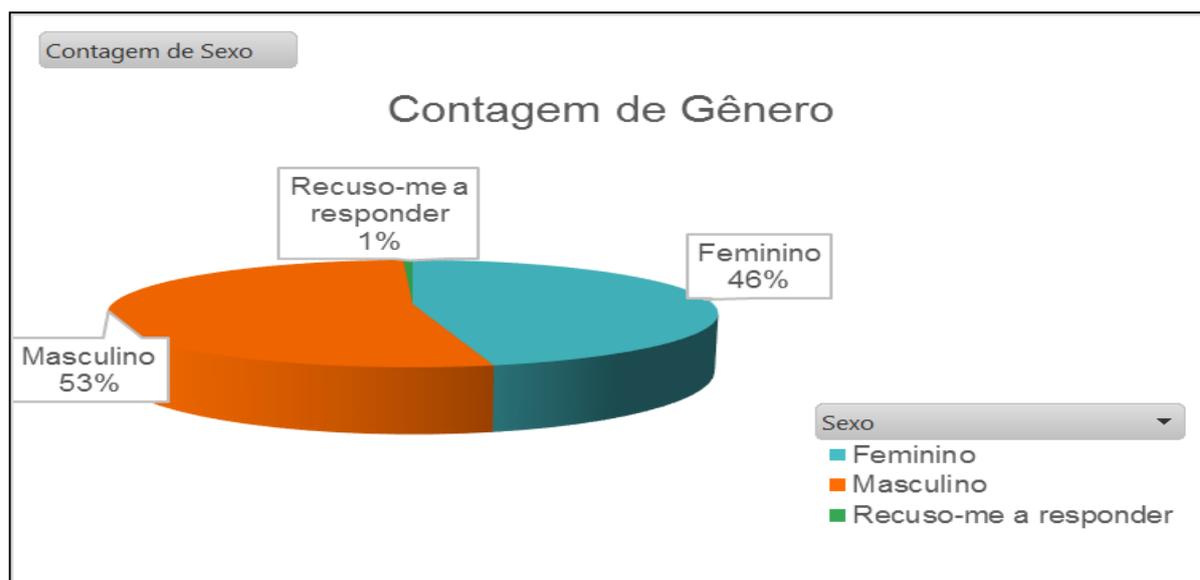
Masculino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos

Fonte: Elaboração própria.

Tendo por base as informações encontradas na tabela anterior, apresentamos as seguintes informações sobre os coordenadores de extensão atuantes nos Institutos Federais do país.

No que diz respeito ao gênero, verificamos que cerca de 53% dos coordenadores de extensão dos IF são do gênero masculino e, com menor porcentagem, embora se trate de um índice considerável, 46% são do gênero feminino. Recusou-se a responder cerca de 1% dos participantes.

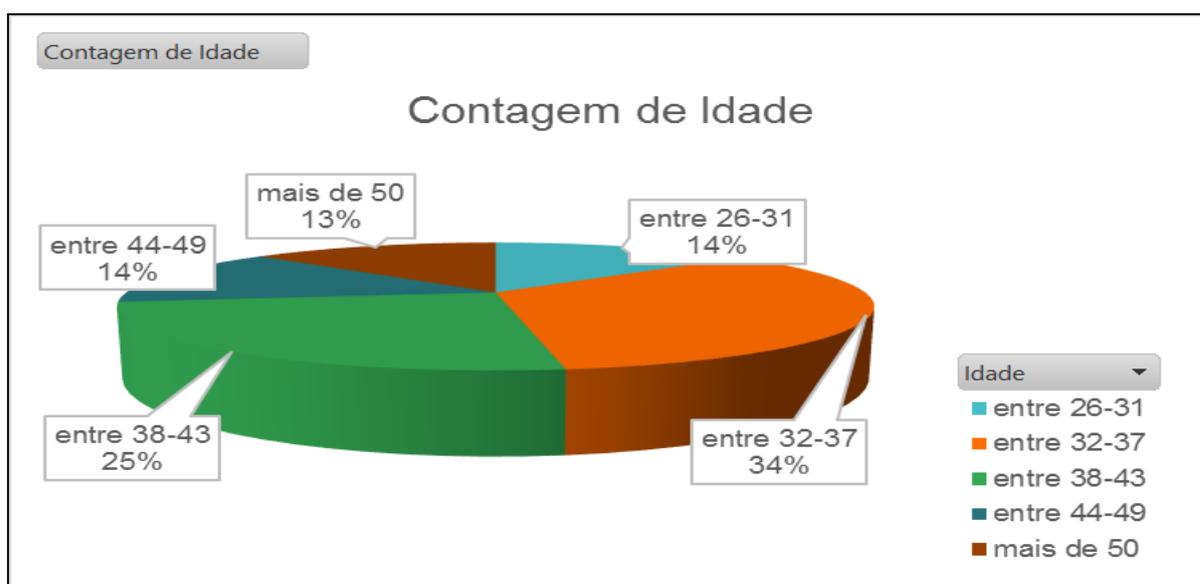
Gráfico 13 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de gênero



Fonte: Elaboração própria.

No tocante à idade, percebemos certo equilíbrio entre as faixas etárias, já que não há uma predominância muito superior em nenhuma delas. A maioria, cerca de 34%, tem idade entre 32 e 37; na sequência, 25% tem entre 38 a 43 anos; 14% possui idade entre 26 a 31; e mais 14% deles têm entre 44 e 49 anos. Por fim, totalizando 13%, estão os coordenadores com mais de 50 anos.

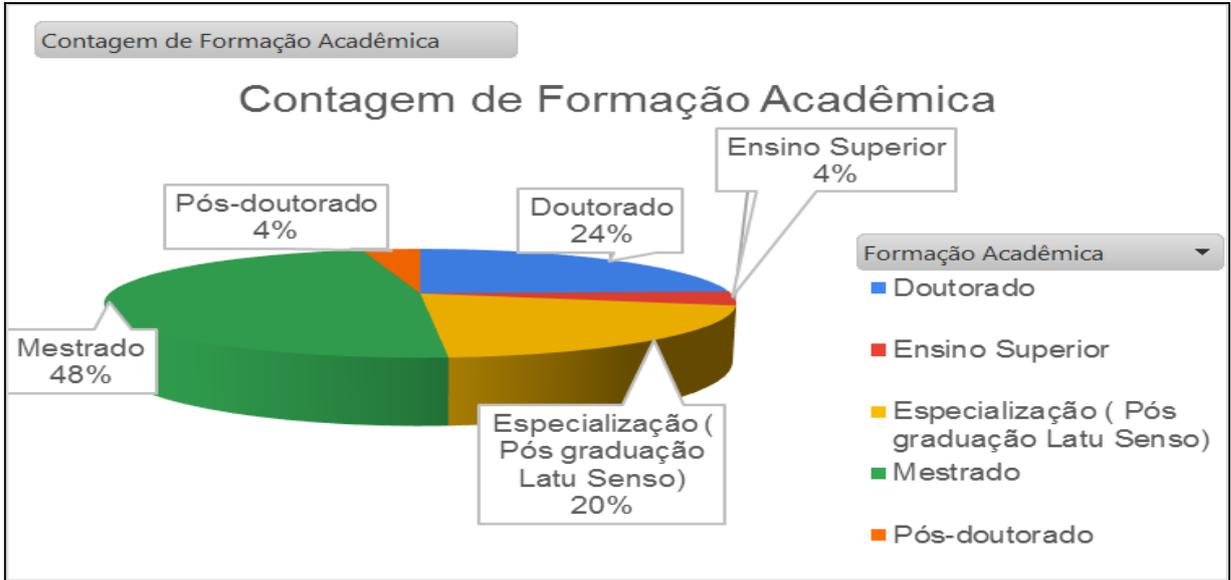
Gráfico 14 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de Idade



Fonte: Elaboração própria.

Com relação à formação acadêmica dos coordenadores que atuam na área extensionista dos Institutos Federais, 48%, portanto, a maioria deles, é mestre, 24% são doutores e 20% são especialistas. Notamos, ainda, com 4% de representatividade, os coordenadores com pós-doutorado, e, com a mesma porcentagem os que possuem apenas o ensino superior.

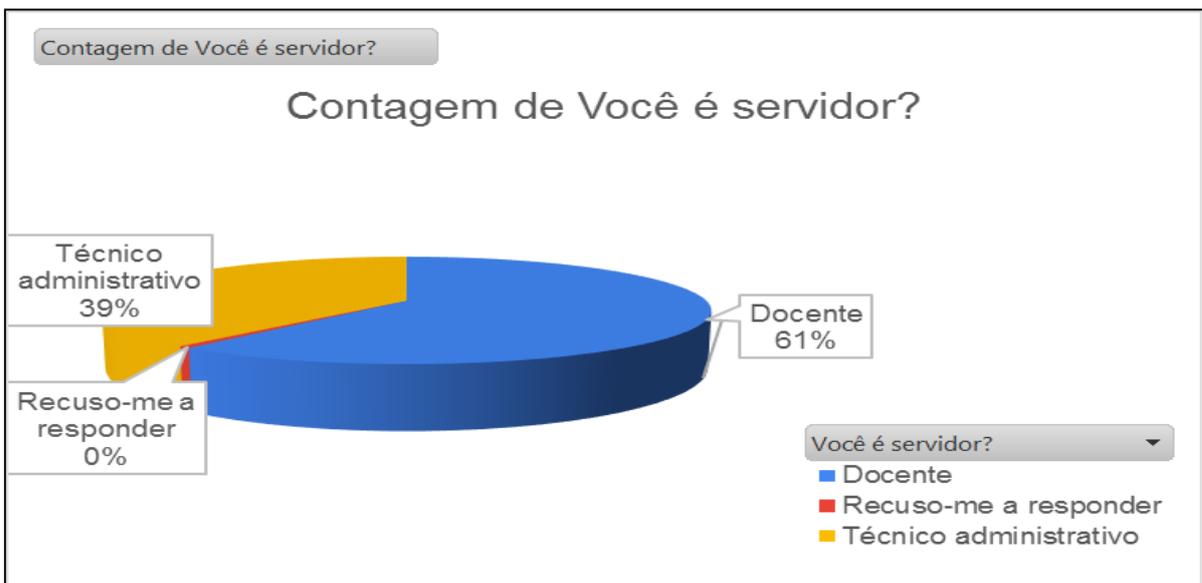
Gráfico 15 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem da Formação Acadêmica



Fonte: Elaboração própria.

Já sobre o tipo de servidor, entre os coordenadores de extensão, percebemos o mesmo alto índice de representação docente, posto que 61% deles são professores que atuam no cargo. Os demais coordenadores de extensão são servidores técnico-administrativos, que somam 39%, o restante da porcentagem. Notamos que um dos sujeitos se recusou a responder e está representado por 0% em nosso gráfico.

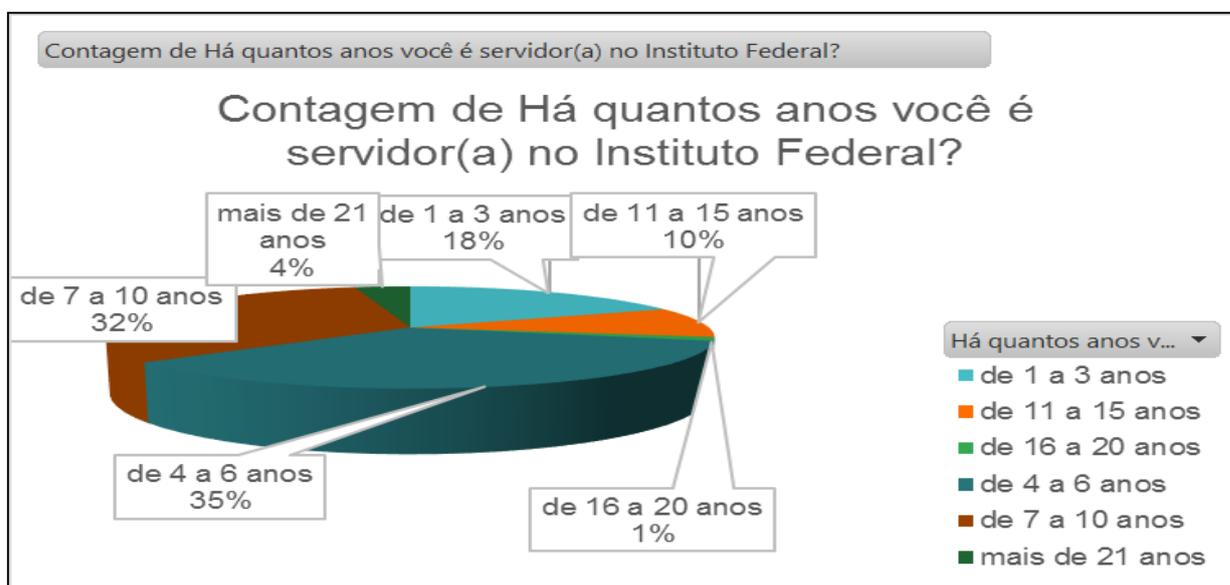
Gráfico 16 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Tipo de Servidor



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao tempo de atuação desses servidores no Instituto Federal, percebemos que há um equilíbrio de porcentagem dos que atuam no período de 4 a 6 anos e, também, no período de 7 a 10 anos, sendo a porcentagem representada por 35% e 32%, respectivamente. Os servidores mais recentes, que atuam no período de 1 a 3 anos totalizam 18%. Na sequência, temos os que atuam entre 11 a 15 anos, que somam 10% e, por fim, os que são servidores por mais de 21 anos, somando 4% desses servidores, como podemos observar no quadro a seguir.

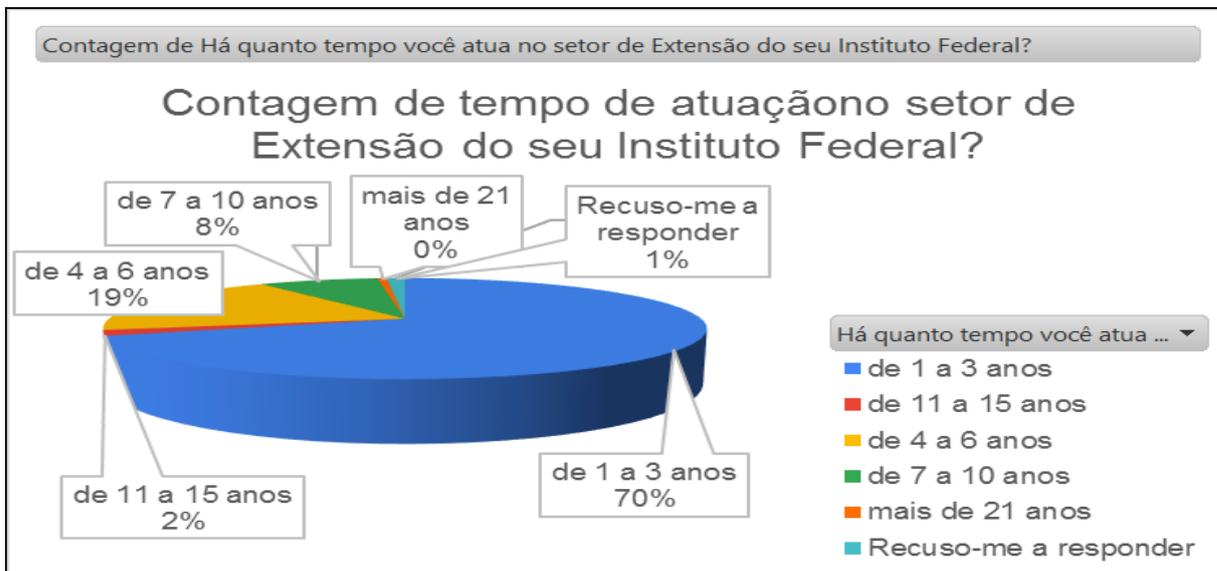
Gráfico 17 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de tempo como servidor do Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Dando sequência à nossa análise e tendo por base o tempo de atuação desses servidores com a extensão de seus *Campi*, percebemos que a porcentagem dos que atuam nesse setor por um período curto é enorme em comparação com os demais: a maioria dos colaboradores trabalha de 1 a 3 anos no cargo, o que totaliza o percentual elevadíssimo de 70%. Reforçamos que esse fenômeno também foi verificado nos segmentos analisados anteriormente e que temos a percepção de que essa “falta de experiência” com as ações extensionistas pode gerar um enfraquecimento da temática dentro dos IF.

Gráfico 18 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Extensão – Contagem de tempo como servidor no setor de Extensão do Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar a análise dos sujeitos que lidam com a extensão nos Institutos Federais, fizemos a aplicação do questionário, também, aos coordenadores de estágio, aqueles que são os responsáveis por parte fundamental da capacitação dos alunos, pois, no momento em que estagiam, é que eles adquirem o conhecimento com base nas ações diárias de seu trabalho nas empresas. Consoante com o que já esclarecemos, ressaltamos que, em nosso entendimento, o estágio está atrelado à extensão, mas essa realidade não é encontrada em todos os *Campi* dos Institutos Federais pesquisados. Alguns alocam o setor de estágio ao ensino, fator detalhado na sequência dessa análise, onde descrevemos separadamente, cada *Campus* dos IF.

Para análise desse segmento enviamos 200 e-mails aos servidores que lidam com o estágio e tivemos o retorno de 62 sujeitos. Esse número nos dá um percentual de 30,24%, garantindo-nos uma amostra significativa. Destacamos as respostas obtidas na tabela seguinte, e, na sequência, procedemos à análise individual das respostas, assim como fizemos em relação aos sujeitos de pesquisa anteriormente apresentados, por meio de gráficos.

Tabela 7 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio

Gênero	Idade	Formação Acadêmica	Você é servidor?	Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?	Há quanto tempo você atua no setor de Estágio do seu Instituto Federal?
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	mais de 21 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 11 a 15 anos
Masculino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Pós-doutorado	Docente	de 11 a 15 anos	recuso-me a responder
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	mais de 21 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 7 a 10 anos

Feminino	entre 44-49	Pós-doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Doutorado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 11 a 15 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	mais de 21 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	mais de 50	Doutorado	Docente	mais de 21 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	mais de 50	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 11 a 15 anos	recuso-me a responder
Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Pós-doutorado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Recuso-me a responder	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	mais de 50	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 7 a 10 anos	de 7 a 10 anos
Masculino	entre 18-25	Ensino Médio	Recuso-me a responder	recuso-me a responder	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Ensino Superior	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos

Feminino	mais de 50	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos
Feminino	entre 26-31	Ensino Médio	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Mestrado	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 11 a 15 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 38-43	Mestrado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Técnico administrativo	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 26-31	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 32-37	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 1 a 3 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Doutorado	Docente	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Masculino	entre 44-49	Mestrado	Técnico administrativo	de 4 a 6 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 32-37	Doutorado	Docente	de 7 a 10 anos	de 1 a 3 anos
Feminino	entre 44-49	Especialização (Pós-graduação Latu Senso)	Docente	de 7 a 10 anos	de 4 a 6 anos

Fonte: Elaboração própria.

Dando início à análise das respostas dos coordenadores de estágio, percebemos que, com relação ao gênero, 56% se declaram do gênero feminino e 44% se declaram do gênero masculino. Isso nos revela um equilíbrio entre os servidores desse segmento nesse quesito.

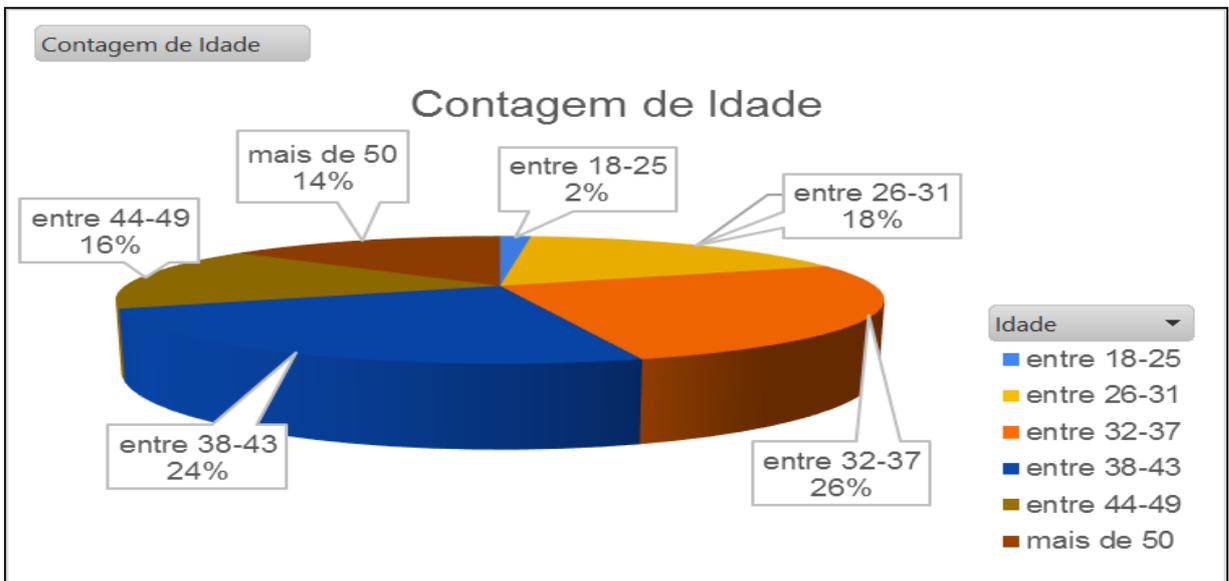
Gráfico 19 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de gênero



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a faixa etária dos coordenadores de estágio, podemos afirmar que há uma similaridade de percentual entre aqueles que têm de 32 a 37 anos e os que têm de 38 a 43 anos, totalizando 26% e 24%, respectivamente. Na sequência, surgem os coordenadores com idade entre 26 e 31 anos, com 18%. Com idade entre 44 a 49 anos, identificamos cerca de 16% e com mais de 50 anos, temos o percentual de 14%. Com a porcentagem mínima de 2%, encontramos os servidores com idade entre 18 e 25 anos.

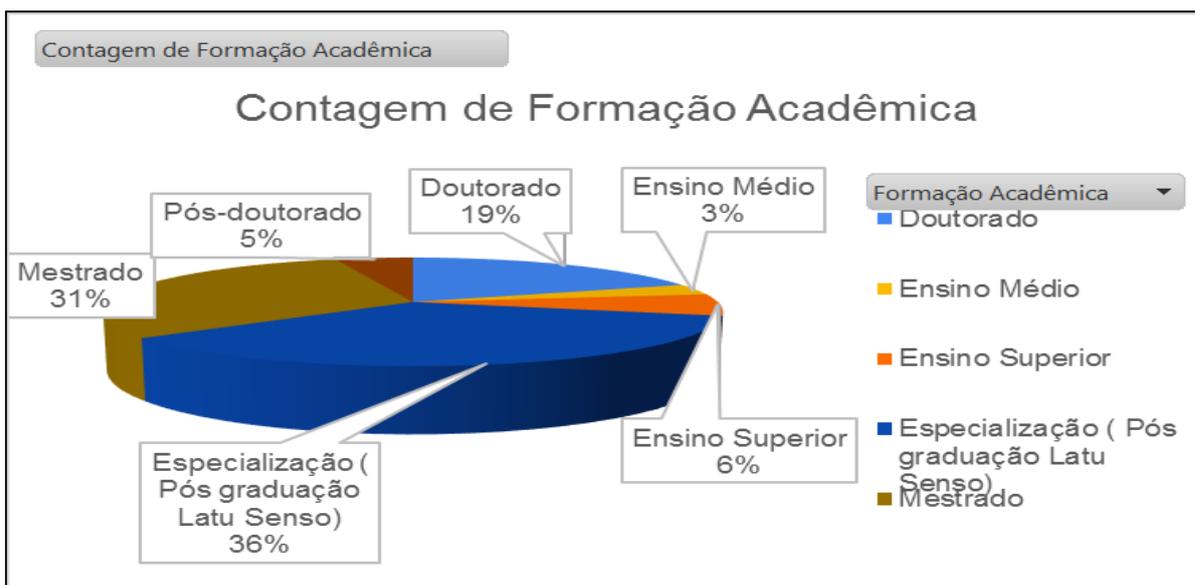
Gráfico 20 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de Idade



Fonte: Elaboração própria.

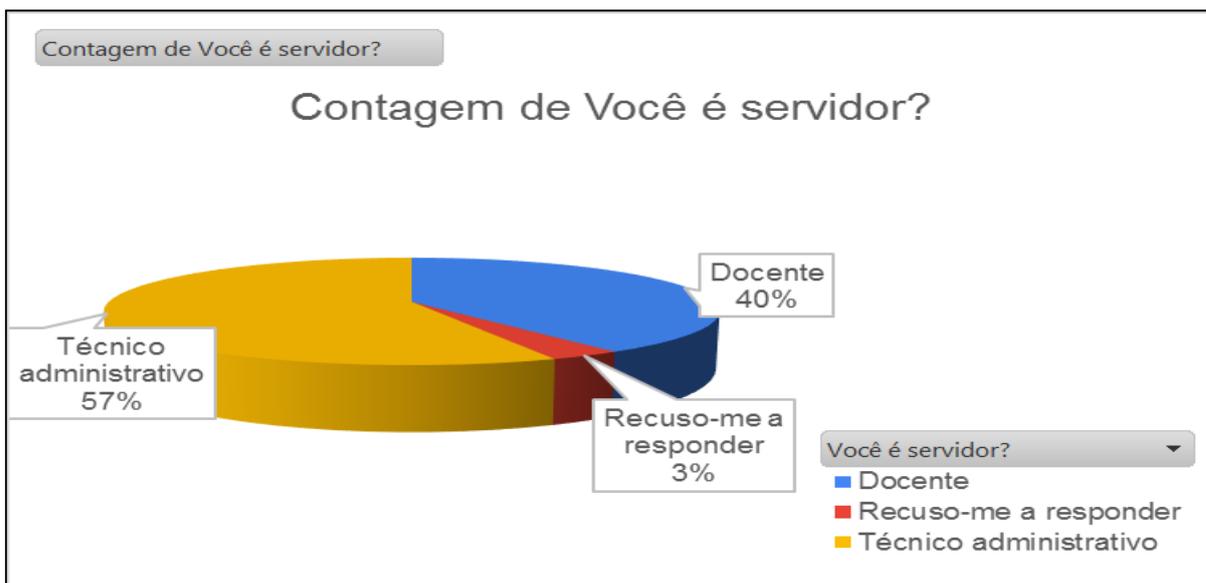
Sobre a formação acadêmica desses coordenadores, percebemos que 36% deles tem a titulação de Especialista. Na sequência, com uma porcentagem similar, localizamos 31% que possuem título de Mestre, seguida de 19% que têm título de Doutor e 5% que têm pós-doutorado. Os coordenadores de estágio que possuem o Ensino Superior, totalizam 6% e os que possuem apenas o Ensino Médio representam 3%.

Gráfico 21 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem da Formação Acadêmica



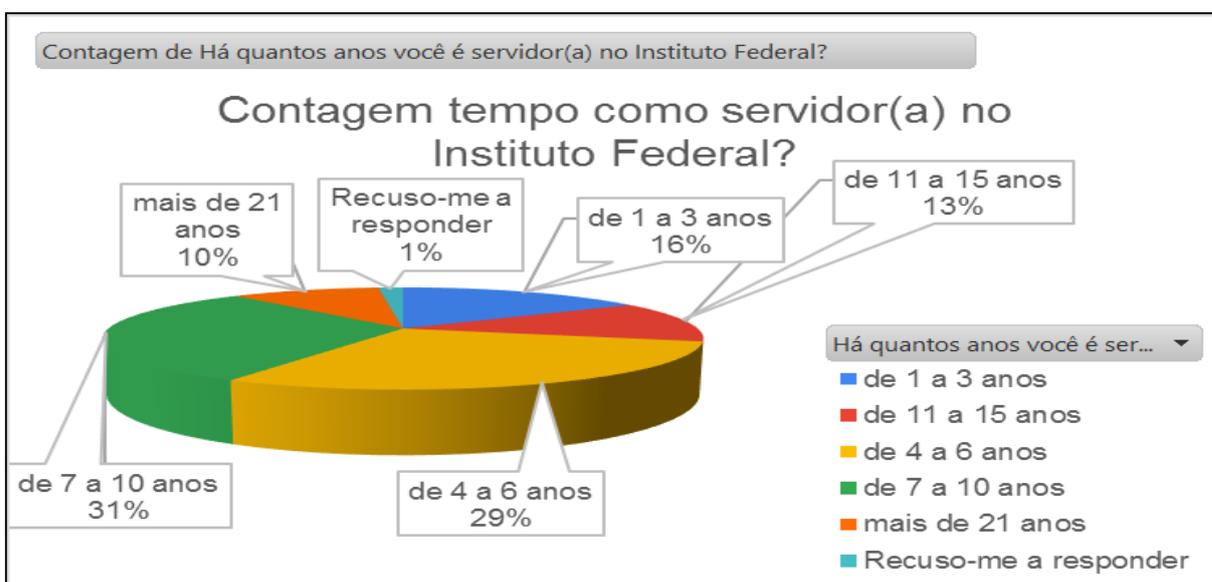
Fonte: Elaboração própria.

Ao observarmos o gráfico a seguir, notamos que 57% dos servidores que atuam nesse setor são técnicos-administrativos e 40% são docentes. Ressaltamos que 3% se recusaram a responder à pergunta. Nesse segmento, percebemos uma diferença entre os cargos e funções analisados anteriormente. Nos demais cargos, há uma predominância dos servidores docentes atuando como pró-reitores, diretores ou coordenadores de extensão e a maior parte dos coordenadores de estágio é técnico-administrativo. Acreditamos que isso se deve ao fato de esse serviço ser considerado mais burocrático que os demais, pois há a demanda de contratos, relatórios e demais documentação que pode caracterizar atividades mais administrativa para o servidor que atua nessa coordenação ou setor dos IF.

Gráfico 22 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Tipo de Servidor

Fonte: Elaboração própria.

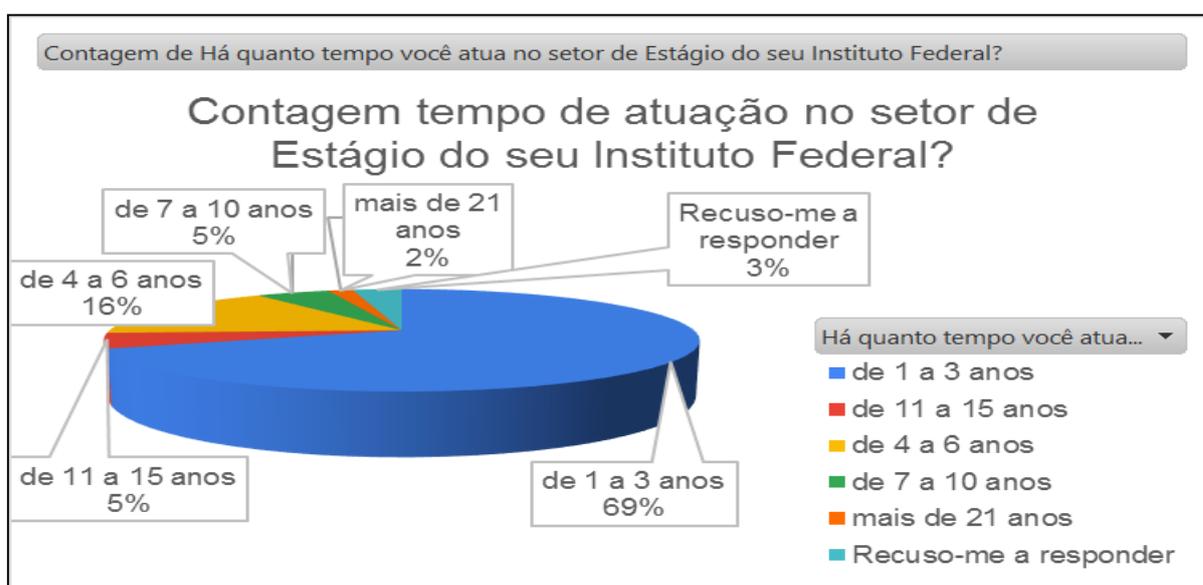
Quanto ao tempo de atuação nos Institutos Federais, podemos afirmar que 31% desses servidores atuam no período de 7 a 10 anos. Com uma porcentagem um pouco menor (29%), mas com um tempo similar, encontramos aqueles que são servidores pelo período de 4 a 6 anos. Os coordenadores que trabalham no IF no período de 1 a 3 anos totalizam 16% e, na sequência, estão aqueles que atuam de 11 a 15 anos, abrangendo 13%. Os que são servidores por mais de 21 anos, totalizam 10% e 1% se recusou a responder à pergunta.

Gráfico 23 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de tempo como servidor do Instituto Federal

Fonte: Elaboração própria.

Para finalizar nossa análise dos sujeitos no segmento coordenadores de estágio, bem como toda a análise de sujeitos proposta neste estudo, apresentamos o gráfico a seguir, que mostra o tempo de atuação desses coordenadores no setor de estágio de suas unidades dos Institutos Federais. Percebemos, com ampla porcentagem, 69%, os que atuam no período de 1 a 3 anos. Com porcentagem bem menor, 16%, surgem os que trabalham pelo período de 4 a 6 anos e 5% estão aqueles que atuam tanto pelo período de 7 a 10 anos quanto pelo de 11 a 15 anos. Os servidores que atuam por um período de mais de 21 anos representam apenas 2% desses coordenadores e 3% deles se recusaram a responder à pergunta. Mais uma vez, percebemos que há um grande percentual de servidores que atua por pouco tempo nesses cargos, como os demais cargos citados anteriormente, o que, de acordo com o nosso olhar, pode causar uma descontinuidade dos trabalhos com a temática estágio e extensão.

Gráfico 24 - Análise dos sujeitos de pesquisa – Coordenadores de Estágio – Contagem de tempo como servidor no setor de Estágio do Instituto Federal



Fonte: Elaboração própria.

Finalizamos, então, a análise dos sujeitos de pesquisa compreendendo que esses sujeitos são parte fundamental para o desenvolvimento da extensão em seus *Campi*. Ressaltamos a importância da temática aqui estudada, pois diz respeito a um dos princípios indissociáveis da educação, devendo, portanto, ser analisada e estudada constantemente.

Sobre os sujeitos aqui analisados dentro do universo dos Institutos Federais – foco do próximo item deste capítulo –, percebemos que não há uma hegemonia com relação ao gênero, não havendo apenas um deles nos cargos, assim como no que tange à idade, item no qual notamos bastante equilíbrio. No que diz respeito à titulação, percebemos que há um grande

percentual de servidores mestres e doutores, o que nos remete para a importância que o Instituto Federal atribui à qualificação dos seus funcionários. Pensamos que essa qualificação é fator fundamental para a busca constante da melhoria e qualidade de ensino nessas unidades.

Temos um olhar crítico apenas voltado ao tempo de atuação desses sujeitos nos cargos que, em todos os segmentos analisados, destacou-se o período de 1 a 3 anos. Acreditamos que, para um trabalho mais eficaz, faz-se necessário um tempo maior para que todos conheçam a temática extensionista e tenham familiaridade com ela, a partir de ações mais efetivas que podem ser colocadas em prática. Temos ciência, também, de que nos IF reitores e diretores gerais são eleitos e delegam cargos de confiança o que, na nossa perspectiva, pode ser prejudicial ao desenvolvimento da extensão, já que os mandatos costumam ter a duração de quatro anos, podendo ser prorrogado por igual período em caso de reeleição. Sendo assim, acreditamos que a troca constante de servidores nesses cargos, pode ocasionar um impacto negativo nas ações extensionistas dentro dos *Campi* dos IF.

3.4 Descrição dos Institutos Federais brasileiros com foco na extensão

Neste item, apresentamos a estrutura institucional do nosso universo de pesquisa: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em todo território nacional, a fim de podermos obter uma melhor contextualização da temática, bem como compreendermos a sua importância e contribuições para o país. Cabe ressaltar que a escolha por tais estabelecimentos se deu por fazermos parte do quadro de servidores técnico-administrativos efetivos do referido estabelecimento no estado de São Paulo, além de, conforme informações já explicitadas, termos contribuído na função de coordenadora de extensão pelo período de 5 anos.

Traçando um paralelo histórico da implantação dos institutos federais, verificamos que o seu início se deu a partir do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, que criou as dezenove Escolas de Aprendizes Artífices destinadas à oferta do ensino profissional gratuito brasileiro e deu origem à trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país. Após algumas alterações, em 1978, os Centros Federais foram criados para substituir as Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais existentes. Nesse período, houve várias ações de ampliação e criação de novas escolas técnicas que tinham sempre como objetivo a educação profissionalizante.

A transformação em Instituto Federal se deu em dezembro de 2008, por meio da aprovação da Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação,

elevando tais estabelecimentos de educação profissionalizante ao status de universidade, destacando-se pela autonomia¹⁴ dada aos *Campi* e tendo por objetivo sempre a melhoria em sua articulação, com vistas a trazer novos objetivos à educação. Assim, com a mencionada mudança, o Instituto passou a destinar 50% das vagas aos cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas aos cursos de licenciatura, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática, não abdicando dos cursos de formação inicial e continuada, tecnologias, engenharias e pós-graduação. Além dos cursos presenciais, o Instituto Federal passou a oferecer, também, cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD), a partir do ano de 2012.

Essa equiparação trouxe aos Institutos Federais vários benefícios, como o da autonomia, conforme já citado, e várias obrigações, como as garantias de leis existentes no tocante à educação em geral e suas peculiaridades, dentre as quais evidenciamos a temática de nosso estudo – a extensão –, consignada no artigo 207 de nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988), que coloca a extensão no patamar indissociável da educação superior, ensino-pesquisa-extensão:

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, CF, 1988)

A partir da aprovação e implementação da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a rede federal de educação passou a ter uma estrutura importante em âmbito nacional, contando com 39 Institutos localizados nos 26 estados do país e no Distrito Federal, conforme destacado no Quadro 5 a seguir:

¹⁴ Faz referência à autonomia que cada *Campus* obtém no que diz respeito à elaboração e/ou criação de cursos nas diferentes unidades de ensino.

Quadro 5 - Lista da criação dos Institutos Federais

INSTITUTOS	CRIAÇÃO
Acre	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre.
Alagoas	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba.
Amapá	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	Mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá.
Amazonas	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, da Escola Agrotécnica Federal de Manaus e de Escola Agrotécnica Federal São Gabriel da Cachoeira.
Bahia	
Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Mediante integração das Escola Agrotécnica Federal de Catu, Escola Agrotécnica Federal de Guanambi (Antônio José Teixeira), Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês e Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim.
Ceará	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e da Escola Agrotécnica Federal de Crato e Escola Agrotécnica Federal de Iguatu.
Distrito Federal	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília.
Espírito Santo	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, Escola Agrotécnica Federal de Colatina e Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa.
Goiás	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde e Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres.
Maranhão	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, da Escola Agrotécnica Federal de Codó, Escola

	Agrotécnica Federal de São Luís e Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras.
Mato Grosso	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso e Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.
Mato Grosso do Sul	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	Mediante integração da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina.
Minas Gerais	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e do Colégio Técnico Universitário da UFJF.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas	Mediante integração da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, Escola Agrotécnica Federal de Machado e Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.
Pará	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e Escola Agrotécnica Federal de Marabá.
Paraíba	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa.
Paraná	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.
Pernambuco	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim e Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina.
Piauí	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.
Rio de Janeiro	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis e do Colégio Agrícola Nilo Peçanha.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos e do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges.
Colégio Pedro II	Equiparado aos demais institutos por força da lei federal n.º 12.677, de 25 de junho de 2012.
Rio Grande do Norte	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte.
Rio Grande do Sul	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas e do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.
Rondônia	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.
Roraima	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima.
Santa Catarina	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	Mediante integração da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e Escola Agrotécnica Federal de Sombrio.
São Paulo	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.
Sergipe	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.
Tocantins	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	Mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

Fonte: Dados extraídos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 21 ago. de 2019. Elaboração própria.

Analisando a Tabela, percebemos que a criação dos Institutos Federais no Brasil se deu mediante a transformação de escolas técnicas federais, centros federais de educação e colégios técnicos. A partir de então, cada instituição pôde se utilizar de sua autonomia para expandir a rede federal de ensino em todo o território nacional. Atualmente, a rede de institutos federais conta, com uma estrutura de 39 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, 540 *Campi* plenos, 63 *Campi* avançados, 6 polos de inovação e 4 centros de referência.

De acordo com a Portaria 129, de 4 de maio de 2009, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), que normatiza a atribuição de denominações às diversas estruturas educacionais que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, as instalações de ensino dos Institutos Federais podem ser divididas entre *Campi*, polos de rede e núcleos avançados. De acordo com ela, compreendemos a nomenclatura da rede, *CAMPUS/ CAMPI*:

Art. 2º Denomina-se *CAMPUS* de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a unidade de ensino formalmente constituída na estrutura da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo funcionamento está condicionado ao ato de publicação de Portaria Ministerial específica.

§ 1º Em cada *CAMPUS* de Instituto Federal, incumbe ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, a responsabilidade pelas ações de implantação de infraestrutura física, manutenção de quadro de pessoal ativo permanente e alocação de recursos para as despesas correntes e de investimentos, sem prejuízo de eventuais parcerias que possam vir a ser firmadas pelo Instituto Federal, com vistas à potencializar a implantação de infraestrutura física.

§ 2º Poderá, eventualmente, cumprido os requisitos legais, haver a incorporação dos atuais CEFETs e suas respectivas UNEDs, bem como as unidades ainda vinculadas às Universidades Federais aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, passando a gozar o status de *CAMPUS*. (BRASIL, SETEC, 2009)

Percebemos que as unidades consideradas *Campus* são aquelas formalmente constituídas por Decreto e que têm por responsabilidade todas as suas ações, implantações, manutenção do quadro de servidores, alocação de recursos e investimentos. Com isso, podemos afirmar que essas unidades são as que possuem total autonomia em suas práticas educativas e administrativas.

No que diz respeito aos *Campi* Avançados ou Núcleos Avançados, a normativa descreve que:

Art. 3º Denomina-se NÚCLEO AVANÇADO a unidade de ensino destinada ao atendimento de demandas específicas por formação e qualificação profissional, cujo funcionamento resultará de entendimentos entre o Instituto Federal e entidade(s) parceira(s).

§ 1º A implantação de Núcleos Avançados deve levar em consideração a capacidade instalada no próprio Instituto Federal no que concerne à constituição e manutenção de quadro de pessoal, bem como às despesas com manutenção e gestão da unidade educacional.

§ 2º O Ministério da Educação poderá, de forma complementar e respeitando sua disponibilidade orçamentária, aportar recursos para a realização de investimentos na unidade, excluídos os dispêndios de que trata o § 1º.

§ 3º Os interessados na implantação de Núcleos Avançados deverão dirigir-se diretamente à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da respectiva área de abrangência territorial, sendo essa unidade entendida como a instância competente para verificação das condições objetivas de implantação dos Núcleos Avançados solicitados

§ 4º Na hipótese de ocorrência de doações imobiliárias para implantação de Núcleos Avançados, os respectivos bens imóveis poderão ser incorporados diretamente ao patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, sem a necessidade de interveniência por parte do Ministério da Educação. (BRASIL, SETEC, 2009)

Dessa forma, notamos que os *Campi* Avançados são aqueles criados de acordo com as demandas das unidades ou reitorias já existentes e devem ser implementados, sempre atrelados às condições de um *Campus* já estabelecido. Através de nossa experiência, percebemos que, por meio da ampliação da rede, muitos *Campi* novos foram criados, a princípio, como *Campus* Avançado, e, posteriormente, com base em seu crescimento e expansão, passou a ser denominado *Campus*.

No que diz respeito aos Polos de Rede ou Centros de Referência, a portaria descreve que:

Art. 4º Será permitido aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, respeitado sua área de atuação territorial, a operacionalização dos POLOS DA REDE.

Parágrafo único. Considera-se POLO DA REDE unidade de ensino instalada com financiamento de outros órgãos governamentais ou parceiros e que ofertem cursos de educação profissional e tecnológica com auxílio dos Institutos Federais, bem como das formas alternativas à oferta presencial, como Educação à Distância (EAD) e o Programa E-Tec Brasil. (BRASIL, SETEC, 2009)

Assim, os polos são as unidades instaladas com o financiamento de outros órgãos governamentais ou parceiros para a oferta das diversas modalidades de ensino já em vigor na rede federal. Os centros de referências, por sua vez, embora não constem explicitamente nessa normativa, geralmente são unidades voltadas ao trabalho de pesquisas tecnológicas e estão subsidiados às reitorias.

No total, atualmente, a rede federal de educação profissionalizante em todo país é composta por 613 unidades de ensino, dentre as quais não estão computadas a soma dos polos presenciais de educação a distância existentes nos estabelecimentos. Assim, descrevemos as estruturas firmadas em cada Estado e Distrito Federal, com enfoque na compreensão de como os IF lidam com a temática da extensão, a fim de que possamos ter a noção da amplitude da rede em âmbito nacional.

A princípio, destacamos o fato de a instituição ser uma autarquia pública, motivo pelo qual não há uma igualdade na distribuição de cargos, nomenclaturas e, até mesmo, um único modo de tratar a extensão entre os estados. Nesse sentido, é notória a percepção de que cada instituição tem a sua peculiaridade, o que nos levou a descrever e analisar individualmente o que cada um apresenta em sua estrutura – quantidade de *Campus* – e, também, como a extensão é aplicada dentro dela – cargos e divisões feitas dentro da instituição. Ressaltamos que as

análises propriamente ditas estão explicitadas no próximo capítulo, estando este item destinado apenas às descrições.

A seguir, elencamos Tabelas com a menção aos referidos estabelecimentos divididos por região: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, conforme destacado no mapa seguinte. Dessa forma, faremos nossa sequência de análise, a fim de garantir uma melhor observação e verificação dos dados. Cabe salientar que os dados apresentados foram retirados das páginas oficiais dos Institutos Federais.

Figura 2 - Mapa do Brasil por Região



Fonte: Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>>. Acesso em 24 abr. 2020.

3.4.1 Região Norte

A Região Norte é composta por sete estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Roraima (RR), Pará (PA), Tocantins (TO), Rondônia (RO). No tocante à rede de Institutos Federais existentes nessa região, chegamos aos seguintes dados.

Tabela 8 - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Norte

Instituto Federal	Reitoria	Campi	Campus Avançado	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Acre	1	5	1	-	-	6
Amapá	1	4	1	-	-	5
Amazonas	1	14	1	-	-	15
Pará	1	18	-	-	-	18
Rondônia	1	10	-	-	-	10
Roraima	1	4	1	-	-	5
Tocantins	1	8	3	-	-	11
Total	7	63	7	-	-	70

Fonte: Sites: IFAC¹⁵, IFAP¹⁶, IFAM¹⁷, IFPA¹⁸, IFRO¹⁹, IFRR²⁰, IFTO²¹. Elaboração Própria.

A partir deste momento, descrevemos os *Campi* que estão inseridos na Região Norte, os quais totalizam 70 unidades, sendo 63 *Campi* Plenos e 7 *Campi* Avançados. Nela, cada estado conta com uma Reitoria.

➤ Acre

O estado do Acre conta, atualmente, com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). A rede possui 6 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 5 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado. São eles: Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Rio Branco, Rio Branco Avançado Baixada do Sol, Xapuri e Tarauacá.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFAC, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes

¹⁵ Disponível em: <<https://portal.ifac.edu.br/>>. Acesso em: 09 mai. de 2019.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ifap.edu.br/index.php>>. Acesso em: 19 jul. de 2019.

¹⁷ Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/>>. Acesso em: 19 jul. de 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.ifpa.edu.br/>>. Acesso em: 07 ago. de 2019.

¹⁹ Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/>>. Acesso em: 17 set. de 2019.

²⁰ Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/>>. Acesso em: 08 jan. de 2020.

²¹ Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/>>. Acesso em: 23 jan. de 2020.

setores: a Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade (DIEAS); a Coordenação de Arte, Cultura e Cidadania (COACC); a Coordenação de Esporte e Lazer (COEL); a Diretoria de Extensão Tecnológica (DIEXT); e a Coordenação de Extensão (COEXT). Essa equipe tem por objetivo planejar e coordenar as ações e atividades de extensão e relações com a sociedade realizadas na instituição.

Nos *Campi* do IFAC, há uma estrutura bem similar. Nos *Campi* Cruzeiro do Sul e Rio Branco Avançado Baixada do Sol encontramos a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN) e a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPIE) para tratar da temática de extensão. Já nos demais *Campi* do IFAC - Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Tarauacá – encontramos a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN), a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Extensão (COPIE) e a Coordenadoria de Estágio (COEST).

➤ **Amapá**

O estado do Amapá conta, atualmente, com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), sendo um dos menores estabelecimentos em quantidade de *Campi*. A Rede possui 5 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 4 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado. São eles: Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande, Santana e Avançado Oiapoque.

Nele, existe, também, uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFAP, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Direção de Extensão (DIREXT), a Coordenação de Extensão (COEXT), a Coordenação de Estágios e Egressos (COEEG), a Coordenação de Ações Empreendedoras (COAEMP), a Coordenação do Programa Leitores Franceses, a Coordenação Programa Mais Cultura, o Setor de Ações Inclusivas e Diversidade, o Setor de Relações Internacionais e o Setor de Inovação Tecnológica. Nesse IF, encontramos setores com nomenclaturas iguais aos demais e outras mais específicas como é o caso da Coordenação de Leitores Franceses, por conta de sua localização geográfica que faz fronteira com a Guiana Francesa, como podemos observar na Figura 2 a seguir:

Figura 3 – Mapa do Estado do Amapá



Fonte: Disponível em: <<https://pt.mapsofworld.com/brasil/estados/amapa.html>>. Acesso em: 28 jan. de 2020.

No que diz respeito à estrutura, em sua maioria, os *Campi* do IFAP adotam as mesmas funções internamente. Os *Campi* Laranjal do Jari, Porto Grande e Santana têm a mesma estrutura para lidar com a extensão. Eles possuem um Departamento de Pesquisa e Extensão (DEPEX) e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX), junto a essa coordenação, encontramos os seguintes setores: Setor de Inovação e Empreendedorismo, Setor de Estágio e Egressos (SETEEG) e Agente de Inovação Tecnológica (NIT).

O *Campus* Macapá possui uma nomenclatura diferente dos demais. A estrutura de extensão dentro desse *Campus* é formada pelo Departamento de Pesquisa e Extensão (DEPEX), pela Seção de Gerenciamento de Atividades de Extensão (SEAEXT) e pela Seção de Gerenciamento de Estágio e Egresso (SEEG).

Por fim, no *Campus* Avançado Oiapoque, encontramos apenas um setor de extensão, com apenas um responsável.

➤ Amazonas

O estado do Amazonas também conta com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). A Rede possui 15 *Campi* espalhados pelo estado, sendo todos considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no Amazonas são: Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Avançado Manacapuru, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.

Assim como nos IF analisados anteriormente, o IFAM tem uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão e Produção (DIEPXP), a Coordenação Geral de Programas, a Coordenação de Projetos e Eventos (CGPPE), a Coordenação Geral de Cursos e Ações Inclusivas (CGCAI), a Coordenação Geral de Relações Institucionais e Cooperações (CGRIC), a Coordenação Geral de Empreendedorismo e Incubadoras (CGEI), a Coordenação Geral do Comitê Gestor Central do PRONATEC²² e a Coordenação Geral de Cursos e Eventos (CGCE).

Nos *Campi* do IFAM encontramos diversos tipos de formação da equipe que trabalha com a temática de extensão. Alguns *Campi* têm suas estruturas bem definidas, sendo que uns requerem um pouco mais de atenção e outros têm a mesma estrutura, mas com nomes diferentes. Por isso, vamos descrevê-los individualmente para que tenhamos uma melhor compreensão.

No *Campus* Coari, encontramos o Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação e a Coordenação de Extensão, Estágios, Egressos, Projetos e Relações Comunitárias, setores específicos que tratam da temática aqui estudada. Ressaltamos que a mesma coordenação cuida de ações de extensão, estágios, egressos e relações comunitárias, um enorme campo para atuação.

Nos *Campi* Eirunepé, Maués, Tabatinga e Avançado Manacapuru temos a mesma estrutura: o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a Coordenação de Extensão (COEX) e a Coordenação de Integração Escola Empresa (CIEE). O *Campus* Parintins possui a mesma estrutura dos *Campi* citados anteriormente, mas com nomenclaturas e siglas diferentes,

²² O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

a saber: o Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (DEPEP), a Coordenação de Extensão (COEX), e o Setor de Estágio Curricular (SEST).

No *Campus* Humaitá, a estrutura é a seguinte: Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), Coordenação de Extensão (COEX), Coordenação de Relação de Estágio e Egresso (CREE), bem como os setores: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) e Centro de Idiomas (CI-IFAM). Aqui, encontramos a particularidade da inserção do NAPNE na Coordenação de Extensão.

No do *Campus* Itacoatiara, encontramos um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), uma Coordenação de Extensão (COEX) e um Setor de Estágio e Egressos.

No *Campus* Lábrea, verificamos o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a Coordenação de Extensão (CEX), a Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIIE) e a Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

O *Campus* Manaus Centro tem uma estrutura ampla de atuação na área de extensão, a seguir: a Diretoria de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC), a Coordenação de Cursos de Qualificação Profissional (CCQP), a Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEE), o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), o Núcleo de Empreendedorismo e Incubação de Empresas (AYTY) e a Coordenação do Centro de Idiomas (CIIFAM).

No *Campus* Manaus Distrito Industrial, notamos uma nomenclatura inicial diferenciada dos demais *Campi*. A extensão está atrelada ao Órgãos de Assistência Direta e Imediata (Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias), que, por sua vez, tem a seguinte estrutura: o Departamento de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias (DEREC), a Coordenação de Estágios e Egressos (CEE), a Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias (CPRC), a Coordenação de Assistência Comunitária e Ações Inclusivas (CACAI) e a Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor (CAES).

No site do *Campus* Manaus Zona Leste, não conseguimos localizar informações sobre a existência de coordenações na área de extensão, o que prejudica nossa análise. Localizamos apenas o Departamento de Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica (DEPIT) e a Coordenação de Integração Escola-Comunidade (CIEC).

No *Campus* Presidente Figueiredo, há o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e a Coordenação de Extensão (COEX).

No *Campus* São Gabriel da Cachoeira, podemos encontrar a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a Coordenação Geral de Produção e Extensão (CGPEX), a Coordenação de Cursos de Extensão (CCEX) e a Coordenação de Estágio (CES).

Para finalizar, no *Campus* Tefé, verificamos o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a Coordenação de Extensão (COEX) e a Coordenação de Estágio (CES).

➤ **Pará**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) possui 18 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no IFPA são: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Conceição Araguaia, Marabá Industrial, Rural Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFPA, a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX). Junto a ela há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais (DIREX), a Assistência da Pró-Reitoria, a Coordenação de Extensão e Estágio (CEE), o Setor de Egresso e Observatório do Trabalho (SEOT), a Coordenação de Relações Interinstitucionais (CORI), a Coordenação de Geral do PRONATEC e a Coordenação de Arte, Cultura e Esporte e Lazer, dentro dessa Coordenação existe o Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e o Núcleo de Esporte e Lazer (NEL). A PROEX do IFPA tem um programa de ação extensionista junto aos *Campi* denominado de Programa Institucional de Auxílio às Atividades de Extensão (PROEXTENSÃO), que tem por objetivo fazer com que haja o fortalecimento da educação por intermédio de atividades interdisciplinares em diferentes áreas de atuação, sempre buscando a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão.

O IFPA tem uma estrutura diferente entre seus *Campi*, mas similar entre si, pois todos têm o objetivo de lidar com a extensão.

Nos *Campi* Altamira e Itaituba encontramos um Departamento de Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Inovação (DIPEXT) e um Setor de Estágio para lidar com a extensão do *Campus*. O *Campus* Itaituba, ao invés do Setor de Estágio, possui uma Coordenação de Extensão e Estágio. Já no *Campus* Ananindeua, existe uma Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação (DDE) e uma Coordenação de Extensão e Relações Externas.

O *Campus* Belém tem uma estrutura mais ampla para lidar com a nossa temática de estudo. Nele, encontramos a Diretoria de Extensão (DEX), a Secretaria de Extensão (SDEX), a Divisão de Programas de Extensão (DPEX), a Divisão de Integração *Campus*- Empresa (DICAIE), o Observatório do Mundo de Trabalho, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM), o Núcleo e estudos Afrobrasileiros (NEAB), o Centro de Idiomas (CENI) e o Comitê Gestor Interno de Acompanhamento aos Egressos (CGIPE).

O *Campus* Breves também tem uma estrutura ampla para lidar com a extensão, mas com nomenclaturas diferentes. Nele, encontramos o Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão (DE), a Coordenação de Extensão, o Setor de Estágio e Integração Escola-Comunidade, o Comitê Gestor Interno de Acompanhamento aos Egressos, o Comitê Gestor do Observatório do Mundo de Trabalho, o Núcleo de Esporte, Cultura e Lazer, o Núcleo de Arte, Cultura e Lazer e a Coordenação do Centro de Línguas.

No *Campus* Bragança, temos a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Estágio. Já o *Campus* Cameté conta com a Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e a Coordenação de Extensão para atuar com as ações extensionistas do estabelecimento.

O *Campus* Castanhal também conta com uma Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão (DPPGIEX). Em Castanhal, temos, além da DPPGIEX, a Coordenação de Extensão e Estágio e o Núcleo de Esporte, Lazer, Arte e Cultura (NELAC).

No *Campus* Conceição Araguaia, localizamos a Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação, a Coordenação Geral de Extensão e o Setor de Estágio e Integração Comunidade e Empresa.

No *Campus* Marabá Industrial, existe a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação (DEPEPI), o Departamento de Extensão, o Setor de Estágio e o Comitê de Pesquisa e Extensão. Já o *Campus* Marabá Rural conta com um Departamento de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (DIEPE).

O *Campus* Óbidos conta com um Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão e uma Coordenação de Extensão para lidar com as questões extensionistas do *Campus*.

O *Campus* Paragominas tem uma Coordenação de Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Estágio. Já no *Campus* Parauapebas, encontramos uma Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação, um Setor de Extensão e um Setor de Estágio.

O *Campus* Santarém conta com um Departamento de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão, uma Coordenação Geral Extensão e um Setor de Estágio. O *Campus*

Tucuruí possui uma Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão (DEPEX), uma Coordenação Geral Extensão e um Setor de Estágio e Integração com a Comunidade e Empresa. Por fim, temos o *Campus* Vigia que tem uma Diretoria de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão

Não conseguimos localizar informações sobre o *Campus* Abaetetuba.

➤ **Rondônia**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) possui 10 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no IFRO são: Ariquemes, Cacoal, Colorado, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama e Vilhena.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFRO, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Programas e Projetos de Extensão, a Coordenação de Inclusão Social e Produtiva (CISPRO), a Coordenação de Cultura, Esporte e Cidadania (COCEC) e a Coordenação de Integração Ensino e Sociedade (CIES).

Nos *Campi* Ariquemes, Cacoal e Colorado encontramos o Departamento Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (DIEPE), o Departamento de Extensão (DEPEX) e, dentro desse departamento, existe a Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e a Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC).

No *Campus* Guajará-Mirim, há um Departamento de Extensão (DEPEX), uma Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC), uma Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e uma Coordenação de Comunicação e Eventos (CCOM).

Já os *Campi* Ji Paraná, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama e Vilhena possuem uma estrutura bem parecida com os *Campi* citados anteriormente, mas com um departamento a menos. Com isso, nesses *Campi*, temos um Departamento de Extensão (DEPEX), uma Coordenação de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e uma Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC).

O *Campus* Jaru conta com uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (DPEX) e uma Coordenação Adjunta do PRONATEC.

O *Campus* São Miguel do Guaporé possui apenas uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPE).

➤ Roraima

O estado de Roraima conta com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), sendo uma das menores unidades em quantidade de *Campi*, ao lado do IFAP. A rede possui 5 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 4 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado. Os *Campi* existentes em Roraima são: Amajari, Avançado do Bonfim, Boa Vista Centro, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso.

Há, também, uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFAP, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: Pró-Reitora de Extensão (PROEX), Diretoria de Políticas de Extensão, Articulação e Parcerias (DIPEAP), Coordenação de Programas e Registro de Extensão (COPRE), Núcleo de Esporte e Cultura, Coordenação de Empreendedorismo (COEM), Coordenação de Relações Internacionais (CRI), Núcleo Pedagógico e Núcleo do Observatório do Mundo do Trabalho.

Sobre a temática extensão nos *Campi*, temos uma similaridade de setores dentro do IFRR, excetuando o *Campus* Boa Vista Centro, que possui uma equipe grande para tratar de extensão, como vemos a seguir. Assim, no *Campus* Boa Vista Centro, a extensão é cuidada pela seguinte equipe: Diretoria de Extensão (DIREX), Coordenação de Convênios (CCAC), Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (CEAEG), Coordenação de Projetos de Extensão (CPE), Coordenação de Formação e Qualificação (CFIC), Coordenação de Cultura e Lazer (CCL), Coordenação de Esportes (CES) e Coordenação Programa Mulheres Mil.

Nos *Campi* Amajari, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso encontramos a Coordenação de Extensão (CODEX). Fator de importante relevância é que encontramos, neles, um setor responsável para tratar apenas da temática da extensão. Já no *Campus* Avançado do Bonfim, por conta de ter uma estrutura reduzida, verificamos apenas uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX).

➤ Tocantins

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) possui 11 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo 8 *Campi* Plenos e 3 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFTO são: Araguaína, Araguatins, Avançado Formoso do Araguaia, Avançado Lagoa da Confusão, Avançado Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFTO, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Relações Institucionais (DREI), a Coordenadoria de Relação e Assuntos Internacionais, a Diretoria de Extensão (DIREX) e a Coordenadoria de Arte e Cultura.

Nos *Campi* Araguaína, Araguatins e Gurupi encontramos uma Coordenação de Extensão.

O *Campus* Paraíso do Tocantins conta com uma Coordenação de Extensão e Projetos Especiais, diferenciando-se dos *Campi* mencionados acima apenas pela nomenclatura. Já no *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, verificamos um responsável pela Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O *Campus* Avançado Lagoa da Confusão conta com um Setor de Extensão que está atrelado à Gerência de Ensino (GE). Já o *Campus* Avançado Pedro Afonso tem, também, um Setor de Extensão, o qual, no entanto, está atrelado à Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão (GEPE).

O *Campus* Colinas do Tocantins possui uma Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Extensão (CPPI) e, no *Campus* Dianópolis, encontramos uma Coordenadoria de Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação (COPEX).

No *Campus* Palmas, verificamos uma estrutura maior para lidar com as ações extensionistas. Nesse *Campus*, encontramos a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenadoria de Extensão e Relações Empresariais (CERE) e o Centro de Artes e Cultura. Por fim, o *Campus* Porto Nacional possui uma Coordenação de Programas e Projetos de Extensão (CPPE).

3.4.2 Região Nordeste

A Região Nordeste é composta por nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Sergipe (SE).

No tocante à rede de Institutos Federais existentes nessa região chegamos aos seguintes dados destacados na Tabela a seguir:

Tabela 9 - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Nordeste

Instituto Federal	Reitoria	Campi	Campus Avançado	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Alagoas	1	15	1	-		16
Bahia	1	21	1	1		23
Baiano	1	14	-	-		14
Ceará	1	30	3	1		34
Maranhão	1	26	3	-		29
Paraíba	1	19	2	1		22
Pernambuco	1	16	-	-		16
Sertão de Pernambuco	1	7	-	-		7
Piauí	1	17	3	-		20
Rio Grande do Norte	1	18	3	-	-	21
Sergipe	1	10	-	-	-	10
Total	11	193	16	3	-	212

Fonte: Sites: IFAL²³, IFBA²⁴, IFBAIANO²⁵, IFCE²⁶, IFMA²⁷, IFPB²⁸, IFPE²⁹, IFSERTÃO-PE³⁰, IFPI³¹, IFRN³² e IFS³³. Elaboração própria.

Os *Campi* inseridos nessa região totalizam 212 *Campi*, sendo 193 *Campi* Plenos e 16 *Campi* Avançados e 3 Polos Avançados. Cada Instituto conta com uma Reitoria, contudo, cabe destacar que os estados da Bahia e Pernambuco contam com 2 IF cada.

➤ Alagoas

O estado de Alagoas conta atualmente com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). A Rede possui 16 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 15 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado. Os *Campi* existentes em Alagoas são: Arapiraca, Batalha, Avançado Benedito Bentes, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa.

²³ Disponível em: < <https://www2.ifal.edu.br/> Acesso em: 18 jul. 2019

²⁴ Disponível em: < <https://portal.ifba.edu.br/> Acesso em: 22 jul. 2019.

²⁵ Disponível em: < <http://ifbaiano.edu.br/portal/> Acesso em: 23 jul. 2019.

²⁶ Disponível em: < <https://ifce.edu.br/> Acesso em: 24 jul. 2019.

²⁷ Disponível em: < <https://portal.ifma.edu.br/inicio/> Acesso em: 30 jul. 2019.

²⁸ Disponível em: < <https://www.ifpb.edu.br/> Acesso em: 16 ago. 2019.

²⁹ Disponível em: < <http://portal.ifpe.edu.br/> Acesso em: 02 set. 2019.

³⁰ Disponível em: < <https://www.ifsertao-pe.edu.br/> Acesso em: 05 set. 2019.

³¹ Disponível em: < <http://libra.ifpi.edu.br/> Acesso em: 05 set. 2019.

³² Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/> Acesso em: 02 set. 2019.

³³ Disponível em: < <http://www.ifs.edu.br/> Acesso em: 23 jan. 2020.

Existe, também, uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFAL, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Coordenação de Projetos, a Coordenação de Ações Comunitárias (CAC), a Assessoria de Extensão, a Coordenação de Cursos e Eventos (CEE) e a Coordenação de Relações Institucionais (CRI).

Nos *Campi* Arapiraca, Maragogi, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos há apenas a presença de uma Coordenação de Extensão.

Já no Campus Satuba, encontramos uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE).

No *Campus* Batalha, há uma Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio. Assim como nos *Campi* Viçosa, Rio Largo e Coruripe a Coordenação existente é de Pesquisa e Extensão.

No que tange ao *Campus* Avançado Benedito Bentes, não conseguimos localizar a extensão. No *Campus* Maceió, encontramos a presença de uma Direção de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, uma Coordenação de Extensão e uma coordenação de Integração Escola – Empresa (CIEE) para lidar com estágios. Por fim, no *Campus* Marechal Deodoro, existe uma Direção de Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Extensão.

➤ Bahia

O estado da Bahia conta com dois Institutos Federais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), os quais descrevemos a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) possui 23 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 21 *Campi* Plenos e 1 Núcleo Avançado, 1 *Campus* Avançado e 1 Polo Avançado. De acordo com o site oficial da Instituição, 02 *Campi* estão em processo de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso. Há, também, 5 centros de referência em construção que ficarão localizados nas cidades de Itatim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e Monte Santo.

Os *Campi* existentes no IFBA são: Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo

Afonso, Polo de Inovação, Porto Seguro, Salvador e Núcleo Avançado Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Avançado Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFBA, a pró-reitoria de extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria Executiva (DIREX), o Departamento de Programas e Projetos (DPP), o Departamento de Relações Empresariais (DRE), o Departamento de Relações Comunitárias (DRC) e o Departamento de Ações de Cultura, Esporte e Lazer (DACEL).

A estrutura da extensão não é única a todo o IFBA. Os *Campi* se organizam de forma diferente, independente e com nomenclaturas diferenciadas, como notamos a seguir.

Nos *Campi* Barreiras, Eunápolis, Irecê, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista encontramos a presença de uma Coordenação de Extensão. Fator importante, pois percebemos que ao menos há um setor refletindo sobre a temática. Uma questão notória que nos traz curiosidade é o fato de em um mesmo IF, no caso o IFBA, as siglas utilizadas para o mesmo setor, Coordenação de Extensão, serem diferentes. No *Campus* Eunápolis, é utilizada a sigla COPEX, que faz alusão à pesquisa também, mas não se trata de uma coordenação para cuidar das duas temáticas. Nesse *Campus*, há uma outra coordenação voltada à pesquisa. Nele, encontramos, também, a Coordenação de Relações Institucionais Estágio e Egressos (CRIEE). Outros *Campi* do IFBA utilizam a sigla COPEX para definir a Coordenação de Extensão. Nos *Campi* Irecê, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista, a sigla utilizada para a Coordenação de Extensão é COEXT.

No *Campus* Camaçari, encontramos a presença de uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX). Ressaltamos que, mesmo contendo o nome Pesquisa na nomenclatura dessa coordenação, há um outro setor para cuidar da temática no *Campus*. A forma de nomeação nos traz estranheza, pois parece ser um setor destinado a cuidar de dois assuntos. Em nossa análise, observamos que não vem a ser o caso desse *Campus*.

Em Camaçari existe, também, a Coordenação de Extensão que ora é encontrada como Coordenação de Pesquisa e Extensão, ora como Coordenação de Estágio e Empregos (CEE), o que nos leva à compreensão de que há uma equipe para lidar com questões de extensão e outra para o estágio.

Nos *Campus* Euclides da Cunha, localizamos a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Estágio e Egressos. Já no *Campus* Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus, localizamos uma Coordenação de Extensão e Estágio, remetendo-nos à ideia de que apenas um setor cuida das duas questões concomitantemente.

O *Campus* Ilhéus tem a sua estrutura de extensão formada pela Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) e pela Coordenação de Estágio (COEST) ou Relações Institucionais e Estágio. É importante ter a diferenciação entre extensão e estágio, mas, nesse *Campus*, percebemos que a pesquisa está atrelada à extensão. Já nos *Campi* Jacobina, Juazeiro e Santo Amaro, encontramos a Coordenação de Extensão (COEX) e a Coordenação de Estágio e Egressos (CEE).

No *Campus* Porto Seguro, verificamos a mesma Coordenação (COEX) e a Coordenação de Estágio (COEST). Nesse caso, há uma diferença na sigla e no fato de o *Campus* Porto Seguro não apresentar, nela, o esclarecimento de que esse setor cuida dos egressos. No *Campus* Simões Filho, encontramos a Coordenação de Estágio, assim como no *Campus* Porto Seguro, e a Coordenação de Extensão e Inovação nome que até então não havia aparecido no IFBA.

No *Campus* Jequié, verificamos a Coordenação de Extensão e Relações Comunitárias (CERC) e a Coordenação de Estágio.

No *Campus* Paulo Afonso, encontramos a Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão.

O *Campus* Salvador e Núcleo Avançado Salinas da Margarida possuem, juntos, uma equipe bem estruturada para lidar com a extensão. Eles contam com uma Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias (DIREC), uma Coordenação de Atividades de Extensão (CAE), uma Coordenação de Estágio e Egressos (CEE), uma Coordenação de Projetos e Convênios (CPC) e uma Coordenador de Relações Institucionais (CRI).

No *Campus* Seabra, encontramos um Departamento de Extensão. Ligado a ele, temos o setor de Estágios e Relações Empresariais, um setor de Relações Comunitárias e um setor Egressos.

No *Campus* Brumado, notamos apenas uma Divisão de Estágio, Egressos e Relações Institucionais (DIEER), não sendo possível verificar se esta divisão está atrelada às atividades extensionistas.

Para finalizar a descrição dos *Campi* do IFBA, temos o *Campus* Valença que conta com uma Diretoria de Ensino (DE) e uma Coordenação de Extensão. Cabe ressaltar que não foi possível localizar informações sobre a temática analisada no decorrer da pesquisa sobre o *Campus* Avançado Ubaitaba e o Polo de Inovação, pois, nos sites oficiais das referidas instituições, essas informações não estão disponibilizadas.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) possui 14 *Campi* espalhados pelo estado e agrega as antigas Escolas Agrotécnica Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARC) presentes na Bahia. Os *Campi* existentes no IFBAIANO são: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique.

Há uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFBAIANO, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Coordenação Geral de Programas e Projetos de Extensão (CPPEX), a Coordenação Geral de Difusão Técnico-Científica Cultural (CDTC) e a Coordenação Geral de Qualificação Profissional (CFIC).

Em todos os *Campi* do IFBAIANO há uma Coordenação de Extensão. Apenas no *Campus* Catu, ao invés da nomenclatura citada anteriormente, é utilizada a denominação Coordenação do Núcleo de Extensão. Acreditamos que, nesse *Campus*, por conta da expressão Núcleo, haja uma equipe formada. Mas, no site oficial, isso não está claro.

Pesquisando nos sites dos *Campi* também não foi possível localizar se essa mesma coordenação é responsável pelos estágios ou mesmo pelos egressos.

➤ Ceará

O estado do Ceará conta, atualmente, com um dos maiores institutos federais em quantidade de *Campi*, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A rede possui 33 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 31 *Campi* Plenos, 2 *Campi* Avançados e 1 Polo de Inovação. São eles: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Avançado Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, *Campus* Avançado Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFCE, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria, há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Assistência da Pró-reitoria de Extensão, o Departamento de Extensão Acadêmica, a Coordenadoria de Cursos e Projetos de Extensão, a Coordenadoria de Estágios e

Acompanhamento de Egressos, o Departamento de Extensão Social e Cultural, a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, a Coordenação de Empreendedorismo e Incubadoras e a Coordenadoria de Arte e Cultura.

Nos *Campi* do IFCE, não há uma estrutura única presente, havendo, no entanto, certa similaridade entre eles. Verificamos algumas possibilidades que o IFCE utiliza para administrar seus *Campi* com relação à extensão. Uma forma de administração é através de uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPE), que é uma das formas mais utilizadas no IFCE, podendo ser observada nos *Campi*: Aracati, Baturité Boa Viagem, Camocim, Caucaia, Jaguaribe, Morada Nova, Paracuru, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Ressaltamos que os *Campi* Aracati e Caucaia, além de terem o formato mencionado, contam, também, com um Setor de Estágio dentro dessa coordenação e, no Campus Camocim, além dessa coordenação encontramos um Departamento de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação.

Outro tipo de administração da extensão pelo IFCE, é a existência da Coordenação de Extensão constatada nos seguintes *Campi*: Acaraú, Canindé, Crateús, Itapipoca e Quixadá. Nos demais, há uma estrutura diferenciada, mas, para nós, mais equilibrada, por conta da existência de um departamento de extensão.

No *Campus* Cedro, há um Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, mas a coordenação existente não apresenta, nem em sua nomenclatura, a temática extensão. A coordenação desse *Campus* é a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

O *Campus* Crato tem uma estrutura mais completa. Nele, existe um Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção, a Coordenação de Extensão, a Coordenação Integração Escola e Sociedade e a Coordenação de Estágio e Egressos.

No *Campus* Fortaleza, encontramos uma equipe bem maior. A equipe que lida com a extensão no *Campus* é formada pela Direção de Extensão e Relações Empresariais, pelo Departamento de Relações Empresariais, pela Coordenação de Projetos Sociais, pela Coordenação de Incubadora de Empresas, pela Coordenação de Projetos de Extensão, pela Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos, pela Assistência da Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos, pela Coordenação de Alimentação Escolar, pela Coordenação do Serviço de Saúde, pela Coordenação de Serviço Social e pela Coordenação dos Centros de Informação Digital.

No *Campus* Horizonte, existe um Departamento de Ensino e uma Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O *Campus* Iguatu é formado por duas unidades. Existe uma Diretoria de Ensino, que está interligada ao Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção. A partir daí, temos a Coordenação de Pesquisa e Extensão, a Coordenação de Inovação Tecnológica, Coordenação de Interação *Campus*-Sociedade e a Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos.

No *Campus* Juazeiro do Norte, temos um Departamento de Extensão e uma Coordenação de Acompanhamento de Estágios e Avaliação de Egressos.

No *Campus* Limoeiro do Norte há, também, um Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI). Junto a esse departamento encontramos a Coordenação de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos (CAEAE). Também no *Campus* Maracanaú, encontramos a mesma divisão de setores, mas com outra nomenclatura: Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI), Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Coordenação de Ações Estratégica e o Setor de Estágio.

Por fim, verificamos o *Campus* Sobral que possui um Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, uma Coordenação de Extensão e um Setor de Estágio, o qual está interligado ao Departamento de Ensino e não ao Departamento de Extensão.

Tendo por base o site oficial da instituição, fonte dos dados desta pesquisa, não foi possível localizar informações sobre a extensão dos *Campi* Avançados Guaramiranga, Pecém e Mombaça e toda sua estrutura de funcionamento. A inauguração do último *Campus* citado se deu recentemente. Também não foi possível localizar encontrar informações sobre a temática extensão no Polo de Inovação Fortaleza, pois, nele, não há uma estrutura específica como nas demais unidades. Da mesma forma, não foi possível verificar nos sites oficiais informações acerca da extensão dos *Campi* Acopiara, Jaguaruana e Maranguape, fato que prejudica pontualmente a nossa análise.

➤ **Maranhão**

O estado do Maranhão conta com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). A rede possui 29 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 26 *Campi* Plenos e 3 *Campi* Avançados. Existem, também, três Centros de Referência Educacional (em fase de implantação), um Centro de Referência Tecnológica (CERTEC) e um Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais que estão distribuídos por todas as regiões do Maranhão

Os *Campi* existentes no IFMA são: Açailândia, Alcântara, Araióses, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Avançado Carolina, Caxias, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itaipuru Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Avançado Porto Franco, Avançado Rosário, Santa Inês, São José de Ribamar, São João dos Patos, São Luís – Centro Histórico, São Luís – Maracanã, São Luís – Monte Castelo, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática da extensão IFMA, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a ela há uma equipe técnica com os seguintes setores: Diretoria de Relações Internacionais, Coordenação de Mobilidade e Idiomas, Coordenação de Apoios e Parcerias, Diretoria de Programas e Projetos Institucionais, Coordenação de Empreendedorismo e Inovação Empresarial, Departamento de Prospecção de Mercado e Sociedade e Coordenação de Geração de Trabalho e Renda. Em geral, a estrutura dos *Campi* do IFMA com relação à extensão é bem similar entre si, com algumas alterações como verificamos a seguir.

Nos *Campi* Açailândia, Alcântara, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Caxias, Coelho Neto, Grajaú, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, São Luís – Centro Histórico e Viana, a extensão é executada através de um Departamento de Extensão e Relações Institucionais (DERI), que estão atrelados à Diretoria de Desenvolvimento e Ensino (DDE). Nas páginas oficiais dos *Campi* citados, bem como a partir da análise do Organograma dos estabelecimentos, não fica claro se esses departamentos têm mais coordenações ou setores em sua composição. Nos *Campi* Itaipuru Mirim, São Raimundo das Mangabeiras e Timon há a mesma estrutura de um Departamento para lidar com a extensão, contudo, com nomenclatura diferente: Departamento de Extensão (DEPEX).

Já no *Campus* Avançado Carolina e no *Campus* Avançado Porto Franco, encontramos um Departamento de Ensino e Extensão. Acreditamos que essa junção de ensino e extensão se deve ao fato de o *Campus* não ser pleno e possuir uma estrutura reduzida.

O *Campus* Codó possui uma estrutura diferente, visto que, nele, encontramos o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) e o Núcleo de Extensão (NEX). Nesse *Campi* encontramos, também, um setor de estágio, denominado Seção de Estágio (SCEST). Porém, esse setor não está localizado junto a DEPEX, está a parte e, portanto, separado da extensão.

No *Campus* Imperatriz, existe o Setor de Extensão e Projetos Sociais (SEPS) e o Setor de Estágio e Relações Institucionais (SERI) para atuar com as questões de extensão. Já no *Campus* São Luís – Maracanã, existe o Núcleo de Extensão e, no *Campus* São Luís – Monte

Castelo, há um Departamento de Extensão, um Departamento de Certificação de Extensão e um Núcleo de Estágio para atuar com as questões de extensão.

Não conseguimos localizar informações sobre a estrutura e trabalho com a extensão nos *Campi* Araíoses, Pedreiras, *Campus* Avançado Rosário, São José de Ribamar, São João dos Patos e Zé Doca.

Sobre o Estágio, não fica claro, na maior parte dos *Campi*, onde está localizado e se existe setor específico para lidar com a temática.

➤ **Paraíba**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) possui 22 *Campi* distribuídos pelo estado, sendo 19 *Campi* Plenos, 2 *Campi* Avançados e 1 Polo de Inovação. Os *Campi* existentes no IFPB são: Avançado Areia, Cabedelo, Avançado Cabedelo Centro, Cajazeiras, *Campina* Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Avançado Pedras de Fogo, Picuí, Polo de Inovação João Pessoa, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Avançado Soledade e Sousa.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFPB, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Secretaria da Pró-Reitoria, a Assistência da Pró-Reitoria, a Coordenação de Supervisão e Avaliação de Atividades de Extensão, a Assessoria de Projetos e Programas Especiais, a Diretoria de Extensão Popular e Rural (DEXPR), a Diretoria de Extensão Tecnológica (DEXT), a Coordenação de Extensão Tecnológica e Assuntos Comunitários, a Diretoria de Cultura, a Coordenação de Cultura, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPB (INCUTES), a Coordenação de Registro e Gerenciamento de Projetos, o Programa de Educação Digital (PED) e a Assistência Social da PROEXC.

No *Campus* Cabedelo, encontramos a Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPEX), a Coordenação de Estágios (COE), e os Núcleos de Extensão da Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão, Programa Institucional de Apoio aos Eventos de Extensão e Cultura (PROEVEXC) e Programa Integrador Escola Comunidade (PIEC). Já no *Campus* Guarabira, existe a Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPE) e a Coordenação de Estágio.

Nos *Campi* Cajazeiras e Monteiro verificamos a Coordenação de Extensão e Cultura e a Coordenação de Estágios e Relações Empresariais. No *Campus* Avançado Cabedelo Centro, encontramos a mesma estrutura, porém, com nomenclatura diferente: a Coordenação de

Extensão e Cultura e a Coordenação de Estágio. Os *Campi* Itabaiana, Avançado Areia, Picuí e Itaporanga contam, também, com uma Coordenação de Extensão e Cultura, mas não localizamos se há uma coordenação ou setor para lidar com estágio.

Nos *Campi* Campina Grande, Santa Rita e Patos encontramos uma Coordenação de Extensão (COEXT) e uma Coordenação de Estágio. Já no *Campus* Catolé do Rocha, existe apenas a Coordenação de Extensão (COEXT). O *Campus* João Pessoa, por sua vez, conta com uma estrutura maior para lidar com a temática extensionista. Nele, encontramos o Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Desafios Acadêmicos (DIPPED), a Coordenação de Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos, a Coordenadora de Estágio e a Coordenação de Inovação.

O *Campus* Princesa Isabel conta com uma Diretoria de Ensino (DDE), na qual se insere a Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPE) e a Coordenação de Estágio (CE). Por fim, o *Campus* Sousa possui um Departamento de Produção, Pesquisa e Extensão, uma Coordenação de Relações Institucionais e Estágios e uma Coordenação de Extensão.

Destacamos, também, que na maior parte dos *Campi* do IFPB, os setores de estágios não estão atrelados aos setores de extensão existentes. Na maior parte deles, o estágio está atrelado ao setor de ensino.

Não foi possível encontrar informações sobre a temática analisada de extensão sobre os *Campi* Esperança, Mangabeira, Avançado Soledade, Avançado Pedras de Fogo e Santa Luzia. Também não localizamos informações acerca do assunto no Polo de Inovação João Pessoa.

➤ Pernambuco

O estado de Pernambuco conta com dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambucano (IFPE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco (IFSERTÃO-PE), sobre os quais discorreremos a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambucano (IFPE)

O IFPE possui 16 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos eles são considerados *Campi* Plenos. São eles: Abreu e Lima, Afogados, Barreiros, Belo Jardim, Cabo, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFPE, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Assistência da PROEXT, a Secretaria Executiva, a Direção de Extensão (DEXT), a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Extensão Rural, a Coordenação de Política Inclusivas, a Coordenação de Relações Externas, a Coordenação de Cultura e Arte, a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) e a Coordenação Geral do PRONATEC.

No *Campus* Abreu e Lima, encontramos a Coordenação de Pesquisa e Extensão e a Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos para lidar com as ações extensionistas. O *Campus* Afogados conta com um Departamento de Pesquisa e Extensão (DPEX) que possui uma Chefia de Departamento, uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) e uma Coordenação de Estágios e Egressos (CEEG).

O *Campus* Barreiros conta com uma Coordenação de Pesquisa e Extensão e uma Seção de Estágio. Já no *Campus* Belo Jardim, verificamos a Coordenação de Extensão e um Setor de Integração Escola Comunidade (SIEC). Já os *Campi* Cabo, Olinda, Palmares e Paulista contam com uma Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX) e uma Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE).

Os *Campi* Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca e Jaboatão têm uma Divisão de Extensão (DIEX) e uma Coordenação de Estágios e Egressos (CEEG). Em alguns desses *Campi*, a sigla utilizada para a Divisão de Extensão é DPEX. O *Campus* Pesqueira tem a mesma organização, mas utiliza outra nomenclatura para nomear o setor. Com isso, o *Campus* tem um Departamento de Extensão (DEX) e a Coordenação de Estágios e Egressos (CEEG).

O *Campus* Recife conta com a Divisão de Extensão e o Setor de Convênios, Contratos e Relações Comunitárias. Por fim, no *Campus* Vitória, existe uma Coordenação Geral de Extensão (CGEXT) e uma Coordenação de Integração Escola-Comunidade (CIEC).

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco (IFSERTÃO-PE)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco (IFSERTÃO-PE) possui 7 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos são considerados *Campi* Pleno. Os *Campi* existentes no IFPR são: Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Salgueiro, Ouricuri, Santa Maria e Serra Talhada.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSERTÃO-PE, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXT). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica

com os seguintes setores: a Assessoria da PROEXT, o Setor de Estágio e Egressos, a Coordenação de Assuntos Internacionais e o Setor de Cultura, Esportes e Eventos.

A estrutura de extensão nos *Campi* do IFSERTÃO-PE é organizada da seguinte forma: no *Campus* Petrolina, existe uma Coordenadoria Geral de Extensão e a Coordenação de Estágios e Egressos (CEE); a extensão dos *Campi* Petrolina Zona Rural e Floresta é composta pela Coordenação de Extensão e Relações Organizacionais e pela Coordenação de Estágio e Egressos; os *Campi* Salgueiro, Santa Maria e Serra Talhada contam com a Coordenação de Extensão e Relações Organizacionais. Nessa coordenação está inserida a atuação com o estágio, mas não localizamos se há um setor ou coordenação para lidar com essa questão ou se é responsabilidade da coordenação de extensão existente nos *Campi*; para finalizar, o *Campus* Ouricuri possui uma Coordenação de Extensão e Estágio.

➤ **Piauí**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão do Piauí (IFPI) possui 20 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 17 *Campi* Plenos e 3 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFPI são: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Avançado Dirceu Arco Verde, Floriano, Avançado José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Avançado Pio IX, Piripiri, São João, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí e Valença.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFPI, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) que conta com a seguinte equipe técnica: a Diretoria de Assistência Estudantil, a Diretoria de Extensão Tecnológica, a Coordenação de Incubadoras e Empresas Júnior, a Coordenação de Estágios, a Diretoria de Relações Empresariais, a Coordenação de Eventos Desportivos, a Coordenação de Eventos Culturais, a Assessoria de Articulação Comunitária e a Diretoria de Empreendedorismo e Inovação.

Nos *Campi* Angical, Campo Maior, Corrente, Oeiras, Parnaíba, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença encontramos uma Coordenação de Extensão. Já nos *Campi* Floriano, Paulistana e Teresina Zona Sul localizamos uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação do Serviço de Integração, Estágios, Egressos e Emprego (SIEE). Não conseguimos localizar informações das ações extensionistas nos *Campi* Cocal, Avançado Dirceu Arco Verde, Avançado José de Freitas, Avançado Pio IX.

O *Campus* Teresina Central tem uma estrutura maior para lidar com a extensão, pois, nesse *Campus*, existe a Diretoria de Extensão, a Coordenação de Extensão Tecnológica, a

Coordenação de Extensão Comunitária, a Coordenação de Eventos de Extensão e a Coordenação do Serviço de Integração, Estágios, Egresso e Emprego.

➤ **Rio Grande do Norte**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) possui 21 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo 18 *Campi* Plenos e 3 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFPR são: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Avançado Lajes, Macau, Mossoró, Natal – Central, Natal – Cidade Alta, Avançado Natal – Zona Leste (EAD), Natal – Zona Norte, Nova Cruz, Avançado Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFRN, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Assessoria de Programas e Projetos, a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais e a Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho.

Nos *Campi* Apodi, Caicó, Canguaretama, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal – Cidade Alta, Natal – Zona Norte, Nova Cruz, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi encontramos uma Coordenação de Extensão (COEX) para atuar junto à comunidade da região. Ressaltamos que essas Coordenações são responsáveis, também, pelos estágios de seus *Campi*.

O *Campus* Ceará-Mirim possui uma Coordenação de Extensão (COEX), uma Assessoria de Programas e Projetos e uma Assessoria de Estágios e Egressos. Já nos *Campi* Avançados Lajes, Natal – Zona Leste (EAD) e Parelhas, encontramos a Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação (COEXPEIN).

No *Campus* Natal – Central, existe uma Diretoria de Extensão (DIREX) e uma Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias. No *Campus* Parnamirim, a extensão é composta pela Coordenação de Extensão e pela Coordenação de Estágios e Egressos (CEE).

➤ Sergipe

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) possui 10 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no IFS são: Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Poço Redondo, Propriá, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFS, a Pró reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (PROPEX). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP), o Departamento de Projetos Acadêmicos (DPA), a Coordenação de Apoio à Pesquisa (COAP), a Coordenação de Publicações (PUBLIC), e a Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade (DIREX). Dentro da DIREX, setor que cuida especificamente da temática extensionista, encontramos a Coordenação de Extensão (COEX), a Coordenação de Arte e Cultura (CAC), o Departamento de Relações Institucionais (DRI) e o Programa Jovem Aprendiz.

A estrutura de extensão nos *Campi* do IFS é organizada de forma igualitária. Com isso, verificamos que em todos os *Campi* há uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) e um Núcleo de Apoio ao Estágio (NAE) responsáveis pelo acompanhamento da prática de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

3.4.3 Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste é composta por três estados Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e o Distrito Federal (DF). No tocante à rede de Institutos Federais existentes nessa região, chegamos aos seguintes dados destacados na Tabela a seguir:

Tabela 10 - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Centro-Oeste

Instituto Federal	Reitoria	Campi	Campus Avançado	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Dist. Federal	1	10	-	-		10
Goiás	1	14	-	-	-	14
Goiano	1	9	3	1		13
Mato Grosso	1	14	5	-	2	21
Mato Grosso do Sul	1	10	-	-		10
Total	5	57	8	1	2	68

Fonte: Sites: IFB³⁴, IFG³⁵, IFGOIANO³⁶, IFMT³⁷, IFMS³⁸, Elaboração própria.

Analisamos, a partir desse momento, os *Campi* que estão inseridos nessa região, que totalizam 68 *Campi*, sendo 57 *Campi* Plenos e 8 *Campi* Avançados, 1 Polo Avançado e 2 Centros de Referência. Cada Instituto conta com uma reitoria. Destacamos que o estado de Goiás conta com 2 IF.

➤ Distrito Federal

O Distrito Federal conta, atualmente, com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). A rede possui 10 *Campi* espalhados pelo estado, sendo todos considerados *Campi* Pleno. Os *Campi* existentes no Distrito Federal são: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFB e, pela primeira vez, neste estudo, verificamos que há uma diferenciação no nome da pró-reitoria, bem como na sigla utilizada para referendar a instituição. No IFB encontramos a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREX). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Direção de Programas e Articulação com a Sociedade e a Coordenação de Políticas Inclusivas.

Todos os *Campi* do IFB possuem uma estrutura similar para lidar com a extensão. Neles, encontramos a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP) e a Coordenação de Estágio e Extensão (CDEE). Ressaltamos que o *Campus* Recanto das Emas utiliza sigla CDES para a Coordenação de Estágio e Extensão.

³⁴ Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

³⁵ Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

³⁶ Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

³⁷ Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/inicio/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

³⁸ Disponível em: <<http://www.ifms.edu.br/site>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Há uma particularidade no *Campus* Brasília, pois, nele, encontramos uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação de Estágio. Com isso, percebemos que há uma equipe maior para abordar a referida temática dentro do *Campus*.

➤ Goiás

O estado de Goiás conta com dois IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIANO). Discorreremos sobre cada um deles, individualmente, nas próximas linhas.

- Instituto Federal Goiás

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) possui uma rede de 14 unidades espalhadas pelo estado, sendo todos considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no Instituto de Goiás são: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de Extensão do IFG, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a ela há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Coordenação Executiva, a Direção de Ações Profissionais e Tecnológicas, a Coordenação de Estágio e Trabalho, a Coordenação de Convênios, a Direção de Ações Sociais, a Coordenação Geral de Assistência Estudantil, a Coordenação de Ações Esportivas e Eventos, a Coordenação de Extensão e a Alimentação e Nutrição.

Nos *Campi* Águas Lindas e Luziânia encontramos apenas a Gerência de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (GEPEX), o que nos remete a apenas um setor nesses *Campi* que seja responsável por todos esses assuntos ao mesmo tempo.

Já os *Campi* Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Jataí, Itumbiara, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso contam com a Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX) e a Coordenação de Interação Escola Empresa (CIEE) que lida com estágios, sendo que, alguns desses *Campi* usam a nomenclatura Coordenação de Estágio ou Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E) para se referir ao setor. Não encontramos no *Campus* uma Coordenação específica de extensão.

Localizamos, ao analisar alguns sites dos *Campi* do IFG, uma estrutura dentro da GEPEX composta pelas coordenações de Assistência Estudantil (CAE); Pesquisa e Inovação; Eventos; e Secretaria Pós-Graduação. Entretanto, como o cerne de nosso estudo é a extensão, estamos analisando individualmente e trazendo para nosso texto apenas as questões ligadas a ela.

- Instituto Federal Goiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIANO) possui uma rede de 13 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 9 *Campi* Plenos, 3 *Campi* Avançados e 1 Polo de Inovação. Os *Campi* existentes no instituto Goiás são: Campo Belos, Avançado Catalão, Ceres, Cristalina, Avançado Hidrolândia, Avançado Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade, Urutaí e o Polo de Inovação.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFGOIANO, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Coordenação-Geral de Extensão, a Secretaria da Pró-Reitoria de Extensão, a Unidade Administrativa de Extensão, a Unidade de Estágio e Ações Profissionais, o Núcleo de Estágio, o Núcleo de Emprego e Egressos, a Coordenação de Eventos, Cultura e Esporte, o Núcleo de Cultura e Arte, o Núcleo de Esporte e Lazer, o Núcleo de Eventos Científicos e Tecnológicos, o Núcleo de Relações Comunitárias, Institucionais e Convênios, o Núcleo de Programas, Projetos e FIC e o Núcleo de Relações Comunitárias e Institucionais.

O *Campus* Campo Belo possui uma Coordenação de Extensão e um Núcleo de Projetos de Extensão e FIC. Percebemos que o estágio está sob a responsabilidade da extensão do *Campus*, mas não conseguimos localizar se há um setor específico para lidar com tal questão ou se essa incumbência é, também, do coordenador de extensão.

Nos *Campi* Avançado Catalão e Cristalina encontramos apenas uma Coordenação de Extensão. Neles, não encontramos informações sobre Estágio. Já no *Campus* Trindade, existe uma Coordenação de Extensão e um Núcleo de Estágio.

No *Campus* Ceres, encontramos uma estrutura bem definida para atuar com a extensão. Nesse *Campus*, temos uma Gerência de Extensão, uma Divisão de Projetos e Cursos de Extensão (DPCE), uma Unidade de Estágios e um Setor de Apoio a Eventos Técnicos, Científicos, Culturais e Esportivos. Já no *Campus* Avançado Ipameri, encontramos uma Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão.

A extensão dos *Campi* Iporá e Morrinhos é composta por uma Gerência de Extensão e por um Setor de Estágio. No *Campus* Posse, encontramos uma Coordenação de Extensão e uma Unidade de Convênio, Estágio e Acompanhamento de Egressos. Verificamos a existência de nomenclaturas diferentes nesse *Campus*: uma Unidade de Extensão, onde o Coordenador é chamado de “chefe”.

No *Campus* Rio Verde, encontramos uma estrutura diferenciada dos demais *Campi*. A estrutura desse *Campus* é mais completa, pois há a Diretoria de Extensão (DIREX), a Secretaria da Gerência de Extensão, a Gerência de Extensão, a Gerência de Assistência Estudantil, o Núcleo de Apoio a Ações da Extensão, o Núcleo de Estágios, a Divisão de Acompanhamento de Egressos e Empregos e a Coordenação de Projetos e Cursos de Extensão.

No *Campus* Urutaí, existe a Diretoria de Extensão e a Gerência de Extensão. A direção cuida dos estágios, contudo, não fica claro se há um setor de estágio ou se ele é apenas agregado a essa direção.

No *Campus* Avançado Hidrolândia, encontramos um Núcleo de Extensão. Por fim, não conseguimos localizar a temática estudada – extensão – no Polo de Inovação.

➤ **Mato Grosso**

O estado de Mato Grosso conta com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). A rede possui 19 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 14 *Campi* Plenos, 5 *Campi* Avançados e 2 Centros de Referência. Os *Campi* existentes em Mato Grosso são: Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, São Vicente, Cáceres - Professor Olegário Baldo, Cuiabá - Bela Vista, Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Rondonópolis, Sorriso, Várzea Grande, Barra do Garças, Primavera do Leste, Alta Floresta, Avançado de Tangará da Serra, Avançado de Diamantino, Avançado de Lucas do Rio Verde, Avançado de Sinop e Avançado de Guarantã do Norte. Junto ao *Campus* São Vicente existem os Centros de Referência Campo Verde e Jaciara.

Há uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFMT, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão, o Apoio a Área de Relação com o Mundo do Trabalho, o Apoio a Área de Programas de Projetos de Extensão, a Gerência da Ativa Incubadora de Empresas, o Apoio a Área de Cultura e Desporto, o Apoio a Área de Convênios e Parcerias e o Apoio a Área de Secretaria.

No *Campus* Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, encontramos a Diretoria de Pesquisa, Inovação e Extensão (DPIEX) e a Coordenação de Extensão.

O *Campus* São Vicente nos apresenta uma estrutura mais subdividida para tratar ações de extensão, visto que, nele, encontramos o Departamento de Extensão, Estágio e Emprego, a Coordenação de Extensão, a Assistência do Departamento de Extensão, a Coordenação de Estágio e Emprego e a Assistência da Coordenação de Estágio e Emprego. Junto a esse *Campus* encontramos dois Centros de Referência, o Centro de Referência Campo Verde e o Centro de Referência Jaciara. Em ambos, existe o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão para tratar das questões extensionistas dos centros.

Nos *Campi* Cáceres - Professor Olegário Baldo, Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste, Campo Novo do Parecis, Confresa, Rondonópolis, Várzea Grande, Barra do Garças, Alta Floresta e Avançado Sinop existe apenas a Coordenação de Extensão (CEXT), sendo que, em alguns *Campi* tal setor é designado pela sigla CE. Ressaltamos que essa coordenação não está atrelada à pesquisa ou ao ensino. Nos *Campi* Sorriso e Primavera do Leste há, também, apenas uma coordenação para lidar com as questões de extensão, mas o nome utilizado para o setor é Coordenação de Extensão e Relações Empresariais.

A Extensão do *Campus* Cuiabá - Bela Vista é composta pelo Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) e pela Coordenação de Extensão. Nesse *Campus*, verificamos que a Coordenação de Extensão é responsável, de igual modo, pelos estágios do *Campus*.

No *Campus* Juína, existe a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Estágio e Empregos. Finalmente, nos *Campi* Avançados de Tangará da Serra, Diamantino e Lucas do Rio Verde e Guarantã do Norte notamos a existência de uma Coordenação de Pesquisa, Extensão e Estágio. Acreditamos que essa coordenação se deva pelo fato de o estabelecimento ter uma estrutura reduzida por ser *Campus* Avançado.

➤ **Mato Grosso do Sul**

O estado do Mato Grosso do Sul conta com um IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS). A rede possui 10 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no Mato Grosso do Sul são: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFMS, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes

setores: a Diretoria Executiva de Extensão (DIREC), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Atividades de Extensão (COTEX), a Coordenação de Inclusão e Diversidade (COIDI), a Diretoria de Relações Institucionais (DIREL), a Coordenação de Articulação e Integração (COART) e a Coordenação de Estágios e Egressos (COEST).

A estrutura que lida com a extensão em todos os *Campi* do IFMS é igual. Em todos os seus *Campi* encontramos uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN) e uma Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (COERI).

3.4.4 Região Sul

A Região Sul é composta por três estados: Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). No tocante à rede de IF existentes nessa região, chegamos aos seguintes dados destacados na Tabela a seguir:

Tabela 11- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sul

Instituto Federal	Reitoria	<i>Campi</i>	<i>Campus</i> Avançado	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Paraná	1	21	5	-	-	26
Rio Grande do Sul	1	17	-	-	-	17
Farroupilha	1	10	1	-	-	11
Sul-rio-grandense	1	12	2	-	-	14
Santa Catarina	1	22	-	-	-	22
Catarinense	1	13	2	-	-	15
Total	6	95	10	-	-	105

Fonte: Sites: IFPR³⁹, IFRS⁴⁰, IFFarroupilha⁴¹, IFSUL⁴², IFSC⁴³, IFC⁴⁴. Elaboração própria.

Analisamos, a partir deste momento, os *Campi* inseridos nessa região, que totalizam 105 *Campi*, sendo 95 *Campi* Plenos e 10 *Campus* Avançado. Cada Instituto conta com uma reitoria.

³⁹ Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁴⁰ Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/portal?view=default>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁴² Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴³ Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/inicio>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁴⁴ Disponível em: <<http://ifc.edu.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

➤ Paraná

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) possui 26 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 21 *Campi* Plenos e 5 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFPR são: Avançado Araponga, Assis Chateaubriand, Avançado Astorga, Avançado Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Avançado Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Avançado Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática extensionista no IFPR, a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPPI). Essa pró-reitoria tem como objetivo o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada, inovação e propriedade intelectual e pós-graduação em toda rede formada pelos *Campi* do IFPR. Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica atuante nos seguintes setores: um Gabinete da PROEPPPI, uma Agência de Inovação do IFPR (AGIF), com uma Diretoria, uma Coordenação de Inovação e Empreendedorismo, uma Assessoria Especial de Robótica e Novas Tecnologias, uma Assessoria Especial de Empreendedorismo, uma Coordenação da Proteção da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologias e uma Coordenação do NIT – Núcleo de Inovação e Tecnologia; um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com uma Coordenação, Vice Coordenação e Secretaria; uma Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), com uma Coordenação, Vice Coordenação e Secretaria; uma Diretoria de Extensão, Arte e Cultura, com uma Diretoria e uma Coordenação de Extensão; uma Diretoria de Pesquisa, com uma Diretoria e uma Coordenação de Pesquisa; uma Diretoria de Pós-graduação, com uma Diretoria, uma Administradora e uma Coordenação; e, por fim temos a Editora do IFPR, com uma Coordenação, um Conselho Editorial, um Conselho Científico e um quadro Administrativo.

Não conseguimos localizar informações sobre nosso foco de estudo – a extensão – nos seguintes *Campi*: Avançado Araponga, Avançado Astorga, ressaltamos que por ser *Campus* avançado, esse *Campus* responde ao COPE do *Campus* Londrina, Avançado Barracão, Capanema, Avançado Goioerê e Quedas do Iguaçu.

Nos *Campi* Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória encontramos a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIEPEX), a Coordenação de Pesquisa, Extensão e Inovação (COPEX), a Seção de Inovação e a Seção de Estágios e

Relações Comunitárias (SERC), o Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE). O *Campus* Paranavaí possui a mesma estrutura, mas com o setor de Inovação separado dos demais, com coordenação própria.

Nos *Campi* Colombo, Jaguariaíva e Londrina encontramos a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE). Já no *Campus* Avançado Coronel Vivida, verificamos o Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE).

No *Campus* Curitiba, localizamos a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação (DPEI) e uma Coordenação de Extensão. Por fim, o *Campus* Jacarezinho tem a Diretoria de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE) e a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão.

➤ **Rio Grande do Sul**

O estado do Rio Grande do Sul conta com três IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL).

Discorreremos sobre os três IF, individualmente, no texto a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) possui 17 *Campi* espalhados pelo estado, sendo todos considerados *Campi* Plenos, são eles: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFRS, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a ela há uma equipe técnica atuando nos seguintes setores: a Pró-Reitoria Adjunta de Extensão, o Departamento de Extensão, o Departamento de Comunicação e a Assessoria de Assuntos Internacionais.

Nos *Campi* Alvorada e Restinga existe a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Estágios. Já no *Campus* Bento Gonçalves, encontramos a Diretoria de Extensão (DEX), a Seção de Ações de Extensão, a Seção de Comunicação Social, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígena (NEABI) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE).

Os *Campi* Canoas, Caxias do Sul e Viamão contam com uma Coordenação de Extensão e um Setor de Estágio. O *Campus* Erechim, por sua vez, possui uma Coordenação de Extensão, Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e, dentro dessa ampla coordenação existe a Coordenação específica de Extensão.

Os *Campi* Farroupilha e Vacaria contam com uma Coordenação de Extensão e uma Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE). No *Campus* Feliz, encontramos um Departamento de Extensão (DEX) e uma Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE).

Os *Campi* Ibirubá, Rolante e Veranópolis possuem apenas uma Coordenação de Extensão. Já os *Campi* Osório e Porto Alegre têm uma Diretoria de Extensão (DEXT) e um Setor de Estágio. Já o *Campus* Rio Grande conta com uma Diretoria de Extensão (DEX), uma Coordenação de Relações Empresariais (CORE) e uma Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão (CGAE).

Por fim, no *Campus* Sertão, localizamos o Departamento de Extensão (DEX), a Coordenação Geral de Extensão e a Seção de Estágios.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha) possui 11 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 10 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançados. Os *Campi* existentes no IFFarroupilha são: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Avançado Uruguaiana.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFFarroupilha, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica atuante nos seguintes setores: a Diretoria de Extensão, a Coordenadoria de Relações Institucionais, a Coordenadoria de Extensão Tecnológica, a Coordenadoria de Programas Sociais, a Coordenadoria Geral do PRONATEC e a Assessoria de Relações Internacionais.

A estrutura de extensão nos *Campi* do IFFarroupilha é igual na maioria dos *Campi*. A maior parte dos *Campi* contam com uma Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP), dentro dessa Diretoria têm a Coordenação de Extensão (CEX) e Setor de Estágio (SES) ou um responsável dentro da CEX pelos Estágios. São eles: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja e São Vicente do Sul.

Apenas o *Campus* Avançado Uruguaiana não possui a estrutura explicitada. O *Campus* conta com uma Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) possui 14 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 12 *Campi* Plenos e 2 *Campi* avançados.

Os *Campi* existentes no IFSUL são: Bagé, Camaquã, Avançado Jaguarão, Avançado Novo Hamburgo, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSUL, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Coordenadoria Administrativa, a Coordenadoria do PRONATEC, a Diretoria de Relações com a Sociedade, a Coordenadoria de Ações de Extensão, a Coordenadoria de Cultura e a Coordenadoria de Interação com a Sociedade.

Nos *Campi* Bagé, Camaquã, Charqueadas, Passo Fundo e Santana do Livramento existe um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), sendo que junto a esse departamento temos uma Coordenadoria de Extensão e Cultura (COEX).

Os *Campi* Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo contam com um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX). Por sua vez, os *Campi* Gravataí, Lajeado e Sapiranga possuem um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) e uma Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX).

O *Campus* Pelotas conta com uma Diretoria de Pesquisa e Extensão (DIRPEX), uma Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas (COSIE) e uma Coordenadoria de Apoio a Estágios (CAEST). Já o *Campus* Pelotas-Visconde da Graça possui um Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (DPEP) e uma Coordenadoria de Serviço de Integração *Campus* – Empresa (COSIE). No *Campus* Sapucaia do Sul, encontramos o Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (DPEP) e a Coordenadoria de Estágios (COES).

Por fim, temos o *Campus* Venâncio Aires que tem um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX). Vinculado a ele temos uma Coordenadoria de Extensão e Cultura (COEX) e uma Coordenadoria de Estágios (COES).

➤ Santa Catarina

O estado de Santa Catarina possui dois Institutos Federais, o Instituto Federal de Educação, Ciência de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), acerca dos quais discorreremos, individualmente, no texto a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência de Santa Catarina (IFSC)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) possui 22 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. Os *Campi* existentes no IFSC são: Araranguá, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Centro, Jaraguá do Sul – Rau, Joinville, Lages, Palhoça Bilíngue, São Carlos, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSC, a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Assessoria da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, a Diretoria de Comunicação Institucional (DIRCOM), o Departamento de Marketing e Jornalismo, a Coordenação de Eventos, a Coordenação de Jornalismo, a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Desenvolvimento de Extensão e a Coordenação de Divulgação da Extensão.

Os *Campi* do IFSC possuem uma estrutura que atrela ensino, pesquisa e extensão. Nos *Campi* encontramos sempre a seguinte estrutura: um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), uma Assessoria do DEPE, uma Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, uma Coordenação de Extensão e uma Coordenadoria de Registro Acadêmico.

No *Campus* Araranguá, temos a Coordenação de Extensão e Eventos e a Coordenação de Ingresso e Inserção Profissional. Já nos *Campi* Canoinha, Florianópolis-Continente, Jaraguá do Sul – Centro, São Carlos, São José, Tubarão e Xanxerê encontramos a Coordenação de Extensão e Relações Externas (CERE). No *Campus* Caçador, por sua vez, existe a Coordenadoria de Extensão e a Coordenadoria de Relações Externas.

Os *Campi* Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Rau, Palhoça Bilíngue e Urupema possuem uma Coordenadoria de Extensão. Ressaltamos

que, no *Campus* Gaspar, a Coordenadoria de Extensão está ligada diretamente a Direção Geral do *Campus*, mesmo havendo o DEPE.

O *Campus* Florianópolis conta com uma Coordenadoria de Extensão e uma Coordenadoria do PRONATEC e, no *Campus* Joinville, encontramos uma Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Extensão. No *Campus* Lages, verificamos a Coordenadoria de Estágios e Acompanhamentos de Egressos e a Coordenadoria de Extensão, sendo o único *Campus* que coloca o Estágio junto a DEPE.

O *Campus* São Lourenço do Oeste possui um Setor de Extensão ligado ao DEPE. Por fim, o *Campus* São Miguel do Oeste conta com uma Coordenadoria de Extensão e Estágios.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) possui 15 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 13 *Campi* Plenos e 2 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFPR são: Avançado Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Avançado Sombrio e Videira.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Direção de Extensão (DIREXT), a Coordenação de Projetos, Programas e Ações (CPPA), a Coordenação de Estágios e Convênios, a Secretaria PROEX/DIREXT e a Revista de Extensão.

No tocante a extensão, em todos os *Campi* encontramos a mesma estrutura, o que consideramos ser fundamental para uma melhor compreensão das ações dessas unidades. Todos possuem uma Coordenação de Extensão, uma Coordenação de Estágio e responsáveis para lidar com os Egressos, o que nos leva à compreensão de que as ações extensionistas são elaboradas e pensadas para além da formação dos alunos.

3.4.5 Região Sudeste

A Região Sudeste é composta por quatro estados: Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). No tocante à rede de Institutos Federais existentes nessa região, chegamos aos seguintes dados destacados na Tabela a seguir:

Tabela 12 - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Região Sudeste

Instituto Federal	Reitoria	Campi	Campus Avançado	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Espírito Santo	1	20	1	-	1	22
Minas Gerais	1	12	5	1		18
Norte de Minas Gerais	1	10	1	-		11
Sudeste de Minas	1	7	3	-	-	10
Sul de Minas Gerais	1	6	2	-		8
Triângulo Mineiro	1	7	2	-		9
Rio de Janeiro	1	14	1	-		15
Fluminense	1	9	3	1	1	14
Pedro II	1	15	-	-	-	15
São Paulo	1	32	4	-	-	36
Total	10	132	22	2	2	158

Fonte: Sites: IFES⁴⁵, IFMG⁴⁶, IFNMG⁴⁷, IFSUDESTEMG⁴⁸, IFSULMINAS⁴⁹, IFTM⁵⁰, IFRJ⁵¹, IFF⁵², CP2⁵³, IFSP⁵⁴. Elaboração própria.

Analisamos a partir desse momento, os *Campi* inseridos nessa região, que totalizam 158 unidades, sendo 132 *Campi* Plenos, 22 *Campi* Avançados, 2 Polos Avançados e 2 Centros de Referência. Cada Instituto conta com uma Reitoria. Cabe destacar os estados de Minas Gerais, que possui 5 IF, e o Rio de Janeiro, que tem 3 Institutos.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www3.ifmg.edu.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁴⁹ Disponível em: <<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁵¹ Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/index.php/>>. Acesso em: 06 set. 2019.

⁵² Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁵³ Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/index.php/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

➤ Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo conta com um Instituto Federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). A rede possui 22 *Campi* distribuídos pelo estado, sendo 20 *Campi* Plenos, 1 *Campus* Avançado e 1 Centro de Referência. Os *Campi* existentes no Espírito Santos são: Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Cefor, Centro-Serrano, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Itapina, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Piúma, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Avançado Viana, Vila Velha e Vitória.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFES, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão Tecnológica (DET), a Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária (DREEC), a Coordenação Geral de Ações de Extensão (CGAE) e a Secretaria de Cultura e Difusão (SCD). Essa equipe tem por objetivo planejar e coordenar as ações e atividades de extensão e relações com a sociedade realizadas na instituição. Em geral, os *Campi* do IFES possuem uma mesma estrutura organizacional, sendo uma Direção Geral, uma Coordenação de Extensão e um Coordenação de Estágio.

Os *Campi* Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Centro-Serrano, Colatina, Guarapari, Itapina, Nova Venécia, Piúma, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha e Vitória contam com a estrutura de uma Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPE), uma Coordenação Geral de Extensão (CEX) e uma Coordenação de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC).

O *Campus* Santa Teresa tem uma estrutura similar aos *Campi* citados anteriormente, mas com apenas uma coordenação. Nesse *Campus* existe a Direção de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPE) e a Coordenação de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC). Não há, nesse *Campus*, a CEX.

Já os *Campi* Alegre, Barra de São Francisco, Cariacica, e Vitória contam com a estrutura de uma Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPE), uma Coordenação Geral de Extensão (CEX) e uma Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEE) ou Coordenação de Integração *Campus* Comunidade (CICC). Ressaltamos que, no *Campus* Vitória, o nome e sigla utilizados para a direção é: Direção de Extensão (DIREX).

No *Campus* Ibatiba, encontramos apenas a Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPE) e a Coordenação Geral de Extensão (CEX). No *Campus* Linhares, por sua vez, localizamos somente a Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPE), não sendo

possível encontrar, através de nossas buscas no site oficial da instituição, se existe ou não mais coordenações atreladas à essa Diretoria.

Nas páginas oficiais dos *Campi* Montanha e Avançado Viana não conseguimos localizar nenhuma informação sobre a temática estudada de extensão, centro de nossa pesquisa.

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR) possui a Coordenadoria Geral de Pesquisa e Extensão (CGPE) que tem por finalidade promover a pesquisa científica e ações de extensão, por meio da Coordenadoria de Pesquisa e Coordenadoria de Extensão.

➤ **Minas Gerais**

O estado de Minas Gerais conta com cinco IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas (IFSUDESTEMG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

Essa estrutura torna o estado de Minas Gerais a maior rede de Instituto Federal tanto em quantidade de institutos, pois são cinco, quanto em quantidade de *Campus*, visto que, somando todos os *Campi* dos IF do estado de Minas Gerais, chegamos ao total de 56 (cinquenta e oito) *Campi*.

Discorreremos sobre os cinco Institutos Federais, individualmente, no texto a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) possui 18 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 12 *Campi* Plenos, 5 *Campi* Avançados e 1 Polo Avançado. Os *Campi* existentes no IFMG são: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ibitaré, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista, Avançado Conselheiro Lafaiete, Avançado Ipatinga, Avançado Itabirito, Avançado Piumhi, Avançado Ponte Nova, Avançado Arcos e Polo de Inovação Formiga.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFMG, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), que conta com uma equipe técnica – que, comprada aos demais

IF analisados até o momento pode ser considerada pequena – composta pelos seguintes setores: a Diretoria de Extensão, a Diretoria de Assistência estudantil e Coordenação Geral do PRONATEC. A estrutura que lida com a extensão nos *Campi* do IFMG não é igualitária, mas podemos afirmar que é similar.

No *Campus* Bambuí, encontramos a Diretoria de Extensão, Esporte e Cultura (DIREC), a Coordenação de Extensão (COORDEX), a Coordenação de Atividades Externas de Extensão (CAEDE), a Coordenação de Eventos (EVENTOS) e a Coordenação de Esporte e Lazer (CEL).

Nos *Campi* Betim, Ouro Preto e Avançado Piumhi existe a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e atrelada a essa direção tem a Coordenação Geral de Extensão. Ressaltamos que, no *Campus* Ouro Preto, a Diretoria também lida com assuntos da Pós-graduação. No *Campus* Sabará, existe a mesma Diretoria - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, mas a coordenação é a Coordenação de e Extensão e Relações Institucionais.

No *Campus* Ibirité, último *Campus* implementado pelo IFMG no ano de 2018, encontramos uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão. Já no *Campus* Avançado Ipatinga, encontramos apenas uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O *Campus* Congonhas tem uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Gerência de Extensão. Ligados à essa gerência temos um Setor de Estágio e Emprego e um Setor de Programas e Projetos de Extensão.

No *Campus* Formiga, encontramos a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, a Secretaria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (SEPPG) e, atrelada à essa secretaria, temos a Coordenação do Setor de Extensão. Já no Polo de Inovação Formiga e, no *Campus* Avançado Conselheiro Lafaiete, não foi possível localizar informações a respeito da extensão ou atividades extensionistas. No *Campus* Avançado Ponte Nova, por sua vez, encontramos uma Coordenação de Pesquisa e Extensão que está atrelada à Diretoria de Ensino do *Campus*.

No *Campus* Governador Valadares, verificamos a Coordenação de Extensão (COEXT), sendo que, ligados a ela, temos alguns setores e atividades desenvolvidas pelo *Campus*: Setor de Organização Estudantil, o PRONATEC, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), o Setor de Estágio e Prática Profissional e o Setor de Assistência Estudantil. No *Campus* Ouro Branco, também não existe uma direção para a temática extensionista. Nele, encontramos a Coordenação de Extensão e, relacionados a ela, estão: o Setor de Relações Institucionais e o Setor de Comunicação e Eventos.

O *Campus* Ribeirão das Neves possui a Coordenação de Extensão, Estágios e Relações Empresariais e o Setor de Estágio que também é chamado de Secretaria de Estágio

Supervisionado. Já no *Campus* Avançado Itabirito, encontramos a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Relações Institucionais. No *Campus* Santa Luzia, por sua vez, encontramos apenas uma Coordenação de Extensão.

O *Campus* São João Evangelista possui um Departamento de Desenvolvimento Educacional ao qual estão atreladas a Coordenação Geral de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão e a Coordenação de Estágio e Relações Empresariais. Por fim, chegamos ao *Campus* Avançado Arcos, que possui uma Coordenação de Extensão e um Setor de Estágio para lidar com as questões extensionistas do *Campus*.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) possui 11 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 10 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado. Os *Campi* existentes no IFNMG são: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Avançado Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFNMG, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Secretaria da Pró - Reitoria de Extensão (SPEX), a Diretoria de Extensão Tecnológica (DEXT), a Coordenação de Relações Interinstitucionais e Comunitárias (CRIC), o Núcleo de Relações com o Mundo do Trabalho e Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (NRE), o Núcleo de Atividades Sociais, Artísticas, Desportivas e Projetos Especiais (NADPE), o Núcleo de Programas, Projetos e Registros (NPPR), o Núcleo da Educação do Campo (NEC) e o Núcleo de Centro de Línguas (NCelins).

A estrutura que lida com a extensão nos *Campi* do IFNMG é bem similar entre si, com pequenas diferenças.

O *Campus* Almenara possui uma Coordenação de Extensão (CEXT), o Núcleo de Estágio (NE) e o Centro de Línguas (Celin). Já nos *Campi* Araçuaí, Arinos, Diamantina, Avançado Janaúba, Montes Claros, Pirapora e Porteirinha localizamos apenas uma Coordenação de Extensão. No *Campus* Januária, por sua vez, encontramos a Diretoria de Extensão (DEX), o Departamento de Extensão e Integração Instituto-Empresa, a Coordenadoria de Estágios e Empregos (CE), a Coordenadoria de Projetos de Extensão (CEP) e o Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação.

No *Campus* Salinas, há a Diretoria de Extensão (DEX) e o Setor de Estágio (SEST) e para finalizar, no *Campus* Teófilo Otoni, existe a Coordenação de Extensão e o Núcleo de Estágio.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas (IFSUDESTEMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas (IFSUDESTEMG) possui 10 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo 7 *Campi* Plenos e 3 *Campi* Avançados. Os *Campi* existentes no IFSUDESTEMG são: Barbacena, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Del Rei, Avançado Bom Sucesso, Avançado Cataguases e Avançado Ubá.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSUDESTEMG, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica que, comprada aos demais IF analisados até o momento, pode ser considerada pequena, com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer, a Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRIIT), a Assessoria de Relações Internacionais e a Coordenação de Estágios e Egressos.

O *Campus* Barbacena é formado pela Diretoria de Extensão, pela Coordenação de Relações Institucionais, pela Coordenação de Estágio, pela Coordenação de Assistência Estudantil, pela Seção de Alimentos e Nutrição, pela Seção de Saúde, pela Seção de Cultura e Artes e pelo Programa Mulheres Mil.

No *Campus* Juiz de Fora, encontramos uma estrutura similar, mas com nomenclatura diferente. Nele, temos a Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias (DERC), o Setor de Atividades Discentes, o Setor de Extensão e Egressos, o Setor de Prática Profissional e o Setor de Assistência Estudantil.

No *Campus* Manhuaçu, encontramos apenas a Coordenação de Extensão. Já no *Campus* Muriaé, a equipe que lida com a extensão é a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação (DEPPG) e a Coordenação Geral de Extensão. Já o *Campus* Muriaé tem a Diretoria de Extensão, a Gerência de Relações Institucionais, a Seção de Ações Comunitárias, a Seção de Arte e Cultura, a Seção de Estágios, a Seção de Esporte e Lazer e a Seção de Acompanhamento de Egressos.

No *Campus* Rio Pomba, existe a Diretoria de Extensão e Pesquisa (DEPPI), a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Esporte e Lazer, a Coordenação de Estágio e o

Setor de Relações Institucionais e Visitas Técnicas. O *Campus* São João Del Rei, por sua vez, tem a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação (DEPPG), a Coordenação Geral de Extensão (CGEX) e a Secretaria de Extensão (SDEX).

O *Campus* Santos Dumont, para lidar com a extensão, tem a Diretoria de Extensão e Pesquisa (DEPPI), a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Estágio, o Setor de Relações Institucionais e Visitas Técnicas e a Coordenação de Esporte e Lazer.

No *Campus* Avançado Bom Sucesso, tem uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Não há informações de extensão nos *Campi* Avançado Ubá e Avançado Cataguases.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULMINAS)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULMINAS) possui 8 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo 6 *Campi* Pleno e 2 *Campi* Avançados, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região. Os *Campi* existentes no IFSULMINAS são: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Avançado Carmo de Minas e Avançado Três Corações.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSULMINAS, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Integração da Instituição com a Comunidade, a Coordenação de Projetos e Eventos, o Departamento de Apoio aos Discentes, Egressos e Estágios, a Assessoria Internacional e a Secretaria Executiva.

O *Campus* Inconfidentes tem a Coordenação de Extensão e o Setor de Estágio (CIEC), assim como no *Campus* Avançado Carmo de Minas. Já o *Campus* Machado possui apenas uma Coordenação Geral de Extensão.

O *Campus* Muzambinho possui uma estrutura mais diversificada para realizar as ações extensionistas do *Campus*, visto que a equipe está atrelada à Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE). Essa equipe é composta pela Coordenadoria-Geral de Extensão (CGEX), pelo Setor de Integração Escola-Comunidade (SIE-C), pela Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada (CFIC) e pelo Centro de Ensino de Línguas. No *Campus* Passos, por sua vez, existe a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Secretaria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (SERPEX).

O *Campus* Poços de Caldas tem a Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE), responsável pela Coordenadoria de Extensão e pelo Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão

(NIPE). Essa Diretoria também existe no *Campus* Pouso Alegre, que tem também o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Coordenadoria de Extensão.

Por fim, temos o *Campus* Avançado Três Corações que conta com uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e com uma Coordenação de Estágios e Convênios (CIEC).

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) possui 9 *campi* espalhados pelo estado, sendo 7 *Campi* Plenos e 2 *Campi* Avançados, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região. Os *Campi* são: Avançado *Campina Verde*, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Avançado Uberaba Parque Tecnológico, Uberlândia e Uberlândia Centro.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFTM, a Pró-reitoria de Extensão Tecnológica (PROEXT). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão, a Coordenação Geral de Extensão, a Coordenação de Extensão e Assistência Estudantil, a Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos e a Secretaria da Pró-reitoria de Extensão Tecnológica.

Iniciamos nossa descrição pelo *Campus* Avançado *Campina Verde* que possui uma Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Estágio e Egressos (CEE).

Os *Campi* Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Avançado Uberaba Parque Tecnológico e Uberlândia Centro têm uma Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação de Estágio e Acompanhamento Egressos.

O *Campus* Uberaba possui uma estrutura bem similar aos *Campi* citados anteriormente, com pequenas alterações. Nele, encontramos a Coordenação Geral de Extensão, a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Estágio e a Coordenação de Egressos.

No *Campus* Uberlândia, há uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atré-ladas à essa direção, sob a temática extensionista, encontramos a Coordenação de Extensão, a Coordenação Geral de Extensão e Apoio ao Estudante, a Coordenação de Estágio e a Coordenação de Egressos.

➤ Rio de Janeiro

O estado de Rio de Janeiro conta com três IF, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFLUMINENSE) e o Colégio Pedro II (CP2).

Discorreremos sobre os três Institutos Federais, individualmente, no texto a seguir.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) possui 15 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 14 *Campi* Plenos e 1 *Campus* Avançado.

Os *Campi* existentes no IFPR são: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Avançado Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFRJ, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Junto a ela há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão Comunitária e Tecnológica (DIPROEXT), a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), a Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas (DiDAA), a Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social (DRAPS), a Coordenação-Geral de Integração Escola Empresa (CGIEE) e a Coordenação-Geral de Programas e Projetos (CGPP).

A estrutura de extensão nos *Campi* do IFRJ é bem similar, sendo organizada da seguinte forma: nos *Campi* Arraial do Cabo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Nilópolis, Paracambi, Realengo e Volta Redonda encontramos uma Coordenação de Extensão (COEX) e uma Coordenação de Integração Escola – Empresa (COIEE); no *Campus* Belford Roxo, há uma Coordenação de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, sendo que há uma Coordenação dentro desse setor que cuida apenas da extensão; os *Campi* Mesquita, Niterói e São João de Meriti têm uma Coordenação de Extensão; já nos *Campi* Pinheiral e Rio de Janeiro encontramos uma Direção de Extensão, Pesquisa e Inovação (DEPI), uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COEX) e uma Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos (COIEE); no *Campus* São Gonçalo, encontramos uma Direção de Extensão, Pesquisa e Inovação (DEPI) e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COEX). Nesse *Campus*, o setor de Estágio fica sob a responsabilidade de uma Direção de Ensino.

Não conseguimos localizar informações de Extensão no *Campus* Avançado Resende.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) possui 14 *Campi* espalhados pelo estado, sendo 9 *Campi* Plenos, 3 *Campi* Avançados, 1 Polo de Inovação e 1 Centro de Referência. Os *Campi* existentes no IFF são: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Avançado Cambuci, Campos Centro, Campos Guarus, Centro de Referência, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Avançado Maricá, Quissamã, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Avançado São João da Barra e Santo Antônio de Pádua. Ressaltamos que o *Campus* Itaboraí está em fase de construção.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFF, a Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação. Acessando o site da reitoria deste Instituto, não foi possível localizar a equipe que atua na elaboração de ações extensionistas nos *Campi*.

No *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, existe uma Diretoria de Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Integração Escola e Comunidade (CORIEC). Já o *Campus* Cabo Frio possui uma Diretoria de Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Extensão.

No *Campus* Campos Centro, a estrutura é bem similar, o que modifica é o nome da coordenação. Nesse *Campus*, temos a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação e a Coordenação de Ações de Extensão.

O *Campus* Campos Guarus possui apenas a Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação. Já o *Campus* Itaperuna tem uma Diretoria de Pesquisa, Extensão e Políticas Estudantis.

A extensão do *Campus* Macaé é composta pela Diretoria de Inovação, Pesquisa e Extensão, pela Coordenação de Extensão e pela Coordenação de Estágios. O *Campus* Avançado Maricá conta com uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Coordenação de Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação.

O *Campus* Quissamã é formado pela Diretoria de Pesquisa, Extensão e Apoio ao Estudante (DPEAECQ) e pela Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação (CEPICQ). Já no *Campus* Avançado São João da Barra, existe a Coordenação de Pesquisa e Extensão. Por fim, temos, no *Campus* Santo Antônio de Pádua, uma Diretoria de Pesquisa, Extensão e Cultura.

Não conseguimos localizar informações de extensão nos sites oficiais do Centro de Referência e Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, bem como no site do *Campus* Avançado Cambuci.

- Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II (CP2) possui 15 *Campi* espalhados pelo estado, sendo que todos são considerados *Campi* Plenos. São eles: Centro, Centro de Referência em Educação Infantil Realengo, Duque de Caxias, Engenho Novo I, Engenho Novo II, Humaitá I, Humaitá II, Niterói, Realengo I, Realengo II, São Cristóvão I, São Cristóvão II, São Cristóvão III, Tijuca I e Tijuca II.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do Colégio Pedro II, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC). Junto a essa reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Pós-Graduação, a Diretoria de Extensão, a Diretoria de Pesquisa e a Diretoria de Culturas.

O Colégio Pedro II, fundado em 2 de dezembro de 1837, é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade.

Em seus mais de 180 anos, o Colégio passou por períodos de expansão e modernização, sem deixar de lado as características que o tornaram referência no cenário educacional brasileiro. Equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da lei 12.677/12, o Colégio Pedro II conta com 14 *Campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, 1 em Niterói e 1 em Duque de Caxias, e 1 Centro de Referência em Educação Infantil, localizado em Realengo, totalizando uma estrutura de 15 *Campi* em todo Estado.

O CP2 oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Integrado, Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), além de cursos de graduação e pós-graduação. Em todos os *Campi* analisados do CP2 não localizamos uma estrutura extensionista, mesmo havendo uma pró-reitoria para lidar com essa temática.

➤ São Paulo

O estado de São Paulo conta com o maior IF do país em quantidade de *Campus*, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). A rede possui 36 unidades espalhadas pelo estado, sendo 34 *Campi* Plenos e 2 *Campi* Avançados. No site oficial da instituição encontramos a informação de que está em processo de implantação o *Campus* São José do Rio Preto.

Os *Campi* existentes em São Paulo são: Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva,

Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Avançado Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Avançado Jundiaí, Matão, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Avançado São Miguel Paulista, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Avançado Tupã e Votuporanga.

Existe uma pró-reitoria que lida com toda a temática de extensão do IFSP, a Pró-reitoria de Extensão (PROEX). Junto a essa pró-reitoria há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria de Relações Comunitárias e Institucionais (DRCI), a Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Comunitário (DADC), a Diretoria de Programas e Projetos (DPP), a Diretoria Adjunta de Gerenciamento de Projetos (DAGP), a Coordenadoria de Ações Socioculturais (CAS), a Coordenadoria de Formação Profissional (CFP), a Coordenadoria de Registro de Ações de Extensão (CRAE) e Coordenadoria de Apoio à Gestão (CAG).

Todos os *Campi* do IFSP contam com uma Coordenação de Extensão (CEX).

Os *Campi* mais antigos, Cubatão, Sertãozinho e São Paulo possuem uma estrutura mais elaborada, com a presença de uma direção, como podemos verificar a seguir. Ressaltamos apenas que, no *Campus* Avançado Ilha Solteira, não há uma Coordenação de Extensão, mas sim um Representante de Extensão (REX), para lidar com as ações Extensionistas do *Campus*.

No *Campus* Cubatão, existe a Diretoria de Pesquisa Inovação e Extensão (DPE). Em Sertãozinho tem a Direção Adjunta de Extensão (DAE) e, em São Paulo, por ser o maior *Campus* do IFSP em quantidade de matrículas, encontramos a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (DPE), a Coordenação de Extensão (CEX), a Coordenadoria de Cursos de Extensão (CCE), a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa (CIEE), a Coordenadoria de Esportes (CES), a Coordenadoria de Estágios (CEE), a Coordenadoria de Fomentos (CFO), a Coordenadoria de Registros Escolares – Pós-Graduação (CRP), a Coordenadoria de Extensão (CEX) e a Coordenadoria de Projetos de Extensão (CPE).

Vemos que, no *Campus* São Paulo, há uma separação entre extensão e estágio, mas nos demais *Campi* do IFSP a coordenação de extensão é quem lida com o estágio.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Cubatão

Vamos abrir aqui um parêntesis para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Cubatão (IFSP – CBT)⁵⁵, pois esse é nosso local de trabalho e de onde surgiu nosso interesse de estudo pela temática abordada nesta tese.

⁵⁵ Disponível em: <<https://cbt.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Com a intenção de atender à comunidade de Cubatão, localizada a cerca de setenta quilômetros de São Paulo e a quinze do Porto de Santos - maior porto da América Latina, que possui um dos maiores parques industriais da América do Sul -, a Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão da Escola Técnica Federal de São Paulo (UNED-Cubatão) foi inaugurada em abril de 1987. A autorização de funcionamento da UNED-Cubatão veio através da Portaria Ministerial nº 158, de 12 de março de 1987, quando a escola foi instalada em um prédio provisório, cedido pela Prefeitura Municipal de Cubatão, que ficava no centro da cidade. A UNED-Cubatão iniciou suas atividades oferecendo cursos de segundo grau técnico nas habilitações de Eletrônica, Processamento de Dados e Informática Industrial.

O prédio próprio da UNED, iniciado em 1997 e entregue à comunidade em janeiro de 2001, possui 7.000 m² de área construída num terreno de 25.700 m² e toda a infraestrutura necessária para abrigar os cursos técnicos tradicionais e os novos cursos criados para atender a uma demanda específica da comunidade, dispondo de salas-ambiente, laboratórios, equipamentos suficientes e adequados.

A Escola Técnica Federal de São Paulo passou à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SP) a partir do Decreto Presidencial de 18 de janeiro de 1999. Em 2007, o Governo Federal lançou a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Assim, em conformidade com a Lei nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-SP passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e a UNED-Cubatão passou à condição de *Campus* Cubatão. Atualmente, o IFSP-CBT oferece aos estudantes das nove cidades da região da Baixada Santista os seguintes cursos:

Técnicos:

- Técnico em Automação Industrial (Concomitante ou Subsequente)
- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio
- Educação de Jovens e Adultos: Informática Básica

Superiores:

- Tecnologia em Automação Industrial
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Tecnologia em Gestão de Turismo
- Bacharelado em Turismo
- Licenciatura em Letras – Português
- Licenciatura em Matemática
- Engenharia de Controle e Automação

A faixa-etária do público-alvo da escola costuma ser bem variada, de acordo com a demanda dos cursos ofertados. Existem alunos de 14 a 60 anos. Já com relação às condições socioeconômicas, atualmente, a predominância é a das classes sociais baixa e média.

A missão do *Campus* Cubatão é consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento. Quanto às suas bases filosóficas, o IFSP-SP busca por práticas pedagógicas críticas e progressistas, alicerçadas aos objetivos e princípios a seguir:

Objetivos:

- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos os de iniciação, aperfeiçoamento e atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Ministrando educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- Ministrando ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Ofertando educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- Ministrando cursos de licenciatura, bem como de programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- Realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- Estimulando a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;

- Estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;
- Promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

Princípios:

- Valorização da criatividade, da curiosidade, da inventividade;
- Formação do Cidadão Participativo e Crítico;
- Desenvolvimento de habilidades relativas ao aprender a aprender e ao ensinar a pensar;
- Integração e Inovação;
- Flexibilidade e diversidade;
- Gestão Democrática e Participativa;
- Igualdade de oportunidades e diversidade de tratamento: Respeito às diferenças para promover a igualdade entre os desiguais;
- Respeito à autonomia dos valores e das escolhas de cada um;
- Valorizar o aprendizado contínuo e o trabalho participativo;
- Preservação do Ensino Público de Qualidade;
- Valorização do servidor e do serviço público;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Preservação dos princípios do serviço público: Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Transparência, Moralidade Administrativa, Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economicidade.

Assim, notamos que, com o passar dos anos, o IFSP-CBT foi adquirindo uma organização mais bem estruturada, trazendo maiores benefícios aos educandos e às diferentes comunidades em que cada *Campus* está inserido.

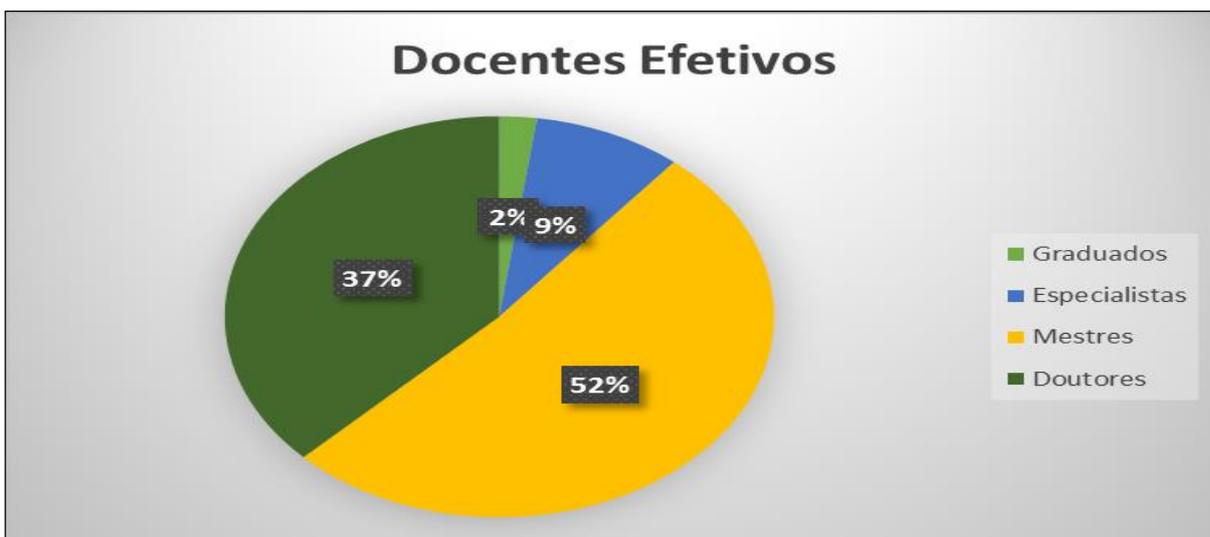
De acordo com o quadro de docentes localizado no site oficial do *Campus*⁵⁶ junto a Coordenadoria de Gestão de Pessoas do IFSP-CBT (2020), o *Campus* Cubatão conta com um

⁵⁶ Disponível em:

<file:///D:/G%20I%20S%20E%20L%20A/DOCTORADO/Tese/Estruturas%20do%20IF/S%C3%A3o%20Paulo/Corpo_Docente_2019_atualizado_26.07.19%20Cubat%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

quadro de servidores composto por 91 docentes efetivos e 23 docentes substitutos. Dos docentes efetivos, no que diz respeito à formação acadêmica, 2 são graduados, 8 especialistas, 47 mestres e 34 doutores, como podemos verificar no Gráfico a seguir.

Gráfico 25 – Docentes Efetivos – IFSP-CBT

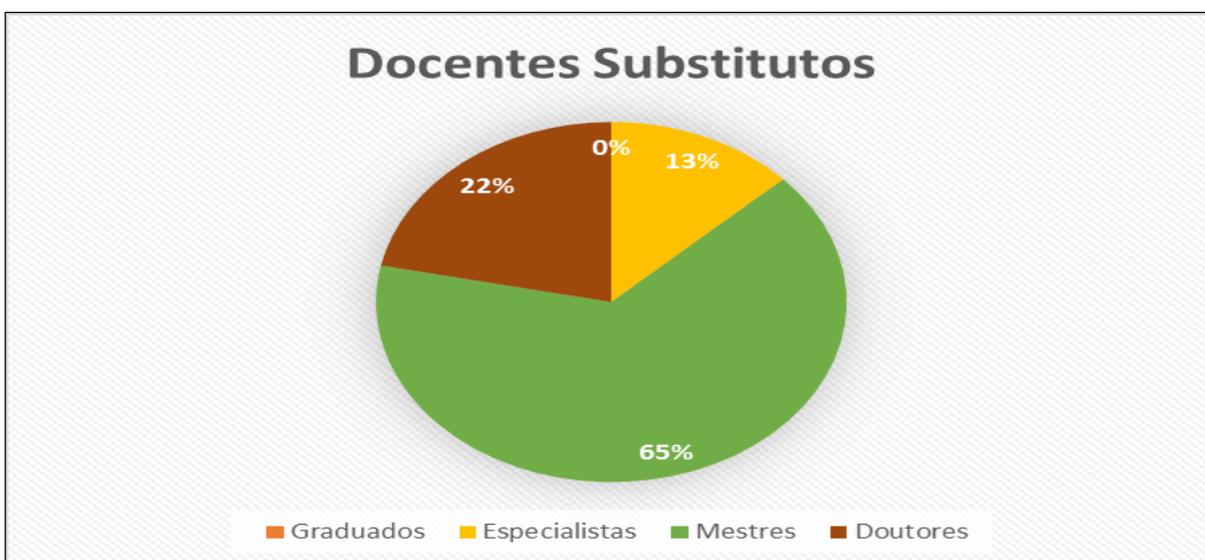


Fonte: Site: IFSP-CBT. Elaboração própria.

Analisando o Gráfico 25, percebemos que a maior parte dos docentes efetivos do IFSP – CBT é composta por Mestres, totalizando 52% (cinquenta e dois por cento).

Com relação aos docentes substitutos, atualmente temos a seguinte situação: 3 deles são especialistas, 15 mestres e 5 doutores, conforme podemos observar no Gráfico a seguir.

Gráfico 26 – Docentes Substitutos IFSP- CBT



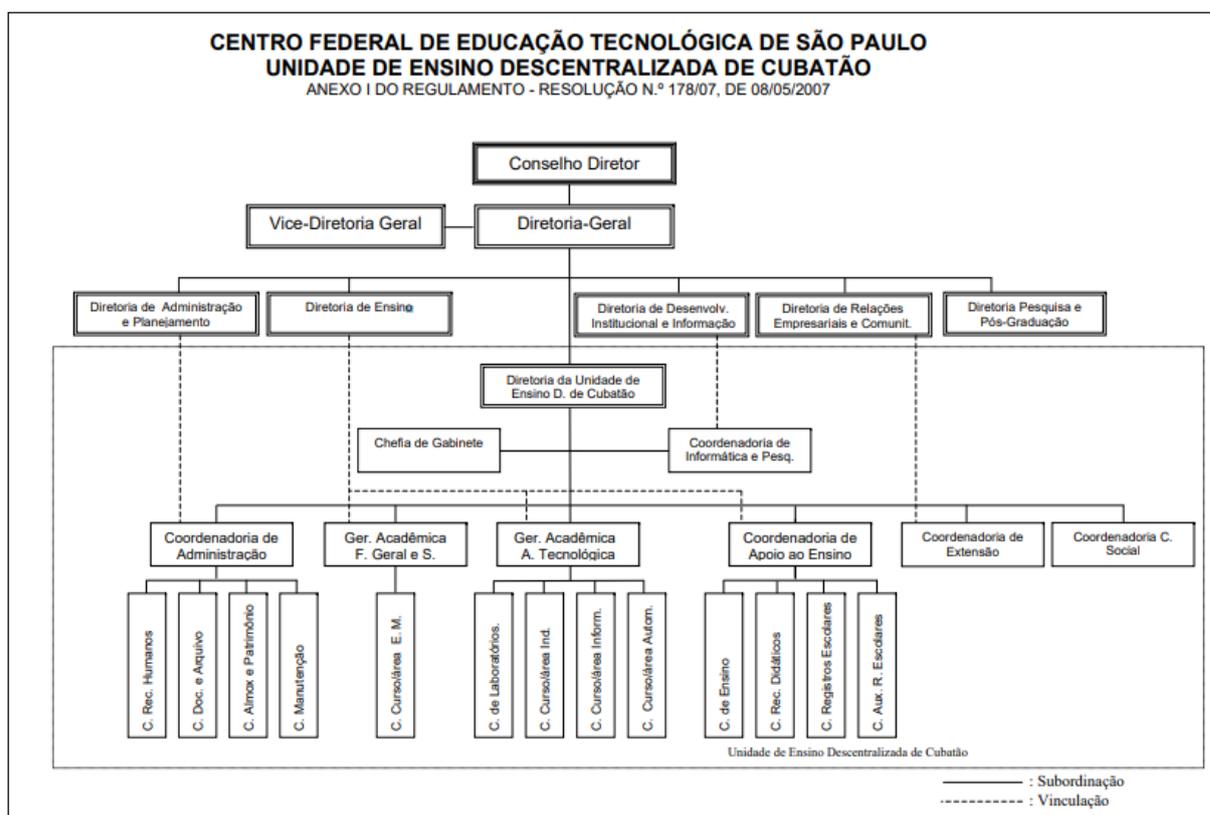
Fonte: Site: IFSP-CBT. Elaboração própria.

Com isso, observamos que 65% (sessenta e cinco por cento) dos docentes substitutos são mestres.

O *Campus* conta, também, com uma equipe composta por 71 técnicos-administrativos, com formação variada.

O funcionamento do estabelecimento é de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 7h às 23h e aos sábados das 7h às 18h. As diretorias e coordenadorias administrativas e de ensino desempenham tarefas específicas e estão vinculadas e subordinadas a outras equipes, conforme podemos verificar no organograma a seguir:

Figura 4 – Organograma do *Campus* Cubatão



Fonte: Disponível em: <<https://cbt.ifsp.edu.br/images/Documentos/organograma.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

O *Campus* Cubatão apresenta infraestrutura composta por salas de aula com lousas, aparelhos de data show e ar-condicionado, auditório para cem pessoas, miniauditório, salão de eventos, conjunto poliesportivo, sala de projeção com recursos audiovisuais e de produção de vídeos, biblioteca e vinte laboratórios distribuídos em cinco setores: Laboratório de Informática, Laboratório de Biologia, Laboratório de Indústria, Laboratório de Química e Laboratório de Física. Dispõe, também, de um refeitório equipado com geladeira, micro-ondas,

pia, mesas, televisão, ventiladores e tem capacidade para 56 pessoas, podendo ser utilizado por servidores e alunos, e um restaurante, ainda em processo de implantação.

A biblioteca “Eloyza Martinez” *Campus* Cubatão possui, aproximadamente, 11 mil exemplares distribuídos em diversas áreas do conhecimento, atendendo, dessa forma, às necessidades dos alunos e dos cursos oferecidos pela escola. Além de livros, a biblioteca também disponibiliza dicionários (inglês, português e espanhol), revistas técnicas e jornal de circulação regional⁵⁷ para que alunos e funcionários se mantenham informados sobre todas as notícias do dia. Conta, de igual modo, com uma rede de oito computadores para pesquisas na *Internet* e um espaço onde os alunos podem se reunir para estudar e/ou fazer trabalhos.

Percebemos, portanto, que o IFSP-CBT possui diversos recursos disponíveis, tanto ao alunado quanto aos servidores, que atendem às necessidades mínimas necessárias ao bom desenvolvimento das atividades diárias da instituição. E, no tocante à extensão, conforme já bordado de forma mais detalhada neste capítulo, possui uma equipe composta por uma Diretoria de Pesquisa Inovação e Extensão e uma Coordenação de Extensão, que lida, também, com os estágios dos discentes, tendo em vista a aplicabilidade da extensão dentro do *Campus*.

3.5 Técnicas de análise de dados: análise estatística descritiva e correlacional

Finalizamos este capítulo metodológico reforçando que, no que diz respeito aos dados quantitativos, elaboramos uma análise estatística descritiva e correlacional com base nas variáveis analisadas anteriormente, como gênero, idade, formação e tempo na função de agente extensionista. Quanto à análise documental, elaboramos nossa análise de natureza qualitativa-compreensiva, tendo em consideração a categoria extensão e os princípios e fundamentos que a estruturam nos Institutos Federais. No que diz respeito à análise dos dados do questionário, elaboramos uma análise descritiva e estatística, que será detalhada mais à frente em nossa tese.

⁵⁷ Jornal A Tribuna - considerado como o jornal de maior circulação na Baixada Santista.

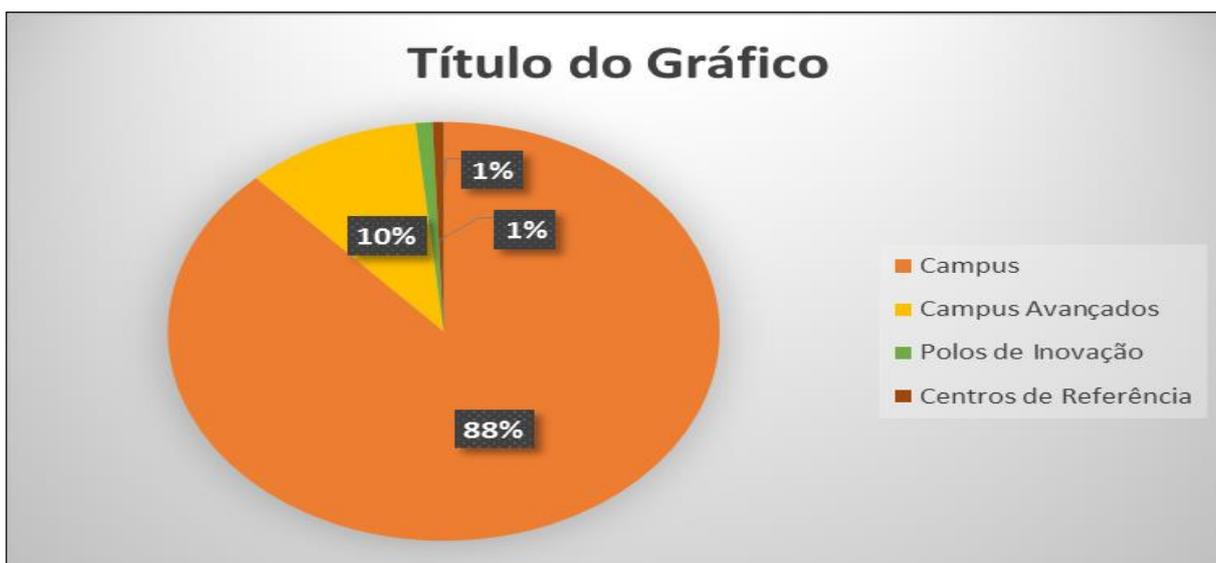
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS

Neste capítulo, efetuamos a análise dos sujeitos dos Institutos Federais que atuam, efetivamente, em cada unidade, no desenvolvimento das ações extensionistas. Conforme já mencionado, temos por objetivo destrinchar, analiticamente, o universo de nossa pesquisa e perceber como os IF trabalham com a extensão.

Como ressaltado no capítulo anterior, atualmente, temos um total de 39 (trinta e nove) Reitorias, 540 (quinhentos e quarenta) *Campi*, 63 *Campi* Avançados (sessenta e três), 6 (seis) Polos de Inovação e 4 (quatro) Centros de Referência totalizando 613 (seiscentas e treze) unidades distribuídas por todo o país. Ressaltamos que os Polos Presenciais de Educação a Distância (EAD) não entraram nessa coleta de dados.

Observando o Gráfico a seguir, podemos perceber que 88% (oitenta e oito por cento) dos *Campi* da rede são considerados *Campus* Plenos, ou seja, *Campus* independentes e descentralizados. Em seguida, temos os *Campi* Avançados, que geralmente estão interligados a outro *Campus* ou até mesmo à reitoria, com 10% (dez por cento) da rede. Os Polos de Inovação e Centros de Referência juntos, totalizam 2% (dois por cento) da rede.

Gráfico 27 – Estrutura da Rede de Institutos Federais



Fonte: Sites: IFAC, IFAP, IFAM, IFPA, IFRO, IFRR, IFTO, IFAL, IFBA, IFBAIANO, IFCE, IFMA, IFPB, IFPE, IFSERTÃO-PE, IFPI, IFRN, IFS, IFB, IFG, IFGOIANO, IFMT, IFMS, IFPR, IFRS, IFFarroupilha, IFSUL, IFSC, IFC, IFES, IFMG, IFNMG, IFSUDESTMG, IFSULMINAS, IFTM, IFRJ, IFF, CP2, IFSP. Elaboração própria.

Na Tabela a seguir, observamos a estrutura dos Institutos Federais por região. Podemos afirmar que a maior delas, em números totais, é a região Nordeste, pois conta com 212 unidades, entre todas as estruturas existentes – *Campus*, *Campus Avançados*, Polo de Inovação, Centros de Referências - nos institutos federais. Logo, estão os Institutos da região sudeste, que totalizam 158 unidades. Na sequência, notamos a região sul, seguida pela região norte. Por fim, chegamos à região centro-oeste, considerada a menor das regiões, com 70 unidades.

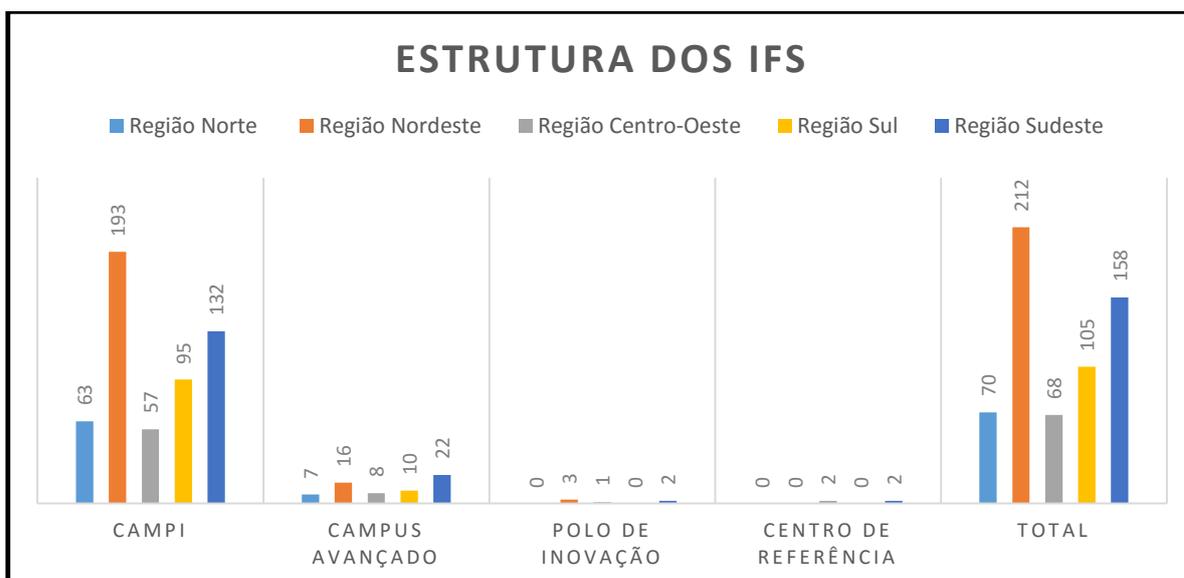
Tabela 13 - Total de Institutos Federais

Regiões	<i>Campi</i>	<i>Campus Avançado</i>	Polo de Inovação	Centro de Referência	Total
Norte	63	7	-	-	70
Nordeste	193	16	3	-	212
Centro-Oeste	57	8	1	2	68
Sul	95	10	-	-	105
Sudeste	132	22	2	2	158
Total	540	63	6	4	613

Fonte: Sites das regiões - Norte: IFAC, IFAP, IFAM, IFPA, IFRO, IFRR, IFTO; Nordeste: IFAL, IFBA, IFBAIANO, IFCE, IFMA, IFPB, IFPE, IFSERTÃO-PE, IFPI, IFRN, IFS; Centro-Oeste: IFB, IFG, IFGOIANO, IFMT, IFMS; Sul: IFPR, IFRS, IFFarroupilha, IFSUL, IFSC, IFC; Sudeste: IFES, IFMG, IFNMG, IFSUDESTEMG, IFSULMINAS, IFTM, IFRJ, IFF, CP2, IFSP. Elaboração própria.

Através desses dados, conseguimos obter o seguinte Gráfico, que nos permite uma melhor observação da estrutura dos IF.

Gráfico 28 - Estrutura dos IF



Fonte: Sites das regiões - Norte: IFAC, IFAP, IFAM, IFPA, IFRO, IFRR, IFTO; Nordeste: IFAL, IFBA, IFBAIANO, IFCE, IFMA, IFPB, IFPE, IFSERTÃO-PE, IFPI, IFRN, IFS; Centro-Oeste: IFB, IFG, IFGOIANO, IFMT, IFMS; Sul: IFPR, IFRS, IFFarroupilha, IFSUL, IFSC, IFC; Sudeste: IFES, IFMG, IFNMG, IFSUDESTEMG, IFSULMINAS, IFTM, IFRJ, IFF, CP2, IFSP. Elaboração própria.

Ressaltamos, a partir desse momento, algumas especificidades encontradas nos IF do país por região para que possamos construir uma análise dos dados e reconhecer as peculiaridades existentes na rede.

4.1 Região Norte

➤ Acre

Consoante com o que apresentamos no capítulo anterior, notamos que, embora o IFAC possua uma estrutura pequena, de 6 unidades, seus *Campi* têm estruturas similares. Assim, enquanto os *Campi* Cruzeiro do Sul e Rio Branco Avançado Baixada do Sol há a DIREN e a COPIE para tratar da extensão, nos demais *Campi* do IFAC (Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Tarauacá) existe a DIREN, a COPIE e a COEST.

Dessa maneira, percebemos que, no IFAC há uma estrutura similar entre os *Campi*, mas não encontramos, em nenhum deles, um setor específico para tratar apenas da extensão, pois as mesmas Diretorias e Coordenadorias precisam lidar com questões de ensino e de pesquisa ao mesmo tempo. A nosso ver, essa questão dificulta as ações específicas e aprofundadas de extensão, pois as equipes precisam lidar com as temáticas ensino, pesquisa, extensão e inovação concomitantemente, o que acreditamos ser prejudicial ao desenvolvimento da temática

extensionista ou de qualquer outra área. Esse pensamento não significa que a extensão não seja praticada dentro dos *Campi*, mas temos a ideia de que, as equipes devem ser formadas individualmente entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, e agregar pensamentos e ações posteriormente.

Acreditamos que extensão já é um assunto amplo a ser trabalhado e que juntá-la com os outros temas, que também são de suma importância para o desenvolvimento da instituição, seja uma questão de difícil solução dentro dos *Campi* do IFAC.

➤ **Amapá**

Com relação ao IFAP, notamos que os seus cinco *Campi* estão vinculados a uma única reitoria.

Os *Campi* Laranjal do Jari, Porto Grande e Santana possuem um Departamento de Pesquisa e Extensão (DEPEX) e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX), sendo que, atrelados a essa coordenação encontramos os setores de Inovação e Empreendedorismo, o de Estágio e Egressos (SETEEG) e o Agente de Inovação (NIT). O *Campus* Macapá, por sua vez, é formado pelo Departamento de Pesquisa e Extensão, pela Seção de Gerenciamento de Atividades de Extensão e pela Seção de Gerenciamento de Estágio e Egresso. Já no *Campus* Avançado Oiapoque, encontramos apenas um setor de extensão, com um responsável, que não é um coordenador, diretor ou gerente, nomenclaturas normalmente encontradas nas estruturas dos IF. Julgamos que o fato de ser um *Campus* Avançado, com estrutura reduzida, contribua para que não haja esses cargos no *Campus*.

Vemos, então, que o IFAP, tem uma estrutura diversificada, mas bem parecida entre seus *Campi* e atrela as temáticas da pesquisa e da extensão a um mesmo setor. Acreditamos que esse fato não seja positivo, pois não há uma equipe focada em um objetivo único. Ressaltamos, ainda, que não localizamos, nesse setor, nenhuma informação acerca do terceiro princípio, o ensino, no que diz respeito ao aspecto da indissociabilidade e articulação entre eles.

➤ **Amazonas**

No que tange ao estado do Amazonas, o IFAM engloba 15 *Campi* e uma reitoria de extensão, a PROEX, atreladas a outras diretorias e coordenações que atuam diretamente com o tema (DIEPXP, CGPPE, CGCAI, CGRIC, CGEI, PRONATEC e CGCE).

Percebemos que, dentro da estrutura dos *Campi* desse IF, há uma separação entre ações de extensão e a realização de estágio e contato com as empresas. Compreendemos que essa é uma divisão que melhora consideravelmente o desenvolvimento de atividades extensionistas, mas que essas ações devem caminhar juntas, pois o estágio é parte importante do desenvolvimento da extensão nos estabelecimentos.

Dentre as diretorias e coordenadorias de extensão relativas ao *Campus* Humaitá, quais sejam: DEPE, COEX e CREE, notamos a particularidade da inserção do NAPNE. Acreditamos que possa haver alguma explicação para esse fato, apesar de sabermos que as equipes do NAPNE nos IF são formadas por uma equipe sócio pedagógica diversa, composta por Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Psicólogos, Assistentes Sociais, Intérpretes de Libras, Enfermeiros e demais membros da comunidade. Assim, julgamos que esse Núcleo está mais atrelado a questões de ensino do que a questões de extensão. Observamos que tal situação também se repete no *Campus* Lábrea que, ao lado da DEPE, da CEX, e da CIIE, inclui o NAPNE no trabalho com a extensão. Partindo do princípio de que há a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, consideramos fator de suma importância a articulação entre os setores responsáveis pelas ações específicas e diversificadas. Com isso, consideramos de grande importância a presença de uma equipe multidisciplinar na extensão que esteja articulada com o ensino ou com a pesquisa.

Acerca do *Campus* Manaus Centro, por se tratar de uma estrutura ampla, julgamos que sua estruturação atende a uma demanda maior de trabalho com a extensão bem diferenciada, diversa e produtiva.

Consideramos importante o fato de haver uma direção que atrele ensino, pesquisa e extensão, pois verificamos a observação do tripé indissociável da educação na construção desse processo de aprendizagem. O fato de maior parte dos *Campi* do IFAM separar as coordenações de tais princípios nos traz um alento, pois verificamos que esses princípios são pensados individualmente, e a posteriori, devem ser agregados por conta da existência da diretoria, que serve como a articuladora dessas ações.

Em geral, vemos que o IFAM possui uma estrutura bem equilibrada de direções, coordenações, setores e núcleos para lidar com a extensão. Acreditamos que uma equiparação de nomenclatura seria essencial para uma melhor compreensão de como o IFAM lida com todas as questões de ensino da rede e também com as questões de extensão, objetivo desse estudo.

Como o que nos importa no momento é a extensão e sua aplicabilidade no IFAM, destacamos o fato de setores como o NAPNE estarem inseridos em alguns *Campi*, pois, consoante com o que já citamos anteriormente, nossa compreensão da estrutura do NAPNE está

mais atrelada a questões de ensino do que de extensão, visto que, para o funcionamento adequado desse Núcleo, faz-se necessária a presença de uma equipe sócio pedagógica completa e multissetorial.

➤ **Pará**

Conforme descrito no capítulo anterior, o IFPA possui 18 *Campi*, a saber: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Itaituba, Conceição Araguaia, Marabá Industrial, Rural Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia. Todos estão ligados a uma reitoria em que se encontra a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX), a qual é dividida em diferentes setores: a DIREX, a CEE, o SEOT, a CORI, a Coordenação de Geral do PRONATEC e a Coordenação de Arte, Cultura e Esporte e Lazer.

A PROEX do IFPA possui um programa de extensão, o PROEXTENSÃO, que visa ao fortalecimento da educação a partir de atividades de cunho interdisciplinar, com o intuito de viabilizar a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Notamos, então, que o IFPA apresenta uma estrutura extensionista bastante similar entre seus *Campi*, mas com nomenclaturas diferenciadas, o que consideramos que pode causar certa confusão. Acreditamos que seria interessante uma equiparação dos nomes dados aos setores para que haja uma compreensão melhor da estrutura organizacional do IFPA. Entretanto, julgamos que a nomenclatura diferenciada não prejudica a realização do trabalho.

➤ **Rondônia**

O IFRO possui 10 *Campi*: Ariquemes, Cacoal, Colorado, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama e Vilhena. Nele há uma pró-reitoria que trabalha com a extensão, a PROEX, junto a qual estão a Diretoria de Programas e Projetos de Extensão, a CISPRO, a COCEC e a CIES.

Em linhas gerais, a estrutura de Extensão do IFRO é bem organizada e similar, contando com equipe em todos os *Campi* para lidar com as ações extensionistas da instituição. Por meio da análise dos sites oficiais, não é possível detectar se a indissociabilidade é presente nas ações articuladas pelos setores.

➤ Roraima

O IFRR, um dos menores IF em quantidade de *Campi*, ao lado do IFAP, possui 5 *Campi*. São eles: Amajari, Avançado do Bonfim, Boa Vista Centro, Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso. Há uma pró-reitoria de extensão, PROEX, na qual existe uma equipe técnica: a DIPEAP, a COPRE, o Núcleo de Esporte e Cultura, a COEM, a CRI, o Núcleo Pedagógico e Núcleo do Observatório do Mundo do Trabalho.

Com exceção dos demais *Campi*, verificamos que o *Campus* Boa Vista Centro possui uma equipe diferenciada e ampla composta por diretorias e coordenações: a DIREX, a CCAC, a CEAEG, a CPE, a CFIC, a CCL, a CES e a Coordenação Programa Mulheres Mil. Acreditamos que essa necessidade se dá por conta do tamanho do *Campus* e quantidade de alunos lá matriculados.

Percebemos, então, que o IFRR tem uma estrutura que abrange a temática extensão individualmente. Consideramos essa ação positiva, pois garante um olhar mais específico e apurado para o tema. Ressaltamos, no entanto, a particularidade do *Campus* Avançado que possui apenas uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) devido, talvez, à sua grade mínima de servidores.

➤ Tocantins

O IFTO possui 11 *Campi*, sendo eles os *Campus* de: Araguaína, Araguatins, Avançado Formoso do Araguaia, Avançado Lagoa da Confusão, Avançado Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Há uma Pró-Reitoria de Extensão, PROEX, junto à qual estão algumas diretorias e coordenadorias: a DREI, a Coordenadoria de Relação e Assuntos Internacionais, a DIREX e a Coordenadoria de Arte e Cultura.

Verificamos, portanto, que a estrutura de extensão nos *Campi* do IFTO é bem similar, organizada e conta com equipes para lidar com as ações extensionistas da instituição em todos os *Campi*. O fato da existência de uma coordenação específica de extensão nos estabelecimentos garante, no mínimo, que a temática seja abordada neles, mas não é possível verificar se ações indissociáveis são aplicadas.

4.2 Região Nordeste

➤ Alagoas

Verificamos que o IFAL possui 16 *Campi*. São eles: Arapiraca, Batalha, Avançado Benedito Bentes, Coruripe, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa. Há uma pró-reitoria de extensão (PROEX) que se organiza em torno de uma equipe técnica: a Coordenação de Projetos, a CAC, a Assessoria de Extensão, a CEE e a CRI.

Notamos que em alguns *Campi* existe apenas uma Coordenação de Extensão. Já nos *Campi* Batalha, Viçosa, Rio Largo e Coruripe, a coordenação é de pesquisa e extensão, o que, a nosso ver, é prejudicial, pois uma coordenação precisa lidar com atribuições diferentes.

No *Campus* Avançado Benedito Bentes, não conseguimos localizar a extensão, motivo pelo qual não pudemos verificar como o *Campus* lida com a temática. Acreditamos que, por se tratar de um *Campus* Avançado, exista uma estrutura reduzida e que os que lidam com a extensão estejam relacionados ao departamento de Direção Acadêmica.

Percebemos que os *Campi* do IFAL possuem cargos diferenciados em toda sua estrutura, o que denota o poder de autonomia de cada Instituto Federal do país. Verificamos, também, uma estrutura diferenciada entre os *Campi*, embora, nesse sentido, seja mais notória a presença de uma coordenação específica de extensão. Entendemos com isso que existe, no mínimo, apenas uma pessoa para lidar com ações relativas à temática, o que permite, então, o desenvolvimento de práticas mais efetivas sobre o assunto no cotidiano.

➤ Bahia

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

O IFBA possui 23 *Campi*, sendo eles: Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Polo de Inovação, Porto Seguro, Salvador e Núcleo Avançado Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Avançado Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista. Nele também há uma pró-reitoria de extensão (PROEX), subdividida em diretorias e departamentos, a saber: a DIREX, o DPP, o DRE, o DRC e o DACEL.

De acordo com o que já explicitamos no capítulo anterior, no IFBA, a estrutura de extensão não é linear e os *Campi* são estruturados de maneira diferente e independente. Em alguns *Campi* (Barreiras, Irecê, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista) há uma Coordenação de Extensão (COPEX, COEXT, COEX e CERC). Em outros existem coordenações de Pesquisa e Extensão de forma concomitante e até de Extensão e Estágio (COEST), característica importante, pois percebemos a presença de setores refletindo sobre a temática em pauta.

No *Campus* Eunápolis, encontramos a COPEX que atua apenas com a prática extensionista, embora a sigla faça alusão à pesquisa e à CRIEE que cuida dos estágios e egressos. Consideramos a formatação desse setor produtiva, pois verificamos uma equipe para cuidar das demandas de extensão e outra para a demanda de estágio. Ambas são ações extensionistas, mas devemos atentar para o fato de que a demanda de estágio, a nosso ver, devido às questões burocráticas, acaba, por vezes, prejudicando o andamento das demais ações extensionistas do *Campus* quando temos apenas uma coordenação para lidar com o todo. Com nomenclaturas diferentes encontramos a mesma estrutura nos *Campi* Euclides da Cunha e Jequié, onde há a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Estágio e Egressos.

No *Campus* Paulo Afonso está a Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão, o que julgamos muito relevante, pois compreendemos que a Pesquisa, a Pós-graduação, a Inovação e a Extensão são assuntos complexos e importantíssimos para o desenvolvimento da instituição por estarem agregadas a um único setor e sob a responsabilidade de uma coordenação apenas. Já no que se refere à amplitude do *Campus* Salvador e do Núcleo Avançado Salinas da Margarida em conjunto, acreditamos que o número de alunos da instituição seja grande devido à existência de um Núcleo Avançado, o que exige a presença de um setor mais bem estruturado e maior para que a extensão seja trabalhada.

No *Campus* Brumado não foi possível verificar a atividade extensionista, pois só verificamos a DIEER, divisão que cuida dos estágios e egressos. Não conseguimos localizar se esta divisão está atrelada às ações extensionistas do *Campus* e nem se existe um setor que cuide da temática analisada. Já no *Campus* Seabra, sentimos a falta de uma Coordenação de Extensão para centralizar efetivamente as ações acerca do tema.

Assim, percebemos que o IFBA tem uma estrutura diversificada entre seus *Campi*, até porque cada *Campus* tem autonomia para elaborar seus organogramas. Com relação à extensão, percebemos que a maior parte deles tem um setor para desenvolver estratégias sobre a temática.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO)

O IFBAIANO possui 14 *Campi*: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença, Xique-Xique. Nele existe a pró-reitoria de extensão (PROEX), na qual há uma equipe técnica com os seguintes cargos: a Coordenação Geral de Programas e Projetos de Extensão (CPPEX), a Coordenação Geral de Difusão Técnico-Científica Cultural (CDTC) e a Coordenação Geral de Qualificação Profissional (CFIC).

Consideramos que a estrutura de todos os *Campi* do IFBAIANO, no tocante à extensão, é bastante interessante por ser única em todos os eles, o que nos facilita a visualização de como a instituição lida com a temática. Os estabelecimentos contam com uma Coordenação de Extensão, ou seja, de um setor que cuida das ações extensionista em todos os *Campi* da rede.

➤ Ceará

O IFCE conta com 33 *Campi*: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Avançado Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, *Campus* Avançado Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara, Umirim. Há uma pró-reitoria de extensão (PROEX) na qual atua uma equipe técnica específica.

Nos *Campi* do IFCE existem estruturas diferentes, porém semelhantes entre os *Campi*, com relação à extensão. Assim, há Institutos em que há uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPE), um dos formatos mais utilizados. Compreendemos que essa é uma forma que dificulta o acompanhamento da temática como um todo, pois a mesma coordenação precisa dar conta tanto das questões que envolvem pesquisa, quanto das questões de extensão, não podendo ter dedicação exclusiva a um deles.

Já outros atuam por meio de uma Coordenação de Extensão, o que, para nós, é a forma mais adequada, visto que permite com que uma pessoa ou equipe cuide apenas da referida temática. Reafirmamos que o compromisso com as ações extensionistas não exclui a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas consideramos oportuna a presença de uma coordenação específica de extensão para que o processo de aprendizagem seja mais bem desenvolvido.

No que tange à estrutura do *Campus Crato*, julgamos ser ela a mais completa, devido à presença de um(a) Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção, Coordenação de Extensão, Coordenação Integração Escola e Sociedade e Coordenação de Estágio e Egressos, o que pode gerar um olhar mais apurado para elaborar ações extensionistas. Já sobre o *Campus Horizonte*, mesmo havendo nele um setor que cuide da extensão, consideramos que a existência de uma única coordenação para elaborar estratégias e ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão de forma concomitante seja prejudicial ao bom funcionamento de uma unidade escolar.

Com relação ao *Campus Iguatu*, formado por duas unidades, percebemos uma estrutura bem definida sobre a questão de extensão, posto que apresenta diferentes setores voltados, especificamente, ao trabalho com as ações extensionistas.

No *Campus Limoeiro do Norte*, onde há um Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI), encontramos a Coordenação de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Coordenação de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos (CAEAE). Reforçamos, aqui, a importância de haver uma coordenação voltada apenas para uma temática, pois lidar com Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação ao mesmo tempo, torna-se inviável. No *Campus Maracanaú*, por sua vez, encontramos a mesma divisão de cargos, mas com nomenclatura diferente. Por fim, acreditamos que o *Campus Sobral* possua uma divisão mais adequada, pois há uma coordenação exclusiva para cuidar da temática de extensão.

Encontramos no IFCE uma questão que nos causa certa estranheza, já que, em alguns *Campi*, os servidores com cargos são colocados como “chefe”. Salientamos que, para nós, em uma estrutura democrática e participativa, o termo “chefe” pode causar uma impressão de superioridade ou autoritarismo. Julgamos que essa denominação seja uma prática do IFCE que precisa ser revista.

Outra questão que podemos abordar com base nos estudos realizados é o fato de o estágio, em alguns *Campi* do IFCE, não constar no departamento ou setor que cuida da extensão. Por vezes, encontramos o estágio no Departamento de Ensino de alguns dos estabelecimentos.

A estrutura do IFCE é bem grande e complexa por conta de ser um Instituto Federal que engloba trinta e quatro *Campi*, mas é possível perceber que existe um trabalho voltado às práticas extensionistas.

➤ Maranhão

O IFMA possui 29 *Campi*. São eles: Açailândia, Alcântara, Araiões, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Avançado Carolina, Caxias, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Avançado Porto Franco, Avançado Rosário, Santa Inês, São José de Ribamar, São João dos Patos, São Luís – Centro Histórico, São Luís – Maracanã, São Luís – Monte Castelo, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca. Nele existe uma pró-reitoria de extensão (PROEX), dividida em diretorias, coordenações e departamentos.

Em geral, verificamos que, no que tange à extensão, a estrutura dos *Campi* do IFMA é bem similar, com pequenas alterações, o que julgamos ser fator positivo para atuar com a temática. A presença de um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), encontrado em quase todas unidades, bem como a coordenação de extensão, nos remete ao pensamento de que essa estrutura foi pensada com base na indissociabilidade e, que, as ações ocorrem de forma equilibrada e articulada entre os setores.

➤ Paraíba

O IFPB possui 22 *Campi*: Avançado Areia, Cabedelo, Avançado Cabedelo Centro, Cajazeiras, *Campina* Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Avançado Pedras de Fogo, Picuí, Polo de Inovação João Pessoa, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Avançado Soledade e Sousa. Conta com uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), subdividida em diferentes setores, dentre os quais estão: a Diretoria de Extensão Popular e Rural (DEXPR), a Diretoria de Extensão Tecnológica (DEXT), a Assistência Social da PROEXC.

Notamos, em geral, que a estrutura organizacional que lida com a extensão nos *Campi* do IFPB é diversificada, havendo, nos diferentes estabelecimentos, Coordenação de Pesquisa e Extensão (CPEX e CPE), Programa Institucional de Apoio aos Eventos de Extensão e Cultura (PROEVEXC), Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPE), Coordenação de Extensão e Cultura, Coordenação de Extensão (COEXT) e Departamento de Produção, Pesquisa e Extensão.

A presença de um departamento que esteja voltado às práticas de pesquisa e extensão, remete-nos, novamente, ao pensamento de que há uma articulação indissociável nas unidades dessa rede. Através da nomenclatura, percebemos, também, que alguns *Campi* inserem a cultura

nas ações de extensão, fator que consideramos de suma importância, pois ações extensionistas mediadas pela cultura sempre fortalecerão e agregarão conhecimento para a comunidade, melhorando o processo de aprendizagem.

Ressaltamos, também, que quase a totalidade dos *Campi* do IFPB conta com um setor de estágio, embora ele não esteja atrelado aos setores de extensão dos estabelecimentos, fato nos causa certo estranhamento. Não queremos afirmar, aqui, que o estágio não deva estar relacionado, também, ao setor de ensino, pois não deixa de ser uma atividade prática do que está sendo aprendido em sala de aula. Contudo, reforçamos o nosso entendimento de que o estágio diz respeito a uma atividade extensionista, devendo, portanto, estar sob a responsabilidade do setor de extensão.

Percebemos, então, que, apesar da falta de informações nos sites oficiais de alguns *Campi*, o IFPB, através da PROEXC, desenvolve ações de extensão, sendo notória a percepção de que há uma preocupação com a temática em pauta.

➤ Pernambuco

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Pernambucano (IFPE)

O IFPE possui 16 *Campi*, sendo eles: Abreu e Lima, Afogados, Barreiros, Belo Jardim, Cabo, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória. Há uma Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) dividida em: Assistência da PROEXT, Direção de Extensão (DEXT), Coordenação de Extensão, dentre outros setores.

A estrutura organizacional que lida com a extensão nos *Campi* do IFPE é diversificada, mas com alguma similaridade entre os estabelecimentos, os quais contam alternadamente com: Coordenação de Pesquisa e Extensão, Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos para lidar com as ações extensionistas, Departamento de Pesquisa e Extensão (DPEX), Divisão de Pesquisa e Extensão (DPEX), Divisão de Extensão (DIEX) Departamento de Extensão (DEX) e a Coordenação de Estágios e Egressos (CEEG) e Coordenação Geral de Extensão (CGEXT).

Notamos, então, que na maioria dos *Campi* do IFPE há uma estrutura responsável por pesquisa e extensão de forma concomitante, o que, em nossa concepção, dificulta o trabalho igualmente importante dessas duas áreas de atuação de uma instituição educacional.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão de Pernambuco (IFSERTÃO-PE)

O IFSERTÃO-PE possui 7 *Campi*. São eles: Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Salgueiro, Ouricuri, Santa Maria e Serra Talhada. Há uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXT) subdividida em: a Assessoria da PROEXT, o Setor de Estágio e Egressos, a Coordenação de Assuntos Internacionais e o Setor de Cultura, Esportes e Eventos.

No IFSERTÃO-PE encontramos alternadamente entre as unidades: Coordenação Geral de Extensão, Coordenação de Extensão e Relações Organizacionais, Coordenação de Extensão e Coordenação de Extensão e Estágio. Sendo assim, percebemos que o IFSERTÃO-PE conta com equipe em todos os *Campi* para lidar com as ações extensionistas da instituição.

➤ **Piauí**

O IFPI possui 20 *Campi*, sendo eles: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Avançado Dirceu Arco Verde, Floriano, Avançado José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Avançado Pio IX, Piripiri, São João, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí e Valença. Nele há uma Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) dividida em diferentes diretorias, coordenações e assessoria.

Nos seus *Campi*, encontramos Coordenação de Extensão, Diretoria de Extensão, Coordenação de Extensão Tecnológica, Coordenação de Extensão Comunitária e Coordenação de Eventos de Extensão. Com isso, percebemos que o IFPI tem uma estrutura extensionista similar que conta com uma coordenação específica de extensão, havendo, portanto, a realização do trabalho extensionista em todas as unidades da rede.

➤ **Rio Grande do Norte**

O IFRN possui 21 *Campi*. São eles: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Avançado Lajes, Macau, Mossoró, Natal – Central, Natal – Cidade Alta, Avançado Natal – Zona Leste (EAD), Natal – Zona Norte, Nova Cruz, Avançado Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. Existe uma Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), a qual está vinculada à Assessoria de Extensão e Relações Internacionais.

A estrutura que lida com a extensão nos *Campi* do IFRN é bem similar, tendo sempre, no mínimo, uma Coordenação de Extensão para atuar com as ações extensionistas da instituição. Em alguns *Campi* há uma Coordenação de Extensão (COEX), já, em outros, verificamos uma Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação (COEXPEIN), o que novamente nos remete à um trabalho indissociável. Com relação à essa última, acreditamos que cuide de mais de um assunto além do da extensão, de modo concomitante, devido à estrutura dos *Campi* serem reduzidas, não sendo considerados *Campus* Plenos (*Campi* Avançados Lajes, Natal – Zona Leste (EAD) e Parelhas), o que julgamos prejudicial ao andamento dos estabelecimentos. Constatamos, também, a presença de uma Diretoria de Extensão (DIREX) em um dos *Campus*.

A existência da COEXPEIN, em alguns *Campi*, remete-nos, mais uma vez, ao fato de haver uma coordenação trabalhando com os diversos princípios indissociáveis. Compreendemos que esse fato é prejudicial para que um trabalho eficaz seja realizado, pois acreditamos na necessidade de que haja coordenações separadas para lidar com as temáticas, para que, posteriormente, por meio da articulação das ações, a indissociabilidade se faça presente.

Assim, em geral, percebemos que o IFRN apresenta uma estrutura extensionista similar entre os *Campi*, o que auxilia a elaboração e o ato de colocar em prática essas ações em suas comunidades.

➤ **Sergipe**

O IFS possui 10 *Campi*, sendo eles: Aracaju, Estância, Glória, Itabaiana, Lagarto, Poço Redondo, Propriá, São Cristóvão, Socorro e Tobias Barreto. Nele há uma Pró-reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (PROPEX) dividida em diferentes setores, dentre os quais destacamos a DIREX e a Coordenação de Extensão (COEX).

Consoante com o que já mencionamos no capítulo anterior, a estrutura de extensão nos *Campi* do IFS é igualmente organizada, havendo uma Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) em todas as unidades. Essa estrutura faz sentido, partindo do princípio da estrutura existente na Pró-reitoria do IFS. Consideramos essa estrutura não adequada para tratar da temática tanto extensionista quanto de pesquisa pelo motivo já explicitado nesta tese: o de que embora sejam princípios indissociáveis da educação, entendemos que seja necessário haver equipes separadas para atuar com a extensão e com a pesquisa, a fim de que, posteriormente, sejam elaboradas atividades em conjunto.

4.3 Região Centro-Oeste

➤ **Distrito Federal**

O IFB possui 10 *Campi*. São eles: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga. Nele existe uma Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREX), junto a qual está a Direção de Programas e Articulação com a Sociedade e a Coordenação de Políticas Inclusivas. Acreditamos que essa equipe seja relativamente pequena, considerando os demais IF do país para lidar com a temática da extensão.

No IFB, todos os *Campi* apresentam estrutura similar para lidar com a extensão – condição que consideramos ideal para uma melhor fluidez de trabalho com a referida temática –, havendo a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP) e a Coordenação de Estágio e Extensão (CDEE). Já o *Campus* Recanto das Emas faz uso da sigla CDES para a Coordenação de Estágio e Extensão. Por fim, no *Campus* Brasília, localizamos uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação de Estágio. Com isso, percebemos que há uma equipe maior para abordar a extensão dentro do *Campus*.

Assim, percebemos que a extensão no IFB é tratada de forma semelhante entre seus *Campi*, sendo possível perceber que existe a aplicabilidade da indissociabilidade entre as unidades da rede.

➤ **Goiás**

- Instituto Federal Goiás

O IFG possui 14 *Campi*, sendo eles: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Há uma Pró-reitoria de Extensão (PROEX), dividida em Coordenação Executiva, Direção de Ações Profissionais e Tecnológicas, Coordenação de Estágio e Trabalho, Coordenação de Convênios, Direção de Ações Sociais, Coordenação Geral de Assistência Estudantil, Coordenação de Ações Esportivas e Eventos, Coordenação de Extensão e Alimentação e Nutrição. Através desses cargos, podemos perceber que, no IFG, a extensão é trabalhada de forma mais ampla e atuante na comunidade escolar.

Os *Campi* do IFG possuem uma estrutura similar. Em alguns, encontramos uma equipe mais completa, com mais membros. Em outros, encontramos apenas um setor que cuida da temática de extensão. Com isso, percebemos que o IFG tem uma estrutura de extensão, mas coloca pesquisa e pós-graduação junto a ela. Entendemos que até faz sentido tais áreas estarem juntas nesse departamento. Contudo, torna-se inviável a partir do momento em que não há uma coordenação ou gerência para cuidar deles separadamente.

- Instituto Federal Goiano

O IFGOIANO possui 13 *Campi*, sendo eles: Campo Belos, Avançado Catalão, Ceres, Cristalina, Avançado Hidrolândia, Avançado Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade, Urutaí e o Polo de Inovação. Há uma Pró-reitoria de Extensão (PROEX) dividida em diferentes setores, dentre os quais estão a Coordenação-Geral de Extensão, a Secretaria da Pró-Reitoria de Extensão e a Unidade Administrativa de Extensão.

A estrutura dos *Campi* do IFGOIANO, no tocante à extensão, é bem diferenciada, pois há *Campus* que possuem Coordenação de Extensão e Núcleo de Projetos de Extensão; outros apresentam apenas uma Coordenação de Extensão, como no caso dos *Campi* Avançado Catalão, Cristalina e Trindade, o que acreditamos que ocorra devido a que o *Campus* Avançado Catalão não seja considerado um *Campus* Pleno e possuir uma estrutura reduzida; em outros há Gerência de Extensão, uma Divisão de Projetos e Cursos de Extensão (DPCE), uma Unidade de Estágios e um Setor de Apoio a Eventos Técnicos, Científicos, Culturais e Esportivos, o que consideramos ser uma estrutura mais adequada para o desenvolvimento de atividades extensionistas; outros, ainda, são compostos por uma Diretoria de Extensão (DIREX), a Secretaria da Gerência de Extensão, a Gerência de Extensão, a Gerência de Assistência Estudantil, o Núcleo de Apoio a Ações da Extensão, o Núcleo de Estágios, o Divisão de Acompanhamento de Egressos e Empregos e a Coordenação de Projetos e Cursos de Extensão.

Sendo assim, é possível perceber que o IFGOIANO tem uma estrutura diferenciada entre os *Campi*, mas ressaltamos que, em sua maioria, existe um setor que atua na área de extensão. Acreditamos que uma estrutura única seria a forma ideal para a prática das atividades extensionistas.

➤ **Mato Grosso**

O IFMT possui 19 *Campi*: Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, São Vicente, Cáceres - Professor Olegário Baldo, Cuiabá - Bela Vista, Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Rondonópolis, Sorriso, Várzea Grande, Barra do Garças, Primavera do Leste, Alta Floresta, Avançado de Tangará da Serra, Avançado de Diamantino, Avançado de Lucas do Rio Verde, Avançado de Sinop e Avançado de Guarantã do Norte. Junto ao *Campus* São Vicente existem os Centros de Referência Campo Verde e Jaciara. Nele existe Pró-reitoria de Extensão (PROEX), na qual há a Diretoria de Extensão, o Apoio à Área de Programas de Projetos de Extensão, entre outros setores.

Nos *Campi* do IFMT não há uma estruturação única para lidar com a extensão, mas percebemos que ela é pensada e elaborada em todos. No *Campus* Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, por exemplo, notamos a presença de um representante no *Campus* para atuar especificamente com a extensão, uma vez que apresenta, além de uma Diretoria de Pesquisa, Inovação e Extensão (DPIEX), uma Coordenação de Extensão, o que consideramos relevante. Em outras unidades, as coordenações ou departamentos de ensino e de pesquisa não estão atreladas, fator que julgamos importante para que a extensão seja bem desenvolvida nos *Campi*, já que permite um olhar específico sobre ela.

Com isso, compreendemos que a estrutura do IFMT com relação à extensão é bem definida e estruturada, mesmo não sendo exatamente igual entre todos os *Campi*.

➤ **Mato Grosso do Sul**

O IFMS possui 10 *Campi*. São eles: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. Há uma Pró-reitoria de Extensão (PROEX) junto a qual há uma equipe técnica com os seguintes setores: a Diretoria Executiva de Extensão (DIREC), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Atividades de Extensão (COTEX), entre outros.

Em geral, a estrutura de extensão nos *Campi* do IFMS é igual, sendo que há, em todas as unidades, a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIREN) e a Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (COERI). Acreditamos que uma estrutura única para todos os IF, no mínimo em cada rede, seria o ideal para realização de um trabalho mais eficaz.

Ter uma direção que englobe ensino, pesquisa e extensão é válido, para que haja diálogo entre todas as partes importantes de uma instituição de ensino. Mas, para além disso, ter, como

nos *Campi* do IFMS, uma coordenação para lidar com a temática de extensão, em especial, é aspecto bastante positivo, pois, assim, os coordenadores podem atuar especificamente com as questões extensionistas de seus estabelecimentos.

4.4 Região Sul

➤ **Paraná**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) possui 26 *Campi* espalhados pelo estado, que são: Avançado Araçongá, Assis Chateaubriand, Avançado Astorga, Avançado Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Avançado Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Avançado Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. Há, também, uma pró-reitoria, a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPP). Essa pró-reitoria tem como objetivo o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada, inovação e propriedade intelectual e pós-graduação em toda rede formada pelos *Campi* do IFPR.

A estrutura organizacional que lida com a extensão nos *Campi* do IFPR é diversificada, mas com alguma similaridade entre as instituições. No geral, encontramos as direções - DIEPEX, DPEI e a DEPE; as coordenações - COPE, COPEX, SERC; e o Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE).

Com isso, compreendemos que o IFPR possui uma estrutura extensionista para lidar com as referidas ações dentro de seus *Campi*. Ressaltamos, apenas, que a maior parte dos *Campi* é composta por uma estrutura que envolve ensino, pesquisa, extensão e inovação. Compreendemos a importância de atrelar esses assuntos, mas direcionar a responsabilidade dessas temáticas à uma coordenação apenas pode dificultar o desenvolvimento das ações individualizadas.

➤ **Rio Grande do Sul**

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul possui 17 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Há, também, uma Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) com a seguinte equipe: a Pró-Reitoria Adjunta de Extensão, o Departamento de Extensão, o Departamento de Comunicação e a Assessoria de Assuntos Internacionais.

A estrutura da extensão nos *Campi* do IFRS é similar, mas algumas nomenclaturas e cargos dos setores extensionistas são diferenciados entre os Institutos: Coordenação de Extensão, Coordenação de Estágios, Setor de Estágio, Departamento de Extensão, Coordenação Geral de Extensão, Seção de Estágios, Diretoria de Extensão, Diretoria de Extensão, Coordenação de Relações Empresariais, Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão.

No *Campus* Bento Gonçalves, encontramos uma estrutura mais completa e, ao mesmo tempo, complexa subdividida em: Diretoria de Extensão (DEX), Seção de Ações de Extensão, Seção de Comunicação Social, Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e indígena (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE). Verificamos que a extensão fica responsável por ações extensionistas e por ações de atendimento especializado, aspecto de suma importância para a instituição. Contudo, para lidar com esse todo, faz-se necessária a presença de uma equipe multidisciplinar com profissionais especializados e o envolvimento de diversos setores com funções específicas. Nesse sentido, verificamos que esse tipo de trabalho garante uma articulação entre os pilares indissociáveis da educação.

Sendo assim, percebemos que o IFRS conta com ampla equipe em todos os *Campi* para lidar com as ações extensionistas da instituição. Percebemos, também, que, em geral, há o pensamento de articulação entre as elas, pois, em muitas unidades, vemos a presença da indissociabilidade, a partir da própria nomenclatura dos setores.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha possui 11 *Campi*, sendo eles: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Avançado Uruguaiana. Nesses Institutos, encontramos, também, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) que possui como equipe: a Diretoria de Extensão, a Coordenadoria de Relações Institucionais, a Coordenadoria de Extensão Tecnológica, a Coordenadoria de Programas Sociais, a Coordenadoria Geral do PRONATEC e a Assessoria de Relações Internacionais.

A estrutura de Extensão nos *Campi* do IFFarroupilha é igual na maioria dos *Campi*. A maior parte dos estabelecimentos conta com uma Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP), dentro da qual há a Coordenação de Extensão (CEX) e o Setor de Estágio (SES) ou um responsável dentro da CEX pelos Estágios. Apenas no *Campus* Avançado existe uma Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão devido à sua estrutura reduzida no quadro de servidores.

Sendo assim, percebemos que o IFFarroupilha possui uma estrutura praticamente igual dentro de seus *Campi*, o que auxilia na elaboração e no bom andamento e direcionamento das atividades extensionistas. O fato de haver uma direção que esteja atrelada aos princípios indissociáveis da educação é fundamental para o desenvolvimento das ações nas unidades de ensino, pois essa direção serve como articuladora entre as coordenações que estão “subordinadas” a ela, garantindo assim, um equilíbrio entre as ações.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense possui 14 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Bagé, Camaquã, Avançado Jaguarão, Avançado Novo Hamburgo, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. Encontramos, também, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX). Nela verificamos a seguinte equipe: a Coordenadoria Administrativa, a Coordenadoria do PRONATEC, a Diretoria de Relações com a Sociedade, a Coordenadoria de Ações de Extensão, a Coordenadoria de Cultura e a Coordenadoria de Interação com a Sociedade.

No tocante à extensão, encontramos uma estrutura equilibrada para lidar com a temática, mas, por vezes, um pouco diferenciada em sua nomenclatura nos *Campi*. O ponto positivo é o

fato de encontrarmos, em todos os estabelecimentos, um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), o que garante um trabalho de articulação entre os pilares indissociáveis da educação.

No mais, encontramos nos *Campi*, Coordenadoria de Extensão e Cultura, Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas, Coordenadoria de Apoio ao Estágios, Coordenadoria de Serviço de Integração *Campus* – Empresa e Coordenadoria de Estágios, que nos faz compreender que há uma integração entre a extensão e o estágio, que é considerado ação extensionista.

Os *Campi* Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo contam apenas com um Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, acreditamos que isso se dá por conta da estrutura reduzida dos *Campi*.

➤ **Santa Catarina**

- Instituto Federal de Educação, Ciência de Santa Catarina (IFSC)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina possui 22 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Araranguá, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul – Centro, Jaraguá do Sul – Rau, Joinville, Lages, Palhoça Bilíngue, São Carlos, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Há, também, uma Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas que conta com a seguinte equipe: a Assessoria da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, a Diretoria de Comunicação Institucional (DIRCOM), o Departamento de Marketing e Jornalismo, a Coordenação de Eventos, a Coordenação de Jornalismo, a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Desenvolvimento de Extensão e a Coordenação de Divulgação da Extensão.

A estrutura de extensão dos *Campi* do IFSC é bem similar. Os *Campi* articulam ensino, pesquisa e extensão, dada a estrutura encontrada na maior parte deles: o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a Assessoria do DEPE, a Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, a Coordenação de Extensão e a Coordenadoria de Registro Acadêmico.

Ressaltamos que, na maioria dos *Campi* do IFSC, a Coordenadoria de Estágio não está atrelada ao DEPE, mas sim à Direção Geral dos *Campi*, à Direção de Ensino (DEN) ou ao Departamento de Ações Estudantis (DAE), o que nos leva a refletir sobre a ausência de uma ação extensionista – o estágio – na equipe que cuide de questões ligadas à extensão nos *Campi*.

Dessa maneira, percebemos que o IFSC conta com equipe em todos os *Campi* para lidar com as ações extensionistas da instituição.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense possui 15 *Campi* distribuídos pelo estado, sendo eles: Avançado Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Avançado Sombrio e Videira. Encontramos, também, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) composta pela seguinte equipe: a Direção de Extensão (DIREXT), a Coordenação de Projetos, Programas e Ações (CPPA), a Coordenação de Estágios e Convênios, a Secretaria PROEX/DIREXT e a Revista de Extensão.

A estrutura de Extensão nos *Campi* do IFC é igual, sendo que encontramos em todos os *Campi* uma Coordenação de Extensão, uma Coordenação de Estágio e responsáveis para lidar com os Egressos. Destacamos que, em alguns estabelecimentos, é o mesmo servidor que atua com extensão, estágio e egressos. Mas, o mais importante é que há, ao menos, a preocupação com a análise e trabalho com ações extensionistas.

Assim, percebemos que, em geral, o IFC atua dentro de seus *Campi* com a extensão.

4.5 Região Sudeste

➤ **Espírito Santo**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo possui 22 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Cefor, Centro-Serrano, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Itapina, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Piúma, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Avançado Viana, Vila Velha e Vitória. A pró-reitoria de Extensão (PROEX) conta com a seguinte estrutura: a Diretoria de Extensão Tecnológica (DET), a Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária (DREEC), a Coordenação Geral de Ações de Extensão (CGAE) e a Secretaria de Cultura e Difusão (SCD).

No geral, os *Campi* do IFES possuem uma mesma estrutura organizacional, isto é: uma Direção Geral, uma Coordenação de Extensão e uma Coordenação de Estágio. O que muda, em alguns deles, é a nomenclatura dada aos setores e coordenações das unidades.

Ressaltamos que, mais uma vez, encontramos, em algumas das unidades, uma coordenação voltada, ao mesmo tempo, para a pesquisa e para a extensão. Enfatizamos que acreditamos ser prejudicial para o desenvolvimento do trabalho haver na mesma coordenação a preocupação com dois princípios indissociáveis da educação, pois, naturalmente, um pode ficar preterido. Entendemos que esses princípios devem ser trabalhados juntos, mas, com responsáveis diferentes que pensem ações individuais e, posteriormente, coletivas e indissociáveis.

Alguns *Campi*, contam, também, com uma Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPE), fator que consideramos ser importante, pois essa direção é o agente articulador entre os demais setores.

Notamos, então, que o IFES apresenta, para a extensão, uma estrutura bem ampla e que beneficia o planejamento de ações sobre o tema.

➤ **Minas Gerais**

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais possui 18 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista, Avançado Conselheiro Lafaiete, Avançado Ipatinga, Avançado Itabirito, Avançado Piumhi, Avançado Ponte Nova, Avançado Arcos e Polo de Inovação Formiga. A pró-reitoria que atua com a extensão no IFMG é a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), que conta com a seguinte equipe: a Diretoria de Extensão, a Diretoria de Assistência estudantil e Coordenação Geral do PRONATEC. Causa-nos certa estranheza o fato de a Assistência Estudantil estar atrelada à extensão, pois, geralmente, esse trabalho está junto com o ensino devido à necessidade de uma equipe com vários profissionais para atuar com as questões assistenciais dos educandos, o que não há no setor extensionista.

Esse não é o único IF que agrega a Assistência Social à extensão. Contudo, entendemos que essa ação só deva ser colocada em prática quando há uma integração entre as equipes de ensino, pesquisa e extensão, garantindo-se, verdadeiramente, a indissociabilidade entre os princípios.

Nesse instituto, vemos, também, a presença de uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que, mais uma vez, nos remete à questão da indissociabilidade.

A Estrutura que lida com a Extensão nos *Campi* do IFMG não é igualitária, mas podemos afirmar que é similar, pois encontramos, em geral, nos estabelecimentos, coordenações voltadas à extensão e demais ações como: cultura, esporte e lazer.

No *Campus* Ibirité, implementado há pouco tempo, conforme verificamos no capítulo anterior, encontramos uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Pesquisa e Extensão. Como já mencionamos anteriormente, não consideramos positiva a existência de uma coordenação que tenha que lidar, ao mesmo tempo, com pesquisa e extensão. Já no *Campus* Avançado Ipatinga, temos a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão que, talvez por conta de uma estrutura reduzida que se dá nos *Campi* Avançado, tenha que lidar com todas as questões de ensino, pesquisa e extensão do *Campus*.

Com isso, percebemos que a estrutura do IFMG, para lidar com a extensão, é bem diferente nos diversos *Campi*. Acreditamos que isso se dá devido à autonomia que cada um deles têm para exercer as suas funções. Pensamos que, para a melhor compreensão da estrutura extensionista do IFMG, seria necessária a criação de equipes mais similares entre si, a fim de que houvesse uma harmonia melhor nas ações da Rede.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais possui 11 *Campi* espalhados pelo Estado. Os *Campi* são: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Avançado Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. A Pró-reitoria de Extensão (PROEX) articula as ações extensionistas com a seguinte equipe: a Secretaria da Pró - Reitoria de Extensão (SPEX), a Diretoria de Extensão Tecnológica (DEXT), a Coordenação de Relações Interinstitucionais e Comunitárias (CRIC), o Núcleo de Relações com o Mundo do Trabalho e Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (NRE), o Núcleo de Atividades Sociais, Artísticas, Desportivas e Projetos Especiais (NADPE), o Núcleo de Programas, Projetos e Registros (NPPR), o Núcleo da Educação do Campo (NEC) e o Núcleo de Centro de Línguas (NCelins).

A Estrutura que lida com a extensão nos *Campi* do IFNMG é bem similar entre si, com pequenas diferenças. Encontramos em alguns *Campi* do Instituto uma Diretoria de Extensão que é responsável pelo Departamento de Extensão e Integração Instituto Empresa, pela Coordenadoria de Estágios e Empregos, pela Coordenadoria de Projetos de Extensão e pelo Departamento de Assistência ao Educando e Apoio à Educação dos *Campi*. Já no *Campus*

Teófilo Otoni, a estrutura é diferente, visto que encontramos a Coordenação de Extensão e o Núcleo de Estágio.

No tocante à extensão, percebemos que ela é bem equilibrada em todos os *Campi* e que há uma equipe para atuar e elaborar as ações extensionistas em cada um deles, garantindo, assim, um olhar extensionista dentro desse Instituto.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas (IFSUDESTEMG)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas possui 10 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo eles: Barbacena, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Del Rei, Avançado Bom Sucesso, Avançado Cataguases e Avançado Ubá. A reitoria que atua com a extensão no IFSUDESTEMG é a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) que conta com a seguinte equipe: a Diretoria de Extensão (DIREX), a Coordenação de Esporte, Cultura e Lazer, a Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRIIT), a Assessoria de Relações Internacionais e a Coordenação de Estágios e Egressos.

A Estrutura que lida com a extensão nos *Campi* do IFSUDESTEMG é similar com pequenas diferenças. O *Campus* Barbacena tem uma grande estrutura para lidar com a temática de extensão. A equipe é formada pela Diretoria de Extensão, pela Coordenação de Relações Institucionais, pela Coordenação de Estágio, pela Coordenação de Assistência Estudantil, pela Seção de Alimentos e Nutrição, pela Seção de Saúde, pela Seção de Cultura e Artes e pelo Programa Mulheres Mil. Acreditamos que essa equipe é bem estruturada, mas entendemos que a Assistência Estudantil não deva fazer parte de atividades extensionistas. Se dentro desse *Campus* há essa estruturação, pensamos que se faz necessário agregar uma equipe que lida com questões de ensino e até mesmo de pesquisa para que a indissociabilidade seja aplicada a tais ações.

No geral, os *Campi* desse Instituto atuam com base na legislação, pois encontramos vários setores como direções ou coordenações com a nomenclatura que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. Alguns *Campi* contam apenas com a coordenação de extensão, o que nos garante que, minimamente, a temática é abordada dentro dessas unidades, mesmo com uma estrutura reduzida.

Vemos com isso, que o IFSUDESTEMG tem uma estrutura bem definida para lidar com e elaborar as ações extensionistas dos *Campi*. Uma questão que fica no ar é apenas a presença

da assistência estudantil estar alocada na extensão, pois, para lidar com ela, faz-se necessária a formação de uma equipe preparada e especializada que geralmente a extensão não possui.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas tem 8 *Campi* espalhados pelo estado. Os *Campi* existentes no IFSULMINAS são: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Avançado Carmo de Minas e Avançado Três Corações. A pró-reitoria que trabalha com a extensão nesse Instituto é a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), que conta com a seguinte equipe: a Diretoria de Integração da Instituição com a Comunidade, a Coordenação de Projetos e Eventos, o Departamento de Apoio aos Discentes, Egressos e Estágios, a Assessoria Internacional e a Secretaria Executiva.

Os *Campi* do IFSULMINAS têm uma estrutura diferenciada. Uns *Campi* têm mais servidores e, conseqüentemente, mais setores e outros possuem apenas um setor responsável para lidar com as questões extensionistas.

No tocante à extensão, percebemos que todos contam com, no mínimo, uma coordenação, o que nos remete à importância da temática e garante que esse Instituto atue frente à referida questão de suma importância para a educação. Com isso, percebemos que o IFSULMINAS apresenta uma estrutura para lidar com as ações extensionistas.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro possui 9 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Avançado *Campina Verde*, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Avançado Uberaba Parque Tecnológico, Uberlândia e Uberlândia Centro. A pró-reitoria que lida com a extensão é a Pró-reitoria de Extensão Tecnológica (PROEXT) que trabalha junto a: Diretoria de Extensão, Coordenação Geral de Extensão, Coordenação de Extensão e Assistência Estudantil, Coordenação de Estágio e Acompanhamento de Egressos e Secretaria da Pró-reitoria de Extensão Tecnológica.

Vemos que o IFTM tem uma estrutura extensionista bem similar entre seus *Campi*. O *Campus* Uberaba tem a Coordenação Geral de Extensão, a Coordenação de Extensão, a Coordenação de Estágio e a Coordenação de Egressos, o que nos remete ao pensamento de que há um olhar para as ações extensionistas dentro do *Campus*.

Alguns *Campi* desse Instituto contam com a Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão que parte do princípio de indissociabilidade, mas consideramos que seja difícil atuar efetivamente articulando as peculiaridades desse tripé concomitantemente. Concordamos com a ação indissociável desses princípios, mas julgamos que atribuir a responsabilidade a apenas uma coordenação pode tornar, por vezes, o trabalho não eficaz, pois, eventualmente, um ou outro princípio poderá ficar de fora.

Finalmente, notamos que, no IFTM, o estágio está sob a responsabilidade da coordenação de extensão ou mesmo encontramos a presença de um setor focado na temática. Acreditamos que esse seja o caminho, pois o estágio é uma prática extensionista e deve ser acompanhado pela equipe que atua nessa área.

➤ **Rio de Janeiro**

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro possui 15 *Campi* espalhados pelo Estado, sendo eles: Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Avançado Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda. Há, também, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), com os seguintes setores: a Diretoria de Extensão Comunitária e Tecnológica (DIPROEXT), a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), a Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas (DiDAA), a Diretoria Adjunta de Relações com o Arranjo Produtivo e Social (DRAPS), a Coordenação-Geral de Integração Escola Empresa (CGIEE) e a Coordenação-Geral de Programas e Projetos (CGPP).

A estrutura da extensão nos *Campi* do IFRJ é bem similar. Geralmente, a direção, que está voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão, atua como gerenciadora das atividades praticadas pelas coordenações de cada área separadamente. Com isso, vemos que a indissociabilidade ocorre sob a orientação dessa direção.

Algumas coordenações de alguns *Campi* são voltadas apenas para a extensão, mas, em outros *Campi*, encontramos uma Coordenação de Pesquisa e Extensão, o que consideramos prejudicial para o andamento das ações extensionistas dentro das instituições. O estágio também está atrelado à área extensionista do IFRJ.

Dessa forma, compreendemos que o IFRJ tem uma estrutura bem igualitária com relação à equipe que lida com a extensão, mas que essa estrutura não garante a eficácia das ações por

conta de mesclar a pesquisa e a extensão. Acreditamos que se faz necessária uma coordenação para pesquisa e outra para a extensão, para que, assim, haja o trabalho indissociável entre suas ações.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense possui 14 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Avançado Cambuci, Campos Centro, Campos Guarus, Centro de Referência, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Avançado Maricá, Quissamã, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Avançado São João da Barra e Santo Antônio de Pádua. Ressaltamos que o *Campus* Itaboraí está em fase de construção. Esses *Campi* estão sob a orientação da pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Inovação. Acreditamos que essa estrutura não pode ser considerada fundamental para o desenvolvimento das ações extensionistas, pois lidar com várias temáticas da educação pode ser prejudicial, visto que uma pode sempre ficar preterida.

Percebemos que o IFF conta com equipes em todos os *Campi* para lidar com as ações extensionistas da instituição, porém há uma enorme nomenclatura dada por esses *Campi* aos setores. Compreendemos que estruturar esses nomes seria interessante para uma melhor interpretação da extensão nesse Instituto, bem como efetuar a separação das coordenações que envolvem pesquisa e extensão para que um trabalho mais efetivo possa ser realizado.

O *Campus* Avançado Maricá conta com uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e uma Coordenação de Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação. Acreditamos que o *Campus* tenha essa junção de setores pelo fato de possuir uma estrutura reduzida, uma vez que se trata de um *Campus* Avançado.

- Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II possui 15 *Campi* espalhados pelo estado. Os *Campi* existentes no Colégio Pedro II são: Centro, Centro de Referência em Educação Infantil Realengo, Duque de Caxias, Engenho Novo I, Engenho Novo II, Humaitá I, Humaitá II, Niterói, Realengo I, Realengo II, São Cristóvão I, São Cristóvão II, São Cristóvão III, Tijuca I e Tijuca II. O colégio conta com uma pró-reitoria que trabalha com a extensão, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) composta pela seguinte equipe: a Diretoria de Pós-Graduação, a Diretoria de Extensão, a Diretoria de Pesquisa e a Diretoria de Culturas.

O CP2 oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular e Integrado, Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), além de cursos de graduação e pós-graduação. Não encontramos em suas unidades equipes que trabalham com a extensão. O ensino dessas instituições é voltado mais para a educação básica e, o princípio da indissociabilidade está atrelado à educação superior. Acreditamos que a aplicabilidade desses princípios se dê em seus cursos de graduação e pós-graduação, informação que não localizamos em seus endereços eletrônicos oficiais.

➤ **São Paulo**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo possui 36 *Campi* espalhados pelo estado, sendo eles: Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, *Campinas*, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Avançado Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Avançado Jundiaí, Matão, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Avançado São Miguel Paulista, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Avançado Tupã e Votuporanga.

A equipe que trabalha com a extensão é a seguinte: a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), que conta com a Diretoria de Relações Comunitárias e Institucionais (DRCI), a Diretoria Adjunta de Desenvolvimento Comunitário (DADC), a Diretoria de Programas e Projetos (DPP), a Diretoria Adjunta de Gerenciamento de Projetos (DAGP), a Coordenadoria de Ações Socioculturais (CAS), a Coordenadoria de Formação Profissional (CFP), a Coordenadoria de Registro de Ações de Extensão (CRAE) e Coordenadoria de Apoio à Gestão (CAG).

Encontramos, no mínimo, uma coordenação de extensão, em cada *Campus*, o que nos leva a inferir que a temática extensionista é trabalhada em todas as unidades de ensino do IFSP. Os *Campi* mais antigos contam com, além dessa coordenação, uma Diretoria de Pesquisa, Inovação e Extensão ou Diretoria Adjunta de Extensão, o que nos remete ao trabalho com a indissociabilidade. O *Campus* Ilha Solteira, por conta de possuir uma estrutura reduzida conta com apenas um representante de extensão.

O *Campus* São Paulo, sendo o maior estabelecimento do IFSP em quantidade de matrículas e devido à sua demanda de trabalho, possui uma maior estrutura. Nele encontramos a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (DPE), a Coordenação de Extensão (CEX), a Coordenadoria de Cursos de Extensão (CCE), a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa (CIEE), a Coordenadoria de Esportes (CES), a Coordenadoria de Estágios (CEE), a

Coordenadoria de Fomentos (CFO), a Coordenadoria de Registros Escolares – Pós-Graduação (CRP), a Coordenadoria de Extensão (CEX) e a Coordenadoria de Projetos de Extensão (CPE). Todas essas equipes são focadas em elaborar um trabalho eficaz, produtivo e indissociável para a comunidade.

Acreditamos que a criação de um setor ou uma coordenação de estágio em todos os *Campi* seja fundamental para permitir o melhor andamento das atividades extensionistas dos *Campi*, como um todo. Corroboramos com a ideia de que o estágio deve ser integrado às ações de extensão, visto que sua prática é de cunho extensionista. Assim, ter uma equipe para lidar com essa demanda, garante mais tempo para que demais atividades e projetos extensionistas sejam realizados.

Por fim, verificamos que o IFSP é uma Rede com *Campi* que apresentam estrutura similar entre si. Os mais antigos e maiores contam com, no mínimo, uma direção, além da coordenação de extensão, sendo que constatamos, também, que esse mesmo setor precisa lidar com os estágios.

4.6 Ultimando ideias

Para finalizar este capítulo, inserimos, algumas constatações percebidas durante o desenvolvimento da descrição e análise dos dados coletados nos sites oficiais dos IF de todo território Nacional.

O maior Instituto Federal da rede, individualmente, é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, que conta com 32 (trinta e dois) *Campi* e 4 (quatro) *Campi* Avançados, totalizando 36 unidades de ensino espalhadas pelo estado. De acordo com o site oficial da instituição, existe 1 (um) *Campus* em processo de implantação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAM e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR são os menores Institutos da rede, contando, cada um, com 5 (cinco) *Campus* distribuídos em suas respectivas localidades.

A rede de Institutos existentes no estado de Minas Gerais soma o maior número de *Campus* por estado, possuindo, então, 58 (cinquenta e oito) *Campi* espalhados por todo estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que Minas Gerais conta com uma estrutura de cinco institutos, sendo eles: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas – IFSUDESTEMG,

o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Um exemplo interessante a ser ressaltado é o Colégio Pedro II, que passou a fazer parte da Rede Federal do país por meio da Lei Federal n. 12.677, de 25 de junho de 2012, que dispõe sobre a equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais. A partir de então, o CP2, passou a ter a mesma estrutura e organização. Por se tratar de um Colégio, não encontramos em suas unidades de ensino nenhum cargo ou setor que lide com ações extensionistas, foco de nosso estudo.

Toda a rede federal possui uma reitoria que centraliza e articula as ações e estrutura de seus *Campi*. Dentro de cada uma delas, encontramos, também, uma pró-reitoria para lidar com a extensão em seus diferentes estabelecimentos. Para traçar os objetivos, essas pró-reitorias contam sempre com uma equipe de apoio para que, junto aos *Campi*, as estratégias extensionistas sejam elaboradas.

Ainda sobre as pró-reitorias de extensão existentes nos 39 Institutos Federais, ressaltamos que algumas possuem nomenclaturas diferenciadas, pois levam em seus nomes e, conseqüentemente, em suas atividades ações extensionistas mais abrangentes. Encontramos muitas com o nome padrão – Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. Mas também encontramos a Pró-Reitoria de Extensão Tecnológica – PROEXT, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas – PROEX, a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROEPPI e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura – PROPGPEC.

Compreendemos que colocar em uma mesma reitoria pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação torna-se um fator complicador para que ações sejam elaboradas dentro de cada área individualmente. Acreditamos que as temáticas devem ser articuladas e associadas, mas, entendemos que para ações mais efetivas e pontuais, seja necessário um trabalho individualizado, com equipes diferenciadas trabalhando individualmente para, depois, levar ao coletivo e agregar ações e conhecimento.

As equipes encontradas nas pró-reitorias de extensão, em geral, são constituídas de direções e setores que pensam planejar e elaborar ações extensionistas para serem desenvolvidas nos *Campi*. Essas equipes são compostas pensando no desenvolvimento de ações que visam à colaboração com a comunidade acadêmica e à construção de um diálogo participativo entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem. As ações voltadas para a comunidade, como esporte, cultura, lazer, arte e articulação com a comunidade são fatores de

estrema necessidade para que práticas extensionistas sejam concluídas com êxito entre todos os agentes articuladores das unidades de ensino.

Dando continuidade à essa análise e tendo por base a questão da separação dos setores, cargos e funções, nos *Campi* da rede, encontramos muitos com Coordenações de Pesquisa e Extensão ou Coordenações de Ensino, Pesquisa e Extensão, entre outras que agregam temáticas diferentes. Como citamos anteriormente, acreditamos que seja necessária uma separação dos cargos e setores para que haja uma melhor compreensão do que vem a ser ensino, pesquisa ou extensão dentro dos *Campi* para que melhores ações sejam elaboradas individual e coletivamente através de trabalhos em equipe.

Corroboramos com a ideia de indissociabilidade da educação no que diz respeito ao ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, entendemos que esses princípios devem atuar em conjunto, completando o processo de aprendizagem. Mas, compreendemos que coordenações que tenham por foco o trabalho com dois ou até mesmo com os três princípios em uma só coordenação pode causar confronto de ideias, ou mesmo uma ficar preterida pela outra. Acreditamos que o processo seja mais eficaz quando há uma coordenação específica para cada princípio e que, através de ações articuladas entre as coordenações, possa ser construído um processo melhor que garanta a autonomia, bem como a articulação entre eles.

Partindo da questão de dialogicidade que defendemos ao longo da construção desse texto, compreendemos que existe a necessidade da construção de um diálogo entre as ações realizadas no âmbito educacional. Tendo a extensão como referência, temos por foco que esse diálogo seja fluído entre o mundo acadêmico e a comunidade que a cerca através de suas ações. Entendemos diálogo como foco de construção de conhecimento entre os agentes. Partindo também da questão crítica à palavra “extensão”, não a vemos apenas como o ato de “estender algo a alguém”. Assim sendo, não pensamos a extensão como um ato do mundo acadêmico de levar seu conhecimento para a comunidade apenas, pensamos-la para além dessa situação. A extensão existe com base na troca de experiências, é levar o mundo acadêmico para fora dos muros, bem como trazer essa comunidade para dentro dos muros. Com isso, consideramos que, através das ações de extensão, a rede de Institutos Federais deve articular entre si a construção de ações efetivas que visem à realização de um trabalho eficaz nesse sentido.

Ressaltamos que na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207 se afirma:

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, CF, 1998)

Reconhecemos que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantia inclusive de lei. Contudo, ter responsáveis individuais nos *Campi* nos leva a uma melhor compreensão do que vem a ser tratado e compreendido por ensino, pesquisa ou extensão. Depois de uma compreensão do papel desses princípios individualmente, a articulação entre os setores é de suma importância para o bom andamento da instituição.

Consideramos que pesquisa e extensão precisam ter coordenações diferentes. Colocar uma mesma equipe para lidar com as duas questões pode ser prejudicial, pois são princípios bases da educação e, no decorrer do dia-a-dia de trabalho, uma pode ser preterida pela outra.

No que diz respeito ao estágio, percebemos situações diferentes entre as redes e *Campi* dos IF. Em alguns *Campi*, encontramos uma Coordenação ou Setor específicos para lidar com o estágio. Em outros, a Coordenação de Extensão é a mesma responsável tanto pelo estágio quanto pelas ações extensionistas. Encontramos, também, redes em que o estágio não fica localizado no departamento de extensão, mas sim no de ensino. Com isso, percebemos que não é unanimidade dentro da rede federal de ensino dos institutos que o setor de extensão lide com ações de estágio dentro dos *Campi*.

Acreditamos que o estágio é uma prática extensionista e, com isso, deve estar alocado junto à equipe de extensão dos *Campi*. Reconhecemos, também, que o fluxo de trabalho dos estágios é grande, o que nos leva a defender a existência de um setor de estágio nos estabelecimentos ou mesmo que a coordenação de extensão tenha equipe suficiente para atuar com a burocracia peculiar dos estágios e, de igual modo, com as demais atividades extensionistas. Com isso, existe a garantia de um trabalho eficaz e, conseqüentemente, o atendimento das demandas necessárias.

Algo bem específico em algumas redes é a presença do NAPNE dentro do setor de extensão. Compreendemos, em termos, essa ação, pois as ações comunitárias e inclusivas são efetuadas por esse núcleo. Mas para que isso seja realizado, entendemos que seja necessária a presença de uma equipe de multiprofissionais para lidar com a temática e, muitas vezes, essa equipe não está alocada no departamento de extensão.

No que diz respeito aos nomes e cargos dados aos setores dentro da rede, julgamos que um melhor ajuste entre os setores tornaria melhor a compreensão, visto que, por vezes, na mesma rede encontramos nomes de setores diferentes. Dessa forma, acreditamos que uma equiparação seria ideal.

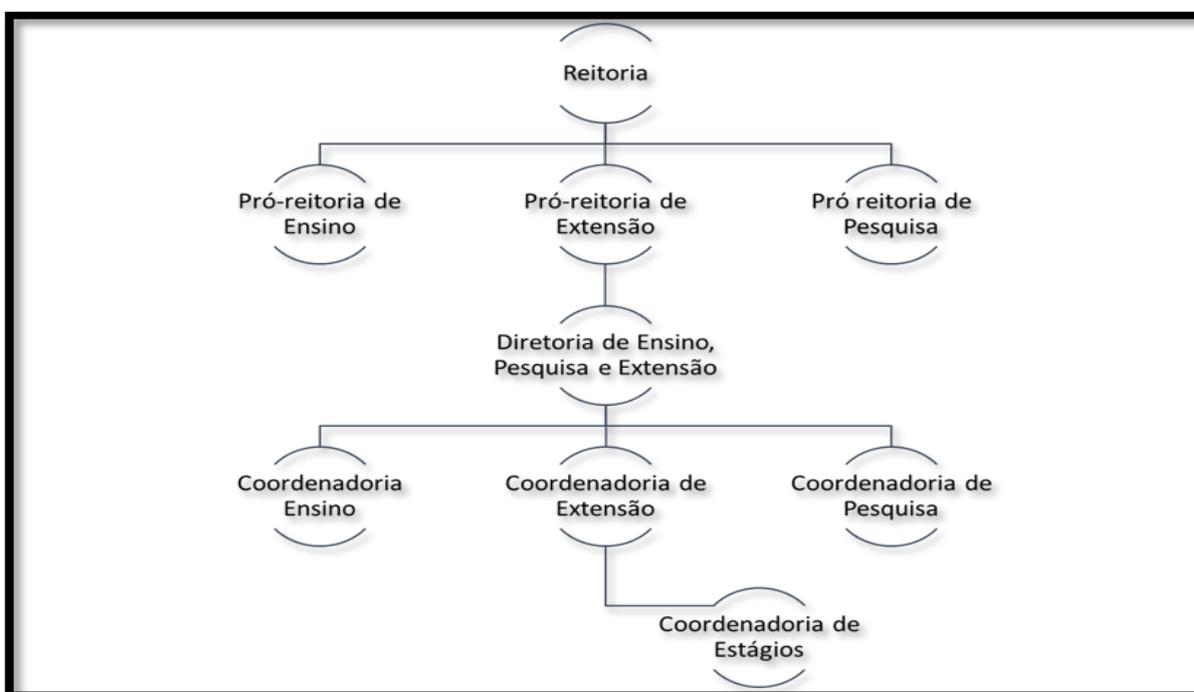
Causa-nos estranheza, também, o fato de algumas redes nomearem seus servidores como “chefes”. Tal nomenclatura nos traz um ar de autoritarismo e superioridade, o que consideramos desnecessário dentro de uma rede de educação que visa à democracia.

Compreendemos a especificidade de cada Instituto Federal, até mesmo por reconhecer sua autonomia e função perante sua comunidade. Mas, destacamos que uma estrutura desigual demais dentro das instituições faz com que, por vezes, não haja um reconhecimento e valorização de suas ações.

Como o foco de nosso trabalho foi a extensão dentro dos IF, elaboramos um organograma que, ao nosso ver, consideramos ideal, ou perto desse ideal, para o desenvolvimento das atividades educacionais perante a comunidade.

Destacamos a seguir, no Quadro, nossa sugestão:

Quadro 6 - Organograma ideal para os Institutos Federais



Fonte: Elaboração própria.

Nosso organograma comporta a estrutura dos Institutos partindo da reitoria. Como já existe em toda a rede, compreendemos que o ideal é ter uma reitoria que seja a responsável por

todas as ações. Inserimos abaixo as pró-reitorias com base na indissociabilidade que precisa ocorrer na educação como um todo. Com isso, temos as pró-reitorias de ensino, pesquisa e de extensão. O ideal, em nosso entendimento, é que haja a articulação entre elas, para que todas as ações executadas sejam, minimamente, articuladas. Entendemos, também, que cada pró-reitoria tem sua especificidade, mas não há um trabalho indissociável por meio de um trabalho segmentado. As ações precisam ser articuladas e compreendemos que essa articulação flua melhor, nos *Campi*, se começar nas pró-reitorias.

Chegando nos *Campi*, inserimos em nosso organograma uma coordenação para cada área da indissociabilidade, também, pois julgamos que a existência delas é necessária, mas, como ressaltamos anteriormente, o trabalho articulado entre essas coordenações é mais que indispensável. Não acreditamos em um trabalho eficaz sem o comprometimento entre as áreas ensino, pesquisa e extensão dentro das unidades de ensino. Com isso, destacamos que essas áreas não podem ser trabalhadas individualmente, de forma segmentada, mas que, um trabalho mais eficaz é possível quando há uma articulação entre os agentes que atuam nelas.

Colocamos a coordenação de estágio atrelada à coordenação de extensão. Entendemos que o estágio é uma das ações mais extensionistas dentro das instituições, pois, verdadeiramente, leva para fora dos muros as experiências academicamente adquiridas. Dessa forma, destacamos a importância de o estágio estar inserido na extensão. Isso não significa que não seja necessário um compartilhamento de ideias entre as demais áreas, o ensino precisa estar articulado com o estágio, bem como, a pesquisa também.

Conforme explicamos anteriormente, para o bom andamento do processo de aprendizagem, faz-se necessária uma articulação entre todas as áreas que atuam dentro das unidades educacionais, para que, através desse trabalho integrado, haja a verdadeira construção do processo educativo e a garantia do êxito.

Sobre a extensão nos IF, podemos afirmar que as ações devem estar vinculadas à educação profissional e tecnológica, atentando-se às questões relativas ao mundo do trabalho e à inclusão social. A extensão da rede é compreendida como um processo interdisciplinar educativo, científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, capaz de promover a democratização e socialização do conhecimento produzido na instituição e o estabelecimento de uma relação dialógica com a sociedade.

Por meio de projetos sociais, cursos, oficinas, competições esportivas e demais atividades acadêmicas e culturais abertas à comunidade, os *Campi* dos Institutos promovem a política extensionista da rede em todo território nacional, bem como, a promoção de diálogo com a comunidade que está ao redor de seus estabelecimentos. Essa prática é fundamental para

que a construção do processo de aprendizagem seja realizada com êxito por parte das instituições. Educar com base na troca de experiências é necessário, pois, como abordamos no Capítulo 2, a educação e seu processo de construção liberta.

Com isso, reforçamos o pensamento de Paulo Freire, referencial teórico norteador de nossa pesquisa quem nos descreve em seu livro *Pedagogia do Oprimido* o seguinte: “Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de ‘coisas’. Por isto se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns, feita por outros”. (FREIRE, 2017, p. 127)

Corroboramos que, a educação liberta, e libertar para o conhecimento é fundamental para a construção de uma sociedade democrática melhor para todos. As ações de extensão devem estar sempre pautadas nessa perspectiva de libertar a sociedade como um todo, de libertar o mundo acadêmico de sua “arrogância intelectual”, pois depositar conhecimento não é agregar conhecimento. Pensar com base na construção de conhecimento, requer sempre a participação do outro, a participação de todos os envolvidos nesse processo. Freire nos leva à reflexão também quando diz: “Através de seu permanente quefazer transformador da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais.” (FREIRE, 2017, p.219)

Ressaltamos, também, a importância de os IF manterem seus sites oficiais atualizados e completos. Não localizar informações extensionistas, foco de nossa análise, em alguns *Campi* é, no mínimo, ausência de informação. Traz a sensação de pouco caso ou descrédito das informações não localizadas, ou mesmo não atualizadas por mais de 4 (quatro) anos.

Sendo assim, compreendemos que a rede de Institutos Federais em todo território nacional atua efetivamente no trabalho com a extensão. Sua estrutura é voltada para articular essas ações dentro das unidades e, mesmo não sendo uma estrutura igualitária entre os *Campi*, é adequada para atuar com as práticas extensionistas. No tocante à falta de igualdade entre as unidades, compreendemos que, por serem autônomas, podem criar suas equipes de um modo independente, mas acreditamos, também, que uma estrutura mais bem definida entre as unidades garantiria uma melhor articulação entre a rede.

CAPÍTULO V - A VOZ DA EXTENSÃO E DE SEUS AGENTES NA REDE DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Neste capítulo, realizamos a análise dos questionários aplicados aos agentes extensionistas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país com o objetivo de compreender como eles percebem a extensão em seus lugares de atuação e, também, verificar se há uma atuação similar entre eles. Com base nos questionários aplicados aos referidos sujeitos, tivemos por objetivo reconhecer as suas percepções no que diz respeito aos conceitos abordados no decorrer de nossa pesquisa.

Consideramos importante construir o perfil extensionista mediante questões básicas, conforme já destacado no decorrer da pesquisa, a fim de compreender qual o cargo ocupado por esses agentes, bem como saber sobre o seu tempo de trabalho dedicado aos Institutos Federais. Partindo dessa análise, visamos a compreender como as ações são articuladas dentro dos estabelecimentos dos IF e verificar possíveis encontros ou desencontros entre elas. Tivemos por objetivo, também, reconhecer, por intermédio desse levantamento, de que maneira as instituições lidam com as questões teóricas abordadas neste trabalho, como a “marginalização” da extensão, a existência ou não da “dialogicidade” extensionista, a “flexibilização curricular” e a “curricularização da extensão”, temas norteadores de nossa tese.

Sendo assim, utilizamos tais instrumentos de pesquisa na tentativa de responder aos questionamentos existentes acerca da extensão e verificar a sua aplicabilidade nos Institutos Federais, compreendendo ações, conquistas e anseios de seus agentes.

5.1 Métodos

Destacamos, a partir deste momento, a explicação estatística da análise feita com base nas variáveis encontradas nos questionários que, por sua vez, foram incluídas nas perguntas.

5.1.1 Categorização de Variáveis

Todas as variáveis foram analisadas separadamente, sendo que as que não puderam ser mantidas na forma original foram modificadas; e aquelas que apresentaram menos de 5 observações ou caselas com zero observações na tabela de contingência foram recategorizadas.

No banco de coordenadores de extensão, foram removidos os participantes que assinalaram, na variável dependente, nível “recuso-me a responder”. No banco Coordenadores de Estágio havia caselas vazias que também foram removidas.

5.1.2 Análise Descritiva

Inicialmente, foram construídas tabelas de contingência, incluindo os percentuais na linha para verificar a distribuição das probabilidades em cada casela e foram realizados testes de associação pelo Qui-quadrado.

Todas as suposições foram, *a priori*, satisfeitas, uma vez que a variável dependente é qualitativa dicotômica e os seus valores são independentes entre si. Além disso, assumiu-se que o erro (ϵ) tem distribuição binomial e a covariância entre os erros é nula.

5.1.3 Análise de Regressão Logística Simples

Para verificar a associação entre a variável dependente e independentes foram realizados modelos de regressão logística simples. A variável dependente escolaridade, foi classificada como qualitativa nominal dicotômica (0 = graduação; 1 = pós-graduação) e as variáveis independentes foram recategorizadas. Para este procedimento foram criadas variáveis indicadoras (variáveis com mais de duas categorias), sendo utilizada a primeira categoria de cada variável como referência, de acordo com a ordem descrita na Tabela 14 que apresentamos a seguir.

A equação do modelo tipo de parto em função de uma variável independente é descrita pela fórmula:

$$Prob(Y=1)=f(x)$$

onde,

$$Prob(y=1)=p=\frac{1}{1+e^{-f(x)}}$$

onde,

$$-f(x)=(\beta_0+\beta_1 X_1)$$

onde Y é a variável dependente (dicotômica), p é a probabilidade de y = 1, β_0 é o ponto em que a reta intercepta o eixo y, β_1 é o coeficiente angular da equação, X é a variável independente.

Foi realizado o teste de Wald para testar cada estimador (beta) do modelo e para o efeito foram consideradas as seguintes hipóteses:

$$H_0: \beta_1 = 0 / OR = 1$$

$$H_a: \beta_1 \neq 0 / OR \neq 1$$

Rejeitamos a H_0 quando o teste de Wald foi significativo, concluindo que há associação entre a variável dependente e a variável independente. Para todas as análises foi considerado um nível de significância (α) de 5%.

Ressaltamos que o relatório detalhado de toda a análise aqui apresentada foi inserido no final desta tese, no ANEXO I.

5.2 Resultados

Tendo por base os dados obtidos, elaboramos, na sequência, a análise dos questionários por segmento dos agentes extensionistas atuantes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil.

5.2.1 Questionário aplicado aos Pró-reitores de Extensão

Iniciamos a análise das respostas do questionário aplicado com o segmento pró-reitores de extensão, cargo mais importante dentro da área extensionista, de acordo com o grau de hierarquia dos Institutos Federais. As pró-reitorias de extensão estão diretamente atreladas às Reitorias de seus estados. Destacamos, então, que o total de respostas obtidas parece pequeno, por se tratar de números pequenos, mas o máximo de respostas que poderíamos ter seria de 39, pois essa é a quantidade de IF existentes no país. Em cada um deles existe um responsável pela extensão, como já abordamos nos capítulos anteriores. Sendo assim, das 39 possíveis respostas, obtivemos 21, totalizando um percentual de 53,8% de participação desse segmento. O que nos garante uma boa amostra de opiniões para analisar. Destacamos as respostas obtidas na tabela a seguir:

Tabela 14. Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Pró-reitores de Extensão. São Paulo - SP, 2020. (n=21)

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Tempo de atuação na Pró-reitoria	1: de 1 a 3 anos (9) 2: de 4 a 6 anos (7) 3: de 7 a 10 anos (4) 4: de 11 a 15 anos (1)	0: 6 anos ou menos (1+2) # 1: 7 anos ou mais (3+4)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Gênero	1: Masculino (9) 2: Feminino (11) 3: Recuso-me a responder (1)	1: Masculino # 2: Feminino 3: Recusou-se a responder	Qualitativa nominal (dicotômica)
Idade	1: entre 26-31 (2) 2: entre 32-37 (4) 3: entre 38-43 (3) 4: entre 44-49 (4) 5: mais de 50 (8)	1: 43 anos ou menos (1+2+3) # 2: 44 anos ou mais (4+5)	Qualitativa ordinal
Formação Acadêmica	1: Especialização (3) 2: Mestrado (8) 3: Doutorado (10)	1: Especialização/Mestrado (1+3) # 2: Doutorado	Qualitativa nominal (dicotômica)
Instituto Federal	1: IFFarroupilha 2: IFTO 3: IFRS 4: IFGOIANO 5: IFAP 6: IFPB 7: IFMG 8: IFPE 9: IFPR 10: IFRJ 11: IFSP 12: IFSULDEMINAS (3) 13: IFSUDESTEMG 14: IFNMG 15: IFG 16: IFAL 17: IFB 18: IFES	Variável descartada	Qualitativa nominal
* <i>Variável dependente</i> (y) # Categoria de referência.			
Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Servidor	1: Docente (14) 2: Técnico administrativo (7)	1: Técnico administrativo # 2: Docente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Tempo como servidor	1: de 1 a 3 anos (1) 2: de 7 a 10 anos (8)	1: 10 anos ou menos (1+2) # 2: de 11 a 15 anos	Qualitativa ordinal

	3: de 11 a 15 anos (6) 4: de 16 a 20 anos (3) 5: mais de 21 anos (3)	3: 16 anos ou mais (4+5)	
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	1: 4 pessoas (2) 2: 5 pessoas (2) 3: 6 pessoas ou mais (17)	1: 4 ou 5 pessoas (1+2) # 2: 6 pessoas ou mais	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q1	1: Concordo parcialmente (6) 2: Concordo totalmente (14) 3: Discordo totalmente (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q2	1: Concordo parcialmente (10) 2: Concordo totalmente (2) 3: Discordo parcialmente (2) 4: Discordo totalmente (7)	1: Concordo (1+2) # 2: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q3	1: Concordo parcialmente (4) 2: Concordo totalmente (15) 3: Discordo parcialmente (2)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q4	1: Discordo parcialmente (4) 2: Discordo totalmente (17)	1: Discordo totalmente # 2: Discordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q5	1: Concordo parcialmente (7) 2: Concordo totalmente (14)	1: Concordo totalmente # 2: Concordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q6	1: Concordo parcialmente (10) 2: Concordo totalmente (3) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Discordo totalmente (6) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo (1+2) # 2: Discordo (3+4) 3: Recuso-me a responder (1)	Qualitativa nominal
Q7	1: Concordo parcialmente (5) 2: Concordo totalmente (16)	1: Concordo totalmente # 2: Concordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q8	1: Concordo parcialmente (5) 2: Discordo parcialmente (1) 3: Discordo totalmente (15)	1: Discordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+2)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q9	1: Concordo parcialmente (1) 2: Concordo totalmente (19) 3: Discordo totalmente (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q10	1: Concordo parcialmente (9) 2: Concordo totalmente (12)	1: Concordo totalmente # 2: Concordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q11	1: Concordo parcialmente (14) 2: Concordo totalmente (7)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q12	1: Concordo parcialmente (14) 2: Concordo totalmente (7)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q13	1: Concordo parcialmente (10) 2: Concordo totalmente (11)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente	Qualitativa nominal (dicotômica)

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Q14	1: Concordo parcialmente (10) 2: Concordo totalmente (11)	1: Concordo totalmente # 2: Concordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q15	1: Concordo parcialmente (4) 2: Concordo totalmente (12) 3: Discordo totalmente (5)	1: Concordo totalmente 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q16	1: Concordo parcialmente (9) 2: Concordo totalmente (3) 3: Discordo parcialmente (3) 4: Discordo totalmente (6)	1: Concordo (1+2) 2: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal (dicotômica)

Na Tabela 14, encontramos as respostas ao questionário enviado aos pró-reitores de extensão. Ressaltamos que algumas dessas questões foram analisadas em nosso capítulo III, como gênero, idade, formação acadêmica, tipo de servidor, tempo de atuação como servidor e tempo de atuação como agente extensionista, onde analisamos os sujeitos de pesquisas como um todo e, com isso, partimos, agora, para a análise das demais questões que tangem nosso estudo. Sobre a variável descartada em nossa análise estatística, a pergunta sobre o Instituto Federal a que o pró-reitor pertence é de suma importância, pois nos leva à percepção de que nas respostas analisadas podemos encontrar a representação de todas as regiões do país, o que nos garante uma visão mais detalhada da estrutura dos IF.

Na pergunta sobre a quantidade de pessoas que atuam junto a pró-reitoria de extensão, podemos perceber que em todos os Institutos participantes existe uma equipe voltada a atuar na área extensionista e que a maioria dos pró-reitores contam com uma equipe composta por mais de seis pessoas (17). Consideramos esse fator importante, pois ter pessoas pensando em extensão dentro dos Institutos nos remete à realização de um trabalho voltado a essa temática.

A partir desse momento, as respostas ao questionário, dadas pelos pró-reitores de extensão, foram baseadas em afirmações, pois, como também explicamos no capítulo metodológico desta tese, escolhemos a Escala Likert para elaborar o documento consultivo aos agentes extensionistas. Dessa forma, os sujeitos analisados responderam de acordo com o grau de concordância com as afirmações feitas.

Em nossa tabela, nomeamos a afirmação, **“Na Pró-reitoria em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior”**, como Q1, e nela observamos que a grande maioria (14) concorda totalmente com a afirmação. Na sequência, encontramos os que concordam parcialmente (6) e ainda encontramos uma resposta que discorda totalmente. Nesse sentido, percebemos que, no geral, há uma articulação entre o tripé indissociável da educação, mas verificar que em alguns Institutos essa tríade não é observada, mesmo que seja em poucos,

remete-nos a uma não aplicação de um princípio básico da educação e a falta de comprometimento da extensão com os demais segmentos educacionais.

A afirmação **“A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa”** aparece em nossa tabela como Q2. Analisando-a, percebemos que a grande maioria (10) concorda parcialmente com ela. Em seguida, encontramos os que discordam totalmente (7) e, empatados no número de respostas, encontramos os que concordam totalmente e os que discordam parcialmente, com duas respostas cada. Analisando as respostas obtidas, podemos perceber que há uma certa concordância com a afirmação, pois, no geral, vemos sempre as instituições voltadas ao ensino e à pesquisa. Perceber que existem pessoas que têm um olhar à extensão, conduz-nos, realmente, à concepção de que podemos, aos poucos, modificar esse olhar marginalizado à extensão, que ainda persiste em existir, levando-nos a olhar para ela com a importância que tem, na sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

De acordo com o pensamento freiriano, destacamos: **“Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato”**. Nomeamos essa afirmação em nossa tabela como Q3. De acordo com as respostas obtidas, percebemos que a maior parte dos entrevistados (15) concorda totalmente com o pensamento de Paulo Freire. Podemos destacar, então, que, na opinião da maior parte dos agentes extensionistas participantes desta pesquisa, há um equívoco partindo da própria definição do termo, pois as ações extensionistas realizadas em nossas instituições vão além do ato de estender algo a alguém. Corroboramos com o pensamento de Paulo Freire e com a maior parte dos pró-reitores de extensão colaboradores desta pesquisa, pois nas ações realizadas há uma troca de conhecimento entre os envolvidos e o termo extensão, remetendo-nos, apenas, ao ato de “estender” determinado conhecimento àqueles que ainda não o têm. Na sequência, verificamos que parte dos sujeitos concorda parcialmente (4) e os que discordam parcialmente somam 2 participantes. Ressaltamos que nenhum dos respondentes discordou totalmente do pensamento freiriano. Dessa forma, consideramos que ainda há muito a se refletir sobre o apontamento do autor aqui citado, referencial norteador de nossa tese e, tido também como norteador dos princípios extensionistas para quem estuda a temática.

Na Q4, que trata da afirmação **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com viés unicamente assistencialista”**, houve somente discordância total (17) ou parcial (4), o que nos remete à compreensão de que a extensão nos Institutos Federais não é aplicada com viés apenas assistencialista. Essa ação

assistencialista era muito praticada antigamente com a implantação da extensão. Perceber a modificação dessa característica com o passar do tempo, para nós, demonstra que os agentes extensionistas estão no caminho de construção de uma extensão eficaz, que, realmente, se torna indissociável do ensino e da pesquisa.

Tendo por base o resultado relativo à afirmação anterior, não poderíamos ter resposta diferente na Q5 **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos”**, onde há apenas concordância, seja total (14) ou parcial (7). Quando vemos que a extensão não é praticada com viés unicamente extensionista, partimos para o outro ponto de suas práticas que dizem respeito à execução de suas ações, com vistas sempre ao desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos, o que julgamos serem ações mais contemplativas e completas da extensão.

A Q6, que trata do cumprimento da meta 12 e a estratégia 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem objetivo de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, percebemos uma certa divisão nas respostas, fato que nos remete ao processo de mudança que está acontecendo com a extensão após a inserção desta meta no PNE. Percebemos essa transição ou adaptação quando a maior parte dos participantes (10) concorda parcialmente com a afirmação - **Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo**, levando-nos a crer que tal mudança está sendo feita gradualmente e que há um processo de transformação da extensão nos IF. Na sequência, estão os que discordaram totalmente (6), o que pode ser considerado um número elevado, pois, em se tratando de uma meta a ser cumprida para que os Institutos estejam de acordo com o PNE, como discordar totalmente dessa afirmação? Tais respostas nos remetem à existência de Institutos que não atuam no sentido de aplicar a extensão de acordo com o que está sendo solicitado pela legislação vigente. Em seguida, verificamos os que concordam totalmente (3) – o que, para nós, seria o cenário ideal para todos os Institutos –, o que discorda parcialmente (1) e o que se recusou a responder (1).

Ainda sobre o cumprimento da legislação vigente, a Q7 foi elaborada para reforçar se a prática extensionista dos estabelecimentos está de acordo com a Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista que dá às instituições o prazo de 3 anos para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE. Acerca disso, elaboramos a seguinte afirmação **“A pró-reitoria à qual pertencem já está**

atuando para que essa ação seja efetivada nos Campi". Percebemos, então, que todas as pró-reitorias estão atuando na efetivação e no cumprimento da referida Resolução em seus *Campi*, pois todas as respostas a essa afirmação foram de concordância, seja total (16) ou parcial (5). Acreditamos que todos os Institutos Federais têm elaborado ações para que, até ao fim do prazo estipulado, os cursos estejam devidamente adaptados.

Dando continuidade às questões voltadas à legislação, elaboramos uma afirmação sobre a curricularização da extensão, pois pensamos que, por meio do cumprimento legal, as instituições podem apenas "curricular" a extensão e isso é fator negativo para o segmento extensionista. Nomeamos como Q8 a seguinte afirmação **"A curricularização da extensão, com base na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade"**. Nesse segmento de pró-reitores extensionistas, ficamos surpresos com as respostas, pois, a grande maioria (15) discordou totalmente da afirmação. Percebemos que, na visão deles, a aplicação da Resolução dentro das instituições impossibilita a curricularização da extensão. Consideramos que essa é uma discussão latente na sociedade extensionista nos últimos tempos, pois verificamos uma série de instituições que realmente engessaram a extensão em suas estruturas curriculares. Os demais participantes concordaram parcialmente (5) ou discordaram parcialmente (1).

A afirmação Q9 faz referência aos diferentes níveis de ensino que encontramos nos IF, visto que é sabido que a extensão como princípio indissociável da educação é voltada para a Educação Superior. Nesse sentido, afirmamos o seguinte: **"Nos Campi de responsabilidade da pró-reitoria em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos"**. Verificamos que a grande maioria concordou totalmente (19) com a afirmação. Sendo assim, compreendemos que a extensão nos Institutos Federais é aplicada a toda a comunidade como princípio indissociável da educação, não havendo segmentação dos níveis de ensino existentes em seus *Campi*. Consideramos essa postura fundamental para o bom andamento da extensão. Na sequência, encontramos uma opinião manifestando concordância parcial e outra discordância total.

Prosseguindo com a análise das respostas ao questionário, as afirmações que seguem foram pautadas nas diretrizes extensionistas sobre os "is" da Extensão: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social. Assim, elaboramos as afirmações que seguem em nossa análise.

Nomeamos como Q10 a seguinte afirmação: **“As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da Interação dialógica entre as ações realizadas”**. Percebemos apenas concordância com essa afirmação, seja total (12) ou parcial (9).

Na Q 11: **“As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da Interdisciplinaridade e interprofissionalidade entre as ações realizadas”**, notamos o mesmo posicionamento dos pró-reitores extensionistas, pois todos eles concordaram com a afirmação, sendo que 14 parcialmente e 7 totalmente. Verificamos, por meio dessa afirmação, um processo de adaptação dessas ações, visto que tal diretriz remete a um trabalho mais detalhado e eficaz para seu êxito.

Na frase **“As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão entre as ações realizadas”**, nomeada Q12, verificamos a concordância parcial (14) e a concordância total (7). Esse resultado, que manifesta concordância parcial da maior parte dos participantes, pode ser considerado totalmente válido, visto que na afirmação Q2, na qual tratamos da “marginalização” da extensão perante os demais princípios, a grande maioria também concordou parcialmente. Com isso, verificamos que se faz necessário por parte das instituições que visam ao desenvolvimento da tríade extensionista elaborar ações mais eficazes de indissociabilidade entre Ensino- Pesquisa- Extensão. Consideramos que a Resolução 7 surgiu para minimizar o sentimento de não pertencimento da extensão a essa indissociabilidade, pois ela tem por objetivo tornar a extensão presente nas estruturas curriculares, levando, no mínimo, a reflexão, àqueles que atuam na educação.

Sobre o impacto na formação dos estudantes, **“As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz do Impacto na formação do estudante entre as ações realizadas”** (Q13). Podemos afirmar que o resultado pode ser considerado um empate, pois os que concordaram totalmente somaram 11 e os que concordaram parcialmente somaram 10. O mesmo resultado verificamos na Q14 **“As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz do Impacto na transformação social entre as ações realizadas”**, remetendo-nos ao fato de que os IF pensam e articulam ações extensionistas com o objetivo de impactar tanto a formação dos estudantes quanto a transformação social dos que neles estão inseridos.

Finalizando a análise das proposições afirmativas sobre as diretrizes dos “is” extensionistas, percebemos que todos os participantes concordaram com elas, ou seja, nos *Campi* em que esses pró-reitores atuam existe um trabalho voltado ao cumprimento dessas

diretrizes. Nesse sentido, pensamos que as ações extensionistas estão sendo planejadas de forma correta nos Institutos Federais, pois elas visam à formação da comunidade em que as unidades estão alocadas. Fazer parte de uma instituição que visa ao cumprimento de ações voltadas à Interação dialógica ou dialogicidade – tema central deste trabalho -, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, Impactos na formação do estudante e na transformação social nos remete ao pensamento de que estamos no caminho certo para a construção de ações extensionistas eficazes para o desenvolvimento de nossa instituição.

Para finalizar o questionário aplicado aos pró-reitores de extensão, elaboramos duas afirmações sobre o estágio. As frases afirmativas foram elaboradas com base nos levantamentos e estudos realizados durante nosso processo de doutoramento. Notamos que a estrutura dos Institutos Federais é diferenciada e que, em alguns deles o estágio é de responsabilidade dos setores de extensão.

Assim, acerca da afirmação **“A Pró-reitoria em que atuo é responsável pela organização do estágio”**, que nomeamos de Q15, a grande maioria (12) concordou totalmente. Chegamos então, à conclusão de que na maior parte dos IF o estágio é de responsabilidade dos setores de extensão. Consideramos essa ação correta, visto que o estágio é considerado uma ação extensionista, pois é uma das formas de levar o conhecimento acadêmico adquirido dentro das instituições de ensino para a sociedade como um todo a uma empresa e, também, trata-se de uma ação de troca de experiências entre os envolvidos. Mas, na sequência, localizamos os participantes que discordaram totalmente (5) e os que concordaram parcialmente (4), o que nos leva a compreender que em alguns Institutos o estágio está sob a responsabilidade de outros setores.

Finalizamos o questionário, solicitando a opinião desses pró-reitores sobre o estágio. A afirmação foi a seguinte: **“O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão”** (Q16). As respostas foram bem divididas, o que nos leva à compreensão de que não há um pensamento único sobre o caráter extensionistas diante da relação entre extensão-estágio. Nove participantes concordaram parcialmente com a afirmação, seis discordaram totalmente, três concordaram totalmente e três discordaram parcialmente.

Concluimos, então, a análise descritiva das respostas do questionário aplicado aos pró-reitores de extensão dos IF com a sensação de que a temática aqui estudada está sendo muito bem representada por seus agentes, pois, com base nas respostas obtidas, percebemos que há um processo de construção de conhecimentos e estratégias extensionistas para o bom andamento das instituições.

5.2.1.1 Regressão Logística Univariada dos Pró-reitores de Extensão

Como explicado anteriormente, a análise estatística de nossos questionários foi elaborada com base na distribuição das variáveis independentes segundo o tempo de atuação na extensão dos participantes, ou seja, o tempo que os pró-reitores de extensão atuam na área extensionista de seus institutos. Obtivemos os resultados na tabela a seguir:

Tabela 15. Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Pró-Reitoria. São Paulo, SP, 2020. (n= 21)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		7 anos ou mais (n=5)	Total (n=21)			
		n (%)	n			
Q6	Concordo	1 (7)	13	Ref		
	Discordo	4 (57)	7	13.31 (0.92 - 845.14) *	0.04 *	1
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Servidor	Técnico administrativo	3 (42)	7	Ref	0.147	2
	Docente	2 (14)	14	0.22 (0.03 - 1.85)		
Pessoas que atuam com atividades extensionistas	4 ou 5 pessoas	2 (50)	4	Ref	0.172	3
	6 pessoas ou mais	3 (17)	17	0.21 (0.02- 2.19)		
Q4	Discordo totalmente	5 (29)	17	Ref	0.214	-
	Discordo parcialmente	0	4	-		
Q7	Concordo totalmente	3 (18)	16	Ref	0.33	-
	Concordo parcialmente	2 (40)	5	2.89 (0.32 - 25.7)		
Q15	Concordo totalmente	2 (40)	5	Ref	0.33	-
	Não concorda de alguma forma	3 (18)	16	0.35 (0.04 - 3.08)		
Q2	Concorda	2 (16)	12	Ref	0.375	-
	Discorda	3 (33)	9	2.5 (0.32 - 19.53)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		7 anos ou mais (n=5)	Total (n=21)			
		n (%)	n			
Q10	Concordo totalmente	2 (16)	12	Ref	0.375	-
	Concordo parcialmente	3 (33)	9	2.5 (0.32- 19.53)		
Q16	Concorda	2 (16)	12	Ref	0.375	-
	Discorda	3 (33)	9	2.5 (0.32 -19.53)		
Q9	Concordo totalmente	5 (26)	19	Ref	0.406	-
	Não concorda de alguma forma	0	2	-		
Q11	Concordo parcialmente	4 (28)	14	Ref	0.469	-
	Concordo totalmente	1 (14)	7	0.42 (0.04 - 4.66)		
Q8	Discordo totalmente	3 (20)	15	Ref	0.517	-
	Não concorda de alguma forma	2 (33)	6	2 (0.24 - 16.61)		
Q3	Concordo totalmente	3 (20)	15	Ref	0.517	-
	Não concorda de alguma forma	2 (33)	6	2 (0.24 - 16.61)		
Q13	Concordo parcialmente	2 (18)	11	Ref	0.525	-
	Concordo totalmente	3 (30)	10	1.93 (0.25 - 14.89)		
Gênero	Masculino	3 (33)	9	Ref	0.62	-
	Feminino	2 (18)	11	0.46 (0.03 - 5.39)		
	Recusou-se a responder	0 (0)	1	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		7 anos ou mais (n=5)	Total (n=21)			
		n (%)	n			
Q14	Concordo totalmente	3 (27)	11	Ref	0.696	-
	Concordo parcialmente	2 (20)	10	0.67 (0.09 - 5.13)		
Formação Acadêmica	Especialização/Mestrado	3 (27)	11	Ref	0.696	-
	Doutorado	2 (20)	10	0.67 (0.09 - 5.13)		
Q5	Concordo totalmente	3 (21)	14	Ref	0.717	-
	Concordo parcialmente	2 (28)	7	1.47 (0.18 - 11.72)		
Q1	Concordo totalmente	3 (21)	14	Ref	0.717	-
	Não concorda de alguma forma	2 (28)	17	1.47 (0.18 - 11.72)		
Q12	Concordo parcialmente	3 (21)	14	Ref	0.717	-
	Concordo totalmente	2 (28)	7	1.47 (0.18 - 11.72)		
Tempo como servidor	10 anos ou menos	2 (22)	9	Ref	0.786	-
	de 11 a 15 anos	1 (16)	6	0.72 (0.01 - 17.65)		
	16 anos ou mais	2 (33)	6	1.68 (0.09 - 32.5)		
Idade	43 anos ou menos	2 (22)	9	Ref	0.882	-
	44 anos ou mais	3 (25)	12	1.17 (0.15 - 9.01)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

De acordo com a análise, foi considerada diferença estatisticamente significativa os resultados menores do que 0,05 ou 5%, resultados de p-valor. Relacionando as variáveis independentes com o tempo de atuação na Pró-reitoria (6 anos ou menos, 7 anos ou mais), os participantes com 7 anos ou mais no cargo apresentaram variação em função da questão 6 (Q6) **“De acordo com a estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) é dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo”**. Podemos observar que os participantes que responderam “discordo” têm 13.31 (IC 95%: 0.92 - 845.14) vezes chance de ter 7 anos ou mais de experiência na pró-reitoria quando comparado aos participantes que responderam que “concordo”, diferença estatisticamente significativa ($p < 0.05$). Destacamos que o fato de os demais resultados terem resultado superior a 5% não anulou a sua importância. Significa, apenas, que as demais questões não estão atreladas à variável de tempo de atuação dos pró-reitores extensionistas.

5.2.2 Questionário aplicado aos Diretores de Extensão

Dando continuidade à análise descritiva, a partir deste momento, destacamos as respostas dos Diretores de Extensão que atuam na rede de Institutos Federais. Como relatado no capítulo metodológico, o questionário foi enviado para duzentos diretores, dentre os quais tivemos o retorno de cinquenta e quatro, o que nos garante um percentual de participação de 27%, número consideravelmente aceitável para uma análise. Esse foi o segmento em que obtivemos o menor percentual de retorno, mesmo assim, julgamos a quantidade de respostas adequadas, obedecendo uma amostra significativa probabilística. As perguntas e afirmações feitas no questionário foram similares às perguntas elaboradas aos pró-reitores extensionistas. Vejamos:

Tabela 16. Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Diretores de Extensão. São Paulo - SP, 2020. (n=54)

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
<i>Tempo que você atua no setor de Extensão</i>	1: de 1 a 3 anos (50) 2: de 4 a 6 anos (16) 3: de 7 a 10 anos (2)	0: 3 anos ou menos # 1: 4 anos ou mais (2+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Gênero	1: Masculino (31) 2: Feminino (23)	1: Masculino # 2: Feminino	Qualitativa nominal (dicotômica)
Idade	1: entre 18-25 (1) 2: entre 26-31 (6) 3: entre 32-37 (16) 4: entre 38-43 (13) 5: entre 44-49 (10) 6: mais de 50 (8)	1: entre 32-37 # 2: 31 anos ou menos (1+2) 3: entre 38-43 4: 44 anos ou mais (5+6)	Qualitativa ordinal
Formação Acadêmica	1: Graduação (3) 2: Especialização (6) 3: Mestrado (19) 4: Doutorado (22) 5: Pós -doutorado (4)	1: Especialização # 2: Graduação 3: Mestrado 4: Doutorado ou PhD (4+5)	Qualitativa ordinal
Instituto Federal	IFAL (1) IFAL (1) IFAP (1) IFB (3) IFES (4) IFFarroupilha (4) IFG (7) IFMG (2) IFMS (2) IFMT (3) IFPA (2) IFPE (3) IFPE (2) IFPR (4) IFRJ (1) IFRR (2) IFRR (1) IFRS (3) IFSC (2) IFSP (2) IFSUDESTEMG (4)	Variável descartada	Qualitativa nominal

	IFSUL (1) IFSULDEMINAS (1) IFTM (1)		
Servidor	1: Docente (43) 2: Técnico administrativo (11)	1: Técnico administrativo # 2: Docente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Tempo como servidor	1: de 1 a 3 anos (5) 2: de 4 a 6 anos (20) 2: de 7 a 10 anos (19) 3: de 11 a 15 anos (6) 4: de 16 a 20 anos (1) 5: mais de 21 anos (3)	1: de 7 a 10 anos # 2: 6 anos ou menos (1+2) 3: 11 anos ou mais (3+4+5)	Qualitativa ordinal
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	1: 2 pessoas (14) 2: 3 pessoas (3) 3: 4 pessoas (3) 4: 5 pessoas (2) 5: 6 pessoas ou mais (30) 6: Recuso-me a responder (2)	1: entre 3 e 5 pessoas (2+3+4) # 2: 2 pessoas 3: 6 pessoas ou mais 4: Recuso-me a responder	Qualitativa ordinal

* *Variável dependente (y)* # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q1	1: Concordo parcialmente (4) 2: Concordo totalmente (3) 3: Discordo parcialmente (8) 4: Discordo totalmente (39)	1: Discordo totalmente # 2: Concordo (1+2) 2: Discordo parcialmente	Qualitativa nominal
Q2	1: Concordo parcialmente (17) 2: Concordo totalmente (36) 3: Discordo parcialmente (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q3	1: Concordo parcialmente (20) 2: Concordo totalmente (5) 3: Discordo parcialmente (12) 4: Discordo totalmente (16) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo (1+2) # 2: Discordo parcialmente 3: Discordo totalmente 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q4	1: Concordo parcialmente (11) 2: Concordo totalmente (41) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Discordo totalmente (1) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3+4) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q5	1: Concordo parcialmente (6) 2: Discordo parcialmente (14) 3: Discordo totalmente (33)	1: Discordo parcialmente # 2: Concordo parcialmente 3: Discordo totalmente	Qualitativa nominal

	4: Recuso-me a responder (1)	4: Recuso-me a responder	
Q6	1: Concordo parcialmente (26) 2: Concordo totalmente (28)	1: Concordo totalmente # 2: Concordo parcialmente	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q7	1: Concordo parcialmente (25) 2: Concordo totalmente (11) 3: Discordo parcialmente (9) 4: Discordo totalmente (7) 5: Recuso-me a responder (2)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q8	1: Concordo parcialmente (17) 2: Concordo totalmente (32) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Recuso-me a responder (4)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q9	1: Concordo parcialmente (17) 2: Concordo totalmente (1) 3: Discordo parcialmente (7) 4: Discordo totalmente (23) 5: Recuso-me a responder (6)	1: Concordo (1+2) # 2: Discordo (3+4) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal

* *Variável dependente (y)* # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q10	1: Concordo parcialmente (12) 2: Concordo totalmente (37) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Discordo totalmente (1) 5: Recuso-me a responder (3)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3+4) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q11	1: Concordo parcialmente (22) 2: Concordo totalmente (26) 3: Discordo parcialmente (5) 4: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q12	1: Concordo parcialmente (29) 2: Concordo totalmente (22) 3: Discordo parcialmente (2) 4: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q13	1: Concordo parcialmente (27) 2: Concordo totalmente (22) 3: Discordo parcialmente (3) 4: Discordo totalmente (1) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3+4) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q14	1: Concordo parcialmente (20) 2: Concordo totalmente (28)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal

	3: Discordo parcialmente (6) 4: Recuso-me a responder (1)	3: Recuso-me a responder	
Q15	1: Concordo parcialmente (22) 2: Concordo totalmente (28) 3: Discordo parcialmente (4)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3)	Qualitativa nominal (dicotômica)
Q16	1: Concordo parcialmente (8) 2: Concordo totalmente (41) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Discordo totalmente (3) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma forma (1+3+4) 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q17	1: Concordo parcialmente (15) 2: Concordo totalmente (17) 3: Discordo parcialmente (13) 4: Discordo totalmente (11) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Discordo parcialmente # 2: Concordo parcialmente 3: Discordo totalmente 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Como destacado anteriormente, algumas questões já foram analisadas no capítulo metodológico, como gênero, idade, formação acadêmica e tipo de servidor. Nesta análise também mantivemos a variável tempo de atuação no setor de extensão como referência, resultado analisado no próximo subitem.

Demos ênfase, à análise descritiva e, de acordo com as respostas obtidas, podemos afirmar que junto aos Diretores de Extensão há, no geral, uma equipe que desenvolve as ações extensionistas nos Institutos Federais, pois a grande maioria (30) deles afirmaram ter uma equipe com seis pessoas ou mais em seus setores. Na contramão dessa situação, na sequência, vemos aqueles que não possuem uma equipe para atuar, pois alegaram ter apenas duas pessoas trabalhando em seus setores (14). Com três atuando no setor de extensão totalizam 3, e de igual modo os que contam com quatro pessoas. Os que têm cinco pessoas atuando totalizam 2 e, da mesma forma, 2 se recusaram a responder. Tendo por base esses dados, pudemos perceber que nos Institutos Federais existem equipes que lidam com a temática extensionista em suas unidades.

Sobre a variável descartada em nossa tabela, “a que Instituto federal você pertence”, pudemos verificar a participação de diretores de todas as regiões do país, o que nos trouxe uma abordagem mais realista e eficaz, pois há a representatividade do país como um todo.

Utilizamos, na sequência, o mesmo tipo de questionamento usado com os pró-reitores de extensão, a escala Likert, que se baseia na colocação de frases afirmativas acerca das quais os participantes elegem o seu grau de concordância.

Na afirmativa **“A Diretoria em que atuo tem por atribuição apenas as atividades extensionistas”** que nomeamos em nossa tabela como Q1, encontramos como maioria (39) os que discordaram totalmente. Esse resultado nos remete ao fato de que os diretores, geralmente, estão à frente de um setor que não lida única e exclusivamente com a temática extensionista. Pudemos, com base nessas respostas, analisar de duas formas. Se tivermos um olhar positivo, colocamos esses diretores como os articuladores de ações com os demais segmentos que eles também representam. Sendo assim, é possível pensar em ações que visam à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Mas, se olharmos negativamente, podemos partir do princípio de que um diretor que representa vários segmentos dentro de uma instituição pode não ter braço suficiente para elaborar estratégias que visem ao desenvolvimento de tudo o que eles representam e, com isso, alguma área pode se tornar mais ou menos preterida dentro da instituição. Na sequência do questionário, encontramos as demais opiniões, que são menos representativas também, os que discordaram parcialmente, com 8 respostas, os que concordaram parcialmente, somando 4 e, por fim, os 3 que concordaram totalmente com a afirmação. Com isso, notamos que apenas quatro dos diretores que participaram de nossa pesquisa cuidam única e exclusivamente de ações extensionistas dentro de suas respectivas instituições.

Sobre a articulação de atividades ensino, pesquisa, extensão, inserimos a Q2 **“Na Diretoria em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior”**. Como resposta, a maioria deles (36) concordou totalmente, alegando que em suas instituições há articulação entre o tripé indissociável da educação, fator que consideramos ser totalmente importante e eficaz para o bom andamento da educação. Na sequência, encontramos os que concordaram parcialmente (17), número que consideramos representativo, pois é difícil pensar em instituições educacionais que têm suas ações segmentadas e, por fim, um dos participantes que discordou parcialmente da afirmação, o que nos trouxe certo pesar, pois sabemos que é representativo, já que encontramos muitos lugares que não articulam suas ações.

Sobre a afirmação Q3 **“A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa”**, encontramos um quadro de respostas bem diferenciado. Os que concordaram totalmente (5) e um dos participantes que se recusou a responder, totalizaram os menores índices de respostas, o que nos levou à percepção de que, mesmo que seja para poucos, a

extensão é vista com maus olhares frente às questões de ensino e pesquisa. Na sequência, com quantidade similar de respostas, encontramos os demais segmentos: os que discordaram parcialmente (12) e os que concordaram parcialmente (20), fator que ainda nos leva a pensar que, de alguma forma, a extensão é marginalizada. Por fim, os que discordaram totalmente (16), o que nos faz enxergar uma luz no fim do túnel, pois é de suma importância que essa realidade exista em todas as instituições que lidam com o tripé indissociável da educação.

Acerca da afirmação que nomeamos em nossa tabela como Q4 **“Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato”**, observamos que o resultado foi bem similar ao encontrado na participação dos pró-reitores de extensão. Notamos que a grande maioria (41) concordou totalmente com ela, pois acreditam que há um equívoco na nomenclatura utilizada para as ações, pensamento com o qual estamos de acordo, posto que pensamos que as tais práticas vão além de “estender algo a alguém”, sendo necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato. Na sequência, encontramos os que concordam parcialmente (11), o que nos leva a inferir que há um problema no termo “extensão” utilizado para caracterizar as ações dentro das instituições. Por fim, com número de respostas iguais (1) encontramos os que discordaram parcial ou totalmente e o que se recusou a responder.

A afirmação **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com viés unicamente assistencialista”** foi nomeada como Q5. A grande maioria (33) discordou totalmente, o que nos levou a pensar que, na maior parte dos IF, as ações extensionistas não são pensadas única e exclusivamente com viés assistencialista, visão que consideramos fundamental para o bom andamento da extensão. Entendemos que ela não deve ser aplicada nas instituições com olhar apenas de assistencialismo, como era feito antigamente, visto que a extensão vai além desse olhar. Na sequência, observamos os que discordaram parcialmente (14), o que traduz a realidade extensionista, pois ela não deve ser usada única e exclusivamente com essa finalidade, embora esse olhar precise existir dentro de suas ações. Com menor representatividade nas respostas, encontramos a opinião dos demais diretores participantes, os que concordam parcialmente (6), o que nos remete à mesma situação dos que discordam parcialmente, e um dos diretores se recusou a responder.

Como sequência da afirmação Q5, entendemos as respostas obtidas na Q6 **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos”**. Nessa afirmação

tivemos como resultado apenas a concordância, seja total (28) ou parcial (26). O que nos remete ao fato de que as ações extensionistas dos Institutos Federais são pensadas de forma mais totalitária e completa, fugindo de questões apenas assistencialistas e pensando no caráter de desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos.

A afirmação Q7 trata do cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) que versa sobre o dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. A afirmação destinada à avaliação dos diretores foi a seguinte: **“Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo”**. Como resposta, percebemos que a maioria concordou parcialmente (25), fator que nos levou a acreditar que as unidades dos Institutos representadas por esses diretores estão em processo de adaptação à essa meta e estratégia do PNE. Na sequência, encontramos os que concordaram totalmente (11), levando-nos ao pensamento de que seus cursos já estão adaptados ao PNE e, na mesma percepção, encontramos os que discordaram parcialmente (9). Em número menor, encontramos os que discordaram totalmente (7), fator que nos causa preocupação e estranheza por inferirmos que em algumas unidades dos IF o cumprimento de tal meta não esteja sendo levado em conta. Encontramos, ainda, dois participantes que se recusaram a responder.

Na sequência da afirmação anterior, inserimos em nossa pesquisa a Q8, que trata da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista, e estipula que as instituições têm o prazo de 3 anos para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE. Acerca disso afirmamos **“A diretoria a qual pertencço já está atuando para que essa ação seja efetivada no Campus”**. A grande maioria (32) concordou totalmente, o que reforça a ideia que tivemos na afirmação anterior de que vivemos um período de adaptação da extensão dentro das instituições. Em seguida, enxergamos os que concordaram parcialmente (17) e o que discordou parcialmente (1). Recusaram-se a responder essa afirmação 4 diretores participantes.

Sobre a afirmação **“A curricularização da extensão, com base na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade”**, nomeada como Q9 em nossa tabela, obtivemos a discordância total (23) como maior número de respostas, o que nos levou a pensar que, com o cumprimento da Resolução, os diretores, no geral, não pensam que a extensão seja curricularizada. Na sequência, com um número expressivo de respostas, encontramos os que concordaram parcialmente (17), número que nos remete também ao fato

de que alguns diretores estão com um olhar atento ao cumprimento dessa Resolução porque as ações podem ou não apenas curricularizar a extensão, no mesmo viés, encontramos os que discordaram parcialmente (7). Um dos participantes concordou totalmente com a afirmação e, por fim, seis dos diretores se recusaram a responder.

Sobre o fato de o princípio indissociável da educação ser voltado para a Educação Superior e sabermos que os Institutos Federais não oferecem apenas esse nível de ensino, elaboramos a seguinte afirmação, a qual nomeamos Q10 **“Nesse sentido, no Campus em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos”**. Por meio das respostas, observamos que a grande maioria (37) concordou totalmente com frase. Percebemos, então, que não há divisão entre as ações extensionistas diante do nível de ensino dos educandos na maior parte dos IF. Na sequência, encontramos os que concordaram parcialmente (12) com a afirmação, e os que discordaram total (1) ou parcialmente (1), remetendo-nos à existência de separação de ações extensionistas entre nível modalidade de ensino, mesmo que mínima. Três diretores se recusaram a responder.

Tendo por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social, elaboramos as próximas quatro afirmações e, sobre elas, obtivemos as respostas que analisamos a seguir.

Sobre a Interação dialógica ou dialogicidade, tema central de nossa pesquisa, criamos a Q11: **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interação dialógica entre as ações realizadas”**. Observamos que a grande maioria concordou total (26) ou parcialmente (22) com ela, o que nos leva a pensar que as ações extensionistas dentro dos Institutos Federais presam pela dialogicidade entre os participantes. Encontramos, também, os que discordaram parcialmente (5), o que não foge da percepção que tivemos anteriormente. Um dos diretores se recusou a responder essa afirmação.

Na Q12, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interdisciplinaridade e interprofissionalidade entre as ações realizadas”**, percebemos um alto índice de concordância, seja total (22) ou parcial (29), encontramos, também, uma discordância parcial (2). Nesse sentido, acreditamos que as ações extensionistas são pensadas, nos Institutos Federais, com base nessa diretriz de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, fator que consideramos de suma importância para o bom andamento da extensão nas unidades educacionais. Um dos participantes se recusou a responder.

Na Q13 **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão entre as ações realizadas”**, o resultado foi bem similar aos resultados obtidos nas diretrizes analisadas anteriormente. A concordância total (22) e a concordância parcial (27) totalizaram a maioria das respostas obtidas. Esse resultado nos mostra que as ações extensionistas dos Institutos visam a garantir a indissociabilidade, mesmo que ainda pensemos na existência de um longo caminho a percorrer, pois, ao nosso ver, estamos longe de tratar a extensão como um dos pilares da tríade junto ao ensino e à pesquisa. O quadro de discordância foi: total (1) e parcial (3), o que reforça o nosso pensamento anterior de que ainda há lugares que não trata a extensão como princípio indissociável da educação. Nessa afirmação, também, um dos participantes se recusou a responder.

A Q14, que também trata de uma das diretrizes da extensão dentro das instituições, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do Impacto na formação do estudante entre as ações realizadas”**, também obteve resultado similar às demais diretrizes aqui analisadas. A grande maioria concordou com a prática dentro de seus *Campi*, seja total (28) ou parcial (20), na sequência encontramos a discordância parcial (6) e um dos diretores se recusou a responder.

Na Q15, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do Impacto na transformação social entre as ações realizadas”**, tivemos a grande maioria de concordância, total (28) e parcial (22). Os que discordaram parcialmente totalizaram 4 respostas.

Analisando as respostas obtidas por meio da participação dos diretores de extensão sobre os “is” extensionistas que são as diretrizes para o bom andamento de ações extensionistas dentro das instituições que prezam pela temática, observamos que há um bom caminho percorrido até aqui para o reconhecimento e valorização da extensão. O grau de concordância nos demonstrou que se esses princípios já não estão inseridos nas instituições, estão em processo de inserção, o que nos faz pensar que, com o tempo, e com base em um trabalho sério e eficaz dos agentes extensionistas, a extensão estará em seu devido lugar no tripé indissociável muito em breve.

As duas últimas perguntas aos diretores de extensão foram elaboradas, como aos pró-reitores de extensão, tendo por base e referência o estágio. Optamos por inserir essas afirmações porque percebemos, no decorrer de nossas análises, que, em alguns Institutos, o estágio está atrelado à extensão, o que em nossa compreensão é o mais correto, pois essa é uma ação extensionista, já que leva o conhecimento para além dos muros da escola, mas, em alguns desses

Institutos, não há essa relação, o estágio não é responsabilidade da extensão. Com isso elaboramos as questões Q16 e Q17, que analisamos a seguir.

Sobre a Q16 **“A diretoria em que atuo é responsável pela organização do estágio”**, encontramos uma grande maioria (41) que concordou totalmente, o que nos traz a percepção de que o estágio é responsabilidade da extensão na maior parte dos Institutos Federais. Na sequência, encontramos os que concordaram parcialmente (8) e os que discordaram parcialmente (1), remetendo-nos ao fato de que o estágio é parte de responsabilidade da extensão e parte não. Três diretores discordaram totalmente, ou seja, o estágio não é de responsabilidade da extensão nesses Institutos Federais. E, por fim, um dos diretores se negou a responder.

Nossa última afirmação aos diretores foi a seguinte **“O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão”** nomeada em nossa tabela por Q17. Nessa afirmação, gostaríamos de obter a opinião dos diretores sobre o estágio e seu atrelamento ou não à extensão. Com isso, tivemos as seguintes opiniões como resposta: os que concordaram totalmente (17), ou seja, esses diretores acreditam que o lugar do estágio é junto à extensão mesmo. Na sequência, localizamos os que concordaram parcialmente (15) e os que discordaram parcialmente (13), ambos os grupos acreditam que nem todo o estágio deve ser de responsabilidade da extensão. Os que discordaram totalmente da afirmação totalizaram 11 respostas. Acreditamos que há diretores que pensam que o estágio não é considerado uma ação extensionista e, com isso, não deve ser de responsabilidade da extensão. Um dos diretores se recusou a responder a afirmação.

Sendo assim, encerramos a análise descritiva do questionário aplicado aos diretores de extensão dos Institutos Federais com a mesma percepção que tivemos ao findar a análise dos pró-reitores de extensão, ou seja, há nos IF um engajamento que visa à elaboração de ações extensionista que pensem na temática com dedicação e, que, há em todas as unidades uma equipe pensante, que atua na proposição de ações extensionistas eficazes para o bom andamento da temática dentro dos seus estabelecimentos.

5.2.2.1 Regressão Logística Univariada dos Diretores de Extensão

No início deste capítulo, já explicamos que a análise estatística das respostas ao questionário foi elaborada com base na distribuição das variáveis independentes segundo o tempo de atuação na extensão dos participantes, ou seja, o tempo que os diretores de extensão atuam na área extensionista de seus Institutos. Com isso, obtivemos os resultados constantes na tabela a seguir:

Tabela 17: Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Extensão dos Diretores de Extensão. São Paulo, SP, 2020. (n= 54)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=18)	Total (n=54)			
		n (%)	n			
Formação Acadêmica	Especialização	1 (16)	6	Ref	0.16	1
	Graduação	1 (33)	3	2.24 (0.02- 234.24)		
	Mestrado	10 (52)	19	5.21 (0.45- 287.98)		
	Doutorado ou PhD	6 (23)	26	1.48 (0.12 - 82.58)		
Gênero	Masculino	8 (25)	31	Ref	0.173	2
	Feminino	10 (43)	23	2.21 (0.7- 7)		
Q10	Concordo totalmente	11 (29)	37	Ref	0.177	3
	Não concorda de alguma forma	7 (50)	14	2.32 (0.55 – 10)		
	Recuso-me a responder	0	3	-		
Q6	Concordo totalmente	7 (25)	28	Ref	0.178	4
	Concordo parcialmente	11 (42)	26	2.2 (0.69- 6.99)		
Tempo como servidor	de 7 a 10 anos	9 (47)	19	Ref	0.257	-
	6 anos ou menos	6 (25)	25	0.36 (0.08 - 1.51)		
	11 anos ou mais	3 (30)	10	0.49 (0.06 - 3.02)		
Q16	Concordo totalmente	16 (39)	41	Ref	0.273	-
	Não concorda de alguma forma	2 (16)	12	0.32 (0.03- 1.79)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=18)	Total (n=54)			
		n (%)	n			
Servidor	Técnico administrativo	5 (45)	11	Ref	0.339	-
	Docente	13 (30)	43	0.52 (0.13, 2.01)		
Q17	Discordo parcialmente	2 (16)	12	Ref	0.359	-
	Concordo parcialmente	7 (46)	15	4.14 (0.57- 51.76)		
	Discordo totalmente	4 (40)	10	3.15 (0.33- 45.11)		
	Recuso-me a responder	4 (26)	15	1.78 (0.2 - 23.77)		
Q1	Discordo totalmente	14 (35)	39	Ref	0.375	-
	Concordo (1+2)	3 (42)	7	1.33 (0.17- 9.16)		
	Discordo parcialmente	1 (12)	8	0.26 (0.01 - 2.39)		
Q15	Concordo totalmente	8 (28)	28	Ref	0.441	-
	Não concorda de alguma forma	10 (38)	26	1.56 (0.5- 4.88)		
Q3	Concordo	8 (32)	25	Ref	0.458	-
	Discordo parcialmente	3 (25)	12	0.71 (0.1 - 4.04)		
	Discordo totalmente	7 (46)	15	1.83 (0.41 - 8.4)		
	Recuso-me a responder	0	2	-		
Q14	Concordo totalmente	8 (28)	28	Ref	0.526	-
	Não concorda de alguma forma	10 (40)	25	1.65 (0.46- 6.15)		

		0	1	-		
Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=18)	Total (n=54)			
		n (%)	n			
Q12	Concordo totalmente	6 (27)	22	Ref	0.531	-
	Não concorda de alguma forma	12 (38)	31	1.67 (0.45- 6.73)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Q13	Concordo totalmente	6 (27)	22	Ref	0.531	-
	Não concorda de alguma forma	12 (38)	31	1.67 (0.45 - 6.73)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Q2	Concordo totalmente	11 (30)	36	Ref	0.54	-
	Não concorda de alguma forma	7 (38)	18	1.45 (0.44 - 4.7)		
Q4	Concordo totalmente	15 (36)	41	Ref	0.586	-
	Não concorda de alguma forma	3 (25)	12	0.58 (0.09 - 2.84)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Q7	Concordo parcialmente	9 (36)	25	Ref	0.661	-
	Concordo totalmente	2 (18)	11	0.4 (0.04- 2.64)		
	Discordo	6 (37)	16	1.06 (0.23- 4.66)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	1.74 (0.02- 147.94)		
Q11	Concordo totalmente	8 (30)	26	Ref	0.689	-
	Não concorda de alguma forma	10 (37)	27	1.32 (0.37- 4.87)		

		0	1	-		
		Grupos de estudo				
Variáveis	Categorias	4 anos ou mais (n=18)	Total (n=54)	OR (IC)	p-value^a	Ordem
		n (%)	n			
Q9	Concordo	7 (38)	18	Ref	0.819	-
	Discordo	9 (30)	30	0.68 (0.17- 2.78)		
	Recuso-me a responder	2 (33)	6	0.79 (0.06- 7.45)		
Q5	Discordo parcialmente	5 (35)	14	Ref	0.911	-
	Concordo parcialmente	2 (33)	6	0.9 (0.06 - 9.44)		
	Discordo totalmente	11 (33)	36	0.9 (0.21- 4.3)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Q8	Concordo totalmente	11 (34)	32	Ref	0.932	-
	Não concorda de alguma forma	6 (33)	18	0.96 (0.23 - 3.75)		
	Recuso-me a responder	1 (25)	4	0.64 (0.01 - 9.17)		
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	entre 3 e 5 pessoas (2+3+4)	3 (37)	8	Ref	0.919	-
	2 pessoas	5 (35)	14	0.93 (0.11- 8.63)		
	6 pessoas ou mais	9 (30)	30	0.72 (0.11 - 5.64)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	1.58 (0.02- 156.38)		
Idade	entre 32-37	5 (31)	16	Ref	0.949	-
	31 anos ou menos	3 (42)	7	1.61 (0.17 - 14.29)		
	entre 38-43	4 (30)	13	0.98 (0.15 - 6.19)		

44 anos ou mais	6 (33)	18	1.1 (0.21- 6)
-----------------	--------	----	---------------

De acordo com os dados obtidos na tabela anterior, podemos perceber que, com base na relação com a variável dependente com o tempo de atuação dos Diretores de Extensão no setor de Extensão de seus *Campi*, não houve relevância estatisticamente significativa para o desenvolvimento de uma análise logística univariada, como encontramos na análise das respostas ao questionário dos Pró-reitores de Extensão. Ressaltamos que essa não significância estatística não retrata ineficiência do questionário aplicado, mas reforça, apenas, que a variável de tempo de atuação na extensão não tem diferença nas ações dos agentes extensionistas que participaram dessa pesquisa.

5.2.3 Questionário aplicado aos Coordenadores de Extensão

Continuando na dimensão analítica, passamos à análise das respostas dos Coordenadores de Extensão que participaram da pesquisa. Consideramos a participação desses agentes fundamentais para o bom andamento da Extensão nos *Campi* dos Institutos Federais de todo território nacional, pois acreditamos que eles são a base de toda estrutura extensionista, uma vez que estão na ponta de acesso e atendimento à comunidade escolar, de forma geral. O questionário foi enviado para 420 coordenadores de extensão e, obtivemos a resposta de 168 deles. Nesse sentido, a participação de tais sujeitos totalizou um percentual de 30,24% o que nos levou a obter uma percepção significativa da realidade extensionista dos Institutos Federais. Como para a análise estatística o tempo de atuação foi considerado a variável para elaborar a escala de significância, e, nessa questão dois coordenadores se recusaram a responder, esses participantes foram desconsiderados no decorrer de toda nossa análise, tanto na descritiva, que segue aqui detalhada, quanto na estatística.

Destacamos, para dar início à análise descritiva, a tabela a seguir que apresenta as respostas obtidas do questionário aplicado aos coordenadores de extensão dos Institutos Federais aqui analisados:

Tabela 18. Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Coordenadores de Extensão. São Paulo - SP, 2020. (n=166)

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
<i>Tempo de atuação na Coordenação de Extensão</i>	<i>1: de 1 a 3 anos (118)</i>		Qualitativa nominal (dicotômica)
	<i>2: de 4 a 6 anos (33)</i>		
	<i>3: de 7 a 10 anos (14)</i>	<i>1: 3 anos ou menos (1) #</i>	
	<i>4: de 11 a 15 anos (3)</i>	<i>2: 4 anos ou mais (2+3+4+5)</i>	
	<i>5: mais de 21 anos (1)</i>		
	<i>6: Recuso-me a responder (2)</i>		
Gênero	1: Masculino (87)	1: Masculino #	Qualitativa nominal
	2: Feminino (78)	2: Feminino	
	3: Recuso-me a responder (1)	3: Reuso-me a responder	
Idade	1: entre 26-31 (23)	1: entre 32-37 #	Qualitativa ordinal
	2: entre 32-37 (56)	2: entre 26-31	
	3: entre 38-43 (41)	3: entre 38-43	
	4: entre 44-49 (24)	4: entre 44-49	
	5: mais de 50 (22)	5: mais de 50	
Formação Acadêmica	1: Graduação (7)		Qualitativa ordinal
	2: Especialização (34)	1: Especialização #	
	3: Mestrado (79)	2: Graduação	
	4: Doutorado (40)	3: Mestrado	
	5: Pós -doutorado (6)	4: Doutorado ou PhD (4+5)	
Instituto Federal	IFAL (3)	Variável descartada	Qualitativa nominal
	IFAM (2)		
	IFAP (1)		
	IFB (2)		
	IFBA (7)		
	IFBAIANO (5)		
	IFC (8)		
	IFCE (4)		
	IFCE (3)		

IFES (6)
 IFFarroupilha (4)
 IFGOIANO (6)
 IFMA (4)
 IFMG (8)
 IFMS (3)
 IFMT (5)
 IFNMG (3)
 IFPA (1)
 IFPB (3)
 IFPE (8)
 IFPR (8)
 IFRJ (9)
 IFRN (4)
 IFRO (3)
 IFRR (3)
 IFRS (3)
 IFSC (7)
 IFSERTÃO-PE (4)
 IFSP (25)
 IFSUDESTEMG (3)
 IFSUL (1)
 IFSULDEMINAS (7)
 IFTM (5)
 IFTO (3)

Servidor	1: Docente (100) 2: Técnico administrativo (65) 3: Recuso-me a responder (1)	1: Docente # 2: Técnico administrativo 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Tempo como servidor	1: de 1 a 3 anos (30) 2: de 4 a 6 anos (59) 3: de 7 a 10 anos (53) 4: de 11 a 15 anos (16) 5: de 16 a 20 anos (2) 6: mais de 21 anos (6)	1: de 4 a 6 anos # 2: de 1 a 3 anos 3: de 7 a 10 anos 4: de 11 a 15 anos 5: 16 anos ou mais (5+6)	Qualitativa ordinal

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	1: 2 pessoas (47) 2: 3 pessoas (13)	1: 3 pessoas # 2: 2 pessoas	Qualitativa ordinal

	3: 4 pessoas (7) 4: 5 pessoas (9) 5: 6 pessoas ou mais (87) 6: Recuso-me a responder (3)	3: 4 a 5 pessoas (3+4) 4: 6 pessoas ou mais 5: Recuso-me a responder	
Q1	1: Concordo parcialmente (54) 2: Concordo totalmente (29) 3: Discordo parcialmente (17) 4: Discordo totalmente (65) 5: Recuso-me a responder (2)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo parcialmente 4: Discordo totalmente 5: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q2	1: Concordo parcialmente (75) 2: Concordo totalmente (66) 3: Discordo parcialmente (21) 4: Discordo totalmente (3) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q3	1: Concordo parcialmente (72) 2: Concordo totalmente (29) 3: Discordo parcialmente (26) 4: Discordo totalmente (38) 5: Recuso-me a responder (1)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo parcialmente 4: Discordo totalmente 5: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q4	1: Concordo parcialmente (37) 2: Concordo totalmente (115) 3: Discordo parcialmente (6) 4: Discordo totalmente (4) 5: Recuso-me a responder (4)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q5	1: Concordo parcialmente (20) 2: Discordo parcialmente (43) 3: Discordo totalmente (103)	1: Discordo parcialmente # 2: Concordo parcialmente 3: Discordo totalmente	Qualitativa nominal
Q6	1: Concordo parcialmente (77) 2: Concordo totalmente (78) 3: Discordo parcialmente (10) 4: Discordo totalmente (1)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q7	1: Concordo parcialmente (65) 2: Concordo totalmente (25) 3: Discordo parcialmente (22) 4: Discordo totalmente (43) 5: Recuso-me a responder (11)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo parcialmente 4: Discordo totalmente 5: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q8	1: Concordo parcialmente (75)	1: Concordo parcialmente #	Qualitativa nominal

	2: Concordo totalmente (66) 3: Discordo parcialmente (10) 4: Discordo totalmente (4) 5: Recuso-me a responder (11)	2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	
Q9	1: Concordo parcialmente (47) 2: Concordo totalmente (14) 3: Discordo parcialmente (42) 4: Discordo totalmente (54) 5: Recuso-me a responder (10)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo parcialmente 4: Discordo totalmente 5: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q10	1: Concordo parcialmente (41) 2: Concordo totalmente (108) 3: Discordo parcialmente (8) 4: Discordo totalmente (7) 5: Recuso-me a responder (2)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q11	1: Concordo parcialmente (90) 2: Concordo totalmente (59) 3: Discordo parcialmente (10) 4: Discordo totalmente (1) 5: Recuso-me a responder (6)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q12	1: Concordo parcialmente (88) 2: Concordo totalmente (61) 3: Discordo parcialmente (10) 4: Discordo totalmente (2) 5: Recuso-me a responder (5)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q13	1: Concordo parcialmente (92) 2: Concordo totalmente (51) 3: Discordo parcialmente (17) 4: Discordo totalmente (3) 5: Recuso-me a responder (3)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal

* *Variável dependente (y)* # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q14	1: Concordo parcialmente (72) 2: Concordo totalmente (81) 3: Discordo parcialmente (9) 4: Discordo totalmente (1) 5: Recuso-me a responder (4)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q15	1: Concordo parcialmente (75) 2: Concordo totalmente (80) 3: Discordo parcialmente (5)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal

	4: Discordo totalmente (3)	4: Recuso-me a responder	
	5: Recuso-me a responder (3)		
Q16	1: Concordo parcialmente (16)	1: Concordo parcialmente #	Qualitativa nominal
	2: Concordo totalmente (106)	2: Concordo totalmente	
	3: Discordo parcialmente (9)	3: Discordo parcialmente	
	4: Discordo totalmente (34)	4: Discordo totalmente	
	5: Recuso-me a responder (1)	5: Recuso-me a responder	
Q17	1: Concordo parcialmente (67)	1: Concordo parcialmente #	Qualitativa nominal
	2: Concordo totalmente (22)	2: Concordo totalmente	
	3: Discordo parcialmente (22)	3: Discordo parcialmente	
	4: Discordo totalmente (53)	4: Discordo totalmente	
	5: Recuso-me a responder (3)	5: Recuso-me a responder	

* *Variável dependente (y)* # Categoria de referência.

Da mesma forma que fizemos no questionário aplicado aos pró-reitores e aos diretores de extensão dos Institutos Federais, no segmento aqui analisado, coordenadores de extensão, algumas questões apontadas na tabela anterior já foram analisadas no capítulo metodológico de nossa tese, como gênero, idade, formação acadêmica, tipo de servidor e tempo de servidor do instituto. Sobre a variável descartada, a que Instituto Federal você pertence, por meio de uma análise simples pudemos observar que há uma representatividade de todas as regiões do país, com base na participação dos 168 coordenadores de extensão, o que nos remeteu ao fato de que com base nesses dados conseguimos obter um resultado bem próximo à realidade atual do IF.

Continuamos a construção da análise descritiva com o enfoque nos coordenadores de extensão e, partimos da questão do questionário de pesquisa sobre a quantidade de pessoas que atua com as atividades extensionistas, ou seja, quantas pessoas compõem a coordenação de extensão. A maior parte dos coordenadores respondeu que contam com seis ou mais pessoas (87), o que nos levou à percepção de que em muitos Institutos há uma estrutura importante para lidar com as ações extensionistas. Na sequência, na contramão dessa situação, verificamos que existe um alto número de coordenações que contam com apenas duas pessoas (47) atuando nos setores. Analisando essa situação verificamos que há uma grande parte dos setores de extensão dos IF que contam apenas com a atuação da coordenação de extensão e mais uma pessoa. Depois, verificamos os que contam com três pessoas (13), os que contam com cinco pessoas (9) e os que contam com quatro pessoas (7) atuantes no setor de extensão de seus *Campi*. Recusaram-se a responder a essa questão três coordenadores participantes.

Como já abordado anteriormente, utilizamos no questionário o mesmo tipo de questionamentos utilizados com os pró-reitores e com os diretores de extensão, a escala Likert,

que tem por base a formulação de proposições afirmativas e os sujeitos de pesquisas respondem de acordo com o seu grau de concordância. Dessa forma, os coordenadores de extensão responderam da maneira que se segue e, com isso construímos mais um ponto da análise descritiva.

A afirmação nomeada como Q1 **“A Coordenação em que atuo tem por atribuição apenas as atividades extensionistas”**. A grande maioria (65) respondeu que discorda totalmente, na sequência um alto índice de participantes (54) respondeu que concorda parcialmente, tendo sido 17 participantes que discordaram parcialmente. Nesse sentido, pudemos perceber que com base na discordância total ou parcial e na concordância parcial desses coordenadores, é notório que a maior parte dos coordenadores de extensão dos institutos não lidam apenas com questões extensionistas, fator esse que nos remete a atuação em várias vertentes por parte do coordenador, que pode, não compreender todas as práticas extensionistas como se deve. Pensamos que, para o bom andamento da extensão dentro das instituições, se faz necessário, um responsável por área. Tendo o princípio indissociável como exemplo, ensino-pesquisa-extensão- o melhor para o bom andamento de suas práticas seria partir de uma individualidade, para depois disso, articular as ações entre esses segmentos, que também são de suma importância. Ter uma coordenação cuidando de diversos segmentos não se torna um trabalho eficaz, pois uma área pode se tornar preterida das demais. Os que concordaram totalmente (29), é uma representatividade pequena, de acordo com nosso pensamento, pois são poucos os coordenadores que lidam apenas com a extensão em suas atividades diárias de trabalho. Dois respondentes se recusaram a responder a essa afirmação.

A afirmativa **“Na Coordenação em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior”** – Q2, a grande maioria concordou, seja total (66) ou parcialmente (75). Tendo por base essas respostas, verificamos que na maioria dos *Campi* dos institutos federais, há articulação entre o tripé indissociável da educação, fator que consideramos ser de suma importância para o bom andamento da educação como um todo. Os que discordaram parcialmente (21) demonstram que em algumas unidades essa tríade não é bem aplicada e, os que discordaram totalmente (3) mesmo sendo um número reduzido de respostas nesse sentido, nos causou constrangimento, ao verificarmos não haver articulação entre a extensão e os demais princípios. Consideramos estranho, mas, ao mesmo tempo, reconhecemos que é uma realidade extensionista existente. Um dos participantes se recusou a responder.

Diante da resposta obtida anteriormente, faz sentido que a opinião dos colaboradores sobre a afirmação **“A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa”** - Q3,

tenha indicado um alto número de sujeitos que concordou parcial (72) ou totalmente (29). Inserimos nesse item os que discordaram parcialmente (26). Com esse resultado, percebemos que os coordenadores de extensão, que consideramos aqui o pilar final, ou seja, aqueles que estão na ponta da hierarquia extensionista dos Institutos e lidam diariamente com as suas práticas, concordam que, de alguma forma, a extensão é deixada de lado perante o ensino e a pesquisa. Esse fator nos levou a pensar que existe um trabalho enorme a ser feito para que as práticas extensionistas sejam levadas em consideração, da mesma forma que as práticas do ensino e da pesquisa. Dando sequência, observamos em nossa análise os que discordaram totalmente (38), que também pode ser considerada uma boa porcentagem diante dos coordenadores participantes, o que nos permitiu observar uma luz no fim do túnel, onde há um processo de valorização da extensão nesses Institutos e que podemos estar no caminho certo para que suas práticas sejam, a cada dia mais presentes nas instituições educacionais. Um dos participantes se recusou a responder.

Na Q4, em que colocamos uma afirmação sobre o pensamento freiriano que tem por base uma crítica sobre o uso da palavra extensão **“Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato”**, obtivemos um resultado bem definido de concordância por parte dos coordenadores extensionistas: 115 concordaram totalmente e 37 concordaram parcialmente. Tal quantitativo de respostas nos mostrou que aqueles que trabalham com a temática extensionista estão de acordo com o mesmo pensamento de Paulo Freire, pois, para eles, extensão vai além de estender algo a alguém. No processo de aprendizagem extensionista há uma troca de conhecimento e experiências entre os envolvidos. Isso pode traduzir, também, ao nosso ver, esse não reconhecimento da extensão que, por vezes, verificamos nas instituições. Talvez, o motivo de não conseguirmos obter o êxito extensionista tão almejado por seus agentes seja a falta de articulação com a própria nomenclatura do termo dado a essas ações. Dando sequência à análise, em número bem reduzido encontramos os que discordaram parcial (6) ou totalmente (4). Essas opiniões não podem ser descartadas de nossa análise, mas ressaltamos que do total de participantes, foi um número bem inferior de discordância sobre o pensamento freiriano. Quatro coordenadores de extensão se negaram a responder a essa afirmação.

Na Q5 **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com viés unicamente assistencialista”** encontramos um alto índice de discordância total (103), o que corrobora com os segmentos analisados anteriormente, de pró-

reitores e diretores extensionistas, e nos levou a apurar que nos IF a extensão não tem cunho apenas assistencialista, fator que pertencia à temática anterior. Tal situação nos levou a inferir que houve uma evolução extensionista dentro dos Institutos Federais, o que nos permitiu dar mais pertencimento da extensão ao contexto educacional, como um todo. Na sequência, encontramos os que discordaram parcialmente (43) e os que concordaram parcialmente (20). Esses tipos de respostas nos demonstraram que, mesmo discordando ou concordando parcialmente, fator aqui revelado, as ações extensionistas desses coordenadores podem ser assistencialistas também, mas não em sua totalidade. Isso também é extensão, trazer a sociedade para dentro dos muros das escolas e atender a comunidade como um todo é fato extensionista.

Acerca da Q6 **“As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos”**, tivemos um alto índice de concordância, seja total (78) ou parcial (77), que vai ao encontro das respostas obtidas anteriormente, pois se as ações extensionistas nos Institutos Federais não são de cunho apenas assistencialista, elas devem prezar pelo desenvolvimento completo dos educandos. Com isso, temos que pensar ações sociais, econômicas e profissionais. Dez coordenadores discordaram parcialmente e um discordou totalmente, resultado que nos mostrou que são poucos os que pensam em ações extensionistas fora dos quesitos tratados no contexto dessa afirmação.

Acerca do cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que afirma que é dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, elaboramos a Q7: **“Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atua”**. Obtivemos como resposta um quadro de concordância parcial (65), concordância total (25) e discordância parcial (22) que nos levou à percepção de que os Institutos podem estar em processo de adaptação com o disposto no PNE e toda essa ação demanda algum tempo. A quantidade dos que discordaram totalmente (43), de certa forma, assusta-nos, pois com base nessas respostas conseguimos perceber que há Institutos que não estão de acordo com o Plano Nacional de Educação. Nessa afirmação, onze coordenadores se recusaram a responder.

Como já abordamos nos capítulos anteriores desta tese, para o cumprimento desta meta e estratégia do PNE foi elaborada, no ano de 2018, uma resolução com o prazo de três anos para seu cumprimento: “De acordo com a Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista, as instituições têm o prazo de 3 anos

para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE”. Com isso, na Q8, afirmamos: **“A coordenação a qual pertencço já está atuando para que essa ação seja efetivada em no Campus”**. Tendo compatibilidade com as respostas da Q7, a maior parte dos coordenadores de extensão dos Institutos Federais concordaram com a afirmativa, seja total (66) ou parcialmente (75). Essa quantidade nos demonstrou que a maior parte dos Institutos estão se adaptando a essa Resolução e aplicando a extensão em, no mínimo, dez por cento da estrutura de seus cursos. Os que discordaram de forma parcial (10) ou totalmente (10) demonstram que ainda há unidades que não estão adaptando suas ações extensionistas com foco na legislação vigente. Tal fator é preocupante, pois precisamos considerar cada vez mais a efetividade da extensão em nossas instituições e estar de acordo com a lei é fator importantíssimo para o bom andamento da instituição. Nessa afirmativa onze coordenadores se recusaram a responder.

No tocante ao cumprimento dessa Resolução, como também abordamos anteriormente, há uma corrente de pensamento que fala acerca da curricularização da extensão, o que pode nos trazer a ação de engessar a extensão. Com isso a Q9 trata da seguinte afirmação **“A curricularização da extensão, com base na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade”**. Obtivemos uma maioria (54) que discordou totalmente da afirmação. Sendo assim, com esse resultado, percebemos que os coordenadores de extensão, em sua maioria, pensam que essa Resolução não veio para engessar as ações extensionistas. Com um número similar de respostas (47), aparecem os coordenadores que concordaram parcialmente (47) e os que discordaram parcialmente (42) com a afirmação. Esse resultado nos levou a observar que muitos dos coordenadores participantes desta pesquisa refletem sobre a temática de curricularização e que, em parte, pensam que a Resolução pode, sim, engessar a extensão, mas não totalmente. Na sequência, observamos os que concordaram totalmente (14) com a afirmação, número pequeno diante das respostas obtidas, mas um número que fala por si, pois entre os que concordaram parcialmente, os que discordaram parcialmente e os que discordaram totalmente há uma similaridade de pensamento, visto que muitos pensam que curricularizar a extensão não é um bom caminho para que suas ações sejam colocadas em práticas dentro de determinado curso. Esse é um assunto polêmico que vem sendo discutido por diversos segmentos extensionistas nos últimos anos. Acreditamos que devemos ter um olhar sério sobre o assunto, já que engessar a extensão não é o caminho para equipará-la ao ensino e à pesquisa. Dez coordenadores se recusaram a responder a Q9.

Na Q10 reforçamos o fato de que **“a extensão como princípio indissociável da Educação é voltada para a Educação Superior, apesar de sabermos que os Institutos**

Federais não oferecem apenas esse nível de ensino. Nesse sentido, no Campus em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos”. A grande maioria (108) concordou totalmente com a afirmação. Percebemos, então, que dentro da maior parte dos IF a extensão é levada para o todo de educandos, não diferenciando o nível de ensino que ele esteja cursando. Na sequência, encontramos os que concordaram parcialmente (41) e os que discordaram parcialmente (8). Com esse resultado verificamos que existem unidades que tratam da extensão com uma diferenciação mínima entre os níveis, mas que não chega a ser uma separação completa. Há os que discordaram totalmente (7), fator que nos mostrou, também, que existem IF que diferenciam a aplicação da extensão, direcionando-a apenas aos cursos de ensino superior, nos quais ela é considerada princípio indissociável do ensino e da pesquisa. Dois coordenadores se recusaram a responder essa afirmação.

As próximas afirmações colocadas aos coordenadores de extensão tiveram por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social, diante do exposto obtivemos as seguintes respostas.

Sobre a interação dialógica ou dialogicidade, foco central desta tese, a afirmação: **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interação dialógica entre as ações realizadas”** foi nomeada como Q11 em nossa tabela. Tivemos o maior índice de concordância, seja parcial (90) ou total (59). Com isso, chegamos à conclusão de que as ações extensionistas praticadas nos IF levam em consideração o princípio da interação dialógica ou da dialogicidade entre os agentes envolvidos em suas ações, fator de suma importância para o bom andamento da extensão. Na sequência observamos os que discordaram parcialmente (10) que é um indício de que há um processo de colocar essa ação em prática e, apenas um dos coordenadores discordou totalmente, o que também nos demonstra que, no universo pesquisado, apenas um dos Institutos não tem ações extensionistas que visam à dialogicidade entre os envolvidos. Recusaram-se a responder seis participantes.

Na Q12, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interdisciplinaridade e interprofissionalidade entre as ações realizadas”**, os coordenadores de extensão, em sua maioria (88) concordaram parcialmente, e, na sequência, concordaram totalmente (61). Esse resultado reforça, como na diretriz anterior, que, as ações extensionistas praticadas pelos Institutos Federais estão de acordo, também, com essa diretriz extensionista. A discordância, parcial (10) ou total (2), teve reduzido índice de adesão, mas nos

causou estranheza verificar que em algum IF, as ações extensionistas não visam ao atendimento dessas diretrizes. Cinco participantes se recusaram a responder a essa afirmação.

Na Q13, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuam estão de acordo com a diretriz da Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão entre as ações realizadas”**, obtivemos a grande maioria em concordância, seja parcial (92) ou total (51), o que os leva a verificar que na maioria dos Institutos Federais há um trabalho de indissociabilidade. Os que discordaram parcialmente (17) também nos levam a ter essa percepção de que ao menos há uma tentativa de trabalho nesse sentido. Discordaram totalmente três coordenadores e se negaram a responder, também, a mesma quantidade deles.

Na Q14, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuam estão de acordo com a diretriz do Impacto na formação do estudante entre as ações realizadas”**, o quadro para análise é similar ao quadro das diretrizes analisadas anteriormente. Houve uma maioria considerável de concordância, sendo total (81) e parcial (72) e a discordância foi minoria, sendo parcial (9) e total (1). Quatro participantes se recusaram a responder à afirmação.

Para finalizar a análise das afirmações que tratam das diretrizes extensionistas, elaboramos a Q15, **“As atividades extensionistas do Campus em que atuam estão de acordo com a diretriz do Impacto na transformação social entre as ações realizadas”**. O resultado é bem similar ao das afirmações obtidas nas diretrizes anteriores. A grande maioria concordou com a afirmação, seja total (80) ou parcialmente (75). A minoria discordou da afirmação, sendo parcial (5) e totalmente (3). Recusaram-se a responder três coordenadores participantes.

Diante do resultado obtido, percebemos que a maior parte dos Institutos Federais elaboram ações extensionistas com base nas diretrizes a ela pertencentes, ou seja, tem por objetivo ações que envolvam os “is” extensionistas. Sabemos que tudo no âmbito educacional é um processo e que o pertencimento e o desenvolvimento dessas diretrizes na extensão exigem tempo, dedicação e validação para que, então, incorporem-se no dia a dia da educação e passem a ser constantes em todo o ambiente extensionista. O que nos preocupa imensamente é perceber que, em alguns Institutos, essa é uma realidade inexistente. Tal fator é constrangedor, pois pensar a extensão sem o mínimo de aplicação desses princípios é pensar que ela não existe em alguns *Campi* dos Institutos Federais.

Para finalizar a análise dos coordenadores de extensão, as duas últimas afirmações são voltadas para o estágio. Como explicado anteriormente, o estágio passou a ser fonte de estudo de nossa pesquisa por conta da incidência de aparição de forma diferente nos IF analisados. No processo, percebemos que o estágio é de responsabilidade da extensão em alguns estabelecimentos, situação que acreditamos ser correta por conta de considerarmos sua prática

extensionista. Mas, em algumas unidades, essa inserção não acontece. Com isso, pensamos em finalizar o nosso questionário com perguntas sobre esse assunto para que pudéssemos ter a opinião dos coordenadores sobre o estágio e a forma de sua aplicabilidade nos *Campi* em que atuam.

Por meio da Q16 “**A Coordenação em que atuo é responsável pela organização do estágio**”, percebemos que a grande maioria dos coordenadores de extensão lidam com os estágios de seus Institutos, pois concordaram totalmente (106). A minoria, discordou totalmente (34). Esse quadro reflete o que percebemos em nossa pesquisa: existem Institutos em que o estágio não é responsabilidade extensionista. Consideramos esse número, trinta e quatro, um alto número, situação que pode ficar como fonte para futuras pesquisas, pois nosso atual estudo não deu conta de acrescentar mais essa demanda de estudo. Os que concordaram parcialmente somaram dezesseis participantes e os que discordaram parcialmente somaram nove. Um coordenador se recusou a responder.

Por fim, na Q17, “O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão”, onde pedimos a opinião desses coordenadores sobre o estágio pertencer as ações extensionistas, o quadro de resultado foi bem diferenciado. Houve um alto índice de concordância parcial (67), seguido de perto pela discordância total (53). Empatados no número de respostas (22), encontramos os que concordaram totalmente e os que discordaram parcialmente. Acreditamos que esse quadro reflete uma parte da realidade extensionista dos Institutos Federais atualmente com relação aos estágios. Muitos acreditam que o estágio não faz parte da extensão; outros que faz. Alguns setores de extensão lidam mais com questões de estágio e acabam abandonando as ações de extensão, pois a demanda burocrática do estágio dificulta o andamento de outras ações. Ainda temos os lugares que não reconhecem o estágio como ação extensionista e, essa situação nos preocupa, visto que acreditamos que o estágio é uma das ações mais eficazmente extensionista das instituições e lançá-lo fora da extensão pode ser contraditório.

Finalizamos a análise das respostas ao questionário aplicado aos coordenadores de extensão dos Institutos Federais com a certeza de que há um trabalho sério sendo feito no tocante à extensão dentro dos Institutos. Os coordenadores de extensão são, junto aos pró-reitores e aos diretores de extensão, o elo entre as questões legais e as práticas cotidianas de ações que têm por objetivo sempre o êxito dos educandos e o fazer a educação para além dos muros das instituições. Conhecer e reconhecer esse universo extensionista dentro dos *Campi* é encantador e ao mesmo tempo encorajador, posto que nos leva a refletir sempre sobre nossas ações, fazendo-nos galgar novas práticas a fim de que as ações extensionistas sejam cada vez mais aplicadas dentro de cada uma das unidades.

5.2.3.1 Regressão Logística Univariada dos Coordenadores de Extensão

Partimos agora para a análise estatística da resposta ao questionário aplicado aos coordenadores de extensão dos Institutos Federais. Essa análise teve por base a distribuição das variáveis independentes segundo o tempo de atuação na extensão dos participantes, ou seja, o tempo que os coordenadores de extensão atuam na área extensionista de seus Institutos. Com isso, obtivemos os resultados na tabela a seguir:

Tabela 19: Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Coordenação de Extensão. São Paulo, SP, 2020. (n=166)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Tempo como servidor	de 4 a 6 anos [#]	16 (27)	59	Ref		
	de 1 a 3 anos	0	30	-		
	de 7 a 10 anos	20 (37)	53	1.62 (0.68 - 3.92)	<0.001	1
	de 11 a 15 anos	6 (37)	16	1.6 (0.41- 5.87)		
	16 anos ou mais (5+6)	7 (87)	8	17.93 (2.05- 862.52) ***		
Q7	Concordo parcialmente [#]	24 (36)	65	Ref		
	Concordo totalmente	1 (4)	25	0.07 (0-0.5) *		
	Discordo parcialmente	6 (27)	22	0.64 (0.18 - 2.04)	0.037*	2
	Discordo totalmente	15 (34)	43	0.92 (0.38 - 2.2)		
	Recuso-me a responder	3 (27)	11	0.64 (0.1 -3.02)		
Q12	Concordo parcialmente [#]	32 (36)	88	Ref		
	Concordo totalmente	11 (18)	61	0.39 (0.16 - 0.89) *	0.102	3
	Discordo (3+4)	4 (33)	12	0.88 (0.18 - 3.59)		
	Recuso-me a responder	2 (40)	5	1.16 (0.09 - 10.73)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Q5	Discordo parcialmente [#]	9 (20)	43	Ref	0.146	4
	Concordo parcialmente	9 (45)	20	3.03 (0.84-11.28)		
	Discordo totalmente	31 (30)	103	1.62 (0.66- 4.31)		
Idade	entre 32-37	17 (30)	56	Ref	0.222	-
	entre 26-31	3 (13)	23	0.35 (0.06 - 1.42)		
	entre 38-43	12 (29)	41	0.95 (0.35 - 2.49)		
	entre 44-49	7 (29)	24	0.95 (0.28 - 2.98)		
	mais de 50	10 (45)	22	1.9 (0.61 - 5.9)		
Q4	Concordo parcialmente [#]	14 (37)	37	Ref	0.23	-
	Concordo totalmente	29 (25)	115	0.56 (0.24-1.33)		
	Discordo (3+4)	5 (50)	10	1.63 (0.31-8.51)		
	Recuso-me a responder	1 (25)	4	0.56 (0.01-7.72)		
Gênero	Masculino	27 (31)	87	Ref	0.255	-
	Feminino	21 (26)	78	0.82 (0.39- 1.7)		
	Reuso-me a responder	1	1	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Q1	Concordo parcialmente [#]	17 (31)	54	Ref	0.297	-
	Concordo totalmente	5 (17)	29	0.46 (0.12-1.52)		
	Discordo parcialmente	6 (35)	17	1.18 (0.31-4.23)		
	Discordo totalmente	20 (30)	65	0.97 (0.41 -2.28)		
	Recuso-me a responder	1	1	-		
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	3 pessoas [#]	2 (15)	13	Ref	0.356	-
	2 pessoas	10 (21)	47	1.48 (0.25 - 15.87)		
	4 a 5 pessoas (3+4)	5 (31)	16	2.42 (0.31- 30.68)		
	6 pessoas ou mais	31 (35)	87	3.02 (0.6 - 29.74)		
	Recuso-me a responder	1 (33)	3	2.55 (0.03- 78.65)		
Q15	Concordo parcialmente [#]	23 (30)	75	Ref	0.38	-
	Concordo totalmente	22 (27)	80	0.86 (0.4 -1.82)		
	Discordo (3+4)	4 (50)	8	2.24 (0.38 -13.14)		
	Recuso-me a responder	0	3			
Q2	Concordo parcialmente[#]	18	75	Ref	0.391	-
	Concordo totalmente	24	66	1.8 (0.82 -4.02)		
	Discordo (3+4)	7	24	1.3 (0.39 -3.99)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Servidor	Técnico administrativo	22 (34)	64	Ref	0.422	-
	Docente	26 (26)	100	0.67 (0.32 - 1.41)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	1.89 (0.02 - 153.17)		
Q10	Concordo parcialmente [#]	11 (26)	41	Ref	0.559	-
	Concordo totalmente	35 (32)	108	1.31 (0.56 - 3.24)		
	Discordo (3+4)	3 (20)	15	0.69 (0.1 - 3.28)		
	Recuso-me a responder	0	2	-		
Q8	Concordo parcialmente [#]	22 (29)	75	Ref	0.562	-
	Concordo totalmente	22 (33)	66	1.2 (0.55 - 2.61)		
	Discordo (3+4)	2 (14)	14	0.41 (0.04 -2.06)		
	Recuso-me a responder	3 (11)	11	0.9 (0.14 -4.24)		
Q11	Concordo parcialmente [#]	27 (30)	90	Ref	0.584	-
	Concordo totalmente	15 (25)	59	0.8 (0.35 - 1.76)		
	Discordo (3+4)	4 (36)	11	1.33 (0.26 - 5.76)		
	Recuso-me a responder	3 (50)	6	2.31 (0.29 - 18.37)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Q14	Concordo parcialmente [#]	25 (34)	72	Ref	0.635	-
	Concordo totalmente	21 (25)	81	0.66 (0.31 -1.4)		
	Discordo (3+4)	2 (22)	9	0.54 (0.05-3.14)		
	Recuso-me a responder	1 (25)	4	0.63 (0.01 -8.33)		
Formação Acadêmica	Especialização [#]	12 (35)	34	Ref	0.656	-
	Graduação	1 (14)	7	0.31 (0.01 - 3.08)		
	Mestrado	24 (30)	79	0.8 (0.32- 2.08)		
	Doutorado ou PhD (4+5)	12 (26)	46	0.65 (0.22 - 1.9)		
Q6	Concordo parcialmente [#]	24 (31)	77	Ref	0.74	-
	Concordo totalmente	21 (26)	78	0.81(0.38 - 1.73)		
	Discordo (3+4)	4 (36)	11	1.26 (0.25 -5.52)		
Q16	Concordo parcialmente [#]	3 (18)	16	Ref	0.75	-
	Concordo totalmente	31 (29)	106	1.78 (0.45 -10.43)		
	Discordo parcialmente	3 (33)	9	2.1 (0.21 - 20.88)		
	Discordo totalmente	12 (35)	34	2.33 (0.49 -15.23)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (***) p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=49)	Total (n=166)			
		n (%)	n			
Q17	Concordo parcialmente [#]	17 (25)	67	Ref	0.796	-
	Concordo totalmente	6 (27)	22	1.1 (0.3 - 3.61)		
	Discordo parcialmente	8 (36)	22	1.67 (0.51 - 5.21)		
	Discordo totalmente	17 (32)	53	1.39 (0.58 - 3.33)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	2.89 (0.04 - 234.91)		
Q13	Concordo parcialmente [#]	28 (30)	92	Ref	0.798	-
	Concordo totalmente	16 (31)	51	1.04(0.46 - 2.32)		
	Discordo (3+4)	4 (20)	20	0.57(0.13 - 2)		
	Recuso-me a responder	1 (33)	3	1.14(0.02 - 22.77)		
Q9	Concordo parcialmente [#]	17 (36)	47	Ref	0.829	-
	Concordo totalmente	4 (28)	14	0.71 (0.14 -2.96)		
	Discordo parcialmente	11 (26)	41	0.65 (0.23 -1.76)		
	Discordo totalmente	14 (25)	54	0.62 (0.24 -1.57)		
	Recuso-me a responder	3 (30)	10	0.76 (0.11 -3.9)		
Q3	Concordo parcialmente [#]	22	72	Ref	0.857	-
	Concordo totalmente	10	29	1.19 (0.42-3.24)		
	Discordo parcialmente	6	26	0.68 (0.2-2.09)		
	Discordo totalmente	11	38	0.93 (0.35-2.36)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		

Relacionando as variáveis independentes com o tempo de atuação na Coordenação de Extensão (3 anos ou menos, 4 anos ou mais), os participantes com 4 anos ou mais de trabalho no cargo apresentaram variação em função do tempo como servidor. Podemos observar que os participantes que responderam “16 anos ou mais” têm 17.93 (IC 95%: 2.05- 862.52) vezes a chance de ter 4 anos ou mais de experiência na Coordenação de Extensão quando comparado aos participantes que responderam que tinham menos de 15 anos como servidor, essa diferença foi estatisticamente significativa ($p < 0.001$). Lembrando que essa variável significativa é uma variável de confusão, já que o tempo como servidor aumenta conforme aumenta o tempo de atuação na Coordenação de Extensão. O resultado dela não deve ser usado como “importante”, uma vez que ambas estão dizendo a mesma coisa.

Relacionando as variáveis independentes com o tempo de atuação na Coordenação de Extensão (3 anos ou menos, 4 anos ou mais), os participantes com 4 anos ou mais de Coordenação de Extensão apresentaram variação em função da questão 7. Podemos observar que os participantes que responderam “concordo totalmente” têm 0.07 (IC 95%: 0-0.5) menos a chance de ter 4 anos ou mais de experiência na Coordenação de Extensão quando comparado aos participantes que responderam “discordo parcialmente”, “discordo totalmente”, “recuso-me a responder”, essa diferença foi estatisticamente significativa ($p < 0.05$). Porém, percebemos que OD (0.07) é menor que 1, ou seja, esse efeito é protetor, e não de risco (poderia dizer que os participantes que responderam “discordo totalmente” para essa questão têm menos chance de ter mais de 4 anos ou mais de experiência na Coordenação de Extensão).

5.2.4 Questionário aplicado aos Coordenadores de Estágio

Chegamos, neste momento, ao final da análise descritiva dos questionários. Fizemos, a seguir, a análise das respostas ao questionário aplicado aos coordenadores ou responsáveis pelos estágios dos Institutos Federais. A princípio, como já explicamos anteriormente, esse era um segmento que não pretendíamos analisar, pois tínhamos como foco apenas os reitores, diretores e coordenadores de extensão. Mas, no decorrer do estudo, a temática de estágio foi se construindo. Assim, passamos a acreditar que se trata, então, de um segmento ao qual deveríamos dar voz nesta pesquisa, mesmo não sendo o foco central de nosso estudo. Com isso, elaboramos um questionário reduzido para os responsáveis pelos estágios nos estabelecimentos com o objetivo de perceber suas percepções sobre a relação entre estágio e extensão.

Ressaltamos, ainda, que nossa pergunta sobre o tempo de atuação na coordenação de estágio foi posta como variável central para que pudéssemos verificar a significância diante das

demais questões. Como dois coordenadores se recusaram a responder a essa questão, desconsiderámo-los em toda análise produzida, tanto na descritiva quanto na estatística. Isso também ocorreu com os coordenadores de extensão, como explicamos anteriormente e, o mesmo procedimento foi realizado nas duas situações. Nesse segmento, também tivemos que descartar mais um participante por conta de ele não responder a uma das questões. Com isso, das 62 respostas obtidas, descartamos 3 participações. Fizemos, portanto, nossas análises contando com 59 coordenadores de estágio.

As perguntas e afirmações feitas no questionário são similares às perguntas elaboradas aos pró-reitores, diretores e coordenadores extensionistas. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 20: Descrição e classificação das variáveis do questionário aplicado aos Coordenadores de Estágio. São Paulo - SP, 2020. (n=59)

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
<i>Tempo que você atua na coordenação de estágio</i>	1: de 1 a 3 anos (42)	1: 3 anos ou menos # 2: 4 anos ou mais (2+3+4+5)	Qualitativa nominal (dicotômica)
	2: de 4 a 6 anos (10)		
	3: de 7 a 10 anos (4)		
	4: de 11 a 15 anos (3)		
	5: mais de 21 anos (1)		
	6: Recuso-me a responder (2)		
Gênero	1: Masculino (33)	1: Masculino #	Qualitativa nominal
	2: Feminino (26)	2: Feminino	
Idade	1: entre 18-25 (1)	1: entre 32-43 (3+4) # 2: entre 18-31 (1+2) 3: 44 ou mais (5+6)	Qualitativa ordinal
	2: entre 26-31 (11)		
	3: entre 32-37 (14)		
	4: entre 38-43 (14)		
	5: entre 44-49 (10)		
	6: mais de 50 (9)		
Formação Acadêmica	1: Ensino médio (2)	1: Especialização # 2: Ensino médio 3: Graduação 4: Mestrado 5: Doutorado ou PhD (4+5)	Qualitativa ordinal
	2: Graduação (4)		
	3: Especialização (21)		
	4: Mestrado (18)		
	5: Doutorado (12)		
	6: Pós -doutorado (2)		
Instituto Federal	IFAM (1)	Variável descartada	Qualitativa nominal
	IFAP (1)		
	IFBA (5)		
	IFC (6)		
	IFCE (1)		

	IFES (3)		
	IFFarroupilha (2)		
	IFG (5)		
	IFGOIANO (1)		
	IFMG (2)		
	IFMT (1)		
	IFNMG (1)		
	IFPB (3)		
	IFPE (2)		
	IFPR (5)		
	IFRJ (3)		
	IFRO (1)		
	IFRS (2)		
	IFS (2)		
	IFSC (4)		
	IFSP (1)		
	IFSUDESTEMG (3)		
	IFSUL (2)		
	IFSULDEMINAS (1)		
	IFTM (4)		
Servidor	1: Docente (24) 2: Técnico administrativo (33) 3: Recuso-me a responder (2)	1: Técnico administrativo # 2: Docente 3: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Tempo como servidor	1: de 1 a 3 anos (10) 2: de 4 a 6 anos (18) 3: de 7 a 10 anos (19) 4: de 11 a 15 anos (5) 5: mais de 21 anos (6) 6: Recuso-me a responder (1)	1: de 7 a 10 anos # 2: 6 anos ou menos (1+2) 3: 11 anos ou mais (4+5) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa ordinal
<i>* Variável dependente (y) # Categoria de referência.</i>			
Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	1: 1 pessoa (13) 2: 2 pessoas (30) 3: 3 pessoas (6) 4: 4 pessoas (3) 5: 5 pessoas (2) 6: 5 pessoas ou mais (2) 7: Recuso-me a responder (3)	1: 2 pessoas # 2: 1 pessoa 3: 3 pessoas ou mais (3+4+5) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa ordinal
Q1	1: Concordo parcialmente (10)	1: Concordo parcialmente #	Qualitativa nominal

	2: Concordo totalmente (43) 3: Discordo parcialmente (1) 4: Discordo totalmente (5) 5: Vazia (1)	2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	
Q2	1: Concordo parcialmente (10) 2: Concordo totalmente (36) 3: Discordo parcialmente (2) 4: Discordo totalmente (11)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal
Q3	1: Concordo parcialmente (8) 2: Concordo totalmente (41) 3: Discordo parcialmente (4) 4: Discordo totalmente (6)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal
Q4	1: Concordo parcialmente (25) 2: Concordo totalmente (19) 3: Discordo parcialmente (8) 4: Discordo totalmente (7)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal
Q5	1: Concordo parcialmente (30) 2: Concordo totalmente (13) 3: Discordo parcialmente (4) 4: Discordo totalmente (10) 5: Recuso-me a responder (2)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q6	1: Concordo parcialmente (18) 2: Concordo totalmente (32) 3: Discordo parcialmente (3) 4: Discordo totalmente (2) 5: Recuso-me a responder (4)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

Variáveis	Original (n)	Recategorização	Tipo de Variável
Q7	1: Concordo parcialmente (24) 2: Concordo totalmente (28) 3: Discordo parcialmente (5) 4: Discordo totalmente (1)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4)	Qualitativa nominal
Q8	1: Concordo parcialmente (26) 2: Concordo totalmente (22) 3: Discordo parcialmente (5) 4: Discordo totalmente (4) 5: Recuso-me a responder (3)	1: Concordo parcialmente # 2: Concordo totalmente 3: Discordo (3+4) 4: Recuso-me a responder	Qualitativa nominal
Q9	1: Concordo parcialmente (20) 2: Concordo totalmente (37) 3: Discordo parcialmente (1)	1: Concordo totalmente # 2: Não concorda de alguma maneira (1+3)	Qualitativa nominal

	4: Recuso-me a responder (1)	3: Recuso-me a responder	
Q10	1: Concordo parcialmente (22)	1: Concordo parcialmente #	Qualitativa nominal
	2: Concordo totalmente (34)	2: Concordo totalmente	
	3: Discordo parcialmente (2)	3: Discordo (3+4)	
	4: Discordo totalmente (1)	4: Recuso-me a responder	
	5: Recuso-me a responder (1)		

* *Variável dependente* (y) # Categoria de referência.

No questionário aplicado aos coordenadores de estágio, utilizamos a mesma estratégia e forma de elaboração dos demais segmentos já analisados anteriormente. O único fator diferente foi o uso apenas de questões voltadas ao estágio, o que diminuiu a quantidade de perguntas feitas a esses coordenadores. Algumas questões existentes na tabela anterior já foram analisadas, de igual modo, em nosso capítulo metodológico, como gênero, idade, formação acadêmica, tipo de servidor e tempo de servidor do Instituto. Ressaltamos, também, que no que tange à variável descartada, “a que Instituto Federal você pertence”, por meio de uma análise simples conseguimos verificar a existência da representatividade de todas as regiões do país, com base na participação dos 61 coordenadores de estágio. Tal situação nos levou à percepção de que, com base nessas respostas, pudemos traçar um bom perfil dos coordenadores de estágio dos IF.

Iniciamos a nossa análise questionando a quantidade de servidores que atuam junto ao setor de estágio nos *Campi* dos Institutos Federais e, como resposta, percebemos que a grande maioria (30) conta com duas pessoas para a execução das atividades referentes ao estágio. Consideramos esse número satisfatório, mas uma equipe maior seria melhor ao desenvolvimento das seções. Na sequência, apareceram os que possuem apenas uma pessoa atuando nesse setor (13). Acreditamos que esse é fator preocupante, pois essa pessoa não consegue ficar dentro do Instituto nos períodos da manhã, tarde e noite, ou seja, tal coordenação fica fechada em determinados horários, o que prejudica o desenvolvimento de qualquer setor, em qualquer instituição. Depois temos a seguinte situação: os que contam com três (6), os que contam com quatro (3), os que contam com cinco (2), os que contam com mais de cinco pessoas (2) e três participantes se recusaram a responder.

A partir deste momento, em nossa pesquisa, como feito nos segmentos anteriormente analisados, utilizamos a escala Likert para que os coordenadores opinassem de acordo com o grau de concordância com as frases afirmativas elaboradas. Com isso, obtivemos as seguintes respostas dos coordenadores de estágio dos institutos federais.

Nomeamos como Q1, a seguinte afirmação **“No Campus em que atuo há um setor de Estágio com uma Coordenação específica”**. A grande maioria (43) concordou totalmente, essas respostas nos levaram a compreender que, na maior parte dos IF há uma coordenação que lida exclusivamente com o estágio. Na sequência, verificamos os que concordaram parcialmente (10) e os que discordaram parcialmente (1). Nesse sentido, percebemos que há Institutos em que a referida coordenação não lida apenas com questões de estágio. Por fim, encontramos os que discordaram totalmente (5), o que nos levou à percepção de que em alguns Institutos Federais a coordenação de estágio não existe.

Acerca da Q2, **“No Campus em que atuo o Estágio está atrelado à Coordenação de Extensão”**, verificamos, das participações que obtivemos, que a grande maioria concordou total (36) ou parcialmente (10), o que nos permitiu a compreender que na maior parte dos Institutos Federais o estágio está atrelado à extensão, fator que consideramos importante, pois, para nós, o estágio é uma ação extensionista. Depois, notamos os que discordaram total (11) ou parcialmente (2). Compreendemos esse resultado, pois, conforme tratado anteriormente, também, em alguns Institutos já é sabido que o estágio não faz parte das atribuições extensionistas. Mesmo sendo uma minoria nessa análise, acreditamos que seria importante uma melhor organização dos Institutos nesse sentido. Sabemos que por serem autarquias, suas instituições têm a liberdade de criar suas estruturas, mas deslocar o estágio da extensão nos causou alguma estranheza.

Sobre a Q3, **“No Campus em que atuo sou responsável por mais atividades, além das relacionadas com o estágio”**, a grande maioria (41) concordou totalmente, ou seja, os coordenadores lidam com mais atividades, não havendo uma dedicação exclusiva para com os trâmites referentes aos estágios dos estudantes. Acreditamos que isso compromete o bom andamento do estágio e torna suas ações apenas burocráticas e ineficazes quanto ao acompanhamento, supervisionamento e aprendizagem. Logo, notamos os que concordam parcialmente (8), os que discordam parcialmente (4) e, por fim, os que discordaram totalmente (6). Esse último segmento apresentado seria o quadro ideal, a nosso ver, de respostas, pois seria importante que todos os coordenadores de estágio tivessem como única preocupação as questões que envolvem o estágio apenas, garantindo, assim, o bom andamento do setor e de suas obrigações para com os alunos e a comunidade como um todo.

Sobre o estágio estar atrelado a alguma disciplina, elaboramos a Q4, **“Em meu Campus, o estágio está atrelado à alguma disciplina dos cursos que os estudantes fazem”**. Houve um número maior de concordância, seja parcial (25) ou total (19). Consideramos esse resultado importante, pois o fato de o estágio ter ligação com uma disciplina dá um melhor

suporte aos educandos. Depois, percebemos o quadro de discordância, parcial (8) ou total (7). Tendo esse retorno dos coordenadores é notório que ainda há Institutos que não atrelam suas atividades de estágio às práticas de ensino, o que nos leva à percepção de que há um enorme trabalho a ser feito nesse sentido.

Na Q5, elaboramos a seguinte afirmação **“Na Coordenação/Setor em que atuo, existe articulação entre o Estágio e as atividades extensionistas”**. A maioria concordou parcial (30) ou totalmente (13) e, com base no número dos que discordaram parcialmente (4), podemos acreditar que na maioria dos Institutos essa é uma prática que já acontece ou está em processo de implementação. Acreditamos que os que discordaram totalmente (10) sejam participantes que não têm o estágio atrelado à extensão desde seus organogramas. Dois coordenadores se recusaram a participar.

Por considerarmos o estágio uma ação extensionista, finalizamos o nosso questionário aos coordenadores com as afirmações sobre as diretrizes extensionistas, ou seja, os “is” da extensão e sua relação com o estágio: a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social. Nosso objetivo era saber a opinião desses coordenadores quanto à aplicação dessas diretrizes no estágio.

Na Q6, **“As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interação dialógica entre as ações realizadas”**, obtivemos um alto número de concordância, seja total (32) ou parcial (18), o que nos mostra que existe a interação dialógica ou dialogicidade junto ao estágio. O quadro de discordância foi bem reduzido, mas, também, presente como resposta em nosso questionário. A discordância encontrada foi parcial (3) e total (2), respostas que nos causam estranheza, pois não compreendemos a realização de atividades de estágio sem haver um mínimo de interação entre os educandos e o setor que está lidando com a documentação, mesmo sendo ela parte burocrática do processo. Quatro coordenadores se recusaram a responder essa afirmação.

Na Q7, **“As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Interdisciplinaridade e interprofissionalidade entre as ações realizadas”**, o quadro foi bem similar ao apresentado na diretriz anterior. A maior parte dos coordenadores concordou total (28) ou parcialmente (24), o que nos leva a percepção de que o estágio está atrelado às questões de interdisciplinaridade e interprofissionalidade dos educandos. Os que discordaram, parcial (5) ou totalmente (1) somaram uma pequena parcela dos coordenadores participantes.

A Q8, **“As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão entre as ações realizadas”**, também obteve um resultado similar. A maioria concordou parcial (26) ou totalmente (22) e, a minoria discordou, da mesma forma, parcial (5) ou totalmente (4). Nessa diretriz, compreendemos os que discordaram de forma total ou parcial, pois em alguns IF o estágio não está atrelado à extensão e, com isso, não há sentido em se pensar em indissociabilidade. Três coordenadores se recusaram a responder.

No resultado da Q9, **“As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do Impacto na formação do estudante entre as ações realizadas”**, encontramos quase uma totalidade de concordância, total (37) e parcial (20). Um dos coordenadores discordou parcialmente e um se recusou a responder. Nesse sentido, percebemos que o estágio é pensado e articulado para ter impacto na formação dos estudantes dos Institutos Federais.

Por fim, temos a Q10, **“As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do Impacto na transformação social entre as ações realizadas”**, que refletiu praticamente o mesmo quadro encontrado nas diretrizes anteriores. A maioria dos coordenadores concordou total (34) ou parcialmente (22) com a aplicação do estágio voltado à diretriz de impacto na transformação social dos educandos. A minoria discordou parcial (2) ou totalmente (1) e um dos coordenadores se recusou a responder.

Percebemos, então, que, as diretrizes que estão atreladas à extensão também, no geral, fazem parte dos objetivos e estratégias dos que lidam com o estágio. Entendemos que o estágio é uma ação extensionista e colocar essas diretrizes em prática nos garantem o êxito da colocação de nossos educandos no mundo do trabalho.

Finalizamos, então, a análise das respostas ao questionário aplicado aos coordenadores de estágio e, com isso, chegamos ao fim da análise descritiva proposta que foi de observar como os Institutos Federais lidam com a extensão no seu cotidiano, suas aplicabilidades e sentidos. Para isso, utilizamos a aplicação de um questionário aos agentes extensionistas desses Institutos, como os pró-reitores, diretores e coordenadores de extensão e também aos coordenadores de estágio, pois acreditamos que esse segmento é a garantia de uma importante ação extensionista.

5.2.4.1 Regressão Logística Univariada dos Coordenadores de Estágio

Fizemos também, a análise estatística das respostas ao questionário aplicado aos coordenadores de estágio dos Institutos Federais. Essa análise teve por base a distribuição das variáveis independentes, segundo o tempo de atuação no estágio dos participantes, ou seja, o tempo em que os coordenadores de estágio atuam na área extensionista de seus IF. Obtivemos os resultados constantes na tabela a seguir:

Tabela 21: Distribuição das variáveis independentes segundo o Tempo de atuação na Coordenação de Estágio. São Paulo, SP, 2020. (n=59)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=17)	Total (n=59)			
		n (%)	n			
Idade	entre 32-43	4 (14)	28	Ref	0.003*	
	entre 18-31	2 (16)	12	1.19 (0.09 - 10)		
	44 ou mais	11 (57)	19	7.82 (1.72 - 43.98)		
Tempo como servidor	de 7 a 10 anos	6 (31)	19	Ref	0.02*	
	6 anos ou menos	4 (14)	28	0.37 (0.06 - 1.88)		
	11 anos ou mais	7 (63)	11	3.61 (0.63- 24.39)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		
Formação Acadêmica	Especialização	10 (47)	21	Ref	0.119	
	Ensino médio	0	2	-		
	Graduação	0	4	-		
	Mestrado	3 (16)	18	0.23 (0.03 - 1.17)		
	Doutorado ou PhD	4 (28)	14	0.45 (0.08 - 2.24)		
Q6	Concordo parcialmente	8 (44)	18	Ref	0.122	
	Concordo totalmente	9 (28)	32	0.5 (0.12-1.95)		
	Discordo	0	5	-		
	Recuso-me a responder	0	4	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (*** p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=17)	Total (n=59)			
		n (%)	n			
Q8	Concordo parcialmente	11 (42)	26	Ref	0.18	
	Concordo totalmente	5 (22)	22	0.41 (0.09 - 1.65)		
	Discordo	1 (11)	9	0.18 (0 -1.67)		
	Recuso-me a responder	0	2	-		
Gênero	Masculino	5 (20)	25	Ref	0.2	
	Feminino	12 (35)	34	2.18 (0.65- 7.29)		
Pessoas que atuam com atividades extensionistas.	2 pessoas	9 (30)	30	Ref	0.232	
	1 pessoa	2 (15)	13	0.43 (0.04 - 2.66)		
	3 pessoas ou mais	6 (46)	13	1.97 (0.42-9.27)		
	Recuso-me a responder	0	3	-		
Q9	Concordo totalmente	10 (27)	37	Ref	0.282	
	Não concorda de alguma maneira	6 (28)	21	1.08 (0.27- 4.09)		
	Recuso-me a responder	1	1	-		
Q1	Concordo parcialmente	2 (20)	10	Ref	0.426	
	Concordo totalmente	12 (27)	43	1.54 (0.25 -16.91)		
	Discordo	3 (50)	6	3.63 (0.27 -66.21)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (***) p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=17)	Total (n=59)			
		n (%)	n			
Q3	Concordo parcialmente	1 (12)	8	Ref	0.438	
	Concordo totalmente	12 (29)	41	2.85 (0.31 -141.16)		
	Discordo	4 (40)	10	4.3 (0.31-261.52)		
Servidor	Técnico administrativo	11 (33)	33	Ref	0.47	
	Docente	5 (20)	24	0.53 (0.12-2.04)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	1.96 (0.02 - 163.77)		
Q5	Concordo parcialmente	9 (30)	30	Ref	0.588	
	Concordo totalmente	2 (15)	13	0.43 (0.04 -2.66)		
	Discordo	5 (35)	14	1.29 (0.26 - 5.92)		
	Recuso-me a responder	1 (50)	2	2.27 (0.03 -191.39)		
Q7	Concordo parcialmente	8 (33)	24	Ref	0.708	
	Concordo totalmente	8 (27)	29	0.77 (0.2-2.92)		
	Discordo	1 (16)	6	0.41 (0.01- 4.67)		
Q10	Concordo totalmente	10 (29)	34	Ref	0.814	
	Não concorda de alguma maneira	7 (29)	24	0.99 (0.26 - 3.58)		
	Recuso-me a responder	0	1	-		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (***) p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Variáveis	Categorias	Grupos de estudo		OR (IC)	p-value ^a	Ordem
		4 anos ou mais (n=17)	Total (n=59)			
		n (%)	n			
Q4	Concordo parcialmente	8 (32)	25	Ref	0.898	
	Concordo totalmente	5 (26)	19	0.76 (0.16-3.39)		
	Discordo	14 (26)	15	0.78 (0.14 - 3.83)		
Q2	Concordo parcialmente	3 (30)	10	Ref	0.975	
	Concordo totalmente	10 (27)	36	0.9 (0.16-6.45)		
	Discordo	4 (30)	13	1.04 (0.12-9.54)		

^a p-valor do teste de associação pelo qui-quadrado (***) p-valor < 0,001; ** p-valor < 0,01; * p-valor < 0,05; # p-valor ≥ 0,10)

Relacionando às variáveis independentes com o tempo de atuação na Coordenação de Estágio (3 anos ou menos, 4 anos ou mais), os participantes com 4 anos ou mais de Coordenação de Estágio apresentaram variação em função da Idade. Pudemos observar que os participantes que têm “mais de 44 anos”, possuem 7.82 (IC 95%: 1.72 - 43.98) vezes a chance de ter 4 anos ou mais de experiência na Coordenação de Estágio quando comparado aos participantes que responderam que têm menos de 44 anos, diferença estatisticamente significativa ($p < 0.05$).

Relacionando as variáveis independentes com o tempo de atuação na Coordenação de Estágio (3 anos ou menos, 4 anos ou mais), os participantes com 4 anos ou mais de Coordenação de Estágio apresentaram variação em função do tempo como servidor. Pudemos observar que os participantes que têm “11 anos ou mais”, possuem 3.61 (IC 95%: 0.63- 24.39) vezes a chance de ter 4 anos ou mais de experiência na Coordenação de Estágio quando comparado aos participantes que responderam que têm menos de 11 anos, diferença estatisticamente significativa ($p < 0.05$).

Percebemos que, em ambos os casos, são variáveis que explicam a mesma coisa porque, obviamente, quem tem mais tempo na Coordenação de Estágio, também vai ser mais velho, e quem tem mais tempo como servidor também pode ter mais tempo de coordenação.

5.3 Arrematando os dados

Para fechar as análises descritiva e estatística das respostas aos questionários aplicados aos agentes extensionistas dos Institutos Federais de todo território nacional, concluímos que a extensão é aplicada em todos as instituições participantes e que há agentes extensionistas nos *Campi* dos Institutos imbuídos de praticar a extensão de forma mais atuante e participativa no que tange à responsabilidade do princípio aqui estudado, bem como suas diretrizes primordiais, a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa elaboramos um questionário com o intuito de obter as respostas dos agentes extensionistas dos mencionados estabelecimentos que são os pró-reitores, os diretores e os coordenadores de extensão, e, também, os coordenadores de estágio, pois acreditamos que o estágio é uma das ações mais extensionistas existentes no ambiente educacional.

Em nossa análise percebemos que todos os segmentos, no geral, contam com uma equipe para que o desenvolvimento das ações extensionistas sejam concretizadas em suas

unidades. Sobre a questão da indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, notamos que a maioria, em todos os segmentos, declara que essa articulação é existente, o que nos leva a pensar que dentro dos Institutos Federais há o respeito à tríade base da educação. Ressaltamos aqui que, de acordo com as respostas obtidas, conseguimos detectar também que existe a não aplicação dessa indissociabilidade em alguns Institutos, o que nos leva à percepção da falta de comprometimento da extensão com as demais áreas que compõem a tríade da educação.

Com base em nossos estudos, perguntamos também aos agentes sobre o pensamento deles a respeito da extensão ser marginalizada frente ao ensino e à pesquisa e não obtivemos uma hegemonia nas respostas. Para alguns segmentos, a extensão não é colocada aquém dos demais princípios, mas, para outros, percebemos que houve certa concordância, pois eles acreditam que, por vezes, a extensão é deixada de lado frente às questões de ensino e pesquisa de suas instituições. Entendemos que, de fato, essa marginalização da extensão ocorra, mas não podemos afirmar que seja propositalmente. Notamos que, por anos, a extensão deixou de ser praticada como princípio básico da educação e a ênfase foi dada ao ensino. Na sequência, verificamos que a importância foi dada à pesquisa e, nos dias atuais, depois de um grande hiato da prática da extensão nas instituições, verificamos que por conta da legislação e articulação dos agentes extensionistas começou-se a dar voz e vez à extensão nas instituições de ensino. Esperamos que essa marginalização da extensão frente aos demais princípios seja inexistente com o passar do tempo.

Devido ao fato de Paulo Freire ser um teórico norteador das ideias extensionistas, ressaltamos o fato de ele criticar o uso da palavra extensão para determinar as ações extensionistas das instituições, pois, para ele, essas ações vão além do ato de estender algo a alguém. Com base nessa crítica, questionamos os agentes dos Institutos Federais sobre a concordância com o autor e pudemos perceber que o nível de concordância com a fala do pensador é enorme. Com isso, destacamos que os agentes extensionistas dos Institutos pensam a extensão para além do fato de levar o conhecimento acadêmico às pessoas. A extensão vai além disso, pois para que ela verdadeiramente ocorra se faz necessária a troca de experiências entre os envolvidos nesse processo.

Tendo por referência esse pensamento freiriano, compreendemos perfeitamente o fato de a grande maioria dos agentes extensionistas, em suas respostas ao questionário, ter destacado que as atividades realizadas em suas unidades não têm caráter apenas assistencialista. Consideramos, verdadeiramente, que as ações extensionistas não devem ser pautadas apenas nesse viés. E, na continuidade, a maior parte desses agentes, respondeu que as ações de extensão

realizadas em suas instituições são executadas com base nos desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos.

Atrelados às ações mencionadas anteriormente compreendemos que as ações realizadas nos Campi dos Institutos Federais de todo território nacional visam a atender as diretrizes extensionistas existentes, que veem a Interação dialógica, a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social, que denominamos como os “is” extensionistas. No geral, a maior parte dos respondentes dos questionários destacaram que buscam traçar em suas instituições ações pautadas nesses princípios. Entendemos que há um processo a ser percorrido para que essas práticas sejam parte fundamental da extensão, mas reconhecer que estamos no processo da inclusão dessas ações no ambiente educacional é de suma importância para o fortalecimento da extensão, bem como o reconhecimento de suas ações perante a comunidade como um todo.

Para o cumprimento das diretrizes citadas, relacionado à legislação vigente encontrada tanto no PNE quanto na Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018 que determina que de dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nas estruturas curriculares dos cursos seja para programas e projetos de extensão, pautando suas ações na pertinência social, percebemos que a grande maioria ou já aplica essas ações em seus cursos ou estão em processo de adaptação, visto que o prazo para efetivação desta lei é até dezembro de 2021. Acreditamos que a formulação de leis que visam ao desenvolvimento da extensão nos ambiente educacional é de suma importância para que a extensão passe a fazer parte realmente indissociabilidade junto ao ensino e a pesquisa.

Partindo do ponto da relevância da legislação para o bom andamento da extensão nas unidades educacionais como um todo, surge um questionamento sobre a possibilidade da curricularização da extensão, pois apenas com base no cumprimento de uma lei, as instituições podem apenas engessara a extensão em suas estruturas e não a praticar de maneira adequada. Consideramos que a existência de agentes extensionistas verdadeiramente pautados no conhecimento e nos princípios da extensão não deve permitir que essa “curricularização rasa” aconteça nas instituições. Tendo por base os agentes dos Institutos, encontramos segmentos que discordaram totalmente com a possibilidade de curricularizar a extensão, como os pró-reitores e diretores, mas encontramos, também, segmentos que concordaram total ou parcialmente sobre a possibilidade de curricularizar a extensão. Acreditamos que, diante do exposto, os agentes extensionistas devem tem um olhar crítico apurado para a implantação da legislação dentro de

suas instituições, garantindo, assim, que a curricularização não aconteça dentro de suas unidades.

O fato de os Institutos Federais serem instituições com diversas modalidades e níveis de ensino e, sabendo-se que a extensão como princípio indissociável da educação é voltada para a Educação Superior questionamos os agentes sobre a existência de diferenciação entre a extensão, ou seja, se ela é aplicada para o todo dos *Campi* ou voltada apenas aos cursos de educação superior. Nesse sentido, a grande maioria nos demonstrou, por meio de suas respostas, que a extensão é praticada para com os educandos como um todo em suas unidades, não distinguindo o nível ou modalidade de curso a que eles pertencem.

Finalizamos a análise das respostas ao questionário aplicado aos agentes extensionista tendo por base a inserção do estágio em seus setores. Essa pergunta se fez necessária porque no decorrer de nossa análise percebemos que algumas unidades dos IF não têm o estágio atrelado ao setor de extensão. Cabe aqui ressaltar que compreendemos o estágio como uma das mais importantes ações extensionistas, pois trata de levar, de fato, o conhecimento acadêmico para determinada comunidade e, com isso, efetivar a troca de experiência e saberes entre os envolvidos no processo. Acreditamos, também, que há uma explicação para que o estágio esteja atrelado ao ensino, mas, nesse sentido, a indissociabilidade se faz mais necessária ainda, pois consideramos que não há estágio sem extensão. A grande maioria dos respondentes citou que o estágio faz parte de suas ações extensionistas, estando, então, atrelado aos seus setores. Percebemos com isso, que, em sua maioria os Institutos Federais consideram o estágio uma prática extensionista.

Sendo assim, considerando a questão de pesquisa e objetivo geral que dela decorre, a saber: a compreensão de quais são os sentidos de extensão que orientam as práticas dos órgãos internos aos Institutos Federais brasileiros responsáveis por sua gestão, entendemos que, em geral, os resultados dos questionários aplicados revelam que, embora a extensão já esteja sendo efetuada na maior parte dos IF brasileiros, ainda há lacunas extensionistas que precisam ser sanadas, a fim de que a extensão seja aplicada em sua plenitude e de forma igualitária ao ensino e à pesquisa. De igual modo, tais resultados respondem à referida questão e permitem atingir o objetivo relacionado com a fundamentação teórica, bem como com a análise documental e jurídico-legal desta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos nosso trabalho com a certeza de que o caminho até aqui percorrido ampliou e enriqueceu profundamente o conhecimento acerca da temática extensionista e nos revelou que a extensão é fundamental para a educação, se bem aplicada. Iniciamos este trabalho com a proposta de verificar como a extensão é desempenhada na rede dos Institutos Federais e quais são os fundamentos conceituais que orientam e estruturam as suas práticas nos referidos estabelecimentos.

Ressaltamos que tais questionamentos surgiram no exercício de nossa função no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* Cubatão, especialmente quando assumimos o cargo de coordenadora do setor de extensão, momento em que notamos que apesar de ser bem desenvolvida no local, ainda havia muito a ser feito. Salientamos que, no decorrer de nossa pesquisa, conseguimos suprir algumas respostas aos nossos questionamentos iniciais sobre o assunto, como, por exemplo, a constatação de que em todos os Institutos Federais há uma equipe que atua na área extensionista, fato que nos demonstra que a rede tem noção da importância desse eixo do tripé das suas práticas educacionais.

Faz-se necessário compreender, no entanto, que os princípios indissociáveis da educação – ensino, pesquisa e extensão – devem caminhar juntos, em pé de igualdade, característica fundamental para o êxito da educação. Percebemos que, por vezes, a extensão fica à margem desse tripé, já que, normalmente, enfatiza-se mais a prática do ensino e da pesquisa. Esta, sobretudo no que concerne aos cursos de ensino superior, talvez, por conta do status ou da cobrança efetuada pelo MEC nas avaliações periódicas, em torno das publicações.

Notamos que, por vezes, muitos não querem dar voz à extensão por acreditarem que o ensino ou a pesquisa são suficientes para garantir a educação. Reforçamos que, sem a extensão, o tripé indissociável não está completo. Ela é fundamental para o fortalecimento da educação e muito importante na construção do conhecimento.

Verificamos que, com o passar do tempo, a extensão vem conquistando o seu espaço nas instituições de ensino as quais passaram a realizar ações mais condizentes com o significado das práticas extensionistas, isto é, passaram a desempenhar atividades um pouco mais próximas daquilo que, de fato, a extensão almeja: a elaboração de ações que visam ao desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos a fim de torná-los cidadãos autônomos e aptos a exercerem o seu papel na sociedade. Compreender que ações extensionistas vão além de ações assistencialistas e, por isso, dentro das instituições a dimensão extensionista deve ser o

pensamento norteador dos estabelecimentos. É necessário, também, que aqueles que atuam na área reconheçam que o seu papel não deve ser atrelado à mera curricularização das atividades.

Ao analisar todo o panorama histórico da extensão universitária no Brasil, sua origem e estruturação, chegamos à conclusão de que a extensão percorreu um bom caminho até aos dias atuais, antes pouco considerada. Através do tempo, passou a galgar lugares mais altos, chegando ao patamar de princípio indissociável da educação superior. Dessa forma, dar voz às entidades responsáveis que orientam e buscam novos caminhos para essa temática é fundamental para que consigamos “desmarginalizá-la” diante dos demais princípios da Educação Superior.

Os autores que nos serviram como referenciais para a construção deste texto fizeram com que compreendêssemos melhor a temática de estudo, levando-nos à reflexão, à revisão de nossos pensamentos e a querer buscar mais para colocar em prática ações mais efetivas em nosso cotidiano laboral.

A análise da estrutura extensionista dentro da rede de Institutos Federais de todo território nacional revelou-nos a importância conferida ao assunto, já que todos têm uma estrutura extensionista dentro de suas unidades. Contudo, reconhecemos que alguns lidam com a tal prática agregada a outros setores.

Consideramos a metodologia aplicada no decorrer do trabalho a ideal para a construção deste conhecimento. Mapear a extensão através do tempo, observar e analisar sua base normativa e teórica corroborou para a compreensão e comparação de opiniões e posicionamentos individuais ou institucionais diferentes sobre o tema.

O desenvolvimento desta investigação nos levou, também, à reflexão acerca de nossas práticas diárias de trabalho. Questionamo-nos sobre se aplicamos os princípios extensionistas dentro de nossa instituição. Reconhecemos que o trabalho já é feito, mas que precisa ser aprimorado. Esperamos que este estudo possa contribuir com as práticas de extensão dentro de nosso IF e de outros.

Ressaltamos que nossas considerações finais não se esgotam neste texto, pois tratamos, aqui, de uma temática muito ampla que não encerra todas as suas nuances em uma única pesquisa de doutoramento, inclusive, levando em conta o prazo institucional pré-estabelecido e os contratempos encontrados no meio do caminho, tais como a inesperada troca de orientador, além da necessidade de superação de obstáculos de ordem pessoal impostos a nós. Buscamos, então, evidenciar as ações extensionistas dentro dos IF e compreender as percepções daqueles que atuam com elas dentro da rede.

Assim, partindo da hipótese de que nos Institutos Federais a extensão não é desenvolvida de maneira uniforme e também de modo equilibrado com o ensino e a pesquisa, tivemos como objetivos específicos identificar as práticas extensionistas desenvolvidas pelos Institutos; reconhecer os mecanismos de regulação administrativa das atividades de gestão no interior de cada *Campus*; apontar os sentidos que presidem a execução das atividades de extensão; e verificar as relações acadêmicas que se estabelecem nas relações entre as áreas de extensão, de pesquisa e de ensino. Cabe salientar que com base na confirmação da hipótese apresentada, consideramos que os objetivos traçados ao desenvolvimento desta investigação foram plenamente alcançados, conforme descrevermos nos parágrafos seguintes.

No capítulo I, analisamos os pesquisadores, teóricos referenciados para a temática extensionista, com a finalidade de ampliar nosso conhecimento e compreender como a academia, em geral, enxerga a universidade. Iniciamos os nossos estudos, então, com base na revisão da literatura, o que nos permitiu reconhecer como a extensão é observada pela comunidade acadêmica. Partindo desse ponto, percebemos que há poucas análises e pesquisas voltadas a esse princípio da educação, fato que já nos remeteu à pouca importância dada à temática. Após essa compreensão, analisamos as bases conceituais de nossa tese e, respaldados nos textos de Paulo Freire (2017; 2018), construímos uma crítica sobre o termo “extensão”, partindo do pressuposto de que “estender algo a alguém” nos remete, apenas, a depositar o nosso conhecimento no outro. Freire desenvolve sua crítica levando-nos a refletir sobre a necessidade de troca de experiências e vivências entre os agentes envolvidos no processo extensionista. Para ele, existe a necessidade de diálogo entre os agentes, onde um não deve se sobrepor ao outro. Concordamos com Freire quando ele nos mostra que se faz necessário garantir a dialogicidade para que o processo seja realizado com êxito, já que sem isso a antialogicidade se torna presente nas ações.

Ainda no que tange ao capítulo I, abordamos as concepções de Pedro Demo (2017), quem nos traz uma reflexão sobre o lugar da extensão na extensão e os cuidados que precisamos ter para que as ações extensionistas, não sejam meras atividades de assistencialismo por parte das instituições, bem como de Tuttmann (2002), que trata da questão da flexibilização curricular e o comprometimento que se faz necessário para atuar com a extensão. De acordo com ela, as ações extensionistas podem humanizar as universidades. Entretanto, é preciso realizar um estudo aprofundado a fim de que o currículo não seja meramente flexibilizado e venha prejudicar o bom andamento do processo de aprendizagem e, da mesma forma, com base nas leis vigentes, para que não haja a curricularização da extensão apenas com a “formatação” dela

nas estruturas curriculares dos cursos, em cumprimento às leis que as instituições precisaram se adequar no prazo de três anos, contados a partir de 2018.

Tendo por princípio norteador de nossa pesquisa a dialogicidade, que pensamos ser fator fundamental para a efetivação de ações extensionistas dentro das instituições educacionais, fizemos o apontamento das diretrizes básicas da Extensão, os cinco “is” extensionistas: a Interação Dialógica, ou Dialogicidade – termo que utilizamos em nossa tese, a Interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino – Pesquisa e Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto na transformação social. Podemos afirmar que a aplicabilidade dessas diretrizes garantem a eficácia das ações extensionistas no ambiente educacional, visto que tais ações asseveram o lugar da extensão. Finalizamos o capítulo tratando da flexibilização curricular e da possível curricularização da extensão, temática sobre a qual não nos aprofundamos nesta pesquisa devido a tratar de uma legislação vigente mais recente que ainda está em processo de adaptação atualmente.

No Capítulo II, fizemos a análise da extensão através do tempo, com base na legislação, documentos oficiais e órgãos representativos da temática como o Forproex e a Renex. Notamos que a extensão galgou espaço importante na educação. A princípio era traduzida como meros cursos e projetos, mas, com base na Constituição Federal (BRASIL, 1988) passou a ser princípio indissociável da educação superior, sendo fundamental para o bom andamento da educação. Nesse capítulo, deparamo-nos com a Resolução da Extensão Universitária de 2018, que surge a partir da necessidade de garantir a aplicabilidade da estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação e determina que dez por cento dos currículos dos cursos de graduação devem estar voltados à extensão. O prazo para a regulamentação finda neste ano, 2021.

Tal resolução nos levou a pensar sobre a verdadeira importância da extensão. Não estamos aqui negando que os apontamentos da resolução sejam importantes, mas temos o receio de que, para o cumprimento dessa determinação as instituições apenas engessem a extensão em suas estruturas curriculares e passem a ter ações meramente “legais” ao invés de um trabalho sério e eficazmente extensionista. No questionário, aplicado aos agentes extensionistas dos Institutos Federais, verificamos que alguns dos segmentos analisados também têm essa percepção. Com isso, acreditamos que precisamos estar atentos para que a extensão não fique estagnada a fazer parte dos currículos dos cursos e deixem de obedecer às suas diretrizes, ou seja, não estejam de acordo com o cumprimento dos “is” extensionistas.

No capítulo III desta tese, traçamos os percursos metodológicos, onde inserimos a metodologia da pesquisa e os procedimentos para coleta de dados. Inserimos, também, um pré-

teste para validar a aplicação de nosso questionário aos agentes extensionistas dos Institutos Federais. Fizemos a análise estrutural de tais estabelecimentos existentes em todo território nacional, com o objetivo de conhecer e compreender toda estrutura extensionista da rede. Dando sequência, no capítulo IV, fizemos uma análise da aplicabilidade da extensão nas referidas unidades de ensino.

Por fim, no capítulo V, escolhemos relatar a voz da extensão por meio dos agentes que trabalham com ela na rede. Utilizamos como fonte de análise questionários, com perguntas fechadas, enviados aos pró-reitores, aos diretores, aos coordenadores de extensão e aos coordenadores de estágios com o foco de efetuar, através desses instrumentos de pesquisa, uma análise descritiva e estatística sobre os apontamentos destacados.

Tendo por base o trabalho até aqui efetuado, compreendemos que a extensão é elemento fundamental nos Institutos Federais, mas, como tudo na educação, precisamos ter objetivos mais pautados na realização de ações que visem ao êxito da temática extensionista no mencionado ambiente.

Sabemos que a rede de Institutos Federais é muito ampla e, por se tratar de uma autarquia, cada um têm autonomia para eleger a forma de construção dos conhecimentos propostos. Mas, a nosso ver, seria de suma importância construir uma estrutura mais similar entre os *Campi* existentes, pois, assim, conseguiríamos uma melhor eficácia nas ações dentro da rede. Alguns Institutos têm uma rede completa de agentes atuantes na área extensionista, outros possuem uma estrutura reduzida, onde a mesma equipe lida com várias temáticas. Acreditamos que com essa divisão de tarefas, uma área de trabalho passa a ser preterida pela outra.

Compreendemos que a importância da extensão está na possibilidade de agregar valores acadêmicos e não acadêmicos às instituições de ensino. É ir além dos muros desses estabelecimentos, estar aberto ao diálogo com a comunidade, trocar experiências e conhecimentos, levar em conta o outro e agregar para que todos possam ser parte desse processo.

Sendo assim, consideramos que a extensão é elemento fundamental para a educação como um todo. É referencial que deve ser abordado, além de concepções legais e sentidos que o cerca. A extensão tem o objetivo central de colocar em prática conhecimentos acadêmicos que, muitas vezes, não são acessados por todos, pela sociedade/comunidade em geral. Ter essa percepção é essencial para o avanço das ações extensionista, é dar voz a um princípio extremamente relevante para o desenvolvimento da educação, é reconhecer que a sapiência vai além de conhecimentos acadêmicos, é saber que a comunicação se faz necessária para o

crescimento dos saberes, entendendo que essas ações vão além do ato de “estender” seu “mundo acadêmico” à sociedade, é agregar, comunicar-se com o todo e ampliar horizontes. E por que não pensar em inverter a nomenclatura do tripé para “extensão-pesquisa-ensino”, uma vez que tanto a pesquisa quanto o ensino já se encontram mais bem consolidados no entorno acadêmico? Ora, talvez, evidenciar a posição da palavra extensão na denominação do tripé poderia deixá-la um pouco mais evidente e, por conseguinte, passível de maiores e mais ágeis transformações. Podemos pensar, também, na possibilidade de centralizar a destacada palavra e propormos “ensino-extensão-pesquisa”. Neste caso, a centralização da temática aqui abordada nos levaria à concepção de que a extensão e a pesquisa decorrem do ensino. Inserir a extensão após o ensino pode ser uma proposta adequada para pensarmos em suas ações efetivas após a absorção do conhecimento academicamente adquirido. Trata-se de algumas propostas. Quem sabe?

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Vozes, Petrópolis, 1996.

BRANCO, A. L. C. *et al.* A extensão e a flexibilização curricular: um caminho para o processo de transformação da universidade. *In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*, 2002, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: EDUFPB, 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/aextensaoeflexibilizacao.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. de 2018.

BRASIL. [Constituição (1969)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecedente1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional 395 de 2014. Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Lei Federal n. 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis n. 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis n. 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis n. 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112677.htm>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Dispõe Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 do PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

CARDOSO, T. M. Experiências de ensino, pesquisa e extensão no setor de pedagogia do HJG. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 73, p. 305-318, dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Portal do Colégio Pedro II**. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/index.php>>. Acesso em: 09 de set. 2019.

DEMO, P. **Extensão: a má consciência da universidade**. *In: Cadernos de Extensão Universitária*, Ano 2, n. 5, 1996, p. 21-30.

DEMO, P. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. Cortez, São Paulo, 2000.

DEMO, P. **O lugar da extensão**. Universidade de Brasília, 2001a. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/pub?id=1qbGib5U39qkiCxkecvzjZ0Y3-6Bcx4H6hNeLOLbxVho>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Papirus, Campinas, 6 ed., 2001b.

DEMO, P. **Conhecimento e vantagem comparativa**. O público e o privado, v. 5. p. 191-207, 2005.

FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 169-193, dez. 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In*: I ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Brasília, 1987. **Cartas e memórias** [...]. Brasília, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Regimento FORPROEX. *In*: I ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Brasília, 1987. **Cartas e memórias** [...]. Brasília, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Extensão, pesquisa e compromisso social. *In*: II ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Belo Horizonte, 1988. **Cartas e memórias** [...]. Belo Horizonte, 1988. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. A relação universidade e sociedade. A questão da prestação de serviços. A Interdisciplinaridade. *In*: III ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Belém, 1989. **Cartas e memórias** [...]. Belém, 1989. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 educação e alfabetização metodologia em extensão universitária. *In*: IV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, Florianópolis, 1990. **Cartas e memórias** [...]. Florianópolis, 1990. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática. *In: V ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, São Luís, 1991. **Cartas e memórias** [...]. São Luís, 1991. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Universidade e cultura. *In: VI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Santa Maria, 1992. **Cartas e memórias** [...]. Santa Maria, 1992. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária. *In: VII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Cuiabá, 1993. **Cartas e memórias** [...]. Cuiabá, 1993. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional. *In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Vitória, 1994. **Cartas e memórias** [...]. Vitória, 1994. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais. *In: IX ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Fortaleza, 1995. **Cartas e memórias** [...]. Fortaleza, 1995. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de Maceió. *In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Maceió, 2011. **Cartas e memórias** [...]. Maceió, 2011. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de Porto Alegre. *In: XXX ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Porto Alegre, 2011. **Cartas e memórias** [...]. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de Manaus. *In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Manaus, 2012. **Cartas e memórias** [...]. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de Brasília: 25 anos FORPROEX. *In: XXXII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Brasília, 2012. **Cartas e memórias** [...]. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta do Rio de Janeiro. *In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Rio de Janeiro, 2013. **Cartas e memórias** [...]. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. A Extensão Universitária e os Processos de Formação. *In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Belém, 2014. **Cartas e memórias** [...]. Belém, 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Extensão em territórios. *In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Goiânia, 2014. **Cartas e memórias** [...]. Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira. *In: XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Gramado, 2015. **Cartas e memórias** [...]. Gramado, 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira. *In: XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, João Pessoa, 2015. **Cartas e memórias** [...]. João Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de São Bernardo do Campo. *In: XXXIX ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, São Bernardo do Campo, 2016. **Cartas e memórias** [...]. São Bernardo do Campo, 2016. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Extensão e conjuntura. *In: XL ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Ouro Preto, 2016. **Cartas e memórias** [...]. Ouro Preto, 2016. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. A extensão na perspectiva da integração social. *In: XLI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Porto Seguro, 2017. **Cartas e memórias** [...]. Porto Seguro, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Os Rumos da Extensão Universitária Brasileira: 30 anos do Forproex. *In: XLII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Florianópolis, 2017. **Cartas e memórias** [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Gerir desafios, gerar resultados. *In: XLIII ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Natal, 2018. **Cartas e memórias** [...]. Natal, 2018. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Carta de Vitória. *In: XLIV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Vitória, 2018. **Cartas e memórias** [...]. Vitória, 2018. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: extensão ou comunicação. *In: XLV ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS*, Brasília, 2019. **Cartas e memórias** [...]. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. Extensão universitária para a transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade. *In*: XLVI ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, São Luís do Maranhão, 2019. **Cartas e memórias** [...]. São Luís do Maranhão, 2019. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 18. ed., Tradutores: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido (o manuscrito)**. 1ed., São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Universidade Nove de Julho (Uninove): Big Time Editora/ BT Acadêmica. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra 1981.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-223263-35536-2019-03-29-arquivo-2.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC/INEP, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Portal do IFAC**. Disponível em: <<https://portal.ifac.edu.br/>> Acesso em: 09 mai. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Portal do IFAL**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/>> Acesso em: 18 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Portal do IFAM**. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Portal do IFAP**. Disponível em: <<http://www.ifap.edu.br/index.php>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Portal do IFB**. Disponível em: <<https://www.ifb.edu.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Portal do IFBA**. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Portal do IFBAIANO**. Disponível em: <<http://ifbaiano.edu.br/portal/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Portal do IFC**. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Portal do IFCE**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Portal do IFES**. Disponível em: <<https://www.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. **Portal do IFF**. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Portal do IFARROUPILHA**. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/portal?view=default>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Portal do IFG**. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Portal do IFGOIANO**. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Portal do IFMA**. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/inicio/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Portal do IFMG**. Disponível em: <<http://www3.ifmg.edu.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL. **Portal do IFMS**. Disponível em: <<http://www.ifms.edu.br/site>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Portal do IFMT**. Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/inicio/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Portal do IFNMG**. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Portal do IFPA**. Disponível em: <<https://www.ifpa.edu.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Portal do IFPB**. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Portal do IFPE**. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Portal do IFPI**. Disponível em: <<http://libra.ifpi.edu.br/>>. Acesso em: 05 set. 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Portal do IFPR**. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Portal do IFRJ**. Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/index.php>>. Acesso em: 06 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portal do IFRN**. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Portal do IFRO**. Disponível em: <<https://portal.ifro.edu.br/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Portal do IFRR**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Portal do IFRS**. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Portal do IFS**. Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Portal do IFSC**. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/inicio>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Portal do IFSERTÃO-PE**. Disponível em: <<https://www.ifsertao-pe.edu.br/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portal do IFSP**. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CAMPUS DE CUBATÃO. **Portal do IFSP-CBT**. Disponível em: <<https://cbt.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Portal do IFSUDESTEMG**. Disponível em: <<https://www.ifsudestemg.edu.br/>>. Acesso em: 02 agosto 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSSE. **Portal do IFSUL**. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Portal do IFTM**. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Portal do IFTO**. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas - documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. **Sobre o FORPROEX e a RENEX**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>>. Acesso em: 16 de jun. de 2018.

REZENDE, E. G.; VALE, A. R. (org.). **Extensão universitária: diálogos e possibilidades**. Alfenas: Unifal-MG, 2017. v. 1.

ROMÃO, J. E. **Paulo Freire e a extensão universitária: desterritorialização cultural?** (Mimeo).

ROMÃO, J. E. **Pesquisa na instituição de ensino superior: referencial teórico, que bicho é este?** São Paulo: Cadernos de Pós Graduação, v. 4. Educação, p. 19-32, 2005.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 99).

SOLER, C. A. **O aspecto verbal e o ensino de verbos nas aulas de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE): questões semânticas e pragmáticas**. 2018. (Tese em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2018.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TAVARES, M.; RICHARDSON, R. J. **Metodologias qualitativas: teoria e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

TUTTMAN, M. T. Extensão universitária: a construção de novos caminhos. *In*: DURHAM, E. R., SAMPAIO, H. (org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: USP / Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior, 2001.

APÊNDICE A - Pró-reitores de Extensão

Questionário aplicado aos Pró-reitores de Extensão dos Institutos Federais

1. DADOS PESSOAIS GERAIS

1.1 Nome (opcional): _____

1.2 E-mail: _____

*Esses dados não serão divulgados na pesquisa.

1.3 Gênero

Masculino

Feminino

Recuso-me a responder

1.4 Idade:

entre 20-25

entre 26-31

entre 32-37

entre 38-43

entre 44-49

mais de 50

Recuso-me a responder

1.5 Formação Acadêmica

Ensino Médio

Ensino Superior

Especialização (Pós-graduação Latu Senso)

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

Recuso-me a responder

1.6 A qual Instituto Federal você pertence?

CP2

IFAC

IFAL

IFAM

- () IFAP
- () IFB
- () IFBA
- () IFBAIANO
- () IFC
- () IFCE
- () IFES
- () IFF
- () IFFarroupilha
- () IFG
- () IFGOIANO
- () IFMA
- () IFMG
- () IFMS
- () IFMT
- () IFNMG
- () IFPA
- () IFPB
- () IFPE
- () IFPI
- () IFPR
- () IFRJ
- () IFRN
- () IFRO
- () IFRR
- () IFRS
- () IFS
- () IFSC
- () IFSERTÃO-PE
- () IFSP
- () IFSUDESTEMG
- () IFSUL
- () IFSULDEMINAS
- () IFTM
- () IFTO
- () Recuso-me a responder

1.7 Você é servidor?

- Técnico administrativo
- Docente
- Recuso-me a responder

1.8 Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2. SOBRE A EXTENSÃO

2.1 Há quanto tempo você atua na pró-reitoria de Extensão do seu Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2.2 Contando com você, quantas pessoas atuam com atividades extensionistas em sua pró-reitoria?

- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas
- 6 pessoas ou mais
- Recuso-me a responder

A partir de agora, assinale as afirmações com as quais estejam de acordo com o seu pensamento acerca da Extensão.

2.3 Na Pró-reitoria em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.4 A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.5 Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.6 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencço são executadas com viés unicamente assistencialista.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.7 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.8 De acordo com a estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) é dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.9 De acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista, as instituições têm o prazo de 3 anos para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE.

A pró-reitoria a qual pertencem já está atuando para que essa ação seja efetivada em nos *Campi*.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.10 A curricularização da extensão, com base na Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.11 Sabemos que o princípio indissociável da Educação é voltado para a Educação Superior, apesar de sabermos que os Institutos Federais não oferecem apenas esse nível de ensino.

Nesse sentido, nos *Campi* de responsabilidade da pró-reitoria em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

Tendo por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social; responda as seguintes afirmações:

2.12 As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da **Interação dialógica** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.13 As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.14 As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz da **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.15 As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz do **Impacto na formação do estudante** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.16 As atividades extensionistas dos *Campi* de minha pró-reitoria estão de acordo com a diretriz do **Impacto na transformação social** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

As perguntas a seguir são sobre o Estágio.

2.17 A Pró-reitoria em que atuo é responsável pela organização do estágio.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.18 O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

APÊNDICE B - Diretores de Extensão

Questionário aplicado aos Diretores de Extensão dos Institutos Federais

1. DADOS PESSOAIS GERAIS

1.1 Nome (opcional): _____

1.2 E-mail: _____

*Esses dados não serão divulgados na pesquisa.

1.3 Gênero

Masculino

Feminino

Recuso-me a responder

1.4 Idade:

entre 20-25

entre 26-31

entre 32-37

entre 38-43

entre 44-49

mais de 50

Recuso-me a responder

1.5 Formação Acadêmica

Ensino Médio

Ensino Superior

Especialização (Pós-graduação Latu Senso)

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

Recuso-me a responder

1.6 A qual Instituto Federal você pertence?

CP2

IFAC

- () IFAL
- () IFAM
- () IFAP
- () IFB
- () IFBA
- () IFBAIANO
- () IFC
- () IFCE
- () IFES
- () IFF
- () IFFarroupilha
- () IFG
- () IFGOIANO
- () IFMA
- () IFMG
- () IFMS
- () IFMT
- () IFNMG
- () IFPA
- () IFPB
- () IFPE
- () IFPI
- () IFPR
- () IFRJ
- () IFRN
- () IFRO
- () IFRR
- () IFRS
- () IFS
- () IFSC
- () IFSERTÃO-PE
- () IFSP
- () IFSUDESTEMG
- () IFSUL
- () IFSULDEMINAS
- () IFTM
- () IFTO

1.7 Você é servidor?

- Técnico administrativo
- Docente
- Recuso-me a responder

1.8 Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2. SOBRE A EXTENSÃO

2.1 Há quanto tempo você atua no setor de Extensão do seu Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2.2 Contando com você, quantas pessoas atuam com atividades extensionistas em seu Campus?

- apenas eu
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas ou mais

A partir de agora, assinale as afirmações com as quais estejam de acordo com o seu pensamento acerca da Extensão

2.3 A Diretoria em que atuo tem por atribuição apenas as atividades extensionistas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.4 Na Diretoria em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.5 A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.6 Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.7 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com viés unicamente assistencialista.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.8 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.9 De acordo com a estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) é dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.10 De acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista, as instituições têm o prazo de 3 anos para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE.

A diretoria a qual pertencem já está atuando para que essa ação seja efetivada no Campus.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.11 A curricularização da extensão, com base na Resolução n° 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.12 Sabemos que o princípio indissociável da Educação é voltado para a Educação Superior, apesar de sabermos que os Institutos Federais não oferecem apenas esse nível de ensino.

Nesse sentido, no Campus em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

Tendo por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social; responda as seguintes afirmações:

2.13 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interação dialógica** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.14 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.15 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.16 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na formação do estudante** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.17 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na transformação social** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

As perguntas a seguir são sobre o Estágio.

2.18 A diretoria em que atuo é responsável pela organização do estágio.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.19 O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

APÊNDICE C - Coordenadores de Extensão

Questionário aplicado aos Coordenadores de Extensão dos Institutos Federais

1. DADOS PESSOAIS GERAIS

1.1 Nome (opcional): _____

1.2 E-mail: _____

*Esses dados não serão divulgados na pesquisa.

1.3 Gênero

() Masculino

() Feminino

() Recuso-me a responder

1.4 Idade:

() entre 20-25

() entre 26-31

() entre 32-37

() entre 38-43

() entre 44-49

() mais de 50

1.5 Formação Acadêmica

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Especialização (Pós-graduação Latu Senso)

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-doutorado

1.6 A qual Instituto Federal você pertence?

() CP2

() IFAC

() IFAL

() IFAM

() IFAP

() IFB

- () IFBA
- () IFBAIANO
- () IFC
- () IFCE
- () IFES
- () IFF
- () IFFarroupilha
- () IFG
- () IFGOIANO
- () IFMA
- () IFMG
- () IFMS
- () IFMT
- () IFNMG
- () IFPA
- () IFPB
- () IFPE
- () IFPI
- () IFPR
- () IFRJ
- () IFRN
- () IFRO
- () IFRR
- () IFRS
- () IFS
- () IFSC
- () IFSERTÃO-PE
- () IFSP
- () IFSUDESTEMG
- () IFSUL
- () IFSULDEMINAS
- () IFTM
- () IFTO

1.7 Você é servidor?

- Técnico administrativo
- Docente
- Recuso-me a responder

1.8 Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2. SOBRE A EXTENSÃO

2.1 Há quanto tempo você atua no setor de Extensão do seu Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2.2 Contando com você, quantas pessoas atuam com atividades extensionistas em seu Campus?

- apenas eu
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas ou mais

A partir de agora, assinale as afirmações com as quais estejam de acordo com o seu pensamento acerca da Extensão

2.3 A Coordenação em que atuo tem por atribuição apenas as atividades extensionistas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.4 Na Coordenação em que atuo, existe articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, já que são vistas como indissociáveis na educação superior.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.5 A extensão é “marginalizada” em relação ao ensino e à pesquisa.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.6 Paulo Freire, pensador norteador das ideias extensionista, faz uma crítica ao uso da palavra Extensão. Na concepção do autor, as ações da extensão vão além de “estender algo a alguém”, visto que é necessário haver uma troca entre os envolvidos para que as ações extensionistas aconteçam de fato.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.7 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com viés unicamente assistencialista.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.8 As ações extensionistas realizadas pelo Instituto Federal ao qual pertencem são executadas com base no desenvolvimento social, econômico e profissional dos educandos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.9 De acordo com a estratégia 7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) é dever das instituições “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Essa prática está inserida nas estruturas dos cursos do Instituto Federal em que atuo.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.10 De acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, documento mais recente no tocante à prática extensionista, as instituições têm o prazo de 3 anos para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da meta 12 do PNE.

A coordenação a qual pertencem já está atuando para que essa ação seja efetivada em no Campus.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.11 A curricularização da extensão, com base na Resolução n° 7 de 18 de dezembro de 2018, pode engessar e curricularizar a extensão em seus cursos de forma negativa, não realçando o papel social diante da sociedade.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.12 Sabemos que o princípio indissociável da Educação é voltado para a Educação Superior, apesar de sabermos que os Institutos Federais não oferecem apenas esse nível de ensino.

Nesse sentido, no Campus em que atuo, a Extensão é aplicada sem diferenciar os níveis de ensino dos educandos, sendo, então, a extensão aplicada para todos os cursos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

Tendo por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social; responda as seguintes afirmações:

2.13 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interação dialógica** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.14 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.15 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.16 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na formação do estudante** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.17 As atividades extensionistas do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na transformação social** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

As perguntas a seguir são sobre o Estágio.

2.18 A Coordenação em que atuo é responsável pela organização do estágio.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.19 O estágio deve estar atrelado aos setores que cuidam da extensão.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

APÊNDICE D - Coordenadores de Estágio

Questionário aplicado aos Coordenadores de Estágio dos Institutos Federais.

1. DADOS PESSOAIS GERAIS

1.1 Nome (opcional): _____

1.2 E-mail: _____

*Esses dados não serão divulgados na pesquisa.

1.3 Gênero

() Masculino

() Feminino

() Recuso-me a responder

1.4 Idade:

() entre 20-25

() entre 26-31

() entre 32-37

() entre 38-43

() entre 44-49

() mais de 50

1.5 Formação Acadêmica

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Especialização (Pós-graduação Latu Senso)

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-doutorado

1.6 A qual Instituto Federal você pertence?

() CP2

() IFAC

() IFAL

() IFAM

() IFAP

- () IFB
- () IFBA
- () IFBAIANO
- () IFC
- () IFCE
- () IFES
- () IFF
- () IFFarroupilha
- () IFG
- () IFGOIANO
- () IFMA
- () IFMG
- () IFMS
- () IFMT
- () IFNMG
- () IFPA
- () IFPB
- () IFPE
- () IFPI
- () IFPR
- () IFRJ
- () IFRN
- () IFRO
- () IFRR
- () IFRS
- () IFS
- () IFSC
- () IFSERTÃO-PE
- () IFSP
- () IFSUDESTEMG
- () IFSUL
- () IFSULDEMINAS
- () IFTM
- () IFTO

1.7 Você é servidor?

- Técnico administrativo
- Docente
- Recuso-me a responder

1.8 Há quantos anos você é servidor(a) no Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2. SOBRE O ESTÁGIO

2.1 Há quanto tempo você atua no setor de Estágio do seu Instituto Federal?

- de 1 a 3 anos
- de 4 a 6 anos
- de 7 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- mais de 21 anos
- Recuso-me a responder

2.2 Contando com você, quantas pessoas atuam com o estágio em seu Campus?

- apenas eu
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas ou mais

A partir de agora, assinale as afirmações com as quais estejam de acordo com o seu pensamento acerca da Extensão

2.3 No Campus em que atuo há um setor de Estágio com uma Coordenação específica.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.4 No Campus em que atuo o Estágio está atrelado à Coordenação de Extensão.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.5 No Campus em que atuo sou responsável por mais atividades, além das relacionadas com o estágio.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.6 Em meu Campus, o estágio está atrelado à alguma disciplina dos cursos que os estudantes fazem.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.7 Na Coordenação/Setor em que atuo, existe articulação entre o Estágio e as atividades extensionistas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

Tendo por base as diretrizes extensionistas sobre os “is” da Extensão e sua relação com o Estágio: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social; responda as seguintes afirmações:

2.8 As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interação dialógica** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.9 As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.10 As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz da **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.11 As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na formação do estudante** entre as ações realizadas.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder

2.12 As atividades de estágio do Campus em que atuo estão de acordo com a diretriz do **Impacto na transformação social** entre as ações realizadas

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Recuso-me a responder.

APÊNDICE E– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

1. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de doutorado provisoriamente intitulada “POLÍTICA DE EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: concepções, práticas e dialogicidade”, orientada pelo Professor Doutor Manuel Tavares Gomes do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Campus Vergueiro – São Paulo.
2. O principal objetivo desta pesquisa consiste em identificar, analisar e compreender a maneira como os agentes extensionistas atuam dentro dos institutos federais de todo território nacional. Pretendemos não só contribuir para o diálogo entre esses agentes, como também servir de instrumento de apoio à reflexão dos gestores extensionistas sobre suas práticas e ações específicas, sempre em busca da melhoria da aplicabilidade extensionista no contexto nacional.
3. Você foi selecionado por ser servidor vinculado ao quadro de extensão de um dos Institutos Federais do território Nacional e, sua participação não é obrigatória.
4. Os objetivos deste estudo são, em linhas gerais, identificar as práticas extensionistas desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pela extensão nos institutos, por meio dos programas, projetos e ações encaminhados a esses órgãos (pelo governo federal) e desenvolvidas por esses órgãos e analisar os mecanismos de regulação administrativa das atividades de extensão no interior dos *campi*, identificando suas relações com o ensino e a pesquisa, dado que são indissociáveis.
5. Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento de um questionário, de caráter quantitativo, ou seja, composto de perguntas fechadas, aplicado pela pesquisadora responsável.
6. Considerando que a nossa pesquisa envolve a explicitação de opiniões pessoais, o participante pode se sentir constrangido ao registrar algumas respostas. Sendo assim, para amenizar riscos e/ou constrangimentos, garantimos que o sujeito-colaborador da pesquisa estará livre para responder as questões da maneira como quiser ou até deixar de responder algumas delas, se considerar necessário. Nosso intuito é o de deixá-lo completamente à vontade, a fim de que possamos prestar a devida assistência ao participante. Nesta pesquisa, esperamos como benefício, que o agente extensionista

possa estabelecer relações entre teorias e práticas, bem como refletir sobre ações específicas que possam contribuir para a melhoria da aplicabilidade da extensão em nossos institutos. Garantimos que a pesquisadora prestará os devidos esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos envolvidos.

7. Como forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa, informamos que ficaremos à disposição dos mesmos durante e após o término da para atender quaisquer solicitações por e-mail.
8. Os dados obtidos serão divulgados de forma anônima resguardando a identidade dos participantes e estarão à disposição deles, caso queiram ter acesso às suas informações. Os dados coletados ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de 3 anos, após essa data, eles serão devidamente descartados.
9. Como participante você terá a liberdade em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.
10. Garantimos que manteremos o sigilo que assegure sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois serão criados nomes fictícios, caso necessário, protegendo e assegurando sua privacidade.

ANEXO I - Relatório de análise dos questionários

```
# INSTALANDO E CARREGANDO PACOTES
```

```
#install.packages("epiDisplay")
```

```
#install.packages("car")
```

```
#install.packages("ggplot2")
```

```
#install.packages("ResourceSelection")
```

```
library(ResourceSelection)
```

```
## ResourceSelection 0.3-5 2019-07-22
```

```
library(epiDisplay)
```

```
## Loading required package: foreign
```

```
## Loading required package: survival
```

```
## Loading required package: MASS
```

```
## Loading required package: nnet
```

```
library(car)
```

```
## Loading required package: carData
```

```
library(ggplot2)
```

```
##
```

```
## Attaching package: 'ggplot2'
```

```
## The following object is masked from 'package:epiDisplay':
```

```
##
```

```
## alpha
```

```
# Importando o banco de dados
```

```
setwd("C:/Users/germa/OneDrive/Área de Trabalho/Análise_Gisela")
```

```
banco <- read.csv2("banco.csv")
```

```
# convertendo os nomes das variáveis para letra minúscula
```

```
names(banco) <- casefold(names(banco), upper=F)
```

```
names(banco) # nomes das variáveis
```

```
## [1] "gênero " "idade"
## [3] "escolaridade" "servidor"
## [5] "anos.de.servidor" "tempo.de.pro.reitoria"
## [7] "pessoas.na.atividade.de.ex." "q1"
## [9] "q2" "q3"
## [11] "q4" "q5"
## [13] "q6" "q7"
## [15] "q8" "q9"
## [17] "q10" "q11"
## [19] "q12" "q13"
## [21] "q14" "q15"
## [23] "q16"
```

```

head(banco) # primeiras linhas do banco de dados

## gênero idade escolaridade servidor anos.de.servidor
tempo.de.pro.reitoria
## 1 3 1 2 2 1
0
## 2 2 1 1 2 1
0
## 3 2 1 1 1 2
0
## 4 2 2 2 2 3
0
## 5 1 1 2 2 1
0
## 6 2 2 2 1 3
1
## pessoas.na.atividade.de.ex. q1 q2 q3 q4 q5 q6 q7 q8 q9 q10 q11 q12
q13
## 1 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 2 1
1
## 2 2 1 1 1 2 2 2 1 1 1 2 1 1
2
## 3 2 1 1 2 1 1 2 1 1 1 2 1 1
2
## 4 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
1
## 5 2 1 2 1 1 1 1 2 1 1 1 2 2
1
## 6 1 1 1 1 1 2 2 2 1 1 2 1 1
2
## q14 q15 q16
## 1 1 2 2
## 2 2 1 2
## 3 2 2 2
## 4 1 2 1
## 5 1 2 1
## 6 2 1 2

#-----
# Variavel dependente criando fatores
#
banco$ftempo.pro <- factor(banco$tempo.de.pro.reitoria, levels=c(0,1),
labels=c("6 anos ou menos ", "7 anos ou mais "))
table(banco$ftempo.pro) # verificando o n de cada categoria

##
## 6 anos ou menos 7 anos ou mais
## 16 5

#-----
# Variavel independente (gênero)
#
banco$fse gênero xo <- factor(banco$gênero, levels=c(1,2,3),

```

```

labels=c("masculino", "feminino", "Recuso-me a responder"))
table(banco$f gênero) # verificando o n de cada categoria

##
##          masculino          feminino Recuso-me a responder
##              9              11              1

# Criando tabela de contingencia
tabela <- xtabs(~ banco$f gênero + banco$f tempo.pro)
addmargins(tabela)

##              banco$f tempo.pro
## banco$f gênero      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## masculino              6              3      9
## feminino              9              2     11
## Recuso-me a responder      1              0      1
## Sum                    16              5     21

prop.table(tabela,1)

##              banco$f tempo.pro
## banco$f gênero      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## masculino              0.6666667      0.3333333
## feminino              0.8181818      0.1818182
## Recuso-me a responder      1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.gênero <- glm(banco$f tempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
summary(fit.gênero)

##
## Call:
## glm(formula = banco$f tempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.90052  -0.90052  -0.63352  -0.00036   1.84648
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.6931    0.7071  -0.980   0.327
## banco$f gênero feminino      -0.8109    1.0541  -0.769
0.442
## banco$f gênero Recuso-me a responder  -15.8729  2399.5448  -0.007
0.995
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 21.888  on 18  degrees of freedom
## AIC: 27.888
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 15

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$gênero)

##
##                banco$gênero
## banco$ftempo.pro masculino feminino Recuso-me a responder
## 6 anos ou menos      6           9           1
## 7 anos ou mais       3           2           0
##
## Odds ratio           1           0.46           0
## lower 95% CI         0.03           0
## upper 95% CI         5.39          90.87

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.955 , 2 d.f., P value = 0.62
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.708
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (idade)
#
banco$fidade <- factor(banco$idade, levels=c(1,2), labels=c("43 anos ou
menos", "44 anos ou mais "))
table(banco$fidade) # verificando o n de cada categoria

##
## 43 anos ou menos 44 anos ou mais
##                9                12

# Criando tabela de contingencia
tabela1 <- xtabs(~ banco$fidade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fidade      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## 43 anos ou menos                7                2    9
## 44 anos ou mais                  9                3   12
## Sum                             16                5   21

prop.table(tabela1,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fidade      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## 43 anos ou menos      0.7777778      0.2222222
## 44 anos ou mais      0.7500000      0.2500000

```

```

# Modelo simples
fit.idade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
summary(fit.idade)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.7585 -0.7585 -0.7090 -0.7090  1.7344
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.2528     0.8018  -1.562   0.118
## banco$fidade44 anos ou mais    0.1542     1.0427   0.148   0.882
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 23.031  on 19  degrees of freedom
## AIC: 27.031
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fidade)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##              banco$fidade
## banco$ftempo.pro  43 anos ou menos  44 anos ou mais  Total
## 6 anos ou menos           7              9      16
## 7 anos ou mais            2              3       5
## Total                    9              12     21
##
## OR = 1.17
## 95% CI = 0.15, 9.01
## Chi-squared = 0.02, 1 d.f., P value = 0.882
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (escolaridade)
#
banco$fescolaridade <- factor(banco$escolaridade, levels=c(1,2),
labels=c("Especialização/Mestrado", "Doutorado"))
table(banco$fescolaridade) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## Especialização/Mestrado          Doutorado
##                               11                10

# Criando tabela de contingencia
tabela2 <- xtabs(~ banco$fescolaridade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela2)

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Especialização/Mestrado                8                3  11
## Doutorado                               8                2  10
## Sum                                     16                5  21

prop.table(tabela2,1)

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Especialização/Mestrado    0.7272727      0.2727273
## Doutorado                  0.8000000      0.2000000

# Modelo simples
fit.escolaridade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
summary(fit.escolaridade)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.7981  -0.7981  -0.6681  -0.6681   1.7941
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)         -0.9808    0.6770  -1.449   0.147
## banco$fescolaridadeDoutorado -0.4055    1.0408  -0.390   0.697
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.899  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.899
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fescolaridade)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##                               banco$fescolaridade

```

```

## banco$ftempo.pro   Especialização/Mestrado  Doutorado  Total
##   6 anos ou menos           8           8       16
##   7 anos ou mais           3           2         5
##   Total                   11          10       21
##
## OR = 0.67
## 95% CI = 0.09, 5.13
## Chi-squared = 0.15, 1 d.f., P value = 0.696
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (servidor)
#
banco$fservidor <- factor(banco$servidor, levels=c(1,2), labels=c("Técnico
administrativo ", "Docente"))
table(banco$fservidor) # verificando o n de cada categoria

##
## Técnico administrativo           Docente
##                7                14

# Criando tabela de contingencia
tabela3 <- xtabs(~ banco$fservidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela3)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor   6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Técnico administrativo           4           3       7
## Docente                         12           2      14
## Sum                               16           5      21

prop.table(tabela3,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor   6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Técnico administrativo   0.5714286   0.4285714
## Docente                   0.8571429   0.1428571

# Modelo simples
fit.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
summary(fit.servidor)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0579  -0.5553  -0.5553  -0.5553   1.9728
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)         -0.2877     0.7638  -0.377   0.706

```

```

## banco$fservidorDocente  -1.5041      1.0801  -1.393   0.164
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 21.044  on 19  degrees of freedom
## AIC: 25.044
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fservidor)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##
##      banco$fservidor
## banco$ftempo.pro  Técnico administrativo  Docente Total
## 6 anos ou menos          4           12      16
## 7 anos ou mais           3            2       5
## Total                    7           14      21
##
## OR = 0.22
## 95% CI = 0.03, 1.85
## Chi-squared = 2.1, 1 d.f., P value = 0.147
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.28

#-----
# Variavel independente (tempo de servidor)
#
banco$ftempo.servidor <- factor(banco$anos.de.servidor, levels=c(1,2,3),
labels=c("10 anos ou menos", "de 11 a 15 anos ", "16 anos ou mais "))
table(banco$ftempo.servidor) # verificando o n de cada categoria

##
## 10 anos ou menos de 11 a 15 anos 16 anos ou mais
##           9           6           6

# Criando tabela de contingencia
tabela4 <- xtabs(~ banco$ftempo.servidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela4)

##
##      banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 6 anos ou menos 7 anos ou mais Sum
## 10 anos ou menos          7           2      9
## de 11 a 15 anos           5           1      6
## 16 anos ou mais           4           2      6
## Sum                       16           5     21

prop.table(tabela4,1)

##
##      banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 6 anos ou menos 7 anos ou mais
## 10 anos ou menos          0.7777778      0.2222222

```

```

##      de 11 a 15 anos      0.8333333      0.1666667
##      16 anos ou mais     0.6666667      0.3333333

# Modelo simples
fit.tempo.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family
= binomial(logit))
summary(fit.tempo.servidor)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.7090  -0.7090  -0.6039   1.8930
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.2528     0.8018  -1.562
0.118
## banco$ftempo.servidorde 11 a 15 anos  -0.3567     1.3575  -0.263
0.793
## banco$ftempo.servidor16 anos ou mais   0.5596     1.1802   0.474
0.635
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.580  on 18  degrees of freedom
## AIC: 28.58
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$ftempo.servidor)

##
##              banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro  10 anos ou menos de 11 a 15 anos  16 anos ou mais
## 6 anos ou menos   7              5              4
## 7 anos ou mais    2              1              2
##
## Odds ratio        1              0.72           1.68
## lower 95% CI      0.01           0.09
## upper 95% CI     17.65           32.5

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

```

```

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.481 , 2 d.f., P value = 0.786
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (pessoas)
#
banco$fpessoas <- factor(banco$peessoas.na.atividade.de.ex., levels=c(1,2),
labels=c("4 ou 5 pessoas", "6 pessoas ou mais"))
table(banco$fpessoas) # verificando o n de cada categoria

##
##      4 ou 5 pessoas 6 pessoas ou mais
##                4                17

# Criando tabela de contingencia
tabela5 <- xtabs(~ banco$fpessoas + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela5)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## 4 ou 5 pessoas                2                2    4
## 6 pessoas ou mais             14                3   17
## Sum                           16                5   21

prop.table(tabela5,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  6 anos ou menos  7 anos ou mais
## 4 ou 5 pessoas      0.5000000      0.5000000
## 6 pessoas ou mais   0.8235294      0.1764706

# Modelo simples
fit.pessoas <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
summary(fit.pessoas)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.6231  -0.6231  -0.6231   1.8626
##
## Coefficients:
##
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept) -2.384e-16  1.000e+00    0.0    1.000

```

```

## banco$fpessoas6 pessoas ou mais -1.540e+00  1.185e+00   -1.3   0.194
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 21.389  on 19  degrees of freedom
## AIC: 25.389
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fpessoas)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##
##      banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  4 ou 5 pessoas 6 pessoas ou mais Total
## 6 anos ou menos          2          14   16
## 7 anos ou mais           2           3    5
## Total                    4          17   21
##
## OR = 0.21
## 95% CI = 0.02, 2.19
## Chi-squared = 1.87, 1 d.f., P value = 0.172
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.228

#-----
# Variavel independente (q1)
#
banco$fq1<- factor(banco$q1, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente", "Não concorda de alguma forma"))
table(banco$fq1) # verificando o n de cada categoria

##
##      Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##      14                      7

# Criando tabela de contingencia
tabela7 <- xtabs(~ banco$fq1 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela7)

##
##      banco$ftempo.pro
## banco$fq1      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente          11           3   14
## Não concorda de alguma forma    5           2    7
## Sum                          16           5   21

prop.table(tabela7,1)

##
##      banco$ftempo.pro
## banco$fq1      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente          0.7857143    0.2142857
## Não concorda de alguma forma  0.7142857    0.2857143

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q1 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
summary(fit.q1)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8203  -0.6945  -0.6945  -0.6945   1.7552
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.2993     0.6513  -1.995
0.0461
## banco$fq1Não concorda de alguma forma  0.3830     1.0603   0.361
0.7179
##
## (Intercept)          *
## banco$fq1Não concorda de alguma forma
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.924  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.924
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq1)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
Total
##   6 anos ou menos              11              5
16
##   7 anos ou mais                3              2
5
## Total                          14              7
21
##
## OR = 1.47
## 95% CI = 0.18, 11.72
## Chi-squared = 0.13, 1 d.f., P value = 0.717
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1
```

```

#-----
# Variavel independente (q2)
#
banco$fq2<- factor(banco$q2, levels=c(1,2), labels=c("Concorda",
"Discorda"))
table(banco$fq2) # verificando o n de cada categoria

##
## Concorda Discorda
##      12      9

# Criando tabela de contingencia
tabela8 <- xtabs(~ banco$fq2 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela8)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq2 6 anos ou menos 7 anos ou mais Sum
## Concorda          10          2 12
## Discorda           6          3  9
## Sum                16          5 21

prop.table(tabela8,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq2 6 anos ou menos 7 anos ou mais
## Concorda      0.8333333      0.1666667
## Discorda      0.6666667      0.3333333

# Modelo simples
fit.q2 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
summary(fit.q2)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.9005  -0.6039  -0.6039   1.8930
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -1.6094     0.7746  -2.078  0.0377 *
## banco$fq2Discorda  0.9163     1.0488   0.874  0.3823
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.271  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.271
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq2)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##                banco$fq2
## banco$ftempo.pro  Concorda Discorda Total
## 6 anos ou menos      10       6     16
## 7 anos ou mais       2       3      5
## Total                12       9     21
##
## OR = 2.5
## 95% CI = 0.32, 19.53
## Chi-squared = 0.79, 1 d.f., P value = 0.375
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.611

#-----
# Variavel independente (q3)
#
banco$fq3<- factor(banco$q3, levels=c(1,2), labels=c("Concordo totalmente
", "Não concorda de alguma forma "))
table(banco$fq3) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                   15                   6

# Criando tabela de contingencia
tabela9 <- xtabs(~ banco$fq3 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela9)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq3          6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente                12                3   15
## Não concorda de alguma forma         4                2    6
## Sum                                16                5   21

prop.table(tabela9,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq3          6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.8000000    0.2000000
## Não concorda de alguma forma        0.6666667    0.3333333

# Modelo simples
fit.q3 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
summary(fit.q3)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:

```

```
##      Min      1Q   Median      3Q      Max
## -0.9005 -0.6681 -0.6681 -0.6681  1.7941
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -1.3863     0.6455  -2.148
## banco$fq3Não concorda de alguma forma  0.6931     1.0801   0.642
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)           0.0317 *
## banco$fq3Não concorda de alguma forma  0.5210
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053 on 20 degrees of freedom
## Residual deviance: 22.650 on 19 degrees of freedom
## AIC: 26.65
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq3)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
##
##              banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
## 6 anos ou menos           12                      4
## 7 anos ou mais            3                      2
## Total                      15                      6
##              banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Total
## 6 anos ou menos   16
## 7 anos ou mais    5
## Total             21
##
## OR = 2
## 95% CI = 0.24, 16.61
## Chi-squared = 0.42, 1 d.f., P value = 0.517
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.598
```

```
#-----
-----
```

```
# Variavel independente (q4)
```

```
#
```

```
banco$fq4<- factor(banco$q4, levels=c(1,2), labels=c("Discordo
totalmente", "Discordo parcialmente"))
```

```
table(banco$fq4) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Discordo totalmente Discordo parcialmente
##              17              4
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela10 <- xtabs(~ banco$fq4 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela10)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq4      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Discordo totalmente                12                5  17
## Discordo parcialmente                4                0   4
## Sum                                16                5  21
```

```
prop.table(tabela10,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq4      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Discordo totalmente                0.7058824        0.2941176
## Discordo parcialmente                1.0000000        0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q4 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
summary(fit.q4)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.83463  -0.83463  -0.83463  -0.00013   1.56447
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.8755     0.5323  -1.645   0.100
## banco$fq4Discordo parcialmente -17.6906  3261.3193  -0.005   0.996
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 20.597  on 19  degrees of freedom
## AIC: 24.597
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 17
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq4)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
##
##                banco$fq4
## banco$ftempo.pro  Discordo totalmente  Discordo parcialmente  Total
## 6 anos ou menos                12                4       16
## 7 anos ou mais                  5                0        5
## Total                          17                4       21
##
## OR = 0
```

```

## 95% CI = 0, NaN
## Chi-squared = 1.54, 1 d.f., P value = 0.214
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.532

#-----
# Variavel independente (q5)
#
banco$fq5<- factor(banco$q5, levels=c(1,2), labels=c("Concordo totalmente", "Concordo parcialmente"))
table(banco$fq5) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo totalmente Concordo parcialmente
##              14              7

# Criando tabela de contingencia
tabela11 <- xtabs(~ banco$fq5 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela11)

##
##              banco$ftempo.pro
## banco$fq5      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente              11              3  14
## Concordo parcialmente              5              2   7
## Sum                               16              5  21

prop.table(tabela11,1)

##
##              banco$ftempo.pro
## banco$fq5      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.7857143      0.2142857
## Concordo parcialmente      0.7142857      0.2857143

# Modelo simples
fit.q5 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
summary(fit.q5)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8203  -0.6945  -0.6945  -0.6945   1.7552
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.2993     0.6513  -1.995  0.0461 *
## banco$fq5Concordo parcialmente  0.3830     1.0603   0.361  0.7179
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.924  on 19  degrees of freedom

```

```

## AIC: 26.924
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq5)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##
##          banco$fq5
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Concordo parcialmente  Total
## 6 anos ou menos          11                5          16
## 7 anos ou mais           3                2           5
## Total                    14                7          21
##
## OR = 1.47
## 95% CI = 0.18, 11.72
## Chi-squared = 0.13, 1 d.f., P value = 0.717
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (q6)
#
banco$fq6<- factor(banco$q6, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo",
"Discordo", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq6) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo          Discordo Recuso-me a responder
##          13                7                1

# Criando tabela de contingencia
tabela12 <- xtabs(~ banco$fq6 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela12)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq6  6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo          12                1      13
## Discordo           3                4         7
## Recuso-me a responder  1                0         1
## Sum              16                5      21

prop.table(tabela12,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq6  6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo          0.92307692  0.07692308
## Discordo          0.42857143  0.57142857
## Recuso-me a responder  1.00000000  0.00000000

# Modelo simples
fit.q6 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
summary(fit.q6)

```

```

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.30177  -0.40011  -0.40011  -0.00022   2.26493
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -2.485      1.041  -2.387  0.0170 *
## banco$fq6Discordo    2.773      1.291   2.148  0.0317 *
## banco$fq6Recuso-me a responder -15.081  3956.180  -0.004  0.9970
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 16.612  on 18  degrees of freedom
## AIC: 22.612
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 16

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq6)

##
##              banco$fq6
## banco$ftempo.pro  Concordo Discordo Recuso-me a responder
## 6 anos ou menos  12         3         1
## 7 anos ou mais   1         4         0
##
## Odds ratio        1         13.31    0
## lower 95% CI      0.92        0
## upper 95% CI     845.14    503.02

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 6.462 , 2 d.f., P value = 0.04
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.047
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
#-----
#-----
# Variavel independente (q7)

```

```

#
banco$fq7<- factor(banco$q7, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente", "Concordo parcialmente"))
table(banco$fq7) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo totalmente Concordo parcialmente
##          16          5

# Criando tabela de contingencia
tabela13 <- xtabs(~ banco$fq7 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela13)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq7      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente          13          3      16
## Concordo parcialmente         3          2       5
## Sum              16          5      21

prop.table(tabela13,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq7      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente          0.8125          0.1875
## Concordo parcialmente         0.6000          0.4000

# Modelo simples
fit.q7 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
summary(fit.q7)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0108  -0.6444  -0.6444  -0.6444   1.8297
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.4663    0.6405  -2.289  0.0221 *
## banco$fq7Concordo parcialmente  1.0609    1.1152   0.951  0.3414
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.173  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.173
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq7)

```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##
##          banco$fq7
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente Concordo parcialmente Total
## 6 anos ou menos          13                3      16
## 7 anos ou mais           3                2      5
## Total                   16                5      21
##
## OR = 2.89
## 95% CI = 0.32, 25.7
## Chi-squared = 0.95, 1 d.f., P value = 0.33
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.553

#-----
# Variavel independente (q8)
#
banco$fq8<- factor(banco$q8, levels=c(1,2), labels=c("Discordo totalmente
", "Não concorda de alguma forma"))
table(banco$fq8) # verificando o n de cada categoria

##
##          Discordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                   15                6

# Criando tabela de contingencia
tabela14 <- xtabs(~ banco$fq8 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela14)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq8          6 anos ou menos 7 anos ou mais Sum
## Discordo totalmente          12                3  15
## Não concorda de alguma forma    4                2  6
## Sum                          16                5  21

prop.table(tabela14,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq8          6 anos ou menos 7 anos ou mais
## Discordo totalmente          0.8000000 0.2000000
## Não concorda de alguma forma    0.6666667 0.3333333

# Modelo simples
fit.q8 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
summary(fit.q8)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.6681  -0.6681  -0.6681   1.7941
```

```
##
## Coefficients:
##
## Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept) -1.3863 0.6455 -2.148
0.0317
## banco$fq8Não concorda de alguma forma 0.6931 1.0801 0.642
0.5210
##
## (Intercept) *
## banco$fq8Não concorda de alguma forma
## ---
## Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053 on 20 degrees of freedom
## Residual deviance: 22.650 on 19 degrees of freedom
## AIC: 26.65
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq8)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
## banco$fq8
## banco$ftempo.pro Discordo totalmente Não concorda de alguma forma
Total
## 6 anos ou menos 12 4
16
## 7 anos ou mais 3 2
5
## Total 15 6
21
##
## OR = 2
## 95% CI = 0.24, 16.61
## Chi-squared = 0.42, 1 d.f., P value = 0.517
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.598

#-----
# Variavel independente (q9)
#
banco$fq9<- factor(banco$q9, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente", "Não concorda de alguma forma"))
table(banco$fq9) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
## 19 2
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela15 <- xtabs(~ banco$fq9 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela15)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq9      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente                14          5  19
## Não concorda de alguma forma        2          0   2
## Sum                                16          5  21
```

```
prop.table(tabela15,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq9      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.7368421    0.2631579
## Não concorda de alguma forma        1.0000000    0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q9 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
summary(fit.q9)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.78151 -0.78151 -0.78151 -0.00022  1.63401
##
## Coefficients:
##
##                Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)                -1.030     0.521  -1.976
0.0481
## banco$fq9Não concorda de alguma forma -16.536  2797.442  -0.006
0.9953
##
## (Intercept)                *
## banco$fq9Não concorda de alguma forma
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 21.901  on 19  degrees of freedom
## AIC: 25.901
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 16
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq9)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```

##
##          banco$fq9
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
Total
##   6 anos ou menos          14          2
16
##   7 anos ou mais           5          0
5
##   Total                   19          2
21
##
## OR = 0
## 95% CI = 0, NaN
## Chi-squared = 0.69, 1 d.f., P value = 0.406
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (q10)
#
banco$fq10<- factor(banco$q10, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente ", "Concordo parcialmente"))
table(banco$fq10) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo totalmente Concordo parcialmente
##                12                9

# Criando tabela de contingencia
tabela16 <- xtabs(~ banco$fq10 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela16)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq10  6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente          10          2  12
## Concordo parcialmente         6          3   9
## Sum                          16          5  21

prop.table(tabela16,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq10  6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente    0.8333333    0.1666667
## Concordo parcialmente    0.6666667    0.3333333

# Modelo simples
fit.q10 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
summary(fit.q10)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.9005  -0.6039  -0.6039   1.8930

```

```

##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.6094     0.7746  -2.078  0.0377 *
## banco$fq10Concordo parcialmente  0.9163     1.0488   0.874  0.3823
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.271  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.271
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq10)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##              banco$fq10
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Concordo parcialmente Total
## 6 anos ou menos          10                6      16
## 7 anos ou mais           2                 3       5
## Total                    12                9      21
##
## OR = 2.5
## 95% CI = 0.32, 19.53
## Chi-squared = 0.79, 1 d.f., P value = 0.375
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.611

#-----
# Variavel independente (q11)
#
banco$fq11<- factor(banco$q11, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente"))
table(banco$fq11) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente
##              14                7

# Criando tabela de contingencia
tabela17 <- xtabs(~ banco$fq11 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela17)

##
##              banco$ftempo.pro
## banco$fq11      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente          10                4  14
## Concordo totalmente            6                 1   7
## Sum                            16                5  21

```

```
prop.table(tabela17,1)
```

```
##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq11      6 anos ou menos  7 anos ou mais
##  Concordo parcialmente      0.7142857      0.2857143
##  Concordo totalmente        0.8571429      0.1428571
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q11 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
summary(fit.q11)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8203  -0.8203  -0.5553  -0.5553   1.9728
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.9163     0.5916  -1.549   0.121
## banco$fq11Concordo totalmente -0.8755     1.2315  -0.711   0.477
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.493  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.493
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq11)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
##
##          banco$fq11
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente  Total
##  6 anos ou menos           10              6             16
##  7 anos ou mais            4              1             5
##  Total                     14              7             21
##
```

```
## OR = 0.42
## 95% CI = 0.04, 4.66
## Chi-squared = 0.52, 1 d.f., P value = 0.469
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.624
```

```
#-----
#-----
```

```
# Variavel independente (q12)
```

```
#
```

```
banco$fq12 <- factor(banco$q12, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
```

```

parcialmente ", "Concordo totalmente"))
table(banco$fq12) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente
##                14                7

# Criando tabela de contingencia
tabela18 <- xtabs(~ banco$fq12 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela18)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq12      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente      11                3  14
## Concordo totalmente        5                2   7
## Sum                        16                5  21

prop.table(tabela18,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq12      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo parcialmente      0.7857143      0.2142857
## Concordo totalmente        0.7142857      0.2857143

# Modelo simples
fit.q12 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
summary(fit.q12)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8203  -0.6945  -0.6945  -0.6945   1.7552
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.2993     0.6513  -1.995  0.0461 *
## banco$fq12Concordo totalmente  0.3830     1.0603   0.361  0.7179
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.924  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.924
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq12)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

```

```
##
##          banco$fq12
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente  Total
##   6 anos ou menos          11              5          16
##   7 anos ou mais           3              2           5
##   Total                    14              7          21
##
## OR = 1.47
## 95% CI = 0.18, 11.72
## Chi-squared = 0.13, 1 d.f., P value = 0.717
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (q13)
#
banco$fq13<- factor(banco$fq13, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente"))
table(banco$fq13) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente
##                11                10

# Criando tabela de contingencia
tabela19 <- xtabs(~ banco$fq13 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela19)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq13      6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente          9              2    11
## Concordo totalmente           7              3    10
## Sum                          16              5    21

prop.table(tabela19,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq13      6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo parcialmente      0.8181818      0.1818182
## Concordo totalmente       0.7000000      0.3000000

# Modelo simples
fit.q13 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
summary(fit.q13)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8446  -0.8446  -0.6335  -0.6335   1.8465
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -1.5041     0.7817  -1.924  0.0544 .
```

```
## banco$fq13Concordo totalmente 0.6568 1.0427 0.630 0.5288
## ---
## Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053 on 20 degrees of freedom
## Residual deviance: 22.648 on 19 degrees of freedom
## AIC: 26.648
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq13)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
##
##
## banco$ftempo.pro banco$fq13
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Total
## 6 anos ou menos 9 7 16
## 7 anos ou mais 2 3 5
## Total 11 10 21
##
## OR = 1.93
## 95% CI = 0.25, 14.89
## Chi-squared = 0.4, 1 d.f., P value = 0.525
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.635
```

```
#-----
```

```
# Variavel independente (q14)
```

```
#
banco$fq14<- factor(banco$q14, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente"))
table(banco$fq14) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente
## 11 10
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela20 <- xtabs(~ banco$fq14 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela20)
```

```
##
## banco$fq14 banco$ftempo.pro
## Concordo parcialmente 6 anos ou menos 7 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente 8 3 11
## Sum 8 2 10
## 16 5 21
```

```
prop.table(tabela20,1)
```

```
##
## banco$fq14 banco$ftempo.pro
## 6 anos ou menos 7 anos ou mais
```

```

## Concordo parcialmente      0.7272727      0.2727273
## Concordo totalmente        0.8000000      0.2000000

# Modelo simples
fit.q14 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
summary(fit.q14)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.7981  -0.7981  -0.6681  -0.6681   1.7941
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.9808     0.6770  -1.449   0.147
## banco$fq14Concordo totalmente -0.4055     1.0408  -0.390   0.697
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.899  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.899
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq14)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##              banco$fq14
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente  Total
## 6 anos ou menos           8                8            16
## 7 anos ou mais            3                2             5
## Total                    11               10            21
##
## OR = 0.67
## 95% CI = 0.09, 5.13
## Chi-squared = 0.15, 1 d.f., P value = 0.696
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1

#-----
# Variavel independente (q15)
#
banco$fq15<- factor(banco$q15, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma "))
table(banco$fq15) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
##           Concordo totalmente   Não concorda de alguma forma
##                               5                               16

# Criando tabela de contingencia
tabela21 <- xtabs(~ banco$fq15 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela21)

##
##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq15                    6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente                3                2    5
## Não concorda de alguma forma       13               3    16
## Sum                                16               5    21

prop.table(tabela21,1)

##
##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq15                    6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.6000        0.4000
## Não concorda de alguma forma       0.8125        0.1875

# Modelo simples
fit.q15 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
summary(fit.q15)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0108  -0.6444  -0.6444  -0.6444   1.8297
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.4055     0.9129  -0.444
## banco$fq15Não concorda de alguma forma -1.0609     1.1152  -0.951
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)              0.657
## banco$fq15Não concorda de alguma forma 0.341
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.173  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.173
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq15)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

```

```

##
##                banco$fq15
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
##   6 anos ou menos                3                13
##   7 anos ou mais                  2                3
##   Total                            5                16
##
##                banco$fq15
## banco$ftempo.pro  Total
##   6 anos ou menos    16
##   7 anos ou mais     5
##   Total              21
##
## OR = 0.35
## 95% CI = 0.04, 3.08
## Chi-squared = 0.95, 1 d.f., P value = 0.33
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.553

#-----
# Variavel independente (q16)
#
banco$fq16<- factor(banco$q16, levels=c(1,2), labels=c("Concorda",
"Discorda"))
table(banco$fq16) # verificando o n de cada categoria

##
## Concorda Discorda
##          12          9

# Criando tabela de contingencia
tabela22 <- xtabs(~ banco$fq16 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela22)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq16 6 anos ou menos  7 anos ou mais  Sum
## Concorda          10          2  12
## Discorda           6          3   9
## Sum                16          5  21

prop.table(tabela22,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq16 6 anos ou menos  7 anos ou mais
## Concorda          0.8333333          0.1666667
## Discorda          0.6666667          0.3333333

# Modelo simples
fit.q16 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
summary(fit.q16)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max

```

```

## -0.9005 -0.9005 -0.6039 -0.6039 1.8930
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -1.6094    0.7746  -2.078  0.0377 *
## banco$fq16Discorda  0.9163    1.0488   0.874  0.3823
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 23.053  on 20  degrees of freedom
## Residual deviance: 22.271  on 19  degrees of freedom
## AIC: 26.271
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq16)

## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

##
##              banco$fq16
## banco$ftempo.pro  Concorda Discorda Total
## 6 anos ou menos      10         6     16
## 7 anos ou mais       2         3     5
## Total                12         9     21
##
## OR = 2.5
## 95% CI = 0.32, 19.53
## Chi-squared = 0.79, 1 d.f., P value = 0.375
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.611

```

Untitled

Germana

14/12/2020

Análise Diretores de extensão

```

#install.packages("epiDisplay")
#install.packages("car")
#install.packages("ggplot2")
#install.packages("ResourceSelection")
library(ResourceSelection)

## ResourceSelection 0.3-5 2019-07-22

library(epiDisplay)

## Loading required package: foreign

```

```

## Loading required package: survival
## Loading required package: MASS
## Loading required package: nnet
library(car)
## Loading required package: carData
library(ggplot2)
##
## Attaching package: 'ggplot2'
## The following object is masked from 'package:epiDisplay':
##
##      alpha
setwd("C:/Users/germa/OneDrive/Área de Trabalho/Análise_Gisela")
# Importando o banco de dados

banco <- read.csv2("banco1.csv")

# convertendo os nomes das variáveis para letra minúscula
names(banco) <- casefold(names(banco), upper=F)
names(banco)      # nomes das variáveis

## [1] "gênero "           "idade"
## [3] "escolaridade"      "servidor"
## [5] "anos.de.servidor"  "tempo.de.extensao"
## [7] "pessoas.na.atividade.de.ex." "q1"
## [9] "q2"                "q3"
## [11] "q4"                "q5"
## [13] "q6"                "q7"
## [15] "q8"                "q9"
## [17] "q10"               "q11"
## [19] "q12"               "q13"
## [21] "q14"               "q15"
## [23] "q16"               "q17"

head(banco)      # primeiras linhas do banco de dados

##   gênero idade escolaridade servidor anos.de.servidor tempo.de.extensao
## 1     2     1         4           2             1             1
## 2     2     3         4           2             3             0
## 3     1     1         3           1             3             1
## 4     2     2         2           1             2             1
## 5     1     4         3           2             3             1
## 6     1     3         4           2             1             0
##  pessoas.na.atividade.de.ex. q1 q2 q3 q4 q5 q6 q7 q8 q9 q10 q11 q12
##  q13
## 1                 3 1 1 1 1 1 2 1 2 2 2 2 2
## 2
## 2                 3 3 1 1 2 3 2 1 1 2 1 2 2
## 1

```

```

## 3          3  1  2  2  1  3  1  3  1  2  1  1  1
2
## 4          2  3  1  1  2  2  2  1  2  1  2  2  2
2
## 5          1  1  2  1  1  1  2  3  1  1  2  2  2
2
## 6          3  2  2  1  2  3  1  1  1  2  1  1  1
2
##   q14 q15 q16 q17
## 1   2   2   2   1
## 2   2   2   1   1
## 3   1   1   1   2
## 4   2   2   1   3
## 5   2   2   1   3
## 6   1   1   1   5

```

```

# -----
# Variavel dependente criando fatores
#
banco$ftempo.pro <- factor(banco$tempo.de.extensao, levels=c(0,1),
labels=c("3 anos ou menos", "4 anos ou mais"))
table(banco$ftempo.pro) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## 3 anos ou menos  4 anos ou mais
##                36                18

```

```

## -----
## -----
# Variavel independente (gênero)
#
banco$f gênero <- factor(banco$gênero, levels=c(1,2), labels=c("masculino",
"feminino"))
table(banco$f gênero) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## masculino  feminino
##           31         23

```

```

# Criando tabela de contingencia
tabela <- xtabs(~ banco$f gênero + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela)

```

```

##           banco$ftempo.pro
## banco$f gênero 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## masculino      23                8  31
## feminino       13               10  23
## Sum            36               18  54

```

```

prop.table(tabela,1)

```

```

##          banco$ftempo.pro
## banco$f gênero 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## masculino      0.7419355      0.2580645
## feminino       0.5652174      0.4347826

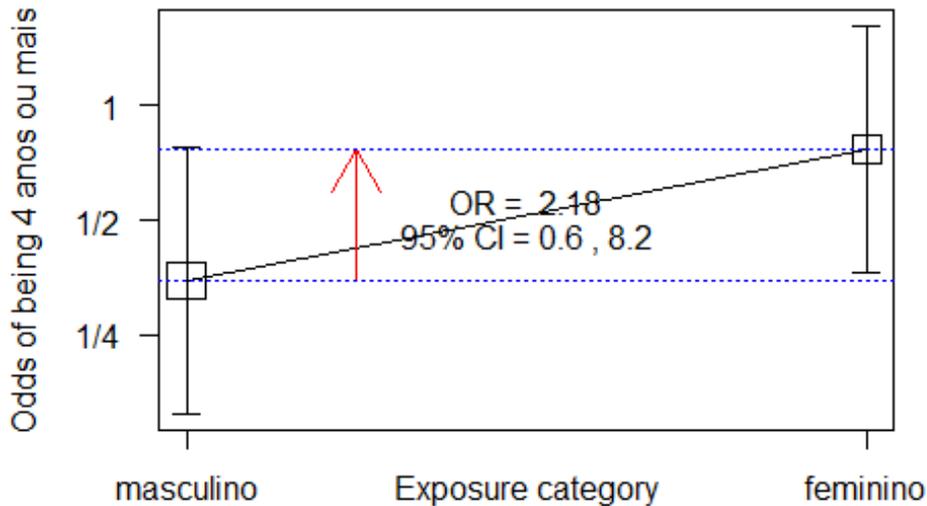
# Modelo simples
fit.gênero <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
summary(fit.gênero)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0682  -0.7726  -0.7726   1.2907   1.6459
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.0561     0.4105  -2.573  0.0101 *
## banco$f gênero feminino  0.7937     0.5877   1.350  0.1769
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 66.896  on 52  degrees of freedom
## AIC: 70.896
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$f gênero)

```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



Exposure = \$, outcome = \$
Exposure = banco, outcome = banco

```
##
##          banco$f gênero
## banco$ftempo.pro masculino feminino Total
## 3 anos ou menos      23      13      36
## 4 anos ou mais       8       10      18
## Total                31      23      54
##
## OR = 2.21
## 95% CI = 0.7, 7
## Chi-squared = 1.86, 1 d.f., P value = 0.173
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.245

#-----
# Variavel independente (idade)
#
banco$fidade <- factor(banco$idade, levels=c(1,2,3,4), labels=c("entre 32-37", "31 anos ou menos", "entre 38-43", "44 anos ou mais "))
table(banco$fidade) # verificando o n de cada categoria

##
##      entre 32-37 31 anos ou menos      entre 38-43 44 anos ou mais
##                16                7                13                18

# Criando tabela de contingencia
tabela1 <- xtabs(~ banco$fidade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fidade      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## entre 32-37                11                5 16
```

```
##      31 anos ou menos          4          3  7
##      entre 38-43                9          4 13
##      44 anos ou mais           12          6 18
##      Sum                        36         18 54
```

```
prop.table(tabela1,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fidade      3 anos ou menos 4 anos ou mais
##  entre 32-37        0.6875000      0.3125000
##  31 anos ou menos   0.5714286      0.4285714
##  entre 38-43        0.6923077      0.3076923
##  44 anos ou mais    0.6666667      0.3333333
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.idade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
summary(fit.idade)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0579  -0.9005  -0.8616   1.4823   1.5353
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)        -0.78846    0.53936  -1.462   0.144
## banco$fidade31 anos ou menos  0.50078    0.93501   0.536   0.592
## banco$fidadeentre 38-43      -0.02247    0.80748  -0.028   0.978
## banco$fidade44 anos ou mais   0.09531    0.73547   0.130   0.897
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.398  on 50  degrees of freedom
## AIC: 76.398
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fidade)
```

```
##
##                banco$fidade
## banco$ftempo.pro  entre 32-37 31 anos ou menos  entre 38-43
##  3 anos ou menos  11          4          9
##  4 anos ou mais   5          3          4
##
## Odds ratio        1          1.61          0.98
## lower 95% CI      0.17          0.15
## upper 95% CI      14.29         6.19
##                banco$fidade
```

```

## banco$ftempo.pro 44 anos ou mais
##   3 anos ou menos 12
##   4 anos ou mais  6
##
## Odds ratio      1.1
## lower 95% CI    0.21
## upper 95% CI    6

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.355 , 3 d.f., P value = 0.949
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.933
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (escolaridade)
#
banco$fescolaridade <- factor(banco$escolaridade, levels=c(1,2,3,4),
labels=c("Especialização", "Graduação", "Mestrado", "Doutorado ou PhD"))
table(banco$fescolaridade) # verificando o n de cada categoria

##
##   Especialização      Graduação      Mestrado  Doutorado ou PhD
##             6             3             19             26

# Criando tabela de contingencia
tabela2 <- xtabs(~ banco$fescolaridade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela2)

##
##           banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
##   Especialização      5             1      6
##   Graduação           2             1      3
##   Mestrado            9             10     19
##   Doutorado ou PhD   20             6     26
##   Sum                 36            18     54

prop.table(tabela2,1)

##
##           banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos 4 anos ou mais
##   Especialização      0.8333333    0.1666667
##   Graduação           0.6666667    0.3333333
##   Mestrado            0.4736842    0.5263158
##   Doutorado ou PhD   0.7692308    0.2307692

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.escolaridade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
summary(fit.escolaridade)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.2225  -0.7244  -0.7244   1.1330   1.8930
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.6094     1.0954  -1.469
0.142
## banco$fescolaridadeGraduação          0.9163     1.6432   0.558
0.577
## banco$fescolaridadeMestrado           1.7148     1.1879   1.444
0.149
## banco$fescolaridadeDoutorado ou PhD    0.4055     1.1902   0.341
0.733
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 63.603  on 50  degrees of freedom
## AIC: 71.603
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fescolaridade)
```

```
##
##              banco$fescolaridade
## banco$ftempo.pro  Especialização Graduação Mestrado Doutorado ou PhD
## 3 anos ou menos  5                2          9         20
## 4 anos ou mais  1                1         10          6
##
## Odds ratio      1                2.24       5.21       1.48
## lower 95% CI    0.02            0.45       0.45       0.12
## upper 95% CI   234.24          287.98    287.98    82.58
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```

## Chi-squared = 5.165 , 3 d.f., P value = 0.16
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.16
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (servidor)
#
banco$fservidor <- factor(banco$servidor, levels=c(1,2), labels=c("Técnico
administrativo ", "Docente"))
table(banco$fservidor) # verificando o n de cada categoria

##
## Técnico administrativo          Docente
##                11                43

# Criando tabela de contingencia
tabela3 <- xtabs(~ banco$fservidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela3)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor    3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Técnico administrativo         6         5  11
## Docente                        30        13  43
## Sum                             36        18  54

prop.table(tabela3,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor    3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Técnico administrativo    0.5454545    0.4545455
## Docente                    0.6976744    0.3023256

# Modelo simples
fit.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
summary(fit.servidor)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1010  -0.8485  -0.8485   1.2557   1.5468
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.1823     0.6055  -0.301   0.763
## banco$fservidorDocente -0.6539     0.6906  -0.947   0.344
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##

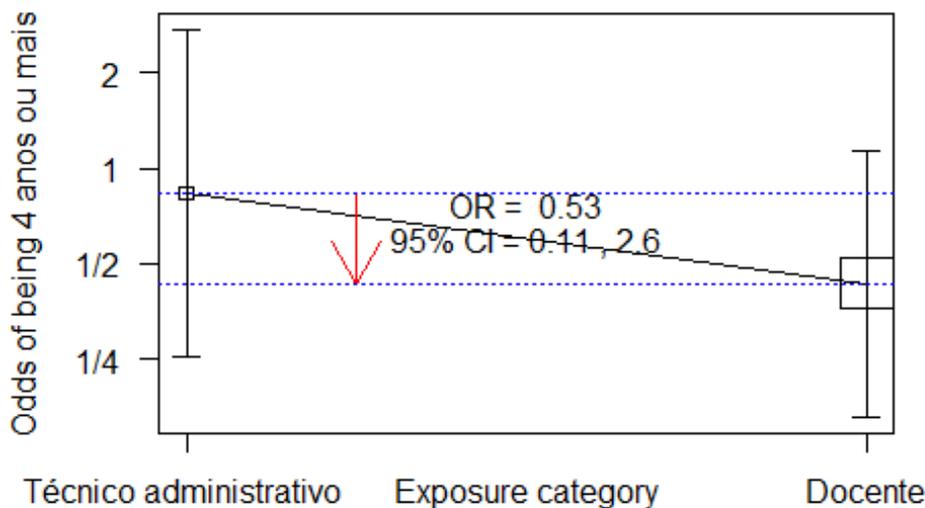
```

```
## Null deviance: 68.744 on 53 degrees of freedom
## Residual deviance: 67.861 on 52 degrees of freedom
## AIC: 71.861
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fservidor)
```

```
## Warning in chisq.test(table1, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



Exposure = \$, outcome = \$
Exposure = banco, outcome = banco

```
##
## banco$fservidor
## banco$ftempo.pro Técnico administrativo Docente Total
## 3 anos ou menos 6 30 36
## 4 anos ou mais 5 13 18
## Total 11 43 54
##
## OR = 0.52
## 95% CI = 0.13, 2.01
## Chi-squared = 0.91, 1 d.f., P value = 0.339
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.475
```

```
#-----
# Variavel independente (tempo de servidor)
#
banco$ftempo.servidor <- factor(banco$anos.de.servidor, levels=c(1,2,3),
labels=c("de 7 a 10 anos ", "6 anos ou menos", "11 anos ou mais"))
table(banco$ftempo.servidor) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## de 7 a 10 anos 6 anos ou menos 11 anos ou mais
##                19                25                10

# Criando tabela de contingencia
tabela4 <- xtabs(~ banco$ftempo.servidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela4)

##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## de 7 a 10 anos                10                9 19
## 6 anos ou menos                19                6 25
## 11 anos ou mais                7                3 10
## Sum                            36                18 54

prop.table(tabela4,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## de 7 a 10 anos                0.5263158        0.4736842
## 6 anos ou menos                0.7600000        0.2400000
## 11 anos ou mais                0.7000000        0.3000000

# Modelo simples
fit.tempo.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family
= binomial(logit))
summary(fit.tempo.servidor)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1330  -0.8446  -0.7409   1.2225   1.6894
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)                -0.1054     0.4595  -0.229
0.819
## banco$ftempo.servidor6 anos ou menos  -1.0473     0.6561  -1.596
0.110
## banco$ftempo.servidor11 anos ou mais  -0.7419     0.8290  -0.895
0.371
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 66.058  on 51  degrees of freedom
## AIC: 72.058
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$ftempo.servidor)

##
##                banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro  de 7 a 10 anos  6 anos ou menos  11 anos ou mais
##   3 anos ou menos  10                19                7
##   4 anos ou mais  9                  6                  3
##
## Odds ratio      1                0.36                0.49
## lower 95% CI    0.08                0.06
## upper 95% CI    1.51                3.02

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 2.714 , 2 d.f., P value = 0.257
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.245
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (pessoas)
#
banco$fpessoas <- factor(banco$pessoas.na.atividade.de.ex.,
levels=c(1,2,3,4), labels=c("entre 3 e 5 pessoas", "2 pessoas ", "6
pessoas ou mais", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fpessoas) # verificando o n de cada categoria

##
##   entre 3 e 5 pessoas      2 pessoas      6 pessoas ou mais
##                8                14                30
## Recuso-me a responder
##                2

# Criando tabela de contingencia
tabela5 <- xtabs(~ banco$fpessoas + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela5)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
##   entre 3 e 5 pessoas      5                3      8
##   2 pessoas                9                5     14
##   6 pessoas ou mais      21                9     30
##   Recuso-me a responder    1                1      2
##   Sum                    36                18     54

prop.table(tabela5,1)

```

```

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas                3 anos ou menos 4 anos ou mais
##   entre 3 e 5 pessoas          0.6250000    0.3750000
##   2 pessoas                    0.6428571    0.3571429
##   6 pessoas ou mais           0.7000000    0.3000000
##   Recuso-me a responder       0.5000000    0.5000000

# Modelo simples
fit.pessoas <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
summary(fit.pessoas)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.9400  -0.8446   1.4264   1.5518
##
## Coefficients:
##                               Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)                   -0.51083    0.73030  -0.699
0.484
## banco$fpessoas2 pessoas        -0.07696    0.91894  -0.084
0.933
## banco$fpessoas6 pessoas ou mais -0.33647    0.83190  -0.404
0.686
## banco$fpessoasRecuso-me a responder  0.51083    1.59164   0.321
0.748
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.259  on 50  degrees of freedom
## AIC: 76.259
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fpessoas)

##
##                               banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  entre 3 e 5 pessoas 2 pessoas  6 pessoas ou mais
##   3 anos ou menos 5                      9          21
##   4 anos ou mais 3                      5           9
##
## Odds ratio          1                   0.93         0.72
## lower 95% CI        0.11                0.11
## upper 95% CI        8.63                5.64
##
##                               banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos 1

```

```

## 4 anos ou mais 1
##
## Odds ratio      1.58
## lower 95% CI    0.02
## upper 95% CI    156.38

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.498 , 3 d.f., P value = 0.919
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.896
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q1)
#
banco$fq1<- factor(banco$q1, levels=c(1,2,3), labels=c("Discordo
totalmente ", "Concordo", "Discordo parcialmente"))
table(banco$fq1) # verificando o n de cada categoria

##
## Discordo totalmente          Concordo Discordo parcialmente
##                39                7                8

# Criando tabela de contingencia
tabela7 <- xtabs(~ banco$fq1 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela7)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq1      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Discordo totalmente          25          14  39
## Concordo                      4           3   7
## Discordo parcialmente         7           1   8
## Sum                          36          18  54

prop.table(tabela7,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq1      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Discordo totalmente          0.6410256    0.3589744
## Concordo                      0.5714286    0.4285714
## Discordo parcialmente         0.8750000    0.1250000

# Modelo simples
fit.q1 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
summary(fit.q1)

```

```

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0579  -0.9431  -0.9431   1.4314   2.0393
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.5798     0.3338  -1.737  0.0824 .
## banco$fq1Concordo      0.2921     0.8335   0.350  0.7260
## banco$fq1Discordo parcialmente -1.3661     1.1199  -1.220  0.2225
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 66.509  on 51  degrees of freedom
## AIC: 72.509
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq1)

##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro  Discordo totalmente  Concordo  Discordo parcialmente
## 3 anos ou menos  25                    4         7
## 4 anos ou mais  14                    3         1
##
## Odds ratio      1                    1.33     0.26
## lower 95% CI    0.17                 0.01
## upper 95% CI    9.16                 2.39

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.964 , 2 d.f., P value = 0.375
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.478
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
#-----
#-----
# Variavel independente (q2)

```

```

#
banco$fq2<- factor(banco$q2, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente", "Não concorda de alguma forma"))
table(banco$fq2) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                   36                               18

# Criando tabela de contingencia
tabela8 <- xtabs(~ banco$fq2 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela8)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                25          11 36
## Não concorda de alguma forma        11           7 18
## Sum                                36          18 54

prop.table(tabela8,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente          0.6944444      0.3055556
## Não concorda de alguma forma    0.6111111      0.3888889

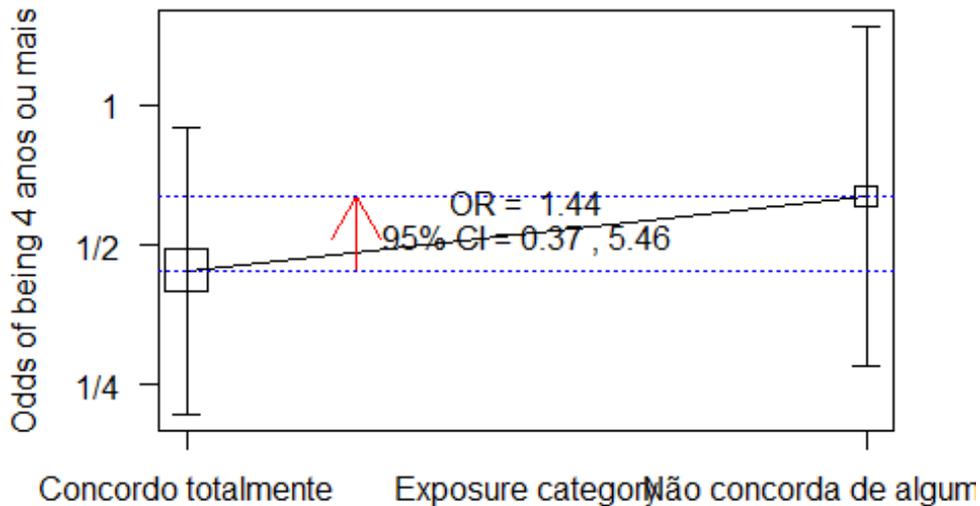
# Modelo simples
fit.q2 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
summary(fit.q2)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9925  -0.8540  -0.8540   1.3744   1.5399
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.8210     0.3618  -2.269
0.0233
## banco$fq2Não concorda de alguma forma    0.3690     0.6039    0.611
0.5412
##
## (Intercept)                *
## banco$fq2Não concorda de alguma forma
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.373  on 52  degrees of freedom

```

```
## AIC: 72.373
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq2)
```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



```
##
##          banco$fq2
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
Total
##   3 anos ou menos          25                11
36
##   4 anos ou mais          11                7
18
##   Total                   36                18
54
##
## OR = 1.45
## 95% CI = 0.44, 4.72
## Chi-squared = 0.38, 1 d.f., P value = 0.54
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.556
```

```
#-----
# Variavel independente (q3)
#
banco$fq3<- factor(banco$q3, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo",
"Discordo parcialmente","Discordo totalmente","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq3) # verificando o n de cada categoria
```

```

##
##          Concordo Discordo parcialmente Discordo totalmente
##          25                12                15
## Recuso-me a responder
##          2

# Criando tabela de contingencia
tabela9 <- xtabs(~ banco$fq3 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela9)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo          17              8  25
## Discordo parcialmente    9              3  12
## Discordo totalmente     8              7  15
## Recuso-me a responder    2              0   2
## Sum                   36             18  54

prop.table(tabela9,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo          0.6800000    0.3200000
## Discordo parcialmente    0.7500000    0.2500000
## Discordo totalmente     0.5333333    0.4666667
## Recuso-me a responder    1.0000000    0.0000000

# Modelo simples
fit.q3 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
summary(fit.q3)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1213  -0.8782  -0.7585   1.2346   1.6651
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.7538     0.4287  -1.758  0.0787 .
## banco$fq3Discordo parcialmente  -0.3448     0.7926  -0.435  0.6635
## banco$fq3Discordo totalmente    0.6202     0.6721   0.923  0.3561
## banco$fq3Recuso-me a responder -15.8123    1696.7344 -0.009  0.9926
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 65.567  on 50  degrees of freedom
## AIC: 73.567
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 15

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq3)

##
##                banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Concordo  Discordo parcialmente  Discordo totalmente
##   3 anos ou menos  17         9                     8
##   4 anos ou mais   8         3                     7
##
##   Odds ratio      1         0.71                   1.83
##   lower 95% CI    0.1         0.1                   0.41
##   upper 95% CI    4.04        4.04                   8.4
##                banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos  2
##   4 anos ou mais   0
##
##   Odds ratio      0
##   lower 95% CI    0
##   upper 95% CI    12.96

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 2.595 , 3 d.f., P value = 0.458
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.597
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q4)
#
banco$fq4<- factor(banco$q4, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq4) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
##                   41                     12
##          Recuso-me a responder
##                   1

# Criando tabela de contingencia
tabela10 <- xtabs(~ banco$fq4 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela10)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq4          3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum

```

```
## Concordo totalmente                26                15  41
## Não concorda de alguma forma        9                 3  12
## Recuso-me a responder                1                 0   1
## Sum                                  36                18  54
```

```
prop.table(tabela10,1)
```

```
##                                banco$ftempo.pro
## banco$fq4                3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.6341463    0.3658537
## Não concorda de alguma forma        0.7500000    0.2500000
## Recuso-me a responder                1.0000000    0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q4 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
summary(fit.q4)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9544 -0.9544 -0.7585  1.4181  1.6651
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.5500    0.3242  -1.696
## banco$fq4Não concorda de alguma forma  -0.5486    0.7413  -0.740
## banco$fq4Recuso-me a responder      -15.0160  1455.3976  -0.010
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)           0.0898 .
## banco$fq4Não concorda de alguma forma    0.4593
## banco$fq4Recuso-me a responder           0.9918
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##    Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 67.346  on 51  degrees of freedom
## AIC: 73.346
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq4)
```

```
##
##                                banco$fq4
## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
## 3 anos ou menos 26                    9
## 4 anos ou mais 15                    3
##
## Odds ratio      1                    0.58
## lower 95% CI    1                    0.09
```

```

## upper 95% CI 2.84
## banco$fq4
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos 1
## 4 anos ou mais 0
##
## Odds ratio 0
## lower 95% CI 0
## upper 95% CI 70.12

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.07 , 2 d.f., P value = 0.586
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.82
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q5)
#
banco$fq5<- factor(banco$q5, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Discordo
parcialmente", "Concordo parcialmente", "Discordo totalmente", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq5) # verificando o n de cada categoria

##
## Discordo parcialmente Concordo parcialmente Discordo totalmente
## 14 6 33
## Recuso-me a responder
## 1

# Criando tabela de contingencia
tabela11 <- xtabs(~ banco$fq5 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela11)

## banco$ftempo.pro
## banco$fq5 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Discordo parcialmente 9 5 14
## Concordo parcialmente 4 2 6
## Discordo totalmente 22 11 33
## Recuso-me a responder 1 0 1
## Sum 36 18 54

prop.table(tabela11,1)

```

```

##                                banco$ftempo.pro
## banco$fq5                      3 anos ou menos 4 anos ou mais
##   Discordo parcialmente          0.6428571      0.3571429
##   Concordo parcialmente          0.6666667      0.3333333
##   Discordo totalmente           0.6666667      0.3333333
##   Recuso-me a responder         1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.q5 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
summary(fit.q5)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9400  -0.9005  -0.9005   1.4350   1.4823
##
## Coefficients:
##                                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)                    -0.5878     0.5578  -1.054    0.292
## banco$fq5Concordo parcialmente  -0.1054     1.0301  -0.102    0.919
## banco$fq5Discordo totalmente    -0.1054     0.6689  -0.158    0.875
## banco$fq5Recuso-me a responder  -14.9783    1455.3976  -0.010    0.992
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 67.897  on 50  degrees of freedom
## AIC: 75.897
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq5)

##
##                                banco$fq5
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Concordo parcialmente
##   3 anos ou menos 9                                4
##   4 anos ou mais 5                                2
##
## Odds ratio          1                                0.9
## lower 95% CI        0.06
## upper 95% CI        9.44
##
##                                banco$fq5
## banco$ftempo.pro Discordo totalmente Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos 22                                1
##   4 anos ou mais 11                                0
##
## Odds ratio          0.9                                0
## lower 95% CI        0.21                               0
## upper 95% CI        4.3                               77.91

```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 0.536 , 3 d.f., P value = 0.911
```

```
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1
```

```
##
```

```
## Cell counts too small - graph not shown
```

```
##
```

```
#-----
-----
```

```
# Variavel independente (q6)
```

```
#
```

```
banco$fq6<- factor(banco$q6, levels=c(1,2), labels=c("Concordo totalmente
", "Concordo parcialmente"))
```

```
table(banco$fq6) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
```

```
## Concordo totalmente Concordo parcialmente
```

```
##                28                26
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela12 <- xtabs(~ banco$fq6 + banco$ftempo.pro)
```

```
addmargins(tabela12)
```

```
##
```

```
##                banco$ftempo.pro
```

```
## banco$fq6      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
```

```
## Concordo totalmente                21                7  28
```

```
## Concordo parcialmente                15               11  26
```

```
## Sum                36                18  54
```

```
prop.table(tabela12,1)
```

```
##
```

```
##                banco$ftempo.pro
```

```
## banco$fq6      3 anos ou menos 4 anos ou mais
```

```
## Concordo totalmente                0.7500000        0.2500000
```

```
## Concordo parcialmente                0.5769231        0.4230769
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q6 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
```

```
summary(fit.q6)
```

```
##
```

```
## Call:
```

```
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
```

```
##
```

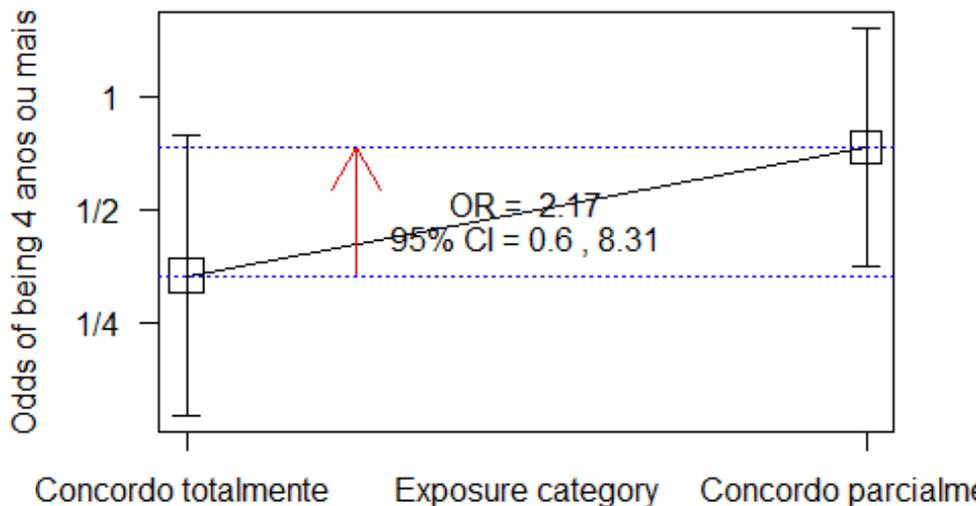
```
## Deviance Residuals:
```

```
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
```

```
## -1.0489 -1.0489 -0.7585  1.3116  1.6651
```

```
##
## Coefficients:
##
## Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept) -1.0986 0.4364 -2.517 0.0118 *
## banco$fq6Concordo parcialmente 0.7885 0.5900 1.336 0.1814
## ---
## Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 68.744 on 53 degrees of freedom
## Residual deviance: 66.917 on 52 degrees of freedom
## AIC: 70.917
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq6)
```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



```
##
## banco$fq6
## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Concordo parcialmente Total
## 3 anos ou menos 21 15 36
## 4 anos ou mais 7 11 18
## Total 28 26 54
##
## OR = 2.2
## 95% CI = 0.69, 6.99
## Chi-squared = 1.82, 1 d.f., P value = 0.178
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.25
```

```

#-----
# Variavel independente (q7)
#
banco$fq7<- factor(banco$q7, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente","Discordo ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq7) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
##                25                11                16
## Recuso-me a responder
##                2

# Criando tabela de contingencia
tabela13 <- xtabs(~ banco$fq7 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela13)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq7          3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente          16          9 25
## Concordo totalmente           9          2 11
## Discordo                     10          6 16
## Recuso-me a responder          1          1  2
## Sum                          36         18 54

prop.table(tabela13,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq7          3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo parcialmente          0.6400000  0.3600000
## Concordo totalmente          0.8181818  0.1818182
## Discordo                     0.6250000  0.3750000
## Recuso-me a responder          0.5000000  0.5000000

# Modelo simples
fit.q7 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
summary(fit.q7)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.9448  -0.7891   1.4006   1.8465
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.57536    0.41667  -1.381   0.167
## banco$fq7Concordo totalmente -0.92871    0.88585  -1.048   0.294
## banco$fq7Discordo          0.06454    0.66353   0.097   0.923
## banco$fq7Recuso-me a responder 0.57536    1.47432   0.390   0.696
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

```

```

##
## Null deviance: 68.744 on 53 degrees of freedom
## Residual deviance: 67.045 on 50 degrees of freedom
## AIC: 75.045
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq7)

##
## banco$fq7
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos 16 9 10
## 4 anos ou mais 9 2 6
##
## Odds ratio 1 0.4 1.06
## lower 95% CI 0.04 0.23
## upper 95% CI 2.64 4.66
## banco$fq7
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos 1
## 4 anos ou mais 1
##
## Odds ratio 1.74
## lower 95% CI 0.02
## upper 95% CI 147.94

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.591 , 3 d.f., P value = 0.661
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.584
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
#-----
# Variavel independente (q8)
#
banco$fq8<- factor(banco$q8, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq8) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
## 32 18
## Recuso-me a responder
## 4

```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela14 <- xtabs(~ banco$fq8 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela14)
```

```
##
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq8      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente      21      11 32
## Não concorda de alguma forma      12      6 18
## Recuso-me a responder      3      1 4
## Sum      36      18 54
```

```
prop.table(tabela14,1)
```

```
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq8      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.6562500      0.3437500
## Não concorda de alguma forma      0.6666667      0.3333333
## Recuso-me a responder      0.7500000      0.2500000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q8 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
summary(fit.q8)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9178  -0.9178  -0.9005   1.4614   1.6651
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.64663    0.37219  -1.737
## banco$fq8Não concorda de alguma forma -0.04652    0.62332  -0.075
## banco$fq8Recuso-me a responder      -0.45199    1.21320  -0.373
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)           0.0823 .
## banco$fq8Não concorda de alguma forma    0.9405
## banco$fq8Recuso-me a responder          0.7095
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.597  on 51  degrees of freedom
## AIC: 74.597
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq8)
```

```
##
## banco$fq8
```

```

## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##   3 anos ou menos 21                12
##   4 anos ou mais  11                6
##
##   Odds ratio      1                0.96
##   lower 95% CI    0.23
##   upper 95% CI    3.75
##
##                                banco$fq8
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos 3
##   4 anos ou mais  1
##
##   Odds ratio      0.64
##   lower 95% CI    0.01
##   upper 95% CI    9.17

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.141 , 2 d.f., P value = 0.932
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q9)
#
banco$fq9<- factor(banco$q9, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo",
"Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq9) # verificando o n de cada categoria

##
##                Concordo                Discordo Recuso-me a responder
##                18                    30                    6

# Criando tabela de contingencia
tabela15 <- xtabs(~ banco$fq9 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela15)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq9      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo      11                7 18
## Discordo      21                9 30
## Recuso-me a responder 4                2 6
## Sum           36                18 54

prop.table(tabela15,1)

```

```

##                                banco$ftempo.pro
## banco$fq9                      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo                        0.6111111      0.3888889
## Discordo                         0.7000000      0.3000000
## Recuso-me a responder            0.6666667      0.3333333

# Modelo simples
fit.q9 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
summary(fit.q9)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9925  -0.9005  -0.8446   1.3744   1.5518
##
## Coefficients:
##                                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)                    -0.4520     0.4835  -0.935   0.350
## banco$fq9Discordo                -0.3953     0.6265  -0.631   0.528
## banco$fq9Recuso-me a responder  -0.2412     0.9918  -0.243   0.808
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.347  on 51  degrees of freedom
## AIC: 74.347
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq9)

##
##                                banco$fq9
## banco$ftempo.pro Concordo Discordo Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  11      21      4
## 4 anos ou mais   7       9       2
##
## Odds ratio      1      0.68   0.79
## lower 95% CI    0.17   0.06
## upper 95% CI    2.78   7.45

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.4 , 2 d.f., P value = 0.819
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.841

```

```
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q10)
#
banco$fq10<- factor(banco$q10, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq10) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                   37                   14
##          Recuso-me a responder
##                   3

# Criando tabela de contingencia
tabela16 <- xtabs(~ banco$fq10 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela16)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq10      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                26                11 37
## Não concorda de alguma forma        7                 7 14
## Recuso-me a responder                3                 0  3
## Sum                                36                18 54

prop.table(tabela16,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq10      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.7027027        0.2972973
## Não concorda de alguma forma        0.5000000        0.5000000
## Recuso-me a responder                1.0000000        0.0000000

# Modelo simples
fit.q10 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
summary(fit.q10)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.177  -0.840  -0.840   1.177   1.558
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.8602    0.3597  -2.392
## banco$fq10Não concorda de alguma forma    0.8602    0.6443   1.335
## banco$fq10Recuso-me a responder    -16.7059 2284.1018  -0.007
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)          0.0168 *
```

```

## banco$fq10Não concorda de alguma forma    0.1818
## banco$fq10Recuso-me a responder           0.9942
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 64.441  on 51  degrees of freedom
## AIC: 70.441
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 16

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq10)

##
##                banco$fq10
## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
## 3 anos ou menos 26                      7
## 4 anos ou mais 11                      7
##
## Odds ratio      1                2.32
## lower 95% CI    0.55
## upper 95% CI    10
##
##                banco$fq10
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos 3
## 4 anos ou mais 0
##
## Odds ratio      0
## lower 95% CI    0
## upper 95% CI    6.52

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 3.466 , 2 d.f., P value = 0.177
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.177
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q11)
#
banco$fq11<- factor(banco$q11, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo

```

```
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq11) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                               26                               27
##          Recuso-me a responder
##                               1
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela17 <- xtabs(~ banco$fq11 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela17)
```

```
##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq11                    3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                18                8  26
## Não concorda de alguma forma        17               10  27
## Recuso-me a responder                 1                 0   1
## Sum                                  36               18  54
```

```
prop.table(tabela17,1)
```

```
##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq11                    3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.6923077    0.3076923
## Não concorda de alguma forma        0.6296296    0.3703704
## Recuso-me a responder                 1.0000000    0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q11 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
summary(fit.q11)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9619 -0.9619 -0.8576  1.4094  1.5353
##
## Coefficients:
##                               Estimate Std. Error z value
## (Intercept)                   -0.8109    0.4249  -1.908
## banco$fq11Não concorda de alguma forma    0.2803    0.5826   0.481
## banco$fq11Recuso-me a responder          -14.7551  1455.3976  -0.010
##                               Pr(>|z|)
## (Intercept)                   0.0563 .
## banco$fq11Não concorda de alguma forma    0.6304
## banco$fq11Recuso-me a responder    0.9919
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
```

```

## Residual deviance: 67.691 on 51 degrees of freedom
## AIC: 73.691
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq11)

##
##                banco$fq11
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
##   3 anos ou menos  18                    17
##   4 anos ou mais   8                     10
##
## Odds ratio          1                1.32
## lower 95% CI        0.37
## upper 95% CI        4.87
##                banco$fq11
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos  1
##   4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio          0
## lower 95% CI        0
## upper 95% CI        92.49

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.744 , 2 d.f., P value = 0.689
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.849
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
#-----
# Variavel independente (q12)
#
banco$fq12<- factor(banco$q12, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq12) # verificando o n de cada categoria

##
##                Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
##                22                    31
##                Recuso-me a responder
##                1

```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela18 <- xtabs(~ banco$fq12 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela18)
```

```
##
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq12      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente      16          6 22
## Não concorda de alguma forma      19          12 31
## Recuso-me a responder      1          0 1
## Sum      36          18 54
```

```
prop.table(tabela18,1)
```

```
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq12      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.7272727 0.2727273
## Não concorda de alguma forma      0.6129032 0.3870968
## Recuso-me a responder      1.0000000 0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q12 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
summary(fit.q12)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9895 -0.9895 -0.7981  1.3777  1.6120
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.9808    0.4787  -2.049
## banco$fq12Não concorda de alguma forma    0.5213    0.6043   0.863
## banco$fq12Recuso-me a responder    -14.5852  1455.3976  -0.010
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)      0.0405 *
## banco$fq12Não concorda de alguma forma    0.3883
## banco$fq12Recuso-me a responder    0.9920
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 67.163  on 51  degrees of freedom
## AIC: 73.163
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq12)
```

```
##
## banco$fq12
```

```
## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##   3 anos ou menos 16                      19
##   4 anos ou mais  6                      12
##
##   Odds ratio      1                      1.67
##   lower 95% CI    0.45
##   upper 95% CI    6.73
##
##                                banco$fq12
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos 1
##   4 anos ou mais 0
##
##   Odds ratio      0
##   lower 95% CI    0
##   upper 95% CI    110.31
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 1.267 , 2 d.f., P value = 0.531
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.705
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
-----
# Variavel independente (q13)
#
banco$fq13<- factor(banco$q13, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq13) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
##           Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                22                      31
##           Recuso-me a responder
##                1
```

```
# Criando tabela de contingencia
tabela19 <- xtabs(~ banco$fq13 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela19)
```

```
##                                banco$ftempo.pro
## banco$fq13          3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                16          6  22
## Não concorda de alguma forma        19         12  31
## Recuso-me a responder                 1          0   1
## Sum                                36         18  54
```

```
prop.table(tabela19,1)
```

```
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq13      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.7272727      0.2727273
## Não concorda de alguma forma      0.6129032      0.3870968
## Recuso-me a responder      1.0000000      0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q13 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
summary(fit.q13)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9895  -0.9895  -0.7981   1.3777   1.6120
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.9808     0.4787  -2.049
## banco$fq13Não concorda de alguma forma    0.5213     0.6043   0.863
## banco$fq13Recuso-me a responder     -14.5852    1455.3976  -0.010
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)      0.0405 *
## banco$fq13Não concorda de alguma forma    0.3883
## banco$fq13Recuso-me a responder      0.9920
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 67.163  on 51  degrees of freedom
## AIC: 73.163
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq13)
```

```
##
##              banco$fq13
## banco$ftempo.pro Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
## 3 anos ou menos 16      19
## 4 anos ou mais 6      12
##
## Odds ratio      1      1.67
## lower 95% CI
## upper 95% CI      0.45      6.73
##
##              banco$fq13
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos 1
## 4 anos ou mais 0
```

```

##
## Odds ratio      0
## lower 95% CI   0
## upper 95% CI   110.31

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.267 , 2 d.f., P value = 0.531
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.705
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q14)
#
banco$fq14<- factor(banco$q14, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq14) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
##                               28                               25
##          Recuso-me a responder
##                               1

# Criando tabela de contingencia
tabela20 <- xtabs(~ banco$fq14 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela20)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq14      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente                20                8  28
## Não concorda de alguma forma        15               10  25
## Recuso-me a responder                 1                0   1
## Sum                                36               18  54

prop.table(tabela20,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq14      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.7142857    0.2857143
## Não concorda de alguma forma        0.6000000    0.4000000
## Recuso-me a responder                1.0000000    0.0000000

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q14 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
summary(fit.q14)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0108  -1.0108  -0.8203   1.3537   1.5829
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.9163     0.4183  -2.190
## banco$fq14Não concorda de alguma forma  0.5108     0.5845   0.874
## banco$fq14Recuso-me a responder     -14.6498  1455.3976  -0.010
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)      0.0285 *
## banco$fq14Não concorda de alguma forma  0.3822
## banco$fq14Recuso-me a responder      0.9920
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 67.154  on 51  degrees of freedom
## AIC: 73.154
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq14)
```

```
##
##              banco$fq14
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
## 3 anos ou menos  20                    15
## 4 anos ou mais   8                     10
##
## Odds ratio      1                    1.65
## lower 95% CI    0.46
## upper 95% CI    6.15
##              banco$fq14
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  1
## 4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio      0
## lower 95% CI    0
## upper 95% CI    102.21
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.286 , 2 d.f., P value = 0.526
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.601
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q15)
#
banco$fq15<- factor(banco$q15, levels=c(1,2), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma "))
table(banco$fq15) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                28                        26

# Criando tabela de contingencia
tabela21 <- xtabs(~ banco$fq15 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela21)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq15      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                20           8  28
## Não concorda de alguma forma        16          10  26
## Sum                                36          18  54

prop.table(tabela21,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq15      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente                0.7142857   0.2857143
## Não concorda de alguma forma        0.6153846   0.3846154

# Modelo simples
fit.q15 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
summary(fit.q15)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9854  -0.9854  -0.8203   1.3824   1.5829
##
## Coefficients:
##
##                Estimate Std. Error z value

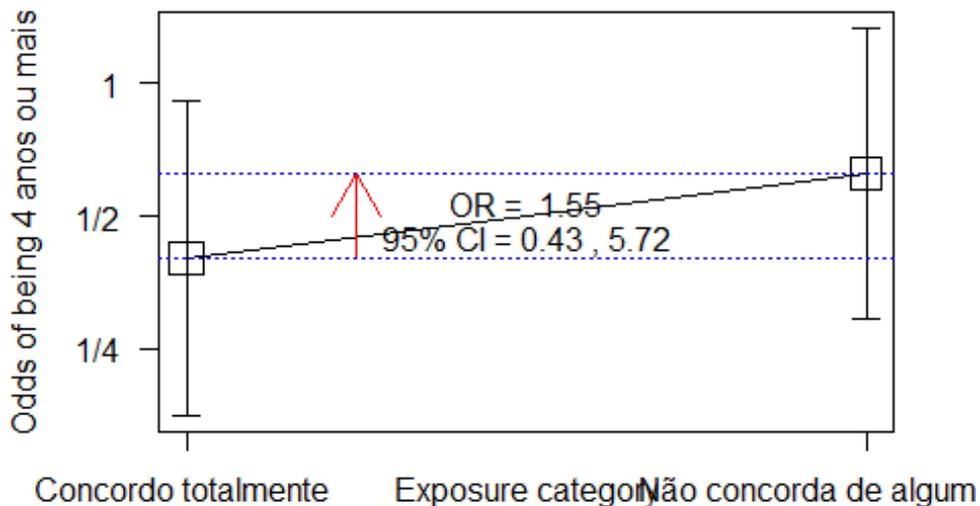
```

```

## (Intercept)                -0.9163      0.4183  -2.190
## banco$fq15Não concorda de alguma forma    0.4463      0.5809   0.768
##                               Pr(>|z|)
## (Intercept)                0.0285 *
## banco$fq15Não concorda de alguma forma    0.4424
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 68.744  on 53  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.150  on 52  degrees of freedom
## AIC: 72.15
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq15)

```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



```

##
##          banco$fq15
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
Total
##   3 anos ou menos          20                16
36
##   4 anos ou mais           8                 10
18
## Total                    28                26
54
##
## OR = 1.56
## 95% CI = 0.5, 4.88

```

```
## Chi-squared = 0.59, 1 d.f., P value = 0.441
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.566

#-----
# Variavel independente (q16)
#
banco$fq16<- factor(banco$q16, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma forma", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq16) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente Não concorda de alguma forma
##                41                12
##          Recuso-me a responder
##                1

# Criando tabela de contingencia
tabela22 <- xtabs(~ banco$fq16 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela22)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq16      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo totalmente                25                16 41
## Não concorda de alguma forma        10                 2 12
## Recuso-me a responder                 1                 0  1
## Sum                                36                18 54

prop.table(tabela22,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq16      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo totalmente          0.6097561      0.3902439
## Não concorda de alguma forma  0.8333333      0.1666667
## Recuso-me a responder          1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.q16 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
summary(fit.q16)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9947  -0.9947  -0.6039   1.3719   1.8930
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.4463     0.3202  -1.394
## banco$fq16Não concorda de alguma forma  -1.1632     0.8382  -1.388
## banco$fq16Recuso-me a responder      -15.1198    1455.3976  -0.010
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)           0.163
## banco$fq16Não concorda de alguma forma  0.165
```

```

## banco$fq16Recuso-me a responder          0.992
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 68.744 on 53 degrees of freedom
## Residual deviance: 65.660 on 51 degrees of freedom
## AIC: 71.66
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq16)

##
## banco$fq16
## banco$ftempo.pro  Concordo totalmente  Não concorda de alguma forma
## 3 anos ou menos  25                    10
## 4 anos ou mais   16                    2
##
## Odds ratio      1                      0.32
## lower 95% CI    0.03
## upper 95% CI    1.79
## banco$fq16
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  1
## 4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio      0
## lower 95% CI    0
## upper 95% CI    63.31

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 2.598 , 2 d.f., P value = 0.273
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.287
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q17)
#
banco$fq17<- factor(banco$q17, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Discordo
parcialmente", "Concordo parcialmente", "Discordo totalmente", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq17) # verificando o n de cada categoria

```

```
##
## Discordo parcialmente Concordo parcialmente Discordo totalmente
##                12                15                10
## Recuso-me a responder
##                15

# Criando tabela de contingencia
tabela23 <- xtabs(~ banco$fq17 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela23)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq17          3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Discordo parcialmente          10          2  12
## Concordo parcialmente           8          7  15
## Discordo totalmente            6          4  10
## Recuso-me a responder          11          4  15
## Sum                            35         17  52

prop.table(tabela23,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq17          3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Discordo parcialmente          0.8333333          0.1666667
## Concordo parcialmente          0.5333333          0.4666667
## Discordo totalmente            0.6000000          0.4000000
## Recuso-me a responder          0.7333333          0.2666667

# Modelo simples
fit.q17 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq17, family = binomial(logit))
summary(fit.q17)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq17, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1213  -1.0108  -0.6039   1.2346   1.8930
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.6094     0.7746  -2.078  0.0377 *
## banco$fq17Concordo parcialmente    1.4759     0.9316   1.584  0.1131
## banco$fq17Discordo totalmente     1.2040     1.0083   1.194  0.2325
## banco$fq17Recuso-me a responder    0.5978     0.9700   0.616  0.5377
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##    Null deviance: 65.726  on 51  degrees of freedom
## Residual deviance: 62.399  on 48  degrees of freedom
## (2 observations deleted due to missingness)
## AIC: 70.399
```

```
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq17)

##
##                banco$fq17
## banco$ftempo.pro  Discordo parcialmente  Concordo parcialmente
##   3 anos ou menos 10                      8
##   4 anos ou mais  2                       7
##
## Odds ratio      1                      4.14
## lower 95% CI    0.57
## upper 95% CI    51.76
##                banco$fq17
## banco$ftempo.pro  Discordo totalmente  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos 6                      11
##   4 anos ou mais 4                       4
##
## Odds ratio      3.15                      1.78
## lower 95% CI    0.33                      0.2
## upper 95% CI    45.11                     23.77

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 3.222 , 3 d.f., P value = 0.359
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.378
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

Untitled

Germana

14/12/2020

Análise coordenadores de extensão

```
#install.packages("epiDisplay")
#install.packages("car")
#install.packages("ggplot2")
#install.packages("ResourceSelection")
library(ResourceSelection)

## ResourceSelection 0.3-5    2019-07-22
```

```

library(epiDisplay)

## Loading required package: foreign

## Loading required package: survival

## Loading required package: MASS

## Loading required package: nnet

library(car)

## Loading required package: carData

library(ggplot2)

##
## Attaching package: 'ggplot2'

## The following object is masked from 'package:epiDisplay':
##
##   alpha

# Importando o banco de dados
setwd("C:/Users/germa/OneDrive/Área de Trabalho/Análise_Gisela")
banco <- read.csv2("banco2.csv")

# convertendo os nomes das variáveis para letra minúscula
names(banco) <- casefold(names(banco), upper=F)
names(banco)          # nomes das variáveis

## [1] "gênero "           "idade"
## [3] "escolaridade"     "servidor"
## [5] "anos.de.servidor" "tempo.de.extensao"
## [7] "pessoas.na.atividade.de.ex." "q1"
## [9] "q2"               "q3"
## [11] "q4"               "q5"
## [13] "q6"               "q7"
## [15] "q8"               "q9"
## [17] "q10"              "q11"
## [19] "q12"              "q13"
## [21] "q14"              "q15"
## [23] "q16"              "q17"

head(banco)

##   gênero idade escolaridade servidor anos.de.servidor tempo.de.extensao
## 1     1     3             3         2             3             1
## 2     1     3             4         2             1             0
## 3     1     1             4         2             1             0
## 4     1     2             1         3             1             0
## 5     1     5             3         2             1             0
## 6     1     2             3         2             2             0
##  pessoas.na.atividade.de.ex. q1 q2 q3 q4 q5 q6 q7 q8 q9 q10 q11 q12
q13
## 1             4 4 2 1 1 1 2 1 2 3 2 2 2
2

```

```

## 2          3  4  1  2  1  3  2  4  1  2  2  1  1
3
## 3          4  1  3  2  2  2  3  3  1  1  2  1  1
3
## 4          2  2  1  2  2  3  1  1  2  1  1  3  1
3
## 5          3  1  1  1  2  1  1  3  1  2  2  1  1
1
## 6          4  4  2  3  3  3  1  3  1  3  2  2  2
2
##   q14 q15 q16 q17
## 1   2   2   2   4
## 2   1   2   2   4
## 3   1   3   4   1
## 4   1   1   2   2
## 5   1   1   1   4
## 6   2   2   2   1

```

```

#-----
# Variavel dependente criando fatores
#
banco$ftempo.pro <- factor(banco$tempo.de.extensao, levels=c(0,1),
labels=c("3 anos ou menos ", "4 anos ou mais"))
table(banco$ftempo.pro) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## 3 anos ou menos      4 anos ou mais
##                117                49

```

```

##-----
# Variavel independente (gênero)
#
banco$f gênero <- factor(banco$ gênero, levels=c(1,2,3),
labels=c("masculino", "feminino", "Reuso-me a responder"))
table(banco$f gênero) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
##          masculino          feminino Reuso-me a responder
##                87                78                1

```

```

# Criando tabela de contingencia
tabela <- xtabs(~ banco$f gênero + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela)

```

```

##          banco$ftempo.pro
## banco$f gênero      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## masculino           60              27  87
## feminino            57              21  78
## Reuso-me a responder  0               1   1
## Sum                 117             49 166

```

```

prop.table(tabela,1)

```

```

##                                banco$ftempo.pro
## banco$f gênero                3 anos ou menos  4 anos ou mais
## masculino                      0.6896552      0.3103448
## feminino                       0.7307692      0.2692308
## Reuso-me a responder            0.0000000      1.0000000

# Modelo simples
fit.gênero <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
summary(fit.gênero)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.862  -0.862  -0.792   1.530   1.620
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.7985    0.2317  -3.446  0.00057
## ***
## banco$f gênero feminino          -0.2000    0.3448  -0.580  0.56181
## banco$f gênero Reuso-me a responder 15.3646   882.7434  0.017  0.98611
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 198.64  on 163  degrees of freedom
## AIC: 204.64
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 13

cc(banco$ftempo.pro, banco$f gênero)

##
##                                banco$f gênero
## banco$ftempo.pro  masculino feminino Reuso-me a responder
## 3 anos ou menos  60           57           0
## 4 anos ou mais  27           21           1
##
## Odds ratio          1           0.82          Inf
## lower 95% CI        0.39          0.05
## upper 95% CI        1.7           Inf

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

```

```

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 2.736 , 2 d.f., P value = 0.255
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.268
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (idade)
#
banco$fidate <- factor(banco$idade, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("entre
32-37", "entre 26-31 ", "entre 38-43 ", "entre 44-49", "mais de 50 "))
table(banco$fidate) # verificando o n de cada categoria

##
## entre 32-37 entre 26-31 entre 38-43 entre 44-49 mais de 50
##          56          23          41          24          22

# Criando tabela de contingencia
tabela1 <- xtabs(~ banco$fidate + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fidate  3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## entre 32-37          39          17  56
## entre 26-31          20           3  23
## entre 38-43          29          12  41
## entre 44-49          17           7  24
## mais de 50           12          10  22
## Sum                 117          49 166

prop.table(tabela1,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fidate  3 anos ou menos  4 anos ou mais
## entre 32-37          0.6964286   0.3035714
## entre 26-31          0.8695652   0.1304348
## entre 38-43          0.7073171   0.2926829
## entre 44-49          0.7083333   0.2916667
## mais de 50           0.5454545   0.4545455

# Modelo simples
fit.idade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fidate, family =
binomial(logit))
summary(fit.idade)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fidate, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:

```

```

##      Min      1Q   Median      3Q      Max
## -1.1010 -0.8506 -0.8305  1.2557  2.0184
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.83035    0.29063  -2.857  0.00428 **
## banco$fidadeentre 26-31  -1.06677    0.68396  -1.560  0.11883
## banco$fidadeentre 38-43  -0.05204    0.44976  -0.116  0.90788
## banco$fidadeentre 44-49  -0.05695    0.53493  -0.106  0.91521
## banco$fidademais de 50   0.64803    0.51749   1.252  0.21048
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 195.43  on 161  degrees of freedom
## AIC: 205.43
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

```

`cc(banco$ftempo.pro, banco$fidade)`

```

##
##              banco$fidade
## banco$ftempo.pro  entre 32-37  entre 26-31  entre 38-43  entre 44-49
## 3 anos ou menos  39            20            29            17
## 4 anos ou mais   17            3            12            7
##
## Odds ratio        1            0.35            0.95            0.95
## lower 95% CI      0.06            0.35            0.28
## upper 95% CI     1.42            2.49            2.98
##
##              banco$fidade
## banco$ftempo.pro  mais de 50
## 3 anos ou menos  12
## 4 anos ou mais   10
##
## Odds ratio        1.9
## lower 95% CI     0.61
## upper 95% CI     5.9
##
## Chi-squared = 5.708 , 4 d.f., P value = 0.222
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.219
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

```

```

# -----
# -----
# Variavel independente (escolaridade)
#
banco$fescolaridade <- factor(banco$escolaridade, levels=c(1,2,3,4),
labels=c("Especialização", "Graduação", "Mestrado", "Doutorado ou PhD"))
table(banco$fescolaridade) # verificando o n de cada categoria

```

```
##
##   Especialização      Graduação      Mestrado  Doutorado ou PhD
##           34              7              79              46
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela2 <- xtabs(~ banco$fescolaridade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela2)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
##   Especialização                22                12  34
##   Graduação                    6                  1   7
##   Mestrado                      55                24  79
##   Doutorado ou PhD              34                12  46
##   Sum                          117                49 166
```

```
prop.table(tabela2,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos 4 anos ou mais
##   Especialização      0.6470588      0.3529412
##   Graduação           0.8571429      0.1428571
##   Mestrado            0.6962025      0.3037975
##   Doutorado ou PhD    0.7391304      0.2608696
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.escolaridade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
summary(fit.escolaridade)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9331 -0.8510 -0.7775  1.4432  1.9728
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.6061     0.3589  -1.689
0.0912 .
## banco$fescolaridadeGraduação          -1.1856     1.1382  -1.042
0.2976
## banco$fescolaridadeMestrado           -0.2231     0.4343  -0.514
0.6074
## banco$fescolaridadeDoutorado ou PhD    -0.4353     0.4915  -0.886
0.3757
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
```

```

##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.71  on 162  degrees of freedom
## AIC: 207.71
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fescolaridade)

##
##              banco$fescolaridade
## banco$ftempo.pro  Especialização  Graduação  Mestrado  Doutorado ou PhD
## 3 anos ou menos   22                6          55        34
## 4 anos ou mais    12                1          24        12
##
## Odds ratio        1                0.31      0.8        0.65
## lower 95% CI      0.01            0.32      0.22
## upper 95% CI      3.08            2.08      1.9

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.614 , 3 d.f., P value = 0.656
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.698
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (servidor)
#
banco$fservidor <- factor(banco$servidor, levels=c(1,2,3),
labels=c("Docente", "Técnico administrativo", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fservidor) # verificando o n de cada categoria

##
##              Docente Técnico administrativo  Recuso-me a responder
##              64                100                2

# Criando tabela de contingencia
tabela3 <- xtabs(~ banco$fservidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela3)

##              banco$ftempo.pro
## banco$fservidor  3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Docente                42                22  64
## Técnico administrativo  74                26  100
## Recuso-me a responder   1                 1    2
## Sum                    117               49  166

```

```
prop.table(tabela3,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor  3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Docente                0.65625      0.34375
## Técnico administrativo  0.74000      0.26000
## Recuso-me a responder  0.50000      0.50000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
summary(fit.servidor)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.9178  -0.7760   1.4614   1.6414
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.6466    0.2632  -2.457
0.014
## banco$fservidorTécnico administrativo -0.3993    0.3482  -1.147
0.251
## banco$fservidorRecuso-me a responder  0.6466    1.4385   0.450
0.653
##
## (Intercept)                *
## banco$fservidorTécnico administrativo
## banco$fservidorRecuso-me a responder
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.75  on 163  degrees of freedom
## AIC: 205.75
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fservidor)
```

```
##
##                banco$fservidor
## banco$ftempo.pro  Docente Técnico administrativo Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  42       74                      1
## 4 anos ou mais   22       26                      1
##
## Odds ratio        1         0.67                    1.89
```

```

## lower 95% CI          0.32          0.02
## upper 95% CI          1.41          153.17

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.724 , 2 d.f., P value = 0.422
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.318
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (tempo de servidor)
#
banco$ftempo.servidor <- factor(banco$anos.de.servidor,
levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("de 4 a 6 anos ", "de 1 a 3 anos ", "de 7 a
10 anos ", "de 11 a 15 anos ", "16 anos ou mais "))
table(banco$ftempo.servidor) # verificando o n de cada categoria

##
## de 4 a 6 anos      de 1 a 3 anos  de 7 a 10 anos  de 11 a 15 anos
##                59                30                53                16
## 16 anos ou mais
##                8

# Criando tabela de contingencia
tabela4 <- xtabs(~ banco$ftempo.servidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela4)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## de 4 a 6 anos                43                16  59
## de 1 a 3 anos                 30                 0  30
## de 7 a 10 anos                33                20  53
## de 11 a 15 anos               10                 6  16
## 16 anos ou mais                1                 7   8
## Sum                          117                49 166

prop.table(tabela4,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor 3 anos ou menos  4 anos ou mais
## de 4 a 6 anos                0.7288136          0.2711864
## de 1 a 3 anos                 1.0000000          0.0000000
## de 7 a 10 anos                0.6226415          0.3773585
## de 11 a 15 anos               0.6250000          0.3750000
## 16 anos ou mais                0.1250000          0.8750000

```

Modelo simples

```
fit.tempo.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family
= binomial(logit))
summary(fit.tempo.servidor)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -2.0393  -0.9695  -0.7954   1.1763   1.6155
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.9886    0.2928  -3.376
## banco$ftempo.servidorde 1 a 3 anos  -17.5775  1190.8655  -0.015
## banco$ftempo.servidorde 7 a 10 anos    0.4878    0.4075   1.197
## banco$ftempo.servidorde 11 a 15 anos   0.4778    0.5937   0.805
## banco$ftempo.servidor16 anos ou mais   2.9345    1.1084   2.647
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)      0.000736 ***
## banco$ftempo.servidorde 1 a 3 anos    0.988223
## banco$ftempo.servidorde 7 a 10 anos   0.231254
## banco$ftempo.servidorde 11 a 15 anos  0.420921
## banco$ftempo.servidor16 anos ou mais  0.008110 **
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 166.41  on 161  degrees of freedom
## AIC: 176.41
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 17
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$ftempo.servidor)
```

```
##
##              banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro de 4 a 6 anos de 1 a 3 anos de 7 a 10 anos
## 3 anos ou menos  43           30           33
## 4 anos ou mais   16           0           20
##
## Odds ratio      1           0           1.62
## lower 95% CI    0           0           0.68
## upper 95% CI    0.41        3.92
##
##              banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro de 11 a 15 anos 16 anos ou mais
## 3 anos ou menos  10           1
## 4 anos ou mais   6           7
##
## Odds ratio      1.6           17.93
```

```

## lower 95% CI      0.41          2.05
## upper 95% CI      5.87          862.52

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 27.865 , 4 d.f., P value = 0
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (pessoas)
#
banco$fpessoas <- factor(banco$pessoas.na.atividade.de.ex.,
levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("3 pessoas ", "2 pessoas ", "4 a 5 pessoas
", "6 pessoas ou mais", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fpessoas) # verificando o n de cada categoria

##
##          3 pessoas          2 pessoas          4 a 5 pessoas
##          13                47                16
## 6 pessoas ou mais Recuso-me a responder
##          87                3

# Criando tabela de contingencia
tabela5 <- xtabs(~ banco$fpessoas + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela5)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## 3 pessoas          11              2      13
## 2 pessoas          37              10     47
## 4 a 5 pessoas       11              5      16
## 6 pessoas ou mais  56              31     87
## Recuso-me a responder  2              1      3
## Sum                117             49    166

prop.table(tabela5,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  3 anos ou menos  4 anos ou mais
## 3 pessoas          0.8461538      0.1538462
## 2 pessoas          0.7872340      0.2127660
## 4 a 5 pessoas       0.6875000      0.3125000
## 6 pessoas ou mais  0.6436782      0.3563218
## Recuso-me a responder  0.6666667      0.3333333

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.pessoas <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
summary(fit.pessoas)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9387 -0.9387 -0.6917  1.4366  1.9348
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -1.7047     0.7687  -2.218
0.0266 *
## banco$fpessoas2 pessoas           0.3964     0.8473   0.468
0.6399
## banco$fpessoas4 a 5 pessoas           0.9163     0.9391   0.976
0.3292
## banco$fpessoas6 pessoas ou mais       1.1134     0.8006   1.391
0.1643
## banco$fpessoasRecuso-me a responder   1.0116     1.4460   0.700
0.4842
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 196.83  on 161  degrees of freedom
## AIC: 206.83
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fpessoas)
```

```
##
##              banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  3 pessoas  2 pessoas  4 a 5 pessoas  6 pessoas ou
mais
## 3 anos ou menos  11          37          11           56
## 4 anos ou mais   2           10          5            31
##
## Odds ratio        1           1.48         2.42         3.02
## lower 95% CI      0.25         0.31         0.6
## upper 95% CI      15.87        30.68        29.74
##
##              banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  2
## 4 anos ou mais   1
##
```

```

## Odds ratio      2.55
## lower 95% CI   0.03
## upper 95% CI   78.65

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 4.39 , 4 d.f., P value = 0.356
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.326
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q1)
#
banco$fq1<- factor(banco$q1, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq1) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo parcialmente
##                54                29                17
##   Discordo totalmente      Recuso-me a responder
##                65                1

# Criando tabela de contingencia
tabela7 <- xtabs(~ banco$fq1 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela7)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq1      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente           37           17  54
## Concordo totalmente             24           5  29
## Discordo parcialmente            11           6  17
## Discordo totalmente              45          20  65
## Recuso-me a responder             0           1   1
## Sum                             117          49 166

prop.table(tabela7,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq1      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente           0.6851852      0.3148148
## Concordo totalmente             0.8275862      0.1724138
## Discordo parcialmente            0.6470588      0.3529412

```

```

##   Discordo totalmente           0.6923077           0.3076923
##   Recuso-me a responder         0.0000000           1.0000000

# Modelo simples
fit.q1 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
summary(fit.q1)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9331  -0.8696  -0.8576   1.5011   1.8750
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.77770    0.29300  -2.654  0.00795 **
## banco$fq1Concordo totalmente -0.79091    0.57229  -1.382  0.16697
## banco$fq1Discordo parcialmente  0.17157    0.58603   0.293  0.76970
## banco$fq1Discordo totalmente  -0.03323    0.39758  -0.084  0.93340
## banco$fq1Recuso-me a responder 15.34377   882.74342   0.017  0.98613
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 196.25  on 161  degrees of freedom
## AIC: 206.25
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 13

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq1)

##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente
##   3 anos ou menos   37                   24
##   4 anos ou mais    17                   5
##
## Odds ratio           1           0.46
## lower 95% CI         0.12
## upper 95% CI         1.52
##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Discordo totalmente
##   3 anos ou menos   11                   45
##   4 anos ou mais    6                   20
##
## Odds ratio           1.18           0.97
## lower 95% CI         0.31           0.41
## upper 95% CI         4.23           2.28
##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos   0

```

```

## 4 anos ou mais 1
##
## Odds ratio      Inf
## lower 95% CI    0.05
## upper 95% CI    Inf

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 4.91 , 4 d.f., P value = 0.297
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.297
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q2)
#
banco$fq2<- factor(banco$q2, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente ", "Discordo ", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq2) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
##              75              66              24
## Recuso-me a responder
##              1

# Criando tabela de contingencia
tabela8 <- xtabs(~ banco$fq2 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela8)

##
##              banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente          57          18  75
## Concordo totalmente            42          24  66
## Discordo                       17           7  24
## Recuso-me a responder           1           0   1
## Sum                             117          49 166

prop.table(tabela8,1)

##
##              banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente          0.7600000    0.2400000
## Concordo totalmente            0.6363636    0.3636364

```

```

##   Discordo                0.7083333          0.2916667
##   Recuso-me a responder    1.0000000          0.0000000

# Modelo simples
fit.q2 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
summary(fit.q2)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9508  -0.9207  -0.7409   1.4224   1.6894
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.1527    0.2704  -4.263 2.01e-05 ***
## banco$fq2Concordo totalmente    0.5931    0.3723   1.593   0.111
## banco$fq2Discordo    0.2654    0.5242   0.506   0.613
## banco$fq2Recuso-me a responder -13.4134  882.7434  -0.015   0.988
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 198.16  on 162  degrees of freedom
## AIC: 206.16
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 13

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq2)

##
##              banco$fq2
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
##   3 anos ou menos  57                    42                    17
##   4 anos ou mais   18                    24                    7
##
## Odds ratio          1              1.8              1.3
## lower 95% CI        0.82          0.39
## upper 95% CI        4.02          3.99
##
##              banco$fq2
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos  1
##   4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio          0
## lower 95% CI        0
## upper 95% CI       125.42

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 3.005 , 3 d.f., P value = 0.391
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.398
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
```

```
# Variavel independente (q3)
```

```
#
banco$fq3<- factor(banco$q3, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq3) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo parcialmente
##                72                29                26
##   Discordo totalmente      Recuso-me a responder
##                38                1
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela9 <- xtabs(~ banco$fq3 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela9)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente           50           22  72
## Concordo totalmente             19           10  29
## Discordo parcialmente            20            6  26
## Discordo totalmente              27           11  38
## Recuso-me a responder             1            0   1
## Sum                             117           49 166
```

```
prop.table(tabela9,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente           0.6944444      0.3055556
## Concordo totalmente             0.6551724      0.3448276
## Discordo parcialmente            0.7692308      0.2307692
## Discordo totalmente              0.7105263      0.2894737
## Recuso-me a responder            1.0000000      0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q3 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
summary(fit.q3)
```

```

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9196  -0.8540  -0.8267   1.4592   1.7125
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.82098    0.25584  -3.209  0.00133 **
## banco$fq3Concordo totalmente    0.17913    0.46700   0.384  0.70130
## banco$fq3Discordo parcialmente -0.38299    0.53115  -0.721  0.47087
## banco$fq3Discordo totalmente  -0.07696    0.43977  -0.175  0.86108
## banco$fq3Recuso-me a responder -13.74509   882.74341  -0.016  0.98758
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.81  on 161  degrees of freedom
## AIC: 209.81
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 13

```

`cc(banco$ftempo.pro, banco$fq3)`

```

##
##              banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
## 3 anos ou menos  50                      19
## 4 anos ou mais   22                      10
##
## Odds ratio      1                      1.19
## lower 95% CI    0.42
## upper 95% CI    3.24
##
##              banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Discordo parcialmente  Discordo totalmente
## 3 anos ou menos  20                      27
## 4 anos ou mais   6                       11
##
## Odds ratio      0.68                      0.93
## lower 95% CI    0.2                       0.35
## upper 95% CI    2.09                      2.36
##
##              banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  1
## 4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio      0
## lower 95% CI    0
## upper 95% CI    90.28

```

```

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.324 , 4 d.f., P value = 0.857
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.88
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q4)
#
banco$fq4<- factor(banco$q4, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente ", "Discordo ", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq4) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 37 115 10
## Recuso-me a responder
## 4

# Criando tabela de contingencia
tabela10 <- xtabs(~ banco$fq4 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela10)

##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq4 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente 23 14 37
## Concordo totalmente 86 29 115
## Discordo 5 5 10
## Recuso-me a responder 3 1 4
## Sum 117 49 166

prop.table(tabela10,1)

##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq4 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo parcialmente 0.6216216 0.3783784
## Concordo totalmente 0.7478261 0.2521739
## Discordo 0.5000000 0.5000000
## Recuso-me a responder 0.7500000 0.2500000

# Modelo simples
fit.q4 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
summary(fit.q4)

```

```

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.7623  -0.7623   1.3942   1.6651
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.4964     0.3390  -1.465   0.143
## banco$fq4Concordo totalmente -0.5906     0.4013  -1.472   0.141
## banco$fq4Discordo       0.4964     0.7176   0.692   0.489
## banco$fq4Recuso-me a responder -0.6022     1.2034  -0.500   0.617
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 197.33  on 162  degrees of freedom
## AIC: 205.33
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq4)

```

	banco\$fq4		
banco\$ftempo.pro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Discordo
3 anos ou menos	23	86	5
4 anos ou mais	14	29	5
Odds ratio	1	0.56	1.63
lower 95% CI		0.24	0.31
upper 95% CI		1.33	8.51

	banco\$fq4
banco\$ftempo.pro	Recuso-me a responder
3 anos ou menos	3
4 anos ou mais	1
Odds ratio	0.56
lower 95% CI	0.01
upper 95% CI	7.72

```

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 4.309 , 3 d.f., P value = 0.23
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.193

```

```

##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q5)
#
banco$fq5<- factor(banco$q5, levels=c(1,2,3), labels=c("Discordo
parcialmente", "Concordo parcialmente", "Discordo totalmente"))
table(banco$fq5) # verificando o n de cada categoria

##
## Discordo parcialmente Concordo parcialmente Discordo totalmente
##                43                20                103

# Criando tabela de contingencia
tabela11 <- xtabs(~ banco$fq5 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela11)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq5      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Discordo parcialmente           34           9  43
## Concordo parcialmente           11           9  20
## Discordo totalmente             72          31 103
## Sum                             117          49 166

prop.table(tabela11,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq5      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Discordo parcialmente    0.7906977    0.2093023
## Concordo parcialmente    0.5500000    0.4500000
## Discordo totalmente      0.6990291    0.3009709

# Modelo simples
fit.q5 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
summary(fit.q5)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0935  -0.8462  -0.7658   1.2637   1.7686
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)        -1.3291     0.3749  -3.546 0.000392 ***
## banco$fq5Concordo parcialmente    1.1285     0.5853   1.928 0.053842 .
## banco$fq5Discordo totalmente     0.4865     0.4321   1.126 0.260199
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

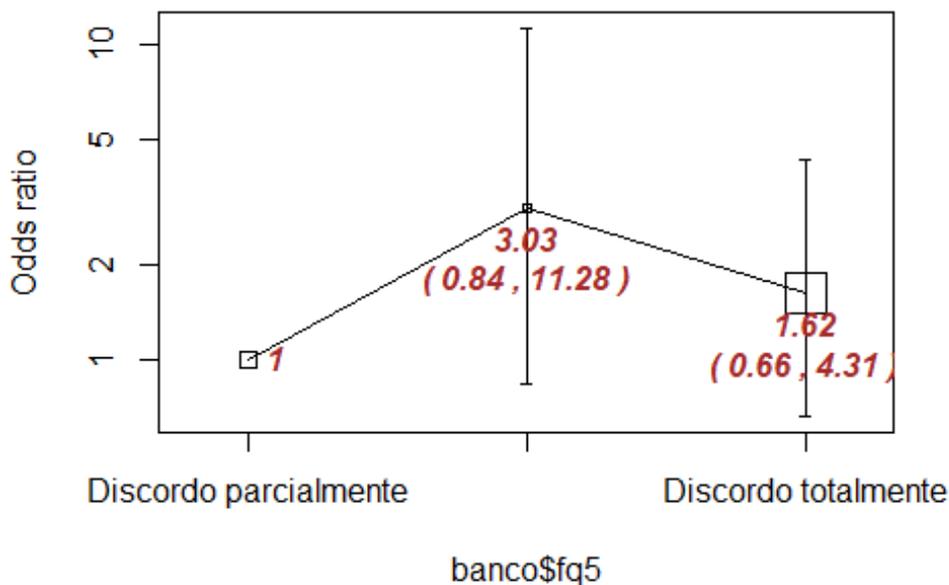
```

```
##
## Null deviance: 201.43 on 165 degrees of freedom
## Residual deviance: 197.65 on 163 degrees of freedom
## AIC: 203.65
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq5)

##
## banco$ftempo.pro banco$fq5
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Concordo parcialmente
## 3 anos ou menos 34 11
## 4 anos ou mais 9 9
##
## Odds ratio 1 3.03
## lower 95% CI 0.84
## upper 95% CI 11.28
##
## banco$ftempo.pro banco$fq5
## banco$ftempo.pro Discordo totalmente
## 3 anos ou menos 72
## 4 anos ou mais 31
##
## Odds ratio 1.62
## lower 95% CI 0.66
## upper 95% CI 4.31
##
## Chi-squared = 3.845 , 2 d.f., P value = 0.146
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.157
```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



```

#-----
# Variavel independente (q6)
#
banco$fq6<- factor(banco$q6, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo"))
table(banco$fq6) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente    Concordo totalmente          Discordo
##                77                78                11

# Criando tabela de contingencia
tabela12 <- xtabs(~ banco$fq6 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela12)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq6      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente           53           24  77
## Concordo totalmente           57           21  78
## Discordo                       7            4  11
## Sum                            117          49 166

prop.table(tabela12,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq6      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.6883117    0.3116883
## Concordo totalmente      0.7307692    0.2692308
## Discordo                  0.6363636    0.3636364

# Modelo simples
fit.q6 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
summary(fit.q6)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9508  -0.8643  -0.7920   1.5269   1.6200
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)        -0.7922     0.2460  -3.220  0.00128 **
## banco$fq6Concordo totalmente  -0.2063     0.3545  -0.582  0.56066
## banco$fq6Discordo         0.2326     0.6733   0.345  0.72974
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##    Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 200.84  on 163  degrees of freedom

```

```

## AIC: 206.84
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq6)

##
##
##          banco$fq6
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos  53                      57                      7
## 4 anos ou mais   24                      21                      4
##
## Odds ratio       1                      0.81                      1.26
## lower 95% CI     1                      0.38                      0.25
## upper 95% CI     1                      1.73                      5.52

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.601 , 2 d.f., P value = 0.74
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.689
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
#-----
# Variavel independente (q7)
#
banco$fq7<- factor(banco$q7, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq7) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo parcialmente
##                65                25                22
## Discordo totalmente      Recuso-me a responder
##                43                11

# Criando tabela de contingencia
tabela13 <- xtabs(~ banco$fq7 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela13)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq7      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente          41          24  65
## Concordo totalmente            24           1  25
## Discordo parcialmente          16           6  22

```

```
##   Discordo totalmente           28           15  43
##   Recuso-me a responder          8           3  11
##   Sum                          117          49 166
```

```
prop.table(tabela13,1)
```

```
##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq7                    3 anos ou menos  4 anos ou mais
##   Concordo parcialmente         0.6307692    0.3692308
##   Concordo totalmente           0.9600000    0.0400000
##   Discordo parcialmente         0.7272727    0.2727273
##   Discordo totalmente           0.6511628    0.3488372
##   Recuso-me a responder         0.7272727    0.2727273
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q7 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
summary(fit.q7)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9600  -0.9263  -0.7981   1.4116   2.5373
##
## Coefficients:
##                               Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)                   -0.53552    0.25702  -2.084   0.0372 *
## banco$fq7Concordo totalmente  -2.64254    1.05222  -2.511   0.0120 *
## banco$fq7Discordo parcialmente -0.44531    0.54334  -0.820   0.4125
## banco$fq7Discordo totalmente  -0.08864    0.41041  -0.216   0.8290
## banco$fq7Recuso-me a responder -0.44531    0.72415  -0.615   0.5386
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 188.30  on 161  degrees of freedom
## AIC: 198.3
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 5
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq7)
```

```
##
##                               banco$fq7
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
##   3 anos ou menos  41                      24
##   4 anos ou mais   24                      1
##
## Odds ratio          1                      0.07
## lower 95% CI        0
## upper 95% CI        0.5
```

```

##                               banco$fq7
## banco$ftempo.pro   Discordo parcialmente Discordo totalmente
##   3 anos ou menos  16                               28
##   4 anos ou mais   6                               15
##
## Odds ratio          0.64                          0.92
## lower 95% CI        0.18                          0.38
## upper 95% CI        2.04                          2.2
##                               banco$fq7
## banco$ftempo.pro   Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos  8
##   4 anos ou mais   3
##
## Odds ratio          0.64
## lower 95% CI        0.1
## upper 95% CI        3.02

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 10.213 , 4 d.f., P value = 0.037
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.016
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q8)
#
banco$fq8<- factor(banco$q8, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq8) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente   Concordo totalmente           Discordo
##                        75                          66                14
## Recuso-me a responder
##                        11

# Criando tabela de contingencia
tabela14 <- xtabs(~ banco$fq8 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela14)

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq8          3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente          53          22  75
## Concordo totalmente            44          22  66
## Discordo                       12           2  14

```

```
## Recuso-me a responder      8      3  11
## Sum                        117     49 166
```

```
prop.table(tabela14,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq8      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.7066667    0.2933333
## Concordo totalmente      0.6666667    0.3333333
## Discordo                  0.8571429    0.1428571
## Recuso-me a responder    0.7272727    0.2727273
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q8 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
summary(fit.q8)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.9005  -0.8333   1.4823   1.9728
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.8792     0.2536  -3.467 0.000527 ***
## banco$fq8Concordo totalmente    0.1861     0.3640   0.511 0.609173
## banco$fq8Discordo      -0.9125     0.8048  -1.134 0.256847
## banco$fq8Recuso-me a responder -0.1016     0.7229  -0.141 0.888259
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.16  on 162  degrees of freedom
## AIC: 207.16
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq8)
```

```
##
##                banco$fq8
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente  Discordo
## 3 anos ou menos  53                    44                    12
## 4 anos ou mais   22                    22                    2
##
## Odds ratio      1                    1.2                    0.41
## lower 95% CI    0.55                  0.04
## upper 95% CI    2.61                  2.06
##
##                banco$fq8
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  8
```

```

## 4 anos ou mais 3
##
## Odds ratio 0.9
## lower 95% CI 0.14
## upper 95% CI 4.24

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 2.051 , 3 d.f., P value = 0.562
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.594
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q9)
#
banco$fq9<- factor(banco$q9, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq9) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo parcialmente
## 47 14 41
## Discordo totalmente Recuso-me a responder
## 54 10

# Criando tabela de contingencia
tabela15 <- xtabs(~ banco$fq9 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela15)

## banco$ftempo.pro
## banco$fq9 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente 30 17 47
## Concordo totalmente 10 4 14
## Discordo parcialmente 30 11 41
## Discordo totalmente 40 14 54
## Recuso-me a responder 7 3 10
## Sum 117 49 166

prop.table(tabela15,1)

## banco$ftempo.pro
## banco$fq9 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo parcialmente 0.6382979 0.3617021
## Concordo totalmente 0.7142857 0.2857143

```

```

##   Discordo parcialmente          0.7317073      0.2682927
##   Discordo totalmente           0.7407407      0.2592593
##   Recuso-me a responder         0.7000000      0.3000000

# Modelo simples
fit.q9 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
summary(fit.q9)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9476  -0.8203  -0.7747   1.4261   1.6431
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.5680     0.3036  -1.871  0.0613 .
## banco$fq9Concordo totalmente  -0.3483     0.6649  -0.524  0.6004
## banco$fq9Discordo parcialmente -0.4353     0.4652  -0.936  0.3494
## banco$fq9Discordo totalmente  -0.4818     0.4343  -1.110  0.2672
## banco$fq9Recuso-me a responder -0.2793     0.7539  -0.370  0.7110
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.98  on 161  degrees of freedom
## AIC: 209.98
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq9)

##
##              banco$fq9
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente
## 3 anos ou menos 30                10
## 4 anos ou mais 17                4
##
## Odds ratio      1                0.71
## lower 95% CI    0.14
## upper 95% CI    2.96
##
##              banco$fq9
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Discordo totalmente
## 3 anos ou menos 30                40
## 4 anos ou mais 11                14
##
## Odds ratio      0.65                0.62
## lower 95% CI    0.23                0.24
## upper 95% CI    1.76                1.57
##
##              banco$fq9
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder

```

```
## 3 anos ou menos 7
## 4 anos ou mais 3
##
## Odds ratio 0.76
## lower 95% CI 0.11
## upper 95% CI 3.9
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 1.484 , 4 d.f., P value = 0.829
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.83
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
# Variavel independente (q10)
#
banco$fq10<- factor(banco$q10, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq10) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 41 108 15
## Recuso-me a responder
## 2
```

```
# Criando tabela de contingencia
tabela16 <- xtabs(~ banco$fq10 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela16)
```

```
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq10 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente 30 11 41
## Concordo totalmente 73 35 108
## Discordo 12 3 15
## Recuso-me a responder 2 0 2
## Sum 117 49 166
```

```
prop.table(tabela16,1)
```

```
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq10 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo parcialmente 0.7317073 0.2682927
## Concordo totalmente 0.6759259 0.3240741
```

```

##   Discordo                0.8000000      0.2000000
##   Recuso-me a responder    1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.q10 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
summary(fit.q10)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8851  -0.8851  -0.7904   1.5012   1.7941
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -1.0033     0.3525  -2.846  0.00442
##
## banco$fq10Concordo totalmente     0.2682     0.4081   0.657  0.51103
## banco$fq10Discordo                -0.3830     0.7355  -0.521  0.60254
## banco$fq10Recuso-me a responder -14.5628  1029.1215  -0.014  0.98871
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 198.76  on 162  degrees of freedom
## AIC: 206.76
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq10)

##
##              banco$fq10
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos   30                73                12
## 4 anos ou mais    11                35                3
##
## Odds ratio        1                1.31                0.69
## lower 95% CI      0.56                0.1
## upper 95% CI      3.24                3.28
##
##              banco$fq10
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos   2
## 4 anos ou mais    0
##
## Odds ratio        0
## lower 95% CI      0
## upper 95% CI      15.83

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 2.067 , 3 d.f., P value = 0.559
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.648
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
-----
# Variavel independente (q11)
#
banco$fq11<- factor(banco$q11, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq11) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                90                59                11
## Recuso-me a responder
##                6
```

```
# Criando tabela de contingencia
tabela17 <- xtabs(~ banco$fq11 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela17)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq11      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente                63                27  90
## Concordo totalmente                  44                15  59
## Discordo                             7                 4  11
## Recuso-me a responder                 3                 3   6
## Sum                                117                49 166
```

```
prop.table(tabela17,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq11      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente      0.7000000      0.3000000
## Concordo totalmente        0.7457627      0.2542373
## Discordo                    0.6363636      0.3636364
## Recuso-me a responder      0.5000000      0.5000000
```

```
# Modelo simples
fit.q11 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
summary(fit.q11)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq11, family = binomial(logit))
##
```

```

## Deviance Residuals:
##      Min        1Q      Median        3Q        Max
## -1.1774  -0.8446  -0.7660   1.5194   1.6550
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.8473    0.2300  -3.684  0.00023
***
## banco$fq11Concordo totalmente  -0.2288    0.3772  -0.607  0.54409
## banco$fq11Discordo             0.2877    0.6677   0.431  0.66655
## banco$fq11Recuso-me a responder  0.8473    0.8483   0.999  0.31787
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43 on 165 degrees of freedom
## Residual deviance: 199.59 on 162 degrees of freedom
## AIC: 207.59
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq11)

```

	banco\$fq11		
banco\$ftempo.pro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Discordo
3 anos ou menos	63	44	7
4 anos ou mais	27	15	4
Odds ratio	1	0.8	1.33
lower 95% CI		0.35	0.26
upper 95% CI		1.76	5.76

	banco\$fq11	
banco\$ftempo.pro	Recuso-me a responder	
3 anos ou menos	3	
4 anos ou mais	3	
Odds ratio	2.31	
lower 95% CI	0.29	
upper 95% CI	18.37	

```

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.943 , 3 d.f., P value = 0.584
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.546
##

```

```

## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q12)
#
banco$fq12<- factor(banco$q12, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq12) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                88                61                12
## Recuso-me a responder
##                5

# Criando tabela de contingencia
tabela18 <- xtabs(~ banco$fq12 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela18)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq12      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente                56                32  88
## Concordo totalmente                50                11  61
## Discordo                            8                 4  12
## Recuso-me a responder                3                 2   5
## Sum                                117                49 166

prop.table(tabela18,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq12      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.6363636    0.3636364
## Concordo totalmente      0.8196721    0.1803279
## Discordo                  0.6666667    0.3333333
## Recuso-me a responder    0.6000000    0.4000000

# Modelo simples
fit.q12 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
summary(fit.q12)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq12, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0108  -0.9508  -0.6306   1.4224   1.8509
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.5596    0.2216  -2.525  0.0116 *
## banco$fq12Concordo totalmente -0.9545    0.4000  -2.386  0.0170 *
## banco$fq12Discordo    -0.1335    0.6512  -0.205  0.8375
## banco$fq12Recuso-me a responder  0.1542    0.9394   0.164  0.8697

```

```
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 194.94  on 162  degrees of freedom
## AIC: 202.94
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq12)
```

```
##
##                banco$fq12
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos  56                    50                    8
## 4 anos ou mais   32                    11                    4
##
## Odds ratio        1                0.39                0.88
## lower 95% CI      0.16              0.16                0.18
## upper 95% CI      0.89              0.89                3.59
##
##                banco$fq12
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  3
## 4 anos ou mais   2
##
## Odds ratio        1.16
## lower 95% CI      0.09
## upper 95% CI      10.73
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 6.198 , 3 d.f., P value = 0.102
```

```
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.072
```

```
##
```

```
## Cell counts too small - graph not shown
```

```
##
```

```
#-----
# Variavel independente (q13)
#
banco$fq13<- factor(banco$q13, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq13) # verificando o n de cada categoria
```

```

##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
##                92                51                20
## Recuso-me a responder
##                3

# Criando tabela de contingencia
tabela19 <- xtabs(~ banco$fq13 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela19)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq13      3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente                64                28 92
## Concordo totalmente                  35                16 51
## Discordo                             16                 4 20
## Recuso-me a responder                  2                 1 3
## Sum                                   117                49 166

prop.table(tabela19,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq13      3 anos ou menos 4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.6956522    0.3043478
## Concordo totalmente      0.6862745    0.3137255
## Discordo                  0.8000000    0.2000000
## Recuso-me a responder    0.6666667    0.3333333

# Modelo simples
fit.q13 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
summary(fit.q13)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq13, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.8519  -0.8519   1.5227   1.7941
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.82668    0.22658  -3.648 0.000264
## ***
## banco$fq13Concordo totalmente    0.04392    0.37737    0.116 0.907350
## banco$fq13Discordo              -0.55962    0.60319   -0.928 0.353532
## banco$fq13Recuso-me a responder  0.13353    1.24553    0.107 0.914623
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 201.43 on 165 degrees of freedom
## Residual deviance: 200.35 on 162 degrees of freedom
## AIC: 208.35

```

```
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq13)

##
##
##          banco$fq13
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos  64                      35                      16
## 4 anos ou mais   28                      16                      4
##
## Odds ratio        1                      1.04                      0.57
## lower 95% CI      0.46                    0.46                    0.13
## upper 95% CI      2.32                    2.32                    2
##
##          banco$fq13
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  2
## 4 anos ou mais   1
##
## Odds ratio        1.14
## lower 95% CI      0.02
## upper 95% CI      22.77

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.013 , 3 d.f., P value = 0.798
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.792
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q14)
#
banco$fq14<- factor(banco$q14, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq14) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente  Concordo totalmente          Discordo
##                      72                      81          9
## Recuso-me a responder
##                      4

# Criando tabela de contingencia
tabela20 <- xtabs(~ banco$fq14 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela20)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq14      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente          47          25  72
## Concordo totalmente            60          21  81
## Discordo                       7           2   9
## Recuso-me a responder           3           1   4
## Sum                            117          49 166
```

```
prop.table(tabela20,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq14      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.6527778    0.3472222
## Concordo totalmente      0.7407407    0.2592593
## Discordo                  0.7777778    0.2222222
## Recuso-me a responder    0.7500000    0.2500000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q14 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
summary(fit.q14)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq14, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9236 -0.9236 -0.7747  1.4545  1.7344
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)        -0.6313    0.2475  -2.550  0.0108 *
## banco$fq14Concordo totalmente    -0.4186    0.3543  -1.181  0.2375
## banco$fq14Discordo        -0.6215    0.8391  -0.741  0.4589
## banco$fq14Recuso-me a responder  -0.4673    1.1809  -0.396  0.6923
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##    Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.73  on 162  degrees of freedom
## AIC: 207.73
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq14)
```

```
##
##                banco$fq14
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos  47                    60                    7
## 4 anos ou mais  25                    21                    2
##
## Odds ratio      1                    0.66                    0.54
```

```
## lower 95% CI 0.31 0.05
## upper 95% CI 1.4 3.14
## banco$fq14
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos 3
## 4 anos ou mais 1
##
## Odds ratio 0.63
## lower 95% CI 0.01
## upper 95% CI 8.33
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared approximation may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 1.709 , 3 d.f., P value = 0.635
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.637
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
```

```
# Variavel independente (q15)
```

```
#
```

```
banco$fq15<- factor(banco$q15, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo parcialmente", "Concordo totalmente", "Discordo","Recuso-me a responder"))
table(banco$fq15) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
```

```
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 75 80 8
## Recuso-me a responder
## 3
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela21 <- xtabs(~ banco$fq15 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela21)
```

```
## banco$ftempo.pro
## banco$fq15 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente 52 23 75
## Concordo totalmente 58 22 80
## Discordo 4 4 8
## Recuso-me a responder 3 0 3
## Sum 117 49 166
```

```
prop.table(tabela21,1)
```

```

##                                banco$ftempo.pro
## banco$fq15                    3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente         0.6933333      0.3066667
## Concordo totalmente           0.7250000      0.2750000
## Discordo                       0.5000000      0.5000000
## Recuso-me a responder         1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.q15 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
summary(fit.q15)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq15, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.8559  -0.8020   1.5375   1.6068
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.8157    0.2504  -3.258  0.00112 **
## banco$fq15Concordo totalmente  -0.1537    0.3541  -0.434  0.66437
## banco$fq15Discordo           0.8157    0.7501   1.087  0.27683
## banco$fq15Recuso-me a responder -14.7503  840.2742  -0.018  0.98599
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 197.66  on 162  degrees of freedom
## AIC: 205.66
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq15)

##
##                                banco$fq15
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 3 anos ou menos   52                    58                    4
## 4 anos ou mais    23                    22                    4
##
## Odds ratio         1                    0.86                    2.24
## lower 95% CI       0.4                    0.38
## upper 95% CI       1.82                   13.14
##
##                                banco$fq15
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos   3
## 4 anos ou mais    0
##
## Odds ratio        0
## lower 95% CI      0
## upper 95% CI      5.83

```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 3.074 , 3 d.f., P value = 0.38
```

```
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.429
```

```
##
```

```
## Cell counts too small - graph not shown
```

```
##
```

```
#-----
-----
```

```
# Variavel independente (q16)
```

```
#
```

```
banco$fq16<- factor(banco$q16,levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
```

```
table(banco$fq16) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
```

```
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo parcialmente
##                16                106                9
```

```
##   Discordo totalmente      Recuso-me a responder
```

```
##                34                1
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela22 <- xtabs(~ banco$fq16 + banco$ftempo.pro)
```

```
addmargins(tabela22)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq16      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente                13                3  16
## Concordo totalmente                  75                31 106
## Discordo parcialmente                 6                 3   9
## Discordo totalmente                  22                12  34
## Recuso-me a responder                 1                 0   1
## Sum                                117                49 166
```

```
prop.table(tabela22,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq16      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente                0.8125000    0.1875000
## Concordo totalmente                  0.7075472    0.2924528
## Discordo parcialmente                 0.6666667    0.3333333
## Discordo totalmente                  0.6470588    0.3529412
## Recuso-me a responder                 1.0000000    0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q16 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
summary(fit.q16)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq16, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9331  -0.8318  -0.8318   1.4432   1.8297
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.4663     0.6405  -2.289  0.0221 *
## banco$fq16Concordo totalmente    0.5828     0.6752   0.863  0.3880
## banco$fq16Discordo parcialmente  0.7732     0.9541   0.810  0.4177
## banco$fq16Discordo totalmente    0.8602     0.7342   1.172  0.2413
## banco$fq16Recuso-me a responder -13.0997    882.7436  -0.015  0.9882
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.17  on 161  degrees of freedom
## AIC: 209.17
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 13
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq16)
```

```
##
##              banco$fq16
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente
## 3 anos ou menos 13                      75
## 4 anos ou mais  3                      31
##
## Odds ratio      1          1.78
## lower 95% CI    0.45
## upper 95% CI    10.43
##
##              banco$fq16
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Discordo totalmente
## 3 anos ou menos  6                      22
## 4 anos ou mais   3                      12
##
## Odds ratio      2.1          2.33
## lower 95% CI    0.21         0.49
## upper 95% CI    20.88        15.23
##
##              banco$fq16
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  1
## 4 anos ou mais   0
##
## Odds ratio      0
```

```

## lower 95% CI      0
## upper 95% CI    181.49

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.923 , 4 d.f., P value = 0.75
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.784
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q17)
#
banco$fq17<- factor(banco$q17, levels=c(1,2,3,4,5), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo parcialmente", "Discordo
totalmente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq17) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo parcialmente
##                67                22                22
##   Discordo totalmente      Recuso-me a responder
##                53                2

# Criando tabela de contingencia
tabela23 <- xtabs(~ banco$fq17 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela23)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq17      3 anos ou menos  4 anos ou mais Sum
## Concordo parcialmente                50                17  67
## Concordo totalmente                   16                 6  22
## Discordo parcialmente                 14                 8  22
## Discordo totalmente                   36                17  53
## Recuso-me a responder                   1                 1   2
## Sum                117                49 166

prop.table(tabela23,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq17      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente                0.7462687                0.2537313
## Concordo totalmente                   0.7272727                0.2727273
## Discordo parcialmente                 0.6363636                0.3636364
## Discordo totalmente                   0.6792453                0.3207547
## Recuso-me a responder                 0.5000000                0.5000000

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q17 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq17, family = binomial(logit))
summary(fit.q17)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq17, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.8795  -0.7651   1.4224   1.6562
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)   -1.07881    0.28076  -3.843 0.000122
***
## banco$fq17Concordo totalmente    0.09798    0.55497    0.177 0.859861
## banco$fq17Discordo parcialmente  0.51919    0.52464    0.990 0.322364
## banco$fq17Discordo totalmente    0.32850    0.40672    0.808 0.419273
## banco$fq17Recuso-me a responder  1.07881    1.44181    0.748 0.454320
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 201.43  on 165  degrees of freedom
## Residual deviance: 199.80  on 161  degrees of freedom
## AIC: 209.8
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq17)
```

```
##
##              banco$fq17
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente
## 3 anos ou menos  50                      16
## 4 anos ou mais   17                      6
##
## Odds ratio      1                      1.1
## lower 95% CI    0.3
## upper 95% CI    3.61
##
##              banco$fq17
## banco$ftempo.pro Discordo parcialmente Discordo totalmente
## 3 anos ou menos  14                      36
## 4 anos ou mais   8                      17
##
## Odds ratio      1.67                    1.39
## lower 95% CI    0.51                    0.58
## upper 95% CI    5.21                    3.33
##
##              banco$fq17
## banco$ftempo.pro Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos  1
## 4 anos ou mais   1
##
```

```
## Odds ratio      2.89
## lower 95% CI    0.04
## upper 95% CI    234.91

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.672 , 4 d.f., P value = 0.796
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.721
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

Untitled

Germana

14/12/2020

Análise coordenadores de estágio

```
#install.packages("epiDisplay")
#install.packages("car")
#install.packages("ggplot2")
#install.packages("ResourceSelection")
library(ResourceSelection)

## ResourceSelection 0.3-5    2019-07-22

library(epiDisplay)

## Loading required package: foreign
## Loading required package: survival
## Loading required package: MASS
## Loading required package: nnet

library(car)

## Loading required package: carData

library(ggplot2)

##
## Attaching package: 'ggplot2'
```

```

## The following object is masked from 'package:epiDisplay':
##
##      alpha

# Importando o banco de dados
setwd("C:/Users/germa/OneDrive/Área de Trabalho/Análise_Gisela")
banco <- read.csv2("banco3.csv")

# convertendo os nomes das variáveis para letra minúscula
names(banco) <- casefold(names(banco), upper=F)
names(banco)      # nomes das variáveis

## [1] "gênero "          "idade"
## [3] "escolaridade"    "servidor"
## [5] "anos.de.servidor" "tempo.de.pro.reitoria"
## [7] "pessoas.na.atividade.de.ex." "q1"
## [9] "q2"              "q3"
## [11] "q4"              "q5"
## [13] "q6"              "q7"
## [15] "q8"              "q9"
## [17] "q10"

head(banco)

##      gênero idade escolaridade servidor anos.de.servidor
tempo.de.pro.reitoria
## 1      2      3              1      1              3
1
## 2      2      1              1      1              2
0
## 3      2      3              1      1              3
1
## 4      1      1              1      1              1
0
## 5      2      1              4      1              3
0
## 6      2      2              4      1              2
1
##      pessoas.na.atividade.de.ex. q1 q2 q3 q4 q5 q6 q7 q8 q9 q10
## 1              3 2 1 2 1 2 2 2 2 1 1
## 2              3 2 2 1 2 1 2 1 2 1 2
## 3              1 2 1 3 1 3 2 1 1 1 1
## 4              1 2 1 1 1 3 1 1 1 2 2
## 5              4 1 2 2 2 3 1 1 1 2 2
## 6              1 3 2 2 2 3 2 2 2 1 1

#-----
#-----
# Variavel dependente criando fatores
#
banco$ftempo.pro <- factor(banco$tempo.de.pro.reitoria, levels=c(0,1),
labels=c("3 anos ou menos ", "4 anos ou mais "))
table(banco$ftempo.pro) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## 3 anos ou menos      4 anos ou mais
##                   42                17

##-----
-----
# Variavel independente (gênero)
#
banco$f gênero <- factor(banco$ gênero, levels=c(1,2), labels=c("masculino",
"feminino"))
table(banco$f gênero) # verificando o n de cada categoria

##
## masculino feminino
##          25          34

# Criando tabela de contingencia
tabela <- xtabs(~ banco$f gênero + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$f gênero 3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## masculino          20             5  25
## feminino          22             12  34
## Sum                42             17  59

prop.table(tabela,1)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$f gênero 3 anos ou menos  4 anos ou mais
## masculino          0.8000000      0.2000000
## feminino          0.6470588      0.3529412

# Modelo simples
fit.gênero <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
summary(fit.gênero)

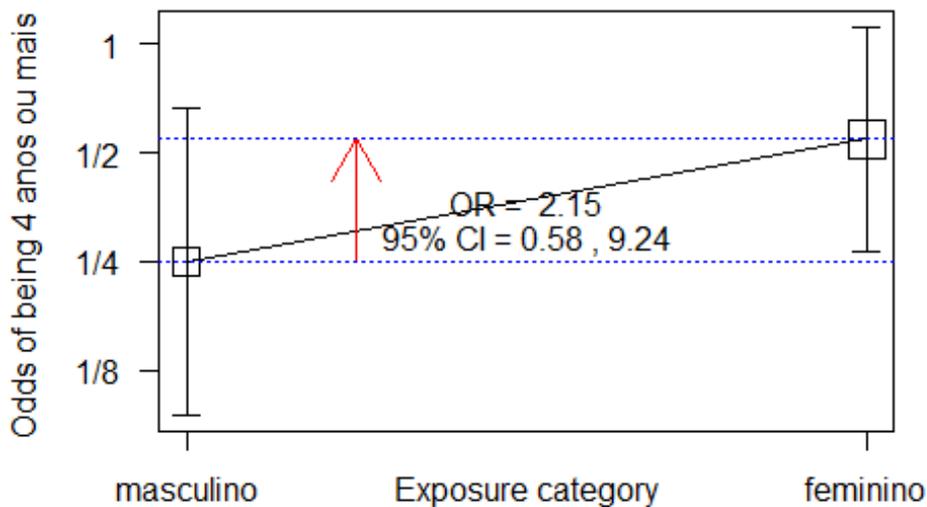
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$f gênero, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9331 -0.9331 -0.6681  1.4432  1.7941
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.3863    0.5000  -2.773  0.00556 **
## banco$f gênero feminino  0.7802    0.6155  1.268  0.20494
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

```

```
##
## Null deviance: 70.856 on 58 degrees of freedom
## Residual deviance: 69.169 on 57 degrees of freedom
## AIC: 73.169
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$f gênero)
```

Odds ratio from prospective/X-sectional study



Exposure = \$, outcome = \$
Exposure = banco, outcome = banco

```
##
## banco$f gênero
## banco$ftempo.pro masculino feminino Total
## 3 anos ou menos 20 22 42
## 4 anos ou mais 5 12 17
## Total 25 34 59
##
## OR = 2.18
## 95% CI = 0.65, 7.29
## Chi-squared = 1.64, 1 d.f., P value = 0.2
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.252
```

```
#-----
# Variavel independente (idade)
#
banco$fidade <- factor(banco$idade, levels=c(1,2,3), labels=c("entre 32-43", "entre 18-31 ", "44 ou mais "))
table(banco$fidade) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## eentre 32-43 entre 18-31 44 ou mais
##          28          12          19

# Criando tabela de contingencia
tabela1 <- xtabs(~ banco$fidade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fidade 3 anos ou menos 4 anos ou mais Sum
## eentre 32-43          24          4 28
## entre 18-31          10          2 12
## 44 ou mais          8          11 19
## Sum          42          17 59

prop.table(tabela1,1)

##          banco$ftempo.pro
## banco$fidade 3 anos ou menos 4 anos ou mais
## eentre 32-43          0.8571429          0.1428571
## entre 18-31          0.8333333          0.1666667
## 44 ou mais          0.4210526          0.5789474

# Modelo simples
fit.idade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
summary(fit.idade)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fidade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.3153 -0.6039 -0.5553  1.0455  1.9728
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.7918    0.5401  -3.318 0.000908 ***
## banco$fidadeentre 18-31    0.1823    0.9443   0.193 0.846896
## banco$fidade44 ou mais    2.1102    0.7124   2.962 0.003057 **
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 59.644  on 56  degrees of freedom
## AIC: 65.644
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fidade)
```

```

##
##          banco$fidade
## banco$ftempo.pro  eentre 32-43  entre 18-31  44 ou mais
##   3 anos ou menos  24             10         8
##   4 anos ou mais   4              2         11
##
## Odds ratio        1             1.19        7.82
## lower 95% CI      0.09         1.72
## upper 95% CI      10           43.98

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 11.578 , 2 d.f., P value = 0.003
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.003
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
#-----
# Variavel independente (escolaridade)
#
banco$fescolaridade <- factor(banco$escolaridade, levels=c(1,2,3,4,5),
labels=c("Especialização", "Ensino médio",
"Graduação", "Mestrado", "Doutorado ou PhD"))
table(banco$fescolaridade) # verificando o n de cada categoria

##
##   Especialização      Ensino médio      Graduação      Mestrado
##           21              2              4              18
##   Doutorado ou PhD
##           14

# Criando tabela de contingencia
tabela2 <- xtabs(~ banco$fescolaridade + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela2)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
##   Especialização          11          10  21
##   Ensino médio             2           0   2
##   Graduação                4           0   4
##   Mestrado                 15           3  18
##   Doutorado ou PhD        10           4  14
##   Sum                     42          17  59

prop.table(tabela2,1)

```

```

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fescolaridade 3 anos ou menos  4 anos ou mais
##   Especialização           0.5238095      0.4761905
##   Ensino médio              1.0000000      0.0000000
##   Graduação                 1.0000000      0.0000000
##   Mestrado                   0.8333333      0.1666667
##   Doutorado ou PhD          0.7142857      0.2857143

# Modelo simples
fit.escolaridade <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
summary(fit.escolaridade)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fescolaridade, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1372  -0.8203  -0.6039   1.2181   1.8930
##
## Coefficients:
##                               Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)                   -0.09531    0.43693  -0.218
0.8273
## banco$fescolaridadeEnsino médio  -17.47076  2797.44197  -0.006
0.9950
## banco$fescolaridadeGraduação     -17.47076  1978.09021  -0.009
0.9930
## banco$fescolaridadeMestrado       -1.51413    0.76871  -1.970
0.0489
## banco$fescolaridadeDoutorado ou PhD -0.82098    0.73547  -1.116
0.2643
##
## (Intercept)
## banco$fescolaridadeEnsino médio
## banco$fescolaridadeGraduação
## banco$fescolaridadeMestrado      *
## banco$fescolaridadeDoutorado ou PhD
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 62.036  on 54  degrees of freedom
## AIC: 72.036
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 16

cc(banco$ftempo.pro, banco$fescolaridade)

```

```

##
##                banco$fescolaridade
## banco$ftempo.pro  Especialização Ensino médio Graduação Mestrado
##   3 anos ou menos   11                2            4          15
##   4 anos ou mais    10                0            0           3
##
## Odds ratio         1                0            0          0.23
## lower 95% CI       0                0            0          0.03
## upper 95% CI       6.9              2.14         1.17
##                banco$fescolaridade
## banco$ftempo.pro  Doutorado ou PhD
##   3 anos ou menos   10
##   4 anos ou mais    4
##
## Odds ratio         0.45
## lower 95% CI       0.08
## upper 95% CI       2.24

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 7.345 , 4 d.f., P value = 0.119
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.15
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (servidor)
#
banco$fservidor <- factor(banco$servidor, levels=c(1,2,3),
labels=c("Técnico administrativo", "docente", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fservidor) # verificando o n de cada categoria

##
## Técnico administrativo          docente  Recuso-me a responder
##                33                24                2

# Criando tabela de contingencia
tabela3 <- xtabs(~ banco$fservidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela3)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor  3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Técnico administrativo      22      11      33
## docente                      19       5      24
## Recuso-me a responder        1       1       2
## Sum                          42      17      59

```

```
prop.table(tabela3,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fservidor    3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Técnico administrativo    0.6666667    0.3333333
## docente                  0.7916667    0.2083333
## Recuso-me a responder    0.5000000    0.5000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
summary(fit.servidor)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fservidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.9005  -0.6835   1.4823   1.7712
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.6931    0.3693  -1.877
0.0605
## banco$fservidordocente          -0.6419    0.6237  -1.029
0.3034
## banco$fservidorRecuso-me a responder    0.6931    1.4616   0.474
0.6353
##
## (Intercept)          .
## banco$fservidordocente
## banco$fservidorRecuso-me a responder
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 69.346  on 56  degrees of freedom
## AIC: 75.346
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fservidor)
```

```
##
##                banco$fservidor
## banco$ftempo.pro Técnico administrativo docente Recuso-me a
responder
## 3 anos ou menos    22                19         1
## 4 anos ou mais    11                5         1
##
```

```

## Odds ratio          1          0.53    1.96
## lower 95% CI        0.12    0.02
## upper 95% CI        2.04    163.77

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.511 , 2 d.f., P value = 0.47
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.363
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (tempo de servidor)
#
banco$ftempo.servidor <- factor(banco$anos.de.servidor, levels=c(1,2,3,4),
labels=c("de 7 a 10 anos ", ": 6 anos ou menos ", "11 anos ou mais
", "Recuso-me a responder "))
table(banco$ftempo.servidor) # verificando o n de cada categoria

##
##      de 7 a 10 anos      : 6 anos ou menos      11 anos ou mais
##                19                28                11
## Recuso-me a responder
##                1

# Criando tabela de contingencia
tabela4 <- xtabs(~ banco$ftempo.servidor + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela4)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor  3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## de 7 a 10 anos                13                6  19
## : 6 anos ou menos              24                4  28
## 11 anos ou mais                4                7  11
## Recuso-me a responder          1                0  1
## Sum                            42               17  59

prop.table(tabela4,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$ftempo.servidor  3 anos ou menos  4 anos ou mais
## de 7 a 10 anos                0.6842105    0.3157895
## : 6 anos ou menos              0.8571429    0.1428571
## 11 anos ou mais                0.3636364    0.6363636
## Recuso-me a responder          1.0000000    0.0000000

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.tempo.servidor <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family
= binomial(logit))
summary(fit.tempo.servidor)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$ftempo.servidor, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.4224  -0.8712  -0.5553   0.9508   1.9728
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z
value
## (Intercept)          -0.7732    0.4935  -
1.567
## banco$ftempo.servidor: 6 anos ou menos          -1.0186    0.7316  -
1.392
## banco$ftempo.servidor11 anos ou mais             1.3328    0.7978
1.671
## banco$ftempo.servidorRecuso-me a responder     -14.7929  1455.3976  -
0.010
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)          0.1172
## banco$ftempo.servidor: 6 anos ou menos          0.1639
## banco$ftempo.servidor11 anos ou mais           0.0948 .
## banco$ftempo.servidorRecuso-me a responder     0.9919
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 61.086  on 55  degrees of freedom
## AIC: 69.086
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$ftempo.servidor)
```

```
##
##              banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro  de 7 a 10 anos  : 6 anos ou menos  11 anos ou mais
##   3 anos ou menos  13              24              4
##   4 anos ou mais   6              4              7
##
## Odds ratio          1              0.37            3.61
## lower 95% CI        0.06            0.63
## upper 95% CI        1.88            24.39
##
##              banco$ftempo.servidor
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos  1
```

```
## 4 anos ou mais 0
##
## Odds ratio 0
## lower 95% CI 0
## upper 95% CI 90.87
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 9.86 , 3 d.f., P value = 0.02
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.015
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
#-----
```

```
# Variavel independente (pessoas)
```

```
#
```

```
banco$fpessoas <- factor(banco$pessoas.na.atividade.de.ex.,
levels=c(1,2,3,4), labels=c("2 pessoas ", "1 pessoa ", "3 pessoas ou mais
", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fpessoas) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
##          2 pessoas          1 pessoa          3 pessoas ou mais
##          30                13                13
## Recuso-me a responder
##          3
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela5 <- xtabs(~ banco$fpessoas + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela5)
```

```
##          banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## 2 pessoas      21                9           30
## 1 pessoa       11                2           13
## 3 pessoas ou mais  7                6           13
## Recuso-me a responder  3                0           3
## Sum           42                17           59
```

```
prop.table(tabela5,1)
```

```
##          banco$ftempo.pro
## banco$fpessoas  3 anos ou menos  4 anos ou mais
## 2 pessoas      0.7000000        0.3000000
## 1 pessoa       0.8461538        0.1538462
```

```

##      3 pessoas ou mais          0.5384615      0.4615385
##      Recuso-me a responder      1.0000000      0.0000000

# Modelo simples
fit.pessoas <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
summary(fit.pessoas)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fpessoas, family =
binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1127  -0.8446  -0.5780   1.2435   1.9348
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.8473     0.3984  -2.127
0.0334
## banco$fpessoas1 pessoa          -0.8575     0.8658  -0.990
0.3220
## banco$fpessoas3 pessoas ou mais     0.6931     0.6843   1.013
0.3111
## banco$fpessoasRecuso-me a responder -16.7188 2284.1018  -0.007
0.9942
##
## (Intercept) *
## banco$fpessoas1 pessoa
## banco$fpessoas3 pessoas ou mais
## banco$fpessoasRecuso-me a responder
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 65.759  on 55  degrees of freedom
## AIC: 73.759
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 16

cc(banco$ftempo.pro, banco$fpessoas)

##
##              banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro  2 pessoas  1 pessoa  3 pessoas ou mais
## 3 anos ou menos  21          11          7
## 4 anos ou mais   9           2           6
##
## Odds ratio      1           0.43        1.97
## lower 95% CI    0.04        0.42
## upper 95% CI    2.66        9.27

```

```

##                               banco$fpessoas
## banco$ftempo.pro             Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos           3
##   4 anos ou mais           0
##
## Odds ratio                   0
## lower 95% CI                 0
## upper 95% CI                 6.63

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 4.284 , 3 d.f., P value = 0.232
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.263
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q1)
#
banco$fq1<- factor(banco$q1, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo"))
table(banco$fq1) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                10                43                6

# Criando tabela de contingencia
tabela7 <- xtabs(~ banco$fq1 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela7)

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq1                3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente                8                2   10
## Concordo totalmente                  31                12   43
## Discordo                             3                 3    6
## Sum                                 42                17   59

prop.table(tabela7,1)

##                               banco$ftempo.pro
## banco$fq1                3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente                0.8000000  0.2000000
## Concordo totalmente                  0.7209302  0.2790698
## Discordo                             0.5000000  0.5000000

```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q1 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
summary(fit.q1)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq1, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.177  -0.809  -0.809   1.177   1.794
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -1.3863     0.7906  -1.754  0.0795 .
## banco$fq1Concordo totalmente  0.4372     0.8606   0.508  0.6114
## banco$fq1Discordo      1.3863     1.1365   1.220  0.2225
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 69.244  on 56  degrees of freedom
## AIC: 75.244
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq1)
```

```
##
##              banco$fq1
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
Discordo
##   3 anos ou menos    8                31                3
##   4 anos ou mais    2                12                3
##
## Odds ratio          1                1.54                3.63
## lower 95% CI        0.25              0.27
## upper 95% CI        16.91             66.21
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 1.709 , 2 d.f., P value = 0.426
```

```
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.505
```

```
##
```

```

## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q2)
#
banco$fq2<- factor(banco$q2, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo"))
table(banco$fq2) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                10                36                13

# Criando tabela de contingencia
tabela8 <- xtabs(~ banco$fq2 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela8)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente                7                3   10
## Concordo totalmente                  26               10   36
## Discordo                             9                4   13
## Sum                                 42               17   59

prop.table(tabela8,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq2      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente      0.7000000      0.3000000
## Concordo totalmente        0.7222222      0.2777778
## Discordo                    0.6923077      0.3076923

# Modelo simples
fit.q2 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
summary(fit.q2)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq2, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8576  -0.8446  -0.8067   1.5353   1.6006
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.84730    0.69007  -1.228   0.220
## banco$fq2Concordo totalmente -0.10821    0.78400  -0.138   0.890
## banco$fq2Discordo      0.03637    0.91504   0.040   0.968
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 70.806  on 56  degrees of freedom

```

```

## AIC: 76.806
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq2)

##
##
##          banco$fq2
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
Discordo
##   3 anos ou menos   7                    26                    9
##   4 anos ou mais   3                    10                    4
##
## Odds ratio          1                    0.9                    1.04
## lower 95% CI        0.16                 0.12
## upper 95% CI        6.45                 9.54

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.05 , 2 d.f., P value = 0.975
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q3)
#
banco$fq3<- factor(banco$q3, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo"))
table(banco$fq3) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                8                41                10

# Criando tabela de contingencia
tabela9 <- xtabs(~ banco$fq3 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela9)

##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente      7                1      8
## Concordo totalmente      29               12     41
## Discordo                   6                4     10
## Sum                       42               17     59

```

```
prop.table(tabela9,1)
```

```
##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq3      3 anos ou menos  4 anos ou mais
##  Concordo parcialmente      0.8750000      0.1250000
##  Concordo totalmente        0.7073171      0.2926829
##  Discordo                    0.6000000      0.4000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q3 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
summary(fit.q3)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq3, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0108  -0.8322  -0.8322   1.3537   2.0393
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -1.946      1.069  -1.820  0.0687 .
## banco$fq3Concordo totalmente    1.064      1.123   0.947  0.3435
## banco$fq3Discordo              1.540      1.249   1.234  0.2174
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 69.061  on 56  degrees of freedom
## AIC: 75.061
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq3)
```

```
##
##                banco$fq3
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
Discordo
##  3 anos ou menos    7                    29                    6
##  4 anos ou mais     1                    12                    4
##
## Odds ratio          1                    2.85                    4.3
## lower 95% CI        0.31                    0.31
## upper 95% CI        141.16                   261.52
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 1.652 , 2 d.f., P value = 0.438
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.548
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
-----
# Variavel independente (q4)
#
banco$fq4<- factor(banco$q4, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo"))
table(banco$fq4) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                25                19                15

# Criando tabela de contingencia
tabela10 <- xtabs(~ banco$fq4 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela10)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq4      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente           17           8  25
## Concordo totalmente             14           5  19
## Discordo                        11           4  15
## Sum                             42          17  59

prop.table(tabela10,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq4      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente      0.6800000      0.3200000
## Concordo totalmente        0.7368421      0.2631579
## Discordo                    0.7333333      0.2666667

# Modelo simples
fit.q4 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
summary(fit.q4)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq4, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8782  -0.8782  -0.7815   1.5096   1.6340
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.7538     0.4287  -1.758  0.0787 .

```

```
## banco$fq4Concordo totalmente -0.2758 0.6747 -0.409 0.6827
## banco$fq4Discordo -0.2578 0.7244 -0.356 0.7219
## ---
## Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
## Null deviance: 70.856 on 58 degrees of freedom
## Residual deviance: 70.642 on 56 degrees of freedom
## AIC: 76.642
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq4)
```

```
##
## banco$ftempo.pro banco$fq4
## banco$ftempo.pro Concordo parcialmente Concordo totalmente
Discordo
## 3 anos ou menos 17 14 11
## 4 anos ou mais 8 5 4
##
## Odds ratio 1 0.76 0.78
## lower 95% CI 0.16 0.14
## upper 95% CI 3.39 3.83
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 0.215 , 2 d.f., P value = 0.898
```

```
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.936
```

```
##
```

```
## Cell counts too small - graph not shown
```

```
##
```

```
#-----
```

```
# Variavel independente (q5)
```

```
#
```

```
banco$fq5<- factor(banco$q5, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo", "Recuso-me a
responder"))
```

```
table(banco$fq5) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
## Concordo parcialmente Concordo totalmente Discordo
## 30 13 14
## Recuso-me a responder
## 2
```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela11 <- xtabs(~ banco$fq5 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela11)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq5      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente           21             9   30
## Concordo totalmente             11             2   13
## Discordo                        9             5   14
## Recuso-me a responder            1             1    2
## Sum                             42            17   59
```

```
prop.table(tabela11,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq5      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente           0.7000000      0.3000000
## Concordo totalmente             0.8461538      0.1538462
## Discordo                        0.6428571      0.3571429
## Recuso-me a responder            0.5000000      0.5000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q5 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
summary(fit.q5)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq5, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.1774  -0.8446  -0.8446   1.4350   1.9348
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.8473     0.3984  -2.127  0.0334 *
## banco$fq5Concordo totalmente  -0.8575     0.8658  -0.990  0.3220
## banco$fq5Discordo           0.2595     0.6854   0.379  0.7050
## banco$fq5Recuso-me a responder  0.8473     1.4693   0.577  0.5642
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.836  on 55  degrees of freedom
## AIC: 76.836
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq5)
```

```
##
##                banco$fq5
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
```

```

Discordo
##   3 anos ou menos   21           11           9
##   4 anos ou mais    9            2           5
##
##   Odds ratio        1           0.43          1.29
##   lower 95% CI      0.04          0.26
##   upper 95% CI     2.66          5.92
##
## banco$fq5
## banco$ftempo.pro   Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos   1
##   4 anos ou mais    1
##
##   Odds ratio        2.27
##   lower 95% CI      0.03
##   upper 95% CI     191.39

```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 1.926 , 3 d.f., P value = 0.588
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.509
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```

#-----
# Variavel independente (q6)
#
banco$fq6<- factor(banco$q6,levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq6) # verificando o n de cada categoria

```

```

##
## Concordo parcialmente   Concordo totalmente   Discordo
##                   18                   32                   5
## Recuso-me a responder
##                   4

```

```

# Criando tabela de contingencia
tabela12 <- xtabs(~ banco$fq6 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela12)

```

```

##
## banco$fq6          banco$ftempo.pro
##                   3 anos ou menos   4 anos ou mais   Sum
## Concordo parcialmente           10           8   18
## Concordo totalmente             23           9   32
## Discordo                         5           0   5

```

```
## Recuso-me a responder          4          0  4
## Sum                            42         17 59
```

```
prop.table(tabela12,1)
```

```
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq6      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente    0.5555556    0.4444444
## Concordo totalmente      0.7187500    0.2812500
## Discordo                  1.0000000    0.0000000
## Recuso-me a responder    1.0000000    0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q6 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
summary(fit.q6)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq6, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0842  -0.8127  -0.8127   1.2735   1.5928
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)    -0.2231     0.4743  -0.470   0.638
## banco$fq6Concordo totalmente -0.7151     0.6161  -1.161   0.246
## banco$fq6Discordo    -18.3429  2917.0127  -0.006   0.995
## banco$fq6Recuso-me a responder -18.3429  3261.3193  -0.006   0.996
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 62.755  on 55  degrees of freedom
## AIC: 70.755
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 17
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq6)
```

```
##
##                banco$fq6
## banco$ftempo.pro  Concordo parcialmente  Concordo totalmente
Discordo
## 3 anos ou menos   10                    23                    5
## 4 anos ou mais    8                     9                     0
##
## Odds ratio        1                    0.5                    0
## lower 95% CI      0.12                 0.12                    0
## upper 95% CI      1.95                 1.95                    1.87
##
##                banco$fq6
## banco$ftempo.pro  Recuso-me a responder
## 3 anos ou menos   4
## 4 anos ou mais    0
```

```
##
## Odds ratio          0
## lower 95% CI       0
## upper 95% CI       2.52

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 5.794 , 3 d.f., P value = 0.122
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.163
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
# Variavel independente (q7)
#
banco$fq7 <- factor(banco$q7, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo"))
table(banco$fq7) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                24                29                6

# Criando tabela de contingencia
tabela13 <- xtabs(~ banco$fq7 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela13)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq7      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente          16           8      24
## Concordo totalmente            21           8      29
## Discordo                       5           1       6
## Sum                             42          17      59

prop.table(tabela13,1)

##
##                banco$ftempo.pro
## banco$fq7      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente          0.6666667      0.3333333
## Concordo totalmente            0.7241379      0.2758621
## Discordo                       0.8333333      0.1666667

# Modelo simples
fit.q7 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
summary(fit.q7)
```

```

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq7, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.9005  -0.9005  -0.8035   1.4823   1.8930
##
## Coefficients:
##              Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)      -0.6931     0.4330  -1.601   0.109
## banco$fq7Concordo totalmente -0.2719     0.6001  -0.453   0.650
## banco$fq7Discordo      -0.9163     1.1779  -0.778   0.437
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 70.122  on 56  degrees of freedom
## AIC: 76.122
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 4

```

```

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq7)

```

	banco\$fq7		
banco\$ftempo.pro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Discordo
3 anos ou menos	16	21	5
4 anos ou mais	8	8	1
Odds ratio	1	0.77	0.41
lower 95% CI		0.2	0.01
upper 95% CI		2.92	4.67

```

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 0.692 , 2 d.f., P value = 0.708
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.772
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
#-----
# Variavel independente (q8)
#

```

```

banco$fq8<- factor(banco$q8, levels=c(1,2,3,4), labels=c("Concordo
parcialmente ", "Concordo totalmente ", "Discordo", "Recuso-me a
responder"))
table(banco$fq8) # verificando o n de cada categoria

##
## Concordo parcialmente      Concordo totalmente      Discordo
##                26                22                9
## Recuso-me a responder
##                2

# Criando tabela de contingencia
tabela14 <- xtabs(~ banco$fq8 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela14)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq8      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo parcialmente                15                11  26
## Concordo totalmente                17                5  22
## Discordo                            8                 1   9
## Recuso-me a responder                2                 0   2
## Sum                                42                17  59

prop.table(tabela14,1)

##                banco$ftempo.pro
## banco$fq8      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo parcialmente                0.5769231        0.4230769
## Concordo totalmente                0.7727273        0.2272727
## Discordo                            0.8888889        0.1111111
## Recuso-me a responder                1.0000000        0.0000000

# Modelo simples
fit.q8 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
summary(fit.q8)

##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq8, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##    Min       1Q   Median       3Q      Max
## -1.0489  -0.8835  -0.7181   1.3116   2.0963
##
## Coefficients:
##                Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
## (Intercept)          -0.3102    0.3970  -0.781   0.435
## banco$fq8Concordo totalmente  -0.9136    0.6453  -1.416   0.157
## banco$fq8Discordo          -1.7693    1.1325  -1.562   0.118
## banco$fq8Recuso-me a responder -16.2559  1696.7344  -0.010   0.992
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##    Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 65.287  on 55  degrees of freedom

```

```

## AIC: 73.287
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 15

cc(banco$ftempo.pro, banco$fq8)

##
##
## banco$ftempo.pro      banco$fq8
## banco$ftempo.pro      Concordo parcialmente  Concordo totalmente
Discordo
##   3 anos ou menos      15                17                8
##   4 anos ou mais      11                5                 1
##
## Odds ratio            1                0.41                0.18
## lower 95% CI          0.09                0
## upper 95% CI          1.65                1.67
##
## banco$ftempo.pro      banco$fq8
## banco$ftempo.pro      Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos      2
##   4 anos ou mais      0
##
## Odds ratio            0
## lower 95% CI          0
## upper 95% CI          8.27

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect

## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect

## Chi-squared = 4.89 , 3 d.f., P value = 0.18
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.24
##
## Cell counts too small - graph not shown
##

#-----
#-----
# Variavel independente (q9)
#
banco$fq9<- factor(banco$q9, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma maneira ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq9) # verificando o n de cada categoria

##
##          Concordo totalmente  Não concorda de alguma maneira
##                37                21
## Recuso-me a responder
##                1

```

```
# Criando tabela de contingencia
```

```
tabela15 <- xtabs(~ banco$fq9 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela15)
```

```
##
##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq9      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente                27          10  37
## Não concorda de alguma maneira      15           6  21
## Recuso-me a responder                0           1   1
## Sum                                42          17  59
```

```
prop.table(tabela15,1)
```

```
##
##          banco$ftempo.pro
## banco$fq9      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.7297297      0.2702703
## Não concorda de alguma maneira  0.7142857      0.2857143
## Recuso-me a responder      0.0000000      1.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q9 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
summary(fit.q9)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq9, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##   Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8203  -0.8071  -0.7938   1.5829   1.6176
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)    -0.99325    0.37019  -2.683
## banco$fq9Não concorda de alguma maneira  0.07696    0.60858  0.126
## banco$fq9Recuso-me a responder      16.55932  1455.39758  0.011
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)    0.00729 **
## banco$fq9Não concorda de alguma maneira  0.89937
## banco$fq9Recuso-me a responder      0.99092
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##   Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 68.308  on 56  degrees of freedom
## AIC: 74.308
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq9)
```

```
##
##          banco$fq9
```

```
## banco$ftempo.pro      Concordo totalmente  Não concorda de alguma maneira
##   3 anos ou menos      27                      15
##   4 anos ou mais       10                      6
##
##   Odds ratio           1                      1.08
##   lower 95% CI         0.27
##   upper 95% CI         4.09
##
## banco$ftempo.pro      banco$fq9
## banco$ftempo.pro      Recuso-me a responder
##   3 anos ou menos      0
##   4 anos ou mais       1
##
##   Odds ratio           Inf
##   lower 95% CI         0.06
##   upper 95% CI         Inf
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be
incorrect
```

```
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared
approximation
## may be incorrect
```

```
## Chi-squared = 2.529 , 2 d.f., P value = 0.282
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 0.383
##
## Cell counts too small - graph not shown
##
```

```
#-----
-----
# Variavel independente (q10)
#
banco$fq10<- factor(banco$q10, levels=c(1,2,3), labels=c("Concordo
totalmente ", "Não concorda de alguma maneira ", "Recuso-me a responder"))
table(banco$fq10) # verificando o n de cada categoria
```

```
##
##           Concordo totalmente  Não concorda de alguma maneira
##                34                      24
##           Recuso-me a responder
##                1
```

```
# Criando tabela de contingencia
tabela16 <- xtabs(~ banco$fq10 + banco$ftempo.pro)
addmargins(tabela16)
```

```
##
## banco$fq10      banco$ftempo.pro
## banco$fq10      3 anos ou menos  4 anos ou mais  Sum
## Concordo totalmente      24          10  34
## Não concorda de alguma maneira      17          7  24
## Recuso-me a responder           1          0  1
## Sum                          42          17  59
```

```
prop.table(tabela16,1)
```

```
##
##
## banco$ftempo.pro
## banco$fq10      3 anos ou menos  4 anos ou mais
## Concordo totalmente      0.7058824      0.2941176
## Não concorda de alguma maneira      0.7083333      0.2916667
## Recuso-me a responder      1.0000000      0.0000000
```

```
# Modelo simples
```

```
fit.q10 <- glm(banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
summary(fit.q10)
```

```
##
## Call:
## glm(formula = banco$ftempo.pro ~ banco$fq10, family = binomial(logit))
##
## Deviance Residuals:
##      Min       1Q   Median       3Q      Max
## -0.8346  -0.8346  -0.8305   1.5645   1.5698
##
## Coefficients:
##
##              Estimate Std. Error z value
## (Intercept)      -0.87547    0.37639  -2.326
## banco$fq10Não concorda de alguma maneira  -0.01183    0.58596  -0.020
## banco$fq10Recuso-me a responder      -14.69060  1455.39758  -0.010
##
##              Pr(>|z|)
## (Intercept)           0.020 *
## banco$fq10Não concorda de alguma maneira    0.984
## banco$fq10Recuso-me a responder            0.992
## ---
## Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
## (Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)
##
##      Null deviance: 70.856  on 58  degrees of freedom
## Residual deviance: 70.169  on 56  degrees of freedom
## AIC: 76.169
##
## Number of Fisher Scoring iterations: 14
```

```
cc(banco$ftempo.pro, banco$fq10)
```

```
##
##
## banco$ftempo.pro      banco$fq10
## 3 anos ou menos      Concordo totalmente  Não concorda de alguma maneira
## 4 anos ou mais       24              17
##                      10              7
##
## Odds ratio           1              0.99
## lower 95% CI         0.26
## upper 95% CI         3.58
##
## banco$ftempo.pro      banco$fq10
## 3 anos ou menos      Recuso-me a responder
## 4 anos ou mais       1              0
```

```
##  
## Odds ratio          0  
## lower 95% CI       0  
## upper 95% CI       97.35  
  
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be  
incorrect  
  
## Warning in chisq.test(cctable): Chi-squared approximation may be  
incorrect  
  
## Warning in chisq.test(cctable, correct = FALSE): Chi-squared  
approximation  
## may be incorrect  
  
## Chi-squared = 0.412 , 2 d.f., P value = 0.814  
## Fisher's exact test (2-sided) P value = 1  
##  
## Cell counts too small - graph not shown  
##
```